



Universidade de Brasília - UnB
Decanato de Pós-Graduação - DPG
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia - GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEA
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Brasília - DF: 15 de dezembro de 2023 - 14 horas

PPGGEA-UnB Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo



Universidade de Brasília – UnB
Decanato de Pós-Graduação – DPG
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Geografia – GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEA
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica – CIGA

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político- Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos

Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Tese de Doutorado

Brasília – DF: 15 de dezembro de 2023 – 14 horas

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS



Universidade de Brasília - UnB
Decanato de Pós-Graduação - DPG
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia - GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEA
Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica - CIGA

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos
Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Tese de Doutorado em Geografia. Área de Concentração: Gestão Ambiental
e Territorial. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Banca Examinadora

Professor Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos – Presidente

Professora Dra. Glória Maria Vargas Lopez de Mesa – Interno

Professora Dra. Valéria Nely César de Carvalho – Externo

Professor Dr. Cleison Ferreira Leite – Externo

Professor Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos – Interno

Brasil – Brasília – DF – Universidade de Brasília – UnB – Campus Darcy Ribeiro
– Instituto Central de Ciências – ICC Norte – Anfiteatro 17: 15 de dezembro de
2023 – 14 horas

SANTOS, ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo, 390 p., 297 mm, (UnB-GEA, Doutora, Gestão Ambiental e Territorial, 2023).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

1. Cartografia

2. Investigação Territorial

3. Conflitos

4. Território

5. Método

6. Unidade Territorial

I. UnB-GEA

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos

Dedico esta pesquisa primeiramente a Deus, meu Senhor, benção inestimável na minha vida, a quem devo tudo e glorifico com esta realização.

Ao meu Marido, Vitor Laércio de Sá Leal Santos, que com tanto carinho, amor e paciência esteve ao meu lado em mais esta jornada.

À minha Mamãe, Maria Luzia Borges, que me deu todo o apoio, amor e não mediu esforços para que eu chegasse em mais esta etapa de minha vida.

À amada Julia Helena, benção linda e feliz, por todo o companheirismo, alegria, compreensão e paciência ao meu lado.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica – CIGA/GEA/UnB e toda a equipe CIGA e de orientandos do Professor Rafael por todo o apoio, suporte e aprendizado.

Ao Professor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, pela orientação, pela generosidade acadêmica, pelo apoio, pelo suporte do CIGA, pelo apoio técnico, pela atenção, pela ajuda, pela paciência e por ter confiado em mim e na minha pesquisa, me ensinando tanto sobre a superação dos obstáculos e operacionalização da caminhada em direção aos objetivos.

À minha Banca de Qualificação, Professora Valéria Nely Cezar Carvalho e Professor Cleison Ferreira Leite, pelos valiosos apontamentos e considerações.

Ao Professor Neio Lúcio de Oliveira Campos e à Professora Glória Maria Vargas Lopez de Mesa pelo incentivo, pelos esclarecimentos e considerações.

Ao meu Marido, Vitor Laércio de Sá Leal Santos, pelos cafés da manhã na cama, pelas vitaminas de frutas, pelos lanches e refeições, adornando a minha rotina de pesquisa com todo o apoio que poderia me oferecer. Agradeço também pelas inúmeras refeições que fez comigo no Restaurante Universitário me apoiando, me fazendo companhia e fazendo toda a diferença. Agradeço ainda pela ajuda nas traduções para a língua inglesa e pela serenidade e racionalidade nos momentos críticos de realização da pesquisa.

A minha Mamãe, Maria Luzia Borges, pelo apoio, pela torcida, pela proteção, pelo incentivo constante e por ter viabilizado que eu fosse em frente ao ter me dado tanta força nas tarefas domésticas e familiares quando eu não conseguia concilia-las com a pesquisa. Agradeço também por ter me presenteado, tão feliz, com um novo computador especialmente para a realização desta tese de doutorado.

Ao meu querido Tio Ronaldo Alencar Porfírio Borges e à minha querida Tia Magaly Cunha Porfírio por toda a torcida, incentivo e apoio. Por todas as orientações e ensinamentos. Por sempre me receberem com tanto amor, carinho e cuidado. Por não medirem esforços para me apoiar em tudo, especialmente me hospedando por longos períodos para as pesquisas de campo e às fontes primárias. Por todo o acolhimento e paciência em todos os momentos. Por serem tão rica fonte de inspiração para mim.

À toda a minha família em Sacramento – MG, que me apoiou em tudo, especialmente às primas Agnez Loyola e Air Loyola, que oraram por mim e com tanto amor nos acolheram e me ajudaram na busca pelos dados mais antigos possíveis para a pesquisa.

À Maria Trindade Goulart por todo apoio, ajuda e paciência. Sua expertise, disponibilidade, competência são um diferencial incrível na FCCB-Araxá.

A todos os familiares, parentes e amigos que, estando geograficamente perto ou longe, sempre torceram por mim.

A Deus por ter me abençoado colocando essas pessoas em minha vida.

“A geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território”. (SANTOS 1999)

RESUMO

Desvendar de forma sistematizada o histórico de um território é uma necessidade real em qualquer parte do mundo, de diferentes formas, em diferentes dimensões e realidades. O Método de Investigação de Origem Territorial é um método completo de Investigação Territorial que orienta desde o levantamento de dados e a sistematização destes até a projeção cartográfica, de acordo com as necessidades específicas e as questões a serem respondidas. A profundidade da Investigação Territorial é dada a partir das Definições do recorte espacial e temporal determinado e da escolha das Etapas pertinentes para alcançar as respostas almejadas, sendo permitidos ajustes no decorrer da Investigação Territorial, de acordo com as necessidades que se apresentem.

O Método de Investigação de Origem Territorial é capaz de contemplar e atender a pluralidade, as diferenças e as especificidades das diversas formações territoriais possíveis, especialmente as delineadas por conflitos, com um padrão de Investigação e sistematização eficiente e eficaz que fornece segurança tanto para pesquisas gerais quanto para pesquisas específicas, permitindo respectivamente tanto a contemplação de alguns momentos determinados da formação territorial quanto a abordagem dos meandros da formação territorial. Todos os recortes espaciais e temporais podem ser investigados utilizando o Método de Investigação de Origem Territorial, visto que este permite além da combinação de fontes, a abordagem das diversas Unidades Territoriais ao longo do tempo nos diversos sistemas de poder e sistemas de governo que atuaram no recorte espacial escolhido.

No Brasil, atualmente, a Unidade Territorial mais adequada para ser a base da realização da Investigação Territorial é o Município. A concatenação das outras Unidades Territoriais necessárias para a elucidação histórico-geográfica do território em algumas das diversas formas de aplicação do método proposto assim como algumas possibilidades de Investigação Territorial que podem ser feitas com o Método de Investigação de Origem Territorial são apresentadas nos Estudos de Caso, com exemplificação minuciosa no Estudo de Caso IV – A Comarca do Rio das Mortes.

Com a sistematização de dados oficiais, a combinação de fontes e a sincronicidade de dados em ferramentas adequadas para suprir a formação de um banco de dados sólido; o Método de Investigação de Origem Territorial viabiliza uma base segura para a Representação Cartográfica Multitemporal e/ou Multiescalar que possibilita uma análise da dinâmica espacial investigada ao longo do tempo e embasa respostas mais assertivas às diversas questões territoriais relacionadas à dinâmica espacial no Brasil e, com as devidas adaptações, em qualquer parte do Mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Espaço, Território Usado, Investigação Territorial, Método, Lugar, Histórico de Limite Territorial, Cartografia Histórica, Cartografia Multitemporal, Fronteira Histórica, Ordenamento Jurídico, Formação Territorial.

ABSTRACT

Uncovering the history of a territory in a systematic way is a real need anywhere in the world, in different ways, in different dimensions and realities. The Territorial Origin Investigation Method is a complete Territorial Investigation method that guides everything from data collection and systematization to Cartographic projection, according to the specific needs and questions to be answered. The depth of the Territorial Investigation is given from the Definitions and, according to the determined spatial and temporal cut, the choice of the relevant Steps to achieve the desired answers, with adjustments being allowed during the Territorial Investigation, according to the needs that arise.

The Territorial Origin Investigation Method is capable of contemplating and attending to the plurality, differences and specificities of the various possible territorial formations, especially those delineated by conflicts, with an efficient and effective standard of Investigation and systematization that provides security for both general research and for specific research, respectively allowing both the contemplation of some specific moments of territorial formation and the approach to the intricacies of territorial formation. All spatial and temporal sections can be investigated using the Territorial Origin Investigation Method, as this allows, in addition to the combination of sources, the approach of the different Territorial Units over time in the different systems of power and systems of government that acted in the object of investigation.

In Brazil, currently, the most appropriate Territorial Unit to be the basis for carrying out the Territorial Investigation is the Municipality. The concatenation of other Territorial Units necessary for the historical-geographical elucidation of the territory in some of the different ways of applying the proposed method, as well as some possibilities for Territorial Investigation that can be carried out with the Territorial Origin Investigation Method are presented in the Case Studies, with detailed exemplification in Case Study IV – A Comarca do Rio das Mortes.

With the systematization of official data, the combination of sources and the synchronicity of data in appropriate tools to provide the formation of a solid database, the Territorial Origin Investigation Method provides a secure basis for the Multitemporal and/or Multiscale Cartographic Representation that enables an analysis of the spatial dynamics investigated over time and supports more assertive responses to the various territorial questions related to spatial dynamics in Brazil and, with due adaptations, in any part of the world.

KEYWORDS: Territory, Space, Used Territory, Territorial Investigation, Method, Place, Territorial Limit History, Historical Cartography, Multitemporal Cartography, Historical Border, Legal Order, Territorial Formation.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Mapa Mundi de Abraham Ortelius</i>	28
<i>Figura 2 - Organização dos Conceitos</i>	30
<i>Figura 3 - Partes do Desenvolvimento do Método de Investigação de Origem Territorial</i>	34
<i>Figura 4 - Principais Sistemas de Poder</i>	46
<i>Figura 5 - Descrição de Todo o Estado do Brasil</i>	67
<i>Figura 6 - Tratado de Tordesilhas - Documento oficial - Primeira de treze páginas.</i>	75
<i>Figura 7 - Selo do Tratado de Tordesilhas - Versão Portuguesa.</i>	76
<i>Figura 8 - Planisfério de Cantino - 1502 - Materialização das disputas expansionistas, o Planisfério de Cantino foi obtido clandestinamente por Cantino em Portugal para ser enviado ao Duque de Ferrara, na Itália. É uma das mais antigas representações dos descobrimentos marítimos portugueses.</i>	77
<i>Figura 9 - Estrela do Sul - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	79
<i>Figura 10 - Estrela do Sul , norte e sul - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	79
<i>Figura 11 - Rosa dos Ventos - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	79
<i>Figura 12 - Instruções e Rosa dos Ventos - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	79
<i>Figura 13 - Regimento da Estrela do Norte - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	80
<i>Figura 14 - Para saber as Léguas - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	80
<i>Figura 15 - Marcação para saber as léguas - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	80
<i>Figura 16 - Esboço da Terra - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado - final do Século XV</i>	81
<i>Figura 17 - Fontes de Dados e Anclagem</i>	136
<i>Figura 18 - Etapas básicas do Método de Investigação de Origem Territorial</i>	148
<i>Figura 19 - Encadeamento e Interações do Método de Investigação de Origem Territorial</i> ...	157
<i>Figura 20 - Protocolo para Pesquisa sobre o Município no Brasil - Acesso às Informações Oficiais sobre os Municípios do Brasil - Portal Cidades do IBGE</i>	160
<i>Figura 21 - Atividade: Eu, o Lugar e o Território - Relação abstrata e concreta das raízes ao chão - Parte 1: Formato Digital e/ou Remoto - Parte 2: Formato Analógico ou Tradicional</i> 160	
<i>Figura 22 - Algumas Definições dos Estudos de Caso V, IV e III.</i>	166
<i>Figura 23 - Texto da Lei Provincial n. 171 de 23 de março de 1840 - Eleva à Vila Camanducaia com o nome de Villa de Jaguary - Minas Gerais</i>	277
<i>Figura 24 - GENEALOGIA</i>	330
<i>Figura 25 - Localização na Genealogia do Ramo da Genealogia que será abordado</i>	331
<i>Figura 26 - Ramo da Genealogia que será abordado</i>	331
<i>Figura 27 - Espacialização da Dinâmica Territorial com Dados Gerais</i>	332
<i>Figura 28 - Adição de Dados Eclesiásticos à Genealogia</i>	332
<i>Figura 29 - Identificação dos Locais dos Batismos na Cartografia Histórica abordada na Investigação de Origem Territorial da Comarca do Rio das Mortes</i>	333
<i>Figura 30 - Espacialização da Dinâmica Territorial com Dados Gerais</i>	334
<i>Figura 31 - Espacialização da Dinâmica Territorial com dados derivados de Investigação de Origem Territorial</i>	334
<i>Figura 32 - Contexto Territorial e Histórico - 1759</i>	336
<i>Figura 33 - Contexto Territorial e Histórico - 1777</i>	336
<i>Figura 34 - Contexto Territorial e Histórico - 1835</i>	337
<i>Figura 35 - Contexto Territorial e Histórico - 1872</i>	337
<i>Figura 36 - Contexto Territorial e Histórico - 1900</i>	338
<i>Figura 37 - Contexto Territorial e Histórico - 1933</i>	338
<i>Figura 38 - Contexto Territorial e Histórico - 1960</i>	339
<i>Figura 39 - Contexto Territorial e Histórico - 1991</i>	339
<i>Figura 40 - Contexto Territorial e Histórico - 2022</i>	340

<i>Figura 41 – Ramo da Genealogia que é Objeto de Estudo de Ribeiro (2015)</i>	340
<i>Figura 42 – Genealogia e Espaço – Localização Principal das Gerações</i>	341
<i>Figura 43 – Expressão na Genealogia do Contexto Histórico e Geográfico abordado nessa Tese</i>	341
<i>Figura 44 – Fazenda Taquaral na Genealogia e na Cartografia Oficial</i>	342
<i>Figura 45 – Fazenda Lagoa Seca na Genealogia e na Cartografia Histórica</i>	342
<i>Figura 46 - Referências Históricas e Espaciais que podem ser vistas na Genealogia abordada.</i>	343
<i>Figura 47 – Cartografia Histórica de Autoria de Ancestral pertencente à Genealogia, no ramo da época da Cartografia Náutica das Grandes Navegações, assinalado na figura anterior....</i>	343
<i>Figura 48 - Identificação da Família objeto de estudo de RIBEIRO (2015) , na Genealogia. .</i>	344
<i>Figura 49 - Predominância Territorial e algumas Referências Espaciais</i>	344

LISTA DE MAPAS

<i>Mapa 1 – Continentes no Mapa-mundi de Fra Mauro</i>	71
<i>Mapa 2 - O Mapa-múndi de Fra Mauro</i>	72
<i>Mapa 3 - Esboço da Terra - Livro de Marinharia de João de Lisboa 1514</i>	81
<i>Mapa 4 - Litoral Brasileiro na Cartografia Histórica Descrição de todo o Estado do Brasil – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – Final do Século XV</i>	83
<i>Mapa 5 - Capitânicas Hereditárias segundo Cintra</i>	86
<i>Mapa 6 - Linha de Tordesilhas em "Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães" - Mapa de Luís Teixeira – 1574</i>	88
<i>Mapa 7 - Comparação da Representação do Litoral do Brasil nas Cartografias Históricas de 1514 e 1574</i>	90
<i>Mapa 8 - Territorialidades Sobrepostas: Principais Nações e Povos Indígenas do Século XVI e Tratado de Tordesilhas na Configuração Territorial Administrativa da Colonização em 1534 segundo delimitações da Coroa Portuguesa e da Coroa Espanhola.</i>	94
<i>Mapa 9 - A Expansão Jesuíta no Século XVI, os Principais Conflitos, Governo-Geral, Repartição Sul, Capitânicas e Tratado de Tordesilhas.</i>	97
<i>Mapa 10 - Império Português - Reino de Portugal – 1573</i>	98
<i>Mapa 11 - Mapa do Brasil - Nicolas Sanson – (Origem: França) 1656</i>	105
<i>Mapa 12 - Detalhe do Mapa do Brasil – Le Bresil de Nicolas Sanson – (Origem: França) 1656 - Paraguay fazendo fronteira com a Capitania de São Vicente</i>	105
<i>Mapa 13 - Visualização do significado de Sertão na Cartografia Histórica de 1689: Nova et accurata Brasiliae totius tabula</i>	107
<i>Mapa 14 - Detalhe da Cartografia Histórica de 1689 - Paraguay fazendo fronteira com a Capitania de São Vicente após o fim da União Ibérica Fonte: Cartografia Histórica: Nova et accurata Brasiliae totius tabula – (Origem: Holanda) 1689</i>	107
<i>Mapa 15 - Amerique Meridionale (1696) – América do Sul pós União Ibérica</i>	108
<i>Mapa 16 - Análise da Cartografia Histórica - Fraturas do Território em America Meridionalis in suas Praecipuas Partes Accuratè Divisa, ad Usum Serenissimi Burgundiae Ducis ‘ L’Amerique Meridionale Divisée em Ses Principales Partes. Hiaillat. 1696</i>	110
<i>Mapa 17 - Principais Dinâmicas Territoriais no Século XVII – O Século das Bandeiras – e configuração Político-administrativa do território segundo a Cartografia Histórica de 1696.</i>	112
<i>Mapa 18 - Mapa dos confins do Brazil</i>	113
<i>Mapa 19 - Mapa Geográfico de America Meridional - Dispuesto y Gravado - 1775</i>	114
<i>Mapa 20 - General Map of South America From the Best Surveys 1796</i>	115
<i>Mapa 21 - Mapa do Brasil e Paraguay Referência 1828</i>	116
<i>Mapa 22 – Divisão Territorial do Brasil - 1872</i>	118
<i>Mapa 23 – Divisão Territorial do Brasil - 1900</i>	120
<i>Mapa 24 – Divisão Territorial do Brasil - 1911</i>	121
<i>Mapa 25 – Divisão Territorial do Brasil - 1920</i>	122

Mapa 26 – Divisão Territorial do Brasil - 1933.....	123
Mapa 27 – Divisão Territorial do Brasil - 1940.....	124
Mapa 28 – Divisão Territorial do Brasil - 1950.....	125
Mapa 29 - <i>Historiografia dos Municípios no Brasil 1950</i>	125
Mapa 30 – Divisão Territorial do Brasil - 1960.....	126
Mapa 31 – Divisão Territorial do Brasil - 1970.....	127
Mapa 32 – Divisão Territorial do Brasil - 1980.....	128
Mapa 33 – Divisão Territorial do Brasil - 1991.....	129
Mapa 34 – Divisão Territorial do Brasil - 2022.....	130
Mapa 35 – <i>O Antigo Araxá (Território do Município de Araxá em 1836, que abrangia todo o território dos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) na Cartografia Histórica.</i>	131
Mapa 36 – <i>Detalhe de Cartografia Histórica com a matriz indígena em “Gentio Cayapó” e a colonização em núcleos ao longo do caminho.</i>	164
Mapa 37 – <i>Imagem da região da Fazenda Taquaral - Perdizes - Minas Gerais - Brasil</i>	167
Mapa 38 - <i>Localização - Minas Gerais no Mapa Mundi</i>	169
Mapa 39 - <i>Localização da Fazenda Taquaral - Minas Gerais</i>	169
Mapa 40 - <i>Fazenda Taquaral - Localização na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba</i>	170
Mapa 41 - <i>Localização da Fazenda Taquaral - Microrregião de Araxá</i>	170
Mapa 42 - <i>Fazenda Taquaral - 2022 - Localização e Ancoragem</i>	171
Mapa 43 - <i>Fazenda Taquaral – 2022</i>	173
Mapa 44 - <i>Fazenda Taquaral – 1991</i>	174
Mapa 45 - <i>Fazenda Taquaral – 1960</i>	175
Mapa 46 - <i>Fazenda Taquaral – 1933</i>	176
Mapa 47 - <i>Fazenda Taquaral – 1900</i>	177
Mapa 48 - <i>Fazenda Taquaral – 1872</i>	178
Mapa 49 - <i>Fazenda Taquaral – 1835</i>	179
Mapa 50 - <i>Projeção Cartográfica Multitemporal - Fazenda Taquaral</i>	180
Mapa 51 - <i>Imagem da região da Fazenda Lagoa Seca - Tapira - Minas Gerais - Brasil</i>	181
Mapa 52 - <i>Localização - Minas Gerais no Mapa Mundi</i>	183
Mapa 53 - <i>Fazenda Lagoa Seca - Localização em Minas Gerais</i>	183
Mapa 54 - <i>Fazenda Lagoa Seca - Localização na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba</i>	184
Mapa 55 - <i>Fazenda Lagoa Seca - Microrregião de Araxá</i>	184
Mapa 56 - <i>Fazenda Lagoa Seca - 2022 - Localização e Ancoragem</i>	185
Mapa 57 - <i>Fazenda Lagoa Seca – 2022</i>	188
Mapa 58 - <i>Fazenda Lagoa Seca – 1991</i>	189
Mapa 59 - <i>Fazenda Lagoa Seca – 1960</i>	190
Mapa 60 - <i>Fazenda Lagoa Seca – 1933</i>	191
Mapa 61 - <i>Fazenda Lagoa Seca – 1900</i>	192
Mapa 62 - <i>Fazenda Lagoa Seca – 1872</i>	193
Mapa 63 - <i>Fazenda Lagoa Seca - 1835</i>	194
Mapa 64 - <i>Projeção Cartográfica Multitemporal - Fazenda Lagoa Seca</i>	195
Mapa 65 - <i>Antigo Araxá em MG</i>	198
Mapa 66 - <i>Ancoragem Antigo Araxá</i>	200
Mapa 67 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1777</i>	203
Mapa 68 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1835</i>	204
Mapa 69 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1872</i>	205
Mapa 70 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1900</i>	206
Mapa 71 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1933</i>	207
Mapa 72 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1960</i>	208
Mapa 73 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1991</i>	209
Mapa 74 - <i>Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 2022</i>	210
Mapa 75 - <i>Processo de Desmembramento dos Municípios Oriundos do Antigo Município de Araxá – MG</i>	211
Mapa 76 - <i>1777 Mappa da Comarca do Rio da Mortes - Referência na Cartografia Histórica</i>	217
Mapa 77 - <i>1777 Mappa da Comarca do Rio da Mortes - 1º Foco - São João Del Rei - Referência</i>	217

<i>Mapa 78 - Método - Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes - Pontos de Ancoragem e Ponto de Partida - Ancoragem Inicial – Destaque de Núcleos Urbanos.....</i>	219
<i>Mapa 79 - Método - Divisão da Cartografia Histórica em quadriculas</i>	219
<i>Mapa 80 - Método - Etapas - Ancoragem - Seleção e Identificação de Núcleos Urbanos</i>	220
<i>Mapa 81 - Método - Etapas - Divisão da Cartografia Histórica em quadriculas com todos os Núcleos Urbanos</i>	220
<i>Mapa 82 - Cartografia Histórica - Quadricula Nordeste – NE</i>	221
<i>Mapa 83 - Cartografia Histórica - Quadricula Sudeste – SE.....</i>	221
<i>Mapa 84 - Cartografia Histórica - Quadricula Sudoeste – SW.....</i>	222
<i>Mapa 85 - Cartografia Histórica - Quadricula Noroeste – NW.....</i>	222
<i>Mapa 86 - Referências Espaciais Identificadas na Cartografia Histórica para Georreferenciamento.....</i>	223
<i>Mapa 87 - Identificação de Referências Espaciais Rurais e Urbanas do Mappa da Comarca do Rio das Mortes – 1777 – Georreferenciadas</i>	223
<i>Mapa 88 - Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos - São João Del Rei (Vila de São João – V^a.de S.João) e Tiradentes (Vila de São José – V^a.de S. Joze)</i>	237
<i>Mapa 89 - Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos - São João Del Rei (Vila de São João – V^a.de S.João) e Tiradentes (Vila de São José – V^a.de S. Joze) e Núcleos Urbanos referenciados na Linha do Tempo de Tiradentes – MG.....</i>	239
<i>Mapa 90- Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos - São João Del Rei (Vila de São João – V^a.de S.João) e Tiradentes (Vila de São José – V^a.de S. Joze) e Núcleos Urbanos referenciados na Linha do Tempo de Prados – MG.....</i>	241
<i>Mapa 91 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1714</i>	289
<i>Mapa 92 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1720</i>	290
<i>Mapa 93 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1777</i>	291
<i>Mapa 94 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1800</i>	292
<i>Mapa 95 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1820</i>	293
<i>Mapa 96 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1840</i>	294
<i>Mapa 97 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1860</i>	295
<i>Mapa 98 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1872</i>	296
<i>Mapa 99 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1900</i>	297
<i>Mapa 100 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1933</i>	298
<i>Mapa 101 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1960</i>	299
<i>Mapa 102 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1991</i>	300
<i>Mapa 103 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes - 2022.....</i>	301
<i>Mapa 104 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1714.....</i>	306
<i>Mapa 105 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1741.....</i>	307
<i>Mapa 106 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1743.....</i>	308
<i>Mapa 107 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1746.....</i>	309
<i>Mapa 108 Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1759</i>	310

<i>Mapa 109 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1760</i>	311
<i>Mapa 110 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1777</i>	312
<i>Mapa 111 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1835</i>	313
<i>Mapa 112 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1872</i>	314
<i>Mapa 113 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1900</i>	315
<i>Mapa 114 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1933</i>	316
<i>Mapa 115 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1960</i>	317
<i>Mapa 116 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 1991</i>	318
<i>Mapa 117 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE – 2022</i>	319
<i>Mapa 118 - Projeção do Território da Guerra do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE - 1743 a 1760</i>	320
<i>Mapa 119 - Análise da Espacialidade do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE</i>	321
<i>Mapa 120 - Análise da Cartografia Histórica - Sertão Cayapó - 1828</i>	323
<i>Mapa 121 - Análise da Cartografia Histórica - Sertão Cayapó I - Século XVII-XVIII</i>	324
<i>Mapa 122 - GÊNESE NO TERRITÓRIO DE CONFLITO</i>	325
<i>Mapa 123 – Cartografia Histórica que foi registro oficial da Guerra do Quilombo do Campo Grande</i>	327
<i>Mapa 124 – Araxá, Lagoa Seca e Borges na Cartografia Histórica</i>	346

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Roteiro de Questões e Soluções Sistematizadas para desenvolvimento do Método de Investigação de Origem Territorial – Como foi desenvolvido o Método</i>	36
<i>Quadro 2 – Tipos de Colonização</i>	51
<i>Quadro 3 – Repúblicas Marítimas – Período e País de localização atual</i>	69
<i>Quadro 4 - Criação Inicial das Capitanias Hereditárias - 1534-1535</i>	87
<i>Quadro 5 - Tradução Livre da Inscrição da Cartografia Histórica "Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhaês"</i>	89
<i>Quadro 6 - Evolução Administrativa Brasileira - Unidades Territoriais Coloniais - Capitanias</i>	91
<i>Quadro 7 - Evolução Administrativa Brasileira - Unidades Territoriais Coloniais e Conflitos - Capitanias e Guerras Índigenas</i>	93
<i>Quadro 8 - Evolução dos Núcleos Urbanos no Brasil Colonial</i>	102
<i>Quadro 9 - Fratura na soberania portuguesa sobre o território brasileiro - Período pós União Ibérica</i>	109
<i>Quadro 10 – Quadro resumo da Divisão Territorial do Brasil nos anos de recenseamento em todo o território nacional – de 1872 a 2022</i>	117
<i>Quadro 11 - Cabeçalho da PLANILHA DE ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Alfabética dos Núcleos Urbanos (ou outra Referência Espacial)</i>	142
<i>Quadro 12 - Cabeçalho da PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Cronológica de Criação dos Municípios</i>	142
<i>Quadro 13 - Cabeçalho da PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Genealógica de Criação dos Municípios</i>	142

<i>Quadro 14 - Cabeçalho da PLANILHA DE EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Cronológica de Antiguidade dos Núcleos Urbanos</i>	143
<i>Quadro 15 - Linha do Tempo do Núcleo Urbano - Exemplo de Linha do Tempo - Linha do Tempo de Lagoa Dourada – Minas Gerais – Brasil</i>	150
<i>Quadro 16 - Linha do Tempo do Núcleo Urbano - Exemplo de Linha do Tempo - Linha do Tempo de Jacuí – Minas Gerais – Brasil</i>	150
<i>Quadro 17 - Linha do Tempo do Núcleo Urbano - Exemplo de Linha do Tempo - Combinação de Fontes e Sinergia de Dados - Linha do Tempo de São João Del Rei – Minas Gerais – Brasil</i>	152
<i>Quadro 18 - Método de Investigação da Origem Territorial do Município - Sequência Executiva Básica</i>	158
<i>Quadro 19 - FAZENDA TAQUARAL - PERDIZES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA ANCORAGEM</i>	171
<i>Quadro 20 - FAZENDA TAQUARAL - PERDIZES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA</i>	172
<i>Quadro 21 - FAZENDA TAQUARAL - PERDIZES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL</i>	172
<i>Quadro 22 - FAZENDA LAGO SECA - TAPIRA - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ANCORAGEM</i>	186
<i>Quadro 23 - FAZENDA LAGO SECA - TAPIRA - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA</i>	186
<i>Quadro 24 - FAZENDA LAGO SECA - TAPIRA - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL</i>	187
<i>Quadro 25 - Método de Investigação de Origem Territorial - Lista de Núcleos Urbanos identificados para a Ancoragem - Antigo Araxá</i>	199
<i>Quadro 26 - ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA</i>	201
<i>Quadro 27 - ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL</i>	202
<i>Quadro 28 - COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ANCORAGEM – Ordem Alfabética – Método de Investigação de Origem Territorial</i>	224
<i>Quadro 29 - COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA – Ordem Cronológica de Criação dos Municípios – Método de Investigação de Origem Territorial</i>	226
<i>Quadro 30 - - COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL – Ordem Genealógica dos Municípios – Método de Investigação de Origem Territorial</i>	229
<i>Quadro 31 - COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - Layout completo</i>	232

LISTA DE LINHAS DO TEMPO

<i>Linha do Tempo 1 - SÃO JOÃO DEL REI – Minas Gerais – Brasil</i>	233
<i>Linha do Tempo 2 - CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS – Minas Gerais – Brasil</i>	234
<i>Linha do Tempo 3 - NAZARENO – Minas Gerais – Brasil</i>	235
<i>Linha do Tempo 4 - RITÁPOLIS – Minas Gerais – Brasil</i>	235
<i>Linha do Tempo 5 - TIRADENTES – Minas Gerais – Brasil</i>	237
<i>Linha do Tempo 6 - PRADOS – Minas Gerais – Brasil</i>	239
<i>Linha do Tempo 7 - SANTA CRUZ DE MINAS – Minas Gerais – Brasil</i>	241
<i>Linha do Tempo 8 - BARROSO – Minas Gerais – Brasil</i>	242
<i>Linha do Tempo 9 - LAGOA DOURADA – Minas Gerais – Brasil</i>	243
<i>Linha do Tempo 10 - DORES DE CAMPOS – Minas Gerais – Brasil</i>	244
<i>Linha do Tempo 11 - CASA GRANDE – Minas Gerais – Brasil</i>	244
<i>Linha do Tempo 12 - CONSELHEIRO LAFAIETE – Minas Gerais – Brasil</i>	245
<i>Linha do Tempo 13 - CARANDAÍ – Minas Gerais – Brasil</i>	247

<i>Linha do Tempo 14 - CAPELA NOVA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>248</i>
<i>Linha do Tempo 15 - CATAS ALTAS DA NORUEGA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>249</i>
<i>Linha do Tempo 16 - SANTANA DOS MONTES – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>249</i>
<i>Linha do Tempo 17 - ITAVERAVA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>249</i>
<i>Linha do Tempo 18 - QUELUZITO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>250</i>
<i>Linha do Tempo 19 - CRISTIANO OTONI – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>250</i>
<i>Linha do Tempo 20 - CONGONHAS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>251</i>
<i>Linha do Tempo 21 - RIO ESPERA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>252</i>
<i>Linha do Tempo 22 - CARANAÍBA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>252</i>
<i>Linha do Tempo 23 - RESSAQUINHA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>253</i>
<i>Linha do Tempo 24 - ALFREDO VASCONCELOS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>254</i>
<i>Linha do Tempo 25 - SÃO BRAZ DO SUAÇUI – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>255</i>
<i>Linha do Tempo 26 - JECEABA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>256</i>
<i>Linha do Tempo 27 - ENTRE RIOS DE MINAS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>256</i>
<i>Linha do Tempo 28 - DESTERRO DE ENTRE RIOS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>257</i>
<i>Linha do Tempo 29 - OLIVEIRA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>258</i>
<i>Linha do Tempo 30 - PASSA TEMPO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>258</i>
<i>Linha do Tempo 31 - PIRACEMA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>259</i>
<i>Linha do Tempo 32 - BOM SUCESSO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>259</i>
<i>Linha do Tempo 33 - SÃO TIAGO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>260</i>
<i>Linha do Tempo 34 - BONFIM – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>261</i>
<i>Linha do Tempo 35 - PIEDADE DOS GERAIS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>262</i>
<i>Linha do Tempo 36 - BELO VALE – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>262</i>
<i>Linha do Tempo 37 - MOEDA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>263</i>
<i>Linha do Tempo 38 - RIO MANSO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>263</i>
<i>Linha do Tempo 39 - BRUMADINHO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>264</i>
<i>Linha do Tempo 40 - CRUCILÂNDIA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>264</i>
<i>Linha do Tempo 41 - BARBACENA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>265</i>
<i>Linha do Tempo 42 - IBERTIOGA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>267</i>
<i>Linha do Tempo 43 - SANTA RITA DE IBITIPOCA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>267</i>
<i>Linha do Tempo 44 - CARRANCAS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>268</i>
<i>Linha do Tempo 45 - LAVRAS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>268</i>
<i>Linha do Tempo 46 - SERRANOS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>269</i>
<i>Linha do Tempo 47 - BAEPENDI – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>269</i>
<i>Linha do Tempo 48 - AIURUOCA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>270</i>
<i>Linha do Tempo 49 - CARVALHOS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>271</i>
<i>Linha do Tempo 50 - ITAJUBÁ – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>271</i>
<i>Linha do Tempo 51 - POUSO ALTO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>272</i>
<i>Linha do Tempo 52 - CAMPANHA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>273</i>
<i>Linha do Tempo 53 - SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>274</i>
<i>Linha do Tempo 54 - SILVIANÓPOLIS – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>274</i>
<i>Linha do Tempo 55 - OURO FINO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>275</i>
<i>Linha do Tempo 56 - CAMANDUCAIA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>277</i>
<i>Linha do Tempo 57 - POUSO ALEGRE – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>278</i>
<i>Linha do Tempo 58 - CABO VERDE – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>279</i>
<i>Linha do Tempo 59 - MUZAMBINHO – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>280</i>
<i>Linha do Tempo 60 - JACUÍ – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>281</i>
<i>Linha do Tempo 61 - ITAPECERICA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>281</i>
<i>Linha do Tempo 62 - FORMIGA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>283</i>
<i>Linha do Tempo 63 - PIUMHI – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>283</i>
<i>Linha do Tempo 64 - BAMBUÍ – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>284</i>
<i>Linha do Tempo 65 - JUIZ DE FORA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>285</i>
<i>Linha do Tempo 66 - MATIAS BARBOSA – Minas Gerais – Brasil.....</i>	<i>287</i>

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
SUMÁRIO	19
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
<i>1.1.1 Sequência Executiva da Pesquisa</i>	<i>31</i>
<i>1.1.2 Resumo do Procedimento de Desenvolvimento do Método</i>	<i>32</i>
1.1.2.1 Como foi desenvolvido o Método de Investigação de Origem Territorial:	<i>32</i>
1.1.2.2 Análise da Operacionalidade do Método	<i>37</i>
1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITOS BÁSICOS	38
1.2.1 Conceitos estruturais	45
1.2.1.1 Sistemas de Poder	46
1.2.1.2 Colonização	47
1.2.1.3 Unidade Territorial.....	55
1.2.1.3.1 Unidade Administrativa	56
1.2.1.3.2 Unidade Jurídica	57
1.2.1.3.3 Unidade Eclesiástica.....	57
1.2.1.3.4 Unidade Territorial Indígena	58
1.2.1.3.5 Unidade Territorial Étnica Complexa	58
1.2.1.4 Origem Territorial.....	59
1.2.1.5 Núcleo Urbano	59
1.2.1.5.1 O Núcleo Urbano e o Território	59
1.2.1.6 Arraial.....	59
1.2.1.7 Freguesia	59
1.2.1.8 Vilas e Cidades	60
1.2.1.9 Núcleo Tradicional Indígena	61
1.2.1.10 Aldeamentos Indígenas	61
1.2.1.11 Aldeamentos Missionários	62
1.2.1.12 Instrumento Legal	63
1.2.1.13 Formação Administrativa	63
1.2.1.14 Município	63
1.2.1.15 Capitâneas Hereditárias.....	64
1.2.1.16 Capitâneas Reais.....	64
1.2.1.17 Capitâneas-gerais.....	65
1.2.1.18 Província	65
1.2.1.19 Comarca	66
CAPÍTULO II – ORIGEM DOS CONFLITOS NOS LIMITES TERRITORIAIS MUNICIPAIS NO BRASIL – TERRITORIALIDADES SOBREPOSTAS	68
2.1 TRATADO DE Tordesilhas – Início Remoto das Sobreposições TERRITORIAIS	74
2.2 HISTORIOGRAFIA ESPACIAL DA DIVISÃO MUNICIPAL NO BRASIL	113

CAPÍTULO III – O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL..... 132

3.1	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL	132
3.1.1	<i>Tipos de Investigação</i>	134
3.1.1.1	Investigações Específicas.....	134
3.1.1.2	Investigações Gerais.....	134
3.1.2	<i>A Investigação</i>	134
3.1.2.1	Considerações Importantes	134
3.1.2.2	Antiguidade	135
3.1.2.3	Ancoragem	135
3.1.2.4	Definições	136
3.1.2.5	Etapas	137
3.1.2.6	Coleta e Sistematização de Dados.....	140
3.1.2.7	Planilha de Ancoragem – Ordem Alfabética dos Núcleos Urbanos (ou outra Referência Espacial)	142
3.1.2.8	Planilha de Evolução Administrativa – Cronológica de Criação dos Municípios	142
3.1.2.9	Planilha de Origem Territorial – Genealógica dos Municípios	142
3.1.2.10	Planilha de Evolução da Ocupação Territorial – Cronológica dos Núcleos Urbanos	143
3.1.2.11	Ordem dos Dados nas Planilhas	143
3.1.2.12	Distritos e Outros Elementos Espaciais	145
3.1.2.13	Linha do Tempo do Núcleo Urbano	148
3.1.2.14	Sinergia de Dados	151
3.1.2.15	Combinação de Fontes	152
3.1.2.16	Codificação – Código de Origem Territorial.....	155
3.1.2.17	Projeção Territorial	156
3.2	MÉTODO SIMPLIFICADO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL PARA SALA DE AULA	159

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: ALGUMAS FORMAS E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL..... 165

4.1	ESTUDO DE CASO I – FAZENDA TAQUARAL: INVESTIGAÇÃO ESPECÍFICA SIMPLES DE PEQUENO RECORTE ESPACIAL	167
4.1.1	<i>Definições</i>	167
4.1.2	<i>Etapas</i>	168
4.1.3	<i>Localização</i>	169
4.1.4	<i>Ancoragem</i>	171
4.1.5	<i>Banco de Dados Sistematizado</i>	171
4.1.6	<i>Projeção Cartográfica do Histórico Político-Administrativo do Território de Localização da Fazenda Taquaral – 2022 a 1835 – A Origem Territorial</i>	172
4.2	ESTUDO DE CASO II – FAZENDA LAGOA SECA: INVESTIGAÇÃO ESPECÍFICA SIMPLES DE PEQUENO RECORTE ESPACIAL	181
4.2.1	<i>Definições</i>	181
4.2.2	<i>Etapas</i>	182
4.2.3	<i>Localização</i>	183
4.2.4	<i>Ancoragem</i>	185
4.2.5	<i>Banco de Dados Sistematizado</i>	185

4.2.6 <i>Projeção Cartográfica do Histórico Político-Administrativo do Território de Localização da Fazenda Lagoa Seca – 2022 a 1835 – A Origem Territorial</i>	187
4.3 ESTUDO DE CASO III – O ANTIGO ARAXÁ: INVESTIGAÇÃO GERAL SIMPLES DE GRANDE RECORTE ESPACIAL	196
4.3.1 <i>Definições</i>	196
4.3.2 <i>Etapas</i>	197
4.3.3 <i>Localização da Unidade Territorial Investigada</i>	197
4.3.4 <i>Ancoragem</i>	198
4.3.5 <i>Banco de Dados Sistematizado</i>	200
4.3.6 <i>Projeção Territorial e Cartografia Multitemporal</i>	203
4.4 ESTUDO DE CASO IV – A COMARCA DO RIO DAS MORTES: INVESTIGAÇÃO GERAL COMPLEXA DE GRANDE RECORTE ESPACIAL	212
4.4.1 <i>Definições</i>	213
4.4.2 <i>Etapas</i>	213
4.4.3 <i>Ancoragem</i>	215
4.4.4 <i>Banco de Dados Sistematizado</i>	225
4.4.5 <i>Linhas do Tempo</i>	233
4.4.6 <i>Projeção Territorial e Cartografia Multitemporal</i>	288
4.5 ESTUDO DE CASO V – O QUILOMBO DO CAMPO GRANDE: INVESTIGAÇÃO GERAL COMPLEXA DE GRANDE RECORTE ESPACIAL	302
4.5.1 <i>Definições</i>	303
4.5.2 <i>Etapas</i>	304
4.5.3 <i>Projeção Territorial e Cartografia Multitemporal</i>	306
4.6 ESTUDO DE CASO VI – UMA GENEALOGIA NO TERRITÓRIO: UTILIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL PARA ELUCIDAR DINÂMICAS ESPACIAIS ESPECÍFICAS	329
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	347
BIBLIOGRAFIA	351
ANEXOS	357
LISTA DE MUNICÍPIOS, DISTRITOS, POVOADOS E LOCALIDADES ABORDADOS OU MENCIONADOS	357
LISTA DE ANCESTRAIS PRESENTES NA GENEALOGIA (EM CONSTRUÇÃO) REFERENCIADA NO ESTUDO DE CASO VI	376

INTRODUÇÃO

A **Formação Territorial Brasileira** está relacionada a processos locais e mundiais que precedem a colonização do território. Desde o Tratado de Tordesilhas, o Sistema Colonial impôs um ordenamento definido remotamente, que sobrepôs uma **nova territorialidade** às territorialidades pré-existentes. Com a entrada oficial do território brasileiro no cenário internacional (fato comumente denominado “descobrimento” ou “achamento”), apesar das mudanças entre as metrópoles, que afetavam sua administração, seu **papel de colônia no Sistema Global** era inquestionável.

Na efetivação da nova territorialidade colonial os Sistemas de Poder atuantes na colonização interagiram com as condições locais na dominação do território. Os desafios de sobrevivência combinados às lutas de libertação e resistência marcaram o processo de exploração e colonização. Assim, o conflito entre dominação e resistência é a base da dinâmica territorial que estruturou o desenvolvimento do território e da sociedade brasileira.

Este processo conflituoso se propagou pela colônia trazendo ao território o desenho derivado dos Ordenamentos Jurídicos das coroas, ora castelhana, ora portuguesa, e as leis derivadas destes ordenamentos.

A atuação dos Sistemas de Poder funcionou de forma específica em cada região, de acordo com as características da dinâmica territorial colonial nos lugares. Assim, apesar de em cada lugar se materializar de forma específica o Processo Global, a essência do processo de colonização é a mesma e em cada porção do território. Como cada lugar tem sua própria interação com o processo de colonização, a formação territorial brasileira se expressa como parte de um processo maior que compreende toda a colônia, a metrópole e o papel de ambas no contexto internacional, esta estrutura de dinâmica se propaga ao longo do tempo e pode ser facilmente identificada no território e na sociedade atual. Nesta propagação da dinâmica territorial alicerçada na colonialidade que realimenta a dualidade dominação x resistência, fronteiras e limites são desenhados, redesenhados, efetivados ou esquecidos em nova definição. Assim acontece a evolução administrativa

que desenhou o Território Brasileiro de fato. Dada a complexidade da Formação Territorial Brasileira, igualmente são complexos os limites territoriais e suas inerentes questões.

Do levantamento básico de dados sobre determinada localidade ou propriedade ao estudo de processos históricos que demandem pesquisa de documentos antigos, são grandes os desafios quando a análise se concentra em núcleos urbanos cuja localização e historicidade são definidas e de fácil aferição. À medida que a necessidade de informações se direciona ao interior, ao espaço rural e/ou às regiões fronteiriças, as certezas se diluem no movimento histórico das delimitações administrativas.

Com a Formação Territorial Brasileira como **Tema**, o **Objeto** deste trabalho é a investigação da evolução administrativa do território, especialmente em seus meandros históricos, que são distintos em cada porção territorial dada a particularidade de cada Lugar. Como o território brasileiro está completamente dividido em municípios, sendo o município a menor Unidade Administrativa que engloba o Espaço Urbano e o Espaço Rural, podemos considerar que **todos os Lugares brasileiros estão localizados em um Município**. Além de conter todos os Lugares, o fato de haver disponibilidade e acessibilidade de dados oficiais sobre todos os Municípios faz desta a Unidade Administrativa perfeita para uma investigação territorial sistematizada.

Neste contexto, o **Objetivo** desta tese é propor um **método completo de investigação, sistematização e representação de dados** que forneça um arcabouço de Projeção Histórica do Território dos Municípios, baseado em dados oficiais, para elucidação de questões relacionadas ao território: o **Método de Investigação de Origem Territorial do Município**. Os **objetivos específicos** são dois: primeiro que o Método proposto seja **pragmático tanto para uma pesquisa científica quanto para uma investigação particular** de uma pessoa leiga que queira elucidar a origem de algum lugar de forma objetiva e segura; segundo que seja **capaz de proporcionar pesquisas macro, que abrangem grandes extensões**

territoriais de forma generalista, e que também proporcione pesquisas específicas que contemplem os meandros da Origem Territorial.

Para chegar ao objetivo, primeiramente é necessário especificar a **metodologia** da Pesquisa que sustenta esta tese. No **Capítulo I**, estão todos os passos metodológicos, sequências, princípios e formas de fazer utilizados nesta pesquisa, assim como os Principais **Conceitos** Geográficos e entendimentos adotados.

No **Capítulo II**, além da Origem dos Conflitos nos Limites Territoriais Municipais no Brasil, com a apresentação das linhas gerais da Formação Territorial Brasileira, também são abordadas todas as especificidades deste Processo com os fatos e esclarecimentos de aspectos importantes para o estudo que embasou o desenvolvimento do Método proposto. Um destes aspectos importantes é a existência de diferentes formas organizacionais e suas diversas denominações e características, que, por vezes, eram atribuídas por funções desempenhadas pelo Poder Eclesiástico na dominação do espaço colonial. No levantamento atual da origem territorial de um lugar, a correspondência de tais elementos no decorrer da evolução administrativa é fundamental, por isso, também, a importância dada a este capítulo. No campo jurídico também há esta questão, tratam-se de ordenanças, bandos, arraiais, julgados, capitanias e diversos outros elementos, estes conceitos mais específicos estão dispostos neste capítulo de forma dialética ao processo trabalhado.

Com toda esta contextualização e base histórico-geográfica firme, o **Método de Investigação de Origem Territorial** do Município, tema do **Capítulo III**, é proposto como uma ferramenta que permite a **elucidação pragmática** e sistemática da **origem do território de qualquer área do Território Brasileiro** com base na projeção dos dados oficiais brasileiros, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Ao se falar sobre Método de Investigação de Origem Territorial do Município é necessário entender alguns aspectos: qual a necessidade de um Método para este tipo de investigação; qual o problema de proporcionar

apenas investigações gerais de grandes áreas; qual é a profundidade que um método como esse deve alcançar; quais necessidades básicas de informações podem ser obtidas por meio de uma investigação desta monta; por que a busca da Origem Territorial a partir do Município.

Em primeiro lugar, um método é necessário dada a própria complexidade do Brasil, bem expressa pela quantidade atual de Municípios – 5.570 – em um território de 8.510.345,540 Km². É uma pluralidade que precisa ser contemplada e atendida em suas diferenças com um padrão de investigação territorial eficiente e eficaz que forneça segurança, tanto para pesquisas de questões macro, respondidas em investigações mais gerais, quanto para pesquisas de questões relacionadas a partes específicas do território. Sendo, então, notória a necessidade de um método específico que permita além da segurança da utilização de dados oficiais, uma forma de abordagem que atenda a pluralidade da realidade histórica que se expressa no território brasileiro.

Em segundo lugar, o método adequado pode ser aplicado em estados para responder questões que desta forma demandam. É possível aplicar o Método em cada estado e em todos os estados, obtendo um grande histórico. Neste caso, trata-se de uma investigação mais geral, proporcionando respostas igualmente gerais. É importante ressaltar que para o êxito de tal investigação, dada a complexidade do processo de Formação Territorial Brasileira, as etapas de transformação elencadas têm que ser mais enxutas, contemplando os principais momentos de alteração do território. Isso porque nesta escala não é possível tratar de todos os trâmites de todas as alterações territoriais de todos os municípios envolvidos, sob pena de perder o foco da investigação. São meandros da formação territorial que, por sua grande quantidade e complexidade, não podem ser contemplados em uma investigação geral.

Acontece que grande parte da Formação Territorial Brasileira se dá exatamente nos meandros que acontecem entre esses principais momentos das alterações territoriais. Portanto, os meandros das alterações territoriais

são extremamente importantes para um real entendimento das questões regionais e locais.

Finalmente, o porquê de a investigação ser referente ao Município. De fato, a existência dos Estados Brasileiros e do Brasil, atualmente, se dá **nos Municípios**, onde, agregados o Espaço Urbano e o Espaço Rural, **estão todos os lugares**. Hoje, a menor Unidade Territorial Administrativa que contempla Espaço Rural e Espaço Urbano no Brasil é o Município. Além de ser uma Unidade Territorial que contempla todo o território brasileiro, cada transformação territorial do Município se dá por força de Lei, o que confere solidez aos dados levantados.

Assim, é relacionada ao território do Município que está a necessidade de conhecimento quando é preciso obter dados e documentos antigos de uma propriedade rural que é desmembrada ou que precisa de regularização, de uma pequena chácara nos limites da cidade, de um pequeno sítio, de um latifúndio em expansão, de um loteamento recém-agregado à malha urbana, de uma pequena comunidade tradicional, das propriedades a serem demandadas a servidão para a passagem de um linhão de energia elétrica. Ou seja, de todas as realidades e necessidades de elucidação territorial, a resposta passa pela Investigação da Origem Territorial do Município. Neste contexto, é imperativo que haja um Método de Investigação Territorial do Município eficaz e seguro, para este fim é desenvolvida esta Tese, que busca, por meio da Metodologia Científica, propor o Método.

Com a sistematização de dados oficiais, o Método de Investigação de Origem Territorial do Município viabiliza uma base segura para a Representação Cartográfica Multitemporal e/ou Multiescalar que possibilita uma análise da dinâmica espacial investigada ao longo do tempo e embasa respostas mais assertivas às diversas questões territoriais relacionadas à dinâmica espacial.

Para dar concretude, no **Capítulo IV** é apresentado um **Estudo de Caso**: O Capítulo IV é composto de cinco Estudos de Caso, visando explicitar algumas dentre as diversas formas de utilização do Método de

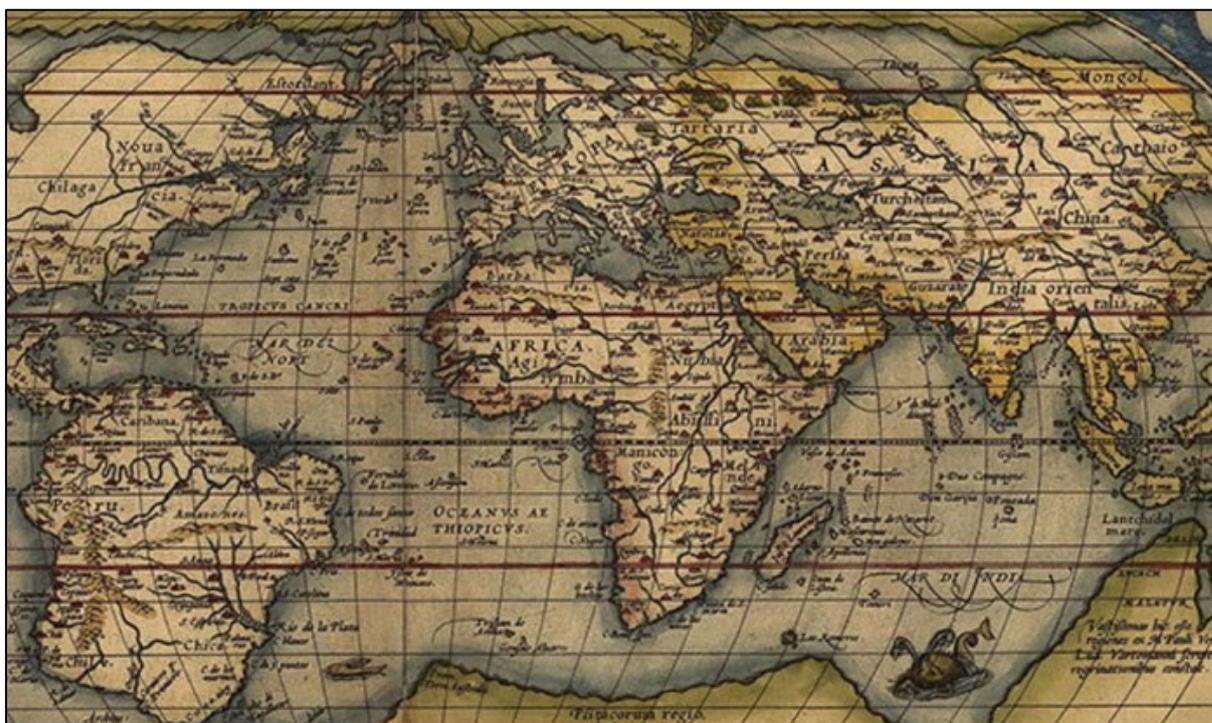
Investigação de Origem Territorial. Os Estudos de Caso contemplam os seguintes tipos e Modalidades de Investigação de Origem Territorial: Investigação Específica Simples de Pequeno Recorte Espacial – Propriedades Rurais: Fazenda Taquaral e Fazenda Lagoa Seca; Investigação Geral Simples de Grande Recorte Espacial – Antigo Araxá (Unidade Territorial Administrativa Histórica) e Investigação Geral Complexa de Grande Recorte Espacial – Comarca do Rio das Mortes (Unidade Territorial Jurídico-Administrativa Histórica) e Quilombo do Campo Grande (Unidade Territorial Histórica). Na realização do Estudo de Caso é apresentada, detalhadamente, a Aplicação do Método proposto. Alguns Materiais Cartográficos gerados a partir da aplicação do Método ilustram o processo estudado neste capítulo, assim como tabelas de bancos de dados sistematizados. Após esta apresentação, há uma análise dos resultados e dos produtos do estudo.

Finalmente, são apresentadas as conclusões e recomendações. Após os elementos textuais há em anexo todos os documentos que sejam indispensáveis para esta tese.

As incertezas de limites ao longo do tempo permeiam diversas questões do território brasileiro. Dependendo da localidade e da antiguidade da informação necessária, poderá envolver cartórios e arquivos de diversos municípios e até de mais de um estado. Portanto, é necessário saber o histórico do lugar pesquisado, o território ao qual pertence e a quais territórios tal lugar pertenceu ao longo do tempo.

CAPÍTULO I

Figura 1 - Mapa Mundi de Abraham Ortelius



Fonte: Cartografia Histórica Mapa Mundi de Abraham Ortelius

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

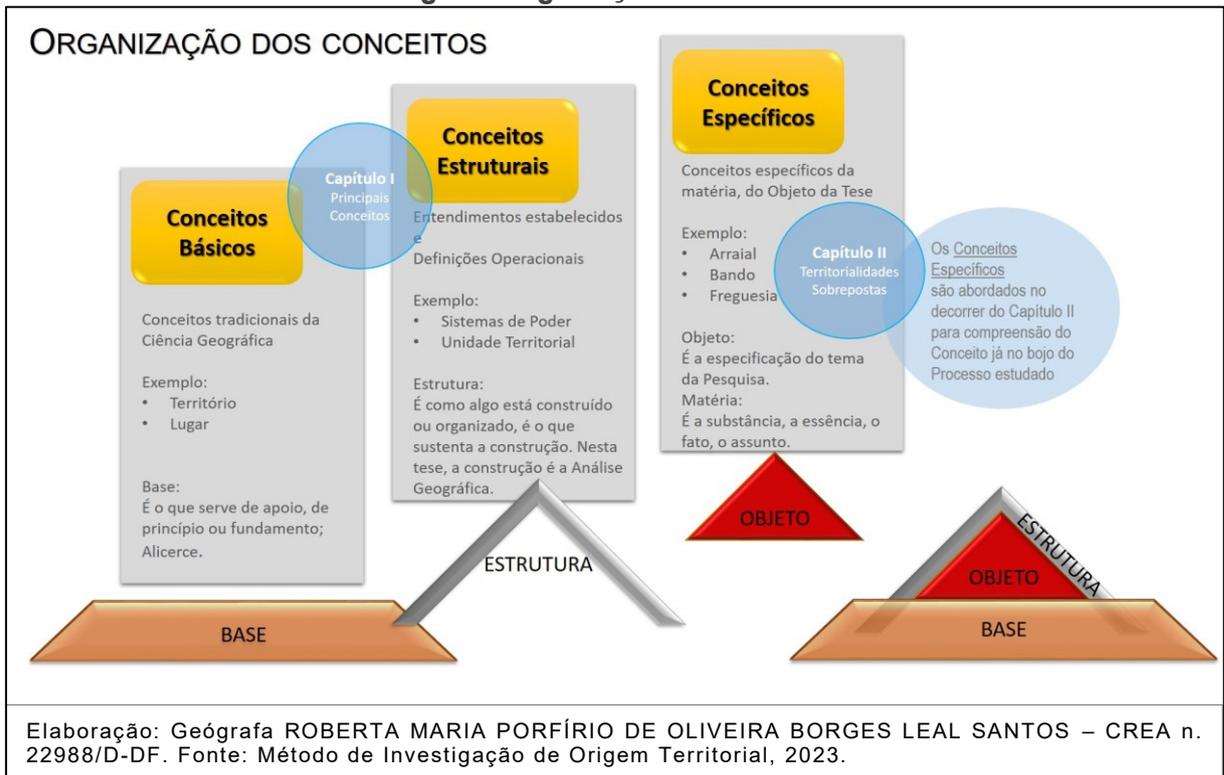
CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo há o estabelecimento das bases da pesquisa, sequência executiva, fundamentação teórica e principais conceitos básicos e estruturais. Para fins metodológicos, estão categorizados três tipos de conceitos: conceitos básicos, conceitos estruturais e conceitos específicos. Os conceitos básicos são os conceitos da ciência geográfica, como Território e Lugar, cuja definição adotada está neste capítulo. Os conceitos estruturais são relacionados a interação entre a especificidade do objeto e os conceitos básicos e definições operacionais, por exemplo: Sistemas de Poder e Unidade Territorial. Já os conceitos específicos são os conceitos relacionados ao processo estudado, como Arraial e Bando. Em uma contextualização da formação territorial do Brasil, no Capítulo II, os conceitos específicos são abordados com o seu entendimento no momento oportuno da contextualização histórica que está sendo apresentada, possibilitando a compreensão do conceito já no bojo do processo estudado.

O Capítulo II – Origem dos Conflitos nos Limites Territoriais Municipais no Brasil – Territorialidades Sobrepostas – traz uma contextualização histórica que é composta de duas partes. A primeira parte é a colonização do território brasileiro em dialética com os processos internacionais que a regem e contextualizam. A segunda parte do Capítulo II é a Historiografia Espacial da Divisão Municipal no Brasil, que após um panorama geral dos principais acontecimentos territoriais desde o final do Século XVIII até 1872, aborda 150 anos da evolução da divisão territorial do Brasil em doze recortes temporais, que correspondem aos anos de realização de censo em todo o território brasileiro.

Figura 2 - Organização dos Conceitos



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Realizada a base metodológica, teórica e conceitual, assim como a contextualização histórica e espacial, com uma visão geral da estrutura territorial brasileira, temos arcabouço para adentrar na seara das investigações territoriais brasileiras. Assim, o Método de Investigação da Origem Territorial do Município é apresentado no Capítulo III, onde todos os passos e instrumentos são apresentados e explicados.

A Investigação Territorial é apresentada utilizando a Unidade Territorial Município para exemplificar a explicação do método para proporcionar uma abordagem mais objetiva, pois o Município é uma Unidade Territorial Administrativa Contemporânea, com limites definidos, território delimitado por Lei a cada mudança de limite, deixando claro a segurança e o motivo da escolha da Unidade Territorial Administrativa Município para ser utilizada no método proposto.

Portanto, o Município é o ponto palpável que promove segurança para diversos tipos de investigações territoriais. E é nestas possibilidades que damos um raso mergulho no Capítulo IV, com o Estudo de Caso.

Então, a partir do entendimento do método, da forma de utilizá-lo com segurança, partimos para o Estudo de Caso, que exemplifica e expande o olhar para outras investigações. O Capítulo IV é composto de cinco Estudos de Caso visando explicitar algumas dentre as diversas formas de utilização do Método de Investigação de Origem Territorial.

Os Estudos de Caso contemplam os seguintes tipos e modalidades de Investigação de Origem Territorial: Investigação Específica Simples de Pequeno Recorte Espacial – Propriedades Rurais: Fazenda Taquaral e Fazenda Lagoa Seca; Investigação Geral Simples de Grande Recorte Espacial – Antigo Araxá (Unidade Territorial Administrativa Histórica) e Investigação Geral Complexa de Grande Recorte Espacial – Comarca do Rio das Mortes (Unidade Territorial Jurídico-Administrativa Histórica) e Quilombo do Campo Grande (Unidade Territorial Histórica).

Partindo de uma aplicação simples, em propriedades rurais, a complexidade de objeto aumenta gradativamente a cada Estudo de Caso para embasar uma Investigação tão complexa como a do Estudo de Caso do Quilombo do Campo Grande, na Comarca do Rio das Mortes – MG e no Antigo Araxá – MG. Territórios onde ocorreram diversos fatos de um evento: Guerra. Trata-se de Investigação de uma Unidade Territorial Histórica (ou eventual ou de fatos) portanto é um Limite Territorial Fluido ou Projetado, que demanda a investigação de Unidades Territoriais sólidas, para ganhar a solidez que for possível.

1.1.1 SEQUÊNCIA EXECUTIVA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em etapas e subetapas que foram dispostas e executadas na seguinte **sequência**:

1º - Procedimentos Metodológicos – Capítulo I

2º - Fundamentação Teórica e Conceitos Básicos – Capítulo I

3º - Conceitos Estruturais – Capítulo I

4º - Desenvolvimento do Método

Base: Método do Código de Origem Territorial do Município (BORGES, 2015)

5º - Estudo, análise e revisão da metodologia de codificação do Método do Código de Origem Territorial do Município

6º - Sistematização e Estruturação do Método de Investigação de Origem Territorial

7º - Análise da Operacionalidade do Método de Investigação de Origem Territorial

8º - Estabelecimento do Método completo de investigação o Método de Investigação de Origem Territorial – Capítulo III

9º - Desenvolvimento do Método Simplificado de Investigação Territorial para Sala de Aula

10º - Aplicação do Método Simplificado de Investigação de Origem Territorial para Sala de Aula

11º - Estabelecimento do Roteiro do Método Simplificado de Investigação de Origem Territorial para Sala de Aula – Capítulo III

12º - Realização da Contextualização Histórica – Capítulo II

13º - Realização dos Estudos de Caso – Capítulo IV

14º - Conclusões

15º - Recomendações

1.1.2 RESUMO DO PROCEDIMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO MÉTODO

1.1.2.1 Como foi desenvolvido o Método de Investigação de Origem Territorial:

A partir do Método do Código de Origem Territorial do Município (Borges, 2015), a metodologia de codificação foi estudada, analisada,

revisada e sistematizada para estruturação de um método completo de investigação: o Método de Investigação de Origem Territorial do Município.

Para lograr a realização de uma Base Territorial fundamentada na oficialidade que permita um caminho seguro de Investigação Territorial e o aprofundamento das questões espaciais abordadas, as Projeções Territoriais dos Municípios aqui apresentados foram feitas utilizando os Limites Territoriais **oficiais atuais** fornecidos pelo IBGE. A forma de Projeção Territorial dos Municípios ao longo do tempo é feita seguindo a técnica oficial utilizada pelo IBGE para este tipo de projeção:

“Os mapas com a evolução das Unidades da Federação e dos municípios foram construídos a partir da malha digital de 1991, elaborada pelo Departamento de Cartografia do IBGE, partindo-se do ano mais recente para o mais antigo através da união de polígonos. Assim, as malhas estão sujeitas a apresentar eventuais imprecisões, dado que os limites municipais não foram adequados a alterações de outra natureza que não o processo de emancipação.”. (IBGE – Evolução da Divisão Territorial do Brasil – 1872-2010)

Portanto a proposta de uma Base Territorial Oficial é cumprida pela utilização desta forma de Projeção, com estes Dados Oficiais de Limites Territoriais.

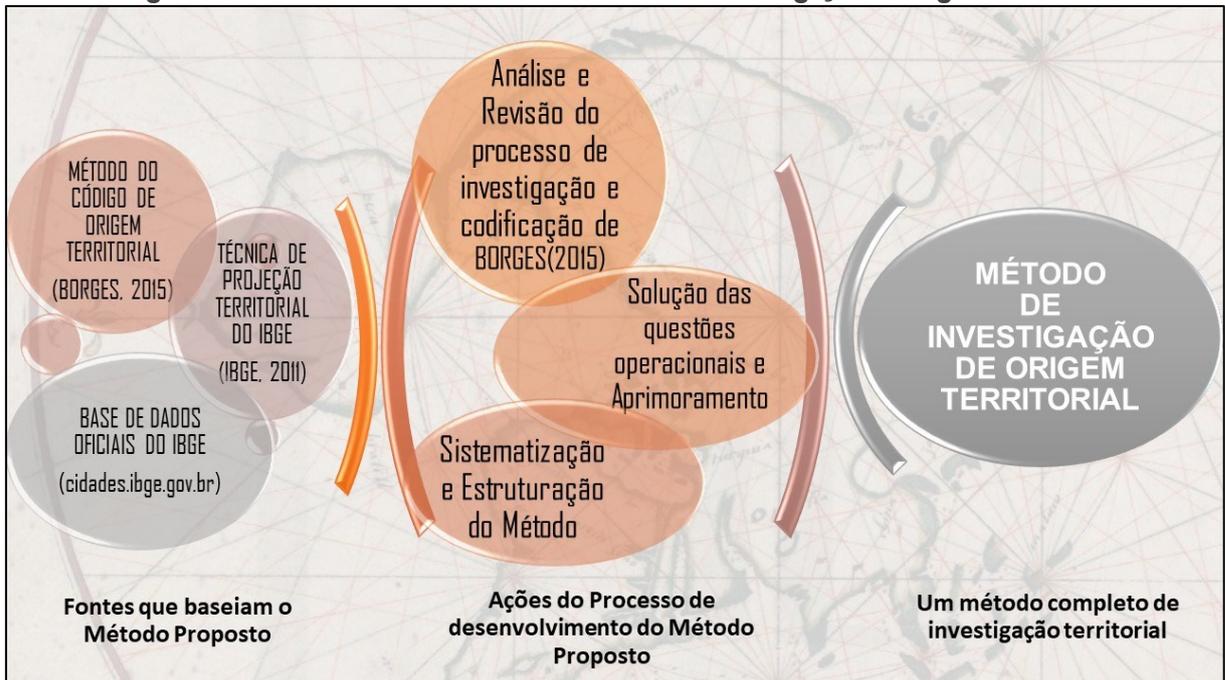
Esta técnica de Projeção Territorial já foi anteriormente utilizada em Borges (2015) na realização da Projeção Territorial do Município de Araxá desde a sua criação até os dias de hoje. Os dados desta projeção são utilizados no Estudo de Caso 3, onde outras datas de Projeção Territorial são contempladas na aplicação do Método aqui proposto.

Esta é a técnica **segura e oficial** adotada para Projeção Territorial dos Municípios, que é uma Base Territorial, portanto, é adotada pelo método para essa parte da Investigação de Origem Territorial.

Neste estudo a Projeção Territorial dos Municípios é uma parte de um protocolo maior que é necessário para alcançar o objetivo de propor um **Método Completo de Investigação Territorial**, que seja completo tanto na orientação dos passos e das formas de fazer para investigar, mas também

que seja completo em **permitir a visualização das relações e interações das partes em sua complexidade na Totalidade Dinâmica do Espaço**, como uma parte integrante do Espaço como um todo. Esse “todo” engloba, além do Município como território oficial e base, a história territorial, os Elementos Espaciais, **a sociedade em seus eventos e movimentos e as diversas territorialidades existentes**, de fato, de forma sincrônica e/ou diacrônica, independentemente de haver oficialidade.

Figura 3 – Partes do Desenvolvimento do Método de Investigação de Origem Territorial



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

O Método de Investigação de Origem Territorial aqui proposto procura trazer, além de uma projeção acessível, objetiva e nítida para quem a busca e precisa demonstrá-la, desde as mais simples investigações até a possibilidade de espacialização, constatação, delimitação e visualização das diversas partes do todo, em especial da existência e da coexistência das Territorialidades sejam elas Oficiais, Visíveis, Nítidas, Sutis, Invisibilizadas, Negadas, Ressurgentes ou Passadas e suas interações no espaço, assim como suas marcas no Território.

É fundamental compreender que para fazer uma Projeção Territorial é necessário ter um banco de dados que sustente a projeção. Não há como projetar sem os dados organizados e sistematizados. Antes de organizar e sistematizar, é necessário obter os dados, e para isso precisa-se de fontes e, para saber o que buscar em quais fontes, é necessário definir o objeto a investigar. Portanto, é necessário realizar uma série de tarefas antes de chegar à Projeção Territorial. Também é necessário saber o que fazer quando a investigação demandar “ir além” das Unidades Territoriais oficiais e Elementos Espaciais únicos e atuais. O Método de Investigação de Origem Territorial traz o passo a passo para todas as Etapas necessárias para cada tipo de Investigação Territorial.

Abaixo está disposto de forma sucinta o Roteiro de Questões e Soluções Sistematizadas para desenvolvimento do Método de Investigação de Origem Territorial que concatena pontos básicos das questões a serem resolvidas, as chaves de resolução das questões, as ações de cada fase de solução e desenvolvimento em cada etapa da execução da pesquisa para o desenvolvimento, sistematização, análise operacional e realização dos Estudos de Caso do Método de Investigação de Origem Territorial.

Quadro 1 - Roteiro de Questões e Soluções Sistematizadas para desenvolvimento do Método de Investigação de Origem Territorial – Como foi desenvolvido o Método

Roteiro de Questões e Soluções Sistematizadas para desenvolvimento do Método de Investigação de Origem Territorial								
EXECUÇÃO DA PESQUISA								
Etapa	Pré-Cartográfica				Realização Cartográfica			
	Etapa que fundamenta a Execução Cartográfica				Materialização da Cartografia			
Momento	Compreensão dos fatos				Explicação Cartográfica			
Fase	Projeção de objetivo – O Projeto Cartográfico	Concretização	Realidade	Adequação	Implantação	Revisão	Análise	Produto
Ação	Definição de: - Recorte - Escala - Tempo - Objeto - Objetivo - Tipo, Características e Fontes dos Dados utilizados. - Forma de Implantação da Informação Geográfica. - Legenda - Título Definição do IDEAL .	Coleta de DADOS . Institucionais, públicos, privados, de acordo com a fonte e característica dos dados almejados.	Tratamento e análise dos dados coletados. Constatação do POSSÍVEL .	Definição da melhor forma de utilização dos dados na Cartografia, conforme procedência, volume e característica dos dados disponíveis.	Implantação dos dados na Projeção feita, de acordo com a Concretização , a Realidade e a Adequação realizadas.	Verificação do resultado da Adequação e da Implantação dos dados e aplicação das Soluções Cartográficas necessárias.	Análise das constatações reveladas na execução do Documento Cartográfico.	Documento Cartográfico Finalizado.
Chave	Com base nos atores/agentes envolvidos.	A Cartografia só pode ser materializada se houverem dados adequados para dar substância ao Documento Cartográfico. Por isso esta é a fase de Concretização.	São os dados possíveis de serem utilizados.	Adaptação do Ideal à Possibilidade e de Execução.	Implantação da Informação Geográfica da melhor forma para representar a realidade .	Constatação do resultado da implantação e realização das adequações necessárias para alcançar o objetivo da cartografia.	Analisar o que a Cartografia revela. Para um documento cartográfico independente, utiliza-se uma nota explicativa.	Documento apto a basear análises de fenômenos ligados aos fatos representados e para todos os demais usos práticos e operacionais da cartografia.

Análise dos Resultados e dos Produtos
Conclusões e Recomendações

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS – CREA n. 22988/D-DF. Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial, 2023.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

1.1.2.2 Análise da Operacionalidade do Método

Após a Estruturação do Método, foi realizada uma análise da operacionalidade do Método Proposto. Tal análise foi realizada seguindo o Roteiro de Análise de Operacionalidade do Método.

Roteiro de Análise de Operacionalidade do Método:

1. Escolher dois Objetos (Área ou Unidade Territorial) (Recorte ou Referência Territorial) para investigar as mudanças administrativas; Unidade Administrativa Colonial e Unidade Administrativa Atual
2. Definir o período a ser investigado;
3. Definir qual será a partir da Unidade Administrativa Colonial;
4. Definir qual será a partir da Unidade Administrativa Atual;
5. Aplicar o Método no primeiro Objeto escolhido;
6. Apontar as dificuldades, obstáculos e observações para melhoramento;
7. Definir pontos de ruído;
8. Definir soluções para os ruídos;
9. Aprimorar o Método;
10. Aplicar o Método no segundo Objeto escolhido (considerando a experiência da aplicação no primeiro objeto, com o aprimoramento necessário);
11. Apontar as dificuldades, obstáculos e observações.
12. Análise da aplicação do Método:
13. Dar parecer sobre a referência de Unidade Territorial escolhida, explicando vantagens e desvantagens de cada uma delas, respondendo as seguintes questões pragmáticas sobre a aplicação do Método:
 14. As duas referências de Unidade Territorial são viáveis?
 15. Em qual situação cada uma delas é mais indicada? Por que?
 16. Quais as particularidades de cada aplicação?
 17. Escolhe apenas uma?
18. Conclusão da aplicação do Método

Após a Análise da Operacionalidade do Método, foi estabelecido o Método que está apresentado no Capítulo III, seguido do Estudo de Caso do Capítulo IV.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITOS BÁSICOS

Nesta Tese toma-se os principais conceitos geográficos, que aqui são classificados como Conceitos Básicos, de acordo com os entendimentos discorridos de forma objetiva neste tópico.

Partindo do entendimento de que **Dimensão** é uma porção mensurável do Espaço.

Dimensão: “extensão mensurável (em todos os sentidos) que determina a porção de espaço ocupada por um corpo”; um tamanho; uma proporção ou ainda “cada um dos sentidos em que se usa medir a extensão a fim de estimá-la” (Oxford Languages).

O **Espaço**, é o objeto de estudo da Geografia. Segundo Santos (1996), o Espaço é um “conjunto indissociável de Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações” (Santos, 1996). **Espaço Geográfico** é sinônimo de “Território Usado”, é uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local (Santos, 1994).

“O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a **espacialidade** é um momento. A paisagem é coisa, a **espacialização** é funcional e o espaço é estrutural. A paisagem é coisa relativamente permanente, enquanto a **espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional**. A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente” (Santos, 1988, p. 26, grifo meu).

“O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (Santos 1988, p. 25).

O “Espaço é Movimento”, “é ação que define a forma-conteúdo do Território Usado” (Santos, 1996).

O **Território Usado** é produto do Espaço e é dinâmico pela natureza do que o forma (Santos, R. 2018)

“Se o Espaço define a forma-conteúdo do Território Usado, a relação entre o Espaço e o Território Usado é de definição. Sendo o Espaço “um conjunto indissociável de Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações” (Santos, 1996), então um conjunto de sistemas define a forma-conteúdo do território. Como sistema é movimento, e movimento é uma dinâmica, então é uma dinâmica que define o Território Usado. Podemos dizer que a **Dinâmica Territorial** (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização) é dada pelo Espaço e o Território Usado é definido pelo Espaço” (Santos, R. 2018, p.29).

Nesta pesquisa mantemos o entendimento de Santos (2018) do Território:

“Território como uma dimensão de natureza concreta e dinâmica, cujo posicionamento relacional na multiescalaridade do espaço se modifica e se desloca no decorrer do tempo histórico, tanto por sua relação com as demais escalas, quanto pela singularidade dos seus movimentos e transformações, internas e inerentes ao seu papel no conjunto quanto à sua própria essência, genuína, preservada, transformada ou adquirida conforme seu posicionamento real na dinâmica territorial” (Santos, R. 2018, p.30).

Considerando que o “Território é uma dimensão de natureza concreta e dinâmica” (Santos, R. 2018, p. 30), que “das **relações** entre o Espaço e o Território Usado decorre o Processo de Formação Territorial” (Santos, R. 2018) e que “**Formação Territorial** é processo, processo é movimento ao longo do tempo, movimento é dinâmica” (Santos, R. 2018), entendemos que o conhecimento da dinâmica ao longo do tempo é fundamental para o entendimento da Formação Territorial.

“A dinâmica das dimensões da Formação Territorial deixa marcas no Território Usado em todas as suas frações (Região, Campo, Cidade)” (Santos, 1996).

“Fato é que o real conhecimento do território só é possível com o entendimento do seu Processo de Formação Territorial, e que o entendimento deste Processo só é possível com o conhecimento de seu contexto em toda a sua complexidade e da dinâmica da totalidade espacial em que tal Processo de Formação Territorial está inserido” (Santos, R. 2018, p.35).

Para obter o conhecimento do contexto da Formação Territorial, assim como Santos (2018), utilizamos a historiografia:

“A **Historiografia**, palavra de origem grega (ιστοριογραφία), pode ser traduzida como grafia (escrita, -γραφία) da história (ιστορία), em sua concepção mais corrente, remete ao produto final do ofício do historiador, podendo ainda ser entendida como conjunto de obras históricas produzidas por historiadores ao longo do tempo. Porém, deste conceito aparentemente simples emergem muitas questões que se relacionam diretamente com a polissemia da palavra história” (Cordeiro, 2015, p. 1).

“Seguindo o entendimento de Cordeiro (2015), podemos dizer que esta pesquisa se baseia não só em documentos históricos, mas também em fontes historiográficas” (Santos, R. 2018, p.35).

Na utilização de Cartografia Histórica também mantemos a abordagem de Santos (2018):

“A **Cartografia Histórica** é documento Histórico, é fonte de dados, informações e análises” (Santos, R. 2018, p.35).

“Ao articular documentos cartográficos de diferentes épocas, contemplando a contextualização em escala global/impérios/coroas, colonial/nacional, capitania/estadual, regional e local, busca-se uma compreensão maior das forças atuantes no período em que os fatos formadores das dinâmicas ocorreram, e desta forma, possibilitar a reflexão sobre as condições de criação dos documentos” (Santos, R. 2018, p.36).

É importante destacar que **o Método de Investigação de Origem Territorial permite ampla articulação de fontes e de documentos**, esta articulação de documentos pode, na medida do possível, extrapolar a

Cartografia Histórica oficial e abranger as demais Cartografias, registros e documentos históricos, enriquecendo a análise ao contemplar documentos como registros locais, cartografias extraoficiais, registros históricos dos habitantes, mapas e guias de localização rústicos e até pinturas rupestres, tudo que possa fornecer dados relevantes, de acordo com o objeto, o interesse e o foco da Investigação Territorial pretendida.

“Considerando que a Formação Territorial é um processo que envolve diversos sistemas e dinâmicas ao longo do tempo, e que estes sistemas e dinâmicas marcam o território, podemos dizer que a dinâmica territorial acontece em um território que carrega as marcas de um processo em largo espectro de formas, intensidades e sobreposições” (Santos, R. 2018, p.32).

“Portanto, mesmo que a unidade territorial mude, ou seja extinta, passando o território a fazer parte de outra unidade territorial, a formação territorial da unidade territorial precedente sempre fará parte da história da formação territorial da nova unidade, mesmo que todas as marcas territoriais do passado sejam apagadas, o contexto de criação sempre fará parte do processo de gênese da nova unidade territorial. Nessa perspectiva, consideramos que o processo de formação territorial engloba as marcas dos processos pretéritos tanto na porção de terra em que ocorre, como nos processos que regem a transformação que está sendo operada” (Santos, R. 2018, p.32, grifo meu).

“Entendendo o caráter dinâmico e contínuo do Espaço e do Território, resta inadequado falar de Formação Territorial como algo que acontece tendo início, meio e fim, porém, podemos periodizar e/ou identificar ciclos do processo” (Santos, R. 2018, p.32).

“Considerando que as dimensões da Formação Territorial podem não ocorrer de forma sincronizada, os períodos, enquanto espaço de tempo, se mostram rígidos para contemplar as dimensões da Formação Territorial” (Santos, R. 2018, p.32).

Nesta Tese é adotada a abordagem dos períodos e dos ciclos dada por Santos (2018):

“Os períodos são utilizados, por exemplo, na representação cartográfica, mas sem a rigidez que poderia diminuir a eficiência do documento produzido, portanto, informações de outros períodos que sejam importantes ou que sejam de eventos em curso no período que está sendo representado, tendo iniciado em período

anterior, compõem o Documento Cartográfico, independentemente da periodização” (Santos, R. 2018, p.32-33).

“Os ciclos permitem um tratamento mais independente de cada movimento e a sua integração à heterogeneidade do processo. Os ciclos permitem a visão da especificidade na complexidade do lugar, do espaço ou do território” (Santos, R. 2018, p.33).

“Os ciclos também apresentam limitações, visto que os ciclos não ocorrem isolados na totalidade dinâmica do espaço, e, os ciclos que compõem o processo de Formação Territorial, em uma visão sincrônica de um momento, geralmente estão em diferentes estágios, portanto, múltiplos ciclos ocorrem de forma simultânea, mas podem sincronizar-se ou não” (Santos, R. 2018, p.33).

“Os ciclos dão suporte à **Multiescalaridade** aplicada nesta pesquisa, em que, à medida que a complexidade dos Processos Espaciais trabalhados adensa a rede com a multiplicação de núcleos urbanos ao longo do tempo histórico, a escala vai aumentando. É importante frisar que a multiescalaridade ocorre, mesmo com a variação das escalas ao longo do tempo histórico, mantendo em todas as escalas os Núcleos Urbanos escolhidos” (Santos, R. 2018, p.33).

Considerando o entendimento de Milton Santos:

“Diacronia e sincronia, vistas através do espaço geográfico são, exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário” (Santos, 1996, p. 178).

As Unidades Territoriais abordadas são estudadas de forma diacrônica conforme Santos (2018):

“De forma diacrônica e, nessa **Diacronia**, a **Sincronia** do contexto é considerada em todo o percurso e na Cartografia (...) a representação da sincronia dos ciclos, sistemas e processos de determinados momentos é espacializada, como uma “fatia” do momento histórico” (Santos, R. 2018, p.34).

É crucial neste trabalho os entendimentos de Território e Lugar, especialmente de que o **Território** é formado de lugares (Santos, 1994).

“As noções de espaço e de tempo são enlaçadas, definitivamente, no lugar, onde tudo se funde no cotidiano compartilhado entre as pessoas, firmas e instituições, pautado na

cooperação e conflito. No lugar se sobrepõem dialeticamente o eixo das sucessões e o eixo das coexistências, assim, a existência do mundo se dá nos lugares. O lugar “é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações cotidianas” (Santos, 1996, p. 218, grifo meu).

“De fato, o **Lugar** é o espaço da existência e da coexistência, é palpável, **é o lugar que recebe os impactos do mundo**. Mundo e lugar são indissociáveis, e o **lugar é controlado remotamente pelo mundo**” (Santos, 1994, grifo meu).

“A produção e reprodução do Espaço ocorre com o processo permanente de **Totalização**, que é um **processo infinito de movimento permanente de unificação e de fragmentação e individuação da totalidade**, é uma dinâmica permanente de dissolução e recriação do sentido na sucessão interminável de formas-conteúdo” (Santos, 1996, p. 14, grifo meu). A cada cisão da totalidade os lugares ganham um novo conteúdo, um novo significado, um novo sentido. “É assim que os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade” (Santos, 1996, p. 14).

A totalidade é **um movimento permanente**, e **por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente**” (Santos, 1988, p. 5-6; Santos, 1988, p. 43-46, grifo meu).

A partir da compreensão de que o Território é formado de Lugares, que o Lugar é palpável e que é o Lugar que recebe os impactos do Mundo (Santos, 1994). Podemos dizer que o impacto do Mundo, que cada Lugar recebe, está diretamente relacionado à sua função na dinâmica de funcionamento do território, determinada na interação dos Sistemas de Poder atuantes no referido território. Entendendo que todos os lugares brasileiros estão contidos em algum dos municípios brasileiros.

O **Limite** territorial legal é uma delimitação, que, por força de Lei, muda ao longo do tempo.

A **Fronteira** é o espaço que abrange determinado fazer. Nesta pesquisa é desta forma o entendimento de Fronteira. Mesmo que um Instrumento Legal, como um tratado internacional ou um plano de expansão

agrícola, determine ou incentive a realização de certas práticas até determinado limite ou em determinado recorte espacial, a fronteira é o espaço até o qual, de fato, a prática é realizada e a partir do qual não é mais, ou há mudança na forma de realização. As Fronteiras são diversas, de vários elementos e assim elas coexistem, de forma sincrônica ou diacrônica, interferindo ou não umas nas outras. Por ser um espaço do fazer, a fronteira é dinâmica dada a sua característica espacial. Fronteiras não são “rígidas” como um limite determinado legalmente ou como um recorte espacial definido como “região de fronteira”. Fronteiras são tão dinâmicas quanto a capacidade do fazer, existindo dentro de uma região de fronteira ou ultrapassando todos os limites.

“A metamorfose do espaço se dá por seus vetores, que são os eventos, nos quais são unidos os objetos e as ações. Segundo Santos” (1996, p. 15), o “**Evento** é um portador de um acontecer histórico que torna o tempo concreto” (Santos, 1996).

Assim como Santos (2018), consideramos o entendimento de Santos (1996) sobre as Redes:

As **Redes** “são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (Santos, 1996, p. 182).

As redes “são produzidas, comandadas, disciplinadas e normatizadas pelo Mundo, que impõe uma racionalidade às redes” (Santos, 1994, grifo meu).

Dessa forma, desde as redes nativas de intercâmbio sociocultural e comercial anteriores ao Século XVI, como as do Império Inca, às ligadas pelo Peabirú e demais caminhos nativos, que foram caminhos que serviram para o início da introdução, de fato, da dominação do Território pela colonização europeia, passando pelas redes coloniais até as atuais, é possível ver, guardadas as particularidades de cada tempo e dinâmica, as redes e seu papel neste movimento dialético entre o mundo e o lugar.

Através das redes podemos reconhecer três totalidades que são empiricizadas por intermédio das redes: a primeira totalidade é o mundo; a

segunda totalidade é o território, de um país e um Estado resultante de um contrato e limitada por fronteiras, e a terceira totalidade é o lugar “onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa” (Santos 1996, p. 182).

Considerando que alguns dos produtos desta pesquisa estão os diversos Mapas Temáticos dispostos nos Capítulos II e IV e que as investigações territoriais realizadas utilizando o Método de Investigação de Origem Territorial proposto nesta Tese fornecem base segura para Projeção Territorial, Cartografia Multitemporal e diversos Mapas Temáticos, sobre Mapas Temáticos consideramos a definição de Anjos (1996):

“Mapas temáticos são documentos cartográficos especializados, explicativos e analíticos cujo objetivo é fornecer, com auxílio de uma linguagem gráfica, uma representação de dados do espaço geográfico possíveis de mensuração, assim como de suas correlações”. (Anjos, 1996 *apud* Anjos, 2000, grifo meu).

Ainda sobre a importância da cartografia Anjos (2000) ressalta que:

“Os mapas, portanto, podem revelar as construções sociais no território e, justamente por esse potencial, apontar os conflitos e as harmonias territoriais” (Anjos, 2000, p. 39).

1.2.1 CONCEITOS ESTRUTURAIS

Para facilitar o tratamento de processo de tamanha complexidade como a formação territorial brasileira, decorrente de processo de colonização, se fez necessário, além dos conceitos geográficos tradicionais já retomados, a especificação do significado assumido neste estudo de alguns termos adotados, que aqui classificamos como Conceitos Estruturais:

1.2.1.1 Sistemas de Poder

A Dinâmica Territorial é dada pela forma de atuação dos Sistemas de Poder. Na Formação Territorial Brasileira, especialmente durante o período Colonial, temos preponderantemente a atuação interativa no território de cinco Sistemas de Poder – Sistema Colonial Castelhanos/ Espanhol; Sistema Colonial Português; Sistema Eclesiástico, esse último atuando em duas faces, de certa forma, antagônicas; Sistemas de Matriz Indígena e Sistemas de Matriz Africana, que, além da resistência à dominação colonial, desempenharam valiosa contribuição nas técnicas e no desbravamento pioneiro do território.

Figura 4 - Principais Sistemas de Poder



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

1.2.1.2 Colonização

Neste tópico é apontado de forma objetiva o conceito de Colonização buscando a visão colonizadora, para que fique clara a lógica que dava forma às ações praticadas no processo colonizador em todas as instâncias e mecanismos empregados. Tal lógica (modo de executar, efetivar, fazer) pode ser vista em cada parte do processo. Em cada evento é possível notar a lógica de que ‘o que é de acordo com o poder hegemônico’ de dominação e colonização é aceito, o que é contra, dificulta ou atrapalha, mesmo que seja um antigo agente colaborador, é afastado, retirado, eliminado, diminuído, descartado ou invisibilizado, o que for possível e viável para neutralizar o obstáculo. Ou seja, nesta saga da colonização do território é possível constatar várias vezes “o Agente” colonizador tornar-se “o Inconveniente” ao domínio da Coroa.

Um exemplo real pode ser visto na relação entre a Expansão Bandeirante (Paulistas a serviço da Coroa) em busca de ouro seguida pela promoção pela Coroa da ocupação do território das minas pelos Reinóis Portugueses (colonos vindos de Portugal ou das Ilhas Portuguesas dos Açores ou da Madeira), a conseqüente guerra dos Emboabas (Paulistas contra Reinóis em minas) e a criação da Capitania de Minas Gerais, que retirou as principais áreas das minas dos Paulistas (Martins, 2008).

Assim a lógica era empregada para os agentes colonizadores cuja atuação deixou de ser interessante para o domínio da Coroa.

Já o que não é agente colonizador, mas, de alguma forma, um inconveniente ao processo de colonização, um perturbador do funcionamento da colônia a serviço da Metrópole e/ou dificultador do domínio da Coroa, é uma resistência.

Na lógica colonizadora as resistências são, com força desproporcional (a ampla utilização de armas de fogo é um determinante fator que, por si só, já assegura a desproporção das forças), atacadas, destruídas e aniquiladas a qualquer custo para assegurar a continuidade do processo de colonização e o domínio da Coroa no Território. Claro que o Poder Hegemônico não tem

êxito completo no enfrentamento das resistências, restando-lhe mascarar, negar e invisibilizar as resistências e as marcas dos ataques a tais resistências na sociedade, na memória, na identidade e no território.

É evidente e merece destaque que as ideologias, as formas e as diretrizes que regem esse processo, formando a lógica da colonização, são carregadas e alimentadas de estereotipação e preconceitos e, de fato, essa é a natureza e a base do processo de colonização deste período.

É importante o entendimento dessa ideologia e *modus operandi* para que se tenha consciência de que é preciso, para fazer investigações territoriais mais profundas, buscar informações que foram produzidas nesse contexto e ter a perspicácia necessária para perceber, além das perspectivas da produção de tais dados, as omissões e distorções que podem haver nas evidências históricas, e assim seguir as pistas e descobrir o melhor caminho para minimizar tais distorções na luta pelo fim da invisibilização, buscando estratégias de reconstruções históricas e espaciais que tragam à luz a verdadeira dinâmica histórica com seus inerentes conflitos, que já não podem ser negados e mascarados diante de tantos “porquês” que se consolidam no acelerado desenvolvimento da sociedade moderna. Nesse sentido, a Combinação de Fontes, apresentada no Método de Investigação de Origem Territorial é uma ferramenta importante.

Trazer o conceito de Colonização aqui desta forma **não se trata, de forma alguma, de concordância, promoção ou endosso destas formas colonizadoras de pensar e agir, mas de deixar claro qual é o *modus operandi* e o raciocínio que tangeram, formataram e conduziram o processo de colonização brasileiro**, que ocorre relacionado ao processo global da época (esta relação é abordada no Capítulo II), fruto de um expansionismo europeu que é delineado e realizado permeado por correntes de pensamento e crenças específicas que estimularam e forneceram as justificativas necessárias para o processo de expansão continuar, mesmo que, e principalmente se, para isso fosse necessário invadir, tomar, destruir

e subjugar outros povos, pois o objetivo final era a colonização para a expansão do domínio de cada coroa europeia relacionada. Vale lembrar que este também é o *modus operandi* de qualquer processo de dominação, especialmente o da dominação das pessoas, da mente das pessoas.

Isto posto, e neste sentido, seguimos com o conceito de colonização.

Segundo Moraes (2001, p.105), a colonização é um grande processo, “a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espço”:

“Colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão”. “Colonização em si mesma é conquista territorial”. A colonização “diz respeito a uma adição de território ao seu patrimônio territorial”. “ Colônia pode ser entendida como a efetivação da conquista territorial”. “A colônia é a internalização do agente externo”. A colônia “implica a consolidação desse domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial”. “ Expressão que sintetiza tudo isso é a noção de conquista, que traz inclusive o traço de violência comum em todo processo colonial” (Moraes 2001, p.105).

Ainda segundo Moraes (2001), as “*populações locais* são vistas como *recursos naturais*” (Moraes, 2001, p. 106, grifo meu). No caso do território brasileiro, o colonizador teria que montar a colonização, investir, aplicar capitais, pois, em comparação a outras áreas da América:

- Baixa densidade demográfica;
- Não havia estrutura produtiva pronta;
- Não havia riqueza imediata para saquear;
- População nativa, nômade, dividida em muitas unidades políticas: mais de 1.400 tribos diferentes (Moraes, 2001, p.107).

Neste ponto é importante refletir sobre a intensiva exploração do pau-brasil de 1500 a 1530, pois essa atesta que o pau-brasil constituiu riqueza imediata, que foi explorada até a quase extinção. É interessante também considerar que a exploração quase imediata do pau-brasil pode ser um indicativo de que alguma estrutura prévia viabilizou a atividade e, especialmente a subsistência dos recém-chegados.

Sobre a quantidade de população nativa no Século XVI, segundo o IBGE (2000), a população indígena era de 2.431.000. O Professor Ricardo Ferreira (2016), fala em **cinco milhões (5.000.000) de indígenas** à época da chegada portuguesa. A Câmara dos Deputados estima até **oito milhões (8.000.000)** de indígenas no mesmo período.

“Só no Brasil, existiam cerca de cinco milhões de indígenas quando os portugueses aqui chegaram” (Ferreira, R. Alexino. 2016).

“Estima-se que no início do Século XVI havia em terras brasileiras cerca de 1.400 povos indígenas, num total aproximado que poderia chegar até a **oito milhões de pessoas**. Assim, ao rememorar a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral baiano, estamos de fato relembrando o momento em que o processo colonial português iniciou a exploração desses povos originários, bem como a invasão e posse de suas terras” (Brasil, Câmara dos Deputados, 2021, grifo meu).

Alcida Ramos (2008) explica que os deslocamentos da população de matriz indígena os caracterizam como um povo móvel e não nômade, visto que cada aldeia possui local (casa comunal) ao qual retornam invariavelmente. Acontecem deslocamentos em diferentes ciclos, sendo os maiores a cada cinco ou dez anos, esses em um raio em torno de três quilômetros. Os deslocamentos estão ligados geralmente ao equilíbrio do uso dos recursos com a necessidade de abertura de novos roçados e novas áreas de caça e a capacidade de recuperação desses. Sobre o “nomadismo” atribuído à população de matriz indígena e seus reais deslocamentos, Ramos (2008) esclarece que:

“Nenhum desses deslocamentos, volto a insistir, tem qualquer semelhança com a figura imaginada do índio nômade, sem eira nem beira, eternamente em busca de um sustento mínimo que o livre por mais um dia da inanição. Neste sentido, nem os yanomami nem qualquer outro povo indígena conhecido se encaixa nesse imaginário preconceituoso dos brancos que, ao atribuírem nomadismo aos índios, nada mais fazem do que afirmar sua crença na superioridade do sedentarismo” (Ramos, 2008).

Ainda sobre a colonização, Moraes (2001) explica que havia geopolíticas metropolitanas específicas – motivações próprias. Cada Metrópole possuía suas próprias motivações para a colonização, essa diversidade de motivações gerou diferentes tipos de colonização:

Metrópole Espanhola (*Castilla*):

Colonização Estatal.

Metrópole Holandesa:

Colonização Privada.

Metrópole Portuguesa:

Colonização Mista.

Metrópole Inglesa:

Colonização Diversificada.

Quadro 2 – Tipos de Colonização

TIPOS DE COLONIZAÇÃO			
Espanhola (Castela)	Holandesa	Portuguesa	Inglesa
Estatal	Privada	Mista	Diversificada

Fonte: Moraes, 2001.

Fonte: Elaboração da Autora. Fonte: Moraes, 2021

Moraes afirma que não existia Brasil antes do colonizador, que a única coisa que dava unidade a esse espaço era a colonização portuguesa, pois “não havia uma raiz indígena que amarrasse essa porção do espaço” (Moraes, 2001, p.107).

É preciso esclarecer que, mesmo o Brasil surgindo apenas com a colonização, havia uma territorialidade indígena pré-colonial estabelecida,

constituída de outras Unidades Territoriais – No Capítulo II há a Cartografia da Configuração Territorial do Século XVI, que contempla uma projeção das Nações e Povos Indígenas que formavam a territorialidade pré-colonial existente. Ainda no Capítulo II, na cartografia das Principais Dinâmicas Territoriais do Século XVII há a espacialização de alguns dos conflitos da resistência dos povos de matriz indígena à colonização e no Capítulo IV há a Cartografia Gênese no Território de Conflito, que especializa alguns dos conflitos da Guerra dos Kayapós do Sul em uma fração do Território do Sertão Kayapó. Portanto, além de não serem nômades, como já mencionado, a existência desses conflitos está relacionada à atuação do Poder dos Povos de Matriz Indígena na resistência à colonização de seu território e a subjugação de seu povo a outro poder (europeu). A ocupação territorial dos povos indígenas contava com as ligações entre as aldeias pelos caminhos – por exemplo o caminho Peabiru – demonstrando a integração, de forma específica, das territorialidades nativas existentes. A mobilidade espacial dentro de seu território e as relações de poder e parentesco entre elas demonstram os intercâmbios e as interligações entre os povos e os lugares e desses com os demais.

O Peabiru é um caminho milenar, dos tempos pré-coloniais, dos povos nativos sul-americanos, que faz uma ligação transcontinental entre o litoral brasileiro na costa do Oceano Atlântico – São Vicente, SP; Cananéia, SP; Florianópolis, SC – e Cusco, no Peru, com alguns dos seus principais ramos pelo interior dos atuais estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também pelo Peru, chegando, por meio dos ramos peruanos ao Oceano Pacífico, portanto, trata-se de uma **Estrutura Pré-Colonial dos Povos Nativos Sul-americanos**, de intercâmbio e comunicação, que integra o território de mar-a-mar, do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. O Peabiru é um exemplo desses caminhos; é lícito considerar, dada toda a história da colonização, que, como o Peabiru, havia outros caminhos desta magnitude, mas que não foram destacados a ponto de suas referências ganharem a projeção que temos do Peabiru. **O Peabiru é testemunho espacial da solidez e magnitude da apropriação territorial**

pelos povos indígenas que havia antes da colonização europeia da América do Sul. Para colaborar no entendimento da grandiosidade e da força real da territorialidade pré-colonial, basta lembrarmos que, iniciado o processo de colonização da América do Sul, guardadas as especificidades de cada tempo, somente em 2010 passamos a ter, em pleno funcionamento, uma rodovia (na verdade um conjunto de rodovias) que liga o Estado do Acre ao Oceano Pacífico, tal rodovia é chamada no Peru de Carretera Interoceânica e no Brasil de Estrada do Pacífico. Para cumprir a função de ligar os dois oceanos e permitir às duas nações o acesso a ambos, a partir do Acre, o caminho segue até São Paulo, mas por outras estradas. A segunda ligação está projetada para inauguração em 2025, trata-se da Rota Bioceânica, que liga São Paulo, passando por Mato Grosso do Sul, Paraguai, Argentina e Chile, encontrando o Oceano Pacífico. Ou seja, apesar da apropriação do território desde 1500, da integração dos ocupantes, da definição das Unidades Territoriais, e das tecnologias existentes, somente cinco séculos após o início da colonização a América do Sul passou a ter oficialmente essa estrutura própria.

Moraes (2001, p. 107) aponta os seguintes vetores da conquista:

1º - Quadro demográfico

2º - Recursos naturais

“Onde há recursos naturais valiosos e não há população, a própria conquista envolve um empreendimento povoador; na maior parte dos casos, um povoamento forçado, seja por transferência de populações indígenas, seja por aquisição de escravos africanos” (Moraes, 2001, p.107).

Para além da conceituação objetiva da colonização, é importante, no contexto desta tese, acrescentar as seguintes considerações relacionadas à Dinâmica Territorial da Colonização:

Em geral, as mudanças administrativas criam uma nova Unidade Territorial, com uma fração da unidade territorial anterior, com uma nova representação do poder central, no caso, a Coroa Portuguesa, aproximando o poder central do território.

Essa aproximação se dá pelo aumento de representantes, visto que, na criação de uma nova unidade territorial desmembrada da anterior, o mesmo território passa a ter duas representações do poder central.

As mudanças administrativas com criação de novas Unidades Territoriais podem ser resultantes de um conflito local ou do poder central, mas sempre estão relacionadas à dinâmica territorial e à alteração do poder, como mecanismo que aproxima o controle ou a ação do sistema colonizador efetivando o poder no território.

Quando uma área fica, de alguma forma, alheia ao poder da representação central, outros poderes locais ou regionais emergem, se efetivam e se estabelecem. A Coroa Portuguesa já havia passado por esta experiência, há pouco havia estabelecido sua soberania sobre outros poderes que estavam no território. Na expansão europeia, uma colônia é parte de um Reino, é território de uma Coroa soberana, o Rei é o senhor absoluto dos territórios conquistados.

É importante ressaltar que por se tratar de processo de DOMINAÇÃO TERRITORIAL no qual o que é pré-existente é submetido à nova territorialidade imposta pela colonização, no **momento em que o processo de colonização começa, nasce o conflito**, em todos os sentidos – social/territorial – **o conflito é intrínseco à colonização** e, assim como os efeitos da colonização, o conflito por ela gerado se propaga ao longo do tempo e do espaço e, por mais que haja ações para mascará-lo ou neutralizá-lo, sem solução de fato, ele é realimentado pelas próprias características da forma de ocupação e existência que se estabeleceram em cada lugar que foi colonizado e, **por mais que se tente apagar seus registros na paisagem, da memória e da identidade, o território sempre carrega o rastro e/ou as pistas da história que nele se desenrolou.**

1.2.1.3 Unidade Territorial

O território total é recortado em Unidades Territoriais: País, Reino, Colônia, Comarca, Província, Estado, Condado e Município. Cada Unidade Territorial pode ser dividida em Unidades Territoriais menores.

Recorte do espaço que recebe atuação de determinado sistema de poder, configurando assim, de acordo com o poder que está atuando, por exemplo, uma Unidade Territorial Administrativa, uma Unidade Territorial Jurídica e/ou uma Unidade Territorial Eclesiástica. Aqui chamaremos tais Unidades Territoriais, respectivamente de **Unidade Administrativa**; **Unidade Jurídica**; **Unidade Eclesiástica**; **Unidade Territorial Indígena** e **Unidade Territorial Étnica Complexa**.

Essa diferenciação entre Unidade Territorial (geral) e as demais Unidades (específicas) é importante neste tipo de investigação porque, especialmente quando o recorte temporal a ser investigado é grande, é possível abranger períodos da história em que, na administração brasileira, os papéis Administrativos, Jurídicos e Eclesiásticos eram ou combinados, ou se confundiam em associações de competências, sem clara distinção na Unidade Territorial vigente.

A distinção de Unidades Territoriais geral e específicas também é importante porque um mesmo Recorte Espacial pode pertencer a Unidades Territoriais diferentes, não só ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo. O objeto da pesquisa (Método de Investigação de Origem Territorial do Município) tem foco na Unidade Administrativa. As demais Unidades Territoriais simultâneas (Unidade Jurídica e Unidade Eclesiástica) podem ser buscadas e agregadas após a Projeção Territorial Multitemporal proporcionada pelo Método de Investigação ser construída. Exemplo de Recorte Territorial que pertence atualmente a mais de uma Unidade Territorial: Unidade Administrativa – Município – Município de Araxá; Unidade Jurídica – Comarca – Comarca de Araxá; Unidade Eclesiástica – Paróquia – Paróquia de São Domingos do Araxá.

1.2.1.3.1 Unidade Administrativa

Abarca todas as formas e nomenclaturas de gestão administrativa possíveis, mesmo que não haja perfeita compatibilidade entre as formas administrativas. Assim, permitindo a transição entre as diferentes formas, modelos e especificidades de administração. Esta designação é importante pela complexidade do objeto, que pode trazer a necessidade de tratar de mais de um tipo de administração ao longo do tempo. Exemplo: Província, Estado, Município.

Relacionadas à administração de um território. Possui sede em um Núcleo Urbano:

- Capitania

Relacionadas ao nível de emancipação administrativa do Núcleo Urbano.

- Arraial
- Vila
- Cidade

Algumas outras denominações relacionadas ao processo de apropriação e colonização do território:

- Povoado

Núcleo Urbano sem capela, sem oficialização.

- Catas de Ouro/ Minas/ Achados

Núcleo minerador sem oficialização, sem capela.

- Passagem

Lugar conhecido, pode ser uma paragem ou lugar com alguma estrutura favorável.

- Curral de Índio

1.2.1.3.2 Unidade Jurídica

Compreende as Unidades Territoriais que recortam o espaço de acordo com determinada competência Jurídica, geralmente ligada à jurisdição, ou seja, ao recorte espacial de atuação e responsabilidade, de determinado juiz ou juízo. Exemplo: Comarca, Julgado.

Uma expressão da importância deste tipo de Unidade Territorial em Investigações de Origem Territorial no Brasil é o fato dos Mapas Oficiais da Capitania de Minas Gerais de 1777 terem sido feitos por Comarcas, como o Mapa da Comarca do Rio das Mortes.

São áreas de atuação de um juiz. Possuem um núcleo urbano como sede. Podem coincidir com uma unidade administrativa ou não, podem englobar várias unidades administrativas em uma unidade judiciária.

- Julgado
- Termo
- Comarca

1.2.1.3.3 Unidade Eclesiástica

Compreende as Unidades Territoriais que recortam o espaço de acordo com a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana. Exemplo: Paróquia, Freguesia.

No Capítulo II será possível entender a grande importância deste tipo de Unidade Territorial.

Abrangem um território e tem uma sede. Todas as unidades eclesiais menores do território são subordinadas à unidade superior. Podem englobar territórios de várias unidades administrativas.

- Freguesia
- Paróquia
- Bispado

- Aldeamento Missionário ou Missão

1.2.1.3.4 Unidade Territorial Indígena

Além das Unidades Territoriais já delimitadas, outras podem ser definidas e delimitadas utilizando o Método de Investigação de Origem Territorial aqui proposto (Capítulo III), sendo possível agregar quantos Elementos Espaciais forem necessários (Capítulo III, item 3.1.3.6 – Distritos e outros Elementos Espaciais) para espacializar e constatar a territorialidade indígena, possibilitando a elucidação dos limites territoriais desta Unidade Territorial Indígena ao longo do tempo, de acordo com a natureza, com as características e com a disposição dos Elementos Espaciais no território. Para tal, diversos tipos e formas de Elementos Espaciais podem ser utilizados, de acordo com a necessidade e disponibilidade desses. Desde eventos, sítios arqueológicos, localidades relevantes, elementos naturais referenciados em relatos documentados até as informações aferidas da Cartografia Histórica, de acordo com as orientações constantes no Método de Investigação de Origem Territorial.

1.2.1.3.5 Unidade Territorial Étnica Complexa

Aplicável para os estudos étnicos em geral, pode ser definida e delimitada utilizando o Método de Investigação de Origem Territorial aqui proposto (Capítulo III), sendo possível agregar quantos Elementos Espaciais forem necessários (Capítulo III, item 3.1.3.6 – Distritos e outros Elementos Espaciais) para espacializar e constatar a territorialidade étnica, possibilitando a elucidação dos limites territoriais desta Unidade Territorial Étnica ao longo do tempo, de acordo com a natureza, com as características e com a disposição dos Elementos Espaciais no território. Para tal, diversos tipos e formas de Elementos Espaciais podem ser utilizados, de acordo com a necessidade e disponibilidade desses. Desde eventos, sítios arqueológicos, localidades relevantes, elementos naturais referenciados em relatos documentados até as informações aferidas da Cartografia Histórica, de acordo com as orientações constantes no Método de Investigação de Origem Territorial.

1.2.1.4 Origem Territorial

É a Unidade Territorial considerada Origem Histórica e Geográfica do Território de determinado Município, Lugar, Propriedade, Região, Distrito, ou qualquer outro objeto de estudo. A Origem Territorial é aferida durante a utilização do Método Proposto.

1.2.1.5 Núcleo Urbano

1.2.1.5.1 O Núcleo Urbano e o Território

Do ponto de vista deste estudo, o Núcleo Urbano é um ponto relativamente fixo no espaço. Apesar de sua constante transformação, crescimento e até extinção, sua localização é fixa em relação aos movimentos históricos das fronteiras das Unidades Territoriais que se movem apesar dos núcleos urbanos.

1.2.1.6 Arraial

É um Povoado com Capela. A Capela Oficializa o Povoado, transformando-o em um Arraial. Ou seja, a presença da Igreja oficializa o Povoado. A Legitimação do Núcleo Urbano só era possível com a presença a Igreja Católica (Capela e Benção à Capela). A Capela dependia da Concessão de Terreno (Patrimônio) e a Concessão de Terreno dependia de uma autorização da Coroa (Legalidade). A presença da Igreja conferia Legalidade ao Núcleo Urbano e prestava os serviços notariais e de registros e tinha poder para, dentre outras coisas, julgar, condenar e prender;

- Não possui autonomia administrativa;
- É submetido à uma Vila;
- Seria o “equivalente” ao atual Distrito.

1.2.1.7 Freguesia

Era a menor divisão administrativa no Antigo Império Português e no Império do Brasil (em Portugal continua até hoje). No Território não havia uma estrutura civil separada da estrutura eclesiástica. É o Distrito de uma

Paróquia. É criada por Carta Régia. Em Portugal os Limites Territoriais das Paróquias vinham desde a Idade Média.

Só com a Proclamação da República houve total separação entre a Igreja Católica e o Estado. Desde então a Igreja passou a manter uma estrutura administrativa distinta.

1.2.1.8 Vilas e Cidades

É um Núcleo Urbano com Autonomia Administrativa, Sede de Município.

No Império do Brasil, os Municípios tinham como sede uma Vila ou uma Cidade.

No Brasil Imperial, a diferença entre Vila e Cidade estava na sua origem: Cidades podiam ser fundadas **exclusivamente** pela Coroa e as Vilas podiam ser fundadas por ações de donatários, capitães e governadores, mas tanto as Vilas quanto as Cidades eram sedes de Municípios;

“As Vilas e Cidades da época eram governadas pelas Câmaras Municipais, ou Câmaras de Vereação, que possuíam funções muito amplas: administravam o patrimônio público, autorizavam a construção de obras públicas, cuidavam do policiamento, da nomeação de funcionários e do estabelecimento de impostos” (Dialético, 2015).

Em várias ocasiões o governo português tentou restringir as atribuições das Câmaras Municipais, causando uma série de atritos. As Câmaras eram compostas por vereadores e juízes, escolhidos entre os “homens bons” do local, que eram os proprietários de terras pertencentes a elite da sociedade, e fiscalizados por “juízes-de-fora”, que vinham de Portugal (Dialético, 2015).

Com o advento da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1889, houve a nova Organização Territorial em estados soberanos e formadores da Federação;

Todas as Sedes de Municípios passaram a ter a categoria de Cidade em 1938, com o Decreto-Lei n. 311. Também a partir de então, as **Sedes de Distrito passaram a ser Vilas**, assim, as Cidades e Vilas “comporiam as áreas Urbanas e seus limites seriam legalmente estabelecidos pelo Município”. (Brasil, República Federativa do. Decreto-Lei n. 311/1938)

1.2.1.9 Núcleo Tradicional Indígena

Núcleo Tradicional Indígena, popularmente conhecidos como Aldeias, ocas, malocas ou tabas, são Núcleos de ocupação territorial **tradicional de formação própria** das Comunidades de Matriz Indígena, que **praticam livremente seu modo de vida, suas crenças e sua cultura.**

1.2.1.10 Aldeamentos Indígenas

São **diferentes** dos Núcleos Tradicionais Indígenas, s Aldeamentos Indígenas consistem em núcleos, **criados e governados por bandeirantes**, atendendo aos interesses colonizadores, para abrigarem Comunidades de Matriz Indígena que atuariam, voluntária ou involuntariamente, **a serviço da colonização**. Esse é o termo utilizado nas cartas oficiais do período colonial para se referir aos aldeamentos deste tipo no Triângulo Mineiro, por exemplo, nas solicitações de aldeamento dos Araxás (que, neste caso, não foi consolidado).

Os Aldeamentos da região do Antigo Araxá foram criados e dispostos com a intenção de promover segurança ao longo da Estrada do Anhanguera, que ligava São Paulo às Minas dos Goyazes. No Aldeamento de Rio das Pedras, governado pelo Coronel Antonio Pires de Campos, habitava população indígena de Bororós, trazida do Mato Grosso, essa tinha função de guerrear e combater os Kayapós do Sul (Martins, 2008), ou seja, na colonização povos de matriz indígena foram utilizados para combater uns aos outros. Não é um lugar para catequese, é um local estratégico de concentração de um “exército” composto por indígenas sob o comando de um bandeirante. A organização e governo local não é dada pelo Poder Eclesiástico, o governo é de um bandeirante a serviço da coroa. O

protagonismo nesse tipo de aldeamento não é do Poder Eclesiástico, o protagonismo é do Poder Colonial da Coroa.

Apesar de não trazer um estudo de caso específico, devido à limitação de tempo, no Capítulo II há a cartografia que aborda a espacialidade das nações e povos indígenas no Século XVI. No Capítulo IV, ao final do Estudo de Caso V, há, além de duas análises da espacialidade do Sertão Kayapó na Cartografia Histórica, a Cartografia da Gênese no Território de Conflito, que traz alguns ataques da Guerra dos Kayapós do Sul e os ataques da Guerra do Quilombo do Campo Grande espacializados no Antigo Araxá.

1.2.1.11 Aldeamentos Missionários

Os Aldeamentos Missionários eram criados por missionários religiosos, especialmente os Jesuítas, ou outras ordens e congregações religiosas, como núcleos estáveis promotores de catequização e assimilação cultural.

“Os aldeamentos constituíram um método missionário introduzido por franciscanos e dominicanos nos primórdios da colonização hispânica nas ilhas caribenhas e no litoral da “Terra Firme” mesoamericana. Amparadas por numerosas disposições jurídicas, que resultaram das longas e intensas querelas entre missionários, colonos e autoridades régias, as aldeias catequéticas tornaram-se, uma vez separadas dos núcleos habitacionais dos brancos, um modo de evangelizar comum em muitas regiões do Novo Mundo” (Melià, 2001 *apud* Arenz, 2014).

As cartografias presentes no Capítulo II trazem a Expansão Jesuíta na Colônia durante o Século XVI e os conflitos no Século XVII, o Século das Bandeiras.

“Desde o início, os aldeamentos jesuíticos foram regidos, no plano interno, por regulamentos próprios; no plano externo, procurou-se manter, mediante um complexo conjunto de leis, provisões e alvarás régios que regularizaram o fornecimento de braços indígenas para os diferentes empreendimentos coloniais, um *modus vivendi* aceitável para moradores, autoridades e as outras ordens religiosas” (Arenz & Silva, 2012, p. 24-36 *apud* Arenz, 2014).

A relação do Sistema de Poder Eclesiástico com o Sistema de Poder Colonial Português pode ser apreciada no decorrer do Capítulo II.

1.2.1.12 Instrumento Legal

Tudo o que tem “Força de Lei”, através dos tempos e sistemas de poder atuantes no território é um Instrumento Legal. O Ordenamento do Território se dá por meio de Instrumentos Legais.

1.2.1.13 Formação Administrativa

É a sequência temporal de Unidades Territoriais que fizeram parte da divisão do Território.

1.2.1.14 Município

Os Municípios, como Entes Federativos, **surgiram no Império Romano**. Esses entes desempenhavam funções de governo local mais próximos da comunidade.

O Município é a Unidade Territorial Administrativa resultante da divisão legal de um território (no caso do Brasil, de um estado):

- Tem autonomia administrativa;
- No Brasil, é a menor Unidade Territorial, com autonomia, que reúne Espaço Urbano e Espaço Rural;
- É uma fração do território, legalmente criada, cuja área total administrada é composta por Espaço Urbano e Espaço Rural, podendo o Espaço Urbano ser composto de vários Núcleos Urbanos e/ou de mais de uma Mancha Urbana;
- No Brasil é composto por Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores;
- Exceção: Distrito Federal, que possui características de Município, de Estado e de Cidade, sendo um Distrito;
- Antes o distrito-sede era uma Vila;
- Hoje o distrito-sede é uma Cidade;
- É criado por Lei Estadual.

1.2.1.15 Capitanias Hereditárias

Concedidas à donatários para Colonização Particular;

Para esse feito de colonização por particulares eram concedidos, além do território, poderes, responsabilidades, deveres, regras, limites e prazos;

Foi a primeira Unidade Territorial utilizada no Ordenamento do Território do Brasil;

O início da colonização ocorreu em 1534, com a criação das Capitanias Hereditárias (1534-1536).

Algumas fontes que fornecem documentos para Cintra (2013) constituem os primeiros pilares do ordenamento jurídico brasileiro, a saber a obra de Maria José Chorão, “pesquisadora que realizou a transcrição paleográfica, a apresentação e as notas aos documentos que se encontram na Torre do Tombo, em Lisboa” (Cintra, 2013).

“Alguns dados e textos provêm de outras fontes: as Cartas de doação de Martim Afonso de Sousa e de seu irmão procedem das obras clássicas de Pedro Taques e de Frei Gaspar; a carta de mineração e a carta de doação a João de Barros estão transcritas, ainda que com pequenos erros ou lacunas, na introdução de António Baião à conhecida Ásia desse donatário que foi o cronista das Índias e também na clássica obra de Malheiro Dias. Nos pontos cartográficos cruciais esses dados foram conferidos com os documentos originais, em pesquisa na Torre do Tombo” (Cintra, 2013).

As Capitanias Hereditárias foram incorporadas de volta à coroa em Capitanias Reais e/ou Capitanias-Gerais.

1.2.1.16 Capitanias Reais

Capitanias de propriedade e colonização pela Coroa. Para este feito, eram criados e instituídos “Cargos Públicos” a serviço do Rei.

Cargos inicialmente criados pelo governo português: governador-geral, auxiliado pelo ouvidor-mor, pelo capitão-mor e pelo provedor-mor (Dialético, 2015).

O Regimento de 1548 substituiu a descentralização do sistema de capitanias hereditárias por uma centralização administrativa. As capitanias hereditárias continuaram existindo e as novas capitanias criadas a partir de então eram capitanias reais, administradas por alguém de confiança do Rei, por quatro anos, depois outra pessoa ocupava o cargo (Dialético, 2015).

No Brasil Colonial, as funções judiciais confundiam-se com as funções administrativas e também com as funções policiais. Assim, devido à complexidade e especificidade das funções judiciais, havia os Conselhos ou Câmaras Municipais, formados por chanceleres, contadores e vereadores para a efetivação das atividades jurisdicionais nas comarcas (Cezario, 2010, grifo meu).

1.2.1.17 Capitanias-gerais

Capitanias-gerais incluíam outras Capitanias.

Em 1549 houve a instalação do governo-geral por Tomé de Sousa e o início da estruturação do judiciário com o desembargador Pero Borges desempenhando a função de administrador da Justiça no cargo de ouvidor-geral. Cada Capitania tinha um ouvidor da comarca. As questões jurídicas locais eram solucionadas nas vilas pelo ouvidor da comarca (Dialético, 2015).

A sequência das Unidades Administrativas do Brasil, desde a colônia até a República é abordada no Capítulo II, com cartografias que representam as Capitanias, Províncias e Estados.

1.2.1.18 Província

O Território Brasileiro passou a ser dividido em Províncias em 1821, quando todas as Capitanias Hereditárias já haviam sido incorporadas pela coroa em Capitanias Reais e Capitanias-gerais e “as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa” transformam das Capitanias em Províncias;

Após a Independência em 1822, com o Império do Brasil, as Províncias foram confirmadas no 1º Reinado com a Constituição de 1824;

Divisões em Províncias remontam à Antiguidade Romana;

Com a Proclamação da República, em 1889, as Províncias foram intituladas Estados.

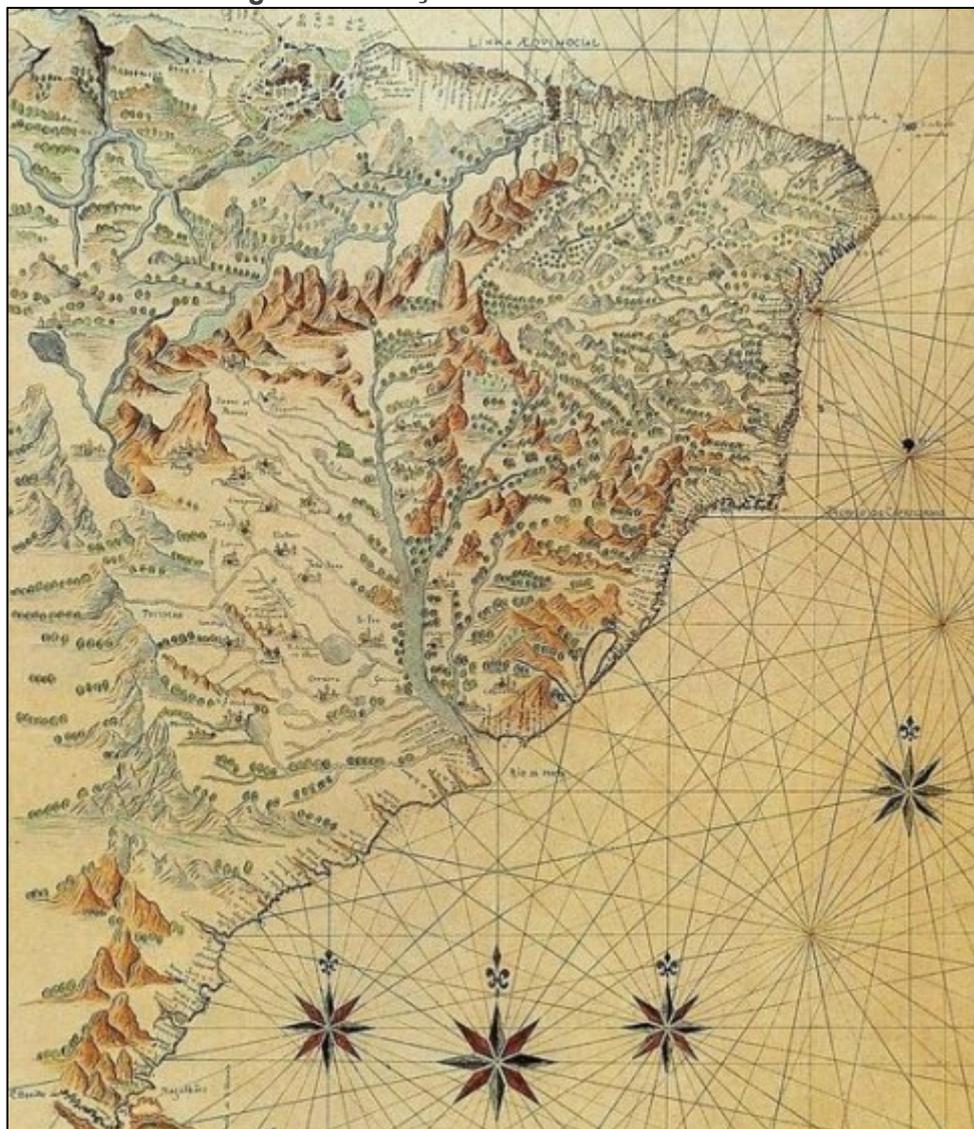
1.2.1.19 Comarca

Comarca é uma divisão territorial relacionada à organização judiciária. Comarca, “no Brasil, é o termo jurídico que designa uma divisão territorial específica, que indica os limites territoriais da competência de um determinado juiz ou juízo de primeira instância. Assim, pode haver comarcas que coincidam com os limites de um município, ou que os ultrapasse, englobando vários pequenos municípios. Neste segundo caso, teremos um deles que será a sede da comarca, enquanto os outros serão distritos deste, somente para fins de organização judiciária. Comarca seria o lugar onde o juiz de primeiro grau tem competência, o lugar onde exerce sua jurisdição (Cezario, 2010).

No entanto, as Comarcas correspondem aos limites territoriais da competência de um determinado juiz ou juizado, podendo coincidir com as delimitações administrativas ou não, sendo possível uma comarca englobar várias unidades administrativas, sendo uma a sede da comarca e as demais sendo distritos dessa, somente para fins de organização judiciária (Cezario, 2010).

CAPÍTULO II

Figura 5 – Descrição de Todo o Estado do Brasil



Fonte: Cartografia Histórica Descrição de Todo o Estado do Brasil – Atlas do Livro de Marinharia e Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – Final do Século XV

ORIGEM DOS CONFLITOS NOS LIMITES TERRITORIAIS MUNICIPAIS NO BRASIL: TERRITORIALIDADES SOBREPOSTAS

CAPÍTULO II – ORIGEM DOS CONFLITOS NOS LIMITES TERRITORIAIS MUNICIPAIS NO BRASIL – TERRITORIALIDADES SOBREPOSTAS

As questões, as organizações e, especialmente, os conflitos atuais são produto do processo de Formação Territorial, o que faz com que seja importante conhecer as dinâmicas básicas que compuseram a história da nação antes de iniciar uma Investigação Territorial. A configuração territorial brasileira atual é fruto da Formação Territorial Brasileira, englobando todas as fases, ciclos e ocupações: indígenas pré-coloniais, coloniais, imperiais e republicanas. Esta terra há muito ocupada por diversas Nações e Povos Indígenas passou por um processo de colonização pela expansão europeia, com todos os mecanismos e características do Sistema Colonial da época. O resultado é a propagação no território brasileiro deste sistema, suas dinâmicas e suas consequências no espaço, na sociedade e no território ao longo do tempo.

A Formação Territorial do Brasil é processo que ocorre em dialética com processos, ciclos e sistemas globais, refletindo a sua posição no contexto internacional ao longo do tempo e em cada tempo. Tal processo não ocorreu de forma casual, espontânea ou isolada. É parte de um movimento global, fruto de diversas dinâmicas de poder que propagam as marcas dos ciclos históricos e sistemas que lhe precederam, projetando no território (e, claro, na sociedade) a materialização da interação dos ciclos dos sucessivos sistemas globais entre si e, no caso do Brasil, do conflito gerado pela sobreposição da territorialidade de colonização, gerada por tais sistemas, às territorialidades precedentes (Santos, 1994; Santos, 1996).

Dessa forma, faz-se necessário abordar sucintamente alguns pontos dos processos globais que contextualizaram o início da sobreposição de territorialidades no Brasil.

É preciso entender que estamos falando de processos seculares de disputas territoriais entre as diversas potências que se sucederam, no

Orientes Médio, Ásia central, Ásia Menor, África e Europa, e se propagaram de várias formas em diferentes direções ao longo da história.

O **Império Bizantino** (continuação do Império Romano, como Império Romano do Oriente, na Idade Média) facilitava a ligação comercial europeia, nessa época estamos falando das Repúblicas Marítimas, com os produtos orientais. **Repúblicas Marítimas Italianas**, que, em meio ao Regime Feudal que predominou na Europa, eram repúblicas dirigidas por eleitos pela aristocracia, baseadas no comércio e que dominaram o mar Mediterrâneo, tendo atuação especialmente no Mediterrâneo Oriental e no mar Negro. Tais Repúblicas Marítimas tiveram seu apogeu na baixa idade média (Séculos X a XV).

Quadro 3 – Repúblicas Marítimas – Período e País de localização atual

REPÚBLICAS MARÍTIMAS						
República Marítima	Período	Ano de Início	Fim	Acabou dominada por	Idiomas Oficiais	Hoje faz parte da
Veneza	Séculos IX-XVIII	810 d.C.	1797 d.C.	Napoleão Bonaparte (França)	Latim Grego Vêneto	Itália
Gênova	Séculos XI-XVIII		1797 d.C.	Napoleão Bonaparte	Latim	Itália
Noli	Séculos XII-XVIII	1192 d.C.	1797 d.C.	Napoleão Bonaparte	Latim	Itália
Ragusa	Séculos XIV-XIX	1358 d.C.	1808 d.C.	Napoleão Bonaparte	Croata Vêneto Latim	Croácia
Amalfi	Séculos IX-XI	839 d.C.	1073 d.C.	Normandos	Latim Grego	Itália
Gaeta	Séculos IX-XII		1140 d.C.	Sicília	Latim Grego	Itália
Pisa	Séculos XI-XV	1060 d.C.	1406 d.C.	Florença	Latim Toscano	Itália
Ancona	Séculos XI-XVI		1532 d.C.	Estados Papais (depois Napoleão em 1797)	Latim Marchigiano	Itália
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS – CREA n. 22988/D-DF. Para: Método de Investigação de Origem Territorial, 2023. Fonte: Amorim, 2000 e Barranco, 2018.						

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes: Amorim, 2000 e Barranco, 2018.

A Pax Mongólica também teve sua importância por facilitar o fluxo comercial em todo o percurso da Rota da Seda, dada a política de incentivo ao comércio e à conexão política de territórios desde a Eurásia ao Mar do Japão de acordo com os domínios territoriais em tempos do Império Mongol (1206-1368). O fim da Pax Mongólica foi um dos eventos que impactou as dinâmicas comerciais no Mediterrâneo.

As instabilidades relacionadas às disputas territoriais do Império Bizantino, que já vinham desde o milênio anterior, seguiram neste período pós Cruzadas, tanto nos Balcãs quanto no Oriente Médio, especialmente na Anatólia e levante, se mantiveram acirradas e com forte atuação dos interesses comerciais do ocidente.

Em paralelo, na Europa, aconteciam guerras de Reconquista da Península Ibérica, que seguiram também após o período das Cruzadas, suprimindo o domínio territorial “muçulmano” e expandindo as fronteiras “da cristandade”. Com a expansão das fronteiras pelas guerras de Reconquista, vemos, como política de assegurar a posse do território pela “cristandade”, a conversão ou expulsão (ou, mais tarde, morte pela inquisição) dos não católicos romanos, de forma a suprimir outras identidades e promovendo uma expansão da identidade do reconquistador neste território.

A Europa de então estava em meio aos ventos do Renascimento, com o movimento humanista, o antropocentrismo e o surgimento da burguesia, que embalaram mudanças profundas na sociedade europeia. Uma perspectiva racionalista, científica, universalista e cultural em um renascimento urbano, com o êxodo rural e aumento da população nos núcleos urbanos e o renascimento comercial respaldando a burguesia. Para além da formação das Monarquias Nacionais, uma nova configuração territorial e social tomava forma. Todo este contexto foi solo fértil para a expansão que já estava impulsionada, belicamente e ideologicamente, dentro da Europa.

Os genoveses e florentinos já navegavam no Oceano Atlântico entre o Norte da África e Flandres e Inglaterra, tendo descoberto oficialmente as

Ilhas Canárias (1341) sob o Patrocínio da Coroa Portuguesa, mas é a conquista de Ceuta (1415) que é considerada o início da Expansão Portuguesa. A sequência da exploração marítima portuguesa seguiu com o reconhecimento dos arquipélagos de Madeira (1420), Canárias e Açores (1427) e o contorno do Cabo Bojador em 1434.

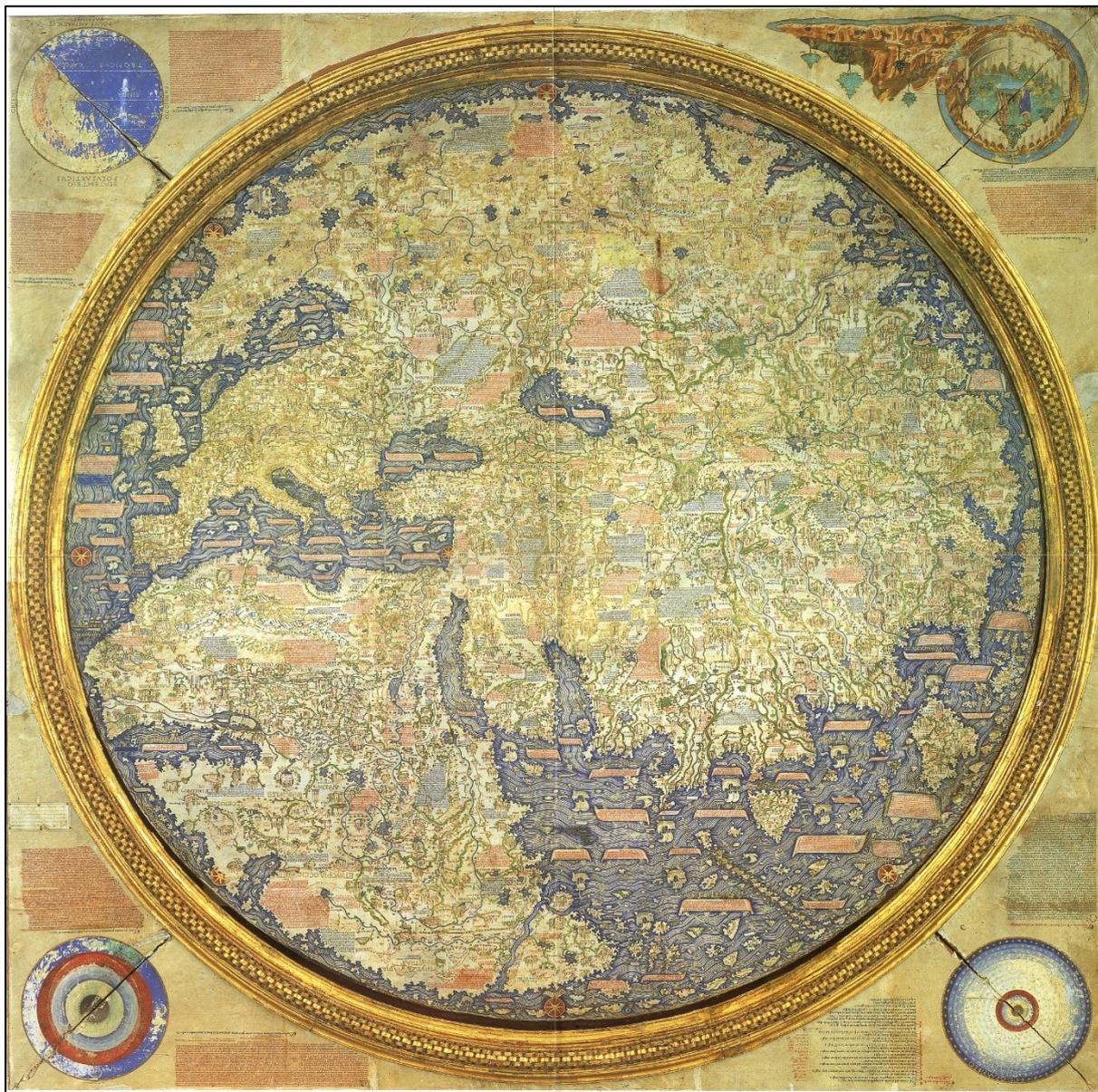
As correntes ideológicas, a reconquista, o expansionismo e as navegações exploratórias embalavam o pensamento de reconhecer e explorar, no entanto o Mundo representado nas cartografias ainda era o mundo conhecido, o Velho Mundo, o que podemos ver nos Mapas Mundi da época:

Mapa 1 – Continentes no Mapa-mundi de Fra Mauro



Fonte: Elaboração: Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: O Mapa-múndi de Fra Mauro, publicado em 1450 pelo monge veneziano Fra Mauro

Mapa 2 - O Mapa-múndi de Fra Mauro



Fonte: O Mapa-múndi de Fra Mauro, publicado em 1450 pelo monge veneziano Fra Mauro

Em 14 de junho de 1452 o Papa Nicolau II emite a bula Papa Dum Diversas, que autoriza a Coroa Portuguesa a conquistar territórios, tomar as terras e bens e atribuir aos não cristianizados capturados a escravidão perpétua. Com esses “direitos” (renovados e expandidos em bula posterior) seguiu-se o reconhecimento e a exploração da costa do Continente Africano, dos Arquipélagos e de toda terra não cristianizada que fosse encontrada.

Neste contexto deu-se o fato que hoje é considerado o fim do Império Romano (do Oriente); o fim da Idade Média e o advento da Idade Moderna: a Conquista de Constantinopla pela civilização islâmica turco-otomana, o Império Otomano, em 1453.

A mudança do domínio de Constantinopla (29 de maio de 1453) dos Bizantinos Católicos para os Otomanos Islâmicos é um ponto marcante da mudança de geopolítica nas regiões orientais de atuação das Repúblicas Marítimas. Não se trata de uma questão puramente religiosa, mas, de fato, profundamente econômica e o mais importante: geopolítica. A alteração de funcionamento com a perda de importantes rotas combinadas terrestres e marítimas pelos europeus, impactou o comércio e provocou grande aumento do preço dos produtos.

As rotas orientais exploradas até então estavam prejudicadas, mas é importante notar que o conhecimento adquirido, as habilidades desenvolvidas, na prática, de comércio com o oriente; de navegação comercial; de entradas comerciais em outros continentes e outras culturas, por gerações das sociedades das Repúblicas Marítimas, disponibilizou base técnica, operacional e cultural para o desenvolvimento do arcabouço necessário para a expansão dessas práticas a outros territórios. Uma evidência deste raciocínio é que destas Repúblicas Marítimas e seus arredores são oriundos grandes nomes das Grandes Navegações, como Cristóvão Colombo (Gênova), Américo Vespúcio (Florença – próximo a Pisa) e João Vespúcio (Florença – próximo a Pisa).

Em 2 de janeiro de 1492 é concluída a Guerra da Reconquista da Península Ibérica, com a conquista de Granada pelos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castilha. Neste mesmo ano, financiado pela Rainha Isabel de Castilha, Cristóvão Colombo **oficialmente** chega às terras do Novo Mundo em 12 de outubro de 1492, lançando-as **oficialmente** na geopolítica internacional.

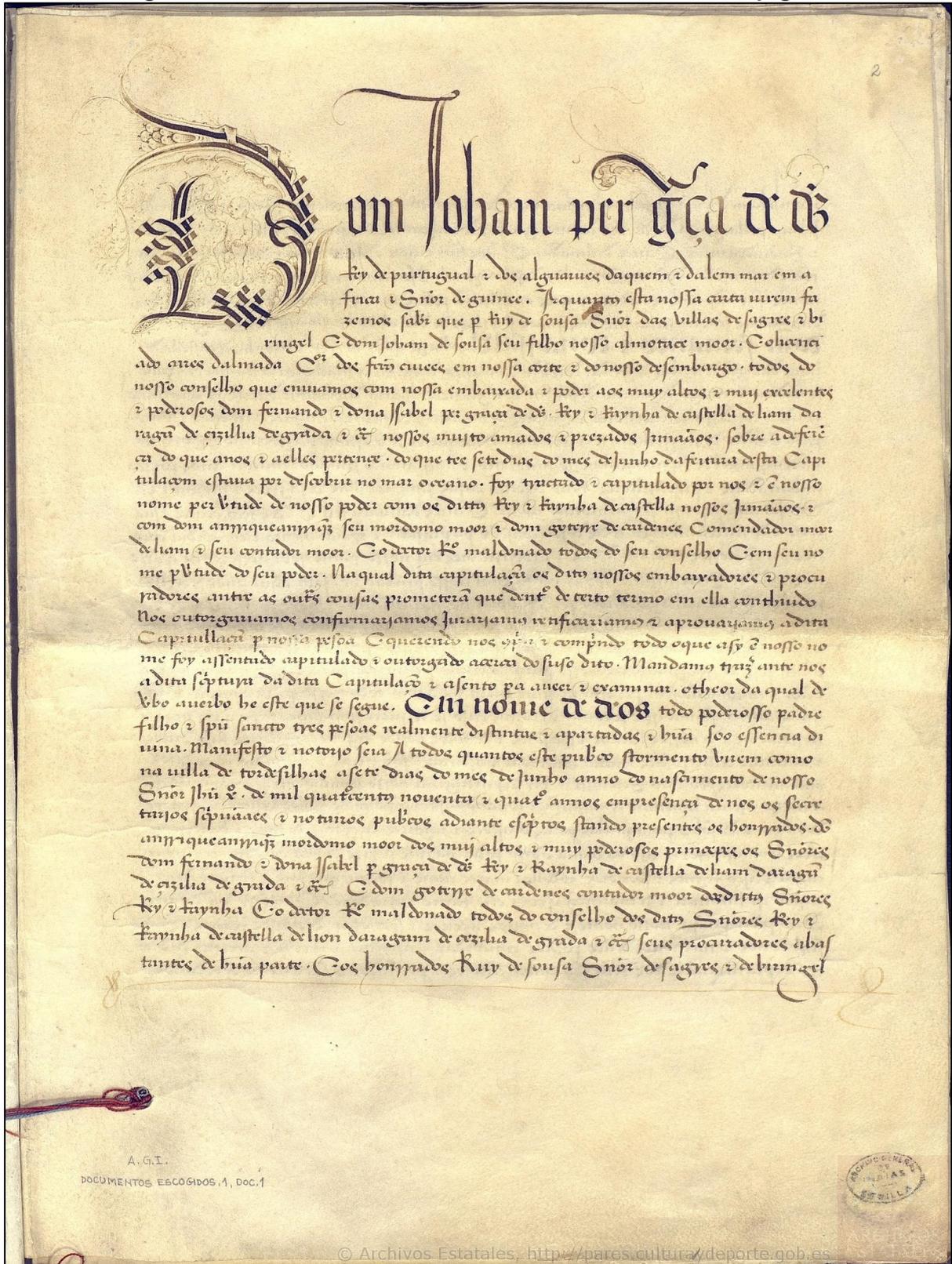
Assim, junto à Expansão Portuguesa que já estava em curso desde 1415, começou a Era das Grandes Navegações e a construção dos Impérios Coloniais.

2.1 TRATADO DE TORDESILHAS – INÍCIO REMOTO DAS SOBREPOSIÇÕES TERRITORIAIS

Uma importante forma de tentar assegurar o domínio territorial da expansão de seus reinos. O Documento do Tratado de Tordesilhas tem 33cmx25cm: “4 folhas dobradas formando um caderno de 8 folhas, unidas por um cordão de fios de seda que segura um selo de chumbo pendente. É guardado em uma caixa de 42,5 x 28 x 3,5 cm” (Tradução livre da autora). Original: “*4 pliegos formando un cuaderno de 8 hojas, unidos por un cordón de hilos de seda que sostiene sello de plomo pendiente. Se conserva en un estuche de 42,5 x 28 x 3,5 cm*” (España, Gobierno de. Portal de Archivos Españoles. Ministério de Cultura e Deporte). São oito folhas, formando 13 páginas escritas e as capas e contracapas, um pequeno documento de papel que autorizou a colonização e exploração do mundo por duas coroas.

Claro que se tratava de uma linha imaginária, uma divisão feita remotamente que incidiu nesse território mesmo antes da oficialidade do conhecimento da existência destas terras. Mas foi um tratado que oficialmente autorizou a colonização de tudo o que estivesse dentro dos limites estabelecidos a cada uma das Coroas.

Figura 6 - Tratado de Tordesilhas - Documento oficial - Primeira de treze páginas.



Fonte: Archivo General de Indias, Patronato, 1, N.6, R.1 – Disponibilizado para consulta pelo Governo da Espanha (Gobierno de España).

Figura 7 - Selo do Tratado de Tordesilhas - Versão Portuguesa.



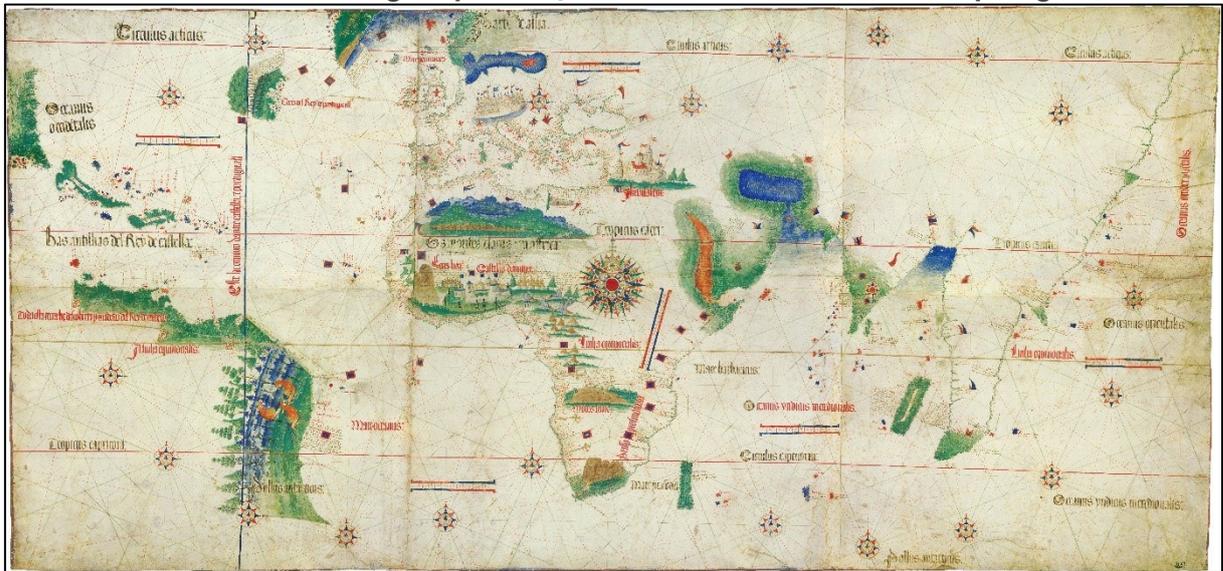
Fonte: Archivo General de Indias, Patronato,1,N.6,R.1 – Disponibilizado para consulta pelo Governo da Espanha (Gobierno de España)

É na Celebração do Tratado de Tordesilhas, em 1494, assinado entre a Coroa de Portugal e a Coroa Espanhola (Castilla), em que o mundo “descoberto” e “por descobrir” foi dividido entre essas coroas, que fica oficializada a primeira Sobreposição de Territorialidade nas Américas. É a primeira sobreposição oficial à territorialidade da Matriz Indígena na América do Sul; de forma remota e oficial, foi selado o primeiro marco oficial do processo de colonização que se iniciava no território Brasileiro.

Nesses anos as disputas expansionistas estavam acirradas. Uma ilustração deste contexto é a obra Planisfério de Cantino, fruto de espionagem cartográfica. Em meio às disputas expansionistas, o Planisfério de Cantino foi obtido clandestinamente por Cantino em Portugal para ser

enviado ao Duque de Ferrara, na Itália. É uma carta náutica das mais antigas que representa os descobrimentos marítimos portugueses.

Figura 8 - Planisfério de Cantino – 1502 – Materialização das disputas expansionistas, o Planisfério de Cantino foi obtido clandestinamente por Cantino em Portugal para ser enviado ao Duque de Ferrara, na Itália. É uma das mais antigas representações dos descobrimentos marítimos portugueses.



Fonte: Cartografia Histórica Planisfério de Cantino – 1502

A produção cartográfica dessa época teve grande expressão na forma de **Cartas Náuticas**. Relevantes para a orientação das Grandes Navegações, como vemos a seguir, na **Cartografia Náutica**, “vieram à tona” os conhecimentos que estavam se desenvolvendo nas Grandes Navegações e que podemos observar nas Cartografias Históricas, que trazem cartas náuticas com visões de mundo bem diferentes dos mapas mundi apresentados poucos anos antes. A seguir alguns detalhes da obra desenvolvida com conhecimentos do final do Século XV e publicada em 1514, o *Livro de Marinharia* e o *Tratado da Agulha de Marear*, de João de Lisboa Machado, que reúne conhecimentos de navegação, roteiros, mapas detalhados e especialmente o *Esboço da Terra*, que é um Mapa Mundi que contempla o Novo Mundo.

“Declinação magnética é o ângulo, num certo lugar e num dado momento, entre a direção do Norte geográfico, indicada pelos meridianos, e a direcção do Norte magnético, indicada pela

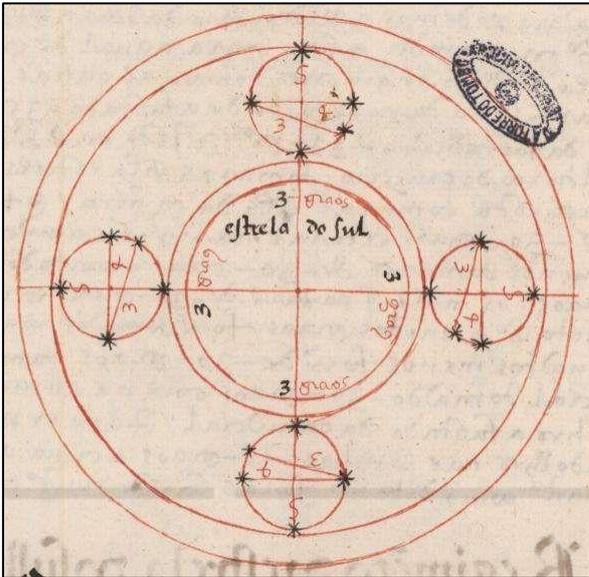
bússola. O fenómeno era desconhecido até ao final do Século XV, sendo os desvios normalmente atribuídos a agulhas mal magnetizadas ou bússolas deficientes. De acordo com o piloto João de Lisboa, que escreveu o Tratado da Agulha de Marear, o mais antigo texto conhecido sobre a bússola marítima (Albuquerque, 1982), era prática comum entre os construtores de instrumentos náuticos rodar a rosa-dos-ventos colocada sobre as agulhas magnetizadas de modo a que aquelas apontassem para o Norte verdadeiro no local onde eram construídas” (Gaspar, 2013).

Albuquerque pontua sobre a obra de João de Lisboa:

“Ainda hoje subsistem dúvidas a respeito de alguns problemas na história do conhecimento que os navegadores do Século XVI obtiveram das propriedades magnéticas da terra. Assim, por exemplo, desconhece-se o valor exacto da contribuição de Filipe Guillén para esse conhecimento, ainda não foi analisada com a devida atenção o fragmento da carta de Luís Teixeira, passaram em claro alguns textos que talvez possam fornecer informações úteis, etc. Mas do que ficou escrito supomos ser lícito tirar as seguintes conclusões essenciais: os homens ligados à náutica do Século XVI (incluindo neste número navegadores, pilotos, cosmógrafos e construtores de instrumentos) não se preocuparam com a elaboração de uma teoria explicativa do magnetismo terrestre (seria, aliás, cedo para o tentar), mas contribuíram para o conhecimento dos fenómenos magnéticos naturais:

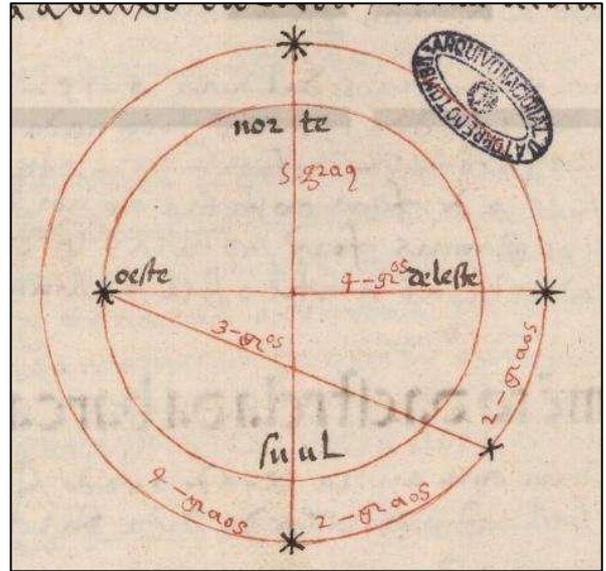
- sujeitando a sucessivos aperfeiçoamentos a bússola, que João de Lisboa é o primeiro autor a descrever minuciosamente;
- melhorando progressivamente os processos de observação da declinação magnética, até saberem construir e utilizar as tábuas com as amplitudes ortivas do Sol;
- registando inúmeras observações da declinação feitas no mar e em terra, único meio possível de avançar no conhecimento de fenómenos que desafiariam por muito tempo a sagacidade dos homens de ciência”. (Albuquerque, 1994)

Figura 9 - Estrela do Sul – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



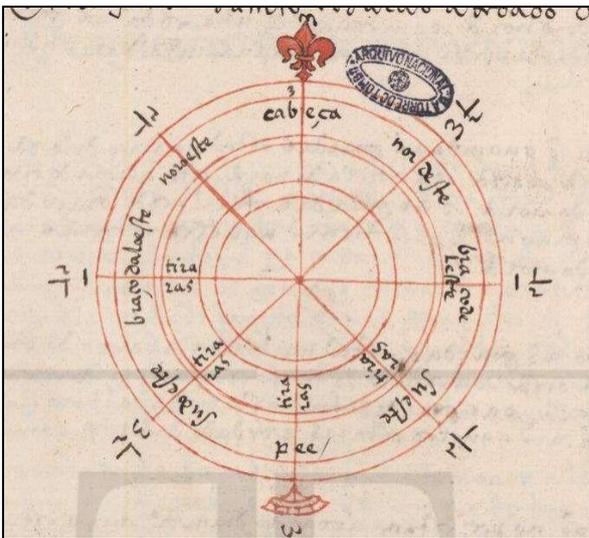
Fonte: Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear (Machado, João de Lisboa. 1514. f.41)

Figura 10 - Estrela do Sul, norte e sul – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



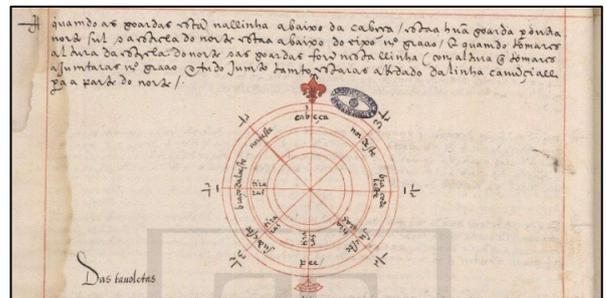
Fonte: Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear (Machado, João de Lisboa. 1514. f.41)

Figura 11 - Rosa dos Ventos - Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



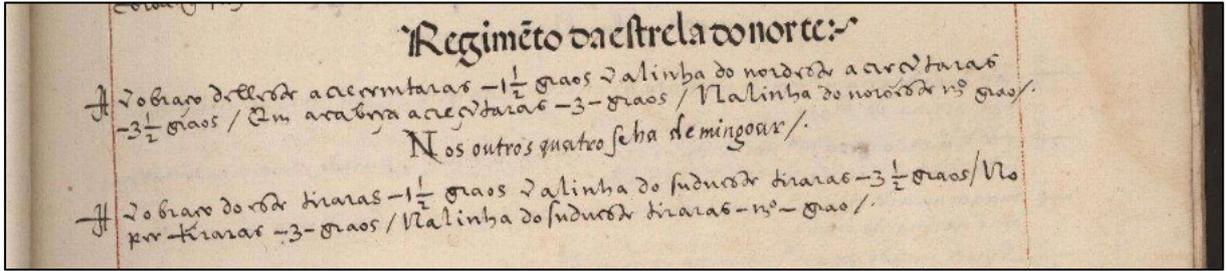
Fonte: - Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear (Machado, João de Lisboa. 1514. f.40)

Figura 12 – Instruções e Rosa dos Ventos – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



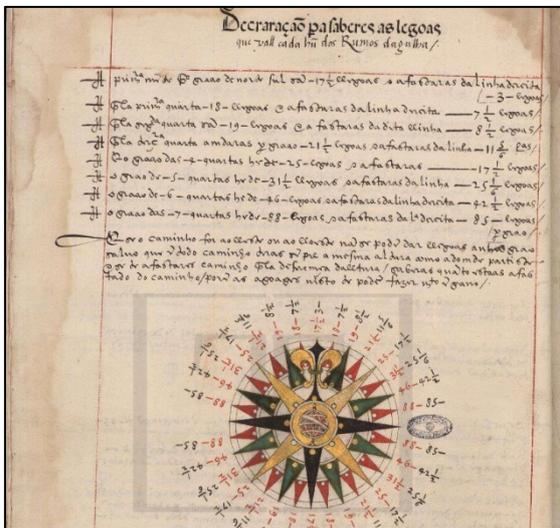
Fonte: - Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear (Machado, João de Lisboa. 1514, f.40)

Figura 13 - Regimento da Estrela do Norte – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



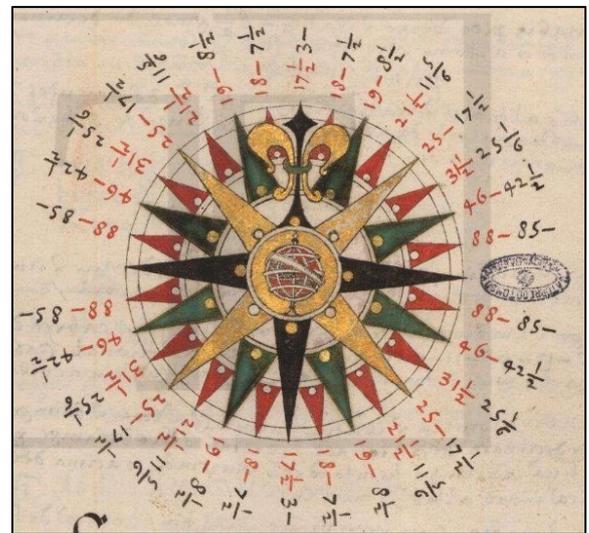
Fonte: Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear (Machado, João de Lisboa. 1514. f.40)

Figura 14 - Para saber as Léguas – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



Fonte: Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear - de João Lisboa Machado 1514 (f.46)

Figura 15 - Marcação para saber as léguas – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



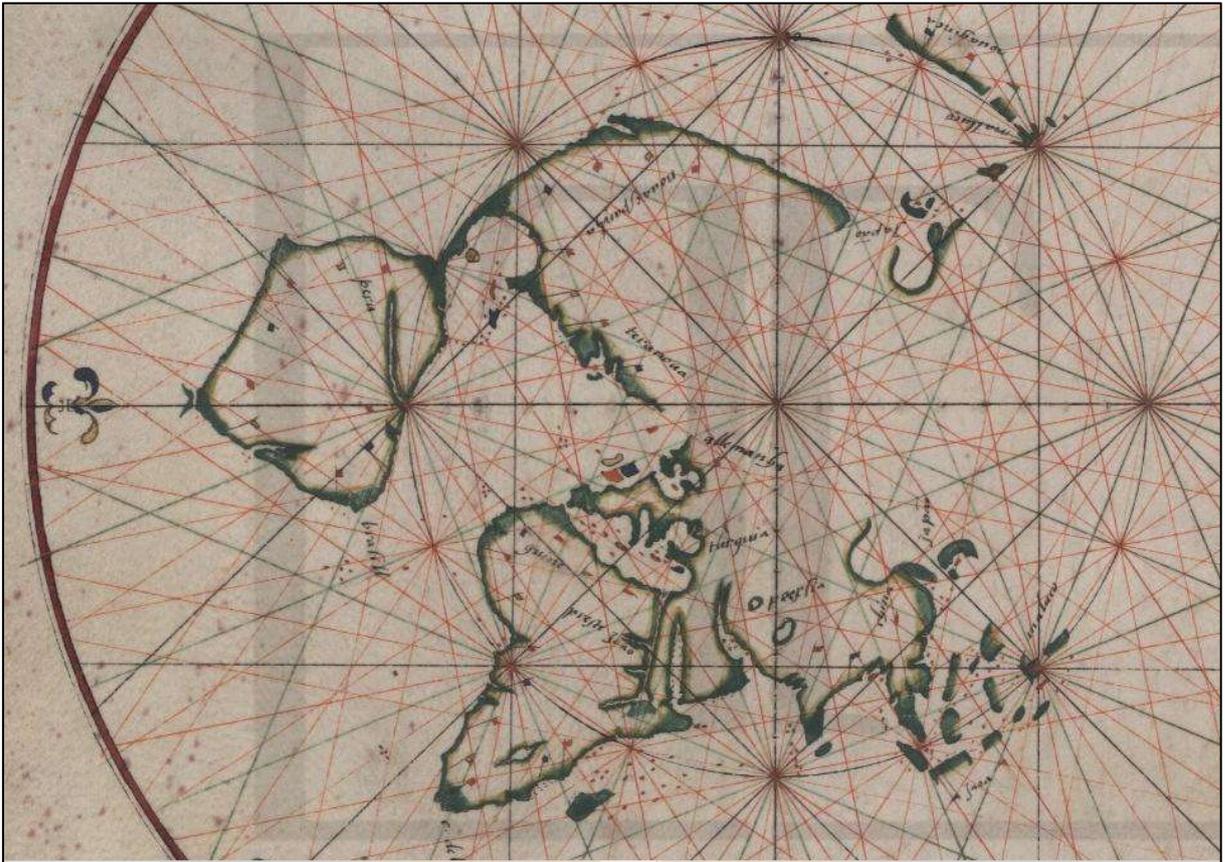
Fonte: Livro de Marinharia - Tratado da Agulha de Marear - de João Lisboa 1514 (f. 46)

Neste cenário, o Expansionismo Português chegou pessoalmente e oficialmente à América do Sul em 1500.

O “descobrimto” ou “achamento”, que aqui conceituamos como a **Inserção oficial do território brasileiro no contexto internacional**, evento ao qual nos referiremos daqui para frente de forma mais simplificada, como **Inserção do Brasil no Cenário Internacional**, em 1500, iniciou oficialmente a efetivação da sobreposição da territorialidade colonial à territorialidade indígena, com a presença física oficial do colonizador no Brasil. Assim conceituamos por entender que foi isso que aconteceu, visto que nesta terra

já havia ocupação humana e, portanto, territorialidades estabelecidas, mesmo que (e é claro que assim seriam) de forma diferente das ocupações e civilizações dos outros continentes cujos sistemas agora se projetariam abertamente para este solo.

Figura 16 – Esboço da Terra – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – final do Século XV



Mapa 3 - Esboço da Terra - Livro de Marinharia de João de Lisboa 1514

No Mapa **Litoral brasileiro, no Livro de Marinharia - João de Lisboa 1514**, (próxima página) já expressando as informações sobre os litorais das terras antigas e “novas”, é notável que esta produção de 1514, apenas 14 anos após a inserção do Brasil no cenário internacional, já traz dispostos os brasões dos colonizadores nas colônias além de quantidade considerável de informações acerca da hidrografia do litoral destas terras.

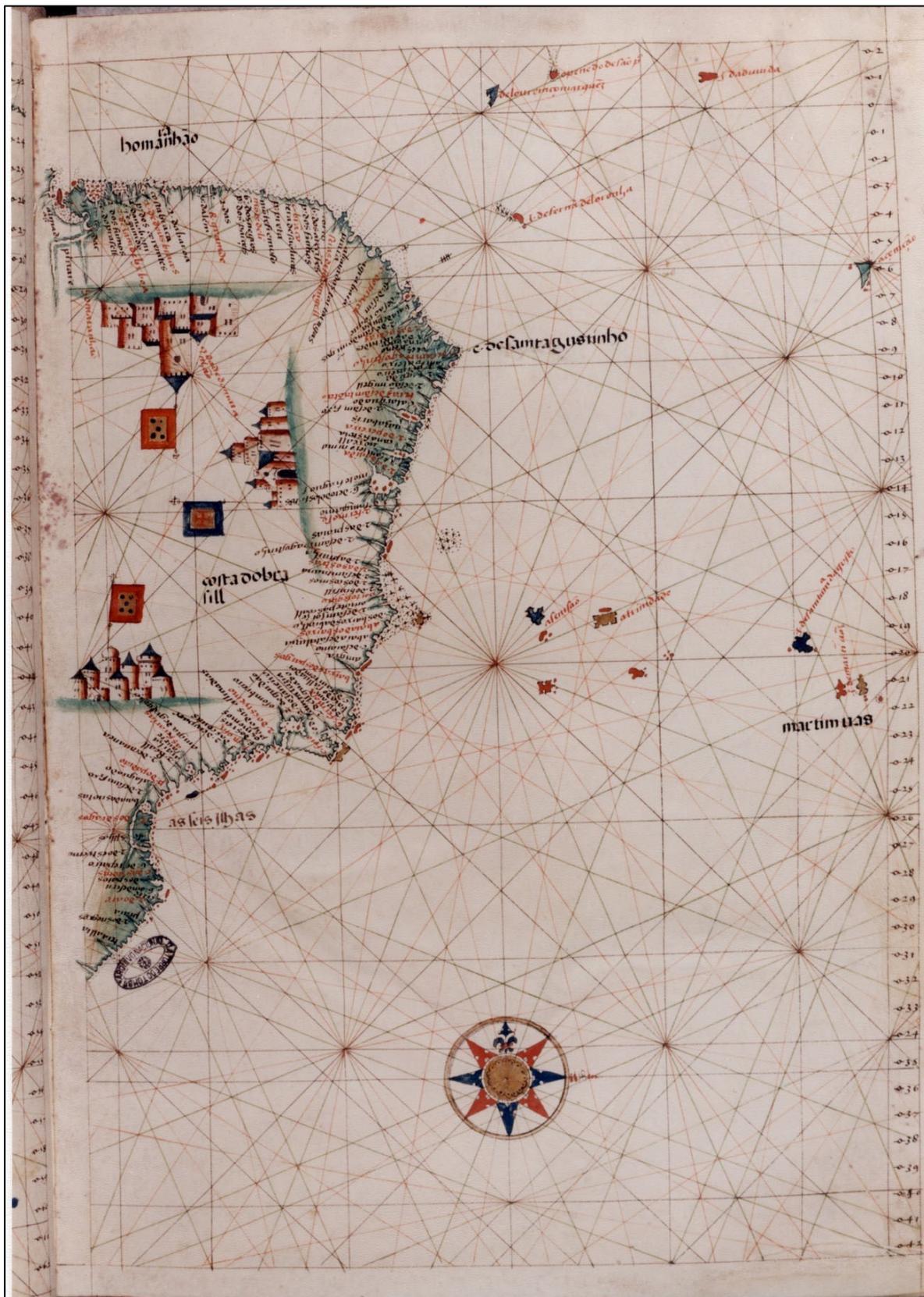
O conhecimento cartográfico claramente era valioso e disputado, era o “Mapa da Mina”, que fornecia base para as ações de exploração e colonização dos lugares conhecidos e, especialmente, dos desconhecidos.

Este Mapa **Litoral brasileiro, no Livro de Marinharia - João de Lisboa 1514** representa as informações do território de que dispunha o cartógrafo de marinharia com os domínios do território. Independentemente do que haja nesta terra, ela pertence à Coroa determinada, segundo o Tratado de Tordesilhas.

A sobreposição da Territorialidades continuou com o Processo de Colonização, que além da tomada do território, sujeitou o espaço colonizado ao Direito da Metrópole, ou seja, às leis portuguesas.

Na Estrutura Jurídica Portuguesa do Século XVI, a primeira responsabilidade do rei era a administração da justiça. As Ordenações reuniam as leis de toda a Estrutura Jurídica Portuguesa, que eram aplicadas à Portugal (sede do Império) e à todas as Colônias Portuguesas. Na aplicação às Colônias muitas leis precisaram ser adaptadas devido às peculiaridades locais (Cezario, 2010).

Mapa 4 - Litoral Brasileiro na Cartografia Histórica Descrição de todo o Estado do Brasil – Tratado da Agulha de Marear de João de Lisboa Machado – Final do Século XV



Fonte: Atlas do Livro de Marinharia – Tratado da Agulha de Marear (Machado, João de Lisboa. 5014)

“As ordenações abrangiam juridicamente não só a sede do império, mas também suas colônias, porém, nem todas as leis eram de fácil aplicação no Brasil (assim como em outras colônias, onde muitas leis precisaram ser adaptadas), devido às peculiaridades culturais ou à falta de condições (de aplicação)” (Cezario 2010, grifo meu).

Em conjunto com as Ordenações, o judiciário do Império Português também tinha como Leis o “*Lex Romana Wisigothorum*” – direito comum dos povos germânicos –, os Privilégios – direitos assegurados aos nobres pelos reis – e os Forais – leis particulares locais, asseguradas pelos reis (Cezario, 2010).

As leis das Ordenações Afonsinas, elaboradas e ordenadas pelo rei D. João I, em seu reinado (1385-1433) e promulgada pelo rei Afonso V, vigorando de 1446 a 1521 e as demais ordenações promulgadas – Ordenações Manoelinas em 1521 e Ordenações Filipinas 1605 – e o Código Sebastião em 1569 (que correspondem a revisões e recompilações de novas leis extravagantes) (Cezario, 2010) em conjunto com as demais fontes normativas - *Lex Romana Wisigothorum*, os Privilégios e os Forais foram, portanto, as leis que regeram o Brasil Colônia neste período.

“Considerando cada Lei uma imposição que se sobrepõe ao Território e à Territorialidade existente, cada Lei é uma Sobreposição. Portanto o Ordenamento Legal e a Estrutura Judiciária vigentes no Sistema Colonial constituem uma rede de imposições que, por meio da soberania da Coroa, sobrepõem no Território, a Territorialidade Colonial sobre a Territorialidade existente no Território” (Santos,2018. p.68-69).

Com este Arcabouço Jurídico começa a colonização com a Primeira Divisão Administrativa do Território: As Capitânicas Hereditárias. As Capitânicas Hereditárias eram uma forma de colonização particular, cuja delimitação era feita pela coroa e a ação no território era feita por um particular, o donatário.

A Cartas de Doação indicavam os limites e as léguas de cada território, Cartas Forais indicam o total de léguas conferidas ao donatário, sem especificar se o território é contínuo ou não; Alvarás de Lembrança são

documentos de promessa de doação de terras; Apostilas são acréscimos, geralmente retificatórios, das Cartas de Doação dos Donatários; Carta de Mineração é um documento conjunto concedendo a exploração de ouro e prata aos três primeiros donatários (Aires da Cunha, João de Barros e Fernando Álvares de Andrade), corrige ou acrescenta léguas, fornecendo os limites e as léguas atribuídas a esses capitães (Cintra, 2013). A criação das primeiras Capitânicas Hereditárias foi entre 1534-1536. Sobre esta Primeira Divisão Administrativa do Território temos a projeção do trabalho de Cintra (2013):

Mapa 5 - Capitânicas Hereditárias segundo Cintra

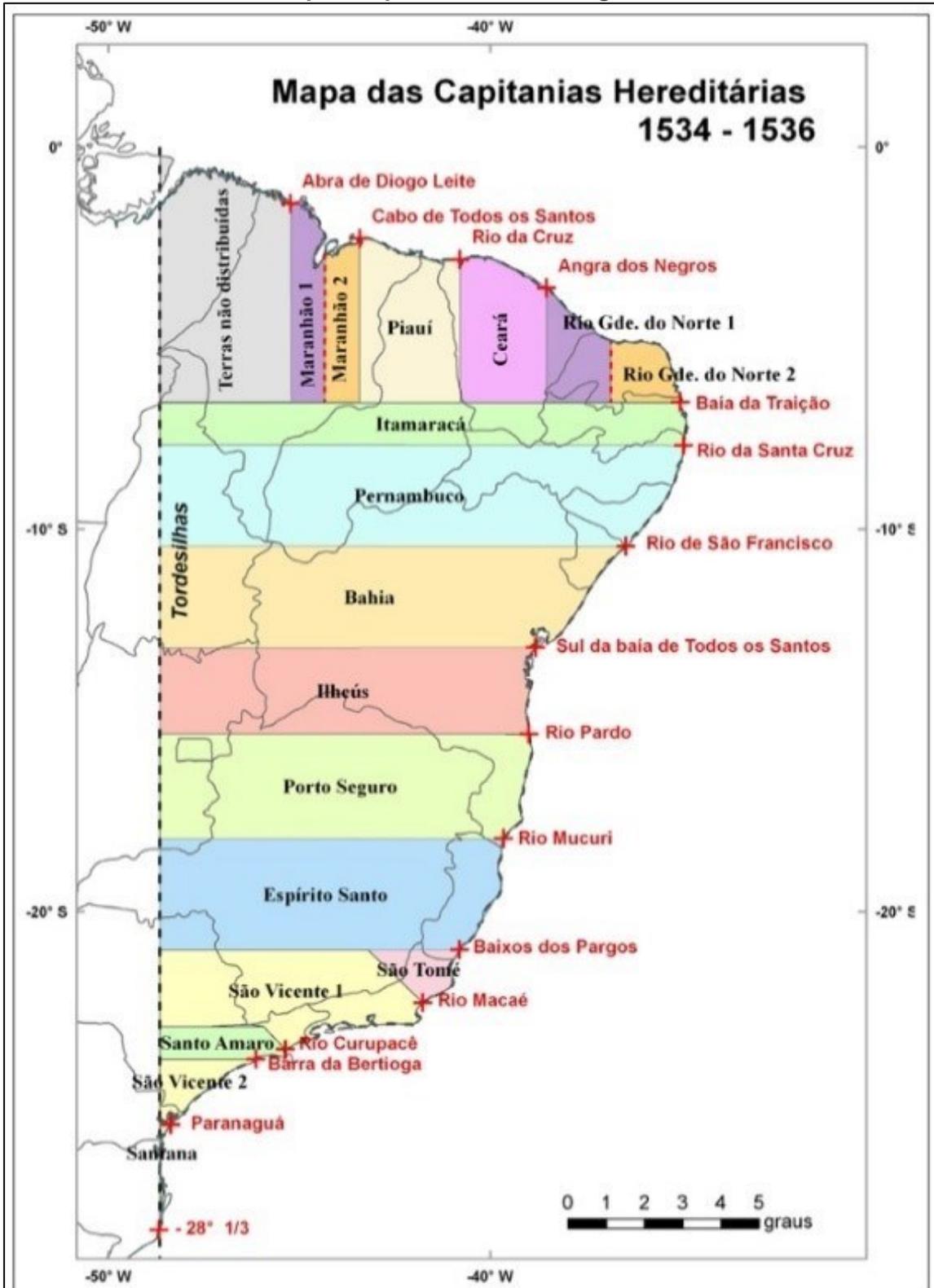


Figura 10 – Proposta do novo mapa das capitânicas hereditárias. Desenho do autor.

Fonte: Capitânicas Hereditárias (Cintra, 2013)

As Capitanias Hereditárias foram criadas, inicialmente, da seguinte forma:

Quadro 4 - Criação Inicial das Capitanias Hereditárias - 1534-1535

<u>Doação</u>	<u>CAPITANIAS</u>	<u>DONATÁRIOS</u>
1534	S. Vicente	Martim Afonso de Sousa
"	Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho
"	Porto Seguro	Pero de Campos Tourinho
"	Bahia	Francisco Pereira Coutinho
"	Pernambuco	Duarte Coelho Pereira
"	Santo Amaro	Pero Lopes de Sousa
"	Itamaracá	Pero Lopes de Sousa
"	Rio Grande Do Norte	João Barros e Aires da Cunha
"	Ceará	Antônio Cardoso de Barros
"	Juruemará	Alvares de Andrade
"	Maranhão	João de Barros e Aires da Cunha
1535	Ilhéus	Jorge de Figueiredo Corrêa

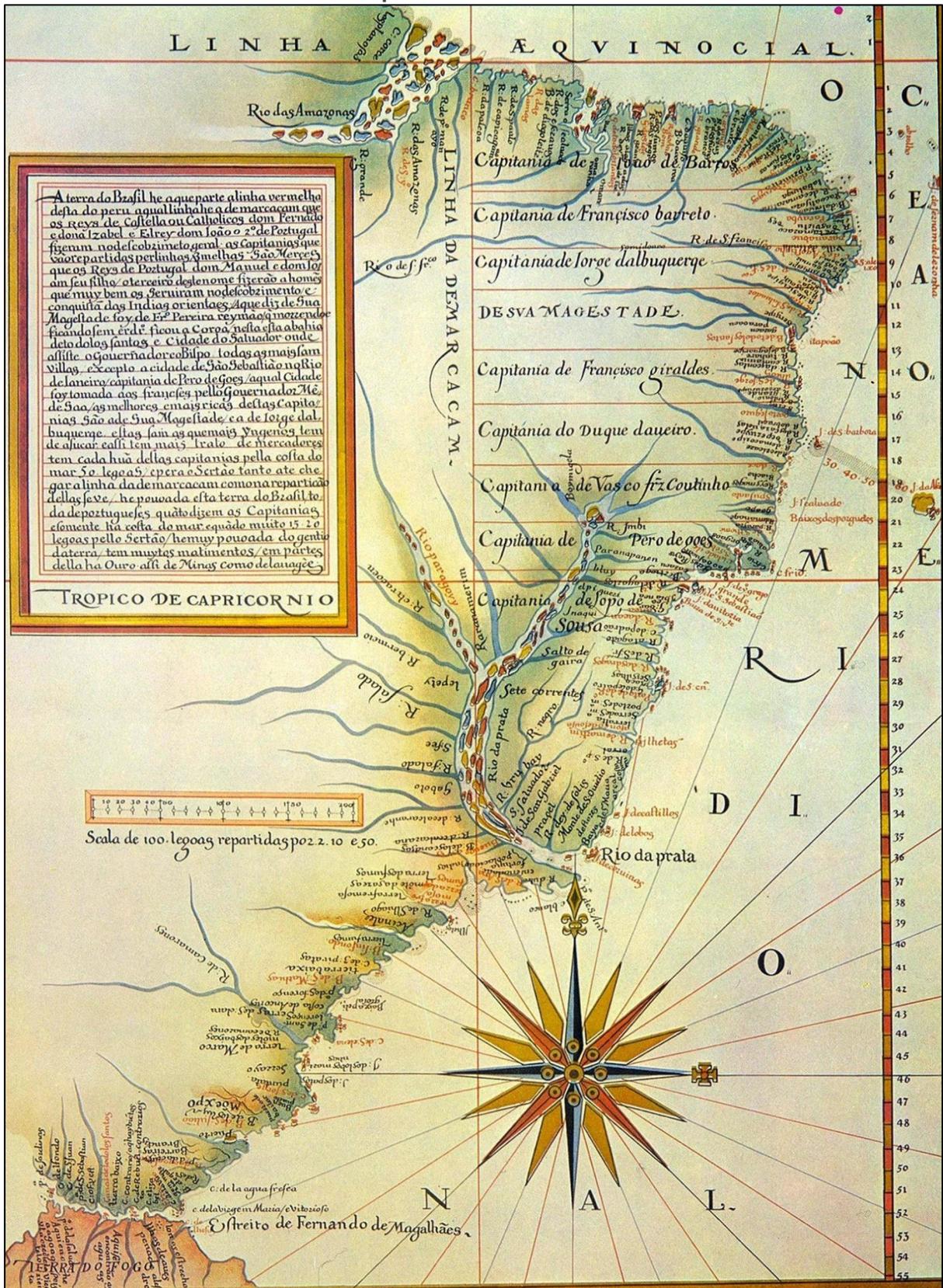
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS – CREA n. 22988/D-DF. Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial, 2023.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Assim iniciou-se Evolução Político-administrativa do Território, com as Unidades Territoriais Capitanias, que foram de três tipos: Capitanias Hereditárias; Capitanias Reais e Capitanias-Gerais. As Capitanias Hereditárias eram concedidas à particulares leais ao rei. As Capitanias Reais eram da Coroa. As Capitanias-Gerais também eram da coroa, mas estas podiam conter outras capitanias em seu território. Com o tempo algumas Capitanias Hereditárias foram reincorporadas à coroa, outras Capitanias Hereditárias foram criadas assim como novas Capitanias Reais.

A Cartografia Histórica *Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, de Luís Teixeira, do ano de 1574 (próxima página) traz a representação cartográfica das Capitanias na segunda metade do Século XVI, já é possível ver as mudanças da configuração territorial com a Presença de uma Capitania “DE SVA MAGESTADE”, ou seja, uma Capitania Real em meio às Capitanias Hereditárias.

Mapa 6 - Linha de Tordesilhas em "Roteiro de todos os sinais conhecidos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães" - Mapa de Luís Teixeira – 1574



Fonte: Cartografia Histórica de Luís Teixeira (Teixeira, Luís, 1574)

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Quadro 5 - Tradução Livre da Inscrição da Cartografia Histórica "Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, ederrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Femão de Magalhaës"

INSCRIÇÃO ORIGINAL:

“A terra do brasil he a que parte a linha vermelha desta do peru aqual linha he a de marcaçam que os reys de Castella ou Catholicos dom Fernando e dona Izabel e Elrey dom João o 2º de Portugal fizeram no descobrimento geral as Capitancias que vão repartidas per linhas vermmelhas São Mercês que os Reys de Portugal dom Manuel e dom Joam seu filho / o terceiro deste nome fizeram a homês que muy bem os Serviram no descobrimento / e conquista das Indias orientaes / Aque diz de Sua Magestade foy de Frº Pereira reymão / ã mozzendo e ficando sem erdrº ficou a Coroa nesta esta a bahia deto dolos Santos e Cidade dp salvador onde assiste o Governador e Bispo todas as mais sam villas excepto a cidade de São Sebastião no Rio de laneiro/ capitania de Pero de Goes / a qual Cidade foy tomada aos franceses pello Governador Mê de Saa / as melhores e mais ricas destas Capitancias são a de Sua Magestade / e a de lorge dal buquerque. estas sam as que maiz yngenos tem de asucar e alli tem mais trato de mercadores / tem cada huã destas capitancias pella costa do mar 50 legoas / e pera o sertão tanto ate chegar a linha da de marcaçam como na repartição dellas se ve / he puvoada esta terra do Brasil toda de portugueses quãto dizem as Capianias e somente ha costa do mar e quãdo muito 15-20 legoas pello sertão / he muy povoada de gentio da terra / tem muytos matimentos / em partes della ha ouro assi de Minas como de larrangêe”.

TRADUÇÃO LIVRE:

“A terra do Brasil é a que parte a linha vermelha desde o Peru. A qual linha é a de marcação que os Reis de Castella, ou Católicos dom Fernando e dona Izabel, e o Rei dom João, o 2º de Portugal, fizeram no descobrimento geral. As Capitancias que vão repartidas por linhas vermelhas São Mercês que os Reis de Portugal dom Manuel e dom João, seu filho, o terceiro deste nome, fizeram a homens que muito bem os serviram no descobrimento e conquista das Índias orientais. A (Capitania) que diz “de Sua Majestade” foi de Francisco Pereira Coutinho, que morrendo e ficando sem herdeiro, ficou a Coroa. Nesta está a Bahia de todos os Santos e Cidade de Salvador onde assiste o Governador e Bispo, todas as demais são Vilas, exceto a cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro, capitania de Pero Góes, a qual Cidade que foi tomada dos franceses pelo Governador Mem de Sá. As melhores e mais ricas destas Capitancias são as de Sua Majestade e a de Jorge de Albuquerque, estas são as que mais engenhos tem de açúcar e ali tem mais trato de mercadores. Cada uma destas capitancias tem, medindo pela costa do mar, 50 léguas e, para o sertão, tanto para chegar a linha de marcação como na repartição delas se vê. É povoada esta terra do Brasil toda de portugueses quanto dizem as Capitancias e somente a costa do mar e quando muito 15-20 léguas pelo sertão. É muito povoada de gentio da terra. Tem muitos mantimentos. Em partes dela há ouro assim de Minas como de Grupiara (montanhas) ”.

Observações: 1 - Salvo melhor entendimento de eruditos da área de conhecimento linguístico. 2 - O nome do referido donatário “Frº Pereira” foi corrigido. 3 - “larrangêe” foi definido conforme o entendimento da autora, com base no significado da raiz “range” do termo em questão e o conhecimento histórico das formas d e mineração coloniais.

Fonte: Elaboração e tradução livre da Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: Cartografia Histórica de Luís Teixeira (Teixeira, Luís, 1574)

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Esta Cartografia Histórica de 1574, feita por Luís Teixeira, apresenta a divisão da Colônia Portuguesa em Capitânicas. **A linha de Tordesilhas está deslocada dez graus mais a oeste.** É relevante mencionar o Tratado.

Mapa 7 - Comparação da Representação do Litoral do Brasil nas Cartografias Históricas de 1514 e 1574



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Cartografia Histórica “Descrição de Todo o Estado do Brasil” (Machado, João de Lisboa. 1514) e Cartografia Histórica “Roteiro de todos os sinais conhecidos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que ha na Costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães” (Teixeira, Luís, 1574)

A evolução administrativa do Brasil Colônia seguiu com alterações nas Unidades Territoriais criadas, novas criações, incorporações e todas as mudanças que a coroa desejou fazer na configuração territorial dividida na principal Unidade Territorial do Brasil Colonial: a Capitania.

Quadro 6 - Evolução Administrativa Brasileira - Unidades Territoriais Coloniais - Capitânias

- Evolução Administrativa Brasileira - Unidades Territoriais Coloniais - CAPITANIAS -					
Criação / Doação	CAPITANIAS	DONATÁRIOS	Tipo	Reversão à Coroa	Atual Território de/do
1534	S. Vicente	Martim Afonso de Sousa	Hereditária	1791	
1534	Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho	Hereditária	1718	
1534	Porto Seguro	Pero de Campos Tourinho	Hereditária	1759	
1534	Bahia	Francisco Pereira Coutinho	Hereditária	1548	
1534	Pernambuco	Duarte Coelho Pereira	Hereditária	1654	
1534	Santo Amaro	Pero Lopes de Sousa	Hereditária	1709	
1534	Itamaracá	Pero Lopes de Sousa	Hereditária	1743	
1534	Rio Grande Do Norte	João Barros e Aires da Cunha	Hereditária	1540	
1534	Ceará	Antônio Cardoso de Barros	Hereditária	1556	
1534	Juruemará	Alvares de Andrade	Hereditária	1540	
1534	Maranhão	João de Barros e Aires da Cunha	Hereditária	1540	
1535	Ilhéus	Jorge de Figueiredo Corrêa	Hereditária	1761	
1557	Paraguaçu	D. Alvaro da Costa	Hereditária		
1567	Rio de Janeiro	COROA	Real		
1590	Sergipe	COROA	Real		
1592	Paraíba do Norte	COROA	Real		
1603	Rio Grande do Norte	COROA	Real		
1612	Seara	COROA	Real		
1615	Grão-Pará	COROA	Real		
1615	Cabo-Frio	COROA	Real		
1620	S. Pedro de El-Rei	COROA	Real		
1620	Cuma	F. de Albuquerque	Hereditária	1630	
1633	Cameté	F. de Albuquerque Coelho de Carvalho	Hereditária	1752	
1634	Caité	Álvaro de Sousa	Hereditária	1753	
1637	Cabo do Norte	Domingos Maciel Parente	Hereditária	1642	Amapá
1665	Marajó	A. de Sousa de Macedo	Hereditária	1754	
1654	Santa Catarina				
1764	Paraíba do Sul	Visconde d'Asseca	Hereditária		
1709	São Paulo	COROA	Real		
1720	Minas Gerais	COROA	Real		
1744	Goiaz	COROA	Real		
1748	Mato Grosso	COROA	Real		
1755	São José do Rio Negro	COROA	Real		
1807	Rio Grande do Sul	COROA	Real		
1817	Alagoas	COROA	Real		
1820	Sergipe del-Rei	COROA	Real		

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS. Fonte: Capitânias: PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. Transcrição para eBook 2008 (www.ebooksbrasil.org); Digitalização da 2ª edição em papel. Biblioteca do Espírito Moderno – Série 3.ª – História e Bibliografia. Cia Editora Nacional – 1944

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: Peixoto, Afrânio. 2008.

No entanto a implantação das Capitânias não ocorreu de forma pacífica, pois América do Sul, ou América Meridional, como é comumente referenciada nas cartografias históricas, é continente habitado há séculos

pelos povos originários, e possuía no Século XV diversas nações e povos em sociedades organizadas e distribuídas pelo continente.

Uma boa forma de ilustrar esta relação Capitânicas X Povos Originários é o Quadro *Evolução Administrativa Brasileira – Unidades Territoriais Coloniais e Conflitos – CAPITANIAS e GUERRAS INDÍGENAS* - que reúne as Criações das Capitânicas e os Conflitos com os Povos Indígenas (próxima página).

Outra forma de ilustrar esta relação Capitânicas X Povos Originários é a representação cartográfica da espacialidade da Matriz Indígena no Século XVI e a Sobreposição das Capitânicas. No Mapa *Principais Nações e Povos Indígenas do Século XVI e Tratado de Tordesilhas na Configuração Territorial Administrativa da Colonização em 1534 segundo delimitações da Coroa Portuguesa e da Coroa Espanhola* (página logo após o quadro da *Evolução Administrativa Brasileira – Unidades Territoriais e Conflitos – Capitânicas e Guerras Indígenas*), está representado o que é conhecido sobre a ocupação destas terras pelos povos originários, o que está na Cartografia Histórica do Século XVI, não por privilegiar a visão europeia sobre tal ocupação, mas por estes documentos cartográficos serem a fonte disponível mais próxima da época de dados sobre as **Nações e Povos de Matriz Indígena que formavam a Territorialidade presente antes da colonização e que foi sobreposta pelos Sistemas de Poder que viriam atuar.**

Representando parte da configuração territorial, esta Cartografia visa contextualizar o processo de colonização, não abarcando todas as existências no território à época. O nível de aprofundamento da representação é determinado pela viabilidade de dedicação a essa no bojo do trabalho, sendo assim, o possível para atender as demandas do objeto de estudo e limitado pela preservação do foco no objetivo da pesquisa. (Santos, 2018. p. 68)

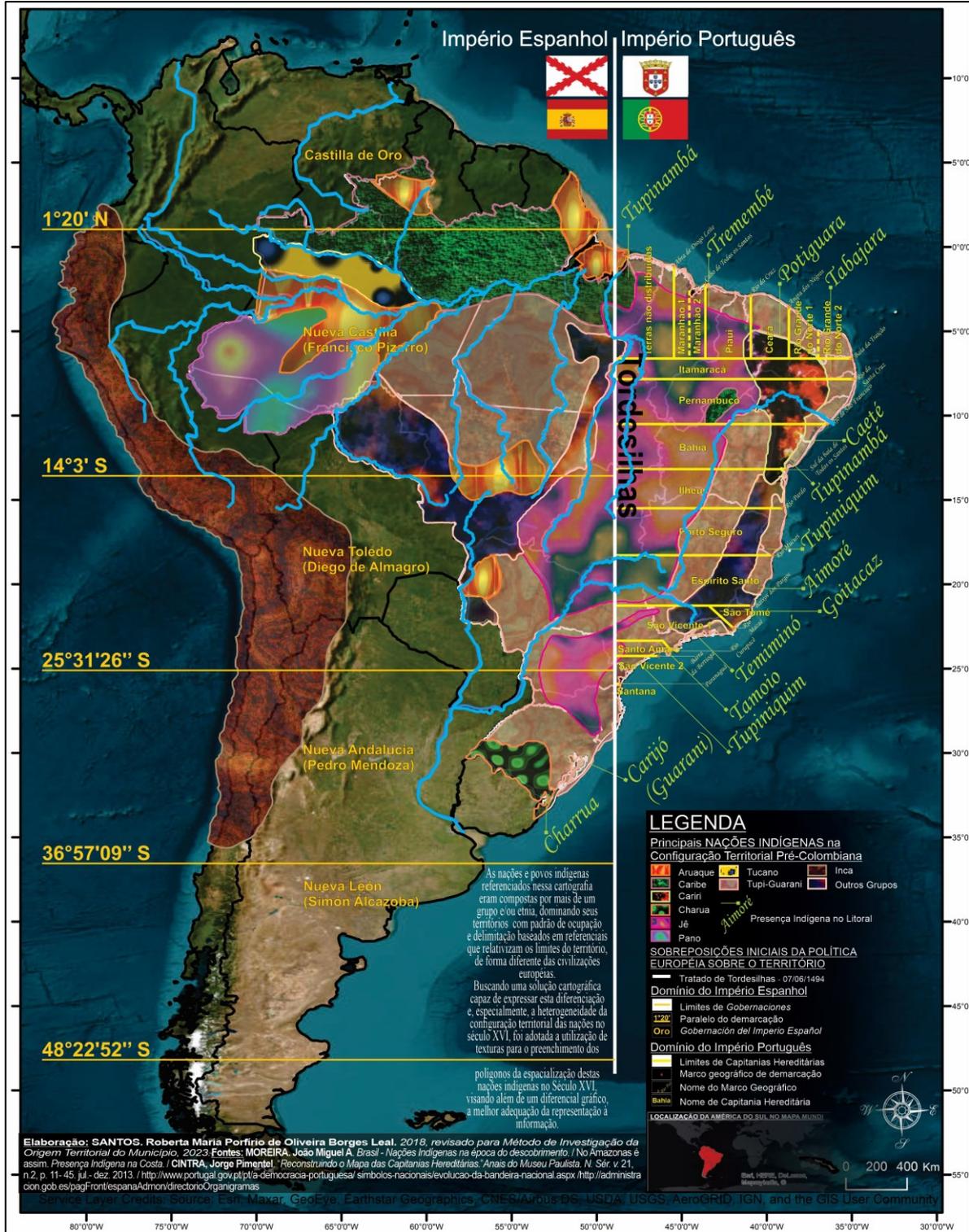
Quadro 7 - Evolução Administrativa Brasileira - Unidades Territoriais Coloniais e Conflitos - Capitânicas e Guerras Indígenas

- Evolução Administrativa Brasileira - Unidades Territoriais Coloniais e Conflitos - - CAPITANIAS e GUERRAS INDÍGENAS -				
Doação	CAPITANIAS	DONATÁRIOS (Capitania) / Envolvidos (Guerras Indígenas)	Reversão à Coroa	Atual Território de/do
1534	S. Vicente	Martim Afonso de Sousa	1791	
1534	Espírito Santo	Vasco Fernandes Coutinho	1718	
1534	Porto Seguro	Pero de Campos Tourinho	1759	
1534	Bahia	Francisco Pereira Coutinho	1548	
1534	Pernambuco	Duarte Coelho Pereira	1654	
1534	Santo Amaro	Pero Lopes de Sousa	1709	
1534	Itamaracá	Pero Lopes de Sousa	1743	
1534	Rio Grande Do Norte	João Barros e Aires da Cunha	1540	
1534	Ceará	Antônio Cardoso de Barros	1556	
1534	Juruemará	Alvares de Andrade	1540	
1534	Maranhão	João de Barros e Aires da Cunha	1540	
1535	Ilhéus	Jorge de Figueiredo Corrêa	1761	
1555 a 1567	Confederação dos Tamoios	Nações entre Bertioga e Cabo Frio e outras do Vale do Paraíba		
1555 a 1673	Guerra dos Aimorés			
1557	Paraguçu	D. Alvaro da Costa		
1567	Rio de Janeiro	COROA		
1586 a 1599	Guerra dos Potiguares			
1590	Sergipe	COROA		
1592	Paraíba do Norte	COROA		
1603	Rio Grande do Norte	COROA		
1612	Seara	COROA		
1615	Grão-Pará	COROA		
1615	Cabo-Frio	COROA		
1617 a 1621	Levante dos Tupinambás			
1620	S. Pedro de El-Rei	COROA		
1620	Cuma	F. de Albuquerque	1630	
1633	Cametá	F. de Albuquerque Coelho de Carvalho	1752	
1634	Caité	Álvaro de Sousa	1753	
1637	Cabo do Norte	Domingos Maciel Parente	1642	Amapá
1665	Marajó	A. de Sousa de Macedo	1754	
1654	Santa Catarina			
1686 a 1692	Confederação dos Cariris			
1709	São Paulo	COROA		
1712 a 1719	Revolta de Mandu Ladino			
Todo o séc. XVIII	Guerrilha dos Muras			
1720	Minas Gerais	COROA		
1723 a 1728	Guerra dos Manus			
1725 a 1744	Resistência Guaicuru			
1744	Goiaz	COROA		
1748	Mato Grosso	COROA		
1753 a 1756	Guerra Guaranítica			
1755	São José do Rio Negro	COROA		
1764	Paraíba do Sul	Visconde d'Asseca		
1807	Rio Grande do Sul	COROA		
1817	Alagoas	COROA		
1820	Sergipe del-Rei	COROA		

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS.
 Fontes: Capitânicas: PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. Transcrição para eBook 2008 (www.ebooksbrasil.org): Digitalização da 2ª edição em papel. Biblioteca do Espírito Moderno – Série 3.ª – História e Bibliografia. Cia Editora Nacional – 1944
 Guerras Indígenas: BENTO, Cláudio Moreira, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. *Brasil Lutas Internas 1500/1916*. Resende/ Barra Mansa: FAHIMTB/IHTRGS, 2016. 524p. s/Il. ISBN: 978-85-60811-26-7.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes: Peixoto, 2008. Bento, 2016.

Mapa 8 - Territorialidades Sobrepostas: Principais Nações e Povos Indígenas do Século XVI e Tratado de Tordesilhas na Configuração Territorial Administrativa da Colonização em 1534 segundo delimitações da Coroa Portuguesa e da Coroa Espanhola.



Fonte: Elaboração e revisão da autora. Fonte: Santos, Roberta M. P. O. B. L. 2018

Nesta Cartografia a fonte das localizações e nomes são Cartografias Históricas (Referenciadas nos créditos do Documento Cartográfico), onde há a representação da Territorialidade das Nações e Povos Indígenas no Século XVI. As Nações Indígenas referenciadas eram compostas de mais de um povo, grupo e/ou etnia, assim ocupando seus territórios de forma diferente das civilizações sedentárias, estas delimitadas em manchas urbanas e rurais que representamos por cor sólida ou padrão, enquanto aquelas possuem padrão de ocupação e delimitação baseados em referenciais que relativizam os limites de território. Buscando uma solução cartográfica capaz de expressar esta diferenciação e, especialmente, a heterogeneidade da configuração territorial das nações no Século XVI, foi adotada a utilização de texturas para o preenchimento dos polígonos da espacialização destas nações indígenas no Século XVI, visando além de um diferencial gráfico, a melhor adequação da representação à informação (Santos, 2018. p. 67-68).

É importante frisar que a forma de ocupação territorial dos povos de Matriz Indígena é caracterizada por movimentos sazonais no próprio território.

Havia, de fato, uma Territorialidade da Matriz Indígena no território, o Tratado de Tordesilhas, o estabelecimento das capitanias (coroa portuguesa), das *governaciones* (coroa de castela) e das unidades administrativas subsequentes aconteceu sobrepondo uma organização territorial, uma territorialidade, na verdade várias territorialidades, de vários povos e nações que tinham seu próprio sistema de ocupação e sentido de pertencimento. A colônia não era apenas uma porção de terra abandonada a ser ocupada. (Santos, 2018. p. 68). Mas vale lembrar que, segundo Moraes, na visão do Colonizador à época, as “**populações locais são vistas como recursos naturais**” (Moraes, 2001, p. 106, grifo meu). Para os Jesuítas, eram almas.

Outro Sistema de Poder fundamental neste processo de Colonização é o Sistema Eclesiástico, que atua de diferentes formas neste jogo de poder

territorial. Uma frente importante desta atuação da Igreja é a jesuítica. Os Jesuítas chegaram, se propagaram, se estabeleceram, se interiorizaram e transformaram os territórios por onde passaram.

Mapa 9 - A Expansão Jesuíta no Século XVI, os Principais Conflitos, Governo-Geral, Repartição Sul, Capitânicas e Tratado de Tordesilhas.



Fonte: Elaboração e revisão da autora. Fonte: Santos, Roberta M. P. O. B. L. 2018

Mapa 10 - Império Português - Reino de Portugal – 1573



Fonte: Cartografia Histórica Reino de Portugal – 1573

Enquanto o Brasil era uma Colônia, o Império Português se alastrava pelo mundo. A Cartografia Histórica *Império Português* representa a espacialização global dos domínios coloniais da Coroa Portuguesa “às vésperas” da União Ibérica, período de união das Coroas de Portugal e Castela, que se inicia em 1580.

No Brasil Colônia a Igreja e o Estado eram associados no processo de colonização. A Coroa ordenava a dinâmica territorial geral e a Igreja efetivava o poder no controle do existir objetivo das pessoas nos Núcleos Urbanos oficiais, fazendo registros (Serviço Notarial do Cartório Eclesiástico) de pessoas e bens, do nascer, viver, casar, morrer. No dia-a-dia exercia o controle social e influências moral e ideológicas inerentes à atuação essencial da Igreja e promotores da

Império Português,
Reino de Portugal, 1573.

Descobrimientos e primeiras colonizações, algumas como o Canadá, duraram mais de 100 anos sob o domínio Português até a chegada de outros povos. Este mapa também tem outras reivindicações, como por exemplo as três bandeiras Portuguesas na Austrália, e em outros lugares do mundo.

colonização ao ordenarem o existir do indivíduo em compatibilidade ao processo político e espacial de colonização.

Na efetivação do ordenamento geral estabelecido pela coroa, a vinculação da oficialidade dos Núcleos Urbanos à presença da Igreja a colocou no centro da expansão da colonização real do território e evolução da ocupação urbana, visto que os dois primeiros estágios da evolução dos Núcleos Urbanos oficiais são atrelados à estágios de presença eclesiástica: O Arraial e a Freguesia.

Os estágios da Evolução do Núcleo Urbano no Brasil Colônia são:

- 1 – **Arraial** – Oficialização do Núcleo Urbano, do Povoado, com a bênção de uma Capela, dada com terreno como patrimônio à Igreja mediante autorização de uma autoridade representante da Coroa. É subordinado à uma Freguesia;
- 2 – **Freguesia** (Paróquia) – Quando o Núcleo Urbano, o Arraial, passa a ter gerência própria nos assuntos de ordem civil, militar e religiosa. Passa a ter território delimitado, Cartório Eclesiástico e Padre Residente Permanente na Igreja (Padre Colado). É subordinado a uma Vila.
- 3 – **Vila** ou **Cidade** – Possui Câmara Municipal. A diferença entre Cidade e Vila no Período Colonial é a origem: Cidades podiam ser fundadas **exclusivamente** pela coroa e as Vilas podiam ser fundadas por ações de donatários, capitães e governadores, mas tanto as Vilas quanto as Cidades eram sedes de Municípios.

“A Igreja era associada ao Estado. Além da assistência religiosa aos fiéis, ela prestava diversos serviços públicos, destacando-se os serviços notariais, entre outros, sem os quais as pessoas não poderiam ter registro de nascimento (batistério), casamento etc. e nem mesmo poderiam ser enterradas pois, além dos registros, a Igreja controlava também os cemitérios. O seu relacionamento com os fiéis-vassalos era regido pelo código canônico, inclusive a nível do direito penal canônico, onde, de um lado, podia processar, julgar, condenar e mandar prender qualquer pessoa e, de outro, garantia foro privilegiado aos seus clérigos e padres em geral, cujas instâncias, na colônia, ficavam a cargo do Bispo” (Martins, 2008, p. 102, grifo meu).

Barbo (2016) define Arraial como uma “espécie de povoação sem autonomia administrativa, submetida à tutela de uma Vila”.

No processo de constituição de um Arraial, a Igreja também estava associada ao Estado, estando vinculada na dinâmica de expansão territorial da rede de Arraiais:

“Com a ereção da capela, o povoado, geralmente, passava a ser denominado arraial. A bênção da capela implicava no reconhecimento da existência do povoado pelas autoridades religiosas. Sendo o catolicismo a religião oficial de Estado, os registros de batismo, casamento e óbito feitos pela Igreja é que davam legalidade aos indivíduos” (Souza Júnior, 2015 p. 106).

A legalidade dos indivíduos estava vinculada à Igreja, uma vez que somente a Igreja realizava os registros oficiais de batismo, casamento e óbito. Era possível fazer esses registros na freguesia mais próxima e legalizar o indivíduo, a família, mas no caso dos núcleos urbanos a legalização era mais complexa.

O reconhecimento da existência do povoado pelas autoridades religiosas se dava pela bênção à Capela.

“Cabe também enfatizar a importância da Igreja Católica na formação de arraiais e vilas no Brasil, posto que a sua presença era condição indispensável para a legitimação desses pequenos agrupamentos populacionais, haja vista que a data de concessão de cura da capela é, na maioria das vezes, considerada como data de fundação da localidade” (Bessa, 2013, p. 514).

Ou seja, a oficialização de um Núcleo Urbano se dava pelo reconhecimento da presença da Igreja pelo bispado.

A presença da Igreja se dava mediante a construção de uma Capela, que, para ser realizada precisava de uma concessão, que seria um terreno, portanto, um patrimônio destinado à Capela.

Uma concessão dependia de uma autoridade, portanto, dependia de um representante do poder da coroa, dependia de legalidade.

Somente a presença da Igreja oficializava o Núcleo Urbano. Um Núcleo Urbano só era oficializado se houvesse legalidade, ou seja, se estivesse sob o poder da Coroa Portuguesa.

Bessa (2013 p. 514) ressalta ainda que a maioria das vezes a data de concessão de cura da Capela é considerada a data de fundação da localidade.

Com base em Barbo (2016), Souza Júnior (2015), Bessa (2013) e Martins (2008), sobre o processo de colonização, é possível estabelecer a seguinte dinâmica de criação dos núcleos urbanos no contexto do ciclo de mineração:

1º - **Bandeira:**

Marca o território como uma **passagem**;

2º - **Ouro:**

Marca o território com a existência de ranchos.

3º - **Capitão-Mor:**

Marca o território com a presença de uma **autoridade** (que representa a **Coroa Portuguesa**);

Cargo que podia ser concedido a um chefe de Bandeira, pela **descoberta de ouro** (como no caso de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera filho);

Tinha o **direito** de distribuir Sesmarias e

Tinha **poder** para organizar o espaço (que não deveria mais ser considerado um acampamento).

4º - **Capela:**

Erguida no centro de uma das concessões do capitão-mor,

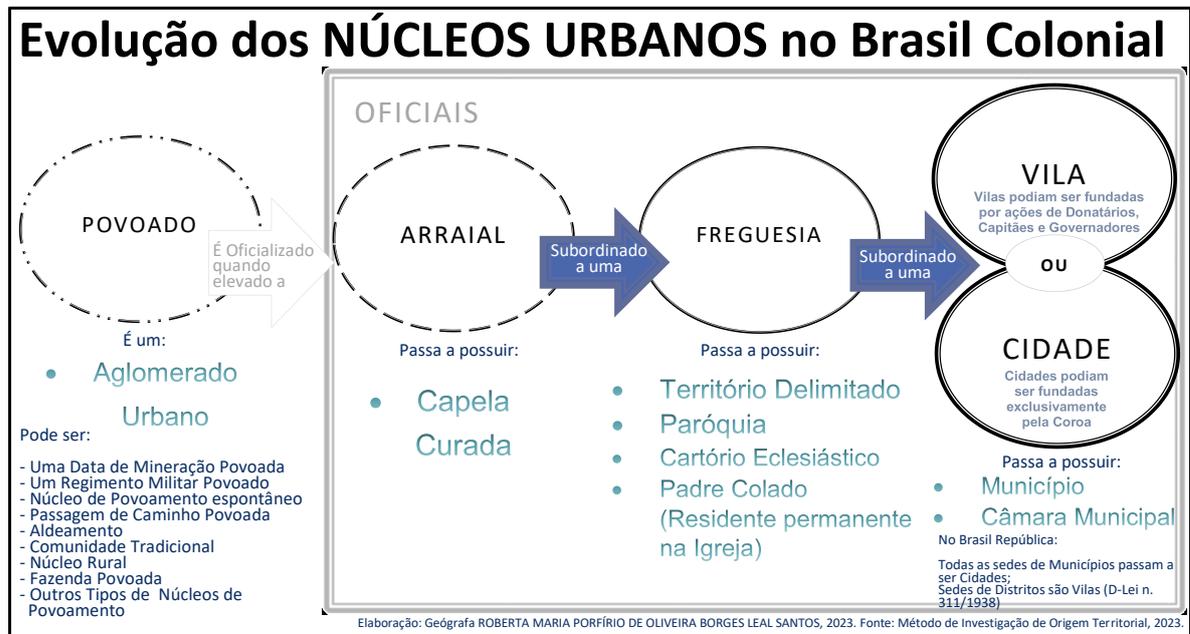
É dedicada a um santo(a).

5º - **Igreja:**

Com a bênção (concessão de cura) da Capela, dedicada a um Santo (a), cujo nome passa a ser ou a fazer parte do nome do Arraial;

O **Arraial** é oficializado.

Quadro 8 - Evolução dos Núcleos Urbanos no Brasil Colonial



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

A expansão efetiva da colonização se dava pelos Núcleos Urbanos, surgindo espontaneamente e sendo oficializados ou não de acordo e da forma compatível com os interesses da colonização pela Coroa.

Em meio às Capitanias Hereditárias, já tínhamos centralização do poder da Coroa, com um Governo-Geral, em Salvador, e uma Repartição Sul no Rio de Janeiro. Neste processo inicia-se a União Ibérica, em 1580, atenuando fronteiras e dando vazão a novas dinâmicas no território colonial.

Houve um movimento em direção ao norte, onde temos a expansão de Pernambuco pelo litoral do Ceará até São Luís, para expulsar os franceses do Maranhão, fundação de Belém em 1616, na foz do Amazonas – Província do Maranhão e do Grão-Pará, do império espanhol (Moraes, 2001, p.109).

Houve também o movimento Bandeirante. O sétimo Governador do Brasil (1591-1602) esteve em São Paulo em 1599 e, segundo Ellis (2003):

“Convicto da ocorrência de riquezas minerais no interior do Brasil, fez partir de muitos pontos da colônia várias expedições pesquisadoras em demanda das pedras e metais preciosos. Com sua orientação, foram disciplinadas as expedições sertanistas, divisões militares, ouvidores do campo, escrivães, capelães e roteiros preestabelecidos” (Ellis, 2003, p.311).

As atividades destas expedições influenciaram fortemente na expansão paulista sertão a dentro, iniciando o Século XVII, chamado o “Grande Século das Bandeiras”, no qual predominaram as expedições apresadoras. A Vila de São Paulo converteu-se em uma “verdadeira forja de bandeiras” que adentraram o sertão em todas as direções e ultrapassaram o meridiano de Tordesilhas em suas expedições apresadoras (Ellis, 2003, p.311-312).

Dentre as expedições do início do século estão a de André de Leão, até as nascentes do Rio São Francisco em 1601, a de Nicolau Barreto em 1602 e, em direção ao sul, as de Diogo de Quadros em 1606, a de Manuel Preto em 1606 e a de Belchior Dias Carneiro em 1607 (Ellis, 2003, p.311).

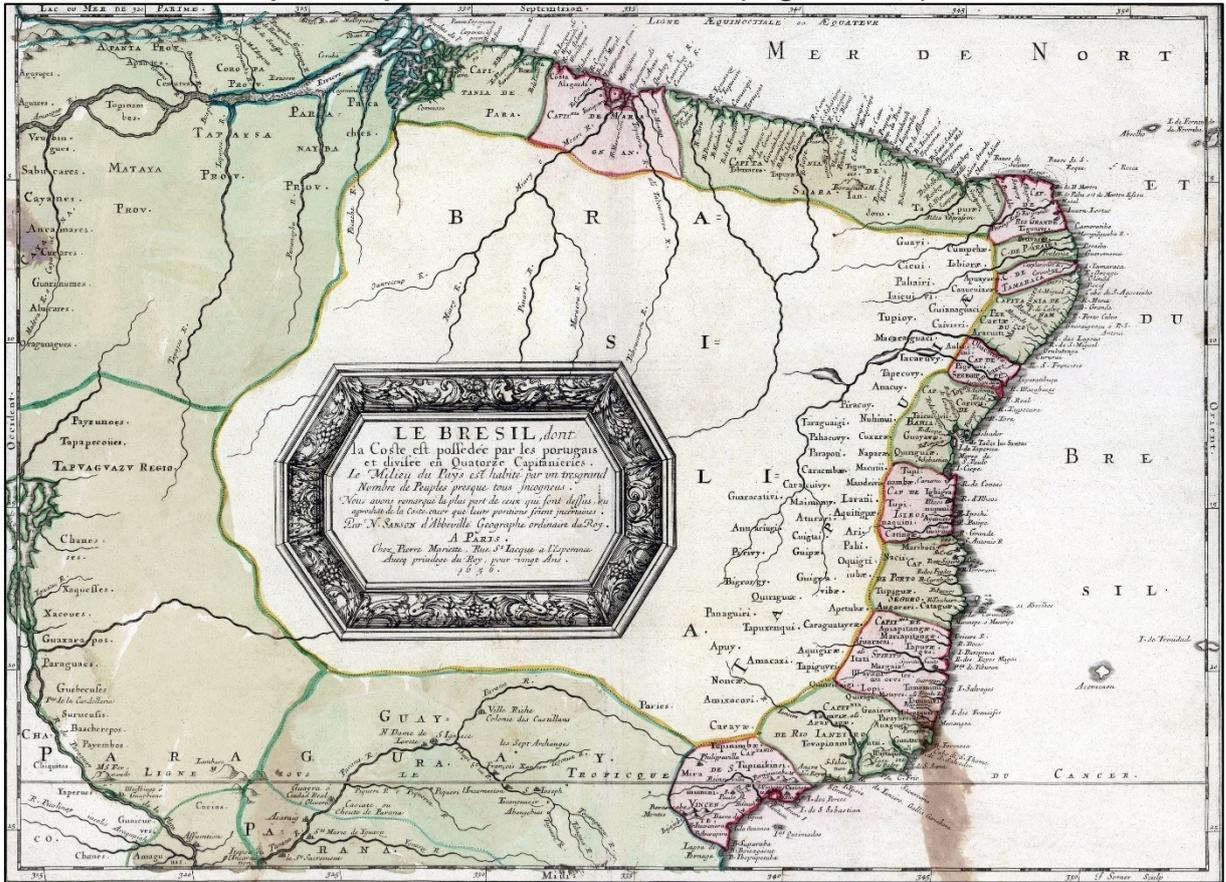
Houve também o movimento eclesiástico, pois, além da participação estrutural na colonização pela Coroa Portuguesa, a Igreja também tinha seus próprios direcionamentos e objetivos paralelos no expansionismo europeu na América do Sul.

A geopolítica do Vaticano, consistia na criação de um estado-tampão entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola, objetivado pelas missões, que avançava *pelo Orinoco, pelo Amazonas e pela bacia do Prata*. Apesar da unificação das coroas ibéricas, o Vaticano não abandonou o plano, criando a *Sagrada Congregação para Propaganda da Fé*, para coordenar o trabalho das missões, respondendo diretamente ao Vaticano (Moraes, 2001, p.110).

Assim, vemos um extenso Paraguay, conforme projeção da Cartografia Histórica do Século XVII, repleto de *Missiones*, conforme representado na Cartografia *Principais Dinâmicas Territoriais no Século XVII*.

Nas três Cartografias Históricas a seguir podemos ver a configuração resultante do funcionamento das Capitânicas Hereditárias e Reais no período inicial e de União Ibérica, que trouxe uma concentração no litoral da “efetividade” destas Unidades Territoriais, um grande “sertão”, com a presença indígena registrada e um Paraguay que fazia fronteira com o grande sertão e a capitania de São Vicente. Ou seja, concentração litorânea da colonização do território da Coroa Portuguesa, uma forte expansão do Paraguay, e um “grande sertão” apto a ser área para a continuação desta expansão.

Mapa 11 - Mapa do Brasil - Nicolas Sanson – (Origem: França) 1656



Fonte: Cartografia Histórica Le Bresil - Nicolas Sanson – (Origem: França) 1656

Mapa 12 - Detalhe do Mapa do Brasil – Le Bresil de Nicolas Sanson – (Origem: França) 1656 - Paraguay fazendo fronteira com a Capitania de São Vicente



Fonte: Cartografia Histórica Le Bresil - Nicolas Sanson – (Origem: França) 1656

Esta representação cartográfica mostra além da configuração administrativa, a ocupação do território, com o interior do continente ocupado na região do Guaíra e todo o Paraguai, o Litoral das capitanias e um imenso vazio no centro-oeste do território português.

A Cartografia Histórica seguinte permite a visualização do **significado de SERTÃO** no contexto colonial.

Toda a parte marrom no centro da área representada corresponderia ao sertão, dentro deste Sertão haviam vários sertões, um deles, o Sertão do Gentio Cayapó. À medida que a colonização avança, os sertões vão mudando de toponímia, de acordo com o seu papel no grande sistema em que os territórios foram envolvidos.

Mapa 13 - Visualização do significado de Sertão na Cartografia Histórica de 1689: Nova et accurata Brasiliae totius tabula



Fonte: Cartografia Histórica: Nova et accurata Brasiliae totius tabula – (Origem: Holanda) 1689.

Mapa 14 - Detalhe da Cartografia Histórica de 1689 - Paraguay fazendo fronteira com a Capitania de São Vicente após o fim da União Ibérica
Fonte: Cartografia Histórica: Nova et accurata Brasiliae totius tabula – (Origem: Holanda) 1689



Mapa 15 - Amerique Meridionale (1696) – América do Sul pós União Ibérica



Fonte: Cartografia Histórica Amerique Meridionale (1696)

Além da fronteira com o Paraguay, em expansão, a Coroa Portuguesa tinha grandes desafios para recuperar seus domínios no cenário pós União Ibérica com as quatro principais fraturas de soberania citadas por Santos (2018) e analisadas pela Cartografia Histórica a seguir.

Quadro 9 - Fratura na soberania portuguesa sobre o território brasileiro - Período pós União Ibérica.

Fraturas na soberania portuguesa sobre o território brasileiro:

1º - Invasão holandesa

Tomar a área produtora de açúcar, como elemento dentro da Guerra travada contra a Espanha na Europa pela independência holandesa da Espanha – Guerra dos 80 anos (1568-1648). Dominaram desde *Maranhão à barranca do São Francisco, toda a Zona da Mata*, auge da dominação na época da restauração da coroa portuguesa. Contexto da Guerra dos 80 anos (1568 – 1648) entre a Holanda e a Espanha. (MORAES 2001, p.110)

2º - Quilombo de Palmares

Auge em 1650 (70.000 habitantes – população semelhante à do Recôncavo Baiano, que na época, era a área mais povoada da colônia), durou quase cem anos, negociava com portugueses e holandeses, era um estado autônomo, uma situação de extraterritorialidade no domínio português, (MORAES 2001, p.110) na *serra da Barriga, Capitania de Pernambuco, atual município de União dos Palmares em Alagoas*.

3º - Territórios dos Missionários

Fruto da geopolítica do Vaticano, consistia na criação de um estado-tampão entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola, objetivado pelas missões, que avançava *pelo Orinoco, pelo Amazonas e pela bacia do Prata*. Apesar da unificação das coroas ibéricas, o Vaticano não abandonou o plano, criando a *Sagrada Congregação para Propaganda da Fé*, para coordenar o trabalho das missões, respondendo diretamente ao Vaticano. (MORAES 2001, p.110)

4º - Maranhão e Grão-Pará

Não era o Brasil, era outra colônia, a Colônia do Maranhão, era província separada do Brasil, uma província do Império Espanhol que, sem passar por Portugal, se relacionava diretamente com o Conselho das Índias. (MORAES 2001, p.109-110)

Fonte: SANTOS, Roberta M. P. O. B. L. 2018.

Mapa 16 - Análise da Cartografia Histórica - Fraturas do Território em America Meridionalis in suas Praecipuas Partes Accuratè Divisa, ad Usum Serenissimi Burgundiae Ducis ' L'Amérique Meridionale Divisée em Ses Principales Parties. Hlaillat. 1696

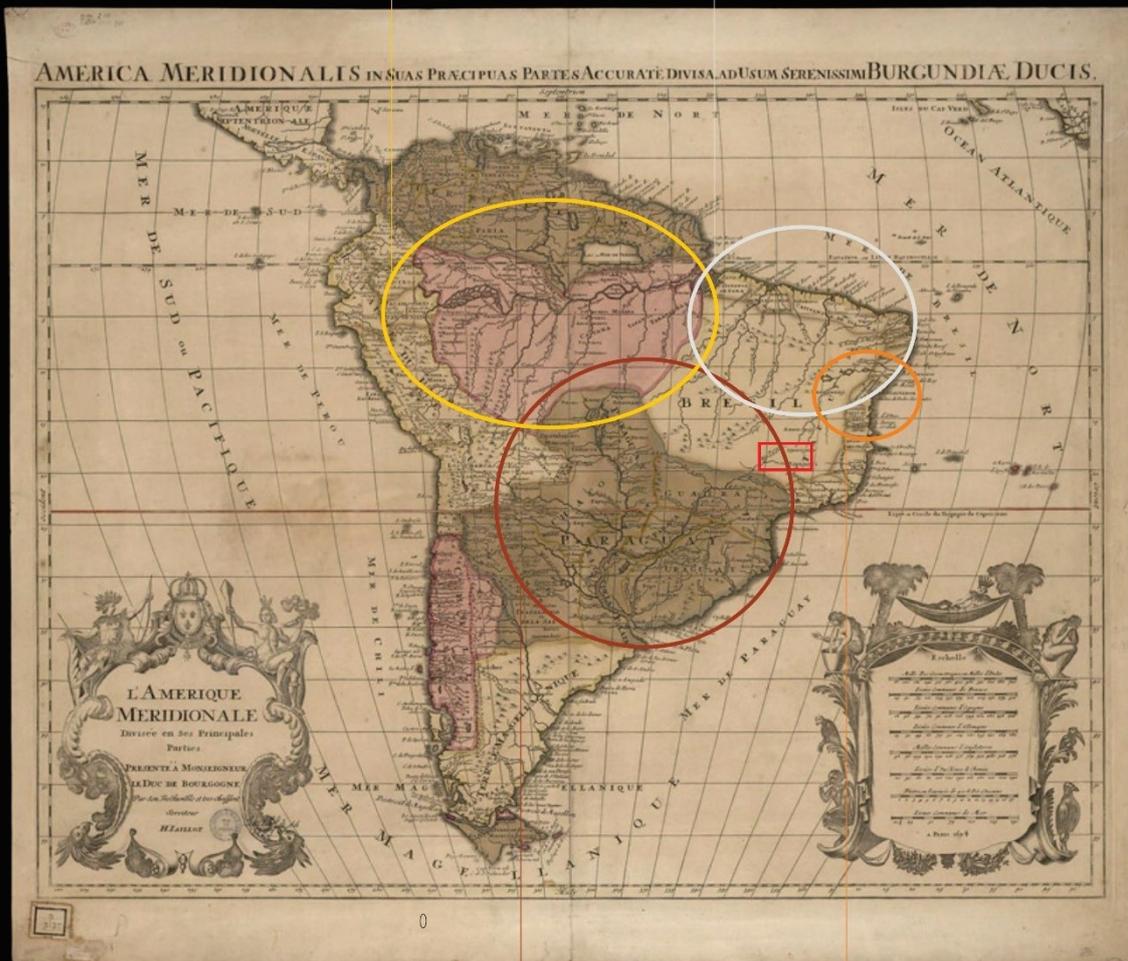
FRATURAS NA SOBERANIA Portuguesa sobre o Território - Cartografia Histórica: AMERICA MERIDIONALIS IN SUAS PRAECIPUAS PARTES ACCURATÈ DIVISA, AD USUM SERENISSIMI BURGUNDIAE DUCIS ' L'AMERIQUE MERIDIONALE DIVISÉE EM SES PRINCIPALES PARTES. HLAILLAT. 1696.

PROVÍNCIA DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Era uma Província do Império Espanhol. A relação era diretamente com o Conselho das Índias, ou seja, com a Espanha, sem passar por Portugal. Constituiu outra colônia, separada do Brasil.

INVASÃO HOLANDESA

Estendeu-se principalmente do Maranhão ao São Francisco com toda a Zona da Mata, tomando a área produtora de açúcar. Ocorreu no contexto e foi um dos elementos de Guerra dos 80 anos (1568-1648) na qual a Holanda lutou pela efetivação de sua independência da Espanha.



TERRITÓRIOS DOS MISSIONEIRAS - JESUÍTAS

Estendeu-se principalmente pela bacia do Prata e pelo Amazonas, buscava avançar no território entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola por meio das missões. Respondia diretamente ao Vaticano, mesmo durante a União Ibérica.

QUILOMBO DE PALMARES

Localizado na Serra da Barriga, na Capitania de Pernambuco, chegou a ter 70.000 habitantes em 1650, quantidade de habitantes expressiva para a época, sendo número semelhante ao da área mais povoada da colônia, que era o Recôncavo Baiano. O Quilombo de Palmares durou quase cem anos, negociando com Portugueses e Holandeses, funcionava como um estado autônomo, uma extraterritorialidade no domínio português.

LOCALIZAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL NO MAPA MUNDO



LEGENDA

Localização aproximada da Região de ARAXÁ

Elaboração: Fontes: MOREIRA, João Miguel A. *Brasil - Nações Indígenas na época do descobrimento. I No Amazonas é assim. Presença Indígena na Costa* / CINTRA, Jorge Pimentel. "Reconstruindo o Mapa das Capitâncias Hereditárias." *Anais do Museu Paulista*, N. Sér. v. 21, n.2, p. 11- 45, jul.- dez. 2013. / <http://www.portugal.gov.pt/pt-a-democracia-portuguesa/simbolos-nacionais/evolucao-da-bandeira-nacional.aspx> / <http://administracion.gob.es/pagFront/espanaAdmon/directorioOrganigramas/fichaUnidadOrganica.htm?IdUnidOrganica=607&origenUC=gobiernoEstado&volver=volverFicha&idIoma=g>

Fonte: SANTOS, Roberta M. P. O. B. L 2018.

Porém haviam estimuladores e vetores das Transformações das Fronteiras do Brasil. As Bandeiras Paulistas em direção ao Sertão adentravam o interior, apesar de a restauração da Coroa Portuguesa ter tornado mais rígidas as fronteiras entre a América Espanhola e a América portuguesa, limitando a continuidade do alargamento do raio de ação das expedições bandeirantes (Ellis, 20003, p. 314-315).

No curso do Século das Bandeiras (século XVII), além da Conquista da Soberania da Coroa Portuguesa no Território na América do Sul, houveram outros eventos e consequências que impactaram a dinâmica territorial nesta colônia.

A Sul e a Oeste a expansão que se deu foi da Coroa Portuguesa, pelas ações Bandeirantes, que partiram para o sul e interior do continente, atacando as *Missiones* Jesuítas no Gayra e toda a região – como é possível visualizar em *Principais Dinâmicas Territoriais no Século XVII* - com Bandeiras de Apresamento, atacaram os Núcleos Jesuítas e prevaleceram tomando e levando cativos os indígenas apresados.

Deixando São Vicente para trás, saídos do planalto de Piratininga, homens como Jerônimo da Veiga, Sebastião Machado Fernandes Camacho e Fernão Dias Paes, ainda no Século XVII, seguiram o Rio Paraíba e atravessaram a Mantiqueira pela garganta do Embaú em direção ao interior, no chamado “caminho geral do sertão” (Paranhos, 2005).

Aos poucos, surgiram às margens do Rio Paraíba, povoados, capelas e vilas como Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba. Partiram da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté em direção às chamadas “minas dos cataguás”, as primeiras bandeiras que alcançavam o atual território mineiro” (Paranhos, 2005).

Estava em curso o Ciclo do Ouro, que, depois dando lugar aos outros ciclos, colonizou e fixou população em Núcleos Urbanos no interior.

Mapa 17 - Principais Dinâmicas Territoriais no Século XVII – O Século das Bandeiras – e configuração Político-administrativa do território segundo a Cartografia Histórica de 1696.



2.2 HISTORIOGRAFIA ESPACIAL DA DIVISÃO MUNICIPAL NO BRASIL

Apresentado o **enredo inicial** da organização territorial e Evolução da Estrutura Territorial do Brasil Colônia em dialética com as dinâmicas territoriais que permearam o processo de colonização do território brasileiro, podemos dar um foco à Evolução Territorial do Brasil, conscientes de que neste território seguiram propagando-se as dinâmicas e as consequências das dinâmicas que abordamos até aqui, regidas nos séculos seguintes por diferentes regimes, no entanto, de fato, no mesmo processo: colonizador em todos os aspectos.

Mapa 18 - Mapa dos confins do Brazil



Fonte: Cartografia Histórica Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional – 1749

Em plena política de extermínio de Quilombos, especialmente em Minas Gerais, em **1763**, houve a transformação do Brasil em **Vice-Reino do Brasil** e a transferência da **Capital de Salvador para o Rio de Janeiro**. Neste contexto, todas as Capitanias Hereditárias já haviam sido reincorporadas pela Coroa Portuguesa, portanto, o território da Colônia estava organizado em **Capitanias da Coroa** ou **Capitanias Reais** e **Capitanias-Gerais**, que incluíam outras capitanias, e que também são da Coroa.

Mapa 19 - Mapa Geográfico de America Meridional - Dispuesto y Gravado - 1775



Fonte: Cartografia Histórica Mapa Geográfico de América Meridional - 1775

Mapa 20 - General Map of South America From the Best Surveys 1796



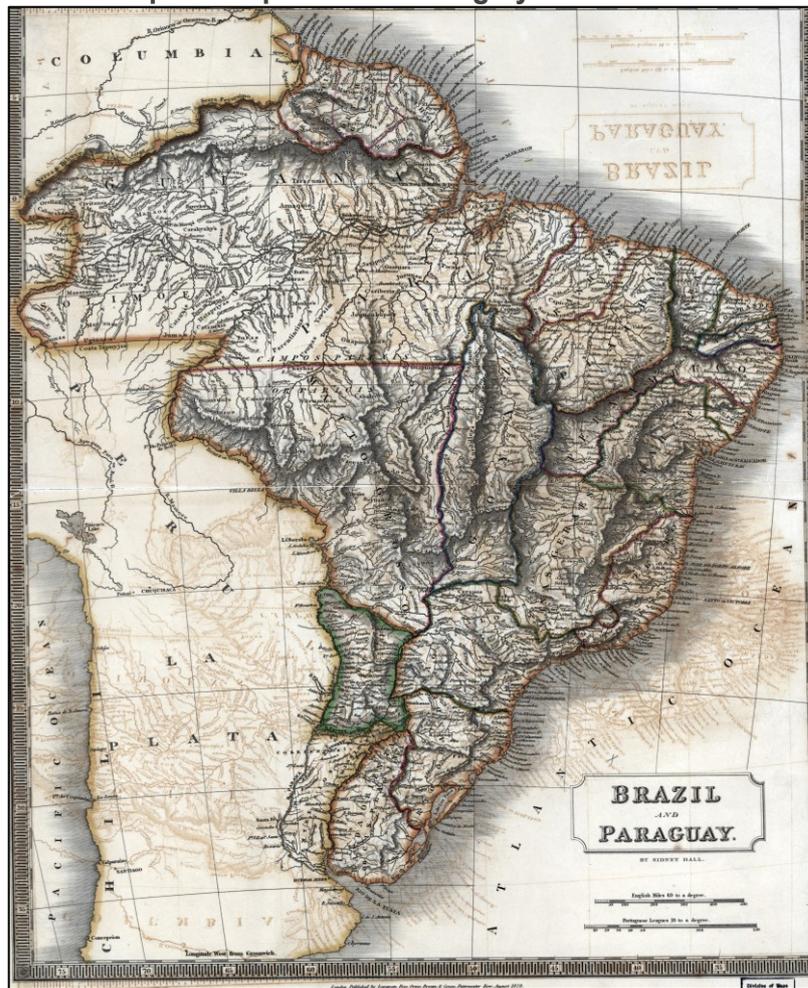
Fonte: Cartografia Histórica General Map of South America From the Best Surveys 1796

A transformação das capitanias em províncias acontece em 1821, por ato das Cortes Reais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

No momento da criação do **Império do Brasil**, com a Proclamação da Independência e início do 1º Reinado, em **1822**, o Brasil conta com **18 Províncias**.

No Primeiro Reinado, Constituição de 1824, mantendo a Capital no Rio de Janeiro, confirma o ato já realizado anteriormente pelas Cortes Reais e Extraordinárias da Nação Portuguesa de transformação das Capitanias em Províncias.

Mapa 21 - Mapa do Brasil e Paraguay Referência 1828



Fonte: Cartografia Histórica Mapa do Brasil e Paraguay Referência 1828

Em **1834** a cidade do Rio de Janeiro passa a ser o **Município Neutro**, e é desligada da Província do Rio de Janeiro.

Uma alteração territorial considerável ocorre em **1850**, com o desmembramento do oeste do Pará para a criação da **Província do Amazonas**. Apenas três anos depois, em **1853**, a Comarca de Curitiba passa a constituir a **Província do Paraná**. Assim o Império do Brasil chega ao ano do seu primeiro recenseamento, 1872, com 20 Províncias.

Com este cenário definido, daremos início a uma historiografia da divisão municipal do Brasil em uma análise dos últimos 150 anos da Evolução da Divisão Territorial do Brasil em recortes temporais definidos. Tais recortes temporais são os anos em que houve recenseamentos em todo o Brasil.

Quadro 10 – Quadro resumo da Divisão Territorial do Brasil nos anos de recenseamento em todo o território nacional – de 1872 a 2022

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL NOS ANOS DE RECENSEAMENTO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL – DE 1872 A 2022					
Período	Ano	Número de Províncias ou Estados	Número de Municípios	Novos Municípios	Espaço de tempo
Império do Brasil	1872	20 Províncias	642 Municípios		
República dos Estados Unidos do Brasil	1900	20 Estados	1.121 Municípios	479	28 anos
	1911	20 Estados	1.221 Municípios	100	11 anos
	1920	20 Estados	1.302 Municípios	81	9 anos
	1933	20 Estados	1.363 Municípios	61	13 anos
	1940	20 Estados	1.574 Municípios	211	7 anos
	1950	20 Estados	1.890 Municípios	360	10 anos
	1960	20 Estados	2.765 Municípios	875	10 anos
República Federativa do Brasil	1970	21 Estados	3.959 Municípios	1194	10 anos
	1980	22 Estados	3.992 Municípios	33	10 anos
	1991	26 Estados	4.491 Municípios	499	11 anos
	2022	26 Estados	5.570 Municípios	1.079	31 anos

Elaboração: Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos – 2023. Fonte: IBGE.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Assim, começamos a Historiografia Espacial da Divisão Municipal no Brasil: ainda no Brasil Império, em 1872.

Mapa 22 – Divisão Territorial do Brasil - 1872



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

As Províncias eram divididas em Municípios, os Municípios eram divididos em Freguesias (administração Eclesiástica). Somente com a Proclamação da República houve a total separação entre a Igreja Católica e

o Estado Brasileiro. A Igreja Católica passou a manter uma estrutura administrativa distinta. O Território da República dos Estados Unidos do Brasil passou a ser dividido em Estados, os Estados divididos em Municípios e estes podiam ou não ser divididos em Distritos para fins administrativos. De 1872 a 1900, foram criados 479 novos Municípios.

Mapa 23 – Divisão Territorial do Brasil - 1900



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Em 1911 visualizamos algumas alterações, como o acréscimo do Território do Acre (1903), alterações na fronteira entre o Piauí e o Ceará e

a retração da Fronteira Sudoeste do Goiás. De 1900 a 1911 há 100 novos Municípios.

Mapa 24 – Divisão Territorial do Brasil - 1911



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 25 – Divisão Territorial do Brasil - 1920



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 26 – Divisão Territorial do Brasil - 1933



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 27 – Divisão Territorial do Brasil - 1940



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 28 – Divisão Territorial do Brasil - 1950



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE
Mapa 29 - Historiografia dos Municípios no Brasil 1950

Mapa 30 – Divisão Territorial do Brasil - 1960



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 31 – Divisão Territorial do Brasil - 1970



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 32 – Divisão Territorial do Brasil - 1980



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 33 – Divisão Territorial do Brasil - 1991



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

Mapa 34 – Divisão Territorial do Brasil - 2022



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: IBGE

CAPÍTULO III

Mapa 35 – O Antigo Araxá (Território do Município de Araxá em 1836, que abrangia todo o território dos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) na Cartografia Histórica.



Fonte: Carta Corografica Plana da Província de Goyas e dos Julgados de ARAXÁ e DESEMBOQUE da Província de Minas Gerais 1836

O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DA ORIGEM TERRITORIAL

Base para Investigações Territoriais

CAPÍTULO III – O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL.

3.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL

O objetivo específico do Método de Investigação de Origem Territorial é abarcar o nível de complexidade da história territorial da área investigada com eficiência e a maior exatidão possível.

O Município é a Unidade Territorial Administrativa Brasileira atual, na qual estão reunidos Espaço Urbano e Espaço Rural, que tem como sede um Núcleo Urbano na condição de Cidade. O Espaço Urbano de um Município pode ser composto de uma ou de várias Manchas Urbanas, que podem corresponder a um ou mais Núcleos Urbanos. Atualmente, no Brasil, em um Município o Núcleo Urbano sede é a Cidade, os demais Núcleos Urbanos oficiais de um Município são considerados oficialmente Distritos. Há também os Povoados, em alguns materiais oficiais são categorizados como Aglomerados Isolados, porém estes não têm ainda uma “criação oficial”.

Cada Município tem como sede uma Cidade e cada Cidade é sede de um Município. Quando um Núcleo Urbano é elevado à condição de Cidade, um novo Município é criado para ser o território sediado por esta Cidade. O território deste novo Município é desmembrado de outro(s) município(s) que já existiam para compor o território do novo Município. Portanto, um município pode ter o seu território alterado, subdividindo seu território em outros municípios ou de acordo com as mudanças dos municípios vizinhos, perdendo ou ganhando território ou até mesmo deixando de existir, quando o município é extinto e seu território passa a compor outros municípios, podendo até o Núcleo Urbano deixar de ser Cidade e tornar-se apenas um distrito de outro Município. Atualmente, todo o território brasileiro é dividido em Municípios, portanto, todos os estados e suas correspondentes macrorregiões, mesorregiões e microrregiões também são compostas de municípios.

Os primeiros Municípios são derivados de outras Unidades Territoriais históricas que se tornaram municípios e, a partir destes primeiros municípios derivados destas Unidades Territoriais anteriores foram formados todos os municípios brasileiros. Responder de qual Unidade Territorial foi derivado o primeiro município de cada região do Brasil demanda pesquisas específicas, visto que o território brasileiro é muito vasto e formado de regiões que tem funções e papéis diferentes em cada etapa da Formação Territorial Brasileira. No Capítulo II foi apresentada uma abordagem geral da Formação Territorial Brasileira para dar um esboço inicial para qualquer pesquisa específica sobre a história territorial de qualquer município do Brasil, antes da criação do primeiro Município. A partir da criação do primeiro município do lugar que se deseja investigar, pode-se aplicar o Método de Investigação da Origem Territorial do Município, que é apresentado neste Capítulo III. Se for necessário aprofundar a investigação da fase pretérita ao primeiro município, a mesma lógica do Método proposto pode ser aplicada nas demais Unidades Territoriais da Formação Territorial Local, como é feito nos Estudos de Caso III e IV apresentados no Capítulo IV.

Na atualidade, a criação ou alteração de um município passa, em algum grau, pela vontade popular, das pessoas que residem no território a ser alterado. Nem sempre foi assim. Na verdade, quanto mais antiga a alteração, mais distante é a possibilidade de participação das pessoas “comuns” na gestão do território e maior a quantidade de território gerida por menos pessoas e mais distante é a administração do território das pessoas que realmente o ocupam. Esta realidade já pontua uma parte conflituosa do território: a gestão pura. Digo pura, porque esta situação por si já seria conflituosa. Mas estamos falando de uma gestão COLONIAL. A gestão do território de uma colônia que está sendo efetivada em um território que já possuía uma territorialidade em funcionamento. Esta é uma pista da complexidade básica dos territórios a serem investigados.

3.1.1 TIPOS DE INVESTIGAÇÃO

3.1.1.1 Investigações Específicas

Alguns territórios e frações de territórios pertenceram a diferentes municípios no decorrer das mudanças administrativas regionais, são meandros administrativos importantes, que demandam detalhada investigação; Portanto a contemplação destes meandros é adequada para Investigações Específicas, que tem Recorte Espacial mais objetivo, que permitam trabalhar este tipo de caso e fornecer respostas completas sobre toda a Formação Territorial do objeto de investigação, com todos os meandros envolvidos.

3.1.1.2 Investigações Gerais

Adequadas para buscas mais genéricas, que buscam respostas que podem ser respondidas por esta abordagem. Geralmente esse tipo de investigação é necessária para abordar recortes espaciais grandes ou para contextualizar uma Investigação Específica.

Considerando a complexidade do processo investigado, um grande desafio das Investigações Gerais é manter o foco para atingir o objetivo, alcançando uma Projeção Territorial clara e concatenada, escolhendo os momentos certos do processo a serem contemplados.

Visando facilitar a compreensão do processo apresentado, nas Investigações Gerais, considera-se a configuração administrativa local vigente no momento da criação de cada município, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (2015), de forma simplificada, assim, **adotamos o último ou o mais expressivo pertencimento do território na época do desmembramento para classificar a origem imediata do município.**

3.1.2 A INVESTIGAÇÃO

3.1.2.1 Considerações Importantes

Consideramos as Unidades Territoriais como fronteiras delimitadas que se movimentam ao longo do tempo, de acordo com a decisão e conveniência do poder que a domina e administra. Os Núcleos Urbanos desde o seu

embrião originário consideramos como os Pontos Fixos no espaço que permitem Ancorar as diversas Unidades Territoriais que se sucedem no tempo histórico de forma síncrona ou assíncrona.

3.1.2.2 Antiguidade

A **Antiguidade** dos Núcleos Urbanos é aqui definida como a data mais antiga encontrada se referindo a existência do Lugar. Assim definimos por considerarmos que o Núcleo Urbano é fato social e espacial que, desde o seu embrião originário (lavra, passagem, guarda, pouso...), guarda a característica de permitir referência fixa no território mesmo em seu movimento evolutivo específico. Para a Evolução do Núcleo Urbano consideramos as datas do Instrumentos Legais que as formalizam. Já para as Unidades Territoriais, consideramos a data do Instrumento Legal de **criação** ou modificação, pois são criadas a partir de um Instrumento Legal específico do Sistema e da Época de criação, modificação e evolução desta.

3.1.2.3 Ancoragem

Ancoragem: Definição de pontos fixos no território.

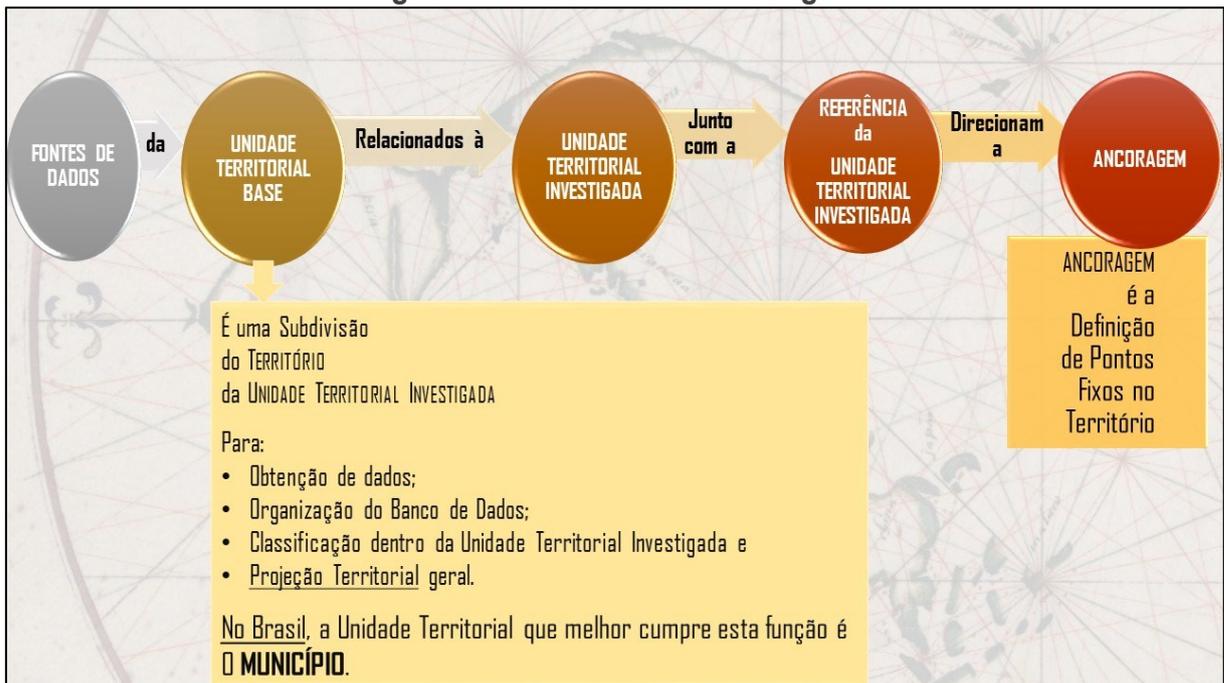
É fundamental a associação da Unidade Territorial a um ponto fixo no território. Esta associação chamamos de Ancoragem. Na proposição do método utilizamos para a Ancoragem o Núcleo Urbano. Para melhor atender ao objetivo de diversos tipos de investigação, a ancoragem pode ser feita em outros pontos fixos no território, como comunidades, fazendas, sítios arqueológicos, minas, etc, de acordo com a necessidade e disponibilidade de informações sólidas (ver “Distritos e Outros Elementos Espaciais”).

Quanto maior o recorte espacial ou mais complexa a investigação, maior o número de pontos fixos que deve ser utilizado na ancoragem.

Por exemplo, nos Estudos de Caso (III – Antigo Araxá, IV – Comarca do Rio das Mortes e V – Quilombo do Campo Grande) a Ancoragem é feita nos Núcleos Urbanos Iniciais da Colonização do Território, na cartografia destes Estudos de Caso estes pontos de Ancoragem estão referidos como Identificação de Referências Espaciais da Colonização Inicial do Território. No Estudo de Caso IV, estes Núcleos Urbanos da Ancoragem são os

Identificados na Cartografia Histórica de Referência: *Mappa da Comarca do Rio das Mortes* (...) do ano de 1777 e que foi possível fazer a correta correspondência com a sua Localização atual. Estes pontos ficam marcados em toda a Cartografia Multitemporal, permitindo a visualização do Movimento das Fronteiras e Limites Territoriais.

Figura 17 – Fontes de Dados e Ancoragem



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

3.1.2.4 Definições

Elaborar as Definições é o primeiro passo da Investigação Territorial utilizando o Método de Investigação de Origem Territorial. As Definições devem ser elaboradas conforme o exemplo que segue.

Definições da aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial

Exemplo 1: Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à ANTIGA COMARCA DO RIO DAS MORTES:

→ **Objeto de Investigação:** Comarca do Rio das Mortes (1777)

→ **Unidade Territorial Investigada:** Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes

- Referência da Unidade Territorial Investigada: **Cartografia Histórica – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes* (1777)**
- Unidade Territorial Atual Base: **Município**
- Recorte Espacial: **Comarca do Rio das Mortes em 1777 – Grande Recorte Espacial – Delimitação a ser projetada**
- Recorte Temporal: **1714 a 2022 => 308 anos**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Geral**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Complexa**

Exemplo 2: Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial ao QUILOMBO DO CAMPO GRANDE:

- Objeto de Investigação: **Quilombo do Campo Grande (Século XVIII)**
- Unidade Territorial Investigada: **Território do Quilombo do Campo Grande**
- Referência da Unidade Territorial Investigada: **Dados da Guerra do Quilombo do Campo Grande – segundo Martins (2008)**
- Unidade Territorial Atual Base: **Município**
- Recorte Espacial: **Quilombo do Campo Grande – Grande Recorte Espacial - Delimitação a ser projetada**
- Recorte Temporal: **1741-2022**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Geral**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Complexa**

3.1.2.5 Etapas

O Método de Investigação de Origem Territorial permite a realização da Investigação Territorial de acordo com a necessidade e o objetivo do

investigador. Dessa forma, após as Definições, devem ser escolhidas as Etapas do Método que serão utilizadas inicialmente na Investigação. As Etapas podem ser revistas e ajustadas no decorrer da Investigação, conforme novas necessidades e questões pertinentes sejam apresentadas. A seguir temos exemplos de Etapas:

Etapas da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial.

Exemplo 1: Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à ANTIGA COMARCA DO RIO DAS MORTES:

- Identificação de Núcleos Urbanos Atuais na Referência da Unidade Territorial.
- Ancoragem.
- Linha do Tempo de Cada Núcleo Urbano Identificado e definido como parte da Ancoragem.
- Planilha de Evolução Administrativa.
- Planilha de Origem Territorial.
- Atribuição do Código de Origem Territorial do Município.
- Cartografia Multitemporal da Antiga Comarca do Rio das Mortes.

Exemplo 2: Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial ao QUILOMBO DO CAMPO GRANDE:

- Identificação de Núcleos Urbanos Atuais na Referência da Unidade Territorial.
- Ancoragem.
- Linha do Tempo de Cada Núcleo Urbano Identificado e definido como parte da Ancoragem.

- Planilha de Investigação e Sistematização dos Dados.
- Atribuição do Código de Origem Territorial do Município.
- Projeção do Quilombo do Campo Grande utilizando a delimitação dos Municípios Atuais nos quais houveram eventos da Guerra do Quilombo do Campo Grande ou possuem lugares que foram conhecidamente Território de Quilombos do Campo Grande.
- Projeção de parte da Expressão Territorial Atual utilizando a delimitação dos Municípios Atuais que possuem Comunidades Remanescentes de Quilombos.
- Quilombo do Campo Grande + Municípios que possuem Comunidades Remanescentes de Quilombos = Conjunto de Municípios que fazem parte da **Expressão Territorial Atemporal do Quilombo do Campo Grande**.
- Atribuição do Código de Município pertencente à **Expressão Territorial Atemporal do Quilombo do Campo Grande**.
- Cartografia Multitemporal

Além do necessário nas Investigações Específicas ou Gerais Simples a complexidade destas Investigações demandou:

=> Uma Referência da Unidade Territorial buscada, para orientar a projeção do Limite Territorial da Unidade Territorial escolhida;

=> A Identificação de Núcleos Urbanos representados na Referência Territorial que possam ser relacionados aos Núcleos Urbanos atuais, para a realização da Ancoragem.

=> A realização de Linhas do Tempo Completas e bem referenciadas de cada Núcleo Urbano Identificado na Referência do Recorte Espacial que seja definido como parte da Ancoragem (quanto maior o Recorte Espacial, maior a quantidade de âncoras para garantir uma projeção mais próxima da

realidade, o que significa proporcionalmente uma maior quantidade de Linhas do Tempo Completas e aumenta a chance de haver necessidade de combinação de várias fontes para obter os dados necessários para a Linha do Tempo)

=> A Realização de uma Projeção do Território da Unidade Territorial Investigada.

A partir do atendimento destas demandas é possível seguir com as demais etapas da aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial.

3.1.2.6 Coleta e Sistematização de Dados

A Coleta de Dados inicial indicada é na plataforma (ou no órgão) de dados sócio espaciais oficiais do país ao qual pertença atualmente o território da Unidade Territorial Investigada. No Brasil, esta plataforma é o Portal Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, hoje disponível na internet sob o endereço **cidades.ibge.gov.br**. Levantados os dados necessários disponíveis nesta plataforma, por necessidade, para preenchimento das Planilhas do Método ou por opção de aprofundamento da investigação, é indicado expandir a coleta de dados para as demais plataformas oficiais do país do Recorte Territorial investigado e fontes acadêmicas que sejam necessárias aos diversos contextos, para que a base da investigação seja pautada pela oficialidade, segurança e precisão. Dessa forma, com a formação de um Banco de Dados sólido, pode-se trabalhar os temas que sejam importantes para cada Investigação.

A Unidade Territorial Base indicada é a que seja agregadora de informações básicas oficiais e que atenda às necessidades da pesquisa. No caso do Brasil, a melhor Unidade Territorial Base para a Investigação Territorial é o Município, que permite uma investigação de qualquer parte do Território Brasileiro, dispendo de diversos dados básicos oficiais e variados temas.

Os dados da Investigação Territorial são tratados em sistematizados de acordo não só com o Tipo (Específica ou Geral) e a Modalidade (Simples ou Complexa) da Investigação de Origem Territorial, mas também de acordo com o Recorte Espacial e os Interesses da Investigação. Uma Investigação que envolva muitos Municípios, combinação de fontes, Distritos, outros Elementos ou tenha muitos conflitos de poder atuando no território (Exemplo no Estudo de Caso IV – Comarca do Rio das Mortes – Investigação Geral Complexa de Grande Recorte Territorial) dificilmente será suprida de dados suficientes sem a realização das Linhas do Tempo para uma devida Coleta de dados para uma adequada Sistematização. Porém, há investigações que podem perfeitamente serem atendidas pela realização das Planilhas (Planilha de Evolução Administrativa – Cronológica de Criação dos Municípios; Planilha de Origem Territorial - Genealógica dos Municípios e Planilha de Evolução da Ocupação Territorial – Cronológica dos Núcleos Urbanos), sem necessidade de fazer uma Linha do Tempo para cada Unidade Territorial Base. Nos Estudos de Caso (Capítulo IV) há exemplos práticos de todas estas situações.

A Sistematização dos Dados disponibiliza três ou quatro planilhas:

1ª - Planilha de Ancoragem – Ordem Alfabética dos Núcleos Urbanos (ou das outras Referências Espaciais Identificadas)

2ª - Planilha de Evolução Administrativa – Cronológica de Criação dos Municípios

3ª - Planilha de Origem Territorial - Genealógica dos Municípios e

4ª - Planilha de Evolução da Ocupação Territorial – Cronológica dos Núcleos Urbanos (só quando houver interesse na Investigação, pode ser feita de apenas um período do Recorte Temporal).

3.1.2.7 Planilha de Ancoragem – Ordem Alfabética dos Núcleos Urbanos (ou outra Referência Espacial)

Quadro 11 - Cabeçalho da PLANILHA DE ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Alfabética dos Núcleos Urbanos (ou outra Referência Espacial)

- ____ (Unidade Territorial Investigada) - ____ (Localização) - ____ (País) - PLANILHA DE ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial - - ____ (Unidade Territorial Base) do Estado de ____ (Localização) - Originários do Território da ____ (Unidade Territorial Investigada) -			
Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Histórico dos Nomes	Referências Espaciais - Núcleos Urbanos - para Ancoragem

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

3.1.2.8 Planilha de Evolução Administrativa – Cronológica de Criação dos Municípios

Quadro 12 - Cabeçalho da PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Cronológica de Criação dos Municípios

- ____ (Unidade Territorial Investigada) - ____ (Localização) - ____ (País) - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial - - Municípios (ou outra Unidade Territorial Base) do Estado de ____ (Estado) - ____ (Mesorregião) - Originários do Território d. ____ (Unidade Territorial Investigada) -										
_ Ordem Cronológica de Criação dos Municípios _										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.) - é a data mais antiga encontrada	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	Origem Direta do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

3.1.2.9 Planilha de Origem Territorial – Genealógica dos Municípios

Quadro 13 - Cabeçalho da PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Genealógica de Criação dos Municípios

- ____ (Unidade Territorial Investigada) - ____ (Localização) - ____ (País) - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - - Municípios (ou outra Unidade Territorial Base) do Estado de ____ (Estado) - ____ (Mesorregião) - Originários do Território d. ____ (Unidade Territorial Investigada) -										
_ Ordem Genealógica de Criação dos Municípios _										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.) - é a data mais antiga encontrada	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	Origem Direta do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

A Planilha de Origem Territorial disponibiliza os dados sistematizados, codificados e em Ordem Genealógica da Origem Territorial dos Municípios.

Nesta Planilha a classificação das Linhas do Tempo se dá de forma Genealógica e de acordo com a **data de criação do município**. Caso seja uma Investigação Geral, nos atemos à data do último ou mais expressivo pertencimento do território na época do desmembramento para classificar a

origem imediata do território do município criado. Se for uma Investigação Específica, após a consideração do último ou mais expressivo desmembramento/ criação/ emancipação do Município, todas as datas serão consideradas de forma específica de acordo com as possibilidades e necessidades da Investigação.

A Sistematização da Planilha de Investigação da Origem Territorial permite a aferição da Unidade Territorial Origem das demais Unidades Territoriais contempladas na Investigação Territorial.

3.1.2.10 Planilha de Evolução da Ocupação Territorial – Cronológica dos Núcleos Urbanos

Quadro 14 - Cabeçalho da PLANILHA DE EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - Ordem Cronológica de Antiguidade dos Núcleos Urbanos

- ____ (Unidade Territorial Investigada) - ____ (Localização) - ____ (País) - PLANILHA DE EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - - Municípios (ou outra Unidade Territorial Base) do Estado de ____ (Estado) - ____ (Mesorregião) - Originários do Território d ____ (Unidade Territorial Investigada) -										
_ Ordem Cronológica de Antiguidade dos Núcleos Urbanos _										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.) - <i>é a data mais antiga encontrada</i>	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	Origem Direta do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Só é realizada quando houver interesse na Investigação, pode ser feita de apenas um período do Recorte Temporal.

Reúne as Linhas do Tempo por Ordem Cronológica de Antiguidade conhecida do Núcleo Urbano.

3.1.2.11 Ordem dos Dados nas Planilhas

Inicia-se com a Ordem Cronológica de Criação dos Municípios (ou outra Unidade Territorial adotada).

Se houver **mais de um Município criado na mesma data pelo mesmo Instrumento Legal:**

Quando **mais de um Município** (ou qualquer Referência ou Unidade Territorial adotada) tiverem sido **criados na mesma data e/ou pelo mesmo**

Instrumento Legal, todos os Municípios relacionados à Investigação Territorial criados juntos são identificados e ordena-se a criação destes por **Ordem Alfabética**, então, nesta ordem alfabética, são classificados e colocados na Ordem Geral de Criação dos Municípios na Investigação de Origem Territorial. Só então, respeitando este ordenamento de todos os Municípios, estes são distribuídos em sua Genealogia e Codificação.

Exemplo: na Investigação de Origem Territorial que tem como Recorte Espacial o Antigo Araxá, dos 76 Municípios que fazem parte do Recorte Espacial, 21 foram criados pela Lei Estadual nº. 2764 de 30-12-1962. Portanto temos 21 Municípios com a mesma data de criação, neste caso, ordenaremos a criação destes 21 municípios por Ordem Alfabética. Nesta Ordem Alfabética dos Municípios criados em 30-12-1962, estes 21 Municípios são acrescidos em seu devido lugar na Ordem Geral de Criação dos Municípios do Antigo Araxá. A partir desta Ordem Geral de Criação dos Municípios do Antigo Araxá, cada Município criado é distribuído ao seu Local adequado na Genealogia dos Municípios do Antigo Araxá. A partir desta correta distribuição, é feita a Classificação de cada um destes Municípios e a correta Codificação, sendo-lhes atribuído seu respectivo Código de Origem Territorial (este exemplo e todo o seu contexto pode ser conferido detalhadamente no bojo do Estudo de Caso III – Antigo Araxá, no Capítulo IV desta Tese)

Se houver **mais de um Instrumento Legal de Criação na mesma data**, ordena-se a criação dispendo primeiro a ordem dos Instrumentos Legais, de acordo com o seu Número.

Por exemplo hipotético: Lei Provincial nº 1036 de 30/10/1870 e Lei Provincial nº 1032 de 30/10/1870. Primeiro ordena-se os Municípios criados pela Lei 1032, por Ordem Alfabética e adiciona-os à Ordem Geral de Criação dos Municípios da Investigação. Depois ordena-se os Municípios criados pela Lei 1036, por Ordem Alfabética e adiciona-os à Ordem Geral de Criação dos Municípios da Investigação. Ou seja, Lei 1032, depois 1036, ordem numérica dos números das leis do mesmo dia.

3.1.2.12 Distritos e Outros Elementos Espaciais

É possível acrescentar os Distritos – e/ou todo outro tipo de Elemento, como Povoado, Comunidade Tradicional, Terras Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Sítios Arqueológicos, Fazendas, Locais de Produção, Elementos Naturais, Sítios de Interesse ou qualquer outro tipo de Referência Espacial ou Objeto que seja de interesse na Investigação de Origem Territorial, basta atrelá-las à Unidade Territorial Base que for escolhida para a Investigação - nos Estudos de Caso que são trazidos aqui a Unidade Territorial Base escolhida é o Município. O tratamento destes Elementos acontece da seguinte forma:

São acrescentados apenas os Elementos que forem de interesse da Investigação; por exemplo, na Investigação de Origem Territorial do Antigo Araxá, é investigado um Recorte Espacial muito grande que abrange 76 Municípios e mais de uma centena de Distritos; dentre estes Distritos, o Distrito de Desemboque é fundamental na Investigação (por ter sido o Primeiro Núcleo Urbano Oficial que se tornou Julgado na Região, ou seja, que ficou responsável por um Território), portanto, vou acrescentar apenas este distrito. Da mesma forma pode se fazer com outros Elementos que sejam importantes para a Investigação de Origem Territorial que for realizada.

1º - Reúna os Dados dos Elementos que serão acrescentados, separe-os por Tipo de Elemento (Povoado, Comunidade Tradicional, Terras Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Sítios Arqueológicos, Fazendas, Locais de Produção, Pistas de Pousos, Elementos Naturais, Sítios de Interesse...),

2º - Ordene cada Lista de Elementos por Ordem Cronológica (se houver, sempre é a primeira forma de ordenamento) e por Ordem Alfabética, seguindo esta ordem de cada Elemento. A ressalva da Ordem Cronológica dos Elementos acontece porque, por exemplo, se os Elementos a serem ordenados forem Picos, ou Cavernas, ou Sítios Arqueológicos dos quais não

se tenha ou não se disponha ou não haja interesse em tratar das datas, nestes casos, faz-se apenas o Ordenamento Alfabético.

3º - Disponha cada um dos Elementos acrescidos em seu devido Município de Pertencimento, caso haja mais de um em um Município a ordem de classificação é dada pela ordem feita de cada Elemento.

No caso dos Distritos, como estão em uma Planilha de Municípios, coloca-se seus dados em Cinza. Para outros Elementos, pode-se atribuir outras cores. Por exemplo, Comunidades Remanescentes de Quilombos, laranja; Comunidades de Matriz Indígena, de verde; Fazendas de marrom. Esta variação de cores na Planilha é importante para permitir a clareza visual da essência dos dados, com a visualização imediata dos dados que são da Unidade Territorial Base da Investigação, que se mantêm com a fonte em cor preta.

A atribuição do Código de Origem Territorial acontece da seguinte forma:

Distritos: Código do Município + ponto (.) + 0 (zero) + número ordenado do Distrito no Município

Exemplo:

Desemboque, distrito do Município de Sacramento,
no Antigo Araxá

Código de Sacramento + ponto (.) + 0 (zero) +
Número Ordenado do Distrito no Município

ARX.4.01

Se houvesse outro Distrito no mesmo Município, que fosse ordenado (Cronologicamente e/ou Alfabeticamente) após Desemboque, o Código deste outro distrito seria:
ARX.4.02

Comunidade Remanescente de Quilombo: Código do Município + ponto (.) + CRQ+ Número Ordenado da Comunidade Remanescente de Quilombo no Município.

Terra Indígena: Código do Município + ponto (.) + TI+ Número Ordenado da Terra Indígena no Município.

Comunidade de Matriz Indígena (para Comunidades que ainda não tenham demarcação ou outra situação): Código do Município + ponto (.) + CMI+ Número Ordenado da Comunidade de Matriz Indígena no Município.

Sítios Arqueológicos: Código do Município + ponto (.) + SArq+ Número Ordenado do Sítio Arqueológico no Município.

Patrimônio Tombado: Código do Município + ponto (.) + PTomb+ Número Ordenado Patrimônio Tombado no Município.

Ponto Turístico: Código do Município + ponto (.) + PTur+ Número Ordenado do Ponto Turístico no Município.

Agroindústria: Código do Município + ponto (.) + Agro+ Número Ordenado da Agroindústria no Município.

Frigorífico: Código do Município + ponto (.) + Frig+ Número Ordenado do Frigorífico no Município.

Área de Exploração Mineral: Código do Município + ponto (.) + AEM+ Número Ordenado da Área de Exploração Mineral no Município.

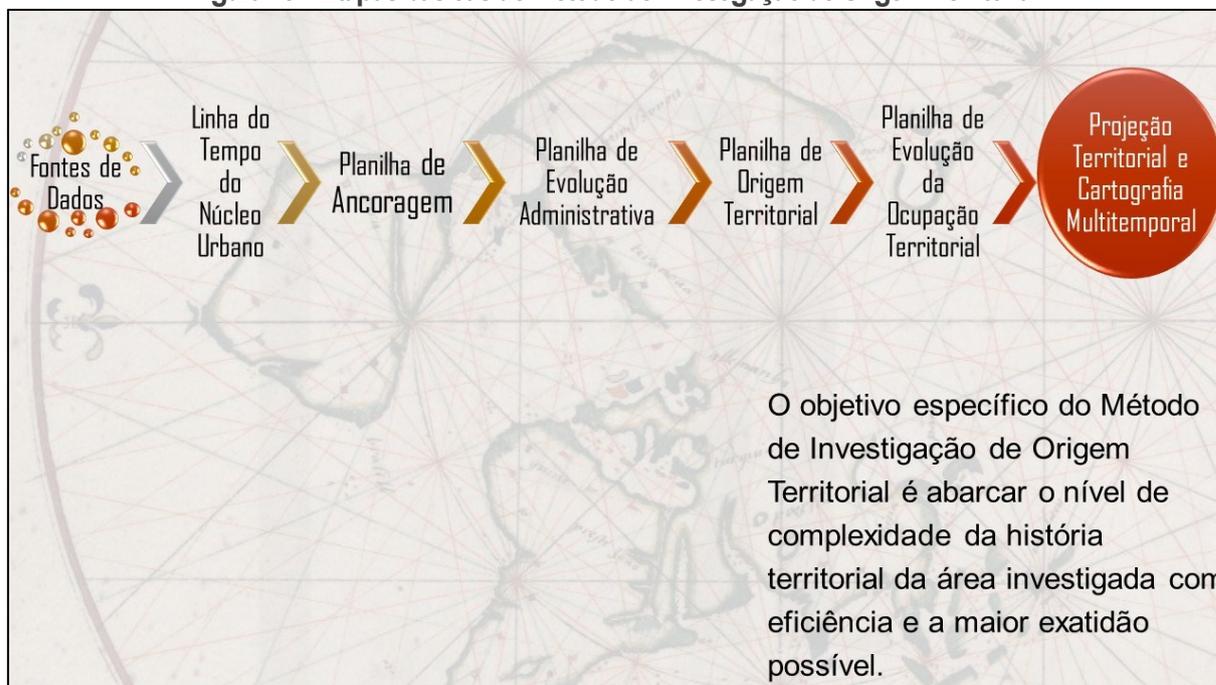
Área de Risco: Código do Município + ponto (.) + ARisc+ Número Ordenado da Área de Risco no Município.

Nascente: Código do Município + ponto (.) + Nasc+ Número Ordenado da Nascente no Município.

Portanto, seguindo este Método de Codificação do Método de Investigação de Origem Territorial, a variedade e quantidade de temas que podem ser agregados e as possibilidades de utilização são infinitas.

Em Investigações que tenham tal interesse, é possível acrescentar os Distritos e os outros Elementos escolhidos que podem ser distribuídos nos Distritos aos quais pertencem.

Figura 18 – Etapas básicas do Método de Investigação de Origem Territorial



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

3.1.2.13 Linha do Tempo do Núcleo Urbano

Em pesquisas Complexas, de áreas com muitas mudanças territoriais, áreas de conflitos, grande Recorte Temporal ou outra circunstância qualquer que demande maior detalhamento, ou que seja da vontade do Investigador maior acurácia dos dados da Unidade Territorial investigada, a Linha do Tempo é uma ferramenta prática para dar suporte ao aprofundamento e/ou maior fluidez à Investigação.

A **Linha do Tempo** é conduzida pelo Núcleo Urbano, pois a partir da evolução do Núcleo Urbano é possível aferir as mudanças das Unidades Territoriais com mais segurança e assertividade, visto que os Núcleos Urbanos são a referência fixa em sua evolução, enquanto as Unidades Territoriais são móveis. Portanto, a **Ancoragem no Núcleo Urbano permite a continuidade da Investigação de Origem Territorial através das diversas Unidades Territoriais criadas pelas diferentes formas e tipos**

de gestão dos Sistemas de Poder que atuam no Território ao longo do tempo histórico. Esta Ancoragem fornece a segurança metodológica necessária para o aprofundamento da Investigação da Origem Territorial, permitindo avanço até os primórdios somente fazendo as adaptações necessárias aos dados existentes.

A Linha do Tempo é preenchida com o Ano (seguido de dia e mês, se houver esta informação) e o Nome do Núcleo Urbano, **se foi atribuído um novo nome com a nova classificação ou a vigente neste momento se houve mudança** entre este momento e a evolução anterior.

Cada Núcleo Urbano recebe a sua própria Linha do Tempo de acordo com a necessidade da Investigação Territorial: se a Investigação Territorial é suprida pelos Núcleos Urbanos que são Sedes de Municípios (ou de outra Unidade Territorial), cada Núcleo Urbano sede de Município terá a sua própria Linha do Tempo, onde, além dos Distritos que geraram outros Municípios, os distritos atuais podem ser citados de acordo com o foco da pesquisa. Se a especificidade da Investigação Territorial demandar maior aprofundamento, pode-se fazer uma Linha do Tempo para cada Núcleo Urbano, desde os que são Sede de Município, passando pelos Distritos de Município e, dependendo da disponibilidade de dados, pode-se contemplar com uma Linha do Tempo até mesmo as Comunidades Rurais, Comunidades Tradicionais e qualquer outra Materialização Espacial fixa no Território. Nos exemplos, vamos nos ater às Linhas do Tempo dos Núcleos Urbanos Sede de Município.

Cada Núcleo Urbano identificado é investigado, gerando uma Linha do Tempo do Núcleo Urbano. As Linhas do Tempo da Ancoragem reúnem os dados da evolução do Núcleo Urbano e das mudanças de Unidade Territorial, assim como os dados sobre os outros Núcleos Urbanos relacionados e parte das respectivas evoluções, especialmente de Núcleos Urbanos que são identificados como Povoados, são oficializados tornando-se Arraiais e/ou Distritos, mas não chegam a tornar-se Vilas ou Cidades. A

partir das Linhas do Tempo do Núcleos Urbanos da Ancoragem Inicial, obtemos os dados que indicam um caminho para seguir a Investigação Territorial (quando é necessário buscar este caminho devido à falta de informações disponíveis).

Exemplos:

Quadro 15 - Linha do Tempo do Núcleo Urbano - Exemplo de Linha do Tempo - Linha do Tempo de Lagoa Dourada – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de LAGOA DOURADA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1715 (+/-)	Lagoa Dourada	MG	Alagoas - Lagoa Dourada	1715 Lagoa Dourada	1750 (D-L.E.de 14-07-1832)		1912 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1912) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 - Casa Grande	Prados	-	-	1912 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1912)
						2ª Criação					
						-	-	-			
<p>Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:</p> <p>1 - Sede – <u>Lagoa Dourada</u> - Distrito de Paz de Tiradentes (D-L.E.de 14-07-1832) - Transferido para o Município de Prados em 1892. 🌀 <u>Lagoa Dourada</u></p> <p>2 - <u>Casa Grande</u> (L.E;n.148 de 17-12-1938) recebeu de Conselheiro Lafaiete => <u>Município</u> em 1962 <u>Casa Grande</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)</p> <p>Observações: -> 🌀 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes!</i></p> <p>Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-dourada/historico</p>											

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Uma Linha do Tempo contempla quantas criações e extinções forem necessárias para abarcar o histórico do Município:

Quadro 16 - Linha do Tempo do Núcleo Urbano - Exemplo de Linha do Tempo - Linha do Tempo de Jacuí – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de JACUÍ – Minas Gerais – Brasil - Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1745 (+/-)	Jacuí	MG	Lavras do Jacuí - São Carlos do Jacuí - Jacuí		1745 (Antes de 1745) São Carlos do Jacuí	1814 (19/07) (Alvará de 19-07-1814)	1814 (19/07) (Alvará de 19-07-1814) São Carlos do Jacuí	Campanha	1870 (L.P.nº 1641 de 13-	São Sebastião do Paraíso	1886 (15/10) (L.P.nº 1611 de 15-10-1886)

					São Carlos do Jacuí			09-1870)	
						2ª Criação			
					1881 (22/09) (L.P.nº 2784 de 22-09-1881)	1881 (22/09) (L.P.nº 2784 de 22-09-1881)	São Sebastião do Paraíso e Cabo Verde		
<p>Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Sede – <u>Jacuí</u> - Povoado Lavras do Jacuí - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Arraial do Jacuí - Distrito criado no Município de Campanha antes de 1745 com o nome de <u>São Carlos do Jacuí</u> - Vila a 1ª vez em 1814 (Alvará de 19-07-1814) e a 2ª vez em 1881 já com o nome <u>Jacuí</u> (L.P.nº 2784 de 22-09-1881) -  <u>Arraial do Jacuí</u> 2- <u>Santa Cruz das Areias</u> - => Município em 1962 Fortaleza de Minas (L.E.nº 2764 de 30-12-1962) 3- <u>São Pedro da União</u> - Transferido para o Município de Guaranésia (L.E.nº 319 de 16-09-1901) <p>Observações:  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mappa da Comarca do Rio das Mortes/</i></p> <p>Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jacui/historico</p>									

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

É importante, na atribuição do Código de Origem Territorial, **considerar a primeira criação da Unidade Territorial**, pois assim fica contemplada a existência da Unidade Territorial desde o seu princípio, dando **segurança à identificação da Origem Territorial** de Unidades Territoriais que possam ter sido criadas a partir desta desde o período entre a primeira criação e a extinção.

3.1.2.14 Sinergia de Dados

No decurso da Investigação Territorial, vemos que **as Linhas do Tempo são complementares umas das outras**, algumas acabam sendo formadas por dados obtidos na confecção de várias outras e outras são mais alimentadas por dados de uma Linha do Tempo que está relacionada a ela do que pelos dados oficiais disponíveis do seu próprio Núcleo Urbano. Esta **Sinergia de Dados é uma característica fundamental do Método de Investigação da Origem Territorial** que **fortalece a segurança dos resultados**, visto que **as Linhas do Tempo se tornam agentes de questionamento, checagem e confirmação** umas das outras. Estas dinâmicas do Método de Investigação de Origem Territorial são explicitadas nas Linhas do Tempo iniciais do Estudo de Caso IV – Comarca do Rio das Mortes (Capítulo III). Para evitar redundâncias e um prolongamento

desnecessário do texto, no referido Estudo de Caso são citados um exemplo de cada Dinâmica aqui referida, as demais Linhas do Tempo seguirão sem tal elucidação reiterada destes pontos do Método nas demais Linhas do Tempo.

3.1.2.15 Combinação de Fontes

Quando há a necessidade de consultar mais de uma fonte oficial para obter os dados necessários para a investigação, faz-se referência às fontes consultadas em linha abaixo da Linha do Tempo. Na construção da Planilha de Evolução da Ocupação Territorial, acrescenta-se a coluna “Fontes” onde as fontes de cada Linha do Tempo que compõem a planilha são referenciadas na forma de letras (A; B; C; ...) separadas por ponto e vírgula (;) e, ao final da planilha, em sua última linha, descreve-se as fontes utilizadas em todas as Linhas do Tempo que compõem a Planilha, sequenciadas pelas letras utilizadas, tendo o cuidado de observar que uma mesma fonte pode ser utilizada para mais de uma Linha do Tempo da Planilha, como, por exemplo, a fonte “IBGE, Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br>”.

Exemplo:

Quadro 17 – Linha do Tempo do Núcleo Urbano - Exemplo de Linha do Tempo - Combinação de Fontes e Sinergia de Dados - Linha do Tempo de São João Del Rei – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SÃO JOÃO DEL REI – Minas Gerais – Brasil - Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros Nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1699 (+/-)	São João Del Rei	MG	Porto Real - Passagem Rio das Mortes - Arraial do Rio das Mortes - São João Del Rei	Arraial do Rio das Mortes		1713 (08/12)	1713 (08/12) (Alvará de 08-12-1713) Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Barbacena 2-Conceição da Barra de Minas 3- Nazareno 4- Ritápolis 5 - <i>Tiradentes</i> (2ª criação)*. 6 - Conselheiro Lafaiete (na	Vila Rica (Ouro Preto)	-	-	1838 (06/03) (L.P n. 93 de 06-03-1838)

						verdade é de Tiradentes)**			
						7 – Bom Sucesso***			
						8 - Campanha****			
						2ª Criação			
						-	-	-	

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – S.J. Del Rei ☪ **Vª de S. João**
 - 2- **Barbacena** – Localidade conhecida como Borda do Campo às margens do Caminho Novo da Estrada Real para o Rio de Janeiro - Freguesia em 1725 com a sede da freguesia na Capela provisória **N.S. da Piedade** - Sede da freguesia transferida em 1730 para **N.S. do Pilar do Registro Velho** (atual Sá Fortes, distrito de Barbacena) presente na Cartografia Histórica como Registro Velho - Sede da Freguesia volta com a inauguração da Igreja Nova em 1748 - Título de “Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena” (Alvará de 24-02-1823) => **Município** em 1971 **Barbacena** (Alvará de 14-08-1791) ☪ **Igreja Nova**
 - 3- **Cajuru** – (Decreto de 14-07-1832)
 - 4- **N. S. da Conceição da Barra** (Decreto de 14-07-1832) - **Conceição da Barra** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **Cassiterita** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => **Município** em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) – **Conceição da Barra de Minas** em 1989 (L.E.n.º 9950 de 27-10-1989) ☪ **Conceição**
 - 5- **N.S. de Nazaré** (L.P.n. 471 de 01-06-1850) - **Nazaré** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - **Nazareno** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => **Município** em 1953 **Nazareno** (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
 - 6- **Santa Rita do Rio Abaixo** (L.P. n. 669 de 28-04-1854) - **Ibitutinga** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **S.Rita do Rio Abaixo** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - => **Município: Ritópolis** em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
 - 7- **São Gonçalo do Ibituruna** (L.P.n. 2150 de 30-10-1875) - **Ibituruna** – **Transferido para Bom Sucesso** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) ☪ **Buturuna**
 - 8- **S. Antonio do Rio das Mortes** (L.P.n. 2281 de 10-07-1876) - **Rio das Mortes** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) ☪ **S. Antônio**
 - 9- **São Francisco do Onça** (L.P.n. 3199 de 23-09-1884) - S. Francisco de Assis do **Caburu** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **Onças** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - **Emboabas** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
 - 10- **S. Sebastião da Vitória** (L.M.n. 70 de 15-01-1900)
 - 11- **Caburu** – Antigo Povoado São Gonçalo do Brumado, Distrito criado no Município de São João del Rei com o nome de **Caburu** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **São Gonçalo do Amarante** (L.M.n. 2750 de 11-11-1991). ☪ **S.Gonçalo**
 - 12- **Carijós** – Povoado de **Carijós**, confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com este nome – Transferido para o novo Município de São José - Distrito de Queluz (Ordem Régia ou Alvará de 1752) => Município em 1791 Queluz (Alvará de 1791) ☪ **Carijós**
 - 13- **Bom Sucesso** – Povoado de Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno – Freguesia em 1823, pertencia a São João Del Rei – Passou a chamar-se Bom Sucesso em 1824 – Transferida para o Município de Oliveira em 1860 – Volta a São João Del Rei quando dele é desmembrado parte do território para criação do Município de Bom Sucesso em 1872 (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) => **Município** em 1872 **Bom Sucesso** (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) ☪ **Bom Sucesso**
 - 14- **Campanha** - Povoado de São Cipriano iniciado em 02-10-1737 Pelo Ouvidor Cipriano José da Rocha - Freguesia em 1752 **Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde** (Ordem Régia de 02-08-1752) - Vila em 1798 **Vila da Campanha da Princesa da Beira** (Alvará de 20-09-1798) => **Município** em 1798 **Campanha da Princesa da Beira** (Alvará de 20-09-1798) - Passou a chamar-se **Campanha** (L.P.n. 163 de 09-03-1840) ☪ **Campanha do Rio Verde**
- Observações:**
- * – Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Tiradentes, que foi definido para sequência da pesquisa pelo critério de Limítrofe
- ** - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Conselheiro Lafaiete, que foi definido para sequência da pesquisa pelo critério de Limítrofe.
- *** - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Bom Sucesso, confirmada pela consulta à Lei de Criação do Município de Bom Sucesso.
- **** - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Campanha.
- > ☪/Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/historico>
2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/historico>
3 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-sucesso/historico>
4 - Lei Provincial nº 1883, de 15 de julho de 1872 – p.20
5 - <https://bomsucesso.mg.gov.br/historia-e-dados/>
6 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campanha/historico>
7 - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_(Minas_Gerais))
8 - <https://www.campanha.mg.gov.br/index.php/o-municipio>
9 – Lei Estadual n. 843 de 07 de setembro de 1923

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Busca-se fazer uma Linha do Tempo o mais completa possível, mas sabemos que nem sempre é possível, a falta de alguns dados oficiais é uma realidade. Neste caso, **prossequimos a pesquisa** e, muitas vezes, ao fazer a Linha do Tempo de outros Núcleos Urbanos podemos obter dados para completar as Linhas do Tempo que estão com lacunas.

A Primeira Linha do Tempo que é feita é a do Ponto de Partida escolhido para a pesquisa, o **Ponto de Partida é o Núcleo Urbano escolhido para ser o primeiro a receber a sua Linha do Tempo e guiar as próximas Linhas do Tempo que serão feitas.**

As Linhas do Tempo seguintes são:

- ⇒ **ou** dos Núcleos Urbanos citados na Linha do Tempo do Ponto de Partida, os quais aferiu-se que tornaram-se Municípios ao Longo de sua história;
- ⇒ **ou** de Municípios Limítrofes ao Ponto de Partida que estejam dentre do Recorte Territorial da Investigação.

Municípios mais antigos tendem a receber uma Linha do Tempo mais robusta, visto que, geralmente, foram palco da história de vários Distritos e deram origem a outros Municípios. A quantidade de Municípios oriundos, assim como o Município de Origem (do qual foi desmembrado) facilita a fluidez da investigação, visto que proporciona vários pontos de continuidade da pesquisa, e geralmente é um dos casos que demanda mais fontes.

Faz-se **uma Linha do Tempo para cada Núcleo Urbano** de interesse citado nas Linhas do Tempo realizadas ou Limítrofes aos Territórios das Unidades Territoriais contempladas com Linhas do Tempo.

Realizadas tantas Linhas do Tempo quantas forem necessárias para contemplar todas as necessidades investigativas ou todo o Território objeto da Investigação, os dados elucidados e devidamente organizados nestas são dispostos nas Planilhas da Investigação de Origem Territorial: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial e, quando for o caso, Planilha de Evolução da Ocupação Territorial, ordenados da forma e na ordem específica de cada uma destas Planilhas. A finalização das Planilhas sinaliza a base completa para a Projeção Territorial.

3.1.2.16 Codificação – Código de Origem Territorial

Com os dados levantados e sistematizados nas Planilhas do Método de Investigação de Origem Territorial, é possível **definir a Unidade Territorial** (ou as Unidades Territoriais) que será considerada (ou serão consideradas) a **Origem Territorial**, de acordo com o objetivo da investigação.

Por exemplo, no Estudo de Caso IV – Comarca do Rio das Mortes -, a Origem Territorial encontrada é São João Del Rei. Já no Estudo de Caso V – Quilombo do Campo Grande – há municípios de duas Origens Territoriais distintas: São João Del Rei e Antigo Araxá. Para encontrar uma origem comum entre todos os municípios envolvidos na Investigação pode ser necessário aprofundar ou ampliar muito o Recorte Temporal da Investigação, o que nem sempre é coerente com o objetivo da Investigação, por isso é possível trabalhar com mais de uma Origem Territorial. Mas para explicar o Método seguiremos tratando de Origem Territorial no singular.

A criação dos municípios é dividida em Gerações, considerando a Unidade Territorial definida como Origem Territorial. De forma similar a uma genealogia, os municípios criados da divisão direta da Origem Territorial correspondem à 1ª Geração. A 2ª Geração é composta pelos municípios desmembrados dos municípios de 1ª Geração. A 3ª Geração é oriunda de

desmembramentos de municípios de 2ª Geração. A 4ª Geração é derivada de municípios de 3ª Geração e assim infinitamente.

Visto que desde a sua criação a Unidade Territorial torna-se possível Origem de novas Unidades Territoriais não é possível ignorar nenhum período de sua existência, portanto, na Codificação **considera-se a Primeira Criação do Município**, caso tenha havido criações e extinções, e todos os Municípios criados são codificados.

Os Municípios são classificados sequencialmente, de acordo com a data de criação (Ordem Cronológica) e, quando criados em mesma data pelo nome (Ordem Alfabética), como já foi descrito em “Ordem dos Dados nas Planilhas”. É possível acrescentar todos os municípios que venham a ser criados no futuro, seguindo a mesma lógica de ordenamento, classificação e disposição dos mesmos no seu devido lugar nas Planilhas, sendo possível inclusive criar novas gerações, para as quais não há limite de criação.

Então é criado para cada Município - ou Referência Espacial trabalhada ou acrescida - um Código de Origem Territorial, constituído de Prefixo – relacionado à Origem Territorial e quantos campos forem necessários, correspondentes às Gerações. Cada campo é separado por ponto (.). Ao final do Código de Origem Territorial não há ponto, indicando que o último campo corresponde ao próprio que recebeu o Código, classificado em relação aos demais que possuem exatamente a mesma procedência. O Prefixo é composto de letras do alfabeto latino e os Campos das Gerações são todos compostos de algarismos hindu-arábicos. A exceção é a Origem Territorial, cujo Código de Origem Territorial é apenas o Prefixo que a ela corresponde.

3.1.2.17 Projeção Territorial

A Projeção Territorial, que é sustentada pelos dados levantados, tratados, sistematizados e codificados, é baseada na configuração territorial

atual dos municípios, dada pelo IBGE (um dos órgãos que disponibiliza dados oficiais sobre o território brasileiro).

Com a soma dos territórios dos municípios desmembrados é feita a projeção da delimitação do território dos municípios ao longo do tempo histórico. No Capítulo IV há diversos exemplos de Projeções Territoriais possíveis com a aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial.

É importante ressaltar que, com a aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial, a Projeção Territorial pode ser feita de forma manual, utilizando um mapa atual, que tenha as fronteiras do recorte espacial investigado, e fazendo a soma dos territórios ao longo do tempo, seguindo os dados sistematizados nas planilhas do Método proposto. Portanto o Método torna o conhecimento do território acessível ao proporcionar um recurso que possibilita a realização da Investigação e da Projeção Territorial independente do acesso a programas específicos de mapeamento.

Figura 19 – Encadeamento e Interações do Método de Investigação de Origem Territorial



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 18 - Método de Investigação da Origem Territorial do Município - Sequência Executiva Básica

MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DA ORIGEM TERRITORIAL DO MUNICÍPIO - SEQUÊNCIA EXECUTIVA BÁSICA -

1. Escolher o Objeto (Área ou Unidade Territorial) a ser investigado;
2. Definir o Período a ser investigado;
3. Definir o Tipo de Investigação: Investigação Específica ou Investigação Genérica
4. No Site do IBGE¹:
 Cidades.ibge.gov.br => Busca Município => História do Município=> Formação Administrativa
 -> Nos Instrumentos Legais de Formação (LEIS)², aferir:
 Informações Básicas da Formação Territorial
 -> Data de Criação do Município
 -> Desmembrado de qual Unidade Territorial
 Meandros da Formação Territorial
 -> Quais as demais alterações Territoriais do Município
5. Colocar dados das Informações Básicas da Formação territorial do Município no Banco de Dados da Investigação – Planilha do Método de Investigação
6. Repetir os passos 4 e 5 com os Municípios Citados nas Informações Básicas até que seja contemplado todo o Recorte Espacial e Temporal da investigação³
7. Sistematização – Organização da Planilha por ordem cronológica de criação
8. Aferição da Origem Territorial – É a Unidade Territorial da qual é historicamente e geograficamente proveniente determinado território.
9. Classificação dos Municípios – Por Geração
10. Codificação – Atribuição do Código de Origem Territorial do Município
11. Inserção por Ordem Cronológica dos Meandros – Alterações Administrativas de Território extravagantes à criação de Novo Município
12. Definição dos Momentos da Formação Territorial que serão cartografados – em Investigações Específicas Preferencialmente todos os momentos de alteração territorial relacionados, de acordo com o Tipo de Investigação Escolhido.
13. Projeção Cartográfica dos Momentos Definidos
14. Projeção Territorial:
 - 14.1. Projeção dos Limites Territoriais Históricos
 - 14.2. Projeção das Áreas Territoriais Históricas

¹ Site que, no momento da pesquisa for responsável pela disponibilização de informações históricas e geográficas sobre os municípios brasileiros. Caso tais informações deixem de ser disponibilizadas pelo IBGE, é possível buscar diretamente a Lei de Criação do Município e demais Instrumentos Legais da Formação Administrativa dos Municípios relacionados à Investigação. Atualmente a Página Cidades do IBGE reúne na área destinada à história de cada município a referência, datas e informações básicas de cada instrumento legal de alteração do território relacionada à Formação Administrativa do Município.

² Sempre referenciando o Tipo, o Número, a Data e a Alteração Territorial determinada de cada dado, conforme campos da Planilha do Método de Investigação Territorial.

³Caso em outro momento da Investigação Territorial seja constatada a necessidade de contemplar mais municípios, pode-se retomar este a partir deste ponto para completar a Planilha e readequar todo o processo.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

3.2 MÉTODO SIMPLIFICADO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL PARA SALA DE AULA

A partir do Método de Investigação de Origem Territorial foi desenvolvido o Método Simplificado de Investigação de Origem Territorial para Sala de Aula, que é disponibilizado neste tópico na forma de Atividade Prática com um roteiro que dá suporte à aplicação do Método em Sala de Aula em qualquer nível e modalidade de ensino.

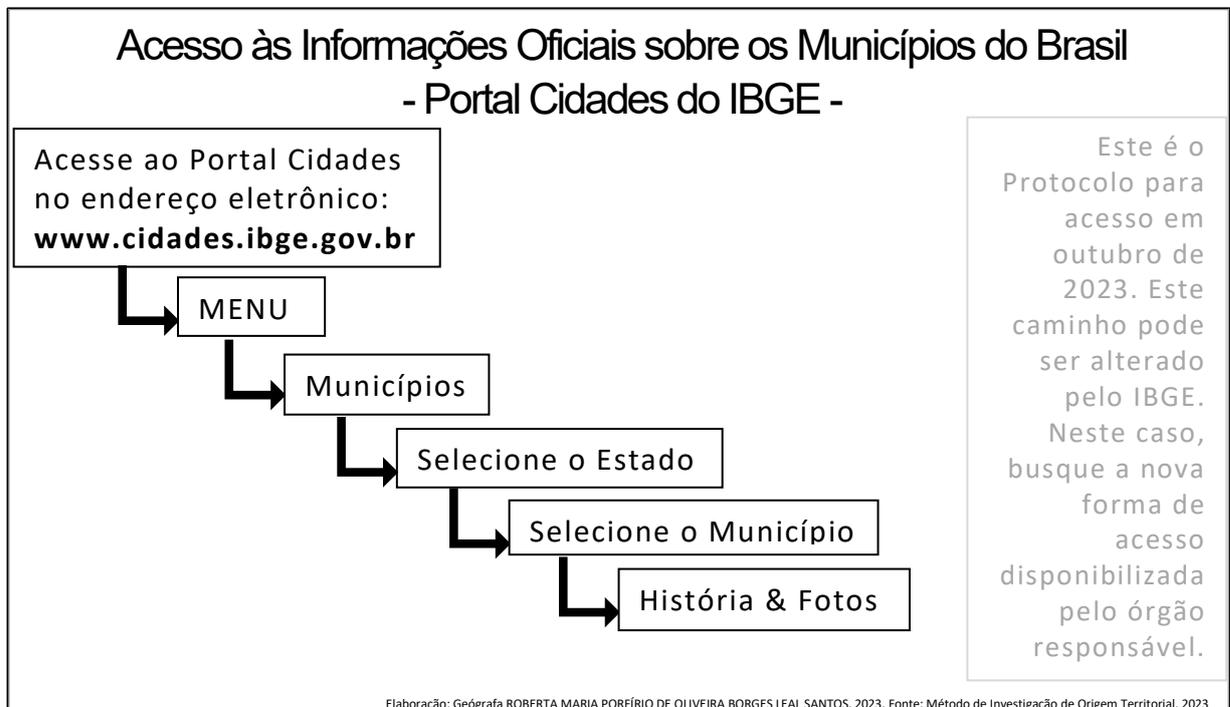
Trata-se de uma Atividade que permite a conexão do Aluno à conceitos fundamentais da Ciência Geográfica, como Lugar e Território com a compreensão da diferença entre eles. Entendimento sobre evolução administrativa, também sobre formação territorial e evolução urbana, sobre deslocamento populacional e migração. Mas especialmente, permite o desenvolvimento da compreensão da importância do conhecimento histórico-geográfico do Lugar e o desenvolvimento do sentido de pertencimento, conseqüentemente da importância da cidadania.

Esta Atividade de Investigação de Origem Territorial:

- Pode ser aplicada a todos os níveis de ensino cujo professor julgue a turma estar apta para a atividade.
- Pode-se estender a pesquisa a quantas gerações o professor achar necessário e viável, contemplando avós, bisavós, assim por diante.
- É realizada em três etapas.
- Pode ser feita de forma analógica, com as devidas adaptações. Basta que o professor imprima os materiais necessários do Portal Cidades IBGE. Para evitar gastos maiores que o necessário, o professor pode dividir a atividade, realizando a 1ª Etapa com quantos dias de antecedência forem necessários para que os alunos possam realizar a tarefa de levantar as informações que, porventura, não tenham conhecimento prévio e tragam para sala de aula, possibilitando o conhecimento do professor de quais municípios serão citados para que seja previamente preparado o material impresso necessário para a pesquisa. Será necessário: 1 – Páginas “História & Fatos” dos

municípios citados pelos alunos na 1ª Etapa, 2 – O professor apresenta aos alunos o(s) mapa(s) que contenha(m) os municípios citados na atividade. O mapa que contemple todos os municípios citados, pode ser estadual, regional, Brasil, o que for necessário e possível para que haja a espacialização dos municípios pelos alunos e 3 – Dois marcadores diferentes, um para o Lugar de nascimento dos alunos e outro para o Lugar de nascimento dos pais dos alunos. Pode ser lápis, caneta, alfinete, etiqueta, o material que for mais viável.

Figura 20 - Protocolo para Pesquisa sobre o Município no Brasil - Acesso às Informações Oficiais sobre os Municípios do Brasil - Portal Cidades do IBGE



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Assim sendo, está disponibilizado adiante duas versões de Roteiro da Atividade, primeiro o Roteiro para a Atividade em Formato Digital e/ou Remoto e em seguida o segundo, o Roteiro para a Atividade em Formato Analógico ou Tradicional.

Figura 21 – Atividade: Eu, o Lugar e o Território – Relação abstrata e concreta das raízes ao chão – Parte 1: Formato Digital e/ou Remoto – Parte 2: Formato Analógico ou Tradicional

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

FORMATO DIGITAL E/OU REMOTO

1ª Etapa da Atividade

Passe aos Alunos a seguinte tarefa, é importante que os Alunos tenham tempo para obter as informações:

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

1ª Etapa

Responda às questões:

- 1 – Em qual Município você nasceu? De qual Estado, Região e País?
- 2 – Em que ano você nasceu?
- 3 – Você nasceu no Espaço Urbano ou Rural? Distrito ou Cidade? Capital ou Interior?
- 4 – Em qual Município seus Pais nasceram? De qual Estado, Região e País?
- 5 – Em que ano seus Pais nasceram? Se não souber, buscar as informações.
- 6 – Seus pais nasceram no Espaço Urbano ou Rural? Distrito ou Cidade? Capital ou Interior? Se não souber, buscar as informações.

2ª Etapa da Atividade

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

2ª Etapa

Consulte as Informações disponíveis no Portal Cidades do IBGE para responder as seguintes perguntas:

- 1 – Quando foi criado o Município em que você nasceu?
- 2 – Quais mudanças aconteceram no Nome e no Território do Município após o seu nascimento? O Lugar que você nasceu é Distrito, Cidade, mudou de área Rural para Urbana, pertence ao mesmo Município, Estado e Região?
- 3 – Quando foi criado o Município em que seus Pais nasceram?
- 4 – Quais mudanças aconteceram no Nome e no Território do Município após o nascimento dos seus Pais? O Lugar que eles nasceram é Distrito, Cidade, mudou de área Rural para Urbana, pertence ao mesmo Município, Estado e Região?

3ª Etapa da Atividade

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

3ª Etapa

Realize as seguintes tarefas:

- 1 – Abra o Google Earth.
- 2 – Localize o seu Local de Nascimento.
- 3 – Marque com o Marcador.
- 4 – Localize o Local de nascimento dos seus Pais.
- 5 – Marque com um Marcador diferente do Marcador utilizado para o seu nascimento.
- 6 – Salve a Imagem do Google Earth que abranja o seu Lugar de nascimento e o Lugar de nascimento dos seus Pais.
- 7 – Faça uma análise da sua percepção das mudanças do seu Lugar de nascimento e das mudanças do Lugar de nascimento dos seus Pais.

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO FORMATO ANALÓGICO OU TRADICIONAL

1ª Etapa da Atividade

Passe aos Alunos a seguinte tarefa, é importante que os Alunos tenham tempo para obter as informações:

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

1ª Etapa

Responda às questões:

- 1 – Em qual Município você nasceu? De qual Estado, Região e País?
- 2 – Em que ano você nasceu?
- 3 – Você nasceu no Espaço Urbano ou Rural? Distrito ou Cidade? Capital ou Interior?
- 4 – Em qual Município seus Pais nasceram? De qual Estado, Região e País?
- 5 – Em que ano seus Pais nasceram? Se não souber, buscar as informações.
- 6 – Seus pais nasceram no Espaço Urbano ou Rural? Distrito ou Cidade? Capital ou Interior? Se não souber, buscar as informações.

2ª Etapa da Atividade O Professor disponibiliza o material impresso necessário para a consulta dos Municípios citados na 1ª Etapa.

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

2ª Etapa

Consulte as Informações disponíveis no Portal Cidades do IBGE para responder as seguintes perguntas:

- 1 – Quando foi criado o Município em que você nasceu?
- 2 – Quais mudanças aconteceram no Nome e no Território do Município após o seu nascimento? O Lugar que você nasceu é Distrito, Cidade, mudou de área Rural para Urbana, pertence ao mesmo Município, Estado e Região?
- 3 – Quando foi criado o Município em que seus Pais nasceram?
- 4 – Quais mudanças aconteceram no Nome e no Território do Município após o nascimento dos seus Pais? O Lugar que eles nasceram é Distrito, Cidade, mudou de área Rural para Urbana, pertence ao mesmo Município, Estado e Região?

3ª Etapa da Atividade O Professor disponibiliza o material impresso necessário para a localização e marcação dos Municípios citados.

ATIVIDADE: EU, O LUGAR E O TERRITÓRIO – RELAÇÃO ABSTRATA E CONCRETA DAS RAÍZES AO CHÃO

3ª Etapa

Realize as seguintes tarefas:

- 1 – Aproxime-se do Mapa disponibilizado.
- 2 – Localize o seu Local de Nascimento.
- 3 – Marque com o Marcador fornecido pelo Professor.
- 4 – Localize o Local de nascimento dos seus Pais.
- 5 – Marque com o Marcador fornecido pelo Professor – Diferente do Marcador utilizado para o seu Local de nascimento.
- 6 – Faça uma análise da sua percepção das mudanças do seu Lugar de nascimento e das mudanças do Lugar de nascimento dos seus Pais.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Esta Atividade foi aplicada, com *feedback* positivo, em Sala de Aula durante Estágio Docente II na disciplina Soluções Geoespaciais & Governança Territorial Afrobrasileira – Imagem e Identidade Nacional – do Projeto Geoafro, ministrada pelo Professor Titular e Pesquisador Sênior do PPGGEA/UnB e Visitante Titular - PÓS-AFRO/FFCH/UFBA Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, no âmbito da Pós-Afro do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO – da Universidade Federal da Bahia – UFBA – em 12 de abril de 2023 – Conteúdo disponível em https://www.portalprojetogeoafro.com/disciplina_ufba_2023/.

Para contextualização da atividade foi feita uma breve apresentação e reflexão acerca da Formação Territorial do Brasil, utilizado o conteúdo do Capítulo II desta tese, especialmente a Historiografia dos Municípios do Brasil. Também foi utilizado o conteúdo do Capítulo IV, Estudo de Caso IV – Quilombo do Campo Grande para exemplificação de conflitos existentes no processo abordado.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: ALGUMAS FORMAS E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL

Este Capítulo é composto de cinco Estudos de Caso que explicitam algumas dentre as diversas formas de utilização do Método de Investigação de Origem Territorial.

São dois estudos iniciais mais simples e a complexidade, o aprofundamento e as possibilidades vão aumentando a cada estudo. O método é exemplificado minuciosamente no Estudo de Caso IV, onde todas as ferramentas são utilizadas e apresentadas em todas as etapas em detalhes com uma extensiva coleta, sistematização e codificação de dados.

Os Estudos de Caso contemplam os seguintes tipos e modalidades de Investigação de Origem Territorial: Investigação Específica Simples de Pequeno Recorte Espacial; Investigação Geral Simples de Grande Recorte Espacial e Investigação Geral Complexa de Grande Recorte Espacial, utilizados nos seguintes Estudos de Caso:

Estudo de Caso I – Fazenda Taquaral – Propriedade Rural

Investigação **Específica Simples** de Pequeno Recorte Espacial

Estudo de Caso II – Fazenda Lagoa Seca – Propriedade Rural Antiga

Investigação **Específica Simples** de Pequeno Recorte Espacial

Estudo de Caso III – Antigo Araxá – Unidade Territorial Administrativa Histórica -Município Histórico

Investigação **Geral Simples** de Grande Recorte Espacial

Estudo de Caso IV – Comarca do Rio das Mortes – Unidade Territorial Jurídico-Administrativa Histórica

Investigação **Geral Complexa** de Grande Recorte Espacial

Estudo de Caso V – Quilombo do Campo Grande – Unidade Territorial Histórica

Investigação **Geral Complexa** de Grande Recorte Espacial

Estudo de Caso IV – Uma Genealogia no Território: Utilização da Investigação de Origem Territorial para Elucidar Dinâmicas Espaciais específicas

É importante considerar que os Estudos de Caso são indicativos de algumas das possibilidades de utilização do Método de Investigação de Origem Territorial, eles não esgotam os temas. Os Estudos de Caso são um ponto de partida e, devidamente referenciados, podem e devem ser complementados, aprimorados e aprofundados de acordo com as necessidades e demandas da Investigação Territorial que esteja sendo procedida.

Figura 22 – Algumas Definições dos Estudos de Caso V, IV e III.

MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NOS ESTUDOS DE CASO							INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL	
ESTUDO DE CASO	OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	UNIDADE TERRITORIAL INVESTIGADA	REFERÊNCIA DA UNIDADE TERRITORIAL INVESTIGADA	UNIDADE TERRITORIAL ATUAL BASE	RECORTE ESPACIAL	RECORTE TEMPORAL	TIPO	MODALIDADE
Comarca do Rio das Mortes	Comarca do Rio das Mortes (1777)	Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes	Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes (1777)	Município	Comarca do Rio das Mortes de 1777 - Delimitação a ser Projetada	1714 a 2022 – 308 anos	Geral	Complexa
Quilombo do Campo Grande	Quilombo do Campo Grande (Século XVIII)	Território do Quilombo do Campo Grande	Dados da Guerra do Quilombo do Campo Grande - segundo Martins (2008)	Município	Quilombo do Campo Grande (Baseado nos dados da Guerra do quilombo do Campo Grande) - Delimitação a ser Projetada	1741 a 2022 – 281 anos	Geral	Complexa
Antigo Araxá	Município de Araxá	Território do Antigo Araxá	Território do Antigo Município de Araxá – criado em 1831 – conforme definido por Borges (2015)	Município	Antigo Araxá – Delimitação definida em Borges (2015)	1777 a 2022 – 245 anos	Geral	Complexa

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.1 ESTUDO DE CASO I – FAZENDA TAQUARAL: INVESTIGAÇÃO ESPECÍFICA SIMPLES DE PEQUENO RECORTE ESPACIAL

Mapa 37 – Imagem da região da Fazenda Taquaral - Perdizes - Minas Gerais - Brasil



Fonte: Google Earth – Contexto da sede em 47°14'09"W 19°31'33"S

Fazenda Taquaral – Perdizes – Minas Gerais – Brasil

Coordenada Geográfica da sede: 47°14'09"W 19°31'33"S

Esta é uma Investigação de Origem Territorial Específica Simples, que pode ser feita sobre qualquer Local determinado, seja o Lugar um Imóvel Rural, uma Comunidade Tradicional, um Sítio Arqueológico, uma Localidade Histórica ou qualquer outro Lugar que tenha localização atual determinada no território e o Recorte Espacial seja pequeno, ou seja, que não abranja mais de 10 Municípios.

4.1.1 DEFINIÇÕES

Definições da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Fazenda Taquaral:

→ **Objeto de Investigação**: **Fazenda Taquaral.**

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

- Unidade Territorial Investigada: **Contexto Territorial da Fazenda Taquaral – Sede Histórica.**
- Unidade Territorial Atual Base: **Município.**
- Recorte Espacial: **Municípios dos três Núcleos Urbanos mais próximos (mais relacionados ou mais expressivos) da Sede da Fazenda Taquaral.**
- Recorte Temporal: **1872-2022 – 187 anos.**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Específica.**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Simple.**

4.1.2 ETAPAS

Etapas da aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Fazenda Taquaral:

- Identificação de Núcleos Urbanos Atuais mais próximos e seus respectivos Municípios, no mínimo três.
- Ancoragem.
- Linha do Tempo de Cada Núcleo Urbano Identificado e definido como parte da Ancoragem.
- Planilha de Investigação e Sistematização dos Dados.
- Construção da Linha do tempo de Pertencimento Municipal da Fazenda Taquaral.
- Cartografia Multitemporal do Contexto Territorial da Fazenda Taquaral.

4.1.3 LOCALIZAÇÃO

Mapa 38 - Localização - Minas Gerais no Mapa Mundi



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 39 - Localização da Fazenda Taquaral - Minas Gerais



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 40 - Fazenda Taquaral - Localização na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

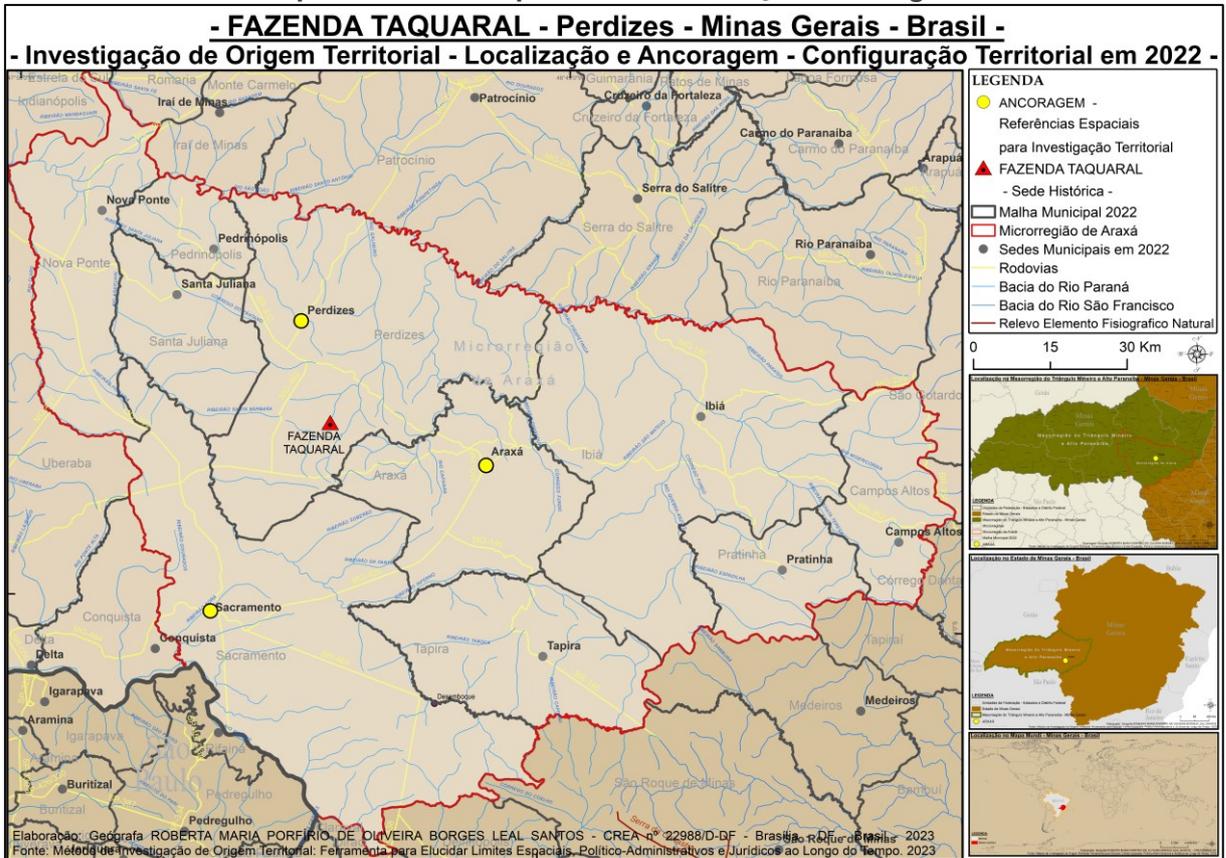
Mapa 41 - Localização da Fazenda Taquaral - Microrregião de Araxá



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.1.4 ANCORAGEM

Mapa 42 - Fazenda Taquaral - 2022 - Localização e Ancoragem



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.1.5 BANCO DE DADOS SISTEMATIZADO

Planilhas do Método de Investigação de Origem Territorial aplicadas a Fazenda Taquaral:

Quadro 19 - FAZENDA TAQUARAL - PERDIZES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA ANCORAGEM

- FAZENDA TAQUARAL - Perdizes - MINAS GERAIS - BRASIL -
- PLANILHA DE ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial -

Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Origem Direta do Município	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
Desemboque	1752	1752	1752	-	Distrito de Sacramento		Passagem do Rio das Velhas - Arraial das Abelhas - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Julgado do Desemboque - Desemboque	⊗
ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831	LP.n. de 04-04-1831	Paracatú	Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	⊗
PERDIZES 1938				1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Araxá		
SACRAMENTO 1870	1811			1870	LP.n. 1637 de 13-09-1870	Araxá	Santíssimo Sacramento	⊗

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica -

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 20 - FAZENDA TAQUARAL - PERDIZES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

- FAZENDA TAQUARAL - Perdizes - MINAS GERAIS - BRASIL - - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial -										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Origem Direta do Município	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
		Desemboque	1752	1752	1752			Distrito de Sacramento	Passagem do Rio das Velhas - Arraial das Abelhas - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Juizado do Desemboque - Desemboque	☉
1º	ARX.	ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831	LP.n. de 04-04-1831	Paracatú	Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	☉
2º	-	SACRAMENTO 1870	1811			1870	LP.n. 1637 de 13-09-1870	Araxá	Santíssimo Sacramento	☉
3º	-	IBIÁ 1923	1818			1923	LE.n. 843 de 07-09-1923	Araxá	São Pedro de Alcântara - Ibiá	☉
4º	-	Nova Ponte				1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Sacramento		
5º	-	PERDIZES 1938				1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Araxá		
6º	-	SANTA JULIANA 1938	1829			1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Araxá	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	☉
7º	-	Campos Altos				1943	D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943	Ibiá		
8º	-	Pratinha				1948	LE.n.336 de 27-12-1948	Campos Altos		
9º	-	Pedrinópolis				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Santa Juliana		
10º	-	Tapira				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Sacramento		

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1 (2015), 65-96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 21 - FAZENDA TAQUARAL - PERDIZES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL

- FAZENDA TAQUARAL - Perdizes - MINAS GERAIS - BRASIL - - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial -										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade de: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Origem Direta do Município	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
1º	ARX.	ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831	LP.n. de 04-04-1831		Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	☉
2º	-	SACRAMENTO 1870	1811			1870	LP.n. 1637 de 13-09-1870	Araxá	Santíssimo Sacramento	☉
		Desemboque	1752	1752	1752			Distrito de Sacramento	Passagem do Rio das Velhas - Arraial das Abelhas - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Juizado do Desemboque - Desemboque	☉
4º	-	Nova Ponte				1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Sacramento		
10º	-	Tapira				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Sacramento		
3º	-	IBIÁ 1923	1818			1923	LE.n. 843 de 07-09-1923	Araxá	São Pedro de Alcântara - Ibiá	☉
7º	-	Campos Altos				1943	D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943	Ibiá		
8º	-	Pratinha				1948	LE.n.336 de 27-12-1948	Campos Altos		
5º	-	PERDIZES 1938				1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Araxá		
6º	-	SANTA JULIANA 1938	1829			1938	D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Araxá	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	☉
9º	-	Pedrinópolis				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Santa Juliana		

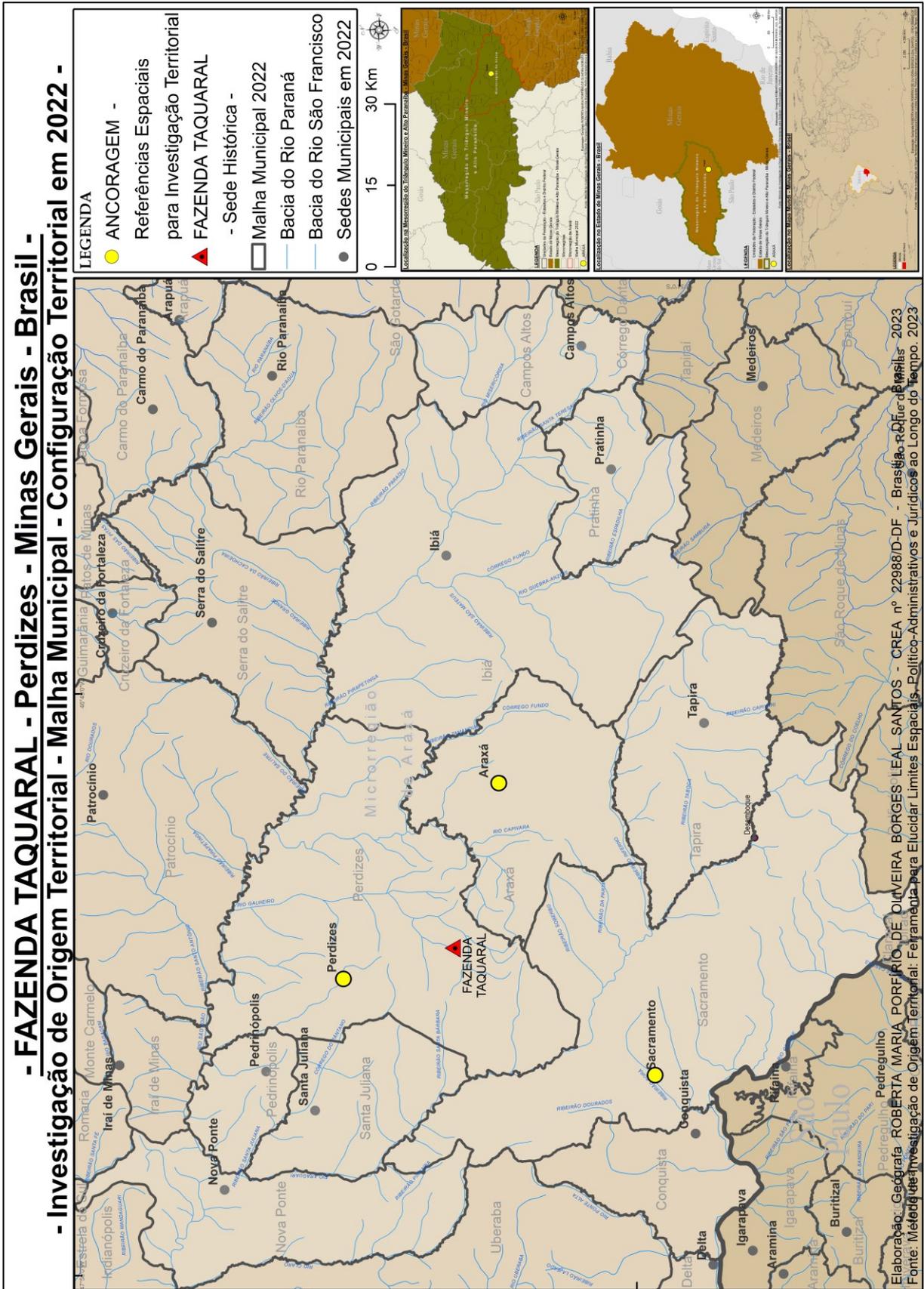
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1 (2015), 65-96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.1.6 PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA DO HISTÓRICO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO TERRITÓRIO DE LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA TAQUARAL – 2022 A 1835 – A ORIGEM TERRITORIAL

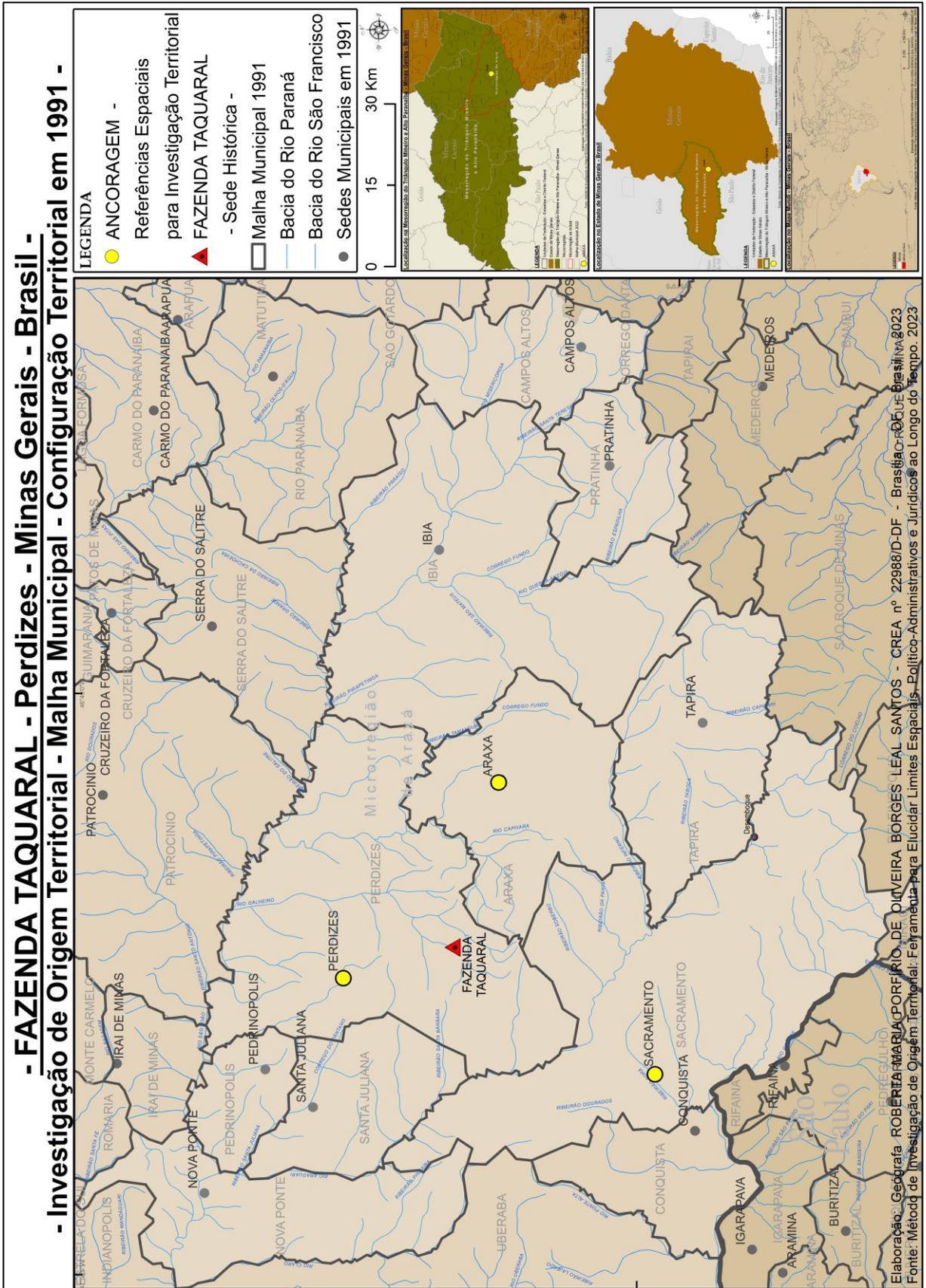
Utilizando os Dados Sistematizados da Planilha de Origem Territorial podemos fazer a projeção do Território Investigado ao longo do tempo, de 2022 até 1835, de acordo com a criação dos Municípios.

Mapa 43 - Fazenda Taquaral – 2022



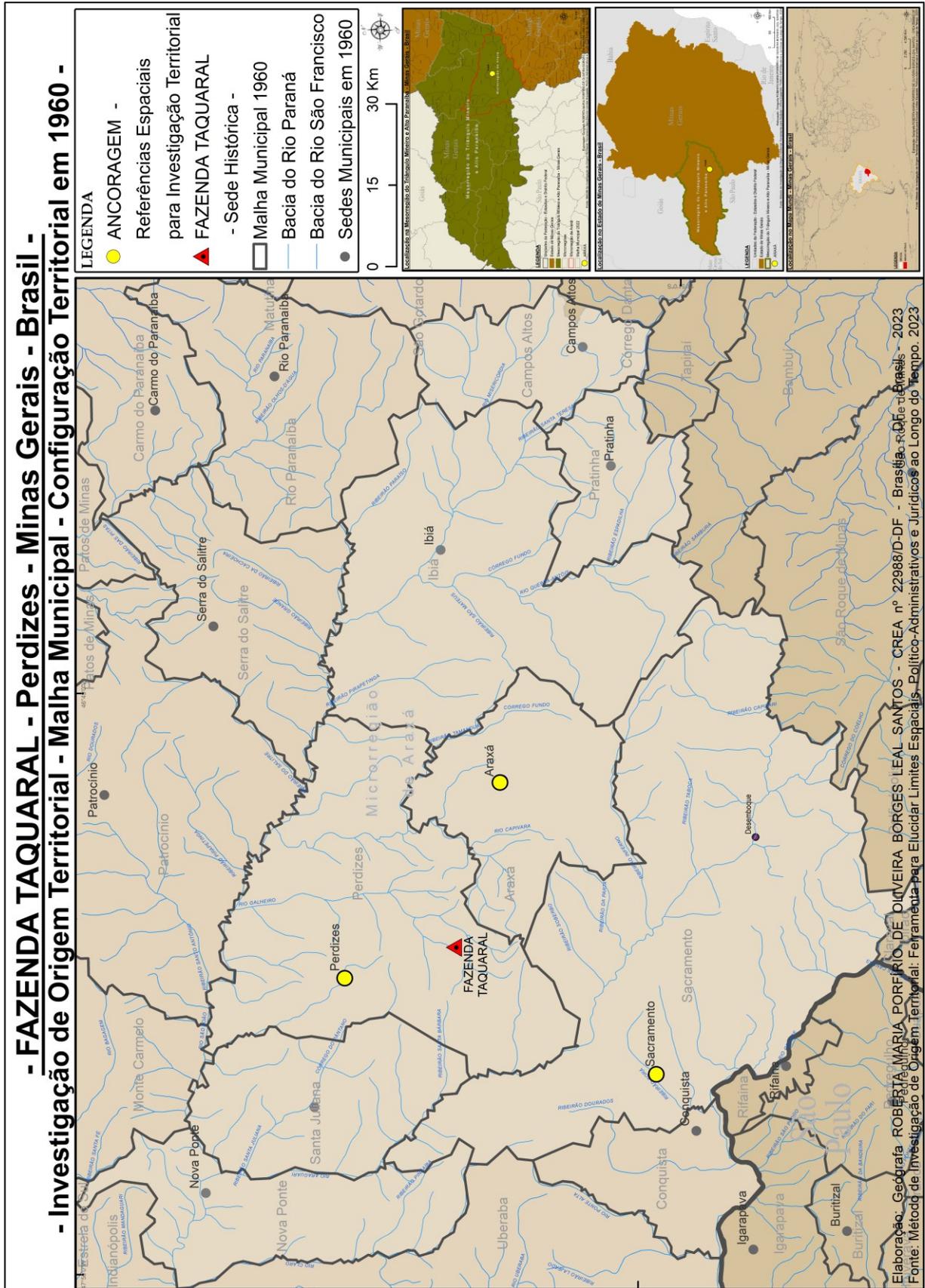
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 44 - Fazenda Taquaral – 1991



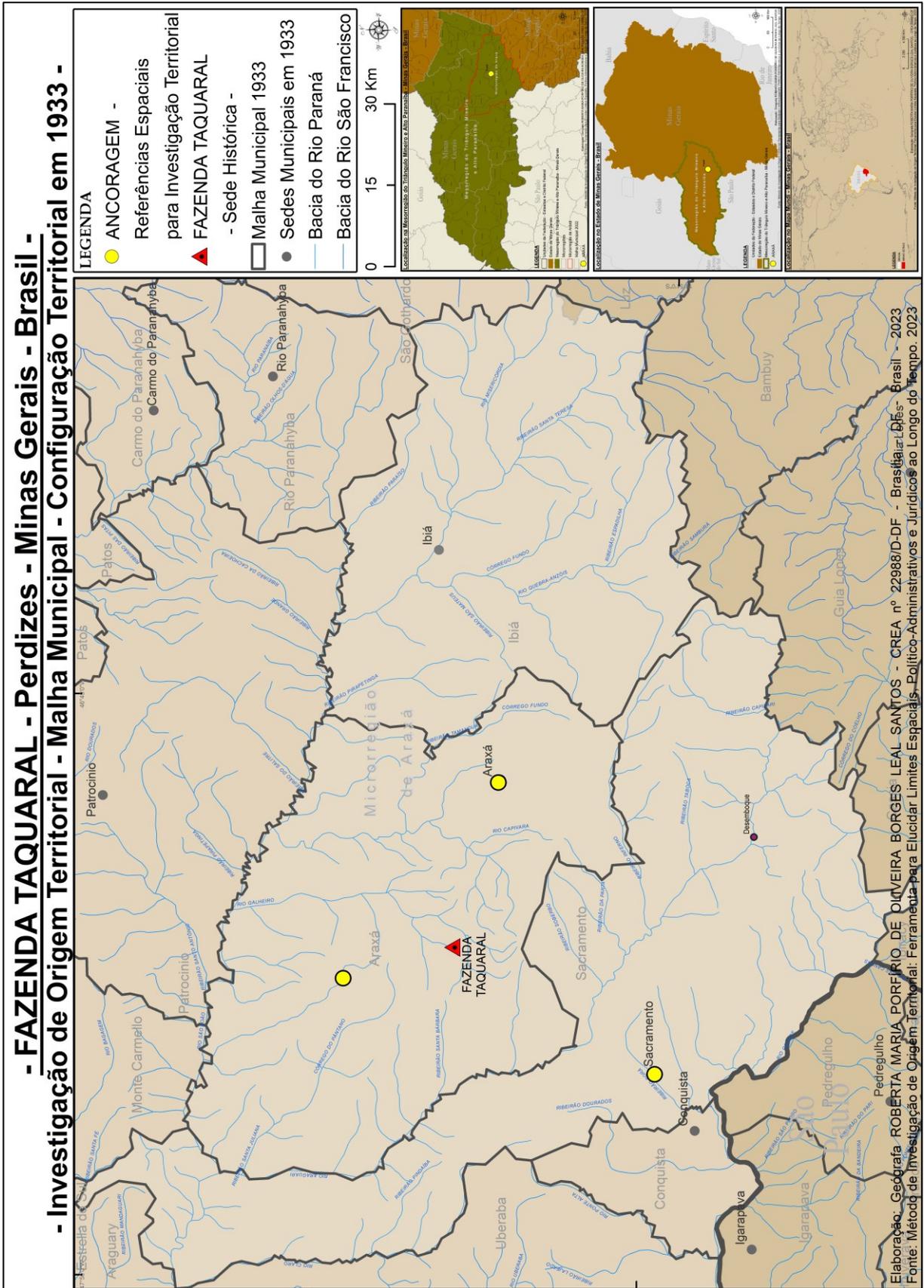
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 45 - Fazenda Taquaral – 1960

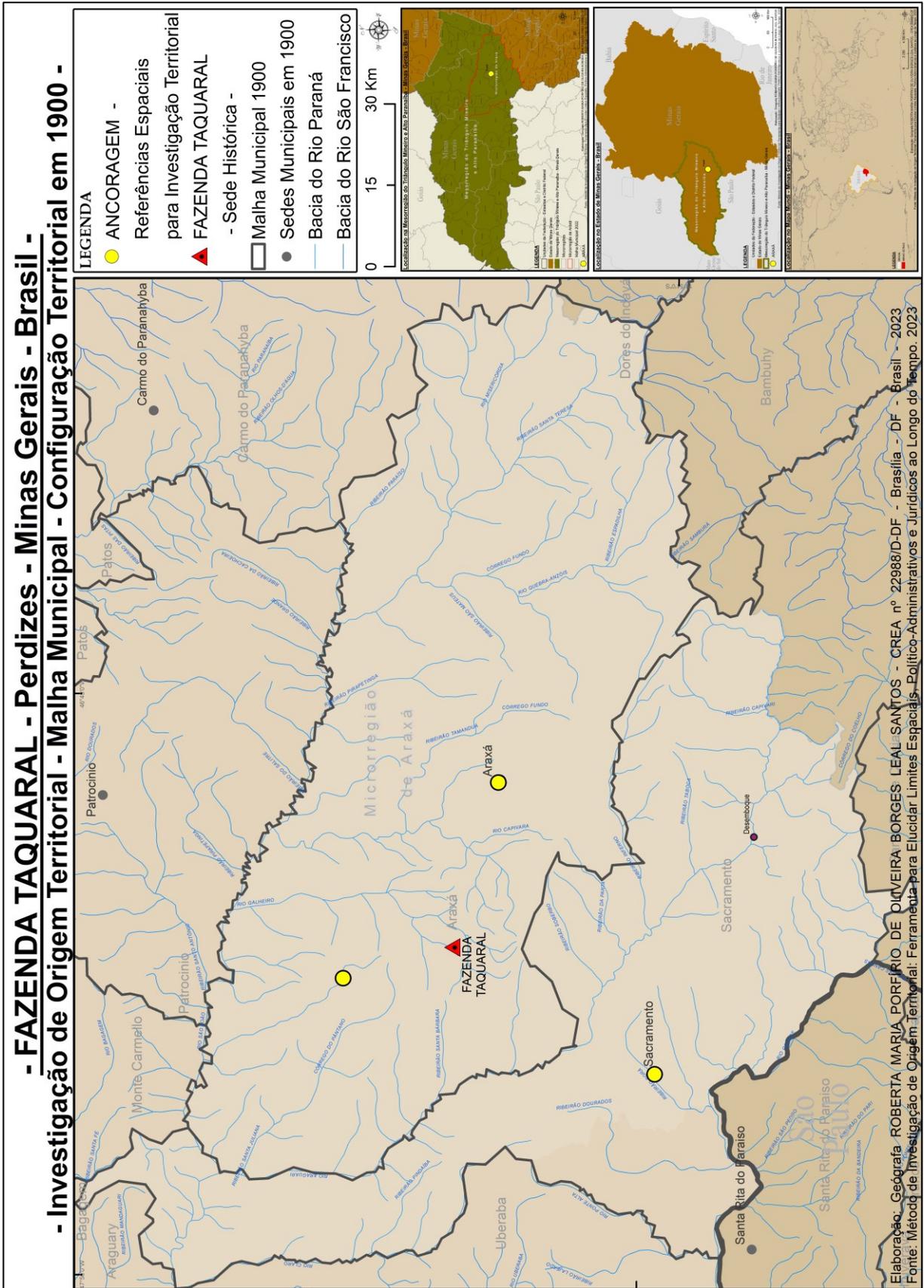


Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 46 - Fazenda Taquaral – 1933

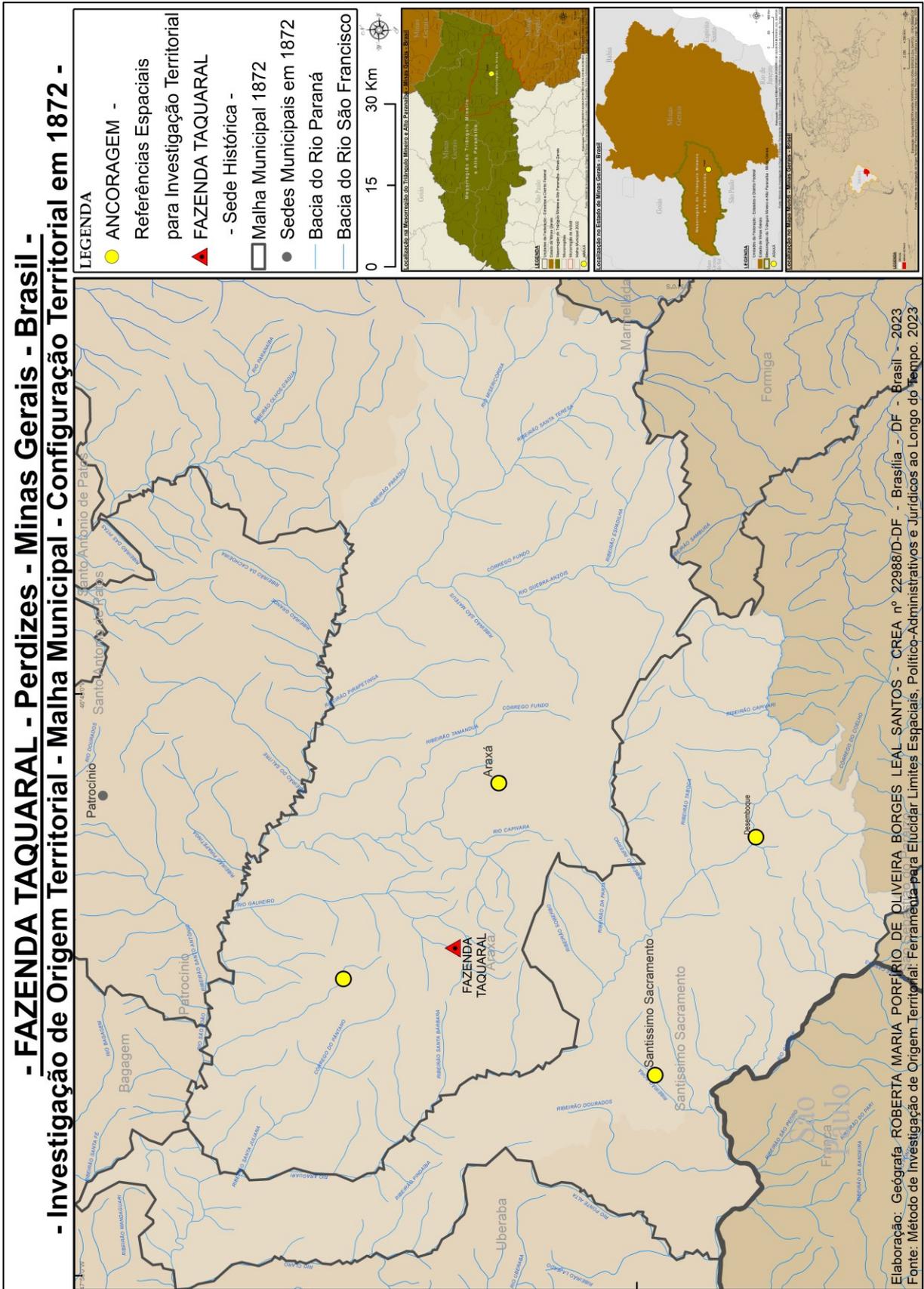


Mapa 47 - Fazenda Taquaral – 1900



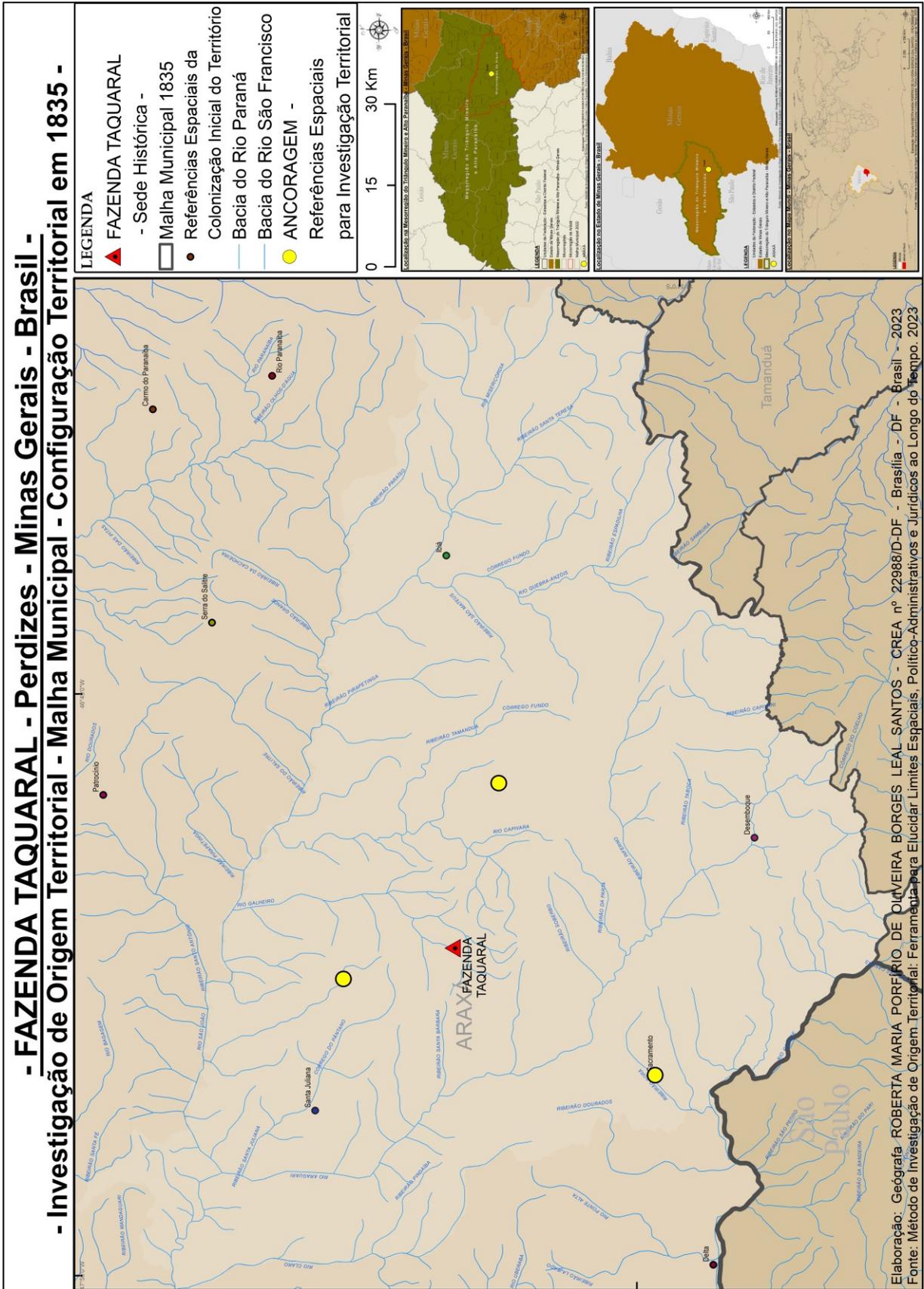
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 48 - Fazenda Taquaral – 1872



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 49 - Fazenda Taquaral – 1835

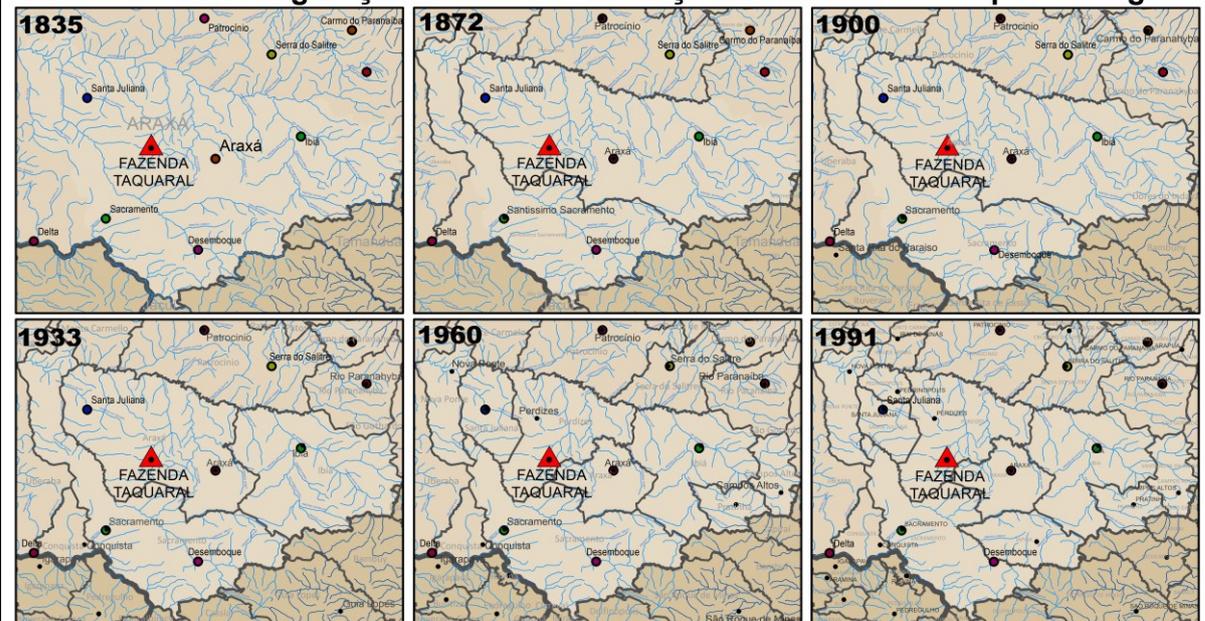


Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 50 - Projeção Cartográfica Multitemporal - Fazenda Taquaral



- Histórico da Configuração Territorial - Evolução da Divisão Municipal da Região -



Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - CREA nº 22988/D-DF - Brasília - DF - Brasil - 2023
 Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. 2023.
 Dados Oficiais: Governo Federal do Brasil; IBGE; DNIT; ANA; EMBRAPA; IPHAN; MMA

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.2 ESTUDO DE CASO II – FAZENDA LAGOA SECA: INVESTIGAÇÃO ESPECÍFICA SIMPLES DE PEQUENO RECORTE ESPACIAL

Mapa 51 - Imagem da região da Fazenda Lagoa Seca - Tapira - Minas Gerais - Brasil



Fonte: Google Earth – Contexto da sede em 46°50'12"W 19°55'37"S

Fazenda Lagoa Seca

Coordenada Geográfica da sede: 46°50'12"W 19°55'37"S

Município: Tapira – Minas Gerais – Brasil

Esta é uma Investigação de Origem Territorial Específica Simples, que pode ser feita sobre qualquer Local determinado, seja o Lugar um Imóvel Rural, uma Comunidade Tradicional, um Sítio Arqueológico, uma Localidade Histórica ou qualquer outro Lugar que tenha Localização Atual Determinada no Território e o Recorte Espacial seja pequeno, ou seja, que não abranja mais de 10 Municípios.

4.2.1 DEFINIÇÕES

Definições da aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Fazenda Lagoa Seca:

- Objeto de Investigação: **Fazenda Lagoa Seca**
- Unidade Territorial Investigada: **Contexto Territorial da Fazenda Lagoa Seca – Sede Histórica**
- Unidade Territorial Atual Base: **Município**
- Recorte Espacial: **Municípios dos três Núcleos Urbanos mais próximos (mais relacionados ou mais expressivos) da Sede da Fazenda Lagoa Seca**
- Recorte Temporal: **1872-2022 – 187 anos**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Específica**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Simple**

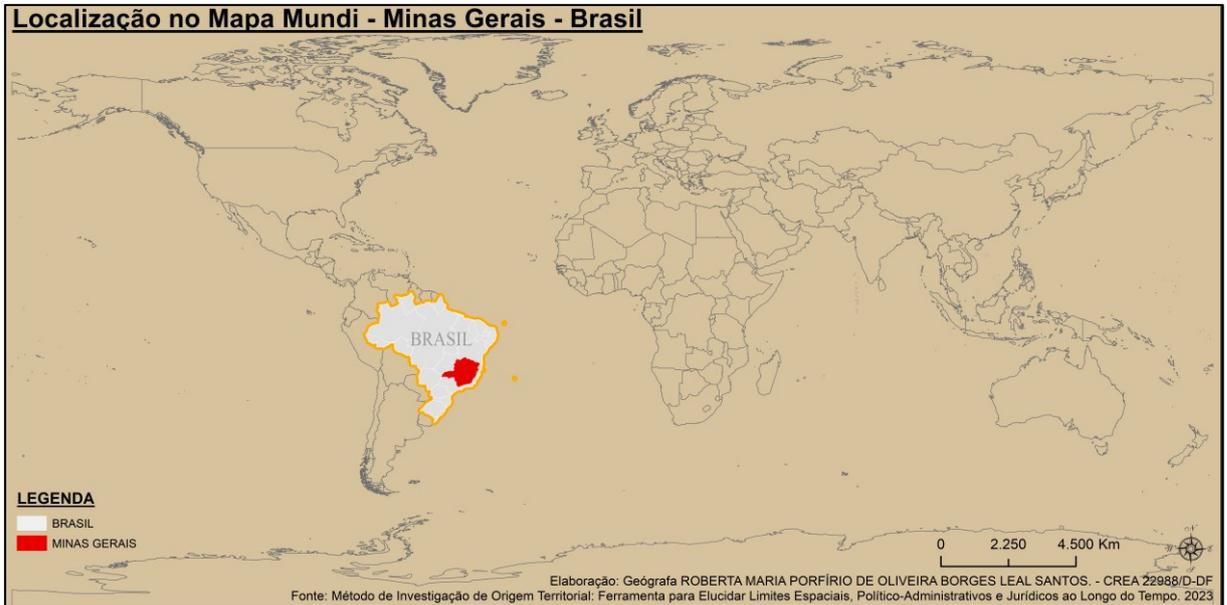
4.2.2 ETAPAS

Etapas da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Fazenda Taquaral:

- Identificação de Núcleos Urbanos Atuais mais próximos e seus respectivos Municípios, no mínimo três.
- Ancoragem.
- Linha do Tempo de Cada Núcleo Urbano Identificado e definido como parte da Ancoragem.
- Planilha de Investigação e Sistematização dos Dados.
- Construção da Linha do tempo de Pertencimento Municipal da Fazenda Lagoa Seca.
- Cartografia Multitemporal do Contexto Territorial da Fazenda Lagoa Seca

4.2.3 LOCALIZAÇÃO

Mapa 52 - Localização - Minas Gerais no Mapa Mundi



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 53 - Fazenda Lagoa Seca - Localização em Minas Gerais



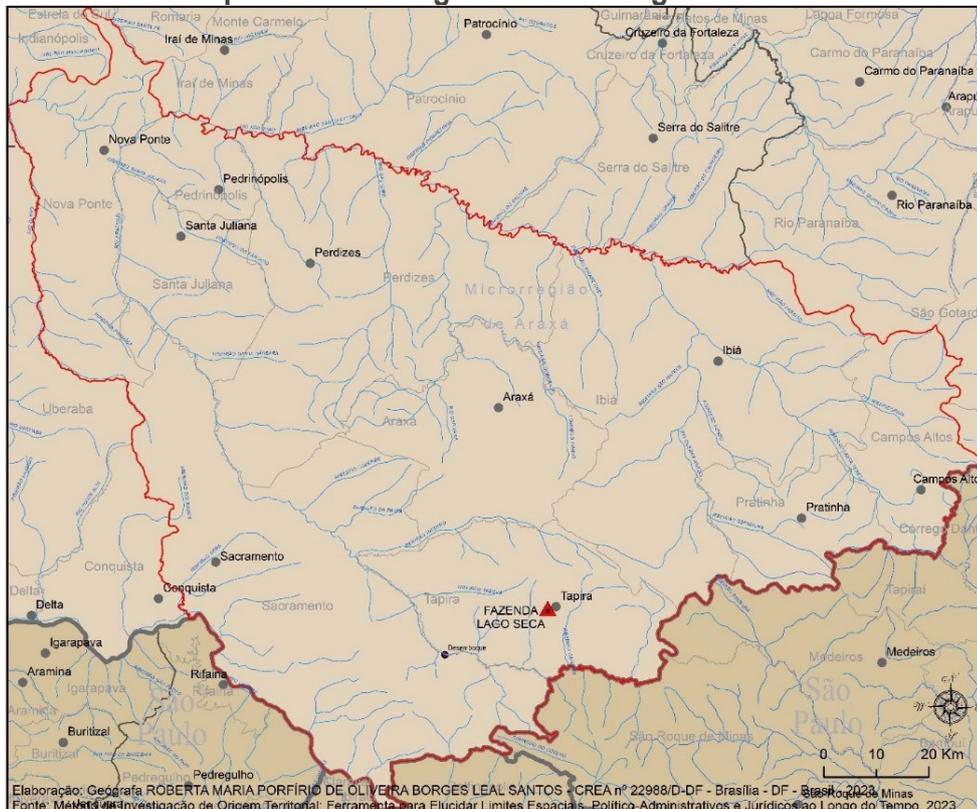
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 54 - Fazenda Lagoa Seca - Localização na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

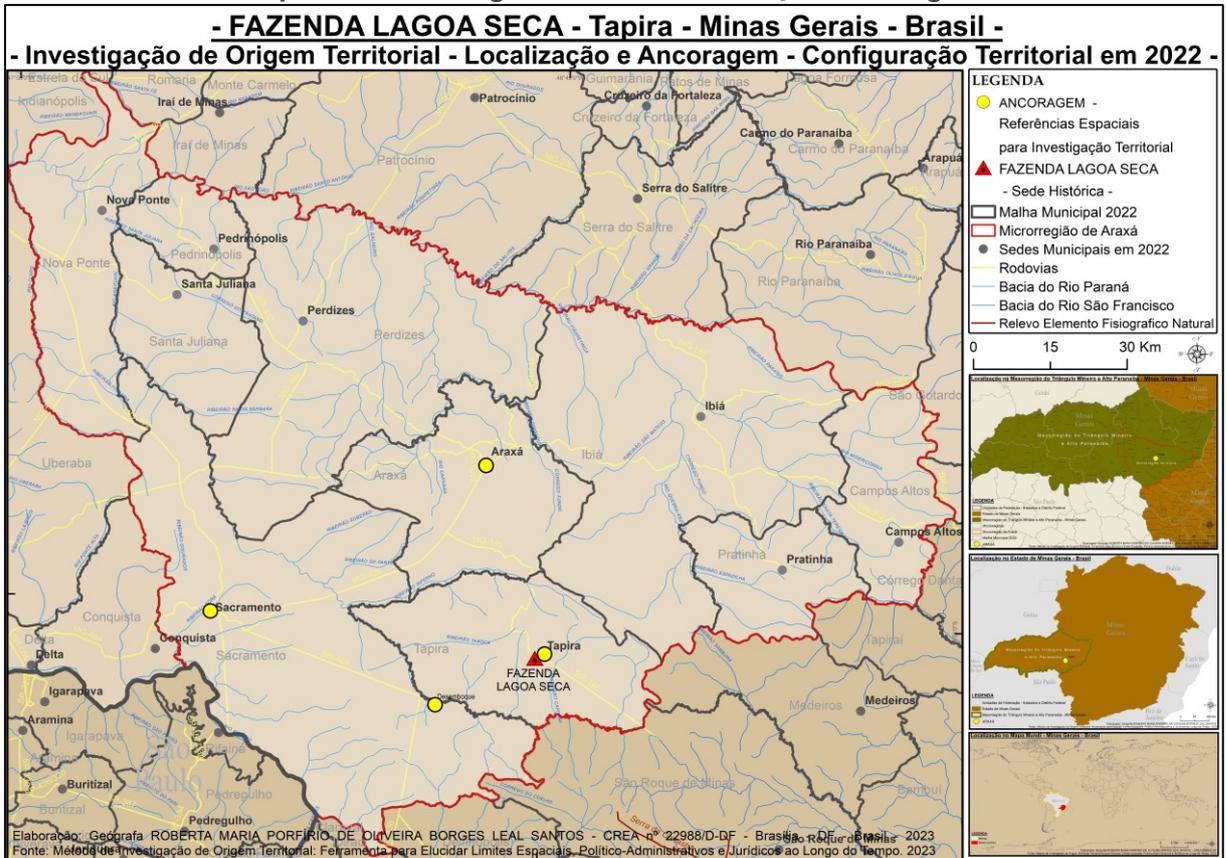
Mapa 55 - Fazenda Lagoa Seca - Microrregião de Araxá



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.2.4 ANCORAGEM

Mapa 56 - Fazenda Lagoa Seca - 2022 - Localização e Ancoragem



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.2.5 BANCO DE DADOS SISTEMATIZADO

Planilhas do Método de Investigação de Origem Territorial aplicadas a Fazenda Lagoa Seca:

Quadro 22 - FAZENDA LAGO SECA - TAPIRA - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ANCORAGEM

- FAZENDA LAGOA SECA - Tapira - MINAS GERAIS - BRASIL - - PLANILHA DE ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial -								
Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Origem Direta do Município	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
Desemboque	1752	1752	1752	-	Distrito de Sacramento		Passagem do Rio das Velhas - Arraial das Abelhas - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Juizado do Desemboque - Desemboque	☉
ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831	LP.n. de 04-04-1831	Paracatú	Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	☉
SACRAMENTO 1870	1811			1870	LP.n. 1637 de 13-09-1870	Araxá	Santíssimo Sacramento	☉
Tapira				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Sacramento		

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica -

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 23 - FAZENDA LAGO SECA - TAPIRA - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

- FAZENDA LAGOA SECA - Tapira - MINAS GERAIS - BRASIL - - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial -										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Origem Direta do Município	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
		Desemboque	1752	1752	1752		Distrito de Sacramento		Passagem do Rio das Velhas - Arraial das Abelhas - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Juizado do Desemboque - Desemboque	☉
1º	ARX.	ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831	LP.n. de 04-04-1831	Paracatú	Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	☉
2º	-	SACRAMENTO 1870	1811			1870	LP.n. 1637 de 13-09-1870	Araxá	Santíssimo Sacramento	☉
3º	-	IBIÁ 1923	1818			1923	LE.n. 843 de 07-09-1923	Araxá	São Pedro de Alcântara - Ibiá	☉
4º	-	Nova Ponte				1938	D-LE.n. 148 de 17-12-1938	Sacramento		
5º	-	PERDIZES 1938				1938	D-LE.n. 148 de 17-12-1938	Araxá		
6º	-	SANTA JULIANA 1938	1829			1938	D-LE.n. 148 de 17-12-1938	Araxá	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	☉
7º	-	Campos Altos				1943	D-LE.n. 1058 de 31-12-1943	Ibiá		
8º	-	Pratinha				1948	LE.n.336 de 27-12-1948	Campos Altos		
9º	-	Pedrinópolis				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Santa Juliana		
10º	-	Tapira				1962	LE.n. 2764 de 30-12-1962	Sacramento		

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1 (2015), 65-96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 24 - FAZENDA LAGO SECA - TAPIRA - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL

- FAZENDA LAGOA SECA - Tapira - MINAS GERAIS - BRASIL - - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial -										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade e do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade de: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	Origem Direta do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
1º	ARX.	ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831		LP.n. de 04-04-1831	Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	⊗
2º	-	SACRAMENTO 1870	1811			1870	Araxá	LP.n. 137 de 13-09-1870	Santíssimo Sacramento	⊗
		Desemboque	1752	1752	1752		Distrito de Sacramento		Paragem do Rio das Velhas - Arraial das Abelhas - Freguesia de N.S. do Destino das Cabeceiras do Rio das Velhas - Juizado do Desemboque - Desemboque	⊗
4º	-	Nova Ponte				1938	Sacramento	D-L.E.n. 118 de 17-12-1938		
10º	-	Tapira				1962	Sacramento	L.E.n. 2764 de 30-12-1962		
3º	-	IBIÁ 1923	1818			1923	Araxá	L.E.n. 843 de 07-09-1923	São Pedro de Alcântara - Ibiá	⊗
7º	-	Campos Altos				1943	Ibiá	D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943		
8º	-	Pratinha				1948	Campos Altos	L.E.n.336 de 27-12-1948		
5º	-	PERDIZES 1938				1938	Araxá	D-L.E.n. 118 de 17-12-1938		
6º	-	SANTA JULIANA 1938	1829			1938	Araxá	D-L.E.n. 118 de 17-12-1938	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	⊗
9º	-	Pedrinópolis				1962	Santa Juliana	L.E.n. 2764 de 30-12-1962		

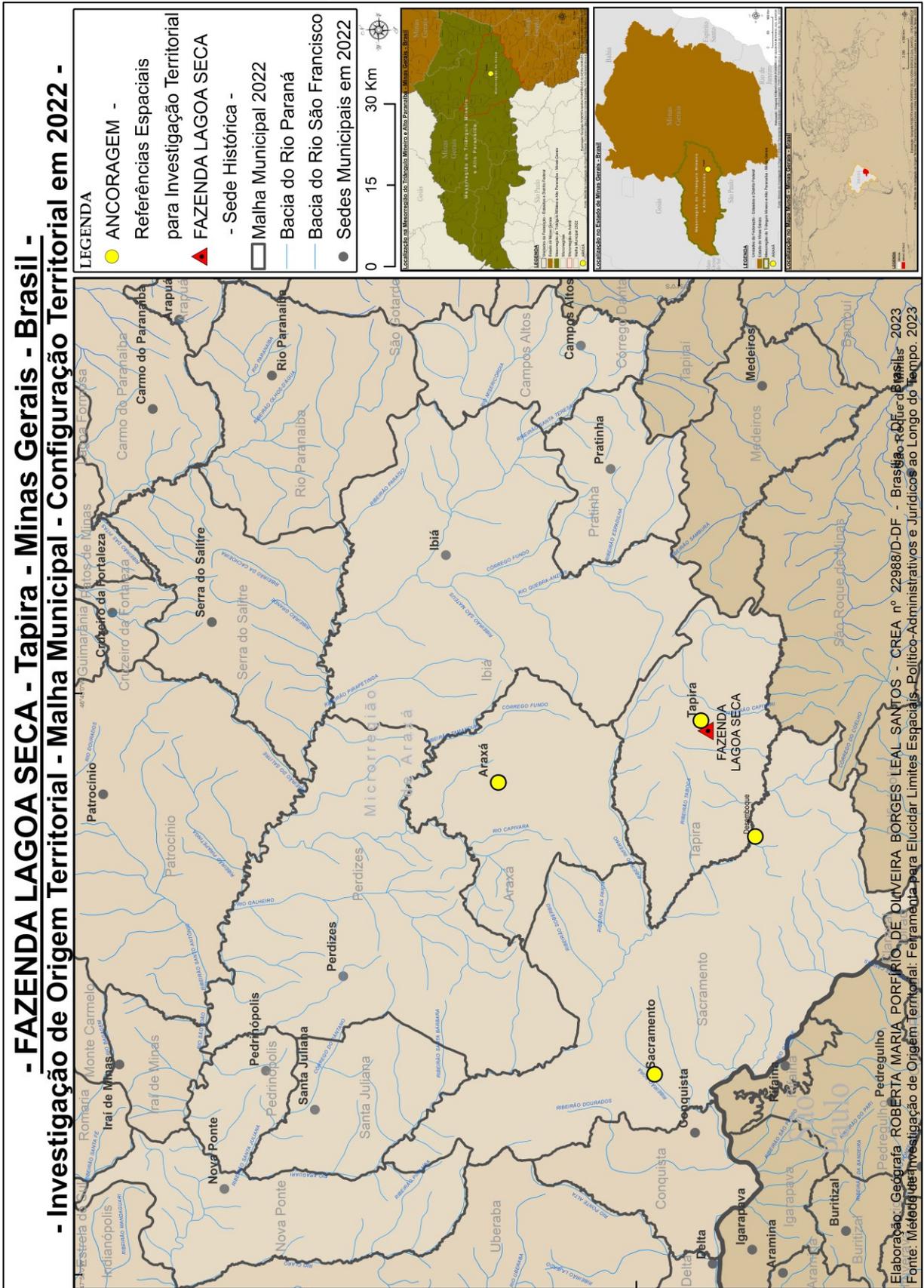
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1 (2015), 65:96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

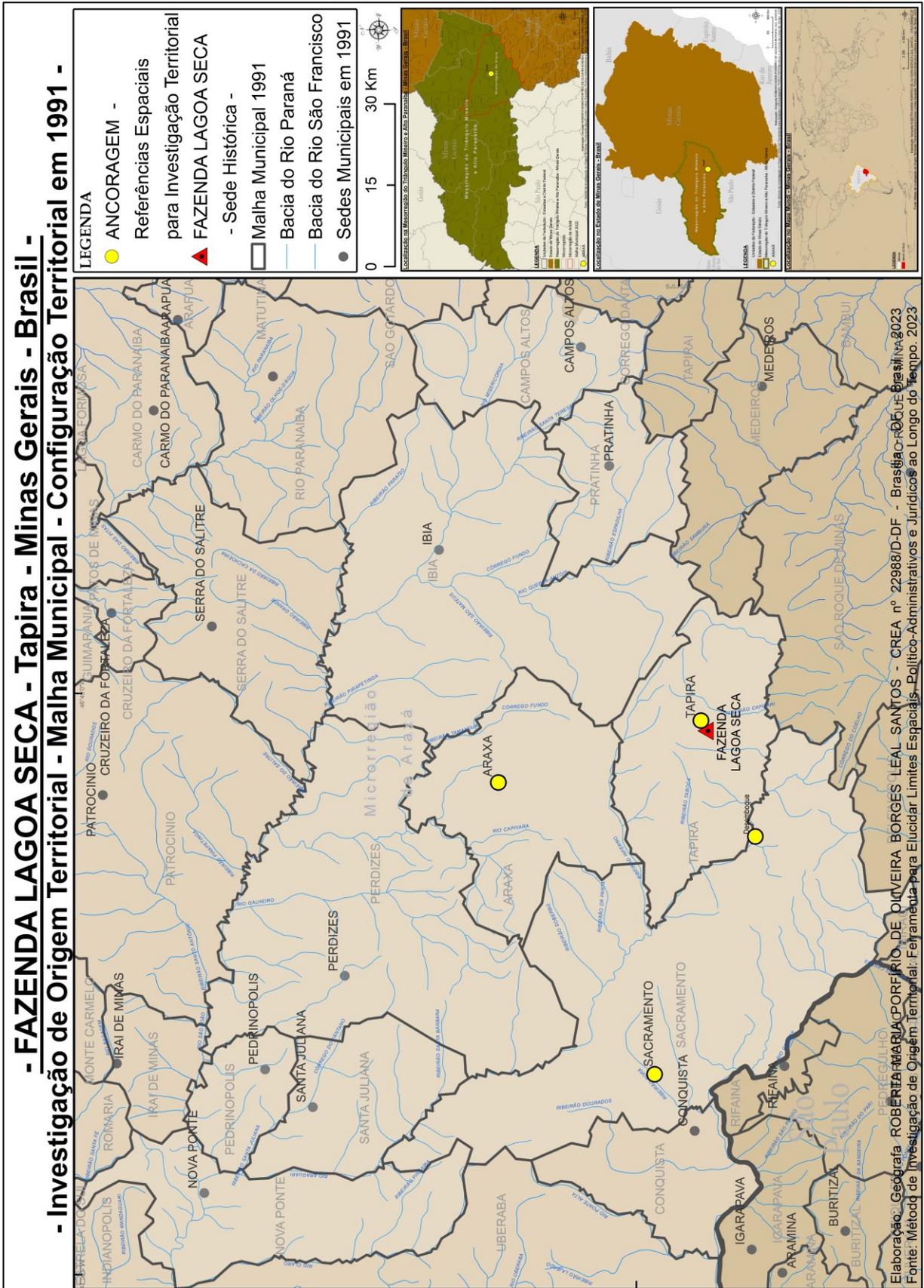
4.2.6 PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA DO HISTÓRICO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO TERRITÓRIO DE LOCALIZAÇÃO DA FAZENDA LAGOA SECA – 2022 A 1835 – A ORIGEM TERRITORIAL

Utilizando os Dados Sistematizados da Planilha de Origem Territorial podemos fazer a projeção do Território Investigado ao longo do tempo, de 2022 até 1835, de acordo com a criação dos Municípios.

Mapa 57 - Fazenda Lagoa Seca – 2022

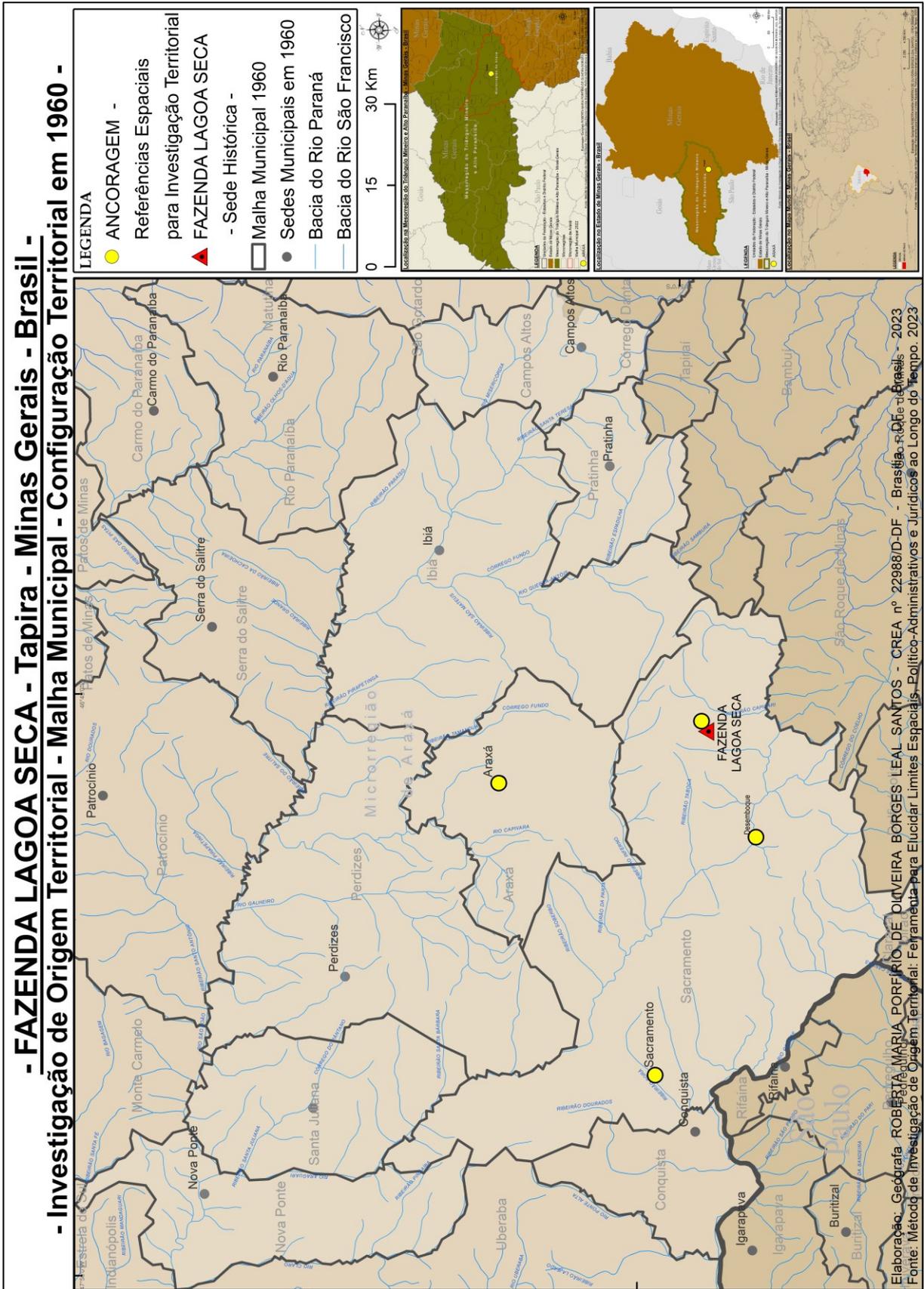


Mapa 58 - Fazenda Lagoa Seca – 1991



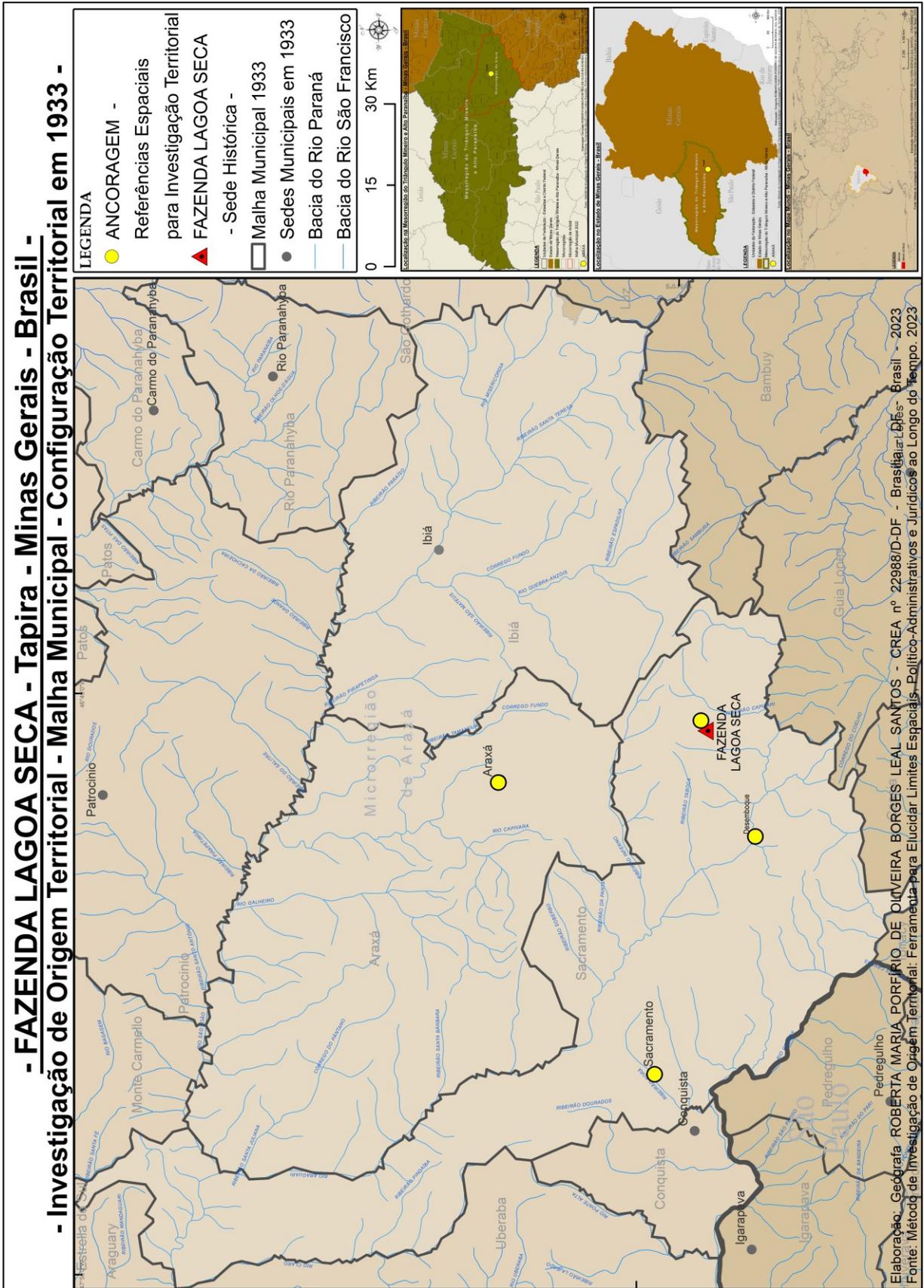
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 59 - Fazenda Lagoa Seca – 1960

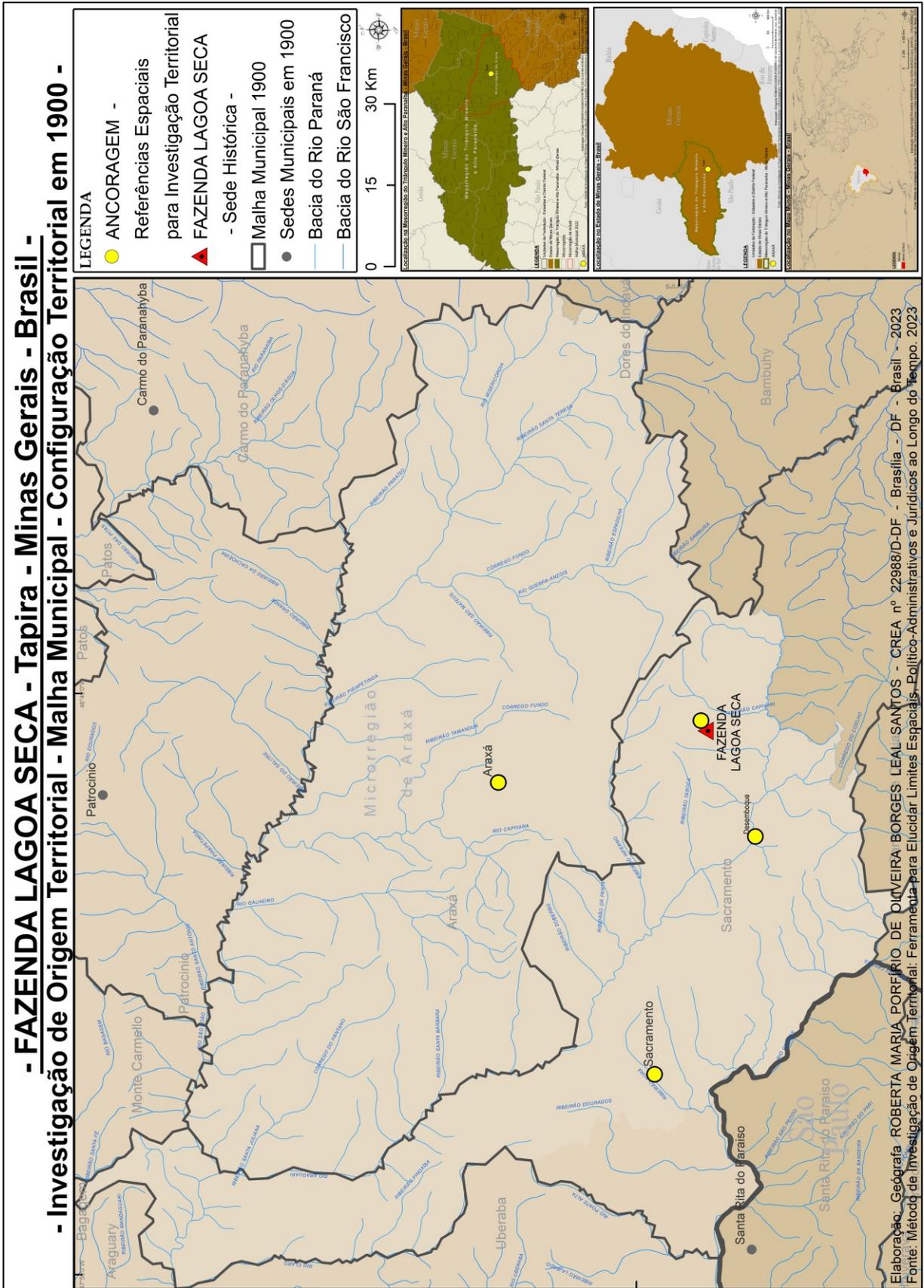


Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 60 - Fazenda Lagoa Seca – 1933

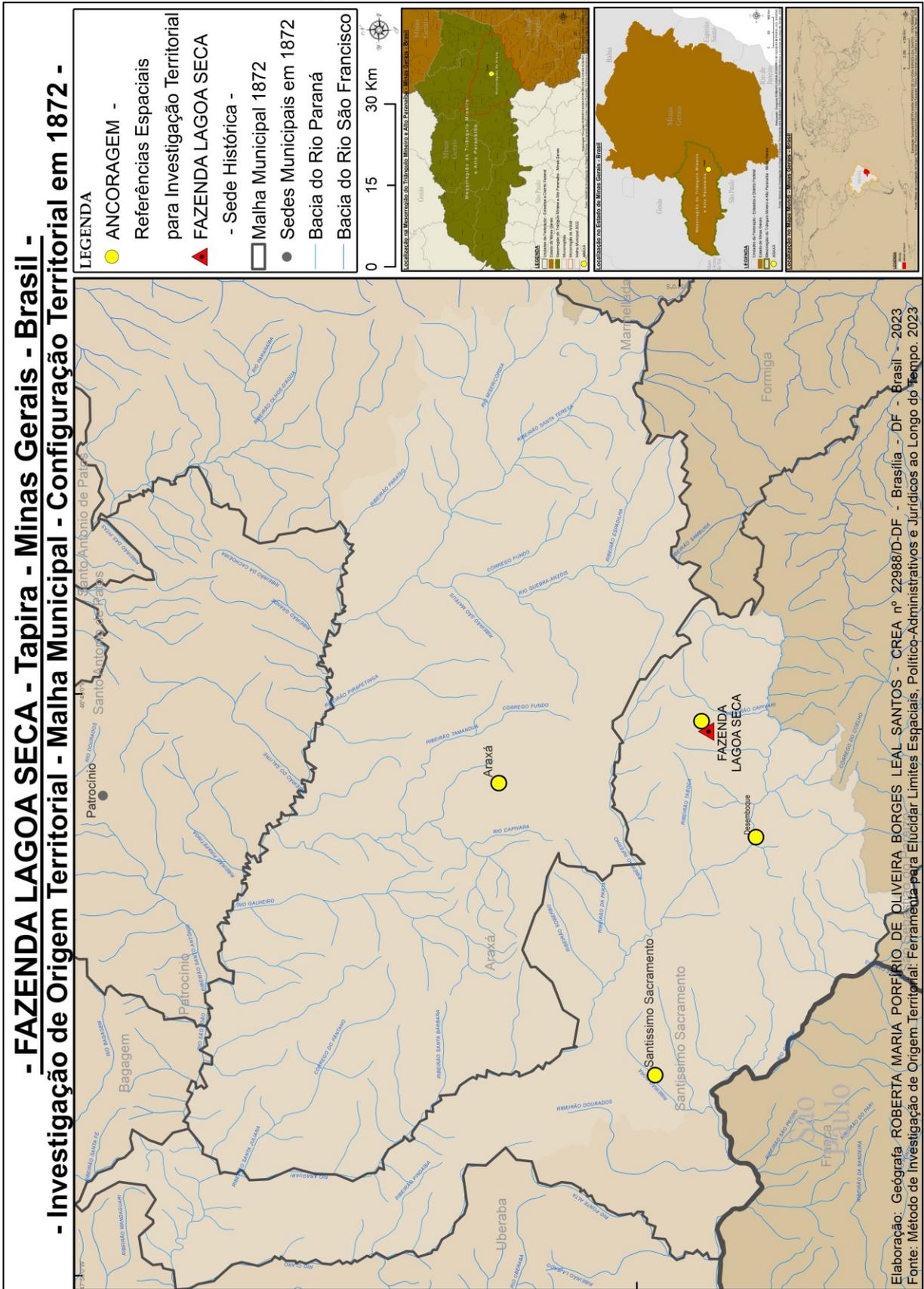


Mapa 61 - Fazenda Lagoa Seca – 1900



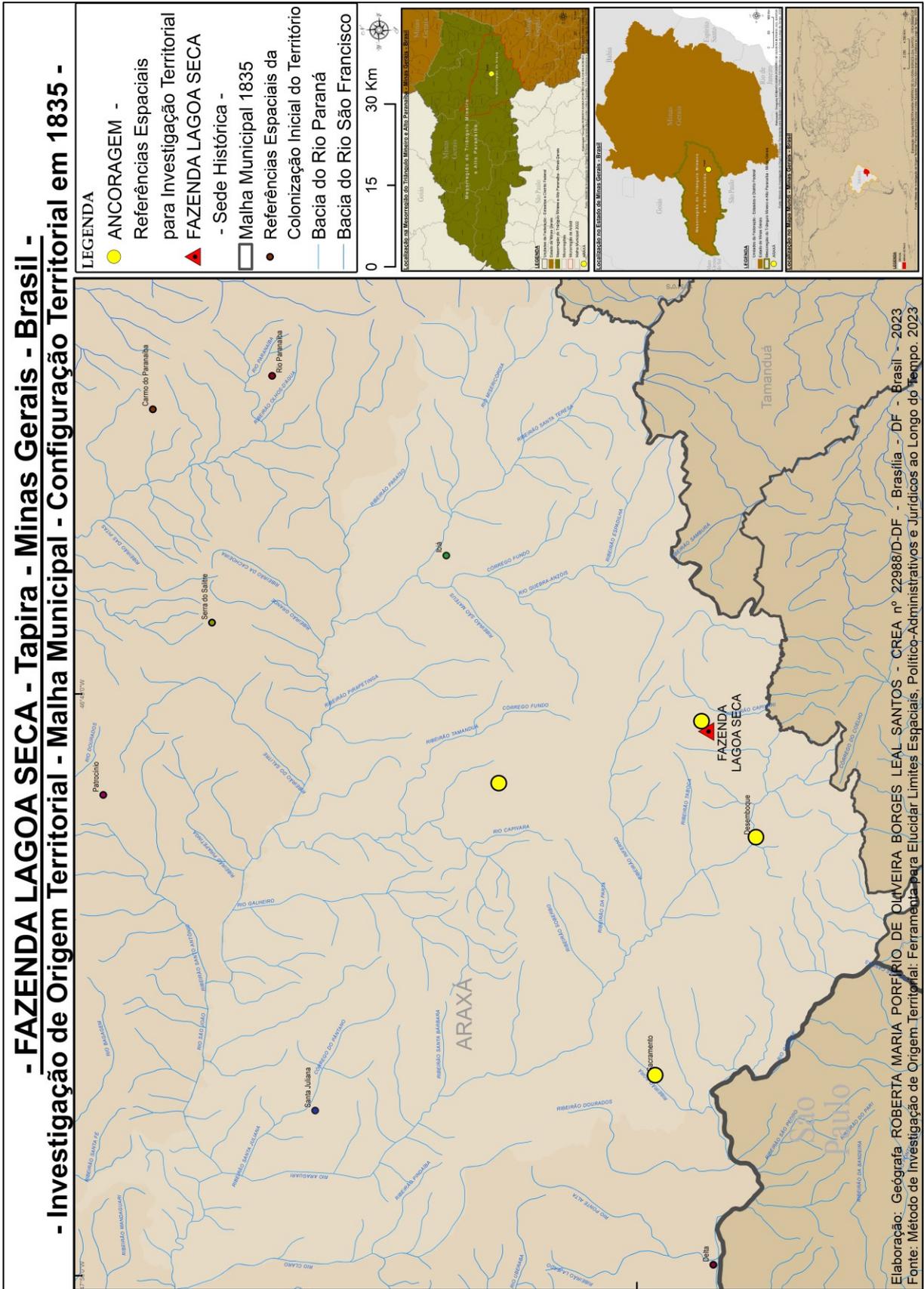
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 62 - Fazenda Lagoa Seca – 1872



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 63 - Fazenda Lagoa Seca - 1835



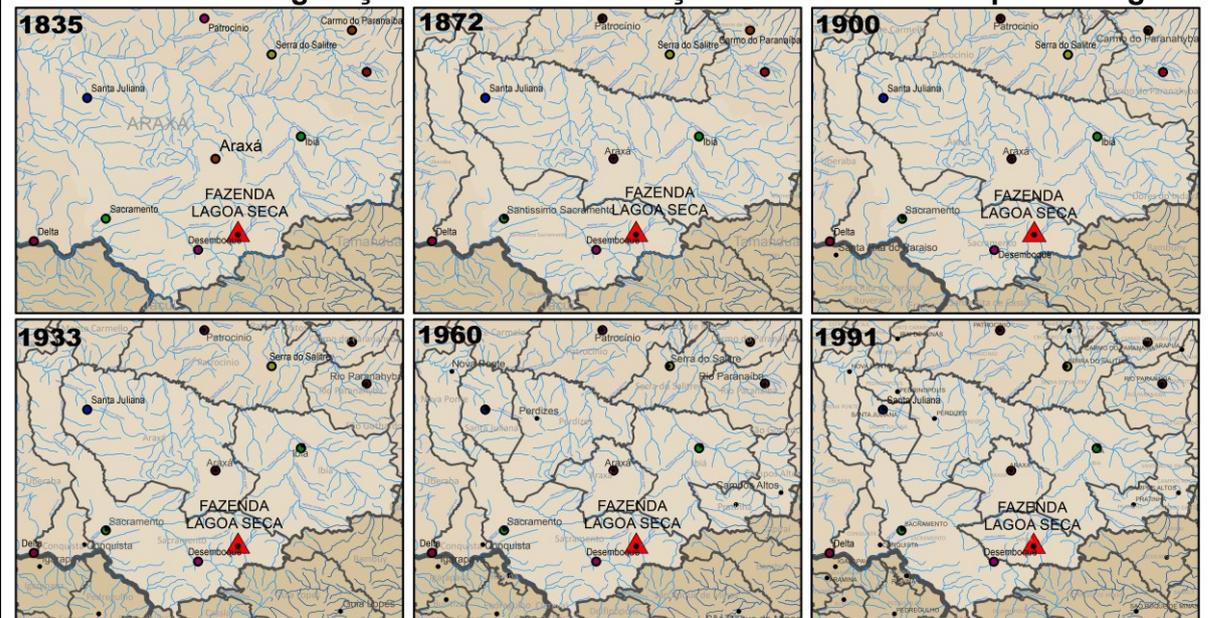
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 64 - Projeção Cartográfica Multitemporal - Fazenda Lagoa Seca

FAZENDA LAGOA SECA - Tapira - Minas Gerais - Brasil
- Investigação de Origem Territorial - Configuração Territorial em 2022 -



- Histórico da Configuração Territorial - Evolução da Divisão Municipal da Região -



Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - CREA nº 22988/D-DF - Brasília - DF - Brasil - 2023
 Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. 2023.
 Dados Oficiais: Governo Federal do Brasil; IBGE; DNIT; ANA; EMBRAPA; IPHAN; MMA

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.3 ESTUDO DE CASO III – O ANTIGO ARAXÁ: INVESTIGAÇÃO GERAL SIMPLES DE GRANDE RECORTE ESPACIAL

Esta é uma Investigação de Origem Territorial Geral Simples, que pode ser feita sobre qualquer Unidade Territorial determinada. Neste caso, a simplicidade é possível, mesmo tendo mais de dez municípios e sendo a Unidade Territorial de Caráter Histórico – neste caso, é uma Unidade Territorial que existiu no Passado e hoje existe com delimitações completamente diferentes das que possuía em determinado momento de sua existência pretérita – devido ao fato de já haver uma **definição do Território do Antigo Araxá** dada pelo estudo de BORGES (2015) assim como o levantamento completo dos dados dos Municípios, suprimindo a necessidade de realização aqui neste documento das Linhas do Tempo, que é uma Ferramenta que será tratada detalhadamente mais adiante, no Estudo de Caso IV. Este Estudo de Caso visa retomar a Unidade Territorial Histórica do Antigo Araxá de forma geral, e aplicar o Método de Investigação de Origem Territorial para fazer uma Cartografia Multitemporal com datas diversas das que já foram feitas. Assim sendo, tomaremos a definição do Território do Antigo Araxá e aplicaremos o Método de Investigação da Origem do Território nesta Unidade Territorial Histórica.

4.3.1 DEFINIÇÕES

Definições da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial ao Antigo Araxá:

- Objeto de Investigação: **Município de Araxá**
- Unidade Territorial Investigada: **Antigo Araxá**
- Referência da Unidade Territorial Investigada: **Antigo Araxá - Território do Antigo Município de Araxá – criado em 1831, conforme a definição dada por Borges (2015). A Referência**

dos Núcleos Urbanos iniciais da Colonização para a Ancoragem é Bessa (2013)

- Unidade Territorial Atual Base: **Município**
- Recorte Espacial: **Antigo Araxá – Grande Recorte Espacial – Delimitação Definida**
- Recorte Temporal: **1777 a 2022 = 245 anos**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Geral**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Simple**

4.3.2 ETAPAS

Etapas da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Fazenda Lagoa Seca:

- Identificação de Núcleos Urbanos atuais que são Referência Espacial do Período do Recorte Temporal investigado.
- Ancoragem.
- Planilha de Investigação e Sistematização dos Dados
- Atribuição do Código de Origem Territorial do Município
- Cartografia Multitemporal do Antigo Araxá.

4.3.3 LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL INVESTIGADA

Mapa 65 - Antigo Araxá em MG



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.3.4 ANCORAGEM

A Ancoragem da Investigação de Origem Territorial do Antigo Araxá será feita com os seguintes Núcleos Urbanos:

Quadro 25 - Método de Investigação de Origem Territorial - Lista de Núcleos Urbanos identificados para a Ancoragem - Antigo Araxá

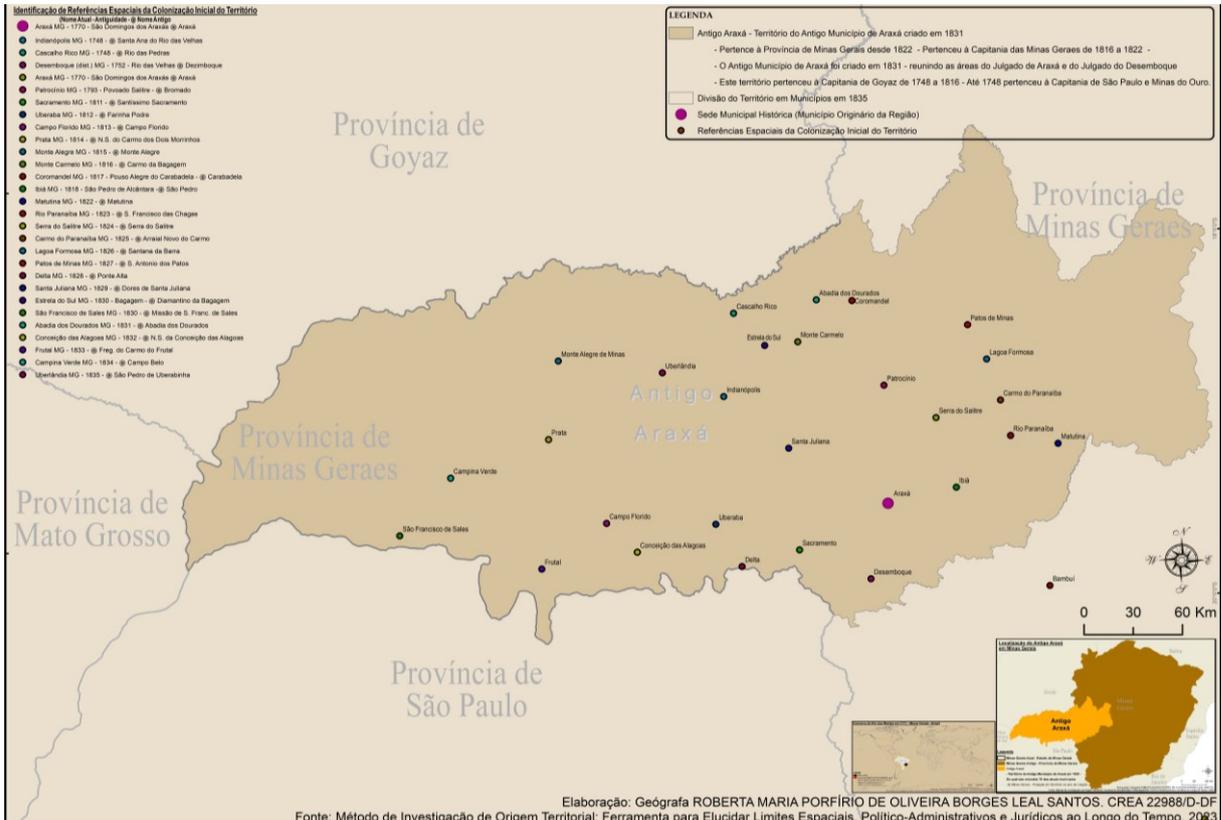
- ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial -			
- Núcleos Urbanos escolhidos para a Ancoragem da Investigação Territorial por serem Referências Espaciais do Início da Colonização do Território do Antigo Município de Araxá - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e outros - Originários do Território do Antigo Município de Araxá de 1831 -			
Nome Atual	Data da Antiguidad e do Núcleo Urbano (aprox.)	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
Indianópolis	1748	Aldeamento de Santana do Rio das Velhas - Santana do Rio das Velhas - Santana - Indianópolis	☺
Cascalho Rico	1748	Aldeamento do Rio das Pedras - Rio das Pedras - Cascalho Rico	☺
Desemboque	1752	Passagem do Rio das Velhas - Arraial das Avelhas - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Julgado do Desemboque - Desemboque	☺
ARAXÁ 1831	1770	Sesmaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	☺
PATROCÍNIO 1840	1793	Povoado Salitre - Bromado 1793 - N.S. do Patrocínio - Patrocínio	☺
SACRAMENTO 1870	1811	Santíssimo Sacramento	☺
UBERABA 1836	1812	Farinha Podre - Uberaba	☺
Campo Florido	1813	Campo Formoso	☺
Prata	1814	N.S. do Carmo dos Dois Morrinhos - Prata	☺
Monte Alegre de Minas	1815	Monte Alegre - Monte Alegre de Minas	☺
Monte Carmelo	1816	Carmo da Bagagem - Monte Carmelo	☺
Coromandel	1817	Carabadela - Pouso Alegre do Carabadela - Coromandel	☺
IBIÁ 1923	1818	São Pedro de Alcântara - Ibiá	☺
Matutina	1822	Matutina	☺
Rio Paranaíba	1823	São Francisco das Chagas - Rio Paranaíba	☺
Serra do Salitre	1824	Serra do Salitre	☺
CARMO DO PARANAÍBA 1848	1825	Arraial Novo do Carmo - Carmo do Paranaíba	☺
Lagoa Formosa	1826	Santana da Barra - Lagoa Formosa	☺
Patos de Minas	1827	Santo Antônio dos Patos - Patos de Minas	☺
Delta	1828	Ponte Alta - Delta	☺
SANTA JULIANA 1938	1829	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	☺
São Francisco de Sales	1830	Missão de São Francisco de Sales - São Francisco de Sales	☺
Estrela do Sul	1830	Diamantino da Bagagem - Estrela do Sul	☺
Abadia dos Dourados	1831	Abadia dos Dourados	☺
Conceição das Alagoas	1832	N.S. da Conceição das Alagoas	☺
Frutal	1833	Freguesia do Carmo do Frutal - Frutal	☺
Campina Verde	1834	Campo Belo - Campina Verde	☺
Uberlândia	1835	São Pedro de Uberabinha - Uberlândia	☺
Araguari	1836	Brejo Alegre - Araguari	☺
Tupaciguara	1837	Abadia do Bom Sucesso - Tupaciguara	☺
Ituiutaba	1838	São José do Tejuco - Vila Platina - Ituiutaba	☺

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1 (2015), 65:96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Na Cartografia os Núcleos Urbanos que fazem parte da Ancoragem estão representados como Referências Espaciais do Início da Colonização do Território.

Mapa 66 - Ancoragem Antigo Araxá



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.3.5 BANCO DE DADOS SISTEMATIZADO

Planilhas do Método de Investigação de Origem Territorial aplicadas ao Antigo Araxá:

Quadro 26 - ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

- ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial -
- Municípios do Estado de Minas Gerais - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e outros - Originários do Território do Antigo Município de Araxá de 1831 -

Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialização: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D.L.E.: Decreto-Lei Estadual	Origem Direta do Município	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbanos para Ancoragem
1º	ARX.	ARAXÁ 1831	1770		1791/1811	1831	L.P.n. de 04-04-1831	Paracatú	Sesmeria do Barrero - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	⊗
2º	ARX.1	UBERABA 1836	1812			1836	L.P.n. de 22-02-1836	Araxá	Farinha Podre - Uberaba	⊗
3º	ARX.2	PATROCÍNIO 1840	1793	1807		1840	L.P.n. 71 de 23-03-1840	Araxá	Povoado Salitre - Bromado 993 - N.S. do Patrocínio - Patrocínio	⊗
4º	ARX.3	CARMO DO PARANAÍBA 1848	1825			1848	L.E.n.336 de 27-12-1848	Araxá	Arraial Novo do Carmo - Carmo do Paranaíba	⊗
5º	ARX. 2.1	Estrela do Sul	1830			1853	L.P.n. 77 de 30-05-1856	Patrocínio	Diamantino da Bagagem - Estrela do Sul	⊗
6º	ARX. 11	Prata	1814			1854	L.P.n. 668 de 27-04-1854	Uberaba	N.S. do Carmo dos Dois Morrimhos - Prata	⊗
7º	ARX. 2.2	Patos de Minas	1827			1866	L.P.n. 2996 de 30-12-1866	Patrocínio	Santo Antônio dos Patos - Patos de Minas	⊗
8º	ARX.4	SACRAMENTO 1870	1811			1870	L.P.n. 1637 de 03-09-1870	Araxá	Santíssimo Sacramento	⊗
9º	ARX. 2.3	Abaeté				1870	L.P.n. 1635 de 15-09-1870	Patrocínio		⊗
10º	ARX. 111	Monte Alegre de Minas	1815			1870	L.P.n. 1664 de 16-09-1870	Prata	Monte Alegre - Monte Alegre de Minas	⊗
11º	ARX. 2.11	Monte Carmelo	1816			1882	L.P.n. 2972 de 06-10-1882	Estrela do Sul	Carmo da Bagagem - Monte Carmelo	⊗
12º	ARX. 2.12	Araguari	1836			1882	L.P.n. 2996 de 30-12-1882	Estrela do Sul	Brejo Alegre - Araguari	⊗
13º	ARX. 12	Frutal	1833			1885	L.P.n. 3325 de 05-10-1885	Uberaba	Freguesia do Carmo do Frutal - Frutal	⊗
14º	ARX. 13	Uberlândia	1835			1888	L.P.n. 3643 de 31-08-1888	Uberaba	São Pedro de Uberabina - Uberlândia	⊗
15º	ARX. 112	Ituiutaba	1838			1901	L.E.n. 39 de 16-09-1901	Prata	São José do Tajuco - Vila Platina - Ituiutaba	⊗
16º	ARX. 4.1	Conquista				1911	L.E.n. 556 de 30-08-1911	Sacramento		⊗
17º	ARX. 3.1	Rio Paranaíba	1823			1911	L.E.n. 556 de 30-08-1911	Carmo do Paranaíba	São Francisco das Chagas - Rio Paranaíba	⊗
18º	ARX. 1111	Tupaciguara	1837			1911	L.E.n. 556 de 30-08-1911	Minas	Abadia do Bom Sucesso - Tupaciguara	⊗
19º	ARX. 3.11	São Gotardo				1914	L.E.n. 622 de 18-09-1914	Rio Paranaíba		⊗
20º	ARX. 2.4	Coromandel	1817			1923	L.E.n. 843 de 07-09-1923	Patrocínio	Carababela - Povoado Alegre do Carababela - Coromandel	⊗
21º	ARX.5	IBIÁ 1923	1818			1923	L.E.n. 843 de 07-09-1923	Araxá	São Pedro de Alcântara - Ibiá	⊗
22º	ARX. 2.3.1	Tiros				1923	L.E.n. 843 de 07-09-1923	Abaeté		⊗
23º	ARX. 113	Campina Verde	1834			1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Prata	Campo Belo - Campina Verde	⊗
24º	ARX. 14	Campo Florido	1813			1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Uberaba	Campo Formoso	⊗
25º	ARX. 15	Conceição das Alagoas	1832			1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Uberaba	N.S. da Conceição das Alagoas	⊗
26º	ARX. 2.12.1	Indianópolis	1748			1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Araguari	Aldemonte de Santana do Rio das Velhas - Santana do Rio das Velhas - Santana - Indianópolis	⊗
27º	ARX.4.2	Nova Ponte				1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Sacramento		⊗
28º	ARX.6	PERDIZES 1938				1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Araxá		⊗
29º	ARX. 2.2.1	Presidente Olegário				1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Patos de Minas		⊗
30º	ARX.7	SANTA JULIANA 1938	1829			1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Araxá	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	⊗
31º	ARX. 16	Veríssimo				1938	D-LE.n. 48 de 17-12-1938	Uberaba		⊗
32º	ARX. 5.1	Campos Altos				1943	D-LE.n. 1058 de 31-12-1943	Ibiá		⊗
33º	ARX. 2.3.2	Morada Nova de Minas				1943	D-LE.n. 1058 de 31-12-1943	Abaeté		⊗
34º	ARX. 2.3.1.1	São Gonçalo do Abaeté				1943	D-LE.n. 1058 de 31-12-1943	Tiros		⊗
35º	ARX. 2.4.1	Abadia dos Dourados	1831			1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Coromandel	Abadia dos Dourados	⊗
36º	ARX. 1112	Canápolis				1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Minas		⊗
37º	ARX. 2.13	Cascalho Rico	1748			1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Estrela do Sul	Aldemonte do Rio das Pedras - Rio das Pedras - Cascalho Rico	⊗
38º	ARX. 12.1	Comendador Gomes				1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Frutal		⊗
39º	ARX. 12.2	Itapagipe				1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Frutal		⊗
40º	ARX. 113.1	Iturama				1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Campina Verde		⊗
41º	ARX. 5.1.1	Pratinha				1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Campos Altos		⊗
42º	ARX. 112.1	Santa Vitória				1948	L.E.n.336 de 27-12-1948	Ituiutaba		⊗
43º	ARX. 17	Água Comprida				1953	L.E.n. 1039 de 12-12-1953	Uberaba		⊗
44º	ARX. 112.2	Capinópolis				1953	L.E.n. 1039 de 12-12-1953	Ituiutaba		⊗
45º	ARX. 1112.1	Centralina				1953	L.E.n. 1039 de 12-12-1953	Canápolis		⊗
46º	ARX. 3.1.1.1	Matutina	1822			1953	L.E.n. 1039 de 12-12-1953	São Gotardo	Matutina	⊗
47º	ARX. 15.1	Pirajuba				1953	L.E.n. 1039 de 12-12-1953	Alagoas		⊗
48º	ARX. 2.5	Serra do Salitre	1824			1953	L.E.n. 1039 de 12-12-1953	Patrocínio	Serra do Salitre	⊗
49º	ARX. 3.1.2	Arapuá				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Rio Paranaíba		⊗
50º	ARX. 2.3.2.1	Biquinhas				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Minas		⊗
51º	ARX. 112.2.1	Cachoeira Dourada				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Capinópolis		⊗
52º	ARX. 2.3.3	Cedro do Abaeté				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Abaeté		⊗
53º	ARX. 2.6	Cruzeiro da Fortaleza				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Patrocínio		⊗
54º	ARX. 2.1.1.1	Douradoquara				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Monte Carmelo		⊗
55º	ARX. 12.3	Fronteira				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Frutal		⊗
56º	ARX. 2.1.4	Grupiara				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Estrela do Sul		⊗
57º	ARX. 2.2.2	Guimarânia				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Patos de Minas		⊗
58º	ARX. 112.3	Gurinhata				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Ituiutaba		⊗
59º	ARX. 112.4	Ipiáçu				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Ituiutaba		⊗
60º	ARX. 2.1.1.2	Iraí de Minas				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Monte Carmelo		⊗
61º	ARX. 2.2.1.1	Lagamar				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Presidente Olegário		⊗
62º	ARX. 2.2.3	Lagoa Formosa	1826			1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Patos de Minas	Santana da Barra-Lagoa Formosa	⊗
63º	ARX. 2.3.4	Paineiras				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Abaeté		⊗
64º	ARX. 7.1	Pedrinópolis				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Santa Juliana		⊗
65º	ARX. 12.4	Planura				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Frutal		⊗
66º	ARX. 2.1.1.3	Romaria				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Monte Carmelo		⊗
67º	ARX. 3.1.1.2	Santa Rosa da Serra				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	São Gotardo		⊗
68º	ARX. 113.2	São Francisco de Sales	1830			1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Campina Verde	Missão de São Francisco de Sales - São Francisco de Sales	⊗
69º	ARX. 4.3	Tapira				1962	L.E.n. 2764 de 30-12-1962	Sacramento		⊗
70º	ARX. 1111.1	Araporã				1992	L.E.n. 10704 de 27-04-1992	Tupaciguara		⊗
71º	ARX. 113.1.1	Carneirão				1992	L.E.n. 10704 de 27-04-1992	Iturama		⊗
72º	ARX. 2.2.1.2	Lagoa Grande				1992	L.E.n. 10704 de 27-04-1992	Presidente Olegário		⊗
73º	ARX. 113.1.2	Limeira do Oeste				1992	L.E.n. 10704 de 27-04-1992	Iturama		⊗
74º	ARX. 18	Delta	1828			1995	L.E.n. 2030 de 21-12-1995	Uberaba	Porte Alta - Delta	⊗
75º	ARX. 2.3.1.1.1	Varjão de Minas				1995	L.E.n. 2030 de 21-12-1995	Abaeté		⊗
76º	ARX. 113.1.3	União de Minas				1995	L.E.n. 2030 de 21-12-1995	Iturama		⊗

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1 (2015), 65-96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 27 - ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL

- ANTIGO ARAXÁ - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial - - Municípios do Estado de Minas Gerais - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e outros - Originários do Território do Antigo Município de Araxá de 1831 -										
Ordem Geral de Criação do Município	Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade e do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade de Arcaial	Data do Distrito / Freguesia	Data de Criação do Município	Origem Direta do Município	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO L.P.: Lei Provincial L.E.: Lei Estadual D-L.E.: Decreto-Lei Estadual	Histórico de Nomes	Referências Espaciais do Início da Colonização - Núcleo Urbano para Ancoragem
1º	ARX.	ARAXÁ 1831	1770		1791 / 1811	1831		LPn. de 04-04-831	Semaria do Barreiro - São Domingos dos Araxás - São Domingos do Araxá - Araxá	Ⓢ
2º	ARX.1	UBERABA 1836	1812			1836	Araxá	LPn. 28 de 22-02-836	Família Padre - Uberaba	Ⓢ
6º	ARX.11	Prata	1814			1854	Uberaba	LPn. 668 de 27-04-854	N.S. do Carmo dos Dois Morreiros - Prata	Ⓢ
10º	ARX.111	Monte Alegre de Minas	1815			1870	Prata	LPn. 964 de 16-09-870	Monte Alegre - Monte Alegre de Minas	Ⓢ
16º	ARX.1111	Tupaciguara	1837			1911	Monte Alegre de Minas	LEn. 556 de 30-08-911	Abadia do Bom Sucesso - Tupaciguara	Ⓢ
70º	ARX.11111	Araporã				1992	Tupaciguara	LEn. 10704 de 27-04-992		
36º	ARX.1112	Canápolis				1948	Monte Alegre de Minas	LEn. 336 de 27-12-848		
45º	ARX.1112.1	Centralina				1953	Canápolis	LEn. 1039 de 12-12-953		
15º	ARX.112	Itulubata	1838			1901	Prata	LEn. 319 de 16-09-801	São José do Tejo - Vila Platina - Itulubata	Ⓢ
42º	ARX.112.1	Santa Vitória				1948	Itulubata	LEn. 336 de 27-12-848		
44º	ARX.112.2	Capinópolis				1953	Itulubata	LEn. 1039 de 12-12-953		
51º	ARX.112.2.1	Cachoeira Dourada				1962	Capinópolis	LEn. 2764 de 30-12-862		
58º	ARX.112.3	Gurinhata				1962	Itulubata	LEn. 2764 de 30-12-862		
59º	ARX.112.4	Ipiaca				1962	Itulubata	LEn. 2764 de 30-12-862		
23º	ARX.113	Campina Verde	1834			1938	Prata	D-LEn. 148 de 17-12-938	Campo Belo - Campina Verde	Ⓢ
40º	ARX.113.1	Iturama				1948	Campina Verde	LEn. 336 de 27-12-848		
71º	ARX.113.11	Carneirinho				1992	Iturama	LEn. 10704 de 27-04-992		
73º	ARX.113.12	Limeira do Oeste				1992	Iturama	LEn. 10704 de 27-04-992		
76º	ARX.113.13	União de Minas				1995	Iturama	LEn. 12030 de 21-12-995		
68º	ARX.113.2	São Francisco de Sales	1830			1962	Campina Verde	LEn. 2764 de 30-12-862	Missão de São Francisco de Sales - São Francisco de Sales	Ⓢ
13º	ARX.12	Frutal	1833			1885	Uberaba	LPn. 3225 de 05-11-885	Freguesia do Carmo do Frutal - Frutal	Ⓢ
38º	ARX.12.1	Comendador Gomes				1948	Frutal	LEn. 336 de 27-12-848		
39º	ARX.12.2	Itapagipe				1948	Frutal	LEn. 336 de 27-12-848		
55º	ARX.12.3	Fronteira				1962	Frutal	LEn. 2764 de 30-12-862		
65º	ARX.12.4	Planura				1962	Frutal	LEn. 2764 de 30-12-862		
14º	ARX.13	Uberlândia	1835			1888	Uberaba	LPn. 3643 de 31-08-888	São Pedro de Uberabinha - Uberlândia	Ⓢ
24º	ARX.14	Campo Florido	1813			1938	Uberaba	D-LEn. 148 de 17-12-938	Campo Formoso	Ⓢ
25º	ARX.15	Conceição das Alagoas	1832			1938	Uberaba	D-LEn. 148 de 17-12-938	N.S. da Conceição das Alagoas	Ⓢ
47º	ARX.15.1	Pirajuba				1953	Conceição das Alagoas	LEn. 1039 de 12-12-953		
31º	ARX.16	Veríssimo				1938	Uberaba	D-LEn. 148 de 17-12-938		
43º	ARX.17	Água Comprida				1953	Uberaba	LEn. 1039 de 12-12-953		
74º	ARX.18	Delta	1828			1995	Uberaba	LEn. 12030 de 21-12-995	Porte Alta - Delta	Ⓢ
3º	ARX.2	PATROCÍNIO 1840	1793	1807		1840	Araxá	LPn. 971 de 23-03-840	Povoado Salitre - Bromado 1793 - N.S. do Patrocínio - Patrocínio	Ⓢ
5º	ARX.2.1	Estrela do Sul	1830			1853	Patrocínio	LPn. 777 de 30-05-856	Diamantino da Bagagem - Estrela do Sul	Ⓢ
11º	ARX.2.11	Monte Carmelo	1816			1882	Estrela do Sul	LPn. 2972 de 06-10-882	Carmo da Bagagem - Monte Carmelo	Ⓢ
54º	ARX.2.111	Douradoquara				1962	Monte Carmelo	LEn. 2764 de 30-12-862		
60º	ARX.2.112	Iral de Minas				1962	Monte Carmelo	LEn. 2764 de 30-12-862		
66º	ARX.2.113	Romaria				1962	Monte Carmelo	LEn. 2764 de 30-12-862		
12º	ARX.2.12	Araguari	1836			1882	Estrela do Sul	LPn. 2996 de 19-10-882	Brejão Alegre - Araguaçu	Ⓢ
26º	ARX.2.12.1	Indianópolis	1748			1938	Araguari	LEn. 148 de 17-12-938	Alinhamento de Santana do Rio das Velhas - Santana do Rio das Velhas - Santana - Indianópolis	Ⓢ
37º	ARX.2.13	Cascalho Rico	1748			1948	Estrela do Sul	LEn. 336 de 27-12-848	Aldeamento do Rio das Pedras - Rio das Pedras - Cascalho Rico	Ⓢ
56º	ARX.2.14	Grupiara				1962	Estrela do Sul	LEn. 2764 de 30-12-862		
7º	ARX.2.2	Patos de Minas	1827			1866	Patrocínio	LPn. 2916 de 30-12-866	Santo Antônio dos Patos - Patos de Minas	Ⓢ
29º	ARX.2.2.1	Presidente Olegário				1938	Patos de Minas	D-LEn. 148 de 17-12-938		
61º	ARX.2.2.11	Lagamar				1962	Presidente Olegário	LEn. 2764 de 30-12-862		
72º	ARX.2.2.12	Lagoa Grande				1992	Presidente Olegário	LEn. 10704 de 27-04-992		
57º	ARX.2.2.2	Guimarânia				1962	Patos de Minas	LEn. 2764 de 30-12-862		
62º	ARX.2.2.3	Lagoa Formosa	1826			1962	Patos de Minas	LEn. 2764 de 30-12-862	Santana da Barra-Lagoa Formosa	Ⓢ
9º	ARX.2.3	Abaeté				1870	Patrocínio	LPn. 635 de 6-09-870		
22º	ARX.2.3.1	Tiros				1923	Abaeté	LEn. 843 de 07-09-923		
34º	ARX.2.3.11	São Gonçalo do Abaeté				1943	Tiros	D-LEn. 1058 de 31-12-843		
75º	ARX.2.3.111	Varição de Minas				1995	São Gonçalo do Abaeté	LEn. 12030 de 21-12-995		
33º	ARX.2.3.2	Morada Nova de Minas				1943	Abaeté	D-LEn. 1058 de 31-12-843		
50º	ARX.2.3.2.1	Biquinhas				1962	Morada Nova de Minas	LEn. 2764 de 30-12-862		
52º	ARX.2.3.3	Cedro do Abaeté				1962	Abaeté	LEn. 2764 de 30-12-862		
63º	ARX.2.3.4	Paineiras				1962	Abaeté	LEn. 2764 de 30-12-862		
20º	ARX.2.4	Coromandel	1817			1923	Patrocínio	LEn. 843 de 07-09-923	Carabafela - Povo Alegre do Carabafela - Coromandel	Ⓢ
35º	ARX.2.4.1	Abadia dos Dourados	1831			1948	Coromandel	LEn. 336 de 27-12-848	Abadia dos Dourados	Ⓢ
48º	ARX.2.5	Serra do Salitre	1824			1953	Patrocínio	LEn. 1039 de 12-12-953	Serra do Salitre	Ⓢ
53º	ARX.2.6	Cruzeiro da Fortaleza				1962	Patrocínio	LEn. 2764 de 30-12-862		
4º	ARX.3	CARMO DO PARANAÍBA 1848	1825			1848	Araxá	LEn. 336 de 27-12-848	Arcaial Novo do Carmo - Carmo do Paranaíba	Ⓢ
17º	ARX.3.1	Rio Paranaíba	1823			1911	Carmo do Paranaíba	LEn. 556 de 30-08-911	São Francisco das Chagas - Rio Paranaíba	Ⓢ
19º	ARX.3.11	São Gotardo				1914	Rio Paranaíba	LEn. 622 de 8-09-914		
46º	ARX.3.111	Matutina	1822			1953	São Gotardo	LEn. 1039 de 12-12-953	Matutina	Ⓢ
67º	ARX.3.112	Santa Rosa da Serra				1962	São Gotardo	LEn. 2764 de 30-12-862		
49º	ARX.3.12	Arapuá				1962	Rio Paranaíba	LEn. 2764 de 30-12-862		
8º	ARX.4	SACRAMENTO 1870	1811			1870	Araxá	LPn. 637 de 6-09-870	Santíssimo Sacramento	Ⓢ
	ARX.4.01	Desemboque	1752	1752	1752		Distrito de Sacramento		Itanagem do Rio das Velhas - Araxá das Abóias - Freguesia de N.S. do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas - Juizgado do Desemboque - Desemboque	Ⓢ
18º	ARX.4.1	Conquista				1911	Sacramento	LEn. 556 de 30-08-911		
27º	ARX.4.2	Nova Ponte				1938	Sacramento	D-LEn. 148 de 17-12-938		
69º	ARX.4.3	Tapira				1962	Sacramento	LEn. 2764 de 30-12-862		
21º	ARX.5	IBIÁ 1923	1818			1923	Araxá	LEn. 843 de 07-09-923	São Pedro de Alcântara - Ibiá	Ⓢ
32º	ARX.5.1	Campos Altos				1943	Ibiá	D-LEn. 1058 de 31-12-843		
41º	ARX.5.11	Pratinha				1948	Campos Altos	LEn. 336 de 27-12-848		
28º	ARX.6	PERDIZES 1938				1938	Araxá	D-LEn. 148 de 17-12-938		
30º	ARX.7	SANTA JULIANA 1938	1829			1938	Araxá	D-LEn. 148 de 17-12-938	Dores de Santa Juliana - Santa Juliana	Ⓢ
64º	ARX.7.1	Pedrinópolis				1962	Santa Juliana	LEn. 2764 de 30-12-862		

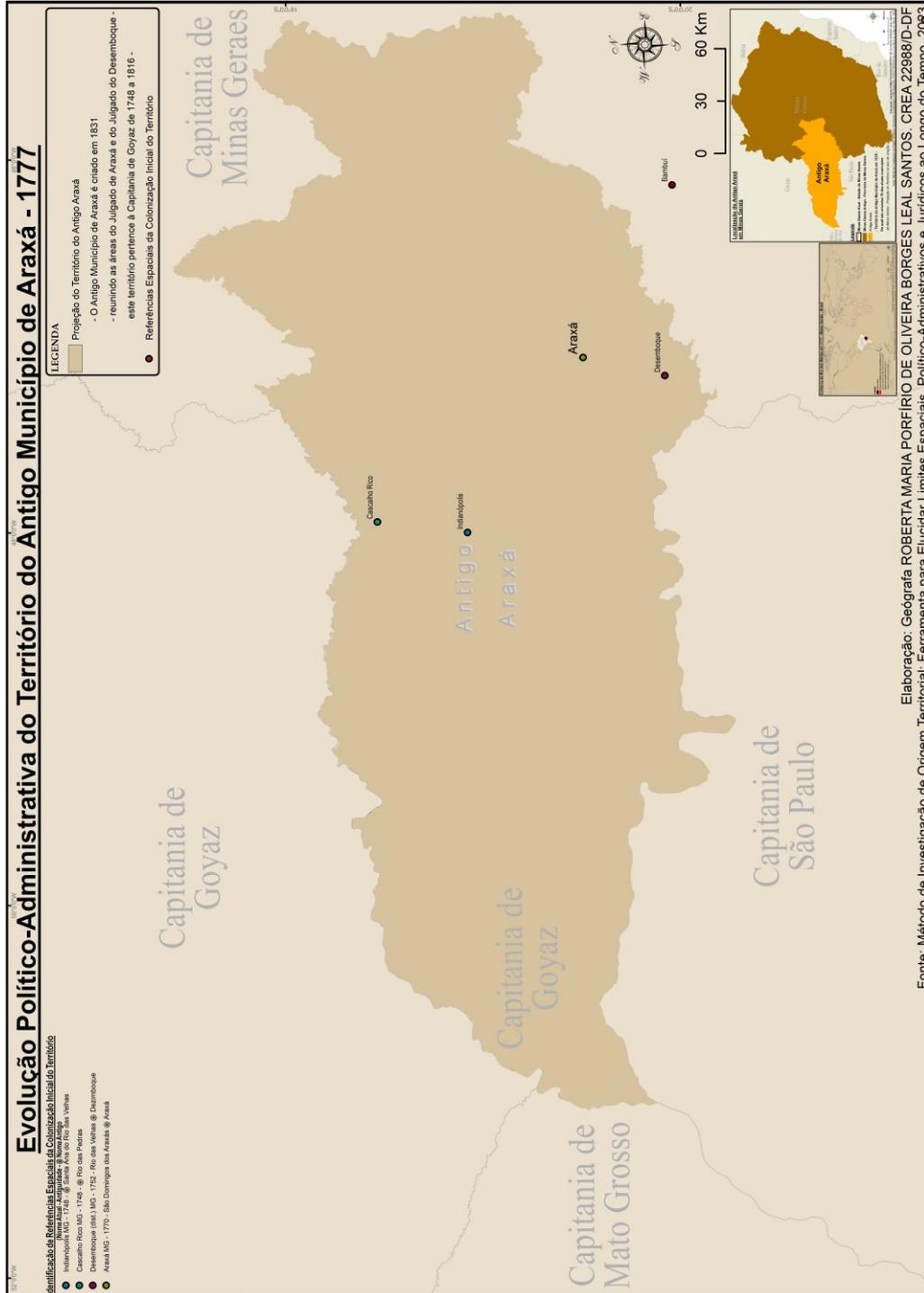
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar. Revista Tempo - Técnica - Território, v.6, n.1 (2015), 65-96 ISSN: 2177-4366, 2015.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.3.6 PROJEÇÃO TERRITORIAL E CARTOGRAFIA MULTITEMPORAL

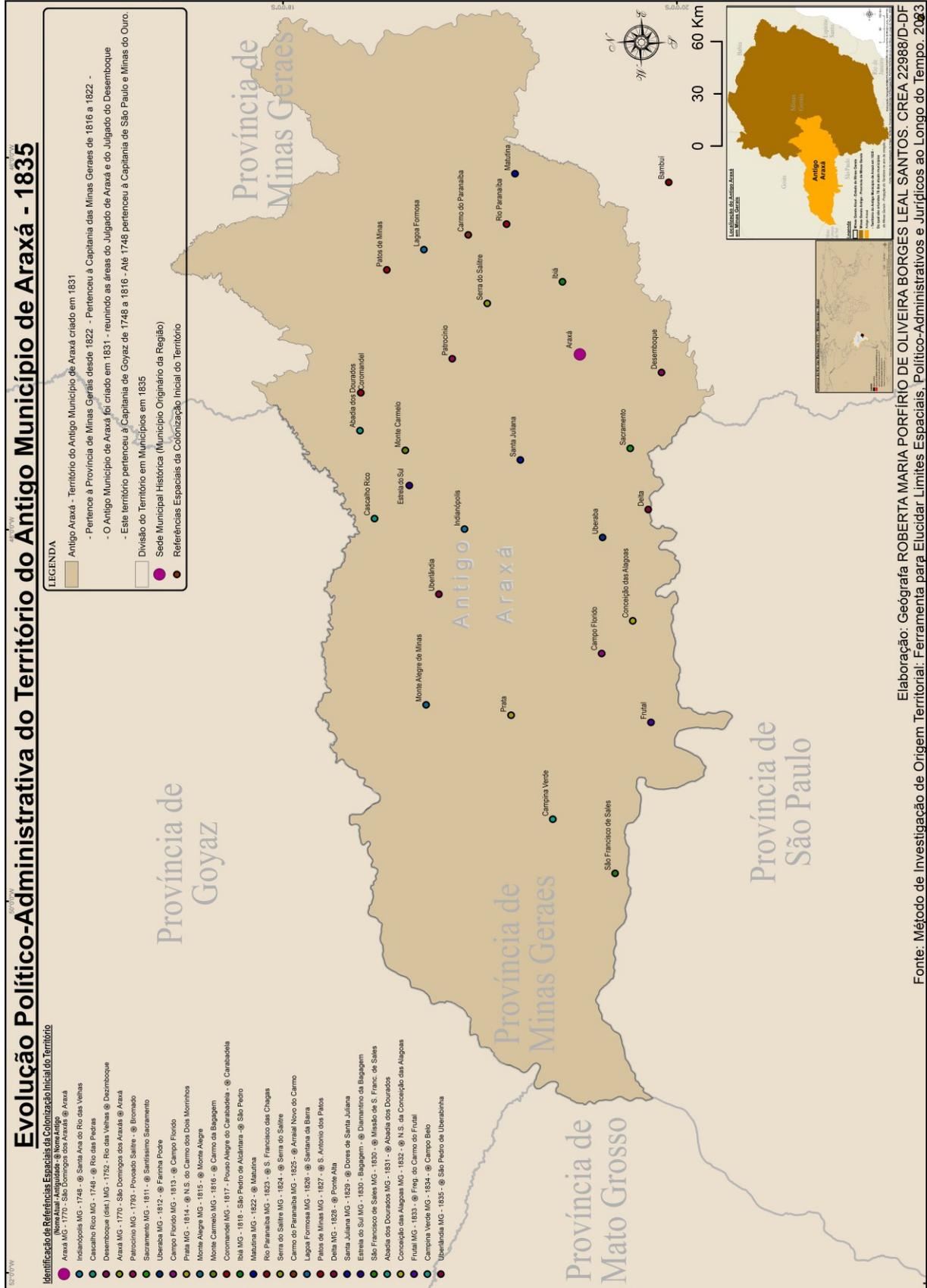
Cartografia sustentada pela Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial aos dados disponíveis do Antigo Araxá:

Mapa 67 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1777

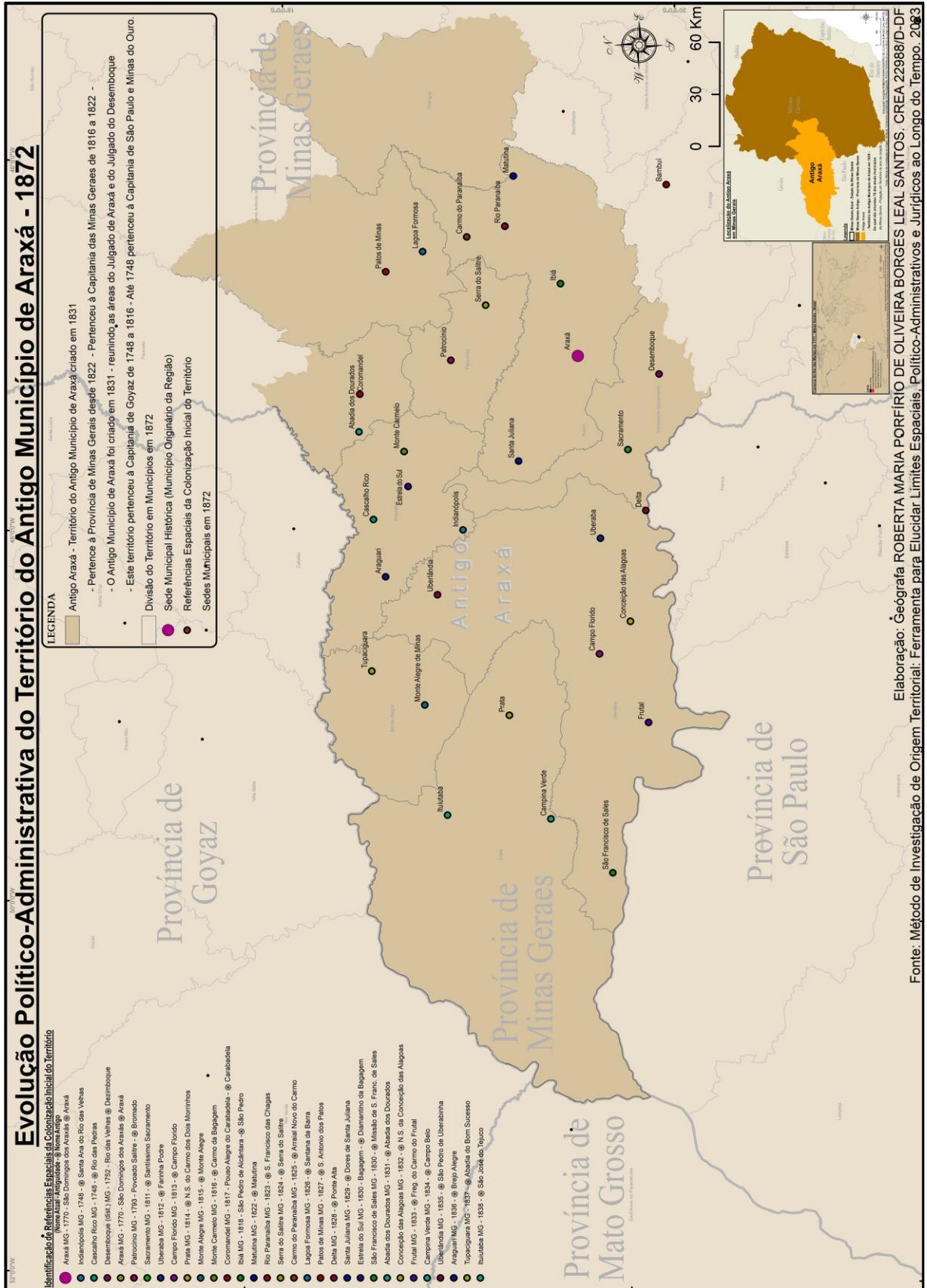


Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS, CREA 22988/D-DF
Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. 2013

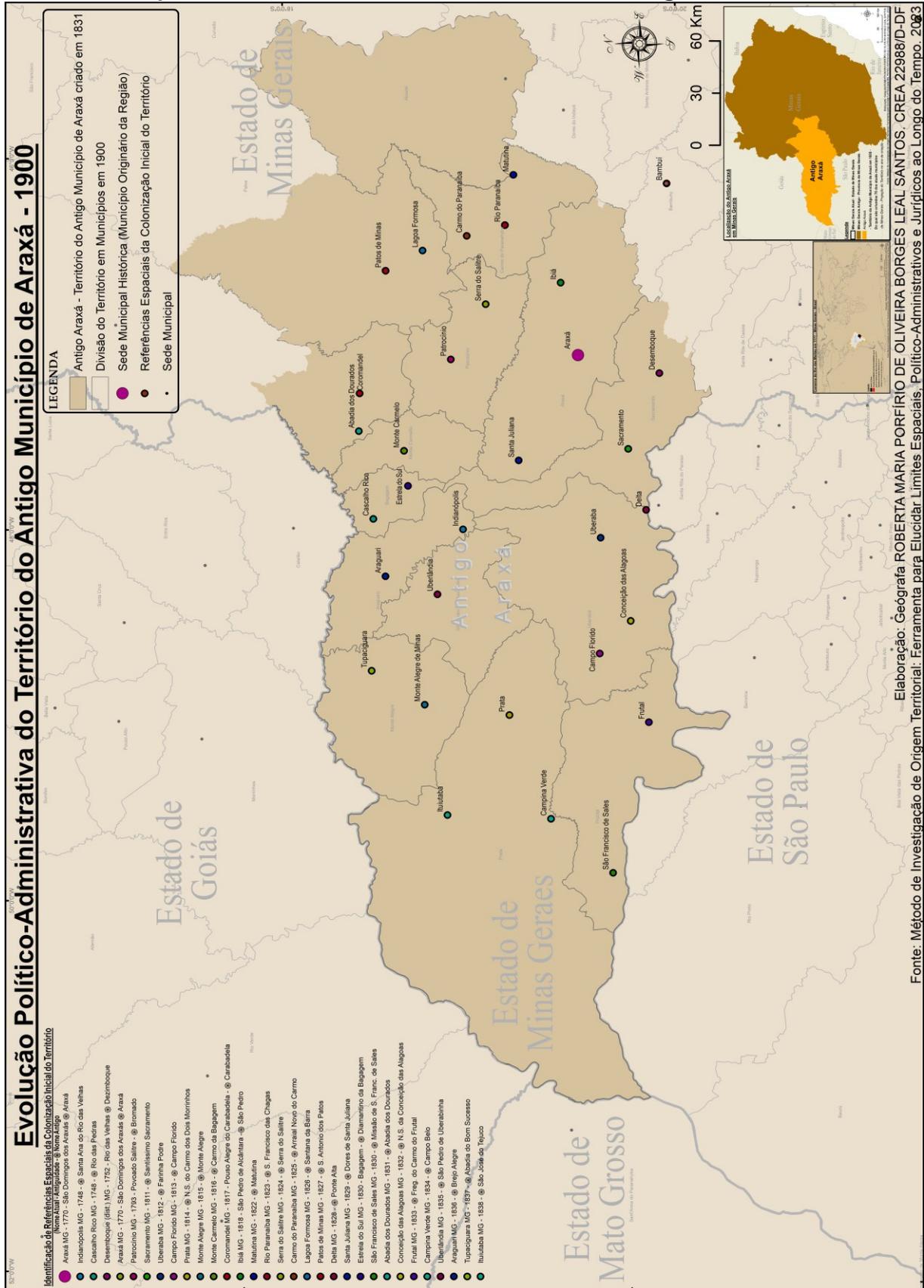
Mapa 68 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1835



Mapa 69 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1872

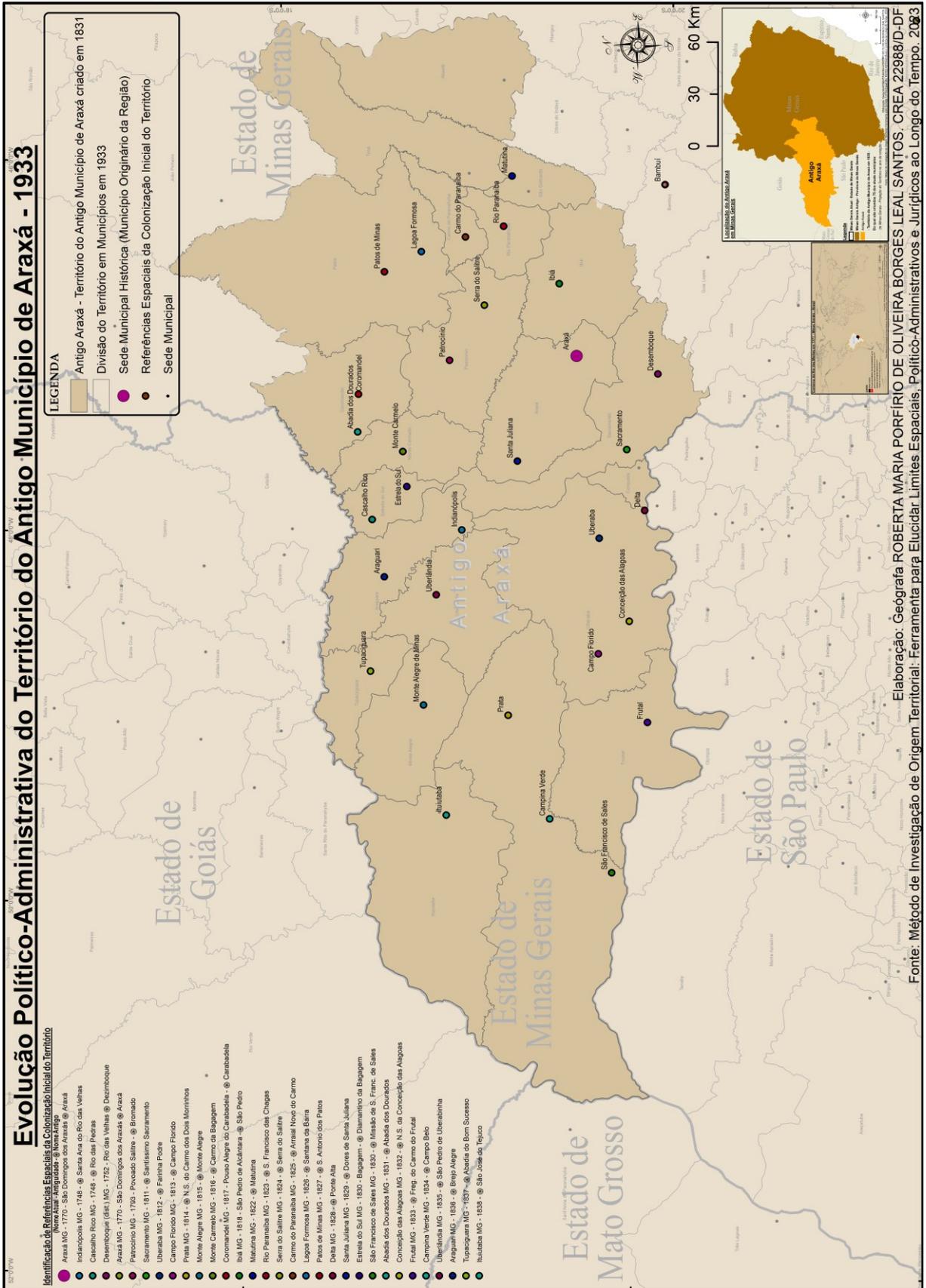


Mapa 70 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1900



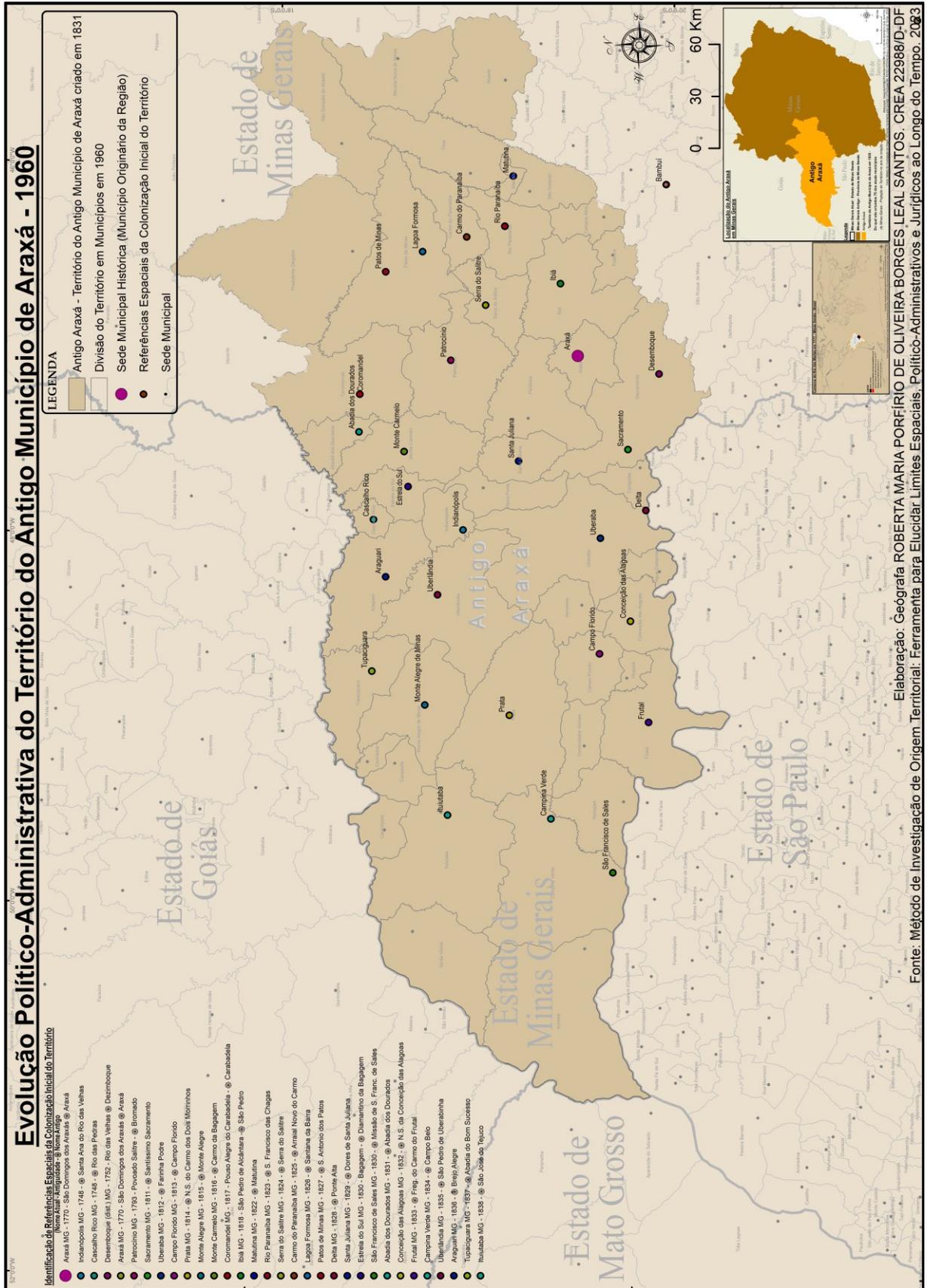
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 71 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1933



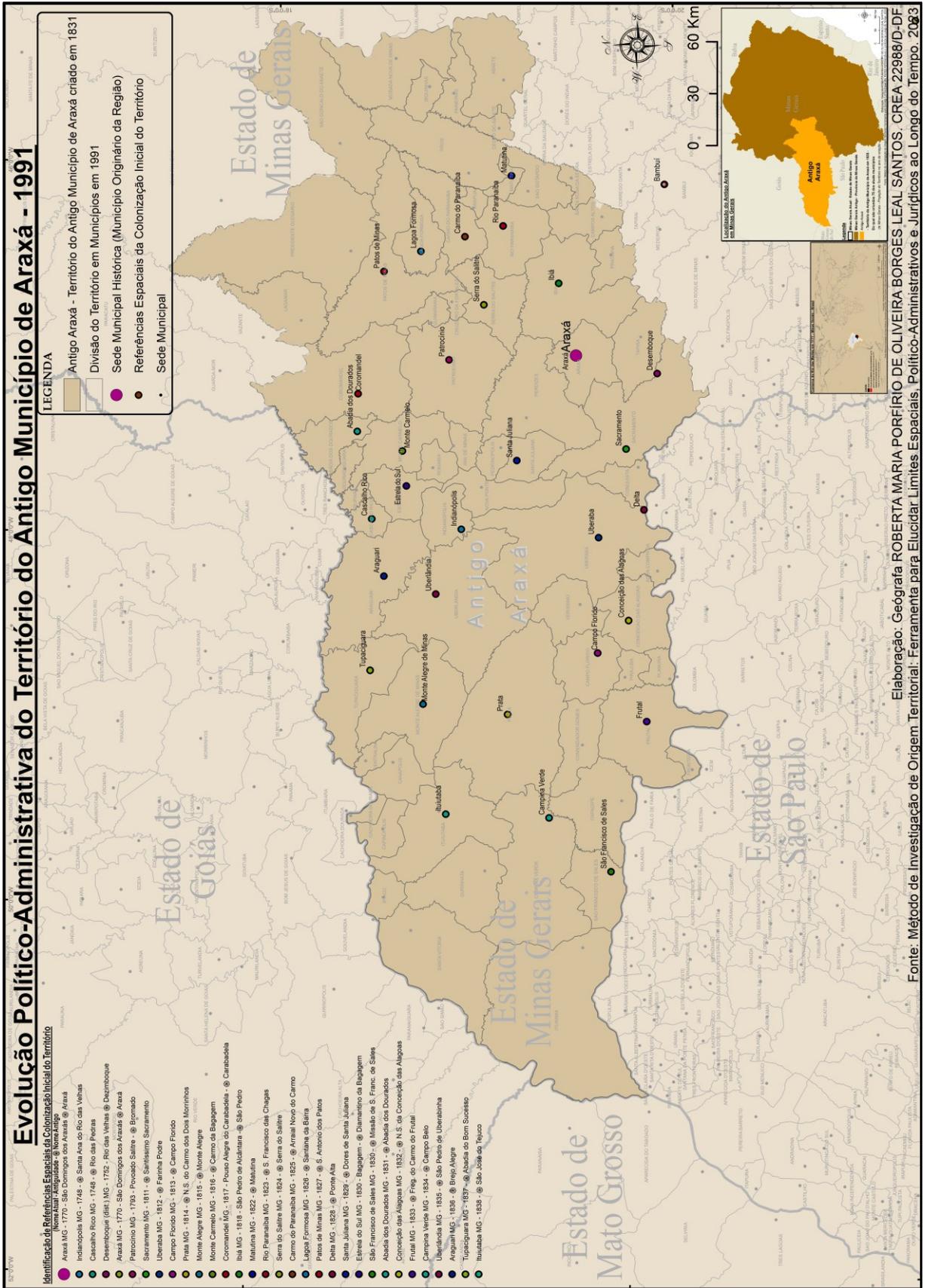
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 72 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1960



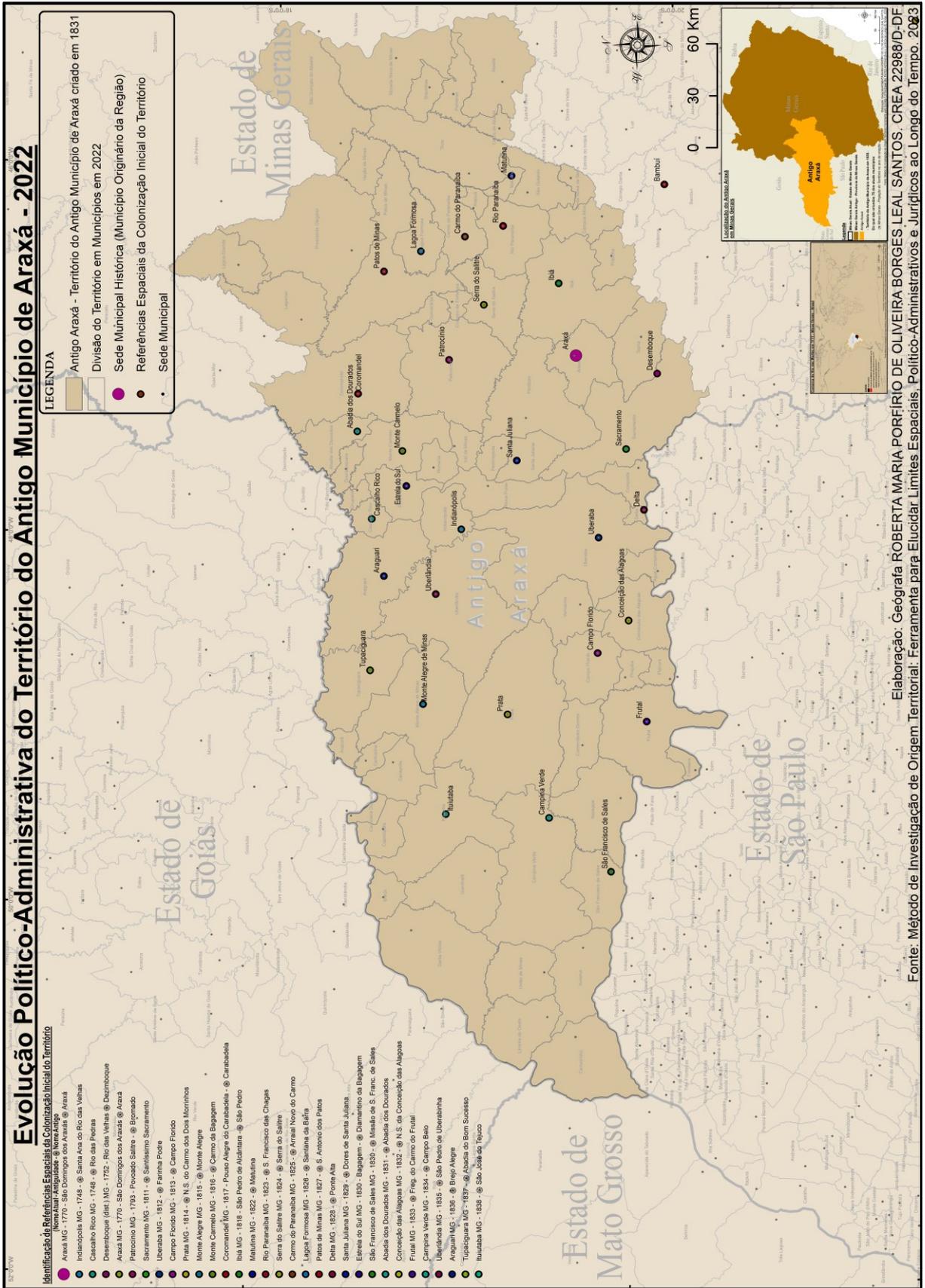
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 73 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 1991



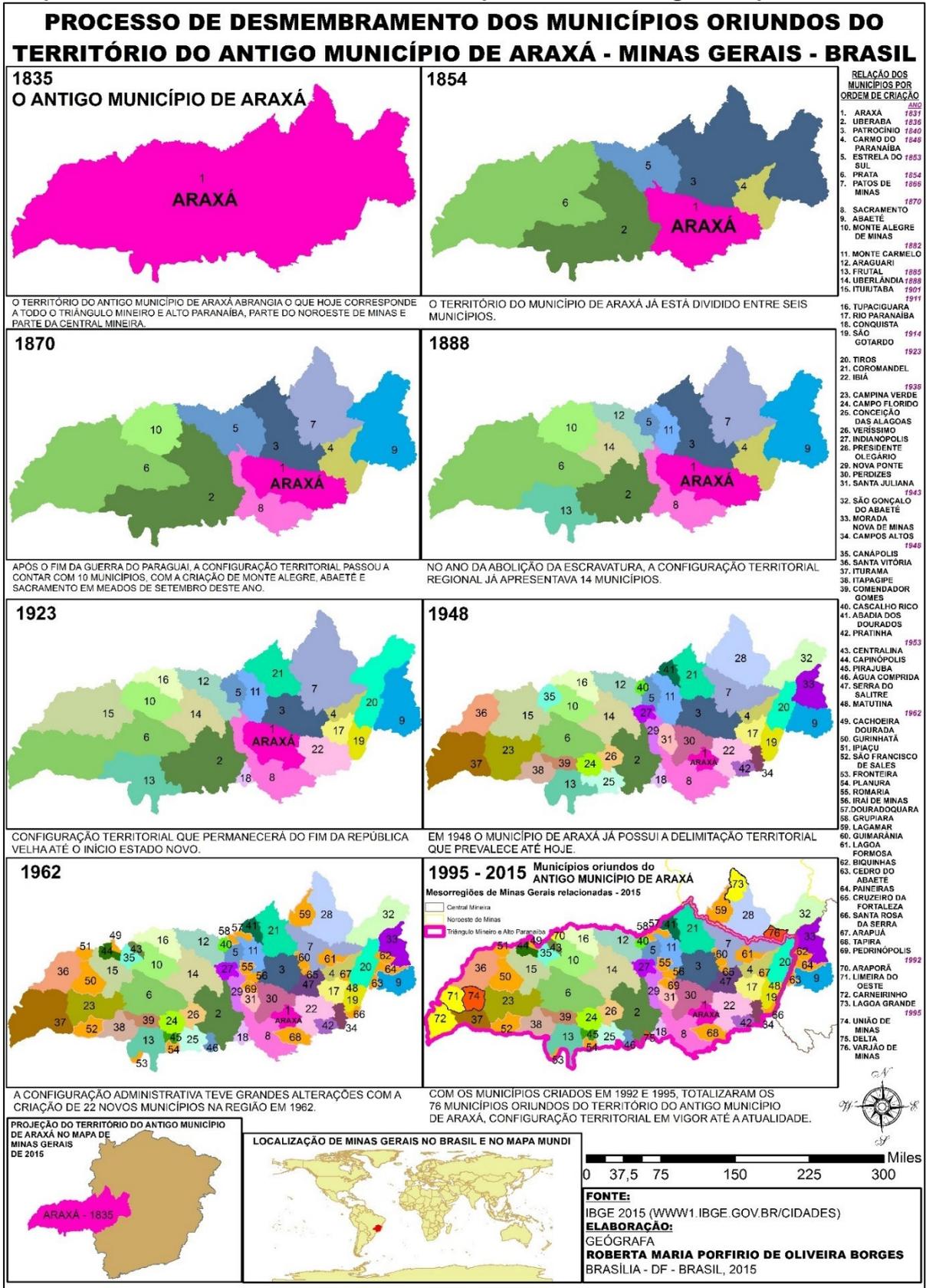
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 74 - Evolução Político-administrativa do Território do Antigo Araxá – 2022



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 75 - Processo de Desmembramento dos Municípios Oriundos do Antigo Município de Araxá – MG.



Fonte: Borges, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. 2015.

4.4 ESTUDO DE CASO IV – A COMARCA DO RIO DAS MORTES: INVESTIGAÇÃO GERAL COMPLEXA DE GRANDE RECORTE ESPACIAL

Esta é uma Investigação de Origem Territorial Geral Complexa, que pode ser feita sobre qualquer Unidade Territorial que envolva mais de 10 municípios ou que o histórico da região seja marcado por muitas mudanças territoriais ou conflitos fundiários ou qualquer outra forma de disputas de poder. Neste caso, a complexidade é inevitável, pois além de ser uma Unidade Territorial de Caráter Histórico – aqui trata-se de uma Unidade Territorial que existiu no passado e hoje existe com delimitações completamente diferentes das que possuía em determinado momento de sua existência pretérita – não temos uma delimitação exata do seu território no passado (não que não exista em algum lugar, mas esta delimitação é algo definido para ser buscado nesta investigação, visando realizar uma Projeção desta Unidade Territorial no Território Atual). Assim sendo, é uma Investigação de Origem Territorial que demanda, além do necessário nas Investigações Específicas ou Gerais Simples:

=> Uma Referência da Unidade Territorial Buscada, para orientar a projeção do Limite Territorial da Unidade Territorial escolhida

=> A Identificação de Núcleos Urbanos representados na Referência Territorial que possam ser relacionados aos Núcleos Urbanos atuais, para a realização da Ancoragem.

=> A Realização de Linhas do Tempo Completas e bem referenciadas de cada Núcleo Urbano Identificado na Referência do Recorte Espacial que seja definido como parte da Ancoragem (quanto maior o Recorte Espacial, maior a quantidade de âncoras para garantir uma Projeção mais próxima da realidade, o que significa proporcionalmente uma maior quantidade de Linhas do Tempo Completas e aumenta a chance de haver necessidade de combinação de várias fontes para obter os dados necessários para a Linha do Tempo)

=> A Realização da Projeção do Território da Unidade Territorial Investigada.

A partir do atendimento destas demandas é possível seguir com as demais etapas da aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial.

4.4.1 DEFINIÇÕES

Definições da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Comarca do Rio das Mortes:

- Objeto de Investigação: **Comarca do Rio das Mortes (1777)**
- Unidade Territorial Investigada: **Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes**
- Referência da Unidade Territorial Investigada: **Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes (1777)**
- Unidade Territorial Atual Base: **Município**
- Recorte Espacial: **Comarca do Rio das Mortes em 1777 – Grande Recorte Espacial – Delimitação a ser projetada**
- Recorte Temporal: **1714 a 2022 => 308 anos**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Geral**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Complexa**

4.4.2 ETAPAS

Etapas da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Antiga Comarca do Rio das Mortes:

- Identificação de Núcleos Urbanos Atuais na Referência da Unidade Territorial.
- Ancoragem.

- Linha do Tempo de Cada Núcleo Urbano Identificado e definido como parte da Ancoragem.
- Planilha de Evolução Administrativa.
- Planilha de Origem Territorial.
- Atribuição do Código de Origem Territorial do Município.
- Cartografia Multitemporal da Antiga Comarca do Rio das Mortes.

A Comarca do Rio das Mortes é uma Unidade Territorial Jurídico-Administrativa Colonial. Trata-se de um recorte especial que corresponde a uma grande extensão territorial, envolvendo muitos Núcleos Urbanos e várias Unidades Territoriais ao longo do tempo. Portanto, trata-se de uma Investigação Geral, pois é o tipo de Investigação de Origem Territorial mais adequado para um Recorte Espacial com tais características. Assim sendo, é priorizada a Unidade Territorial Comarca do Rio das Mortes e os meandros locais são deixados para Investigações Específicas que podem ser realizadas por quem desejar tal elucidação.

Este Estudo de Caso aplica o Método de Investigação da Origem Territorial com o objetivo de aferir quais Cidades são oriundas da Unidade Territorial Comarca do Rio das Mortes, em sua configuração territorial de 1777. Para tal propósito é realizada uma projeção da Comarca do Rio das Mortes do ano de 1777 e esta é sobreposta à configuração territorial atual. A conexão entre esta Antiga Unidade Territorial e a investigação é a Cartografia Histórica: “*Mappa da Comarca do R^o das Mortes pertencente a Capitania de Minas Geraes que mandou descrever o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap.^{am} General da mesma Capitania, segundo as mais exacta informações. Anno de 1777*” que a partir de agora chamaremos de simplesmente **“Mappa da Comarca do Rio das Mortes”**.

4.4.3 ANCORAGEM

Primeiramente realiza-se uma análise rápida da Cartografia Histórica, aferindo alguns dados que permitam a identificação dos Núcleos Urbanos atuais nela representados.

No caso em questão, analisando as informações representadas e a sua legenda (*explicação*), verifica-se que há a representação cartográfica, não só de Núcleos Urbanos, no caso as *Villas* e *Paroquias* mas também de outras ocupações territoriais que, **em muitos casos** são a gênese de Núcleos Urbanos - como as *Cappellas* - e de outras ocupações territoriais que, **em alguns casos**, são gênese de futuros Núcleos Urbanos, a saber: *Sítios e Fazendas* (exemplo: *Ribeirão Alberto Dias*, que hoje é sede do Município de Alfredo Vasconcelos) e *Destacamentos de Soldados* (exemplo: *Registro de Ouro Fino* que hoje é sede do Município de Ouro Fino). Dada esta constatação, tratamos todas as Ocupações Territoriais presentes na legenda e representadas na Cartografia Histórica como Núcleos Urbanos para fins da Investigação. O desenvolvimento, ou não, destes Núcleos Urbanos são aferidos no decorrer da Investigação da Origem Territorial.

A Ancoragem é feita em todos os Núcleos Urbanos que foram identificados como existentes na atualidade. Define-se um Ponto de Partida, neste caso é São João Del Rei.

Cada Núcleo Urbano identificado é investigado, gerando uma Linha do Tempo do Núcleo Urbano. As Linhas do Tempo da Ancoragem reúnem os dados da evolução do Núcleo Urbano e das mudanças de Unidade Territorial, assim como os dados sobre os outros Núcleos Urbanos relacionados e parte das respectivas evoluções, especialmente de Núcleos Urbanos que são identificados como Povoados, são oficializados tornando-se Arraiais e/ou Distritos, mas não chegam a tornar-se Vilas ou Cidades. A partir das Linhas do Tempo do Núcleos Urbanos da Ancoragem Inicial, obtemos os dados que indicam um caminho para seguir a Investigação Territorial. No decurso da Investigação Territorial, vemos que as Linhas do Tempo são complementares umas das outras; algumas acabam sendo

formadas por dados obtidos na confecção de várias outras e outras são mais alimentadas por dados de uma Linha do Tempo que está relacionada a ela do que pelos dados oficiais disponíveis do seu próprio Núcleo Urbano. Esta **Sinergia de Dados** é uma característica fundamental do Método de Investigação da Origem Territorial que fortalece a segurança dos resultados, visto que as Linhas do Tempo tornam-se agentes de questionamento, checagem e confirmação umas das outras. Estas dinâmicas do Método de Investigação de Origem Territorial são explicitadas nas Linhas do Tempo iniciais deste Estudo de Caso. Para evitar redundâncias e um prolongamento desnecessário do texto, citados um exemplo de cada Dinâmica aqui referida, as demais Linhas do Tempo seguirão sem tal elucidação reiterada destes pontos do Método nas demais Linhas do Tempo.

Mapa 76 - 1777 Mappa da Comarca do Rio da Morte - Referência na Cartografia Histórica



Fonte: Cartografia Histórica "Mappa da Comarca do R^o das Morte pertencente a Capitania de Minas Geraes que mandou descrever o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap.^m General da mesma Capitania, segundo as mais exacta informaçoes. Anno de 1777
Mapa 77 - 1777 Mappa da Comarca do Rio da Morte - 1^o Foco - São João Del Rei - Referência



Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos São João Del Rei (Vila de São João – V^a. de S. João)



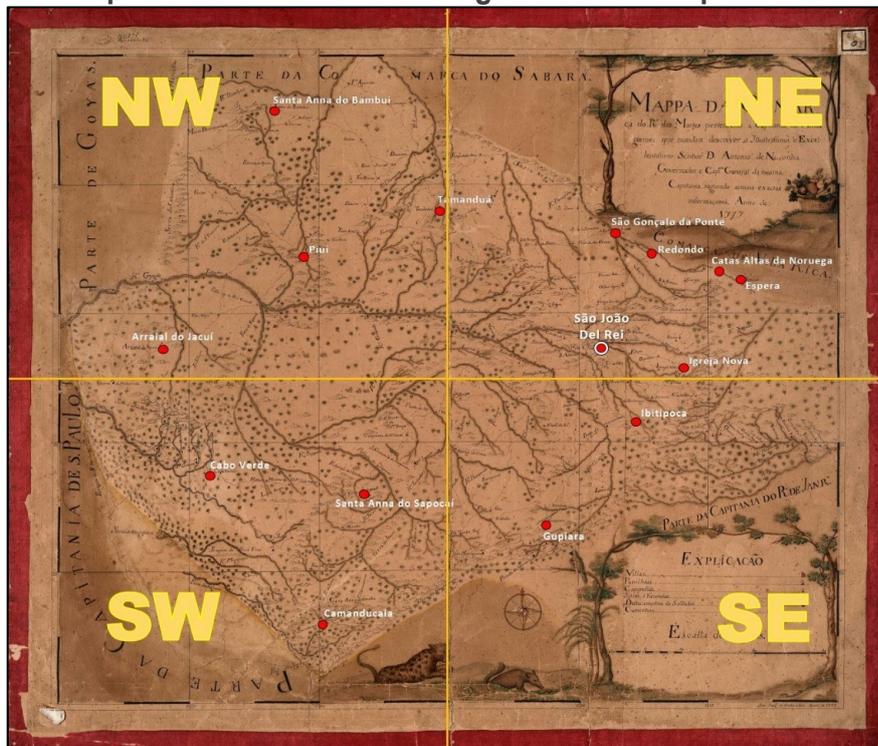
Elaboração: MSc. Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - CREA 22988/D-DF - Brasília - DF - Brasil - 2023. Fonte: Mappa da Comarca do R. das Mortes pertencente a Capitania de Minas Geraes que Mandou descrever o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. da mesma Capitania segundo as mais exactas informações. Anno 1777. feito por JOSÉ JOAQUIM DA ROCHA, 1777. Acervo BN - Fundação Biblioteca Nacional.

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 78 - Método - Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes - Pontos de Ancoragem e Ponto de Partida - Ancoragem Inicial – Destaque de Núcleos Urbanos



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.
Mapa 79 - Método - Divisão da Cartografia Histórica em quadrículas



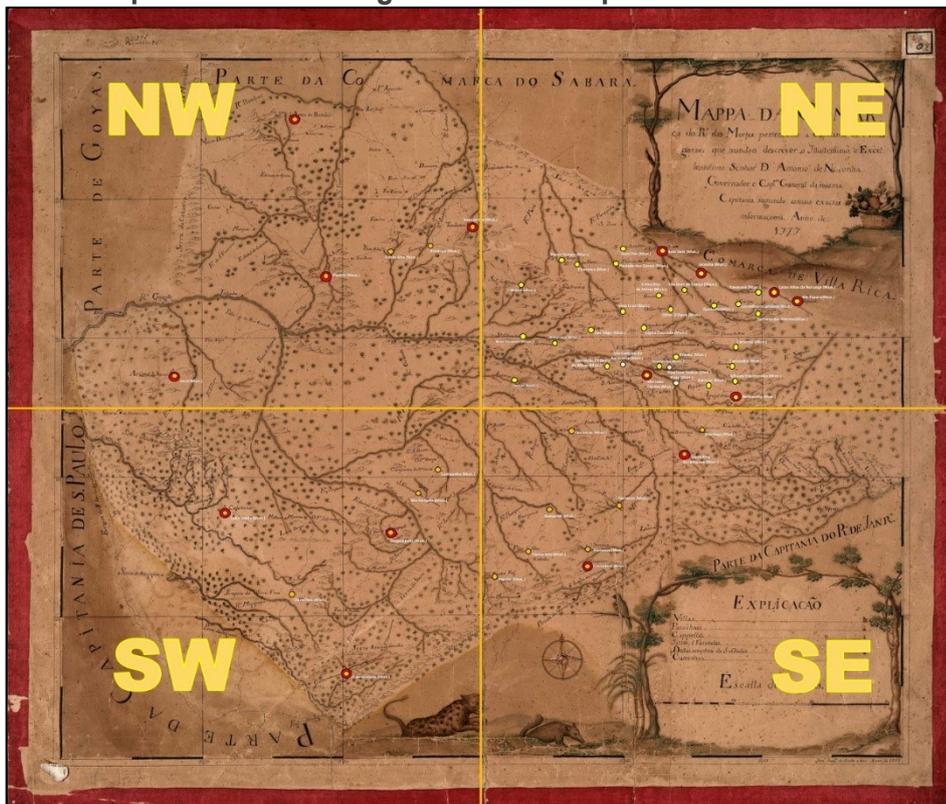
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 80 - Método - Etapas - Ancoragem - Seleção e Identificação de Núcleos Urbanos



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

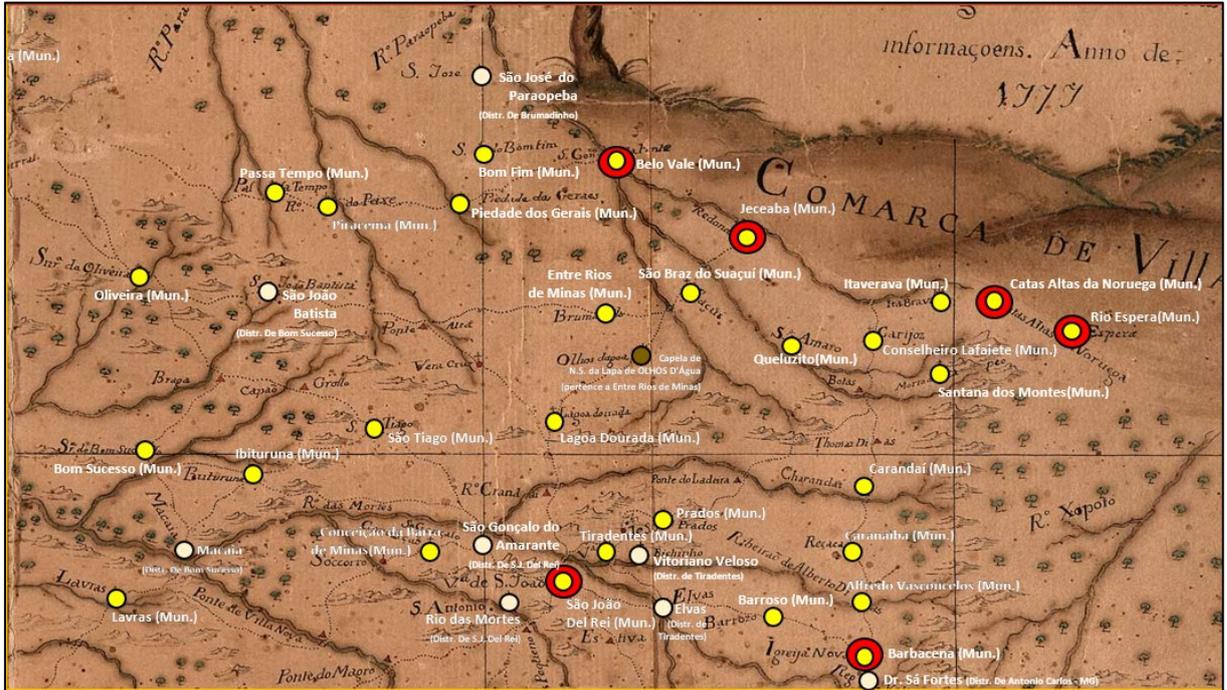
Mapa 81 - Método - Etapas - Divisão da Cartografia Histórica em quadrículas com todos os Núcleos Urbanos



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

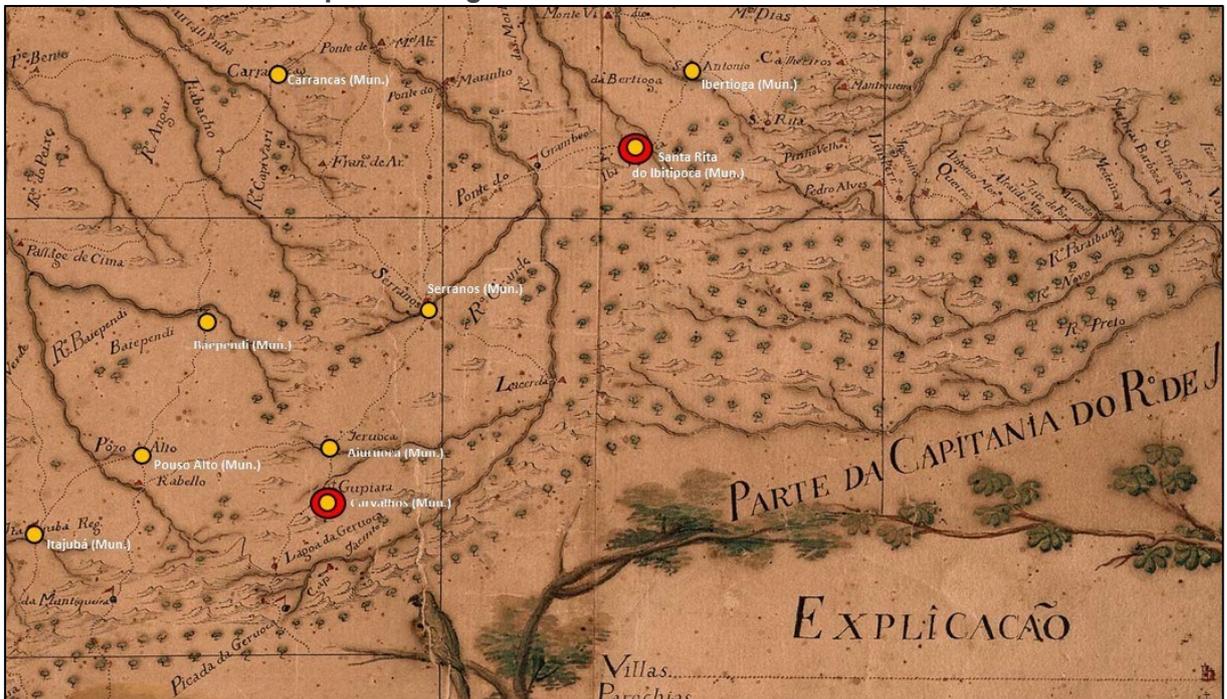
ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Mapa 82 - Cartografia Histórica - Quadrícula Nordeste – NE



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 83 - Cartografia Histórica - Quadrícula Sudeste – SE

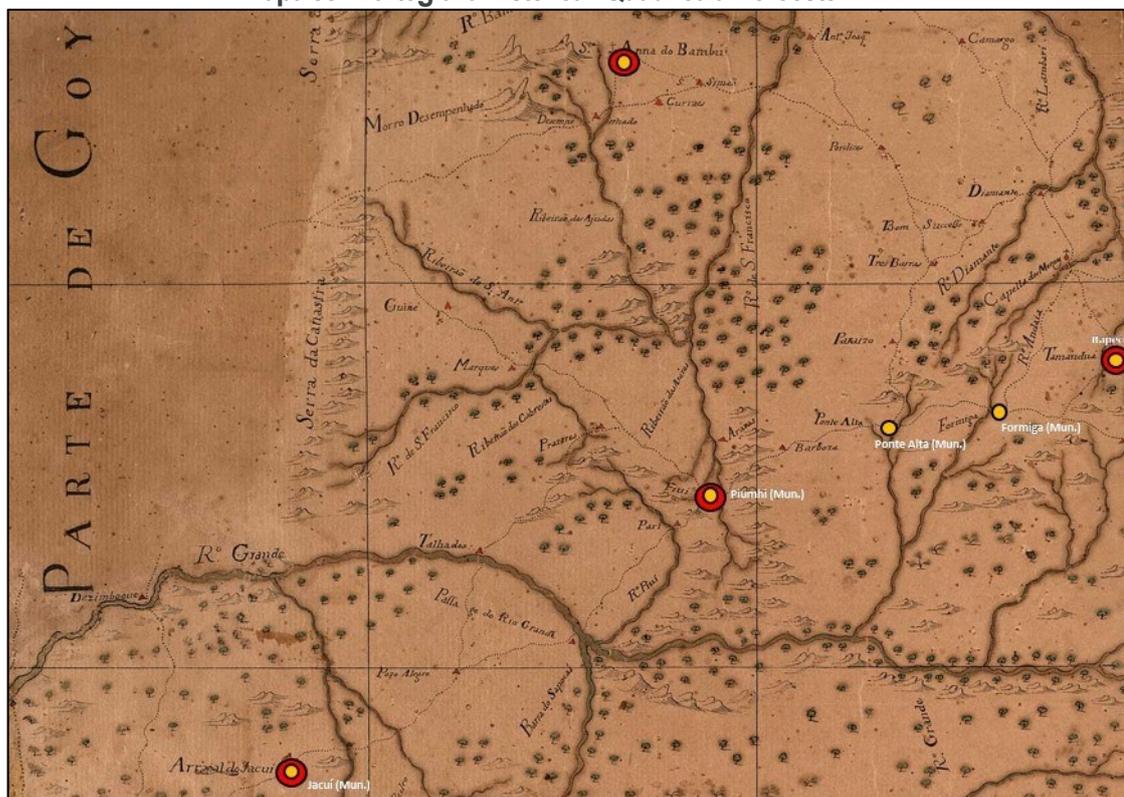


Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 84 - Cartografia Histórica - Quadrícula Sudoeste – SW



Mapa 85 - Cartografia Histórica - Quadrícula Noroeste – NW



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Quadro 28 - COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ANCORAGEM – Ordem Alfabética – Método de Investigação de Origem Territorial

- COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ANCORAGEM - Método de Investigação de Origem Territorial - - Municípios do Estado de Minas Gerais - Originários do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes de 1777 -			
Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Histórico dos Nomes	Identificação Na Cartografia Histórica Mapa da Comarca do Rio das Mortes
Aiuruoca	1706	Jeruoca - N.S. da Conceição de Aiuruoca do Rio das Mortes - Aiuruoca	Jeruoca
Alfredo Vasconcelos	1720	Ribeirão Alberto Dias - Alfredo Vasconcelos	Ribeirão Alberto Dias
Baependi	1692	Santa Maria de Baependi - Baependi	Baependi
Bambuí	1765	Santa Anna do Bambuí - Sant'Anna do Bambuiy - Bambuí	St.ª Anna do Bambuí
Barbacena	1698	Borda do Campo - Povoação da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova de N.S. da Piedade da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova do Campolide - Igreja Nova - Barbacena	Igreja Nova
Barroso	1715	Barroso Velho - Capela de Sant'Ana - Barroso	Barroso
Belo Vale	1777	São Gonçalo da Ponte - Belo Vale	S. Gonçalo da Ponte
Bichinho	1777	Bichinho	Bichinho
Bom Sucesso	1736	Povoado Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno - Senhor de Bom Sucesso	Bom Sucesso
Bonfim	1750	Rocinha - Senhor do Bomfim - Bonfim de Paraopeba - Bonfim	S. do Bomfim
Cabo Verde	1750	Cabo Verde - Arraial de N.S. da Assunção - Cabo Verde	Cabo Verde
Camanducaia	1764	Camanducaia - Vila Carolina - Jaguary - Camanducaia	Camanducaia
Campanha	1737	Povoado de São Cipriano - Arraial de São Cipriano - Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde - Campanha da Princesa da Beira - Campanha do Rio Verde - Campanha	Campanha do Rio Verde
Capela N.S. da Lapa de Ohos D'água	1683		Olhos d'água
Caranaíba	1736	Reçaca - Ressaca - N.S. da Glória - Santana da Ressaca - Glória - Caranaíba	Reçaca
Carandaí	1777	Charandaí - Carandahy - Santana de Carandaí - Carandaí	Charandaí
Carrancas	1777	Carrancas	Carrancas
Carvalhos	1744	Gupiara - Guapiara - Carvalhos	Gupiara
Catas Altas da Noruega	1690	São Gonçalo das Catas Altas - Catas Altas - Catas Altas da Noruega	Catas Altas da Noruega
Conceição da Barra de Minas	1674	Boa Vista - N.S. da Conceição da Barra - Cassiterita - Conceição da Barra de Minas	Conceição
Conselheiro Lafaiete	1683	Carijós - Arraial de Carijós - Queluz - Conselheiro Lafaiete	Carijós
Curral	1777	Curral	Curral
Desemboque	1752	Arraial do Rio das Velhas - Desemboque - Desemboque -	De zimboque
Desempenhado	1777	Desempenhado	Desempenhado
Dr. Sá Fortes	1730	Registro Velho - N.S. do Pilar do Registro Velho - Dr. Sá Fortes	Reg.º Velho
Elvas	1777	Elvas	Elvas
Entre Rios de Minas	1713	Brunado - Bromado - Brunado do Suaçu - João Ribeiro - Entre Rios de Minas	Brumado
Ewbank da Câmara	1777	Povoado de Tabuaes - Ewbank da Câmara - Eubank de a câmara - Eubank da Câmara	Luis Ferr.º
Formiga	1765	São Vicente Ferrer da Formiga - Vila Nova da Formiga - Formiga	Formiga
Ibertioga	1711	Santo Antônio da Bertioiga - Ibertioga	S. Antonio da Bertioiga
Ibituruna	1777	Ibituruna - São Gonçalo do Ibituruna - Ibituruna	Ibituruna
Itajubá	1740	Boa Vista - Capela Nova - Descoberto - Soledade de Itajubá - Itajubá Velho - Itajubá	Itajubá Reg.
Itapeverica	1730	Tamanduá - Arraial de São Bento - Itapeverica	Tamanduá
Itaverava	1695	Itaverava - Itabrava - Itaberaba	Itabrava
Jacuí	1745	Lavras do Jacuí - São Carlos do Jacuí - Jacuí	Arraial do Jacuí
Jeceaba	1777	Redondo - Camapuã ("Monte Redondo") - Jeceaba	Redondo
Juiz de Fora	1777	Povoação de Santo Antônio de Juiz de Fora - Santo Antônio do Parabuna - Parabuna - Juiz de Fora	Juiz de Fora
Lagoa Dourada	1715	Alagoas - Lagoa Dourada	Lagoa Doira da
Lavras	1750	Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil - Lavras do Funil - Lavras	Lavras
Macaia	1777	Macaia	Macaia
Mantiqueira	1777	Mantiqueira	Mantiqueira
Matias Barbosa	1700	Povoado Mathias Barboza - N.S. da Conceição de Matias Barboza - Matias Barboza	Mathias Barboza
Oliveira	1758	Sítio da Maria de Oliveira - Campo Grande da Picada de Goyaz - Picada de Goyaz - N.S. de Oliveira - Oliveira	Snr.º Da Oliveira
Ouro Fino	1749	Registro do Ouro Fino - Ouro fino	Registro do Ouro Fino
Passa Tempo	1760	Passa Tempo	Passa Tempo
Piedade dos Gerais	1777	N.S. da Piedade - Piedade da Geraes - Piedade das Gerais - Piedade dos Gerais	Piedade das Geraes
Piracema	1777	Rio do Peixe - Piracema	Rio do Peixe
Piumhi	1707	Povoação Piumhi - N.S. do Livramento do Piumhi - Piumhi	Piumhi
Pouso Alegre	1777	Mandú - Arraial de Bom Jesus de Matozinhos do Mandu - Pouso Alegre	Mandú
Pouso Alto	1692	Pozo Alto - Pouso Alto	Pozo Alto
Prados	1704	Freguesia de N. S. da Conceição de Prados - Prados	Prados
Queluzito	1730	Santo Amaro - Queluzita - Queluzito	S. Amaro
Rio das Mortes	1777	Santo Antônio - Santo Antônio do Rio das Mortes - Rio das Mortes	S. Antônio
Rio Espera	1711	Espera - N. S. da Piedade da Boa Esperança - Rio Espera	Espera
Santa Rita de Ibitipoca	1777	Ibitipoca - Arraial de Santa Rita - Santa Rita de Ibitipoca	Ibitipoca

Santana dos Montes	1690	Fazenda Velha - Morro do Xapeo - Morro do Chapéu - Senhora de Santana	⊗ Morro do Xapeo
Santos Dumont	1709	Pinho Velho - Roça de João Gomes - Distrito de João Gomes - João Gomes Velho - Município Palmyra - Santos Dumont (1932)	? ⊗ Pinho Velho ?
São Brás do Suaçuí	1713	Suassuhy - São Brás - Suaçuí - São Brás do Suaçuí	⊗ Suaçuí
São Gonçalo do Amarante	1777	São Gonçalo - São Gonçalo do Brumado - Caburu - São Gonçalo do Amarante	⊗ S. Gonçalo
São Gonçalo do Sapucaí	1740	Povoado São Gonçalo da Campanha do Rio Verde - São Gonçalo da Campanha	⊗ S. Gonçalo da Campanha
São João Del Rei	1699	Porto Real - Passagem Rio das Mortes - Arraial do Rio das Mortes - São João Del Rei	⊗ Vª de S. João
São José do Paraopeba	1751	S. Jozé - S. José do Paraopeba	⊗ S. Jozé
São Tiago	1708	Vargem Alegre - São Tiago	⊗ S. Tiago
Serranos	1721	N.S. do Bonsucesso de Serranos - Arraial do Bom Sucesso de Serranos - Serranos	⊗ Serranos
Silvianópolis	1746	Descoberto do Ouro do Sapucaí - Povoação de Santana do Sapucaí - Arraial do Ouro - Freguesia de Santana - Santa Ana do Sapucaí - Santana do Sapucaí - Silvianópolis	⊗ S. Ana do Sapucaí
Simão Pereira	1708	Simão Pr.ª - Simão Pereira - Povoado Simão Pereira - Distrito São Pedro de Alcântara - Município Simão Pereira	⊗ Simão Pr.ª
Tiradentes	1702	Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes - Arraial Velho do Rio das Mortes - São José da Ponta do Morro - São José do Rio das Mortes - São José Del Rei - São Jozé - Tiradentes	⊗ Vª de S. Jozé
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. SANTOS, Roberta, M., Porfírio de O. Borges Leal (2023)			

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.4.4 BANCO DE DADOS SISTEMATIZADO

Os dados são sistematizados nas Planilhas, de acordo com as instruções do Método de Investigação de Origem Territorial.

Quadro 29 - COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA – Ordem Cronológica de Criação dos Municípios – Método de Investigação de Origem Territorial

- COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - Método de Investigação de Origem Territorial -									
- Municípios do Estado de Minas Gerais - Originários do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes de 1777 -									
Código da Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data do Município	Origem Direta do Município	Histórico dos Nomes	Instrumento Legal de Criação do Município	Identificação Na Cartografia Histórica <i>Mappa da Comarca do Rio das Mortes</i>
SJR	São João Del Rei	1699			1713	Ouro Preto	Porto Real - Passagem Rio das Mortes - Arraial do Rio das Mortes - São João Del Rei	Alvará de 08-12-1713	Ⓜ Vª de S. João
SJR.1	Tiradentes	1702		1724	1719	São João Del Rei	Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes - Arraial Velho do Rio das Mortes - São José da Ponta do Morro - São José do Rio das Mortes - São José Del Rei - São Joze - Tiradentes	Alvará de 12-01-1719	Ⓜ Vª de S. Joze
SJR.11	Itapecerica	1730	1744	1760	1789	Tiradentes	Tamanduá - Arraial de São Bento - Itapecerica	Alvará de 20-11-1789	Ⓜ Tamanduá
SJR.12	Conselheiro Lafaiete	1683	1694	1752	1791	Tiradentes	Carijós - Arraial de Carijós - Queluz - Conselheiro Lafaiete	Alvará de 1791	Ⓜ Carijós
SJR.2	Barbacena	1698	1725	1752	1791	São João Del Rei	Borda do Campo - Povoação da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova de N.S. da Piedade da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova do Campolide - Igreja Nova - Barbacena	Alvará de 14-08-1791	Ⓜ Igreja Nova
SJR.3	Campanha	1737	1737	1752	1798	São João Del Rei	Povoado de São Cipriano - Arraial de São Cipriano - Santo Antônio do Vale da Pedada do Rio Verde - Campanha da Princesa da Beira - Campanha do Rio Verde - Campanha	Alvará de 20-09-1798	Ⓜ Campanha do Rio Verde
SJR.3.1	Baependi	1692		1752	1814	Campanha	Santa Maria de Baependi - Baependi	Alvará de 19-07-1814	Ⓜ Baependi
SJR.3.2	Jacuí	1745		1745	1814	Campanha	Lavras do Jacuí - São Carlos do Jacuí - Jacuí	Alvará de 19-07-1814	Ⓜ Arraial do Jacuí
SJR.3.3	Pouso Alegre	1777	1795	1810	1831	Campanha	Mandú - Arraial de Bom Jesus de Matosinhos do Mandu - Pouso Alegre	Decreto de 13-10-1831	Ⓜ Mandú
SJR.4	Lavras	1750		1813	1831	São João Del Rei	Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil - Lavras do Funil - Lavras	Decreto de 13-10-1831	Ⓜ Lavras
SJR.3.11	Aiuruoca	1706	1724	1724	1834	Baependi	Jeruoca - N.S. da Conceição de Aiuruoca do Rio das Mortes - Aiuruoca	Resolução n. 17 de 14-08-1834	Ⓜ Jeruoca
SJR.111	Formiga	1765	1765	1832	1839	Itapecerica	São Vicente e Ferrer da Formiga - Vila Nova da Formiga - Formiga	L.P.n. 134 de 16-03-1839	Ⓜ Formiga
SJR.112	Oliveira	1758	1758	1832	1839	Tiradentes	Sítio da Maria de Oliveira - Campo Grande da Picada de Goyaz - Picada de Goyaz - N.S. de Oliveira - Oliveira	L.P.n. 134 de 16-03-1839	Ⓜ Snrª. Da Oliveira
SJR.12.1	Bonfim	1750		1832	1839	Conselheiro Lafaiete	Rocinha - Senhor do Bomfim - Bonfim de Paraopeba - Bonfim	L.P.n. 134 de 16-03-1839	Ⓜ S. do Bom Fim
SJR.3.4	Caldas				1839	Campanha			
SJR.3.3.1	Camanducaia	1764	1766	1775	1840	Pouso Alegre	Camanducaia - Vila Carolina - Jaguary - Camanducaia	L.P.n. 171 de 23-03-1840	Ⓜ Camanducaia
SJR.1111	Plumhi	1707	1708	1803	1841	Formiga	Povoação Plui - N.S. do Livramento do Plui - Plui - Plumhi	L.P.n. 202 de 01-04-1841	Ⓜ Plui
SJR.4.1	Três Pontas				1841	Lavras			
SJR.3.4.1	Cabo Verde	1750	1766	1829	1846	Caldas	Cabo Verde - Arraial de N.S. da Assunção - Cabo Verde	L.P.n.º 290 de 26-03-1846	Ⓜ Cabo Verde
SJR.3.2.1	Passos				1848	Jacuí			
SJR.3.5	Itajubá	1740	1752	1832	1848	Campanha	Boa Vista - Capela Nova - Descoberto - Soledade de Itajubá - Itajubá Velho - Itajubá	L.P.n. 355 de 27-09-1848	Ⓜ Itajubá Reg.
SJR.2.1	Juiz de Fora	1777		1850	1850	Barbacena	Povoação de Santo Antônio de Juiz de Fora - Santo Antônio do Parabuna - Parabuna - Juiz de Fora	L.P.n. 472 de 31-05-1850	Ⓜ Juiz de Fora
SJR.3.5.1	Cristina		1824	1841	1850	Itajubá	Cumquibus - Espírito Santo dos Cumquibus - Cristina	L.P.n. 485 de 19-06-1850	
SJR.3.4.2	Alfenas				1860	Caldas			
SJR.3.111	Andrelândia (Porto do Turvo)	1749		1832	1864	Aiuruoca	Turvo Grande e Pequeno - N.S. do Porto do Turvo - Vila Bela do Turvo - Porto do Turvo - Turvo - Andrelândia	L.P.n. 191 de 27-07-1864	
SJR.4.11	Dôres de Boa Esperança				1866	Três Pontas			
SJR.3.3.2	Ouro Fino	1749	1749		1868	Pouso Alegre	Registro do Ouro Fino - Ouro fino	L.P.n. 1570 de 22-07-1868	Ⓜ Registro do Ouro Fino
SJR.3.1111	Rio Preto				1870	Porto do Turvo			
SJR.3.2.2	São Sebastião do Paraíso				1870	Jacuí			
SJR.3.3.3	Paraíso				1872	Pouso Alegre			
SJR.5	Bom Sucesso	1736		1824	1872	São João Del Rei	Povoado Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno - Senhor de Bom Sucesso	L.P.n. 1883 de 15-07-1872	Ⓜ Bom Sucesso
SJR.3.12	Pouso Alto	1692	1752	1832	1874	Baependi	Pozo Alto - Pouso Alto	L.P.n. 2079 de 19-12-1874	Ⓜ Pozo Alto
SJR.3.5.11	Pouso Alto	1752	1784	1843	1874	Cristina	Pouso Alto - N.S. da Conceição dos Pousos Altos - Pouso Alto	L.P.n. 2079 de 19-12-1874	
SJR.12.2	Entre Rios de Minas	1713	1739	1832	1875	Conselheiro Lafaiete	Brumado - Bromado - Brumado do Suaçu - João Ribeiro - Entre Rios de Minas	L.P.n. 2109 de 07-01-1875	Ⓜ Brumado
SJR.113	Campo Belo			1818	1876	Itapecerica	Senhor Bom Jesus de Campo Belo - Campo Belo		
SJR.3.6	São Gonçalo do Sapucaí	1740	1743	1878	1880	Campanha	Povoado São Gonçalo da Campanha do Rio Verde - São Gonçalo da Campanha	L.P.n. 2556 de 03-01-1880	Ⓜ S. Gonçalo da Campanha
SJR.1112	Bambuí	1765	1765	1816	1881	Formiga	Santa Anna do Bambuí - Santa Anna do Bambuí - Bambuí	L.P.n. 2785 de 22-09-1881	Ⓜ St.ª Anna do Bambuí
SJR.2.2	Lima Duarte	1839		1839	1881	Barbacena	Rio do Peixe - N.S. das Dores do Rio do Peixe - Rio de Peixe - Lima Duarte	L.P.n. 2804 de 03-10-1881	
SJR.2.3	Santos Dumont	1709	1788	1867	1889	Barbacena	Pinho Velho - Roça de João Gomes - Distrito de João Gomes - João Gomes Velho - Município Palmyra - Santos Dumont (1932)	L.P.n. 3712 de 27-07-1889	? Ⓜ Pinho Velho ?
SJR.13	Prados	1704	1712	1752	1890	Tiradentes	Freguesia de N. S. da Conceição de Prados - Prados	D.L. En. 41 de 15-04-1890	Ⓜ Prados
SJR.3.5.111	Passa Quatro	1842		1854	1892	Pouso Alto	Passa Quatro		
SJR.112.1	Passa Tempo	1760		1832	1911	Oliveira	Passa Tempo	L.E.n. 556 de 30-08-1911	Ⓜ Passa Tempo
SJR.112.2	Cláudio	1858		1858	1911	Oliveira	Lavapés - Aparecida do Cláudio - Cláudio	L.E.n. 556 de 30-08-1911	
SJR.3.3.4	Silvianópolis	1746	1746	1838	1911	Pouso Alegre	Descoberto do Ouro do Sapucaí - Povoação de Santa Ana do Sapucaí - Arraial do Ouro - Freguesia de Santa Ana - Santa Ana do Sapucaí - Santa Ana do Sapucaí - Silvianópolis	L.E.n. 556 de 30-08-1911	Ⓜ S. Ana do Sapucaí
Piranga	Rio Espera	1711	1765	1850	1911	Piranga	Espera - N. S. da Piedade da Boa Esperança - Rio Espera	L.E.n. 556 de 30-08-1911	Ⓜ Espera

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

SJR.13.1	Lagoa Dourada	1715	1715	1750	1912	Prados	Alagoas – Lagoa Dourada	LEn. 556 de 30-08-1912	📍 Lagoa Dourada
SJR.2.11	Matias Barbosa	1700		1885	1923	Juiz de Fora	Povoado Matias Barbosa - N.S. da Conceição de Matias Barbosa - Matias Barbosa	LEn. 843 de 07-09-1923	📍 Matias Barbosa
SJR.2.4	Carandaí	1777	1876	1876	1923	Barbacena	Charandaí - Carandahy - Santana de Carandaí - Carandaí	LEn. 843 de 07-09-1923	📍 Charandaí
SJR.1123	Carmo da Mata	1754	1754	1884	1938	Oliveira	Boa Vista - Mata da Boa Vista - Ermida da Mata da Senhora do Carmo - Mata do Carmo - Carmo da Mata da Ermida - Carmo da Mata	D-LEn. 148 de 17-12-1938	
SJR.12.11	Brumadinho	1891		1891	1938	Bonfim	Brumadinho do Paraopeba - Conceição do Itaguá - Brumadinho	D-LEn. 148 de 17-12-1938	
SJR.12.15	Belo Vale	1777		1857	1938	Bonfim	São Gonçalo da Ponte - Belo Vale	D-LEn. 148 de 17-12-1938	📍 S. Gonçalo da Ponte
SJR.12.3	Congonhas	1746		1812	1938	Conselheiro Lafaiete	Santuário Bom Jesus de Matosinhos - Congonhas do Campo - Congonhas	D-LEn. 148 de 17-12-1938	
SJR.13.2	Dores de Campos	1856			1938	Prados	Povoado do Patusca - N.S. das Dores - Dores de Patusca - Dores de Campos	D-LEn. 148 de 17-12-1938	
SJR.2.5	Bias Fortes	1875		1875	1938	Barbacena	Quilombo - União - Bias Fortes	LEn. 148 de 17-12-1938	
SJR.5.1	Santo Antonio do Amparo	1778		1911	1938	Bom Sucesso	Amparo - Santo Antônio do Amparo	LEn. 148 de 17-12-1938	
SJR.12.12	Crucilândia	1674		1901	1948	Bonfim	Povoado de Gambá - Águas Claras - Santa Cruz das Águas Claras - Santa Cruz de Dom Silvério - Dom Silvério - Crucilândia	D-LEn. 336 de 27-12-1948	
SJR.2.6	Antônio Carlos	1891		1891	1948	Barbacena	Curral Novo - Bias Fortes - Sítio - Antônio Carlos	LEn. 336 de 27-12-1948	
	Carrancas	1777		1813	1948	Francisco Sales	Carrancas	LEn. 336 de 27-12-1948	📍 Carrancas
SJR.3.112	Carvalhos	1744		1891	1948	Aiuruoca	Gupiara - Gupiara - Carvalhos	LEn. 336 de 27-12-1948	📍 Gupiara
SJR.5.2	São Tiago	1708	1802		1948	Bom Sucesso	Vargem Alegre - São Tiago	(LEn. 336 de 27-12-1948)	📍 S. Tiago
SJR.112.11	Piracema	1777		1855	1953	Passa Tempo	Rio do Peixe - Piracema	LEn. 1039 de 12-12-1953	📍 Rio do Peixe
SJR.12.15.1	Moeda	1891		1891	1953	Belo Vale	Serra do Paraopeba - Serra da Moeda - São Caetano da Moeda - N. S. da Boa Morte - Porto Alegre - Moeda	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.12.2.1	Jeceaba	1777		1938	1953	Entre Rios de Minas	Redondo - Camapuã ("Monte Redondo") - Jeceaba	LEn. 1039 de 12-12-1953	📍 Redondo
SJR.12.2.2	São Brás do Suaçuí	1713	1713		1953	Entre Rios de Minas	Suassunhy - São Brás - Suaçuí - São Brás do Suaçuí	LEn. 1039 de 12-12-1953	📍 Suaçuí
SJR.12.2.3	Desterro de Entre Rios	1882			1953	Entre Rios de Minas	Desterro de Entre Rios	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.13.2.1	Barroso	1715	1734	1874	1953	Dores de Campos	Barroso Velho - Capela de Sant'Ana - Barroso	LEn. 1039 de 12-12-1953	📍 Barroso
SJR.2.111	Santana do Deserto	1858	1858	1889	1953	Matias Barbosa	Santana do Deserto	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.4.1	Capela Nova	1856		1856	1953	Carandaí	Capela nova das Dores - Carandaí	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.7	Senhora dos Remédios	1870		1870	1953	Barbacena	N.S. dos Remédios - Remédios - Angoritiba - Senhora dos Remédios	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.8	Oliveira Fortes	1880		1880	1953	Barbacena	Santana do Livramento - Livramento - Oliveira Fortes	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.9	Paiva	1948		1948	1953	Barbacena	Paiva	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.10	Ressaquinha	1895		1895	1953	Barbacena	Estação Ressaquinha - S. José de Ressaquinha - Ressaquinha	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.3.113	Serranos	1721	1724	1840	1953	Aiuruoca	N.S. do Bom Sucesso de Serranos - Arraial do Bom Sucesso de Serranos - Serranos	LEn. 1039 de 12-12-1953	📍 Serranos
SJR.6	Nazareno	1850		1850	1953	São João Del Rei	N.S. de Nazaré - Nazaré - Nazareno	LEn. 1039 de 12-12-1953	
SJR.112.4	São Francisco de Paula	1765	1790 (+/-)		1962	Oliveira	São Francisco de Oliveira - Presidente Wenceslau Braz - São Francisco de Oliveira (LEn. 3187 de 08-09-1964) - São Francisco de Paula (LEn. 6775 de 01-06-1976)	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.12.13	Rio Manso	1836		1836	1962	Bonfim	Santa Luzia do Rio Manso - Rio Manso	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.12.14	Piedade dos Gerais	1777		1840	1962	Bonfim	N.S. da Piedade - Piedade da Geraes - Piedade das Geraes - Piedade dos Gerais	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Piedade das Geraes
SJR.12.4	Itaverava	1695	1726	1752	1962	Conselheiro Lafaiete	Itaverava - Itaverava - Itaberaba	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Itaverava
SJR.12.5	Catas Altas da Noruega	1690			1962	Conselheiro Lafaiete	São Gonçalo das Catas Altas - Catas Altas - Catas Altas da Noruega	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Catas Altas da Noruega
SJR.12.6	Queluzito	1730	1730	1958	1962	Conselheiro Lafaiete	Santo Amaro - Queluzita - Queluzito	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 S. Amaro
SJR.12.7	Santana dos Montes	1690		1840	1962	Conselheiro Lafaiete	Fazenda Velha - Morro do Xapeo - Morro do Chapéu - Senhora de Santana	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Morro do Xapeo
SJR.12.8	Cristiano Otoni	1883		1891	1962	Conselheiro Lafaiete	Cristiano Otoni	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.13.11	Casa Grande	1856		1891	1962	Lagoa Dourada	Pasto dos Eucaliptos - São Caetano - São Caetano do Paraopeba - Casa Grande	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.112	Simão Pereira	1708	1752	1852	1962	Matias Barbosa	Simão Pr. - Simão Pereira - Povoado Simão Pereira - Distrito São Pedro de Alcântara - Município Simão Pereira	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Simão Pr.ª
SJR.2.12	Belmiro Braga	1882		1882	1962	Juiz de Fora	Varje - Distrito Vargem Grande - Ibitiguaiá - Belmiro Braga	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Varje
SJR.2.13	Chácara	1884		1884	1962	Juiz de Fora	Chácara	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.14	Coronel Pacheco	1890		1890	1962	Juiz de Fora	Povoado São Vicente - Distrito Água Limpá - Coronel Pacheco	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.3.1	Aracitaba				1962	Santos Dumont		LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.3.2	Ewbank da Câmara	1777	1890	1923	1962	Santos Dumont	Povoado de Tabuais - Ewbank da Câmara - Ewbank da Câmara - Ewbank da Câmara	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Luis Ferr.ª
SJR.2.4.2	Caranaíba	1736	1744	1882	1962	Carandaí	Reçaca - Ressaca - N.S. da Glória - Santana da Ressaca - Glória - Caranaíba	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Reçaca
SJR.2.5.1	Santa Rita de Ibitipoca	1777		1826	1962	Bias Fortes	Ibitipoca - Arraial de Santa Rita - Santa Rita de Ibitipoca	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 Ibitipoca
SJR.2.11	Desterro do Melo	1871		1871	1962	Barbacena	Desterro do Melo	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.12	Ibertioga	1711		1880	1962	Barbacena	Santo Antônio da Ibertioga - Ibertioga	LEn. 2764 de 30-12-1962	📍 S. Antonio da Ibertioga
SJR.2.13	Tugúrio	1889		1889	1962	Barbacena	Santa Bárbara do Tugúrio - Tugúrio	LEn. 2764 de 30-12-1962	
SJR.3.5.12	Olimpio de Noronha			1938	1962	Cristina	Estação de Pímpio Noronha - Olimpio de Noronha - Parada de Santa Catarina	LEn. 2764 de 30-12-1962	

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

SJR.35.12	Olimpio de Noronha			1938	1962	Cristina	Estação de Olimpio Noronha - Olimpio de Noronha - Parada de Santa Catarina	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.5.3	Ibituruna	1777		1875	1962	Bom Sucesso	Buturuna - São Gonçalo do Ibituruna - Ibituruna	LE.n. 2764 de 30-12-1962	☉ Buturuna
SJR.7	Conceição da Barra de Minas	1674	1725	1832	1962	São João Del Rei	Bom Vista - N.S. da Conceição da Barra - Casiterita - Conceição da Barra de Minas	LE.n. 2764 de 30-12-1962	☉ Conceição
SJR.8	Ritópolis	1713	1713	1832	1962	São João Del Rei	Santa Rita do Rio Abaixo - Ibituruna - Santa Rita do Rio Abaixo - Ritópolis	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.3.01	Mantiqueira	1777			1982	Distrito em Santos Dumont	Mantiqueira	LE.n. 8285 de 08-10-1982	☉ Mantiqueira
SJR.2.10.1	Alfredo Vasconcelos	1720	1720	1962	1992	Ressaquinha	Ribeirão Alberto Dias - Alfredo Vasconcelos	LE.n. 10704 de 27-04-1992	☉ Ribeirão Alberto Dias
SJR.14	Santa Cruz de Minas	1937		1937	1995	Tiradentes	Arraial do Córrego - Córrego - Santa Cruz de Minas	LE.n. 12030 de 21-12-1995	
SJR.26.01	Dr. Sá Fortes	1730			1995	Distrito em Antônio Carlos	Registro Velho - N.S. do Pilar do Registro Velho - Dr. Sá Fortes	LE.n. 1285 de 19-07-1995	☉ Reg ^o Velho
SJR.01	Rio das Mortes	1777		1876		Distrito de SJDR	Santo Antônio - Santo Antônio do Rio das Mortes - Rio das Mortes	LE.n. 2281 de 10-07-1876	☉ S. Antônio
SJR.02	São Gonçalo do Amarante	1777		1923		Distrito de SJDR	São Gonçalo - São Gonçalo do Brumado - Caburu - São Gonçalo do Amarante	LE.n. 843 de 07-09-1923	☉ S. Gonçalo
SJR.101	Bichinho	1777				Povoado Rural de Tiradentes	Bichinho		☉ Bichinho
SJR.102	Elvas	1777				Distrito de Tiradentes	Elvas	LE.n. 1738	☉ Elvas
SJR.112.1	Tapiraí					Bambuí			
SJR.112.2	Medeiros					Bambuí			
SJR.112.2.01	Desempenhado	1777				Povoado Rural de Medeiros	Desempenhado		☉ Desempenhado
SJR.114	Camacho					Itapecerica			
SJR.114.01	Curral	1777				Povoado Rural de Camacho	Curral		☉ Curral
SJR.12.1101	São José do Paraopeba	1751	1751			Distrito de Brumadinho	S. José - São José do Paraopeba		☉ S. José
SJR.12.2.01	Capela N.S. da Lapa de Ohos D'água	1683				Capela em Entre Rios			☉ Ohos d'água
	Francisco Sales								
SJR.5.01	Macaia	1777		1923		Distrito de Bom Sucesso	Macaia	LE.n. 843 de 07-09-1923	☉ Macaia
Outras Referências Espaciais Identificadas porém fora da Unidade Territorial Investigada									
Artigo Araxá	Desemboque	1752				Distrito de Sacramento MG	Arraial do Rio das Velhas - Desimboque - Desemboque -		☉ De zimboque

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial. SANTOS, Roberta. M. Porfírio de O. Borges Leal (2023)

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Quadro 30 -- COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL – Ordem Genealógica dos Municípios – Método de Investigação de Origem Territorial

- COMARCA DO RIO DAS MORTES - MINAS GERAIS - BRASIL - PLANILHA DE ORIGEM TERRITORIAL - Método de Investigação de Origem Territorial -									
- Municípios do Estado de Minas Gerais - Originários do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes de 1777 -									
Código de Origem Territorial	Nome Atual	Data da Antiguidade do Núcleo Urbano (aprox.)	Data da Oficialidade: Arraial	Data do Distrito / Freguesia	Data do Município	Origem Direta do Município	Histórico dos Nomes	Instrumento Legal de Criação do Município	Identificação Na Cartografia Histórica <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes</i>
SJR.	São João Del Rei	1699			1713	Ouro Preto	Porto Real - Passagem Rio das Mortes - Arraial do Rio das Mortes - São João Del Rei	Alvará de 08-12-1713	⊗ Vª de S. João
SJR.01	Rio das Mortes	1777		1876		Distrito de SJDR	Santo Antônio - Santo Antônio do Rio das Mortes - Rio das Mortes	LP.n. 2281 de 10-07-1876	⊗ S. Antônio
SJR.02	São Gonçalo do Amarante	1777		1923		Distrito de SJDR	São Gonçalo - São Gonçalo do Brumado - Caburu - São Gonçalo do Amarante	LE.n. 843 de 07-09-1923	⊗ S. Gonçalo
SJR.1	Tiradentes	1702			1719	São João Del Rei	Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes - Arraial Velho do Rio das Mortes - São José da Ponta do Morro - São José do Rio das Mortes - São José Del Rei - São Joze - Tiradentes	Alvará de 12-01-1719	⊗ Vª de S. Joze
SJR.101	Bichinho	1777				Povoado Rural de Tiradentes	Bichinho		⊗ Bichinho
SJR.102	Elvas	1777				Distrito de Tiradentes	Elvas	LE.nº 1738	⊗ Elvas
SJR.11	Itapecerica	1730	1744	1760	1789	Tiradentes	Tamanduá - Arraial de São Bento - Itapecerica	Alvará de 20-11-1789	⊗ Tamanduá
SJR.111	Formiga	1765	1765	1832	1839	Itapecerica	São Vicente Ferrer da Formiga - Vila Nova da Formiga - Formiga	LP.n. 134 de 16-03-1839	⊗ Formiga
SJR.1111	Piumhi	1707	1708	1803	1841	Formiga	Povoação Piumhi - N.S. do Livramento do Piumhi - Piumhi	LP.n. 202 de 01-04-1841	⊗ Piumhi
SJR.1112	BambuÍ	1765	1765	1816	1881	Formiga	Santa Anna do Bambuí - Sant'Anna do Bambuí - Bambuí	LP.n. 2785 de 22-09-1881	⊗ St.ª Anna do Bambuí
SJR.1112.1	TapiraÍ					BambuÍ			
SJR.1112.2	Medeiros					BambuÍ			
SJR.1112.2.01	Desempenhado	1777				Povoado Rural de Medeiros	Desempenhado		⊗ Desempenhado
SJR.112	Oliveira	1758	1758	1832	1839	Tiradentes	Sítio da Maria de Oliveira - Campo Grande da Piedade de Goyaz - Piedade de Goyaz - N.S. de Oliveira - Oliveira	LP.n. 134 de 16-03-1839	⊗ Snrª. D. Oliveira
SJR.1121	Passa Tempo	1760		1832	1911	Oliveira	Passa Tempo	LE.n. 556 de 30-08-1911	⊗ Passa Tempo
SJR.11211	Piracema	1777		1855	1953	Passa Tempo	Rio do Peixe - Piracema	LE.n. 1039 de 12-12-1953	⊗ Rio do Peixe
SJR.1122	Cláudio	1858		1858	1911	Oliveira	Lavapés - Aparecida do Cláudio - Cláudio	LE.n. 556 de 30-08-1911	
SJR.1123	Carmo da Mata	1754	1754	1884	1938	Oliveira	Boa Vista - Mata da Boa Vista - Ermida da Mata da Senhora do Carmo - Mata do Carmo - Carmo da Mata da Ermida - Carmo da Mata	D-LE.n. 448 de 17-12-1938	
SJR.1124	São Francisco de Paula	1765	1790 (+/-)		1962	Oliveira	São Francisco de Oliveira - Presidente Wenceslau Braz - São Francisco de Oliveira (LE.n. 3187 de 08-09-1964) - São Francisco de Paula (LE.n. 6775 de 01-06-1976)	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.113	Campo Belo			1818	1876	Itapecerica	Senhor Bom Jesus de Campo Belo - Campo Belo		
SJR.114	Camacho					Itapecerica			
SJR.114.01	Curral	1777				Povoado Rural de Camacho	Curral		⊗ Curral
SJR.12	Conselheiro Lafaiete	1683	1694	1752	1791	Tiradentes	Carijós - Arraial de Carijós - Queluz - Conselheiro Lafaiete	Alvará de 1791	⊗ Carijós
SJR.12.1	Bonfim	1750		1832	1839	Conselheiro Lafaiete	Rocinha - Senhor do Bomfim - Bonfim de Paraopeba - Bonfim	LP.n. 134 de 16-03-1839	⊗ S. do Bomfim
SJR.12.11	Brumadinho	1891		1891	1938	Bonfim	Brumadinho do Paraopeba - Conceição do Itaquá - Brumadinho	D-LE.n. 448 de 17-12-1938	
SJR.12.1101	São José do Paraopeba	1751	1751			Distrito de Brumadinho	S. José - São José do Paraopeba		⊗ S. José
SJR.12.12	Crucilândia	1674		1901	1948	Bonfim	Povoado de Gambá - Águas Claras - Santa Cruz das Águas Claras - Santa Cruz de Dom Silvério - Dom Silvério - Crucilândia	D-LE.n. 336 de 27-12-1948	
SJR.12.13	Rio Manso	1836		1836	1962	Bonfim	Santa Luzia do Rio Manso - Rio Manso	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.12.14	Piedade dos Gerais	1777		1840	1962	Bonfim	N.S. da Piedade - Piedade da Geraes - Piedade das Geraes - Piedade dos Gerais	LE.n. 2764 de 30-12-1962	⊗ Piedade das Geraes
SJR.12.15	Belo Vale	1777		1857	1938	Bonfim	São Gonçalo da Ponte - Belo Vale	D-LE.n. 448 de 17-12-1938	⊗ S. Gonçalo da Ponte
SJR.12.15.1	Moeda	1891		1891	1953	Belo Vale	Serra do Paraopeba - Serra da Moeda - São Caetano da Moeda - N. S. da Boa Morte - Porto Alegre - Moeda	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.12.2	Entre Rios de Minas	1713	1739	1832	1875	Conselheiro Lafaiete	Brumado - Bromado - Brumado do Suaçuí - João Ribeiro - Entre Rios de Minas	LP.n. 2109 de 07-01-1875	⊗ Brumado
SJR.12.2.01	Capela N.S. da Lapa de Ohos D'água	1683				Capela em Entre Rios			⊗ Olhos d'água
SJR.12.2.1	Jeceaba	1777		1938	1953	Entre Rios de Minas	Redondo - Camapuã ("Monte Redondo") - Jeceaba	LE.n. 1039 de 12-12-1953	⊗ Redondo
SJR.12.2.2	São Brás do SuaçuÍ	1713	1713		1953	Entre Rios de Minas	Suaçuhy - São Brás - Suaçuí - São Brás do Suaçuí	LE.n. 1039 de 12-12-1953	⊗ Suaçuí
SJR.12.2.3	Desterro de Entre Rios	1882			1953	Entre Rios de Minas	Desterro de Entre Rios	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.12.3	Congonhas	1746		1812	1938	Conselheiro Lafaiete	Sant'ário Bom Jesus de Matosinhos - Congonhas do Campo - Congonhas	D-LE.n. 448 de 17-12-1938	

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

SJR.12.4	Itaverava	1695	1726	1752	1962	Conselheiro Lafaiete	Itaverava - Itaverava - Itaberaba	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Itaverava
SJR.12.5	Catas Altas da Noruega	1690			1962	Conselheiro Lafaiete	São Gonçalo das Catas Altas - Catas Altas - Catas Altas da Noruega	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Catas Altas da Noruega
SJR.12.6	Queluzito	1730	1730	1958	1962	Conselheiro Lafaiete	Santo Amaro - Queluzita - Queluzito	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 S. Amaro
SJR.12.7	Santana dos Montes	1690		1840	1962	Conselheiro Lafaiete	Fazenda Velha - Morro do Xapeo - Morro do Chapéu - Senhora de Santana	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Morro do Xapeo
SJR.12.8	Cristiano Ottoni	1883		1891	1962	Conselheiro Lafaiete	Cristiano Ottoni	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.13	Prados	1704	1712	1752	1890	Tiradentes	Freguesia de N. S. da Conceição de Prados - Prados	D-LE.n. 41 de 15-04-1890	🌐 Prados
SJR.13.1	Lagoa Dourada	1715	1715	1750	1912	Prados	Alagoas - Lagoa Dourada	LE.n. 556 de 30-08-1912	🌐 Lagoa Dourada
SJR.13.11	Casa Grande	1856		1891	1962	Lagoa Dourada	Pasto dos Eucaliptos - São Caetano - São Caetano do Paraopeba - Casa Grande	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.13.2	Dores de Campos	1856			1938	Prados	Povoado do Patuca - N. S. das Dores - Dores de Patuca - Dores de Campos	D-LE.n. 148 de 17-12-1938	
SJR.13.2.1	Barroso	1715	1734	1874	1953	Dores de Campos	Barroso Velho - Capela de Sant'Ana - Barroso	LE.n. 1039 de 12-12-1953	🌐 Barroso
SJR.14	Santa Cruz de Minas	1937		1937	1995	Tiradentes	Arraial do Córrego - Córrego - Santa Cruz de Minas	LE.n. 12030 de 21-12-1995	
SJR.2	Barbacena	1698	1725	1752	1791	São João Del Rei	Borda do Campo - Povoação da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova de N.S. da Piedade da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova do Campolide - Igreja Nova - Barbacena	Alvará de 14-08-1791	🌐 Igreja Nova
SJR.2.1	Juiz de Fora	1777		1850	1850	Barbacena	Povoação de Santo Antônio de Juiz de Fora - Santo Antônio do Parabuna - Parabuna - Juiz de Fora	LP.n. 472 de 31-05-1850	🌐 Juiz de Fora
SJR.2.1.1	Matias Barbosa	1700		1885	1923	Juiz de Fora	Povoado Matias Barboza - N.S. da Conceição de Matias Barboza - Matias Barboza	LE.n. 843 de 07-09-1923	🌐 Matias Barboza
SJR.2.1.11	Santana do Deserto	1858	1858	1889	1953	Matias Barbosa	Santana do Deserto	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.1.12	Simão Pereira	1708	1752	1852	1962	Matias Barbosa	Simão Pr.ª - Simão Pereira - Povoado Simão Pereira - Distrito São Pedro de Alcântara - Município Simão Pereira	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Simão Pr.ª
SJR.2.1.2	Belmiro Braga	1882		1882	1962	Juiz de Fora	Varje - Distrito Vargem Grande - Ibitiguara - Belmiro Braga	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Varje
SJR.2.1.3	Chácara	1884		1884	1962	Juiz de Fora	Chácara	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.1.4	Coronel Pacheco	1890		1890	1962	Juiz de Fora	Povoado São Vicente - Distrito Água Limpa - Coronel Pacheco	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.2	Lima Duarte	1839		1839	1881	Barbacena	Rio do Peixe - N.S. da Dores do Rio do Peixe - Rio do Peixe - Lima Duarte	LP.n. 2804 de 03-10-1881	
SJR.2.3	Santos Dumont	1709	1788	1867	1889	Barbacena	Pinho Velho - Roça de João Gomes - Distrito de João Gomes - João Gomes Velho - Município Palmyra - Santos Dumont (1932)	LP.n. 3712 de 27-07-1889	? 🌐 Pinho Velho ?
SJR.2.3.01	Mantiqueira	1777			1982	Distrito em Santos Dumont	Mantiqueira	LE.n. 8285 de 08-10-1982	🌐 Mantiqueira
SJR.2.3.1	Aracitaba				1962	Santos Dumont		LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.3.2	Ewbank da Câmara	1777	1890	1923	1962	Santos Dumont	Povoado de Tabuaes - Ewbank da Câmara - Ewbank da Câmara - Ewbank da Câmara	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Luis Ferr.ª
SJR.2.4	Carandá	1777	1876	1876	1923	Barbacena	Charandá - Carandáhy - Santana de Carandá - Carandá	LE.n. 843 de 07-09-1923	🌐 Charandá
SJR.2.4.1	Capela Nova	1856		1856	1953	Carandá	Capela Nova das Dores - Carandá	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.4.2	Caranaíba	1736	1744	1882	1962	Carandá	Reçaca - Ressaca - N.S. da Glória - Santana da Ressaca - Glória - Caranaíba	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Reçaca
SJR.2.5	Bias Fortes	1875		1875	1938	Barbacena	Quilombo - União - Bias Fortes	LE.n. 148 de 17-12-1938	
SJR.2.5.1	Santa Rita de Ibitipoca	1777		1826	1962	Bias Fortes	Ibitipoca - Arraial de Santa Rita - Santa Rita de Ibitipoca	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Ibitipoca
SJR.2.6	Antônio Carlos	1891		1891	1948	Barbacena	Curral Novo - Bias Fortes - Sítio - Antônio Carlos	LE.n. 336 de 27-12-1948	
SJR.2.6.01	Dr. Sá Fortes	1730			1995	Distrito em Antônio Carlos	Registro Velho - N.S. do Pilar do Registro Velho - Dr. Sá Fortes	LM.n. 1285 de 19-07-1995	🌐 Reg.º Velho
SJR.2.7	Senhora dos Remédios	1870		1870	1953	Barbacena	N.S. dos Remédios - Remédios - Angoritiba - Senhora dos Remédios	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.8	Oliveira Fortes	1880		1880	1953	Barbacena	Santana do Livramento - Livramento - Oliveira Fortes	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.9	Paiva	1948		1948	1953	Barbacena	Paiva	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.10	Ressaquinha	1895		1895	1953	Barbacena	Estação Ressaquinha - S. José de Ressaquinha - Ressaquinha	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.2.10.1	Alfredo Vasconcelos	1720	1720	1962	1992	Ressaquinha	Ribeirão Alberto Dias - Alfredo Vasconcelos	LE.n. 10704 de 27-04-1992	🌐 Ribeirão Alberto Dias
SJR.2.11	Desterro do Melo	1871		1871	1962	Barbacena	Desterro do Melo	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.2.12	Ibertioga	1711		1880	1962	Barbacena	Santo Antônio da Bertoga - Ibertioga	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 S. Antonio da Bertoga
SJR.2.13	Tugúrio	1889		1889	1962	Barbacena	Santa Bárbara do Tugúrio - Tugúrio	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.3	Campanha	1737	1737	1752	1798	São João Del Rei	Povoado de São Cipriano - Arraial de São Cipriano - Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde - Campanha da Princesa da Beira - Campanha do Rio Verde - Campanha	Alvará de 20-09-1798	🌐 Campanha do Rio Verde
SJR.3.1	Baependi	1692		1752	1814	Campanha	Santa Maria de Baependi - Baependi	Alvará de 19-07-1814	🌐 Baependi
SJR.3.1.1	Aiuuoca	1706	1724	1724	1834	Baependi	Jeruoca - N.S. da Conceição de Aiuuoca do Rio das Mortes - Aiuuoca	Resolução n. 17 de 14-08-1834	🌐 Jeruoca
SJR.3.1.1.1	Andrelândia (Porto do Turvo)	1749		1832	1864	Aiuuoca	Turvo Grande e Pequeno - N.S. do Porto do Turvo - Vila Bela do Turvo - Porto do Turvo - Turvo - Andrelândia	LP.n. 191 de 27-07-1864	
SJR.3.1.1.1.1	Rio Preto				1870	Porto do Turvo			
	Francisco Sales								
	Carrancas	1777		1813	1948	Francisco Sales	Carrancas	LE.n. 336 de 27-12-1948	🌐 Carrancas

Método de Investigação de Origem Territorial do Município no Brasil: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo

SJR.3.1.12	Carvalhos	1744		1891	1948	Aiuruoca	Gupiara - Gupiara - Carvalhos	LE.n. 336 de 27-12-1948	🌐 Gupiara
SJR.3.1.13	Serranos	1721	1724	1840	1953	Aiuruoca	N.S. do Bonsucesso de Serranos - Arraial do Bom Sucesso de Serranos - Serranos	LE.n. 1039 de 12-12-1953	🌐 Serranos
SJR.3.12	Pouso Alto	1692	1752	1832	1874	Baependi	Pouso Alto - Pouso Alto	LP.n. 2079 de 19-12-1874	🌐 Pouso Alto
SJR.3.2	Jacuí	1745		1745	1814	Campanha	Lavras do Jacuí - São Carlos do Jacuí - Jacuí	Alvará de 19-07-1814	🌐 Arraial do Jacuí
SJR.3.2.1	Passos				1848	Jacuí			
SJR.3.2.2	São Sebastião do Paraíso				1870	Jacuí			
SJR.3.3	Pouso Alegre	1777	1795	1810	1831	Campanha	Mandú - Arraial de Bom Jesus de Matozinhos do Mandú - Pouso Alegre	Decreto de 13-10-1831	🌐 Mandú
SJR.3.3.1	Camanducaia	1764	1766	1775	1840	Pouso Alegre	Camanducaia - Vila Carolina - Jaguary - Camanducaia	LP.n. 171 de 23-03-1840	🌐 Camanducaia
SJR.3.3.2	Ouro Fino	1749	1749		1868	Pouso Alegre	Registro do Ouro Fino - Ouro fino	LP.n. 1570 de 22-07-1868	🌐 Registro do Ouro Fino
SJR.3.3.3	Paraíso				1872	Pouso Alegre			
SJR.3.3.4	Silvianópolis	1746	1746	1838	1911	Pouso Alegre	Descoberto do Ouro do Sapucaí - Povoação de Santana do Sapucaí - Arraial do Ouro - Freguesia de Santana - Santa Ana do Sapucaí - Santana do Sapucaí - Silvianópolis	LE.n. 556 de 30-08-1911	🌐 S. Ana do Sapucaí
SJR.3.4	Caldas				1839	Campanha			
SJR.3.4.1	Cabo Verde	1750	1766	1829	1846	Caldas	Cabo Verde - Arraial de N. S. da Assunção - Cabo Verde	LP.n.º 290 de 26-03-1846	🌐 Cabo Verde
SJR.3.4.2	Alfenas				1860	Caldas			
SJR.3.5	Itajubá	1740	1752	1832	1848	Campanha	Boa Vista - Capela Nova - Descoberto - Soledade de Itajubá - Itajubá Velho - Itajubá	LP.n. 355 de 27-09-1848	🌐 Itajubá Reg.
SJR.3.5.1	Cristina		1824	1841	1850	Itajubá	Cumquibus - Espírito Santo dos Cumquibus - Cristina	LP.n. 485 de 19-06-1850	
SJR.3.5.1.1	Pouso Alto	1752	1784	1843	1874	Cristina	Pouso Alto - N.S. da Conceição dos Pousos Altos - Pouso Alto	LP.n. 2079 de 18-12-1874	
SJR.3.5.1.1.1	Passa Quatro	1842		1854	1892	Pouso Alto	Passa Quatro		
SJR.3.5.1.2	Olimpio de Noronha			1938	1962	Cristina	Estação de Olimpio Noronha - Olimpio de Noronha - Parada de Santa Catarina	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
SJR.3.6	São Gonçalo do Sapucaí	1740	1743	1878	1880	Campanha	Povoado São Gonçalo da Campanha do Rio Verde - São Gonçalo da Campanha	LP.n. 2566 de 03-01-1880	🌐 S. Gonçalo da Campanha
SJR.4	Lavras	1750		1813	1831	São João Del Rei	Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil - Lavras do Funil - Lavras	Decreto de 13-10-1831	🌐 Lavras
SJR.4.1	Três Pontas				1841	Lavras			
SJR.4.1.1	Dôres de Boa Esperança				1866	Três Pontas			
SJR.5	Bom Sucesso	1736		1824	1872	São João Del Rei	Povoado Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno - Senhor de Bom Sucesso	LP.n. 1883 de 15-07-1872	🌐 Bom Sucesso
SJR.5.01	Macaia	1777		1923		Distrito de Bom Sucesso	Macaia	LE.n. 843 de 07-09-1923	🌐 Macaia
SJR.5.1	Santo Antonio do Amparo	1778		1911	1938	Bom Sucesso	Amparo - Santo Antônio do Amparo	LE.n. 148 de 17-12-1938	
SJR.5.2	São Tiago	1708	1802		1948	Bom Sucesso	Vargem Alegre - São Tiago	(LE.n. 336 de 27-12-1948)	🌐 S. Tiago
SJR.5.3	Ibituruna	1777		1875	1962	Bom Sucesso	Buturuna - São Gonçalo do Ibituruna - Ibituruna	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Buturuna
SJR.6	Nazareno	1850		1850	1953	São João Del Rei	N.S. de Nazaré - Nazaré - Nazareno	LE.n. 1039 de 12-12-1953	
SJR.7	Conceição da Barra de Minas	1674	1725	1832	1962	São João Del Rei	Boa Vista - N.S. da Conceição da Barra - Casiterita - Conceição da Barra de Minas	LE.n. 2764 de 30-12-1962	🌐 Conceição
SJR.8	Ritópolis	1713	1713	1832	1962	São João Del Rei	Santa Rita do Rio Abaixo - Ibititinga - Santa Rita do Rio Abaixo - Ritópolis	LE.n. 2764 de 30-12-1962	
Outras Referências Espaciais Identificadas porém fora da Unidade Territorial Investigada									
Piranga	Rio Espera	1711	1765	1850	1911	Piranga	Espera - N. S. da Piedade da Boa Esperança - Rio Espera	LE.n. 556 de 30-08-1911	🌐 Espera
Antigo Araxá	Desemboque	1752				Distrito de Sacramento MG	Arraial do Rio das Velhas - Desemboque - Desemboque		🌐 De zimboque

Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS - Brasília - DF - Brasil - 2023 - CREA 22988/D-DF. Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial. SANTOS, Roberta. M. Porfírio de D. Borges Leal (2023)

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Por se tratar de uma Investigação Territorial com elevado grau de complexidade, cujo preenchimento das Planilhas de Evolução Administrativa, de Origem Territorial e de Ancoragem demandou levantamentos profundos, combinação de fontes e sinergia de dados, não foi possível sistematizar completamente os dados somente com o preenchimento das referidas Planilhas. Portanto, para chegar a este Banco de Dados sólido, formado pelas Planilhas de Investigação acima citadas, foi necessário fazer **Linhas do Tempo de todos os Núcleos Urbanos da Ancoragem e de outros Núcleos Urbanos que foram necessários para fornecer informações fundamentais para o preenchimento correto das Planilhas.** No total foram 61 Linhas do Tempo dispostas a seguir.

4.4.5 LINHAS DO TEMPO

Linha do Tempo 1 - SÃO JOÃO DEL REI – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SÃO JOÃO DEL REI – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros Nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1699 (+/-)	São João Del Rei	MG	Porto Real - Passagem Rio das Mortes - Arraial do Rio das Mortes - São João Del Rei	Arraial do Rio das Mortes		1713 (08/12)	1713 (08/12) (Alvará de 08-12-1713) Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Barbacena 2- Conceição da Barra de Minas 3- Nazareno 4- Ritápolis 5 - <i>Tiradentes</i> (2ª criação)*. 6 - Conselheiro Lafaiete (na verdade é de Tiradentes)** 7 - Bom Sucesso*** 8 - Campanha****	Vila Rica (Ouro Preto)	-	-	1838 (06/03) (L.P n. 93 de 06-03-1838)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1- Sede – S.J. Del Rei  Vª de S. João

2- Barbacena – Localidade conhecida como Borda do Campo às margens do Caminho Novo da Estrada Real para o Rio de Janeiro - Freguesia em 1725 com a sede da freguesia na Capela provisória N.S. da Piedade - Sede da freguesia transferida em 1730 para N.S do Pilar do Registro Velho (atual Sá Fortes, distrito de Barbacena) presente na Cartografia Histórica como Registro Velho - Sede da Freguesia volta com a inauguração da Igreja Nova em 1748 -

Título de “Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena” (Alvará de 24-02-1823) => **Município** em 1971 **Barbacena** (Alvará de 14-08-1791) ☉ Igreja Nova

3- **Caiuru** – (Decreto de 14-07-1832)

4- **N. S. da Conceição da Barra** (Decreto de 14-07-1832) - **Conceição da Barra** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **Cassiterita** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) -=> **Município** em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) – **Conceição da Barra de Minas** em 1989 (L.E.nº 9950 de 27-10-1989) ☉ Conceição

5- **N.S. de Nazaré** (L.P.n. 471 de 01-06-1850) - **Nazaré** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - **Nazareno** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => **Município** em 1953 **Nazareno** (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)

6- **Santa Rita do Rio Abaixo** (L.P. n. 669 de 28-04-1854) - **Ibitutinga** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **S.Rita do Rio Abaixo** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - => **Município: Ritápolis** em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

7- **São Gonçalo do Ibituruna** (L.P.n. 2150 de 30-10-1875) - **Ibituruna** – Transferido para **Bom Sucesso** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) ☉ Buturuna

8- **S. Antonio do Rio das Mortes** (L.P.n. 2281 de 10-07-1876) - **Rio das Mortes** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) ☉ S. Antônio

9- **São Francisco do Onça** (L.P.n. 3199 de 23-09-1884) - S. Francisco de Assis do **Caburu** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) . **Onças** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - **Emboabas** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943)

10- **S. Sebastião da Vitória** (L.M.n. 70 de 15-01-1900)

11- **Caburu** – Antigo Povoado São Gonçalo do Brumado, Distrito criado no Município de São João del Rei com o nome de **Caburu** (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - **São Gonçalo do Amarante** (L.M.n. 2750 de 11-11-1991). ☉ S.Gonçalo

12- **Carijós** – Povoado de **Carijós**, confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com este nome – Transferido para o novo Município de São José - Distrito de Queluz (Ordem Régia ou Alvará de 1752) => Município em 1791 Queluz (Alvará de 1791) ☉ Carijós

13- **Bom Sucesso** – Povoado de Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno – Freguesia em 1823, pertencia a São João Del Rei – Passou a chamar-se Bom Sucesso em 1824 – Transferida para o Município de Oliveira em 1860 – Volta a São João Del Rei quando dele é desmembrado parte do território para criação do Município de Bom Sucesso em 1872 (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) => **Município** em 1872 **Bom Sucesso** (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) ☉ Bom Sucesso

14- **Campanha** - Povoado de São Cipriano iniciado em 02-10-1737 Pelo Ouvidor Cipriano José da Rocha - Freguesia em 1752 **Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde** (Ordem Régia de 02-08-1752) - Vila em 1798 **Vila da Campanha da Princesa da Beira** (Alvará de 20-09-1798) => **Município** em 1798 **Campanha da Princesa da Beira** (Alvará de 20-09-1798) - Passou a chamar-se **Campanha** (L.P.n. 163 de 09-03-1840) ☉ Campanha do Rio Verde

Observações:

* - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Tiradentes, que foi definido para sequência da pesquisa pelo critério de Limítrofe

** - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Conselheiro Lafaiete, que foi definido para sequência da pesquisa pelo critério de Limítrofe.

*** - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Bom Sucesso, confirmada pela consulta à Lei de Criação do Município de Bom Sucesso.

**** - Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Campanha.

> ☉/Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-del-rei/historico>
 2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/historico>
 3 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-sucesso/historico>
 4 - Lei Provincial nº 1883, de 15 de julho de 1872 – p.20
 5 - <https://bomsucesso.mg.gov.br/historia-e-dados/>
 6 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campanha/historico>
 7 - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_(Minas_Gerais))
 8 - <https://www.campanha.mg.gov.br/index.php/o-municipio>
 9 – Lei Estadual n. 843 de 07 de setembro de 1923

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 2 - CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1674 (+/-)		MG	Boa Vista - N.S. da	1725	1832 (14/07)	-	1962 (30/12)	São João Del Rei	-	-	1962 (30/12)

Conceição da Barra de Minas	Conceição da Barra - Cassiterita	N.S. da Conceição da Barra	(Decreto de 14-07-1832)		(L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	2ª Criação				(L.E.n. 2764 de 30-12-1962) - Cassiterita
					-					
					-					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede - Conceição da Barra de Minas - Passou a chamar-se **Conceição da Barra de Minas** em 1989 (L.E.n. 9950 de 27-10-1989)  Conceição

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conceicao-da-barra-de-minas/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 3 - NAZARENO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de NAZARENO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1725 (+/-)	Nazareno	MG	Ribeiro Fundo - N.S. de Nazaré - Nazaré Nazareno	1725	1943	-	1953 (12/12) L.E.nº 1039 de 12-12-1953	São João Del Rei	-	-	1953 (12/12) L.E.nº 1039 de 12-12-1953
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede - Nazareno

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nazareno/historico>

2 - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Nazareno_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nazareno_(Minas_Gerais))

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 4 - RITÁPOLIS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de RITÁPOLIS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1713 (+/-)	Ritápolis	MG	Santa Rita do Rio Abaixo - São Sebastião do Rio Abaixo - Ibitutinga	1713	1832 (14/07) (Decreto de 14-07-1832)	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	São João Del Rei	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) - Ritápolis
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1- Sede – Santa Rita do Rio Abaixo - Santa Rita do Rio Abaixo (L.P. n. 669 de 28-04-1854) - Ibitutinga (L.E.nº 843 de 07-09-1923) - S.Rita do Rio Abaixo (D-LEN. 148 de 17-12-1938) - => **Município** em 1962 **Ritópolis** (L.En. 2764 de 30-12-1962)

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ritapolis/historico>

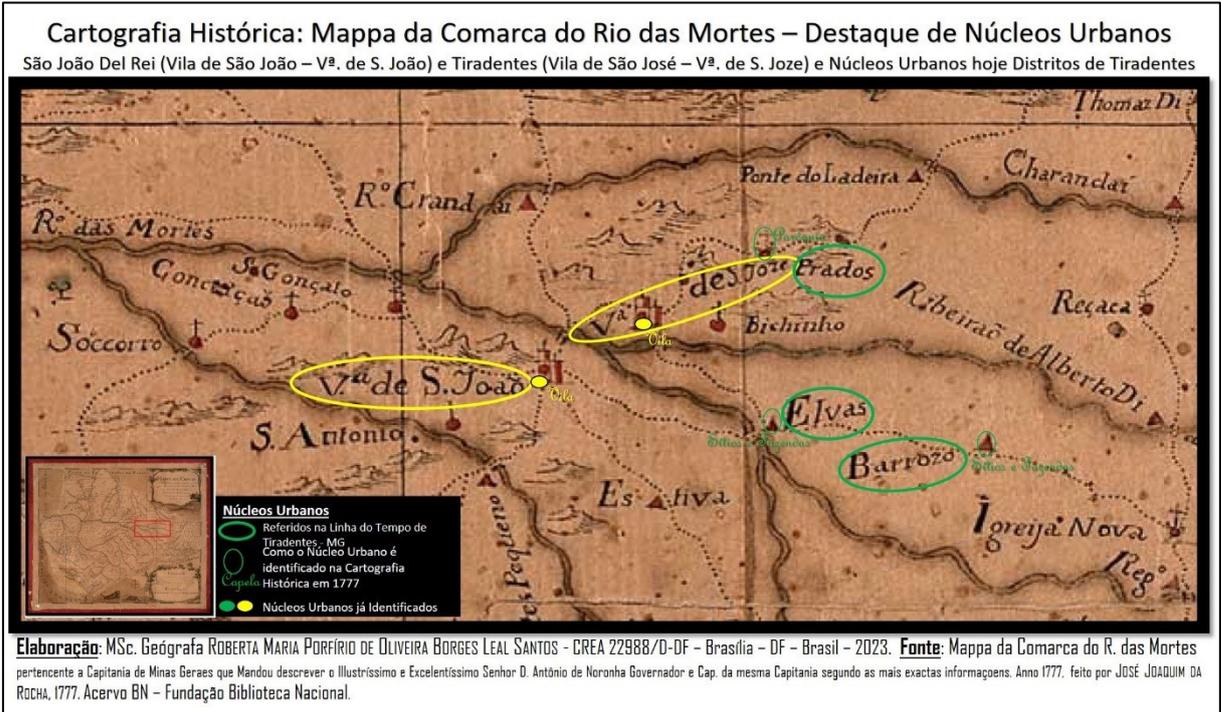
2 - <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rit%C3%A1polis>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

As Linhas do Tempo seguintes ao Ponto de Partida são **ou** dos Núcleos Urbanos citados na Linha do Tempo do Ponto de Partida, os quais aferiu-se que se tornaram Municípios ao Longo de sua história **ou** de Municípios Limítrofes ao Ponto de Partida que estejam dentro do Recorte Territorial da Investigação. Considerando que já foram feitas as Linhas do Tempo dos Municípios oriundos diretamente do Município de São João Del Rei (Ponto de Partida) e que destes não descenderam novos municípios, partiremos para a segunda opção de continuidade: Municípios Limítrofes ao Ponto de Partida que estejam dentro do Recorte Territorial da Investigação.

Como tomamos a Cartografia Histórica *Mappa da Comarca do Rio das Mortes* como referência de Recorte Territorial para a Investigação deste Estudo de Caso I, nela buscaremos a Próxima Linha do Tempo que será realizada:

Mapa 88 - Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos - São João Del Rei (Vila de São João – Vª. de S. João) e Tiradentes (Vila de São José – Vª. de S. Joze)



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Escolhemos na Cartografia Histórica o segundo Núcleo Urbano mais expressivo limítrofe a São João Del Rei: a Vila de São Joze del Rei, hoje, Tiradentes.

Linha do Tempo 5 - TIRADENTES – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de TIRADENTES – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1702 (+/-)	Tiradentes	MG	Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes - do Arraial Velho do Rio das Mortes - São José da Ponta do Morro - São José do Rio das	Arraial do Rio das Mortes	1724 (16/02)	1718 (19-01-1718)	1719 (12/01) (Alvará de 12-01-1719) - São José do Rio das Mortes	-	1848	São João Del Rei (L.P.n. 360 de 30-09-1848)	1860 (07/10) (L.P.n. 1092 de 07-10-1960)
						-	1849 (20/10) (L.P.n. 452 de 20-10-1849) Municípios Oriundos	São João Del Rei			

			Mortes – São José Del Rei – São Joze - Tiradentes				diretamente deste: 1 – Conselheiro Lafaiete 2 – Barroso 3 – Prados - 1890 4 – Santa Cruz de Minas - 1995 5 - Oliveira 6 - Itapecerica *			
--	--	--	---	--	--	--	---	--	--	--

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Tiradentes - Arraial Velho do Rio das Mortes - Vila de São Joze Del Rei em 1719 (Decreto de 19-01-1718) - Passou a chamar-se Tiradentes em 1889 (D.E.n. 3 de 06-12-1889) - É Termo da Comarca de São João Del Rei ☺ Vª de S. Joze
- Bichinho - 1777, confirmado na Cartografia Histórica de 1777, hoje é Aglomerado Urbano de Tiradentes no IBGE, com o nome Povoado Bichinho. ☺ Bichinho
- 2- Carijós – Povoado de Carijós, confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com este nome – Transferido para o novo Município de São José - Distrito de Queluz (Ordem Régia ou Alvará de 1752) => Município em 1791 Queluz (Alvará de 1791) ☺ Carijó
- 3- Barroso - Freguesia em 1874 (L.P.n. 2086 de 24-12-1874) subordinado a Tiradentes - Em 15/04/1890 o distrito de Barroso é desligado de Barbacena passando a pertencer por pouco tempo ao município de Prados. - No ano seguinte, o distrito de Barroso é transferido para Tiradentes. - É anexado a Dolores de Campos em 1938 (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) => Município em 1953 Barroso (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) ☺ Barroso
- 4- Prados – Freguesia N.S. da Conceição de Prados 1712 – Distrito – 1752 => Município em 1890 Prados (D-L.E.n. 41 de 15-04-1890) - recebeu parte do território do distrito em 1923 (L.E.nº 843 de 07-09-1923) – transferido para Dolores de Campos e parte do território de seu distrito sede para Prados em 1938 (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - ☺ Prados
- 5- Santa Cruz de Minas - 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) => Município em 1995 Santa Cruz de Minas (L.E.n. 12050 de 29-12-1995)
- 6- Elvas (L.E.nº 1738) - ☺ Elvas
- 7- Caixa D'Água da Esperança (L.E de 1738)
- 8- N. Senhora da Oliveira - Arraial em 1758 (+/-) - Freguesia em 1832 (Decreto de 14-07-1832) - Vila em 1839 (L.P.n. 134 de 16-03-1839) => Município em 1839 Oliveira (L.P.n. 134 de 16-03-1839) ☺ Snrª. da Oliveira
- 9- Itapecerica - Povoado iniciado por volta dos anos 1730 na região chamada Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás - A Vila de São José Del Rey (Tiradentes) toma posse do Povoado e seus mananciais - Arraial de São Bento (Câmara de São José Del Rey em 30-05-1744) - Distrito em 1760 São Bento do Tamanduá (Ordem Régia de 1760) - Vila em 1789 São Bento do Tamanduá (Alvará de 20-11-1789) => Município em 1789 São Bento do Tamanduá (Alvará de 20-11-1789) - Cidade em 1862 São Bento do Tamanduá (L.P.n. 1148 de 04-10-1862) - Passou a chamar-se Itapecerica (L.P.n. 2995 de 19-10-1882) ☺ Tamanduá

Observações:

-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*
* – *Informação adquirida posteriormente, na Linha do Tempo de Itapecerica - MG.*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/historico>

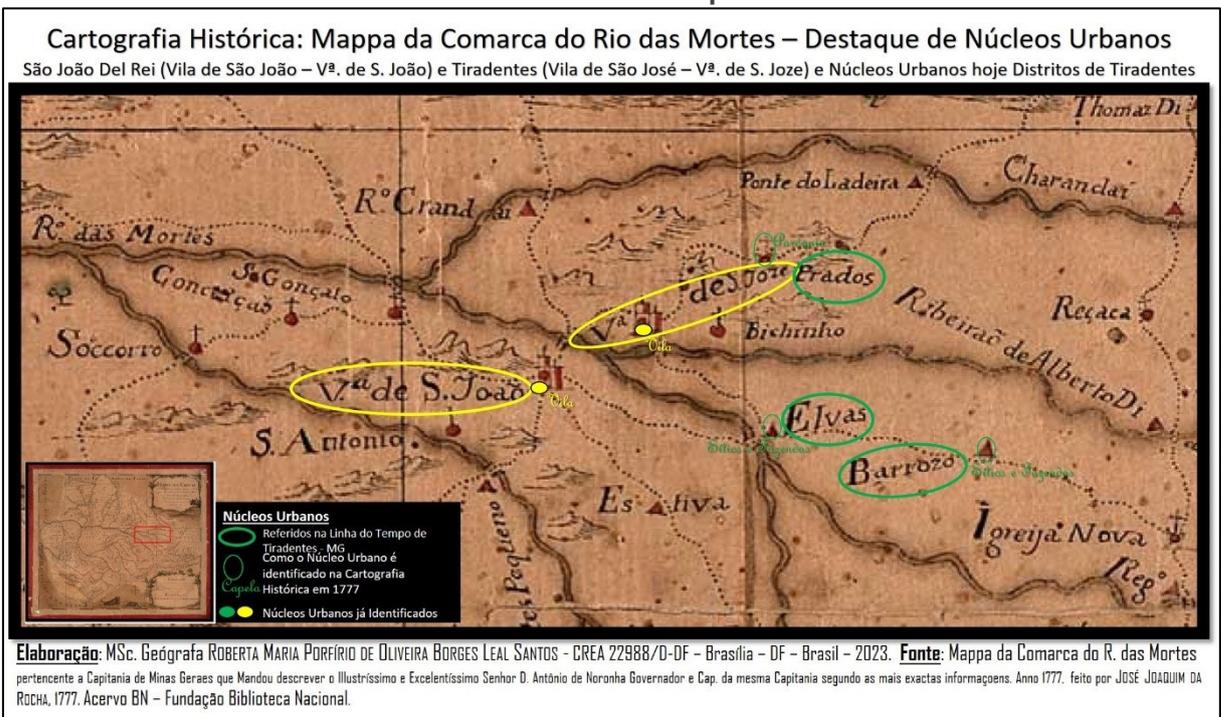
2 - <https://www.tiradentes.mg.gov.br/pagina/6427/Hist%C3%B3ria%20e%20Turismo>

3 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itapecerica/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

É importante destacar no recorte da Cartografia Histórica a confirmação de existência em seu tempo (1777) de pelo menos três Núcleos Urbanos: Barroso; Prados e Elvas:

Mapa 89 - Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos - São João Del Rei (Vila de São João – V^a. de S. João) e Tiradentes (Vila de São José – V^a. de S. Joze) e Núcleos Urbanos referenciados na Linha do Tempo de Tiradentes – MG



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Constatamos na Linha do Tempo de Tiradentes que os Municípios de Prados e Santa Cruz de Minas são oriundos diretamente de Tiradentes, então seguiremos com a realização das respectivas Linhas do Tempo:

Linha do Tempo 6 - PRADOS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de PRADOS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1704 (+/-)	Prados	MG	Freguesia de N. S. da Conceição de Prados - Prados	1712 N.S. da Conceição de Prados	1752 Ordem Régia	1890	1890 (15/04) (D.L.E.n. 41 de 15-04-1890) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Lagoa Dourada 2 – Dores de Campos *	Tiradentes	-	-	1892 (24/05) (L.E.n. 23 de 24-05-1890)
						2ª Criação			-	-	-

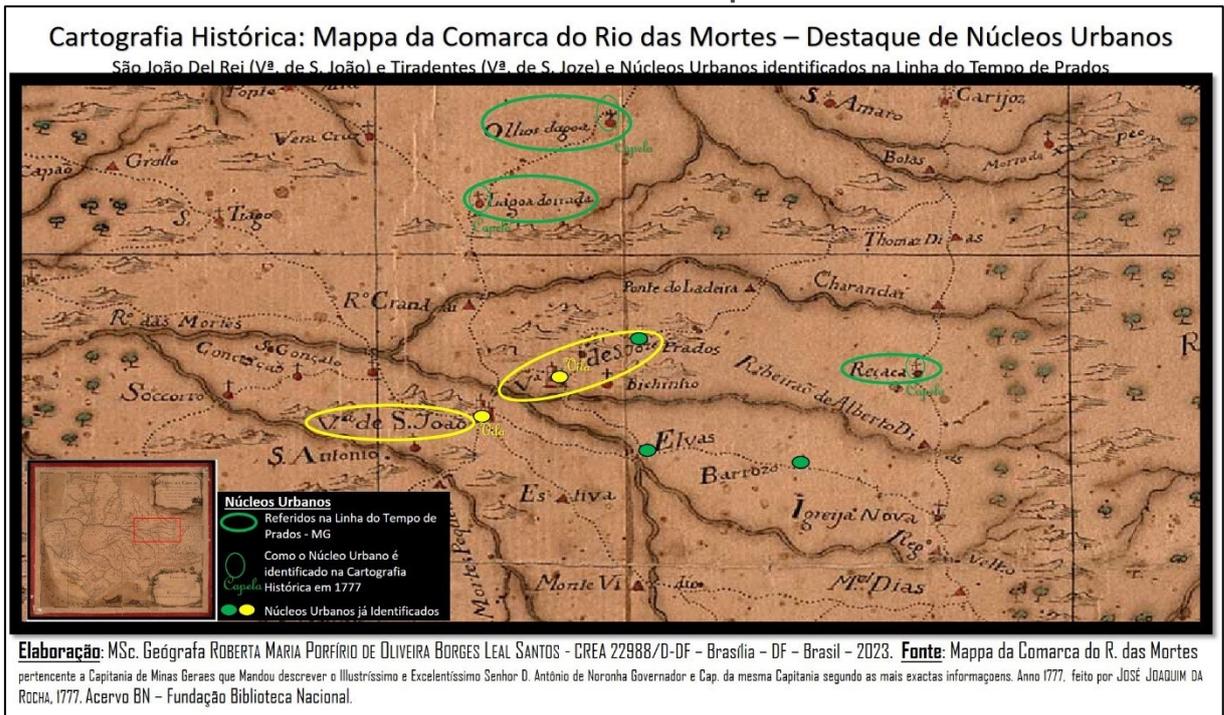
Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:
 1- Sede - Prados - Prados

<p>2- <u>Lagoa Dourada</u> – recebeu de Tiradentes em 1892 => Município em 1912 <u>Lagoa Dourada</u> (L.E.n. 556 de 30-08-1912) ☺ <u>Lagoa Dourada</u></p> <p>3- <u>Dores de Campos</u> – recebeu de Tiradentes em 1890 => Município em 1938 <u>Dores de Campos</u> (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)</p> <p>1- <u>Barroso</u> – Em 15/04/1890 o distrito de Barroso é desligado de Barbacena passando a pertencer por pouco tempo ao município de Prados. No ano seguinte, o distrito de Barroso é transferido para Tiradentes. Transferido para o Novo Município de Dores de Campos em 1938 (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) ☺ <u>Barroso</u></p> <p>Observações: Freguesia de N.S. da Conceição de Prados, criada em 1712, teve como filiadas as Capelas: 1733 – N.S. da Lapa, de Olhos D'Água; ☺ <u>Olhos d'agoa</u> 1738 – Santo Antônio, de Lagoa Dourada; ☺ <u>Lagoa Dourada</u> 1738 – N.S da Glória, da Ressaca ☺ <u>Ressaca</u> * Informação aferida posteriormente na Linha do Tempo de Dores de Campos</p> <p>Observações: -> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mappa da Comarca do Rio das Mortes!</i></p>
<p>Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/prados/historico 2 - http://prados.mg.gov.br/pagina/1748/Hist%C3%B3ria 3 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barroso/historico 4 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/historico 5 - https://www.barroso.mg.gov.br/pagina/1828/Nossa%20hist%C3%B3ria 6 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/dores-de-campos/historico</p>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Constatamos que, dentre as informações obtidas na pesquisa para realização da Linha do Tempo de Prados, temos a informação da criação das Capelas (o que, como já abordado nos Conceitos Específicos, significa a oficialização do Arraial no Brasil Colônia) de três Núcleos Urbanos – Olhos D'Água; Lagoa Dourada e Ressaca – confirmados na Cartografia Histórica de 1777, referência desta investigação:

Mapa 90- Cartografia Histórica: Mappa da Comarca do Rio das Mortes – Destaque de Núcleos Urbanos - São João Del Rei (Vila de São João – V^a.de S.João) e Tiradentes (Vila de São José – V^a.de S. Joze) e Núcleos Urbanos referenciados na Linha do Tempo de Prados – MG



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Seguimos com a Linha do Tempo de Santa Cruz de Minas:

Linha do Tempo 7 - SANTA CRUZ DE MINAS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SANTA CRUZ DE MINAS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1937 (+/-)	Santa Cruz de Minas	MG	Arraial do Córrego – Córrego – Santa Cruz de Minas		1937 (29/06) Santa Cruz de Minas	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	1995 (21/12) (L.E.n. 12030 de 21-12-1995)	Tiradentes	-	-	1995 (21/12) (L.E.n. 12030 de 21-12-1995)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- Sede – Santa Cruz de Minas

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-cruz-de-minas/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Visto que o propósito do Estudo de Caso é demonstrar a aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial e algumas de suas possibilidades, já demonstradas as formas básicas de seguimento da investigação (Unidade Territorial Oriunda Diretamente e Unidade Territorial Limítrofe), agora vamos a outra possibilidade: as Unidades Territoriais dos Núcleos Urbanos referenciados nas Linhas do Tempo já feitas e que estão presentes na Cartografia Histórica que Representa o Recorte Territorial da Investigação (Mappa da Comarca do Rio das Mortes -1777). Ou seja, os Núcleos Urbanos: Elvas; Barroso; Olhos D'Água; Lagoa Dourada e Ressaca. Elvas e Barroso já sabemos, pela Linha do Tempo de Tiradentes, que se tornaram Distritos de Tiradentes. Olhos D'Água, Lagoa Dourada e Ressaca já sabemos, pela Linha do Tempo de Prados, que foram Arraiais oficializados, segundo a forma de oficialização dos Núcleos Urbanos no Brasil Colônia, ou seja, com a Bênção da Capela estava oficializado o Arraial.

Tomando estes cinco Núcleos Urbanos – Elvas; Barroso; Olhos D'Água; Lagoa Dourada e Ressaca – podemos começar a investigá-los procurando saber se algum deles tornou-se Município na nossa fonte principal de pesquisa de dados oficiais (site Cidades do IBGE – onde estão TODOS os Municípios brasileiros). Constata-se que Barroso; Olhos D'Água e Lagoa Dourada tornaram-se Municípios com os mesmos respectivos nomes de seus Arraiais. Então, fazemos as Linhas do Tempo destes Municípios:

Linha do Tempo 8 - BARROSO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BARROSO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1715 (+/-)	Barroso	MG	Barroso Velho - Capela de Sant'Ana - Barroso	1734	1874 (24/12) Freguesia (L.P.n. 2086 de 24-12-1874)		1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)	Dores de Campos	-	-	1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1 - Sede – Barroso - Freguesia em 1874 (L.P.n. 2086 de 24-12-1874) subordinado a Tiradentes - Em 15/04/1890 o distrito de Barroso é desligado de Barbacena passando a pertencer por pouco tempo ao município de Prados. - No ano seguinte, o distrito de Barroso é transferido para Tiradentes. - É anexado a Dolores de Campos em 1938 (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)  Barroso

Observações:
->  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barroso/historico>
2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/historico>
3 - <https://www.barroso.mg.gov.br/pagina/1828/Nossa%20hist%C3%B3ria>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Analisando os dados do Portal Cidades do IBGE, constata-se que o Município Mineiro denominado Olhos D’Água não pode ser oriundo do Núcleo Urbano de mesmo nome que encontramos na Linha do Tempo de Prados e na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes. Tal conclusão se dá simplesmente pela incompatibilidade de localização. Então passamos adiante para a Linha do Tempo de Lagoa Dourada:

Linha do Tempo 9 - LAGOA DOURADA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de LAGOA DOURADA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1715 (+/-)	Lagoa Dourada	MG	Alagoas – Lagoa Dourada	1715 Lagoa Dourada	1750 (D-L.E.de 14-07-1832)		1912 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1912) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Casa Grande	Prados	-	-	1912 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1912)
						2ª Criação					
						-	-	-			
<p>Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:</p> <p>1 - Sede – <u>Lagoa Dourada</u> - Distrito de Paz de Tiradentes (D-L.E.de 14-07-1832) - Transferido para o Município de Prados em 1892.  <u>Lagoa Dourada</u></p> <p>2 - <u>Casa Grande</u> (L.E;n.148 de 17-12-1938) recebeu de Conselheiro Lafaiete => <u>Município</u> em 1962 <u>Casa Grande</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)</p> <p>Observações: ->  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mappa da Comarca do Rio das Mortes/</i></p> <p>Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-dourada/historico</p>											

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Temos novos pontos para seguir: 1 – Dores de Campos, apontado como Município Originário do Município de Barroso nesta Linha do Tempo e 2 – Casa Grande, apontado como Município Diretamente Oriundo do Município de Lagoa Dourada.

Linha do Tempo 10 - DORES DE CAMPOS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de DORES DE CAMPOS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1856 (+/-)	Dores de Campos	MG	Povoado do Patúsca – N.S.das Dores – Dores de Patúsca - Dores de Campos		Dores de Patúsca		1938 (17/12) D-L.E.n. 148 de 17-12-1938 Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Barroso	Prados	-	-	1938 (17/12) D-L.E.n. 148 de 17-12-1938
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Dores de Campos - Distrito criado em Tiradentes – Transferido de Tiradentes para o Município de Prados em 1890 => Município em 1938 Dores de Campos (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 2- Barroso - 1874 (24/12) Freguesia (L.P.n. 2086 de 24-12-1874) subordinado a Tiradentes - Em 15/04/1890 o distrito de Barroso é desligado de Barbacena passando a pertencer por pouco tempo ao município de Prados. No ano seguinte, o distrito de Barroso é transferido para Tiradentes. - É anexado a Dores de Campos em 1938 (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) => Município em 1953 Barroso (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)

Observações:
-> /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/dores-de-campos/historico>
2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barroso/historico>
3 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/prados/historico>
4 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/historico>
5 - <https://www.barroso.mg.gov.br/pagina/1828/Nossa%20hist%C3%B3ria>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 11 - CASA GRANDE – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CASA GRANDE – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1856 (+/-)	Casa Grande	MG	Pasto dos Eucaliptos		1891 Casa Grande		1962 (30/12) L.E.nº 2764 de 30-12-1962 Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Barroso	Lagoa Dourada	-	-	1962 (30/12) L.E.nº 2764 de 30-12-1962
						2ª Criação					

						-	-	-		
<p>Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:</p> <p>1- Sede – <u>Casa Grande</u> Distrito criado em 1921 abrangendo o Povoado de São Caetano de Paraopeba, que posteriormente tornou-se distrito., segundo a página do município de Casa Grande no Portal Cidades do IBGE. Mas as informações obtidas para construção da Linha do Tempo de Conselheiro Lafaiete na Página de Conselheiro Lafaiete do mesmo Portal Cidades do IBGE são mais precisas sobre a origem do distrito: Criado em 1891 o Distrito de <u>São Caetano</u> (L.E.nº 2 fr 14-09-1891) no Município de Queluz (Conselheiro Lafaiete) – Passa a Chamar-se <u>São Caetano do Paraopeba</u> – Passa a chamar-se <u>Casa Grande</u> (L.E.nº 823 de 07-09-1923) – Transferido para Lagoa Dourada (D-L.E.nº 148 de 17-12-1938)</p> <p>Observações: ->  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes</i>/</p> <p>Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/dores-de-campos/historico 2 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barroso/historico 3 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/prados/historico 4 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/historico</p>										

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Outros Municípios que, apesar de não terem entrado diretamente em uma Linha do Tempo, aparecem em históricos de Distritos que figuraram nestes contextos, são limítrofes e estão dentro do Recorte Espacial da Investigação: Conselheiro Lafaiete e Barbacena. Seguimos com as Linhas do Tempo destes.

Linha do Tempo 12 - CONSELHEIRO LAFAIETE – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CONSELHEIRO LAFAIETE – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1683 (+/-)	Conselheiro Lafaiete	MG	Carijós - Arraial de Carijós - Queluz - Conselheiro Lafaiete	1694 Arraial de Carijós	1752 Queluz (Ordem Régia ou Alvará de 1752)	1791 (Alvará de 1791) Quéluz	1791 (Alvará de 1791) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Carandaí 2 – Bonfim 3 – Congonhas do Campo 4 – Catas Altas da Noruega 5 – Queluzito 6 – Santana dos Montes 7 – Itaverava 8 – Cristiano Otoni	São João Del Rei	-	-	1866 (02/01) L.M.n. 1276 de 02-01-1866 Queluz
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:
 1- Sede – Conselheiro Lafaiete  Carijós

- 2- Catas Altas da Noruega (L.P.n. 184 de 03-04-1840) => Município em 1962 Catas Altas da Noruega (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ⚙ Catas Altas da Noruega
- 3- Capela Nova das Dores (L.P.n. 767 de 02-05-1856) => Município em 1923 Carandaí (L.E.n. 823 de 07-09-1923)
- 4- Santo Amaro (L.P.n. 907 de 08-06-1858) – Passou a chamar-se Queluzito (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) – Passou a chamar-se Queluzita (L.E.n. 336 de 27-12-1948) => Município em 1962 Queluzita (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ⚙ S. Amaro
- 5- Lamim (L.P.n. 1048 de 06-07-1859) – Transferido para o Município de Rio Espera (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 6- Santana do Morro do Chapéu (L.P.n. 2085 de 24-12-1874) – Morro do Chapéu (L.E.n. 823 de 07-09-1923) => Município em 1962 Santana dos Montes(L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ⚙ Morro do Xapeo
- 7- Carrapicho (L.P.n.2848 de 25-10-1881) – São João do Carrapicho – Extinto e anexado ao distrito de Itaverava (L.E.n. 823 de 07-09-1923)
- 8- Glória (L.P.n. 2944 de 25-10-1882) – Caranaíba (L.E.n. 723 de 30-09-1918) => parte do novo município de Carandaí em 1923 (L.E.n. 823 de 07-09-1923)
- 9- São Caetano (L.E.n. 2 fr 14-09-1891) – São Caetano do Paraopeba – Casa Grande (L.E.n. 823 de 07-09-1923) – Transferido para Lagoa Dourada (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 10- Cristiano Otoni (L.E.n. 556 de 30-08-1911) => Município em 1962 Cristiano Otoni (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 11- Itaverava => Município em 1962 Itaverava (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ⚙ Itabrava
- 12- Redondo– Alto Maranhão (L.E.n. 723 de 30-09-1918) – Transferido para o Município de Congonhas do Campo e passou a chamar-se Catauá (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) – Passou a chamar-se Santana dos Montes (L.E.n. 336 de 27-12-1948) ⚙ Redondo
- 13- Congonhas do Campo – recebeu do Município de Ouro Preto (L.E.n. 823 de 07-09-1923) => Município em 1938 Congonhas do Campo (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - Congonhas
- 14- Buarque de Macedo (L.E.n.º 1039 de 12-12-1953)
- 15- Joselândia (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Passou a Constituir o Novo Município de Santana dos Montes => em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Observações:

O Arraial de Carijós era a passagem obrigatória para Itaverava, Guarapiranga, Mariana e Catas Altas, no final do Século XVII (IBGE – Cidades).

O Caminho Novo chegou a Carijós em 1711, tal caminho encurtava a viagem entre o Rio de Janeiro e as Minas. Nome Conselheiro Lafaiete a partir de 1934. (D-L.E.n. 11274 de 27-03-1934)

Observações:

-> ⚙ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em *1777 – Mappa da Comarca do Rio das Mortes!*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/historico>

2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barroso/historico>

3 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/prados/historico>

4 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carandai/historico>

4 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capela-nova/historico>

5 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-dos-montes/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Na investigação para a Linha do Tempo de Conselheiro Lafaiete descobrimos que:

- Conselheiro Lafaiete também é diretamente oriundo de São João Del Rei;
- Conselheiro Lafaiete até 1934 chamava-se Queluz;
- Conselheiro Lafaiete, antes de chamar-se Queluz, chamava-se Carijós, esta denominação é confirmada na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, dentro do Recorte Espacial da Investigação.

- Candaraí seria Charandaí, que aparece na Cartografia Histórica?

Antes de partir para Barbacena, desbravaremos a descendência direta de Conselheiro Lafaiete, começando pelas Linhas do Tempo dos Municípios que já constatamos nesta Linha do Tempo que são Oriundos Diretamente de Conselheiro Lafaiete: Carandaí; Itaverava (Itabrava); Santana dos Montes (Morro do Chapéu); Queluzito (Santo Amaro); Catas Altas da Noruega; Cristiano Ottoni e Congonhas do Campo.

Linha do Tempo 13 - CARANDAÍ – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CARANDAÍ – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Carandaí	MG	Charandaí - Carandahy - Santana de Carandaí - Carandaí	1876 - Santana de Carandaí - (L.P.n. 2325 de 12-07-1876)	1876	1923 Carandaí	1923 (07/09) (L.E.n. 843 de 07-09-1923) Carandaí Municípios Oriundos diretamente deste: 1 - Capela Nova 2 - Caranaíba	Barbacena e Conselheiro Lafaiete	-	-	1925 (10/09) (D-L.E.n. 893 de 10-09-1925)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede - Carandaí - A sede da antiga Freguesia de Ressaca/ Glória (hoje sede do Município Caranaíba) foi transferida para Carandahy em 1876 - Sendo criada a Freguesia chamada Santana de Carandaí e pertencente à Vila de Barbacena (L.P.n. 2325 de 12-07-1876) - Município de Carandaí em 1923 (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - Cidade em 1925 (D-L.E.n. 893 de 10-09-1925) ☺ Charandaí
- 2- Capela Nova das Dores - pertencente à Conselheiro Lafaiete - Queluz (L.P.n. 767 de 02-05-1856) => transferido para Carandaí em 1923 (L.E.n. 823 de 07-09-1923) => **Município** em 1953 Capela Nova (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
- 3- Glória - Ressaca - Procedência da Freguesia que originou o Distrito de Carandaí - O Povoado de Ressaca, que surgiu em torno de 1736, pertenceu à Freguesia de Prados, que pertencia à Vila de São Jozé Del Rei (Tiradentes) - Capela de N. S. da Glória em 1736 - Santana da Ressaca - Freguesia (L.P.n. 1887 de 15-07-1872). A sede da Freguesia foi transferida para Carandahy em 1876 - Freguesia chamada Santana de Carandaí e pertencente à Vila de Barbacena (L.P.n. 2325 de 12-07-1876) tal fato esvaziou o Povoado de Ressaca, que não desapareceu - Ressaca foi elevada a Distrito com o nome Glória, pertencente ao município Conselheiro Lafaiete - Queluz (L.P.n. 2944 de 25-10-1882) - Caranaíba (L.E.n. 723 de 30-09-1918) => em 1923 passou a pertencer ao novo município de Carandaí (L.E.n. 823 de 07-09-1923) => **Município** em 1962 Caranaíba (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ☺ Reçaca
- 4- Hermilo Alves (L.E.n. 336 de 27-12-1948)
- 5- Pedra do Sino (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Observações:
-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carandai/historico>
2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capela-nova/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Nesta Linha do Tempo de Carandaí, novamente temos citado o Município de Barbacena, mas seguiremos o estabelecido de abordar antes de Barbacena, a descendência de Conselheiro Lafaiete. Ainda em pesquisas sobre os dados da Linha do Tempo de Conselheiro Lafaiete, descobrimos que o Distrito de Capela Nova das Dores é sede do Município de Capela Nova, que foi emancipado após ser transferido para Carandaí. Então completamos a Linha do Tempo de Carandaí com a sua descendência. Assim, a Linha do Tempo de Carandaí nos conduz à Linha do Tempo de seu Município descendente, que descobrimos até o momento: Capela Nova.

Linha do Tempo 14 - CAPELA NOVA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CAPELA NOVA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1856 (+/-)	Capela Nova	MG	Capela Nova das Dores - Capela Nova		1856 Capela Nova das Dores (L.P.n. 767 de 02-05-1856)		1953 (12-12-1953) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Capela Nova	Carandaí	-	-	1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
Histórico de criação e evolução dos distritos do Município: 1- Sede – <u>Capela Nova</u> Distrito de Capela Nova das Dores, pertencente à Conselheiro Lafaiete - Queluz (L.P.n. 767 de 02-05-1856) ⇒ Transferido em 1923 para o Novo Município de Carandaí (L.E.n.º 823 de 07-09-1923). Passou a chamar-se Capela Nova (Decreto de 17-12-1938).											
Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capela-nova/historico											

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Retomamos as Linhas do Tempo dos Municípios oriundos diretamente de Conselheiro Lafaiete, aferidos até o momento: Carandaí; Itaverava (Itabrava); Santana dos Montes (Morro do Chapéu); Queluzito (Santo Amaro); Catas Altas da Noruega; Cristiano Ottoni e Congonhas do Campo. Agora seguimos para Catas Altas da Noruega.

Linha do Tempo 15 - CATAS ALTAS DA NORUEGA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CATAS ALTAS DA NORUEGA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1690 (+/-)	Catas Altas da Noruega	MG	São Gonçalo das Catas Altas - Catas Altas da Noruega				1962 (30-12-1962) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	Conselheiro Lafaiete	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Catas Altas da Noruega - 1718 (07/03) o povoado foi transferido de Vila Rica para São Jozel Del Rei (Tiradentes) – 1840 foi subordinada à Conselheiro Lafaiete (L.P.n. 184 de 04 de 1840) ☺ Catas Altas da Noruega

Observações:

-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes!*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/catas-altas-da-noruega/historico>

2 - <http://www.catasaltasdanoruega.mg.gov.br/pagina/12231/Hist%C3%B3ria>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 16 - SANTANA DOS MONTES – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SANTANA DOS MONTES – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1690 (+/-)	Santana dos Montes	MG	Fazenda Velha - Morro do Xapeo - Morro do Chapéu - Senhora de Santana		1840 (L.P.n. 184 de 1840) Santana do Morro do Chapéu		1962 (30-12-1962) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	Conselheiro Lafaiete	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Santana dos Montes
Criado em 1840, como Santana do Morro do Chapéu – Freguesia em 1874 (L.P.n. 2085 de 24-12-1874) – Passa a chamar-se Morro do Chapéu (L.E.n. 843 de 07-09-1923) – Passa a chamar-se Catuá (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) – Passa a chamar-se Santana dos Montes (L.E.n. 336 de 17-12-1948) ☺ Morro do Xapeo
- 2- Joselândia – (ex São José do Carrapicho) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)

Observações:

-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes!*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-dos-montes/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 17 - ITAVERAVA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de ITAVERAVA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1695 (+/-)	Itaverava	MG	Itaerava - Itabrava - Itaberaba	1726	1752 (Ordem Régia de 16-01-1752)		1962 (30-12-1962) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	Conselheiro Lafaiete	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Itaverava ☉ Itabrava
- 2- Monsenho Izidoro (ex Sobrado) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Observações:

-> ☉ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes!*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-dos-montes/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 18 - QUELUZITO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de QUELUZITO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1730 (+/-)	Queluzito	MG	Santo Amaro - Queluzita - Queluzito	1730	1958 Santo Amaro (L.P.n. 907 de 1958)		1962 (30-12-1962) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	Conselheiro Lafaiete	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Queluzito
Criado em 1958 como Santo Amaro, mesmo nome do Povoado, confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com este nome – Passa a chamar-se Queluzita em 1943 – Passa a chamar-se Queluzito (D-L.E.n. 10541 de 13-12-1991) ☉ S. Amaro

Observações:

-> ☉ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes!*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-dos-montes/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 19 - CRISTIANO OTONI – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CRISTIANO OTONI – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1883 (+/-)	Cristiano	MG	Cristiano Otini		1891 (L.E.n. 2 de 14-		1962 (30-12-1962)	Conselheiro Lafaiete	-	-	1962 (30/12) (L.E.n.

Otoni				09-1891)		(L.E.n. 2764 de 30-12-1962)				2764 de 30-12-1962)
2ª Criação										
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Histórico de criação e evolução dos distritos do Município: 1- Sede – Cristiano Otoni 2- São Caetano do Paraopeba										
Observações: ->  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes!</i>										
Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cristiano-otoni/historico										

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

No Portal Cidades IBGE não consta em Minas Gerais um Município chamado Congonhas do Campo, no entanto o Município Congonhas tem localização compatível com a apontada pela investigação, então conclui-se que houve alteração do nome, mas trata-se do mesmo município pesquisado.

Linha do Tempo 20 - CONGONHAS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CONGONHAS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1746 (+/-)	Congonhas	MG	Santuário Bom Jesus de Matosinhos - Congonhas do Campo - Congonhas	1812	1746 Congonhas do Campo (Alvará de 06-11-1746)		1938 (17/12) D-L.E.n. 148 de 17-12-1938	Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto	-	-	1938 (17/12) D-L.E.n. 148 de 17-12-1938
2ª Criação											
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Histórico de criação e evolução dos distritos do Município: 1- Sede – <u>Congonhas</u> Criado em 1746 pertencente a Vila Rica (ouro Preto) – Transferido para Queluz (conselheiro Lafaiete) (D-L.E.n. 843 de 07-09-1923) – Passou a chamar-se Congonhas (L.E.n. 336 de 27-12-1948) 2- <u>Lobo Leite</u> – Recebido de Ouro Preto para constituir a formação do novo município de Congonhas do Campo (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) 3- <u>Alto Maranhão</u> – Recebido de Conselheiro Lafaiete (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943)											
Observações: ->  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes!</i>											
Fonte: 1 - https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/congonhas/historico											

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Incluiremos neste momento a Linha do Tempo de Rio Espera, que é citado na Linha do Tempo de Conselheiro Lafaiete como município que

recebeu o Distrito de Lamim e “Espera” está presente na região na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes, assim, merece a investigação.

Linha do Tempo 21 - RIO ESPERA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de RIO ESPERA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1711 (+/-)	Rio Espera	MG	Espera - N. S. da Piedade da Boa Esperança - Rio Espera	1765 N.S. da Piedade da Boa Esperança	1850 (L.P.n. 471 de 01-06-1850) N.S. da Piedade da Boa Esperança		1911 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1911) Rio Espera	Piranga	-	-	1911 Rio Espera (30/08) L.E.n. 556 de 30-08-1911
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – N.S. da Piedade da Boa Esperança - Criado o Distrito em 1850 pertencente a Piranga – Passou a chamar-se Rio Espera (L.E.n. 336 de 27-12-1948) ☺ Espera
- 2- Lamim – Recebido de Conselheiro Lafaiete em 1938 (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 3- Piranguita – (ex Povoado de Conceição de Piranguita) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
- 4- Rio Melo – (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Observações:
-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-espera/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Assim descobrimos que Rio Espera e Lamim, não estão dentro do Recorte Espacial da Investigação (Comarca do Rio das Mortes, delimitada pela Cartografia Histórica Mappa da Comarca do Rio das Mortes), mas são referências, sendo Rio Espera Identificado na Cartografia Histórica, que na verdade têm uma ascendência municipal que está fora do Recorte Espacial: Piranga.

Investigando se Ressaca é a atual Caranaíba:

Linha do Tempo 22 - CARANAÍBA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CARANAÍBA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1736		MG		1744	1882	-	1962 (30/12)	Carandaí	-	-	

(+/-)	Caranaíba		Reçaca - Ressaca - N.S.da Glória - Santana da Ressaca - Glória - Caranaíba	N.S. da Glória	Glória (L.P.n. 2944 de 23-09- 1882)		(L.E.n. 2764 de 30-12-1962)				1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30- 12- 1962)
2ª Criação											

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1- Sede – Caranaíba

Glória – Ressaca – Procedência da Freguesia que originou o Distrito de Caranaíba -

O Povoado de Ressaca, que surgiu em torno de 1736, pertenceu à Freguesia de Prados, que pertencia à Vila de São José Del Rei (Tiradentes). Capela de N. S. da Glória em 1736. Santana da Ressaca – Freguesia (L.P.n. 1887 de 15-07-1872). A sede da Freguesia foi transferida para Carandahy em 1876 – Freguesia chamada Santana de Carandaí e pertencente à Vila de Barbacena (L.P.n. 2325 de 12-07-1876) tal fato esvaziou o Povoado de Ressaca, que não desapareceu – Ressaca foi elevada a Distrito com o nome Glória, pertencente ao município Conselheiro Lafaiete – Queluz (L.P.n. 2944 de 25-10-1882) – passou a chamar-se Caranaíba (L.E.n. 723 de 30-09-1918) => em 1923 passou a pertencer ao novo município de Carandaí (L.E.n. 823 de 07-09-1923 => Município em 1962 Caranaíba (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Primeira pista veio da Linha do Tempo de Prados que informava a criação da Capela: 1738 – N.S da Glória, da Ressaca. 🌀 Reçaca

A origem real deste Núcleo Urbano demandou investigação mais extensa, envolvendo a Linha do Tempo de vários Municípios e Municípios Limítrofes para confirmar que antes da criação do Distrito de Glória, este era o mesmo Núcleo Urbano Ressaca, indicado na linha do tempo de Conselheiro Lafaiete, na Linha do Tempo de Carandaí, com primeira pista da ligação na Linha do Tempo de Prados e na Cartografia Histórica – Mapa da Comarca do Rio das Mortes

Observações:

-> 🌀 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/prados/historico>

2 - <http://prados.mg.gov.br/pagina/1748/Hist%C3%B3ria>

3 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caranaiba/historico>

4 - <https://www.caranaiba.mg.gov.br/site/index.html>

5 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/capela-nova/historico>

6 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carandai/historico>

7 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Reunindo as informações de diversas Linhas do Tempo com a Cartografia Histórica e a Linha do Tempo de Caranaíba, constatamos que sim, a atual Caranaíba é Ressaca que está na Cartografia Histórica.

Agora faremos outra Linha do Tempo para investigar outra hipótese: A sede do distrito Ribeirão Alberto Dias mudou para Ressaquinha? Para o município de Ressaquinha ou o nome do Distrito mudou e hoje é sede do Município de Ressaquinha?

Linha do Tempo 23 - RESSAQUINHA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de RESSAQUINHA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1675 (+/-)	Ressaquinha	MG	Encruzilhada do Campo – Estação de Ressaquinha – São José de Ressaquinha	-	1895 São José de Ressaquinha (L.E.n. 1734 de 15-03-1895)		1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Alfredo Vasconcelos	Barbacena	-	-	1953 Ressaquinha (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Ressaquinha
Fazia parte do Distrito do Ribeirão Alberto Dias, cujo território compreendia o atual município de Alfredo Vasconcelos e parte de Barbacena. – Muda a Sede do Distrito de Ribeirão Alberto Dias para a Estação de Ressaquinha, com o nome de Distrito de São José de Ressaquinha (L.E.n. 1734 de 15-03-1895) subordinado à Barbacena.
- 2- Alfredo Vasconcelos (ex Ribeirão Alberto Dias) Povoação desde antes de 1720, quando já tinha a Igreja N.S. do Rosário - O Distrito do Ribeirão Alberto Dias, cujo território compreendia o atual município de Alfredo Vasconcelos e parte de Barbacena. – Desmembrado o Distrito de Ribeirão Alberto Dias do Povoado de Ressaquinha e o anexa à Barbacena (L.E.n. 2935 de 23-09-1882) - Transferida a Sede do Distrito de Ribeirão Alberto Dias para a Estação de Ressaquinha, com o nome de Distrito de São José de Ressaquinha (L.E.n. 1734 de 15-03-1895) subordinado à Barbacena – A recriação do Distrito se deu com o nome Alfredo Vasconcelos (ex Ribeirão Alberto Dias), pertencente à Ressaquinha (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) => Município em 1992 Alfredo Vasconcelos (L.E.n. 10704 de 27-04-1992) ☺ Ribeirão de Alberto Dias
- 3- Canjamba – (L.M.n. 695 de 01-12-1995)
- 4- Vargem do Amargozo – (L.M.n. 697 de 08-05-1996)
- 5- Engenheiro Simão Tamm – (L.M.n. 893 de 15-03-2002)

Observações:

-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ressaquinha/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

A Linha do Tempo de Ressaquinha não confirmou a hipótese sobre Ribeirão Alberto Dias, mas deu uma pista que buscaremos agora para tentar solucionar a localização adequada de Ribeirão Alberto Dias na atualidade: a Linha do Tempo de Alfredo Vasconcelos.

Linha do Tempo 24 - ALFREDO VASCONCELOS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de ALFREDO VASCONCELOS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1675 (+/-)	Alfredo Vasc	MG	Ribeirão Alberto Dias – Alfredo de Vasconcelos	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de		1992 (27/04) (L.E.n. 10704 de 27-04-1992)	Ressaquinha	-	-	1992 Alfredo Vasc
						2ª Criação					

once	los				30-12-1962) Alfredo Vasconcelos	-	-	-			oncelos (27/04) (L.E.n. 10704 de 27-04-1992)
------	-----	--	--	--	------------------------------------	---	---	---	--	--	---

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1- Sede – Alfredo Vasconcelos (ex- Ribeirão Alberto Dias) - Povoação Ribeirão Alberto Dias desde antes de 1720, quando já tinha a Igreja N.S. do Rosário - O Distrito do Ribeirão Alberto Dias, cujo território compreendia o atual município de Alfredo Vasconcelos e parte de Barbacena. – Desmembrado o Distrito de Ribeirão Alberto Dias do Povoado de Ressaquinha e o anexa à Barbacena (L.E.n. 2935 de 23-09-1882) - Transferida a Sede do Distrito de Ribeirão Alberto Dias para a Estação de Ressaquinha, com o nome de Distrito de São José de Ressaquinha (L.E.n. 1734 de 15-03-1895) subordinado à Barbacena – A recriação do Distrito se deu com o nome Alfredo Vasconcelos (ex Ribeirão Alberto Dias), pertencente à Ressaquinha (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) => **Município** em 1992 Alfredo Vasconcelos (L.E.n. 10704 de 27-04-1992) ☺ Ribeirão de Alberto Dias

2- São José de Pousos Alegre – (L.M.n. 072/96)

Observações:
-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfredo-vasconcelos/historico>
2 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ressaquinha/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Com esta Linha do Tempo está constatado que **Ribeirão Alberto Dias**, presente na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – é o **Núcleo Urbano** que hoje é sede do **Município Alfredo Vasconcelos**.

Linha do Tempo 25 - SÃO BRAZ DO SUAÇUÍ – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SÃO BRAZ DO SUAÇUÍ – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1713 (+/-)	São Brás do Suaçuí	MG	Suassuhy - São Brás - Suaçuí - São Brás do Suaçuí	1713 - São Brás			1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)	Entre Rios de Minas	-	-	1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1- Sede – São Brás do Suaçuí
Até 1832 o Povoado subordinou-se à Freguesia de Congonhas – 1832 – Passou à jurisdição da nova Freguesia de Brumado (Entre Rios de Minas). ☺ Saçuí

Observações:
-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-bras-do-suacui/historico>
2 - <https://www.saobrasdosuacui.mg.gov.br/pagina/13654/Hist%C3%B3ria%20do%20Munic%C3%ADpio>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 26 - JECEABA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de JECEABA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Jeceaba	MG	Redondo - Camapuã ("Monte Redondo") - Jeceaba		1938 (17/12) (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) Camapuã		1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)	Entre Rios de Minas	-	-	1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1- Sede – Jeceaba

Consta na Cartografia Histórica – Mapa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, com o nome Redondo, o que precede os dados obtidos nos veículos oficiais, nos quais constam origem da localidade em 1910.

Nome Camapuã então refere-se às datas dos dados, de aproximadamente 1910, já Distrito desde 1938, passa a chamar-se Jeceaba em 31-12-1943 (D-L.E. n. 058) ☺ Redondo

2- Bituri - O Povoado chamado Lagoinha passa a chamar-se Bituri e é elevado à Distrito juntamente com o Povoado Camapuã (hoje Jeceaba), pertencentes à João Ribeiro (hoje Entre Rios de Minas) (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938). Anexado ao novo Município de Jeceaba (L.E.n. 1039 de 12-12-1953).

3- Caetano Lopes – Distrito Criado em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) Não instalado

Observações:

-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jeceaba/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 27 - ENTRE RIOS DE MINAS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de ENTRE RIOS DE MINAS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1713 (+/-)	Entre Rios de Minas	MG	Brumado - Bromado - Brumado do Suaçuí - João Ribeiro - Entre Rios de Minas		1832 (14/07) (Decreto de 14-07-1832)		1875 (07/01) (L.P.n. 2109 de 07-01-1875) Brumado do Suaçuí Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – São Brás do Suaçuí 2 – Jeceaba	Conselheiro Lafaiete	-	-	1880 (03/01) (L.P.n. 2579 de 03-01-1880)

							3 – Desterro de Entre Rios				
							2ª Criação				
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Entre Rios de Minas – Povoado de Brumado - Consta na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, com o nome Brumado. Elevado a Município com o nome Brumado de Suaçuí. Passou a Chamar-se Entre Rios (L.P.n. 2455 de 19-10-1878). Passou a Chamar-se João Ribeiro (D-L.E.n. 148 de 17-059-1938). Passou a chamar-se Entre Rios de Minas (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) ☺ **Brumado** - A Capela de N.S. da Lapa de Olhos D'Água, está no Município de Olhos D'Água não é Distrito nem Aglomerado Rural apenas a capela confirmada na Cartografia Histórica de 1777, a edificação conta com a data de 1683. ☺ **Olhos d'água**
- 2- São Brás do Suaçuí - Até 1832 o Povoado subordinou-se à Freguesia de Congonhas – 1832 – Passou à jurisdição da nova Freguesia de Brumado (Entre Rios de Minas) => **Município** em 1953 **São Brás do Suaçuí** (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) ☺ **Saçuí**
- 3- Rio do Peixe – criado em 1855 (L.P.n. 714 de 18-05-1855). Transferido para Passa Tempo (D-L.E.n. 148 de 17-059-1938) ☺ **Rio do Peixe**
- 4- Camapuã (D-L.E.n. 148 de 17-059-1938) - Consta na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, com o nome Redondo, o que precede os dados obtidos nos veículos oficiais, nos quais constam origem da localidade em 1910. Nome Camapuã então refere-se às datas dos dados, de aproximadamente 1910, criado o Distrito de Camapuã em 1938, passa a chamar-se Jeceaba em 31-12-1943 (D-L.E. n. 058) => **Município** em 1953 **Jeceaba** (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) ☺ **Redondo**
- 5- Desterro de Entre Rios - => **Município** em 1953 **Desterro de Entre Rios** (L.E.n. 1039 de 12-12-1953).
- 6- Serra do Camapuã
- 7- São Sebastião do Gil – Anexado ao novo Município de Desterro de Entre Rios (L.E.n. 1039 de 12-12-1953).
- 8- Lagoinha – O Povoado chamado Lagoinha passa a chamar-se Bituri e é elevado à Distrito juntamente com o Povoado Camapuã (hoje Jeceaba), pertencentes à João Ribeiro (hoje Entre Rios de Minas) (D-L.E.n.148 de 17-12-1938). Anexado ao novo Município de Jeceaba (L.E.n. 1039 de 12-12-1953).

Observações:

-> ☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/entre-rios-de-minas/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-bras-do-suacui/historico>

3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jeceaba/historico>

4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piracema/historico>

5 – <https://www.ipatrimonio.org/entre-rios-de-minas-capela-dos-olhos-dagua/#!/map=38329&loc=-20.771794999999999,-44.034655999999984,17>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 28 - DESTERRO DE ENTRE RIOS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de DESTERRO DE ENTRE RIOS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1882 (+/-)	Desterro de Entre Rios	MG	N.S. do Desterro – Desterro – Desterro de Entre Rios				1953 (12/12) L.E.n. 1039 de 12-12-1953	Entre Rios de Minas	-	-	1953 (12/12) L.E.n. 1039 de 12-12-1953
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Desterro de Entre Rios
- 2- Pereirinhas
- 3- São Sebastião do Gil – de Entre Rios de Minas é anexado ao novo Município de Desterro de Entre Rios (L.E.n. 1039 de 12-12-1953).

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/desterro-de-entre-rios/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/entre-rios-de-minas/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 29 - OLIVEIRA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de OLIVEIRA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1758 (+/-)	Oliveira	MG	Sítio da Maria de Oliveira – Campo Grande da Picada de Goyaz – Picada de Goyaz – N.S. de Oliveira - Oliveira	1758 (+/-) - N.S da Oliveira	1832 (14/07) (Decreto de 14-07-1832) Freguesia	1839 Vila de Oliveira	1839 (16/03) (L.P.n. 134 de 16-03-1839) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Passa Tempo 2 – São Francisco de Paula 3 – Cláudio 4 – Carmo da Mata	Tiradentes	-	-	1861 (19/09) L.P.n. 1102 de 19-09-1861
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Oliveira - Arraial em 1758 (+/-) - Freguesia em 1832 (Decreto de 14-07-1832) - Vila em 1839 (L.P.n. 134 de 16-03-1839)  Snrª. Da Oliveira
- 2- Carmo da Mata Japão - => Município em 1938 Carmo da Mata (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 3- São Francisco de Paula – São Francisco de Oliveira – => Município em 1962 Presidente Wenceslau Braz (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) – São Francisco de Oliveira (L.E.n. 3187 de 08-09-1964) - São Francisco de Paula (L.E.n. 6775 de 01-06-1976)
- 4- Santana do Jacaré Santo Antônio do Amparo -
- 5- Cláudio - => Município em 1911 Cláudio (L.E.n. 556 de 30-08-1911)
- 6- Passa Tempo - => Município em 1911 Passa Tempo (L.E.n. 556 de 30-08-1911)

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/oliveira/historico>

2 – <https://oliveira.atende.net/cidadao/pagina/breve-historia-de-oliveira>

3 – <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/lei/texto>

4 – Lei Provincial nº 134 de 16 de Março de 1839

5 – [https://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_(Minas_Gerais))

6 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passa-tempo/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/entre-rios-de-minas/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 30 - PASSA TEMPO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de PASSA TEMPO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	

1760 (+/-)	Passa Tempo	MG	Passa Tempo		1832 (14/07) (Decreto de 14-07-1832)	1911 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1911)	1911 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1911)	Oliveira	-	-	1925 (10/09) (L.E.n. 893 de 10-09-1925)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Passa Tempo - Ⓢ Passa Tempo
- 2- Rio do Peixe – transferido de João Ribeiro (Entre Rios de Minas) para Passa Tempo (D-L.E.n. 148 de 17-059-1938) => Município em 1953 Piracema (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Ⓢ Rio do Peixe

Observações:

Ⓢ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passa-tempo/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/entre-rios-de-minas/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 31 - PIRACEMA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de PIRACEMA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Piracema	MG	Rio do Peixe - Piracema		1855 (18/05) (L.P.n. 714 de 18-05-1855)		1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)	Passa Tempo	-	-	1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Piracema - Consta na Cartografia Histórica – Mapa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, com o nome Rio do Peixe, o que precede os dados obtidos nos veículos oficiais, nos quais constam origem da localidade em 1855. Distrito Rio do Peixe criado em 1855 pertencente ao município de João Ribeiro (L.P.n. 714 de 18-05-1855). Rio do Peixe – transferido de João Ribeiro (hoje Entre Rios de Minas) para o Município de Passa Tempo (D-L.E.n. 148 de 17-059-1938) => Município em 1953 Piracema (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Ⓢ Rio do Peixe

Observações:

Ⓢ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piracema/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passa-tempo/historico>

3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/entre-rios-de-minas/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 32 - BOM SUCESSO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BOM SUCESSO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	

1736 (+/-)	Bom Sucesso	MG	Povoado Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno – Senhor de Bom Sucesso	1824 (04/12) (Resolução de 04-12-1824) 1832 (14/07) D.de 14-07-1832 - Freguesia	1872 (15/07) (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Santo Antônio do Amparo 2 – São Tiago 3 – Ibituruna	1872 (15/07) (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Santo Antônio do Amparo 2 – São Tiago 3 – Ibituruna	São João Del Rei	-	-	1873 (15/11) (L.P.n. 2002 de 15-11-1873)
					2ª Criação					
					-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Bom Sucesso – Povoado de Campanha de Trás da Serra de Ibituruna do Rio Grande Pequeno – Freguesia em 1823, pertencia a São João Del Rei – Passou a chamar-se Bom Sucesso em 1824 – Transferida para o Município de Oliveira em 1860 – Volta a São João Del Rei quando dele é desmembrado parte do território para criação do Município de Bom Sucesso em 1872 (L.P.n. 1883 de 15-07-1872) ☞ Bom Sucesso
- 2- São João Batista – recebido do Município de Oliveira na criação do Município de Bom Sucesso – transferido para o Município de Oliveira (D-L.E.n. 843 de 07-09-1923) ☞ S. João Batista
- 3- São Tiago – recebido do Município de São José (Tiradentes na criação do Município de Bom Sucesso. => Município em 1948 São Tiago (L.E.n. 336 de 27-12-1948) ☞ S. Tiago
- 4- Macaia – constituído em 1923 (D-L.E.n. 843 de 07-09-1923) - ☞ Macaia
- 5- Santo Antônio do Amparo – passou a constar como Distrito de Bom Sucesso em 1911 => Município em 1938 Santo Antônio do Amparo (L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 6- São Gonçalo do Ibituruna – criado em São João Del Rei (L.P.n. 2150 de 30-10-1875) - Recebido de São João Del Rei (D-L.E.n. 843 de 07-09-1923) => Município em 1962 Ibituruna (Lei n.2764 de 30-12-1962) ☞ Ibituruna

Observações:

☞ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-sucesso/historico>

2 – Lei Provincial nº 1883, de 15 de julho de 1872 – p.20

3 – <https://bomsucesso.mg.gov.br/historia-e-dados/>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 33 - SÃO TIAGO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SÃO TIAGO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1708 (+/-)	São Tiago	MG	Vargem Alegre – Arraial de São Tiago	1802			1948 (27/12) (L.E.n. 336 de 27-12-1948)	Bom Sucesso	-	-	1948 (27/12) (L.E.n. 336 de 27-12-1948)
					2ª Criação						
					-	-	-				

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – São Tiago – Arraial de São Tiago, no termo da Vila de São José em 1802 – Torna-se Distrito de São João Del Rei em 1849 – Torna-se Distrito de Bom Sucesso em 1872 ☞ S. Tiago
- 2- Mercês de Água Limpa (Capelinha)

Observação: O Município possui 12 Povoados na Zona Rural: Capão das Flores; Fundo da Mata; Tatu; Patrimônio; Chapada; Córrego Fundo; Jacaré; Cajengá; Germinal e Povoado dos Melos e 2 Comunidades Quilombolas: São Pedro das Carapuças e Içara

Observações:

☞ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-tiago/historico>
2 – <https://www.saotiago.mg.gov.br/pagina/781/HIST%C3%93RICO>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 34 - BONFIM – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BONFIM – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1750 (+/-)	Bonfim	MG	Rocinha – Senhor do Bom Fim – Bonfim de Paraopeba – Bonfim		1832 (14-07) (Decreto de 14-07-1832)	1839 (16/03) (L.P.n. 134 de 16-03-1839) (L.P.n. 134 de 16-03-1839)	1839 (16/03) (L.P.n. 134 de 16-03-1839) (L.P.n. 134 de 16-03-1839)	Conselheiro Lafaiete	-	-	1860 (07/10) L.P.n. 1094 de 07-10-1860
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – **Bonfim** – Iniciou com um Núcleo chamado **Rocinha** em torno de 1750. Distrito com o nome de **Bonfim de Paraopeba** em 1832, pertencente a Queluz (Conselheiro Lafaiete) (Decreto de 14-07-1832). Passou a chamar-se **Bonfim** (L.E.n. 1094 de 07-10-1860) ☺ **S. do Bom Fim**
- 2- **N.S. da Piedade dos Gerais** - Consta na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, com o nome Piedade das Geraes, o que precede os dados obtidos nos veículos oficiais, nos quais constam origem da localidade em 1840, quando o povoado se “emancipou” da Paróquia de Bonfim, tornando-se Freguesia. Distrito criado com o nome N.S da Piedade dos Gerais (L.P.n. 184 de 03-04-1840). Passou a chamar-se **Piedade dos Gerais** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938). => **Município** em 1962 **Piedade dos Gerais** (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ☺ **Piedade da Geraes**
- 3- **São Gonçalo da Ponte** - Consta na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777 com o nome São Gonçalo da Ponte. Distrito Criado com o nome São Gonçalo da Ponte (L.P.n. 816 de 04-07-1857). Passou a chamar-se **Belo Vale** (L.E.n. 622 de 18-09-1914). => **Município** em 1938 **Belo Vale** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) ☺ **S. Gonçalo da Ponte**
- 4- **Santana do Paraopeba** – (L.P.n. 1254 de 25-11-1865). Passou a integrar o novo Município de Belo Vale (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948).
- 5- **Santa Luzia do Rio Manso** – Distrito criado em 1836 (L.P.n. 50 de 08-04-1836) Freguesia em 1880 (L.P.n. 2605 de 07-01-1880). Passou a chamar-se **Rio Manso** (L.E.n. 843 de 07-09-1923). => **Município** em 1962 **Rio Manso** (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 6- **Santo Antônio da Vargem Alegre** – (L.E.n.º 151 de 21-07-1890) – Vargem Alegre. Passou a chamar-se **Campo Alegre** (L.E.n. 622 de 18-09-1914). Passou a chamar-se **Turibaí** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948). Passou a chamar-se **S. Antônio da Vargem Alegre** (D-L.E.n.º 1039 de 12-12-1953).
- 7- N.S. da Boa Morte – (L.E.n.º 2 de 14-09-1891). Passou a chamar-se **Porto Alegre** (L.E.n. 556 de 30-08-1911). Passou a chamar-se **Moeda** (L.E.n. 1035 de 20-09-1928). Passou a integrar o novo Município de Belo Vale (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948).
- 8- **Brumadinho do Paraopeba** – (L.E.n. 2 de 14-09-1891). Passou a chamar-se **Conceição do Itaguá** (L.E.n. 622 de 18-09-1914). Passou a chamar-se **Brumadinho** (L.E.n. 843 de 07-09-1923). => **Município** em 1938 **Brumadinho** (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 9- **Santa Cruz das Águas Claras** (ex Povoado de **Gambá**) – (L.E.n. 72 de 27-07-1901). Passou a chamar-se **Santa Cruz de Dom Silvério** (L.E.n. 543 de 27-09-1910). Passou a chamar-se **Dom Silvério** (D-L.E.n.º 88 de 30-03-1938). Passou a chamar-se **Crucilândia** (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943). => **Município** em 1948 **Crucilândia** (D-L.E.n. 336 de 27-12-1948)

Observações:

☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bonfim/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/entre-rios-de-minas/historico>
 3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-manso/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 35 - PIEDADE DOS GERAIS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de PIEDADE DOS GERAIS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Piedade dos Gerais	MG	N.S da Piedade – Piedade da Geraes – Piedade das Gerais – Piedade dos Gerais		1840 (03-04) Freguesia		1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)	Bonfim	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- Sede – Piedade dos Gerais - Consta na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777, com o nome Piedade das Geraes, o que precede os dados obtidos nos veículos oficiais, nos quais constam origem da localidade em 1840, quando o povoado se “emancipou” da Paróquia de Bonfim, tornando-se Freguesia. Distrito criado com o nome N.S da Piedade dos Gerais (L.P.n. 184 de 03-04-1840). Passou a chamar-se Piedade dos Gerais (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948) ☺ Piedade das Geraes

Observações:

☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em *1777 – Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piedade-dos-gerais/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bonfim/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 36 - BELO VALE – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BELO VALE – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Belo Vale	MG	São Gonçalo da Ponte - Belo Vale		1857 (04/07) (L.P.n. 816 de 04-07-1857)		1938 (17/12) (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Moeda	Bonfim	-	-	1938 (17/12) (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- Sede – São Gonçalo da Ponte - Consta na Cartografia Histórica – Mappa da Comarca do Rio das Mortes – de 1777 com o nome São Gonçalo da Ponte. Distrito Criado com o nome São Gonçalo da Ponte (L.P.n. 816 de 04-07-1857). Passou a chamar-se Belo Vale (L.E.n. 622 de 18-09-1914). ☺ S. Gonçalo da Ponte
- Santana do Paraopeba – Criado em Bonfim (L.P.n. 1254 de 25-11-1865). Passou a integrar o novo Município de Belo Vale (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948).

3- <u>N.S. da Boa Morte</u> – Criado em Bonfim (L.E.n. 2 de 14-09-1891). Passou a chamar-se <u>Porto Alegre</u> (L.E.n. 556 de 30-08-1911). Passou a chamar-se <u>Moeda</u> (L.E.n. 1035 de 20-09-1928). Passou a integrar o novo Município de Belo Vale (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948). => Município em 1953 Moeda (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
4- <u>Côco</u> – Criado em Itabirito. Passa a fazer parte de Belo vale. Passa a fazer parte do novo Município de Moeda (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
Observações:  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes</i>
Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-vale/historico 2 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bonfim/historico

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 37 - MOEDA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de MOEDA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1891 (+/-)	Moe da	MG	Serra do Paraopeba – Serra da Moeda – São Caetano da Moeda – N. S. da Boa Morte – Porto Alegre – Moeda		1891 (14/09) (L.E.n. 2 de 14-09-1891) N. S. da Boa Morte		1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Moeda	Belo Vale	-	-	1953 (12/12) (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) Moeda
						2ª Criação					
Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:											
1- Sede – <u>N.S. da Boa Morte</u> – Criado em Bonfim (L.E.n. 2 de 14-09-1891). Passou a chamar-se <u>Porto Alegre</u> (L.E.n. 556 de 30-08-1911). Passou a chamar-se <u>Moeda</u> (L.E.n. 1035 de 20-09-1928). Passou a integrar o novo Município de Belo Vale (D-L.E.n. 148 de 17-12-1948). => Município em 1953 Moeda (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)											
2- <u>Côco</u> – Criado em Itabirito. Passa a fazer parte de Belo vale. Passa a fazer parte do novo Município de Moeda (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)											
Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/moeda/historico 2 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-vale/historico											

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 38 - RIO MANSO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de RIO MANSO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1836 (+/-)	Rio Manso	MG	Santa Luzia do Rio Manso – Rio Manso		1836 (08/04) (L.P.nº 50 de 08-04-1836)		1962 (30/12) (L.E.nº 2764 de 30-12-1962)	Bonfim	-	-	1962 (30/12) (L.E.nº 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:	
1- Sede – <u>Santa Luzia do Rio Manso</u> – Distrito criado em Bonfim (L.P.nº 50 de 08-04-1836) Freguesia em 1880 (L.P.nº 2605 de 07-01-1880). Passou a chamar-se <u>Rio Manso</u> (L.E.nº 843 de 07-09-1923).	
Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-manso/historico	
2 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bonfim/historico	

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 39 - BRUMADINHO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BRUMADINHO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1891 (+/-)	Brumadinho	MG	Brumadinho do Paraopeba - Conceição do Itaguá – Brumadinho		1891 (14-09) (L.E.n. 2 de 14-09-1891) Brumadinho do Paraopeba		1938 (17/12) (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)	Bonfim + território de Itabirito e Nova Lima	-	-	1938 (17/12) (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:	
1- Sede – <u>Brumadinho do Paraopeba</u> – em Bonfim (L.E.n. 2 de 14-09-1891). Passou a chamar-se <u>Conceição do Itaguá</u> (L.E.n. 622 de 18-09-1914). Passou a chamar-se <u>Brumadinho</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923)	
2- <u>Aranha</u>	
3- <u>Piedade do Paraopeba</u>	
4- <u>São José do Paraopeba</u> – Dada a hipótese de poder ser São José que aparece na Cartografia Histórica – Mapa da Comarca do Rio das Mortes, pelo nome e localização. Confirmado por dados disponibilizados pelo Museu Histórico de Brumadinho que, confirmado que o distrito fez o trânsito administrativo encontrado nas linhas do tempo relacionadas, a Matriz do Distrito de São José do Paraopeba é edificação datada de 1751 , portanto compatível com o representado na Cartografia Histórica. ☺ S. Jozé	
5- <u>Conceição do Itaguá</u> – criado em 1953 (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)	
Observações:	
☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em <i>1777 – Mapa da Comarca do Rio das Mortes/</i>	
Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/brumadinho/historico	
2 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bonfim/historico	
3 – https://www.museubrumadinho.com/post/o-distrito-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9-do-paraopeba	

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo

Linha do Tempo 40 - CRUCILÂNDIA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CRUCILÂNDIA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1674 (+/-)	Crucilândia	MG	Povoado de Gambá – Águas Claras – Santa Cruz das Águas		1901 (27-07) (L.E.n. 72 de 27-07-1901) Santa)	1948 (27/12) (D-L.E.n. 336 de 27-12-1948)	Bonfim	-	-	1948 (27/12) (D-L.E.n. 336 de 27-12-1948)
						-	-	-			

			Claras – Santa Cruz de Dom Silvério – Dom Silvério – Crucilândia		Cruz de Águas Claras						Crucilândia
--	--	--	--	--	----------------------	--	--	--	--	--	-------------

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:
 1- Sede – Santa Cruz das Águas Claras (ex Povoado de Gambá) – (L.E.n. 72 de 27-07-1901). Passou a chamar-se Santa Cruz de Dom Silvério (L.E.n. 543 de 27-09-1910). Passou a chamar-se Dom Silvério (D-L.E.n. 88 de 30-03-1938). Passou a chamar-se Crucilândia (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943). => **Município** em 1948 Crucilândia (D-L.E.n. 336 de 27-12-1948)

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/crucilandia/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bonfim/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 41 - BARBACENA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BARBACENA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1698 (+/-)	Barbacena	MG	Borda do Campo - Povoação da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova de N.S. da Piedade da Borda do Campo - Arraial da Igreja Nova do Campolide - Igreja Nova - Barbacena	1725 Freguesia de N.S. da Piedade - Arraial da Igreja Nova de N.S. da Piedade - Borda do Campo	1752 (16/01) Barbacena (Alvará de 16-01-1752)	1791 (14/08) Barbacena (Alvará de 14-08-1791) Barbacena	1791 (14/08) (Alvará de 14-08-1791) Barbacena Municípios Oriundos diretamente deste: 1 – Juiz de Fora 2 – Senhora dos Remédios 3 – Desterro do Melo 4 – Carandaí 5 – Ressaquinha 6 – Bias Fortes 7 – Ibertioga 8 – Oliveira Fortes 9 – Tugúrio 10 – Antônio Carlos 11 – Paiva	São João Del Rei e Tiradentes	-	-	1840 (09/03) L.P.n. 163 de 09-03-1840 Barbacena
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:
 1- Sede – Barbacena – Já referenciada em 1698, Localidade conhecida como Borda do Campo às margens do Caminho Novo da Estrada Real para o Rio de Janeiro - Freguesia em 1725 com a sede da freguesia na Capela provisória N.S. da Piedade - Sede da freguesia foi transferida em 1730 para N.S do Pilar do Registro Velho (atual Sá Fortes, distrito de Barbacena) presente na Cartografia Histórica como Registro Velho - Sede da Freguesia volta com a inauguração da Igreja Nova em 1748 – Distrito criado em 1752 Barbacena (Alvará de 16-01-1752) – Vila em 1791 Barbacena (Alvará de 14-08-1791) - Título de “Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena” (Alvará de 24-02-1823) – Cidade em 1840 (L.P.n. 163 de 09-03-1840) ☺ Igreja Nova
 2- Registro Velho - Sede da freguesia de Borda do Campo (atual Barbacena) foi transferida para Registro Velho em 1730 para N.S do Pilar do Registro Velho (atual Sá Fortes, distrito de Barbacena) presente na

<p>Cartografia Histórica como Registro Velho - Sede da Freguesia volta para o local anterior com a inauguração da Igreja Nova em 1748 em Igreja Nova (atual Barbacena) – Transferido o território do Povoado para o Novo Município de Antônio Carlos em 1941 – Distrito criado no Município de Antônio Carlos e passou a chamar-se <u>Doutor Sá Fortes</u> (L.M.n. 1285 de 19-07-1995) ☉ <u>Reg^a Velho</u></p> <p>3- <u>Juiz de Fora</u> – Povoação de <u>Santo Antônio de Juiz de Fora</u> – Distrito criado no Município de Barbacena em 1850 já elevado a <u>Vila</u> pela mesma Lei com a denominação <u>Santo Antônio do Paraibuna</u> (L.P.n. 472 de 31-05-1850) – Passou a chamar-se <u>Paraibuna</u> (L.P.n. 759 de 02-05-1856) - Passou a chamar-se <u>Juiz de Fora</u> (L.P.n. 1262 de 19-12-1865). ☉ <u>Juiz de Fora</u></p> <p>4- <u>N.S. dos Remédios</u> – (L.P.n. 1723 de 10-10-1870) – Passou a chamar-se <u>Remédios</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923) – Passou a chamar-se <u>Angoritaba</u> (L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => <u>Município</u> em 1953 <u>Senhora dos Remédios</u> (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)</p> <p>5- <u>Desterro do Melo</u> (L.P.n. 1830 de 10-10-1871) => <u>Município</u> em 1962 <u>Desterro do Melo</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)</p> <p>6- <u>Santana da Ressaca</u> (L.P.n. 1887 de 15-07-1872) – Povoado <u>Charandaí</u> na Cartografia Histórica - Passou a chamar-se <u>Santana do Carandaí</u> (L.P.n.2325 de 12-07-1876) => <u>Município</u> em 1923 <u>Carandaí</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923) ☉ <u>Charandaí</u></p> <p>7- <u>Ribeirão de Alberto Dias</u> – Povoação desde antes de 1720, quando já tinha a Igreja N.S. do Rosário - O Distrito do <u>Ribeirão Alberto Dias</u>, cujo território compreendia o atual município de Alfredo Vasconcelos e parte de Barbacena. – Desmembrado o Distrito de Ribeirão Alberto Dias do Povoado de Ressaquinha e o anexa à Barbacena (L.E.n. 2935 de 23-09-1882) - Transferida a Sede do Distrito de Ribeirão Alberto Dias para a Estação de Ressaquinha, com o nome de Distrito de São José de Ressaquinha (L.E.n. 1734 de 15-03-1895) subordinado à Barbacena – A recriação do Distrito se deu com o nome <u>Alfredo Vasconcelos</u> (ex Ribeirão Alberto Dias), pertencente à Ressaquinha (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) => <u>Município</u> em 1992 <u>Alfredo Vasconcelos</u> (L.E.n. 10704 de 27-04-1992) ☉ <u>Ribeirão de Alberto Dias</u></p> <p>8- <u>Ressaquinha</u> - Passou a chamar-se <u>São José da Ressaquinha</u> (L.E.n. 50 de 19-09-1895) => <u>Município</u> em 1953 <u>Ressaquinha</u> (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)</p> <p>9- <u>Quilombo</u> (L.P.n. 2149 de 30-10-1875) – Passou a chamar-se <u>União</u> (Decreto n. 148 de 20-05-1896) Passou a chamar-se <u>Bias Fortes</u> (L.E.n. 52 de 21-09-1895) => <u>Município</u> em 1938 <u>Bias Fortes</u>(L.E.n. 148 de 17-12-1938)</p> <p>10- <u>S. Antônio da Ibertioga</u> (L.P.n. 2701 de 30-11-1880) – Passou a chamar-se <u>Ibertioga</u> (L.E.n. 148 de 17-12-1938) => <u>Município</u> em 1962 <u>Ibertioga</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)</p> <p>11- <u>Santana do Livramento</u> (L.P.n. 2712 de 30-11-1880) – Passou a chamar-se <u>Livramento</u> (L.E.n. 148 de 17-12-1938) – Passou a chamar-se <u>Oliveira Fortes</u> (L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => <u>Município</u> em 1953 <u>Oliveira Fortes</u> (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)</p> <p>12- <u>Borda do Campo</u> (L.P.n. 2799 de 30-10-1881) – Passou a chamar-se <u>São Sebastião dos Torres</u> (L.P.n. 2955 de 07-10-1882) - Passou a chamar-se <u>Torres</u> (L.E.n. 148 de 17-12-1938) – Passou a chamar-se <u>Correia de Almeida</u> (L.E.n. 1058 de 31-12-1943)</p> <p>13- <u>Santa Rita do Ibitipoca</u> recebido do Município de Lima Duarte (L.P.n. 2906 de 26-09-1882) - Transferido para o novo Município de Bias Fortes (L.E.n. 148 de 17-12-1938)</p> <p>14- <u>São Domingos</u> (L.P.n. 3272 de 30-10-1884) – Passou a chamar-se <u>Domingos do Monte Alegre</u> (Decreto.n. 318 de 09-01-1891) – Transferido para o Município de Alto Rio Doce (L.E.n. 843 de 07-09-1923)</p> <p>15- <u>Santa Bárbara do Tugurio</u> (L.P.n. 3798 de 16-08-1889) – Passou a chamar-se <u>Tugúrio</u> (L.E.n. 148 de 17-12-1938) => <u>Município</u> em 1962 <u>Tugúrio</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)</p> <p>16- <u>Curral Novo</u> (L.E.n. 2 de 14-09-1891) – Passou a chamar-se <u>Bias Fortes</u> (L.E.n. 52 de 21-09-1895) – Passou a chamar-se <u>Sítio</u> (L.E.n. 148 de 17-12-1938) => <u>Município</u> em 1948 <u>Antônio Carlos</u> (L.E.n. 336 de 27-12-1948)</p> <p>17- <u>Pedro Teixeira</u> (L.E.n. 556 de 30-08-1911) – transferido para o Município de Lima Duarte (L.E.n. 843 de 07-09-1923)</p> <p>18- <u>Campolide</u> (L.E.n. 556 de 30-08-1911) – Passou a chamar-se <u>Saldanha</u> (L.E.n. 88 de 30-03-1938) – Transferido para o novo Município de Bias Fortes (L.E.n. 148 de 17-12-1938)</p> <p>19- <u>Ilhéus</u> (L.E.n. 663 de 18-09-1915) – Passou a chamar-se <u>Padre Brito</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923)</p> <p>20- <u>Paiva</u> – (L.E.n. 336 de 27-12-1948) => <u>Município</u> em 1953 <u>Paiva</u> (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)</p> <p>21- <u>Senhora das Dores</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)</p> <p>22- <u>Colônia Rodrigo Silva</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>23- <u>Costas da Mantiqueira</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>24- <u>Faria</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>25- <u>Galego</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>26- <u>Mantiqueira</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996) ☉ <u>Mantiqueira</u></p> <p>27- <u>Palmital</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>28- <u>Pinheiro Grosso</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>29- <u>Ponte do Cosme</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>30- <u>Ponte Chique do Martelo</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>31- <u>São Sebastião dos Torres</u> (L.E.n. 3365 de 08-11-1996)</p> <p>Observações: ☉ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mapa da Comarca do Rio das Mortes</i></p>

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>
 2 – [https://pt.wikipedia.org/wiki/Barbacena_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Barbacena_(Minas_Gerais))
 3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bias-fortes/historico>
 4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/antonio-carlos/historico>
 5 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/historico>
 6 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santos-dumont/historico>
 7 – Lei Estadual n. 336 de 27 de dezembro de 1948
 8 – Lei Estadual n. 2764 de 30 de dezembro de 1962

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 42 - IBERTIOGA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de IBERTIOGA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1711 (+/-)	Ibertioga	MG	Santo Antônio da Bertioiga – Ibertioga		1880 (30/11) (L.P.n. 2701 de 30-11-1880) Santo Antônio da Bertioiga		1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) Ibertioga	Barbacena	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – S. Antônio da Ibertioga criado em Barbacena (L.P.n. 2701 de 30-11-1880) – Passou a chamar-se Ibertioga (L.E.n. 148 de 17-12-1938)  S. Antonio da Bertioiga

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ibertioga/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 43 - SANTA RITA DE IBITIPOCA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SANTA RITA DE IBITIPOCA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Santa Rita de Ibitipoca	MG	Ibitipoca – Arraial de Santa Rita – Santa Rita de Ibitipoca		1826 Freguesia		1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) Santa Rita de Ibitipoca	Bias Fortes	-	-	1962 (30/12) (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Santa Rita do Ibitipoca - Transferido do Município de Lima Duarte para o Município de Barbacena (L.P.n. 2906 de 26-09-1882) - Transferido para o novo Município de Bias Fortes (L.E.n. 148 de 17-12-1938)

 Ibitipoca

Observações:

☉ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-rita-de-ibitipoca/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 44 - CARRANCAS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CARRANCAS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Carrancas	MG	Carrancas		1813 (19/07) (Resolução.n. 30 de 19-07-1813) N.S. da Conceição de Carrancas		1948 (27/12) (L.E.n. 336 de 27-12-1948) Carrancas	Francisco Sales	-	-	1948 (27/12) (L.E.n. 336 de 27-12-1948) Carrancas
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Carrancas – Povoado de Carrancas já em 1777, confirmado na Cartografia Histórica - Criado o Distrito com o Nome de N.S. da Conceição de Carrancas no Município de Turvo (Ordem Régia.n. 30 de 19-07-1813) – Transferido para o Município de Lavras (L.E.n. 319 de 16-09-1901) - Passou a chamar-se Carrancas e transferido para o Município de Francisco Sales (L.E.n. 148 de 17-12-1938). ☉ Carrancas

Observações:

☉ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carrancas/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 45 - LAVRAS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de LAVRAS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1750 (+/-)	Lavras	MG	Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil - Lavras	Arraial de Sant'Ana das Lavras do Funil	1813 (19/07) (Resolução.n. 30 de 19-07-1813) Lavras do Funil	1831	1831 (13/10) (Decreto de 13-10-1831) Lavras do Funil Municípios diretamente deste: 1- Itumirim 2- Ijací 3- Ribeirão Vermelho	Turvo	-	-	1868 (20/07) (L.P.n. 1510 de 20-07-1868) Lavras
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1-	Sede – <u>Lavras</u> – criado o Distrito com o Nome de N.S. da Conceição de Carrancas no Município de Turvo (Ordem Régia.n. 30 de 19-07-1813) – Transferido para o Município de Lavras (L.E.n. 319 de 16-09-1901) - Passou a chamar-se <u>Carrancas</u> e transferido para o Município de Francisco Sales (L.E.n. 148 de 17-12-1938). 🌀 Lavras
2-	<u>Rosário</u> - criado em 1870 (L.P.n. 1708 de 04-10-1870) - Passou a chamar-se <u>Coruja</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - Passou a chamar-se <u>Itumirim</u> (L.E.n. 860 de 09-09-1924) => Município em 1943 <u>Itumirim</u> (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) abrangendo os distritos de Itumirim, Ingáí, Itutinga e Luminárias.
3-	<u>N.S. do Carmo das Luminárias</u> - criado em 1873 (L.P.n. 2001 de 14-11-1873) - Passou a chamar-se <u>Luminárias</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - Transferido para o Novo Município de Itumirim (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
4-	<u>Santo Antônio da Ponte Nova</u> - criado em 1880 (L.P.n. 2702 de 30-11-1880) - Passou a chamar-se <u>Itutinga</u> (L.E.n. 860 de 09-09-1924) - Transferido para o Novo Município de Itumirim (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
5-	<u>Conceição do Rio Grande</u> - criado em 1891 (L.E.n. 326 de 13-01-1891) - Passou a chamar-se <u>Ijací</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923) => Município em 1962 <u>Ijací</u> (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
6-	<u>Ingáí</u> - criado em 1891 (L.E.n. 2 de 14-09-1891) - Transferido para o Novo Município de Itumirim (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
7-	<u>Ribeirão Vermelho</u> - criado em 1901 (L.E.n. 315 de 12-09-1901) => Município em 1948 <u>Ribeirão Vermelho</u> (L.E.n. 336 de 27-12-1948)
8-	<u>Carrancas</u> – Povoado já em 1777, confirmado na Cartografia Histórica com o nome <u>Carrancas</u> - Criado o Distrito com o Nome de N.S. da Conceição de Carrancas no Município de Turvo (Ordem Régia.n. 30 de 19-07-1813) – Recebido do Município de Turvo (L.E.n.º 319 de 16-09-1901) - - Passou a chamar-se <u>N.S. da Conceição de Carrancas</u> (D-L.E.n. 88 de 30-03-1938) - Passou a chamar-se <u>Carrancas</u> e Transferido para o Município de Francisco Sales (L.E.n. 148 de 17-12-1938) - 🌀 Carrancas

Observações:
🌀 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/historico>
2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carrancas/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 46 - SERRANOS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SERRANOS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial															
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade				
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a					
1721 (+/-)	Serranos	MG	N.S. do Bonsucesso de Serranos - Arraial do Bom Sucesso de Serranos	1724	N.S. do Bonsucesso de Serranos	1840	(L.P. de 1840)	Bom Sucesso de Serranos	1953 (12/12)	(L.E.n. 1039 de 12-12-1953)	Aiuruoca	-	-	1953 (12/12)	(L.E.n. 1039 de 12-12-1953)

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- Sede – Serranos – Arraial com a Capela em 1724 - Criado o Distrito com o Nome de Bom Sucesso dos Serranos no Município de Aiuruoca (1840) - Passou a chamar-se Serranos (L.E.n. 843, de 07-09-1923) 🌀

Observações:
🌀 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/historico>
2 – <https://serranos.mg.gov.br/historia-e-dados/>
3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aiuruoca/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 47 - BAEPENDI – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BAEPENDI – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1692 (+/-)	Baependi	MG	Santa Maria de Baependi - Baependi	-	1752 (Alvará de 07-08-1752) Santa Maria de Baependi	1814 (19-07-1814) Santa Maria de Baependi	1814 (19-07-1814) Santa Maria de Baependi	Campanha da Princesa (Campanha)	-	-	1856 (02/05) (L.P.n. 759 de 02-05-1856) Baependi
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Baependi - Distrito de Santa Maria de Baependi criado em Campanha da Princesa (Campanha) em 1752 (Alvará de 07-08-1752) - Passou a chamar-se Baependi em 1856 (L.P.n. 759 de 02-05-1856) ☺ Baependi
- 2- São Tomé das Letras - recebido do Município de Lavras em 1842 (L.P.n. 239 de 30-11-1842) => **Município** em 1948 São Tomé das Letras (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 3- São Sebastião da Encruzilhada - Criado em Baependi em 1873 (L.P.n. 1997 de 14-11-1873) - Passou a chamar-se Encruzilhada (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - Passou a chamar-se Cruzilha (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => **Município** em 1948 Cruzilha (L.E.n. 336 de 27-12-1948)
- 4- Aiuruoca - Arraial de Aiuruoca fundado em 1706 - Distrito em 1724 (Alvará de 16-02-1724) - Vila de Aiuruoca em 1834 (Resolução n. 17 de 14-08-1834)

Observações:

☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/baependi/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aiuruoca/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 48 - AIURUOCA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de AIURUOCA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1706 (+/-)	Aiuruoca	MG	Jeruoca - N.S. da Conceição de Aiuruoca do Rio das Mortes - Aiuruoca do Rio das Mortes	1724 N.S. da Conceição de Aiuruoca do Rio das Mortes	1724 (Alvará de 16-02-1724)	1834 (14/08) (Resolução n. 17 de 14-08-1834) Municípios Oriundos diretamente deste:	1834 (14/08) (Resolução n. 17 de 14-08-1834) Municípios Oriundos diretamente deste:	Baependi	-	-	1868 (20/07) (L.P.n. 1510 de 20-07-1868)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

1-	Sede – <u>Aiuruoca</u> - Arraial de Aiuruoca fundado em 1706 - Distrito em 1724 (Alvará de 16-02-1724) - Vila de Aiuruoca em 1834 (Resolução n. 17 de 14-08-1834) ⚙ <u>Jeruoca</u>
2-	<u>Serranos</u> – Arraial com a Capela em 1724 - Criado o Distrito com o Nome de Bom Sucesso dos Serranos no Município de Aiuruoca (1840) - Passou a chamar-se <u>Serranos</u> (L.E.n. 843, de 07-09-1923) => Município em 1953 <u>Serranos</u> (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) ⚙ <u>Serrãos</u>
3	<u>Bom Jesus do Livramento</u> - Criado em Aiuruoca em 1855 (L.P.n. 726 de 18-05-1855) - Passou a chamar-se <u>Liberdade</u> (L.E.n. 843, de 07-09-1923) => Município em 1938 <u>Liberdade</u> (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) abrangendo os Distritos de Liberdade, Bocaína e Passa Vinte.
4	<u>Alagoa</u> - Criado em Aiuruoca em 1855 (L.P.n. 728 de 18-05-1855) => Município em 1923 <u>Itanhadu</u> (L.E.n. 843 de 07-09-1923)
5	<u>Rosário da Bocaína</u> - Criado em Aiuruoca em 1858 (L.P.n. 866 de 14-05-1858) - Transferido para o Novo Município de Liberdade (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
6	<u>Passa Vinte</u> - Criado em Aiuruoca em 1873 (L.P.n. 2040 de 01-12-1873) - Transferido para o Novo Município de Liberdade (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
7	<u>Guapiara</u> - Arraial de Gupiara na Cartografia Histórica de 1777 - Criado o Distrito em Aiuruoca em 1891 (L.E.n. 2 de 14-09-1891) - Passou a chamar-se <u>Carvalhos</u> (L.E.n. 556, de 30-08-1911) => Município em 1948 <u>Carvalhos</u> (L.E.n. 336 de 27-12-1948) ⚙ <u>Gupiara</u>

Observações:
 ⚙ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aiuruoca/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/historico>
 3 – <https://serranos.mg.gov.br/historia-e-dados/>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 49 - CARVALHOS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CARVALHOS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1744 (+/-)	Carvalhos	MG	Gupiara - Guapiara - Carvalhos	- Arraial de Gupiara	1891 (L.E.n. 2 de 14-09-1891) Guapiara		1948 (27/12) (L.E.n. 336 de 27-12-1948) Carvalhos	Aiuruoca	-	-	1948 (27/12) (L.E.n. 336 de 27-12-1948) Carvalhos
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:
 1- Sede – Guapiara - Arraial de Gupiara na Cartografia Histórica de 1777 - Criado o Distrito em Aiuruoca em 1891 (L.E.n. 2 de 14-09-1891) - Passou a chamar-se Carvalhos (L.E.n. 556, de 30-08-1911) => **Município** em 1948 Carvalhos (L.E.n. 336 de 27-12-1948) ⚙ Gupiara

Observações:
 ⚙ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carvalhos/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aiuruoca/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 50 - ITAJUBÁ – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de ITAJUBÁ – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1740 (+/-)	Itajubá	MG	Boa Vista - Capela Nova	1752 Arraial Soleda	1832 (14/07) (Decret)	1848 (27/09) (L.P.n. 355 de 27-09-1848)	1848 (27/09) (L.P.n. 355 de 27-09-1848)	Campanha	-	-	1862 (04/10) (L.P.n. 1149)

			Descoberto - Soledade de Itajubá - Itajubá Velho - Itajubá	de de Itajubá	o de 14-07-1832) Boa Vista de Itajubá Freguesia	355 de 27-09-1848)	Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Delfim Moreira 2- Piranguçu 3- Wenceslau Braz			de 04-10-1862)
							2ª Criação			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Itajubá - Apesar dos dados de ocupação dados pelo IBGE, desde 1740, na Cartografia Histórica Itajubá aparece em 1777 como um Regimento - Distrito (Decreto de 14-07-1832) - Vila (L.P.n. 355 de 27-09-1848) ☺ Itajubá Reg.
- 2- Soledade de Itajubá - Passou a chamar-se Delfim Moreira - =>Município em 1943 Delfim Moreira (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 3- Piranguçu - =>Município em 1962 Piranguçu (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 4- Bicas do Meio - =>Município em 1962 Wenceslau Braz (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 5- Lourenço Velho
- 6- Cristina - (Povoado de Espírito Santo dos Cumquibus) Distrito Criado em Itajubá (L.P.n. 209 de 07-04-1841) => Município e Vila em 1850 Cristina (L.P.n. 485 de 19-06-1850) - Cidade em 1872 (L.P.n. 1885 de 15-07-1872)

Observações:

☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itajuba/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aiuruoca/historico>

3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cristina/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 51 - POUSO ALTO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de POUSO ALTO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1692 (+/-)	Pouso Alto	MG	Pozo Alto - Pouso Alto	1752 (Ordem Régia de 02-08-1752) Arraial N.S. da Conceição dos Pousos Altos	1832 (14/07) (Decreto de 14-07-1832) Freguesia	1874 (19/12) (L.P.n. 2079 de 18-12-1874) Pouso Alto	1874 (19/12) (L.P.n. 2079 de 18-12-1874) Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Itanhadú 2- São Lourenço 3- São Sebastião do Rio Verde	Baependi	-	-	1878 (19/12) (L.P.n. 2461 de 19-10-1878)
						2ª Criação					

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Pouso Alto - Arraial em 1752 N.S da Conceição dos Pousos Altos (Ordem Régia de 02-08-1752) - Freguesia (Decreto de 14-07-1832)- Vila (L.P.n. 2079 de 19-12-1874) ☺ Pozo Alto
- 2- Sant'Ana do Capivari-
- 3- São José do Picu - Transferido para o Novo Município de Itanhadú (L.E.n. 843 de 07-09-1923)
- 4- Itanhadú - =>Município em 1923 Itanhadú (L.E.n. 843 de 07-09-1923)
- 5- São Lourenço - Recebido do Município de Silvestre Ferraz (atual Carmo de Minas) em 1923 (L.E.n. 843 de 07-09-1923) =>Município em 1927 São Lourenço (D-L.E.n. 7562 de 01-04-1927)

6- <u>São Sebastião do Rio Verde</u> - (Povoado de Estação) Povoado de Estação de Povo Alto em 1891 - Distrito criado no Município de Povo Alto em 1953 (L.E.n 1039 de 12-12-1953) => Município em 1962 São Sebastião do Rio Verde (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
Observações:  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em <i>1777 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes/</i>
Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/povo-alto/historico 2 – Lei Provincial n. 2079 de 19 de dezembro de 1874 2 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-sebastiao-do-rio-verde/historico

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 52 - CAMPANHA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CAMPANHA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1737 (+/-)	Campanha	MG	Povoado de São Cipriano - Arraial de São Cipriano - Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde - Campanha da Princesa da Beira - Campanha do Rio Verde - Campanha	1737 (02/10)	1752 (Ordem Régia de 02-08-1752)	1798 (20-09)	1798 (Alvará de 20-09-1798)	São João Del Rei	-	-	1840 (09/03) (L.P.n. 163 de 09-03-1840)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Campanha - Povoado de São Cipriano iniciado em 02-10-1737 Pelo Ouvidor Cipriano José da Rocha - Freguesia em 1752 Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde (Ordem Régia de 02-08-1752) - Vila em 1798 Vila da Campanha da Princesa da Beira (Alvará de 20-09-1798) - Passou a chamar-se Campanha (L.P.n. 163 de 09-03-1840)  Campanha do Rio Verde.
- 2- Pouso Alegre - Povoado Mandú - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Mandú - Arraial em 1795 Arraial de Bom Jesus de Matozinhos do Mandu - Distrito criado no Município de Campanha em 1810 com o nome de Pouso Alegre (Alvará de 06-11-1810) - Vila em 1831 (Decreto de 13-10-1831) => **Município** em 1831 Pouso Alegre (Decreto de 13-10-1831)  Mandú
- 3- Conceição da Ponte Alta - Criado o Distrito em Campanha (L.E.n. 556 de 30-08-1911) - Passou a chamar-se N.S. da Campanha (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - Passou a chamar-se Ponte Alta (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - Passou a chamar-se Monsenhor Paulo (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) => **Município** em 1948 **Monsenhor Paulo** (L.E.n. 336 de 27-12-1948)
- 4- Jacuí - Povoado Lavras do Jacuí - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Arraial do Jacuí - Distrito criado no Município de Campanha antes de 1745 com o nome de São Carlos do Jacuí - Vila a 1ª vez em 1814 (Alvará de 19-07-1814) => **Município** em 1814 São Carlos do Jacuí - Anexado ao Município de São Sebastião do Paraíso em 1870 (L.P.n. 1641 de 13-09-1870) e elevado a Município a 2ª vez em 1881 já com o nome Jacuí (L.P.n. 2784 de 22-09-1881) -  Arraial do Jacuí
- 5-

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em *1777 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campanha/historico>
 2 – [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_(Minas_Gerais))
 3 – <https://www.campanha.mg.gov.br/index.php/o-municipio>
 4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pouso-alegre/historico>
 4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jacui/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 53 - SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1740 (+/-)	São Gonçalo do Sapucaí	MG	Povoado São Gonçalo da Campanha do Rio Verde - São Gonçalo da Campanha	1743 (Decreto do Ouvidor de 02-03-1743) Arraial de São Gonçalo da Campanha do Rio Verde	1878 (L.P.n. 2454 de 19-10-1878)	1880 (03/01) (L.P.n. 2556 de 03-01-1880) (L.P.n. 2556 de 03-01-1880) São Gonçalo do Sapucaí	1880 (03/01) (L.P.n. 2556 de 03-01-1880) Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Turvolândia 2- Heliadora 1-	-	-	-	1880 (03/01) (L.P.n. 2556 de 03-01-1880) São Gonçalo do Sapucaí
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – São Gonçalo do Sapucaí - Povoado começou em 1740 São Gonçalo da Campanha do Rio Verde na Região das Minas de 'Ouro Fala' e 'Ouro Ronca' - Arraial em 1743 São Gonçalo da Campanha do Rio Verde (Decreto do Ouvidor de 02-03-1743) - Passou a chamar-se São Gonçalo do Sapucaí em 1880 -  S. Gonçalo da Campanha
- 2- Paredes do Sapucaí - Cordislândia
- 3- Retiro - Criado o Distrito no Município de Pouso Alegre em 1877 (L.P.n. 2402 de 05-11-1877) - Transferido para o Município de São Gonçalo do Sapucaí antes de 1911. => Município em 1962 Turvolândia (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 4- Santa Isabel - Criado o Distrito no Município de São Gonçalo do Sapucaí em 1878 (L.P.n. 2454 de 19-10-1878) - Passou a chamar-se Heliadora (L.E.n. 843 de 07-09-1923) => Município em 1948 Senador Lemos (L.E.n. 336 de 27-12-1948) - Passou a chamar-se Heliadora (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
- 5- Volta Grande - Povoação desde cerca de 1802 - Distrito criado em 1881 (L.P.n. 2779 de 19-09-1881) - Passou a chamar-se Careassu e foi transferido para o Município de Santa Rita do Sapucaí (L.E.n. 843 de 07-09-1923) - (Foi desmembrado de S.Rita do Sapucaí em 1953 com o nome Careaçú - L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
- 6- Ferreiras -
- 7- Ribeiros -

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-goncalo-do-sapucaí/historico>
 2 – https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_do_Sapuca%C3%AD
 3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/turvolandia/historico>
 4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/careacu/historico>

Fonte: **Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.**

Linha do Tempo 54 - SILVIANÓPOLIS – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de SILVIANÓPOLIS – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1746 (+/-)	Silvianópolis	MG	Descoberto do Ouro do Sapucaí - Povoação de Santana do Sapucaí - Arraial do Ouro - Freguesia de Santana - Santa Ana do Sapucaí - Santana do Sapucaí - Silvianópolis	1746 (30/10)	1838 (03/04) (L.P.n. 138 de 0-04-1838) Distrito		1911 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1911) Silvianópolis Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Espírito Santo do Dourado 2- São João da Mata	Pouso Alegre	-	-	1911 (30/08) (L.E.n. 556 de 30-08-1911) Silvianópolis
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Silvianópolis - Antiga Povoação de Santana do Sapucaí iniciada por volta de 1746, confirmada na Cartografia Histórica de 1777 com este nome - Arraial em 30-10-1746 Arraial do Ouro - Distrito criado em 1838 Silvianópolis (L.P.n. 138 de 0-04-1838) - Cidade em 1911 (L.E.n. 556 de 30-08-1911) - ☺ S. Ana do Sapucaí
- 2- Espírito Santo do Dourado - (L.E.n. 556 de 30-08-1911) - Passou a chamar-se Dourado - Passou a chamar-se Jangada (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) - Passou a a chamar-se Espírito Santo do Dourado (L.E.n. 336 de 27-12-1948) - =>Município em 1962 Espírito Santo do Dourado (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 3- Jacarini - (D-L.E.n. 1058 de 31-12-1943) - Passou a chamar-se São João da Mata (L.E.n 1039 de 12-12-1953) - =>Município em 1962 São João da Mata (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Observações:

☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/silvianopolis/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 55 - OURO FINO – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de OURO FINO – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1746 (+/-)	Ouro Fino	MG	Registro do Ouro Fino - Ouro fino	1749 (08/03)		1868 (22/07) (L.P.n. 1570 de 22-07-1868) (L.P.n. 1570 de 22-07-1868) Ouro Fino	1868 (22/07) (L.P.n. 1570 de 22-07-1868) Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Monte Sião 2- Bueno Brandão 3- Inconfidentes	Pouso Alegre	-	-	1880 (04/11) (L.P.n. 2658 de 04-11-1880)
						2ª Criação					
						-	-	-			

				Lustosa						
<p>Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Sede – <u>Ouro Fino</u> - Fundado a Povoação pelo Regente do Sapucaí por volta de 1746 - Arraial em 1749 - Pertenceu a S. João Del Rei - Transferido para Campanha em 1799 - Transferido para o Novo Município de Pouso Alegre em 1831 - Vila em 22-07-1868 (L.P.n. 1570 de 22-07-1868) -  Registro do Ouro Fino 2- <u>Monte Sião</u> - Criado o Distrito em Ouro Fino (L.P.n. 2085 de 24-12-1874) - => Município em 1936 Monte Sião (L.E.n. 115 de 03-11-1936) 3- <u>Campo Místico</u> - Transferido do Município de Jaguari (Camanducaia) para Ouro Fino (D-L.E.n. 2 de 14-09-1891) - => Município em 1938 Bueno Brandão (L.E.n. 148 de 17-12-1938) 4- <u>Piedade</u> - Criado o Distrito em Ouro Fino (L.E.n. 556 de 30-11-1911) - Passou a chamar-se <u>Crisólita</u> (L.E.n. 806 de 22-09-1921) 5- <u>Inconfidentes</u> - (Ex- Povoado de Inconfidentes) - Criado o Distrito em Ouro Fino (L.E.n. 1039 de 12-12-1953) => Município em 1962 Inconfidentes (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) 6- <u>São José do Mato Adentro</u> - Criado o Distrito em Ouro Fino (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) 7- <u>Jacutinga</u> <p>Observações:  /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – <i>Mappa da Comarca do Rio das Mortes/</i></p> <p>Fonte: 1 – https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-fino/historico 2 – https://ourofino.mg.gov.br/historia/</p>										

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Figura 23 - Texto da Lei Provincial n. 171 de 23 de março de 1840 - Eleva à Vila Camanducaia com o nome de Villa de Jaguary - Minas Gerais

Art. 2. Ficão elevadas à Villas as seguintes povoações :

§ 1. A da Conceição do Serro com o Titulo de Villa da Conceição, comprehendendo no seu Municipio a Freguezia do mesmo nome, a do Morro de Gaspar Soares, e a de São Miguel e Almas.

§ 2. A da Serra do Grão-Mogór na Comarca do Gequitinhonha com o nome de Villa do Grão-Mogór, comprehendendo no seu Municipio o Districto da mesma povoação, e os de Santo Antonio de Gorutuba, São José do Gorutuba, e do Tremedal, que ficão desmembrados do Municipio de Formigas.

§ 3. A de Camanducaia do Municipio de Pouzo Alegre com o Titulo de Villa de Jaguary, cujo Municipio será designado pelo Presidente da Provincia, que sujeitará a approvação da Assembléa o que houver determinado á este respeito.

§ 4. A de Nossa Senhora do Patrocinio comprehendendo no seu Municipio todos os Curatos da Freguezia d'este nome, excepto o de Santa Anna da Barra do Rio das Velhas, que fica pertencendo ao Municipio d'Uberaba.

Fonte: Lei Provincial n. 171 de 23 de março de 1840. Arquivo Público Mineiro.

Linha do Tempo 56 - CAMANDUCAIA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CAMANDUCAIA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	

1764 (+/-)	Camanducaia	MG	Camanducaia - Vila Carolina - Vila de Jaguari - Jaguari - Camanducaia	1766 Já havia a Capela de N.S. da Conceição	1775 Freguesia Camanducaia	1840 (23/03) (L.P.n. 171 de 23-03-1840) Jaguary - Municípios Oriundos deste: 1- Monte Sião 2- Bueno Brandão 3- Inconfidentes	1840 (23/03) (L.P.n. 171 de 23-03-1840) Jaguary - Municípios Oriundos deste: 1- Monte Sião 2- Bueno Brandão 3- Inconfidentes	Pouso Alegre	-	-	1868 (20/07) (L.P.n. 1527 de 20-07-1868) Jaguary
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- Sede - Camanducaia - Os registros mostram que já havia cemitério no Povoado em 1764 - A existência da Capela de N.S. da Conceição em 1766 comprova que nesta data Camanducaia já era um Arraial - Elevada a Freguesia em 1775 - Vila em 1840 Villa Jaguary (L.P.n. 171 de 23-03-1840) - Cidade em 1868 (L.P.n. 1527 de 20-07-1868) Jaguary - Passou a chamar-se Camanducaia (L.E.n. 806 de 22-09-1925) - Ⓞ Camanducaia
- Monte Verde -
- São Mateus de Minas -
- Campo Místico - Transferido do Município de Jaguari (Camanducaia) para Ouro Fino (D-L.E.n. 2 de 14-09-1891)

Observações:
Ⓞ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/camanducaia/historico>
2 – <https://www.ipatrimonio.org/camanducaia-imagem-do-bom-jesus/>
3 – Lei Provincial n. 171 de 23 de março de 1840
4 – <https://pt.wikipedia.org/wiki/Camanducaia>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 57 - POUSO ALEGRE – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de POUSO ALEGRE – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Pouso Alegre	MG	Mandú - Arraial de Bom Jesus de Matozinhos do Mandu - Pouso Alegre	1795 Arraial de Bom Jesus de Matozinhos do Mandu	1810 (06/11) (Alvará de 06-11-1810) Pouso Alegre	1831 (13/10) (Decreto de 13-10-1831) Pouso Alegre	1831 (13/10) (Decreto de 13-10-1831) Pouso Alegre	Campanha	-	-	1848 (19/10) (L.P.n.º 443 de 19-10-1848)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Pouso Alegre - Povoado Mandú - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Mandú - Arraial em 1795 Arraial de Bom Jesus de Matozinhos do Mandu - Distrito criado no Município de Campanha em 1810 com o nome de Pouso Alegre (Alvará de 06-11-1810) - Vila em 1831 (Decreto de 13-10-1831) - 🌀 Mandú
- 2- Ouro Fino - Fundado a Povoação pelo Regente do Sapucaí por volta de 1746 - Arraial em 1749 - Pertenceu a S. João Del Rei - Transferido para Campanha em 1799 - Transferido para o Novo Município de Pouso Alegre em 1831 - Vila em 22-07-1868 (L.P.nº 1570 de 22-07-1868) => Município em 1868 Ouro Fino (L.P.nº 1570 de 22-07-1868) - 🌀 Registro do Ouro Fino
- 3- Silvianópolis - Antiga Povoação de Santana do Sapucaí iniciada por volta de 1746, confirmada na Cartografia Histórica de 1777 com este nome - Arraial em 30-10-1746 Arraial do Ouro - Distrito criado em 1838 Silvianópolis (L.P.nº 138 de 0-04-1838) - => Município em 1911 Silvianópolis (L.E.nº 556 de 30-08-1911) - 🌀 S. Ana do Sapucaí
- 4- Carmo da Boda da Mata - Criado o Distrito em Pouso Alegre em 1858 (L.P.nº 901 de 08-06-1858) => Município em 1923 Borda da Mata (L.E.nº 843 de 07-09-1923)
- 5- N.S. da Conceição da Estiva - Criado o Distrito no Município de Pouso Alegre em 1870 (L.P.nº 1654 de 14-09-1870) - Passou a chamar-se Estiva (L.E.nº 843 de 07-09-1923) => Município em 1948 Estiva (L.E.nº 336 de 27-12-1948)
- 6- Retiro - Criado o Distrito no Município de Pouso Alegre em 1877 (L.P.nº 2402 de 05-11-1877) - Transferido para o Município de São Gonçalo do Sapucaí antes de 1911. (Distrito desmembrado de São Gonçalo do Sapucaí em 1962, hoje é o Município de Turvolândia)
- 7- S. José do Congonhal - Criado o Distrito no Município de Pouso Alegre em 1880 (L.P.nº 2650 de 04-11-1880) Passou a chamar-se Congonhal (D-L.E.nº 148 de 17-12-1938) => Município em 1953 Congonhal (L.E.nº 1039 de 12-12-1953)
- 8- Senador José Bento - Criado o Distrito no Município de Pouso Alegre (L.E.nº 336 de 27-12-1948) - Transferido para o Novo Município de Congonhal (L.E.nº 1039 de 12-12-1953)
- 9- São José do Pântano - Distrito criado no Município de Pouso Alegre (L.E.nº 6769 de 13-05-1976)

Observações:

🌀 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-fino/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-fino/historico>

3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campanha/historico>

4 – [https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_(Minas_Gerais))

5 – <https://www.campanha.mg.gov.br/index.php/o-municipio>

6 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/silvianopolis/historico>

7 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/turvolandia/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 58 - CABO VERDE – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de CABO VERDE – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1750 (+/-)	Cabo Verde	MG	Cabo Verde - Arraial de N.S. da Assunção - Cabo Verde	1766	1829 (L.P.nº 134 de 1829) Cabo Verde	1846 (26/03)	1846 (26/03) (L.P.nº 290 de 26-03-1846) Vila Nova de Cabo Verde	Caldas	1850 (31/05) (L.P.nº 472 de 31-05-1850)	-	1877 (05/11) (L.P.nº 2416 de 05-11-1877)
						1866 (30/10)	1866 (30/10)				

Linha do Tempo 60 - JACUÍ – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de JACUÍ – Minas Gerais – Brasil - Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1745 (+/-)	Jacuí	MG	Lavras do Jacuí - São Carlos do Jacuí - Jacuí		1745 (Antes de 1745) São Carlos do Jacuí	1814 (19/07) (Alvará de 19-07-1814) São Carlos do Jacuí	1814 (19/07) (Alvará de 19-07-1814) São Carlos do Jacuí	Campanha	1870 (L.P.nº 1641 de 13-09-1870)	São Sebastião do Paraíso	1886 (15/10) (L.P.nº 1611 de 15-10-1886)
						2ª Criação					
						1881 (22/09) (L.P.nº 2784 de 22-09-1881) Jacuí	1881 (22/09) (L.P.nº 2784 de 22-09-1881) Jacuí	São Sebastião do Paraíso e Cabo Verde			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- Sede – Jacuí - Povoado Lavras do Jacuí - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Arraial do Jacuí - Distrito criado no Município de Campanha antes de 1745 com o nome de São Carlos do Jacuí - Vila a 1ª vez em 1814 (Alvará de 19-07-1814) e a 2ª vez em 1881 já com o nome Jacuí (L.P.nº 2784 de 22-09-1881) -  Arraial do Jacuí
- Santa Cruz das Areias - => **Município** em 1962 Fortaleza de Minas (L.E.nº 2764 de 30-12-1962)
- São Pedro da União - Transferido para o Município de Guaranésia (L.E.nº 319 de 16-09-1901)

Observações:
 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jacui/historico>
 2 –

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 61 - ITAPECERICA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de ITAPECERICA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1730 (+/-)	Itapecerica	MG	Tamanduá - Arraial de São Bento - Itapecerica	1744 (30/05) (Câmara de S. José Del Rey em 30-05-1744)	1760 (Ordem Régia de 1760) São Bento Tamanduá	1789 (20/11) (Alvará de 20-11-1789) São Bento de Tamanduá	1789 (20/11) (Alvará de 20-11-1789) São Bento de Tamanduá	Tiradentes	-	-	1862 (04/10) (L.P.n. 1148 de 04-10-1862) São Bento do Tamanduá

				Arraial de São Bento			1- São Sebastião do Oeste 2- Camacho 3- Pedra do Indaiá			
							2ª Criação			
							-	-	-	

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Itapecerica - Povoado iniciado por volta dos anos 1730 na região chamada Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás - A Vila de São José Del Rey (Tiradentes) toma posse do Povoado e seus mananciais - Arraial de São Bento (Câmara de São José Del Rey em 30-05-1744) - Distrito em 1760 São Bento do Tamanduá (Ordem Régia de 1760) - Vila em 1789 São Bento do Tamanduá (Alvará de 20-11-1789) - Cidade em 1862 São Bento do Tamanduá (L.P.n. 1148 de 04-10-1862) - Passou a chamar-se Itapecerica (L.P.n. 2995 de 19-10-1882) ☺ Tamanduá
- 2- **Curral** - Povoado originou-se na antiga Fazenda do Curral - Confirmada na Cartografia Histórica dae 1777 Mappa da Comarca do Rio das Mortes, com o nome Curral - Distrito criado no Município de São Bento do Tamanduá em 1853 (L.P.n. 623 de 30-05-1853) - Freguesia em 1882 (L.P.n. 2995 de 19-10-1882) - Passou a chamar-se São Sebastião do Curral - =>Município em 1962 São Sebastião do Oeste (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ☺ Curral
- 3- Desterro - Distrito criado no Município de São Bento do Tamanduá em 1870 (L.P.º 1667 de 16-09-1870) - Passou a chamar-se N.S. do Desterro - Passou a chamar-se Marilândia (L.E.n. 11821 de 06-02-1935)
- 4- N.S. das Dores de Camacho - O Povoado começou menos de uma légua, ou seja, menos de 4,9 km, da atual sede, à margem do Ribeirão dos Borges - Distrito criado no Município de São Bento do Tamanduá em 1885 (L.P.n. 3319 de 01-09-1885) =>Município em 1962 Camacho (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 5- Santo Antônio dos Campos - Distrito criado no Município de São Bento do Tamanduá em 1891 (L.E.n. 2 de 14-0-1891) - Transferido do Município de Itapecerica para o Novo Município de Divinópolis (L.E.n. 843 de 07-09-1923).
- 6- Senhor Bom Jesus da Pedra do Indaiá - Capela de São Miguel foi erguida em 1729 - Distrito criado no Município de São Bento do Tamanduá em 1891 (L.E.n. 2 de 14-0-1891) - Passou a chamar-se Pedra do Indaiá (L.E.n. 843 de 07-09-1923) =>Município em 1962 Pedra do Indaiá (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 7- Lamounier - Distrito criado no Município de Itapecerica em 1953 Lamounier (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)
- 8- Neolândia - Distrito criado no Município de Itapecerica em 1962 Neolândia (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)

Observações:

☺ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itapecerica/historico>

2 – <https://saosebastiao-do-oeste.cam.mg.gov.br/index.php/historia-do-municipio>

3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-sebastiao-do-oeste/historico>

4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/camacho/historico>

5 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pedra-do-indaia/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Considerar Curral, representado na Cartografia Histórica de 1777, o embrião do Núcleo Urbano da sede do atual Município de São Sebastião do Oeste encontra base no histórico, na evolução dos nomes e na localização geográfica, observando as particularidades da correspondência entre a representação cartográfica antiga e a posição georreferenciada atual, nas devidas proporções que observamos na análise de localização geográfica de cada Núcleo Urbano representado na Cartografia Histórica e na lógica do conjunto. Esta correspondência entre Curral do Mappa da Comarca do Rio

das Mortes e a sede do atual município de São Sebastião do Oeste **deve** ser investigada a fundo por Estudo Específico da região ou do Município.

Linha do Tempo 62 - FORMIGA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de FORMIGA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1765 (+/-)	Formiga	MG	São Vicente Ferrer da Formiga - Vila Nova da Formiga - Formiga	1765 (+/-) São Vicente Ferrer da Formiga	1832 (14/07) (Decreto de 14-07-1832) Formiga	1839 (16/03) (L.P.n. 134 de 16-03-1839) Vila Nova da Formiga	1839 (16/03) (L.P.n. 134 de 16-03-1839) Vila Nova da Formiga	Itapecerica	-	-	1858 (06/06) (L.P.n. 880 de 06-06-1858) Formiga
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Formiga - Povoação São São Vicente Ferrer da Formiga - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Formiga - Arraial em torno de 1765, quando foi requerida a provisão de Capela - Distrito criado no Município de Itapecerica em 1832 com o nome de Formiga (Decreto de 14-07-1832) - Vila em 1839 Vila Nova da Formiga (L.P.n. 134 de 16-03-1839) -  Formiga
- 2- Arcos - Distrito criado no Município de Formiga em 1859 Arcos (L.P.n. 980 de 04-06-1859) =>Município em 1938 Arcos (L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 3- Porto Real de São Francisco - Distrito criado no Município de Formiga em 1868 Porto Rel de São Francisco (L.P.n. 1532 de 20-07-1868) - Transferido para o Novo Município de Arcos (L.E.n. 148 de 17-12-1938)
- 4- N.S.do Carmo de Pains - Distrito criado no Município de Formiga em 1884 N.S. do Carmo de Pains (L.P.n. 3221 de 11-10-1884) =>Município em 1943 Pains (L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
- 5- S. Antônio do Monte - Povoado iniciado em 20-01-1758, junto à Capela do Alto Santo Antônio do Monte - Distrito criado no Município de Formiga em 1854 S. Antônio do Monte (L.P.n. 693 de 24-05-1854) - Vila a 1ª vez em 1859 (L.P.n. 951 de 03-06-1859) e a 2ª vez em 1870 (L.P.n. 1636 e 13-09-1870) =>Município em 1859 Santo Antônio do Monte (L.P.n. 951 de 03-06-1859) e em 1870 (L.P.n. 1636 e 13-09-1870) - Passou a chamar-se Inhaúma (L.P.n. 3356 de 10-10-1885) - Passou a chamar-se Santo Antônio do Monte (L.E.n. 260 de 18-04-1899)
- 6- Albertos - Distrito criado no Município de Formiga em 1943 Albertos (L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
- 7- Baiões - Distrito criado no Município de Formiga em 1943 Bailões (L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
- 8- Pontevila - Distrito criado no Município de Formiga em 1943 Pontevila (L.E.n. 1058 de 31-12-1943)
- 9- Córrego Fundo - Povoado de Córrego Fundo - Distrito criado no Município de Formiga em 1948 Córrego Fundo (L.E.n. 336 de 27-12-1948) =>Município em 1995 Córrego Fundo (L.E.n. 12030 de 21-12-1995)

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 - *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/formiga/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santo-antonio-do-monte/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 63 - PIUMHI – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de PIUMHI – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial										
				Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção	Cidade

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes			Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1707 (+/-)	Piumhi	MG	Povoação Piu-i - N.S. do Livramento do Piuí - Piumhi	1708 (15/08) N.S. do Livramento do Piuí	1803 (Alvará de 26-01-1803) Freguesia	1841 (01/04) (L.P.n. 202 de 01-04-1841) (L.P.n. 202 de 01-04-1841) Piumhi	1841 (01/04) (L.P.n. 202 de 01-04-1841) Piumhi	Formiga	-	-	1868 (20/07) (L.P.n. 1510 de 20-07-1868)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Piumhi - Povoado de Piu-i começou por volta de 1707 - Arraial 1708 N.S. do Livramento do Piuí - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Piuí - Freguesia criada no Município de Formiga em 1803 com o nome de N.S. do Livramento do Piuí (Alvará de 26-01-1803 - Vila em com o nome Piuí 1841 (L.P.n. 202 de 01-04-1841) - Passou a chamar-se Piumhi (L.E.n. 12946 de 15-07-1998) -  Piuí
- 2- Araújos - Criado o Distrito no Município de Piuí em 1891 (L.E.nº 2 de 14-09-1891) - Passou a chamar-se Araúna - Transferido para o Novo Município de Guapé (L.E.nº 843 de 07-09-1923)
- 3- Bocaina - Criado o Distrito no Município de Piuí em 1891 (L.E.nº 2 de 14-09-1891) - Passou a chamar-se Santo Hilário (L.E.nº 843 de 07-09-1923) - Transferido para o Novo Município de Pimenta (L.E.nº 336 de 27-12-1948)
- 4- Perobas - Criado o Distrito no Município de Piuí em 1891 (L.E.nº 2 de 14-09-1891) - - Transferido para o Município de Doresópolis (L.E.nº 2764 de 30-12-1962)
- 5- São Roque - Criado o Distrito no Município de Piuí em 1891 (L.E.nº 2 de 14-09-1891) =>Município em 1938 Guia Lopes (L.E.nº 148 de 17-12-1938)
- 6- São Sebastião dos Franciscos - Criado o Distrito no Município de Piuí em 1891 (L.E.nº 73 de 05-10-1901) - Transferido para o Novo Município de Guapé (L.E.nº 843 de 07-09-1923) - Depois passa a chamar-se Capitólio - Transferido do Município de Guapé para o Município de Piuí (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943) =>Município em 1938 Capitólio (L.E.nº 336 de 27-12-1948)
- 7- Pimenta - Transferido do Município de Formiga para o Município de Piuí o em 1911 (L.E.nº 556 de 30-08-1911) =>Município em 1943 Pains (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943)

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piumhi/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/guape/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 64 - BAMBUI – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de BAMBUI – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1765 (+/-)	Bambuú	MG	Santa Anna do Bambuí - Sant'Anna do Bambuhy - Bambuí	1765 (+/-)	1816 (23/01) (Alvará de 23-01-1816) Santana do Bambuí	1881 (22-09-1881) (L.P.n. 2785 de 22-09-1881) (L.P.n. 2785 de 22-09-1881) Santana do Bambuí	1881 (22-09-1881) (L.P.n. 2785 de 22-09-1881) Sant'Anna do Bambuhy	Formiga e Piuí	-	-	1886 (10/07) (L.P.n. 3387 de 10-07-1886) Bambuí

						anna do Bambuhy	1- Arcos 2- Pains 3- Santo Antônio do Monte 4- Córrego Fundo				
							2ª Criação				
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – **BambuÍ** - Povoação Santa Anna do Bambuí - Confirmado na Cartografia Histórica de 1777 com o nome Santa Anna do Bambuí - Distrito criado no Município de Formiga em 1816 **Santana do Bambuí** (Alvará de 23-01-1816) - Vila em 1881 **Santana do Bambuí** (L.P.n. 2785 de 22-09-1881) - Cidade em 1886 **BambuÍ** (L.P.n. 3387 de 10-07-1886) -  **St.ª Anna do Bambuí**
- 2- **Porto Real de São Francisco** - Transferido do Município de Formiga para o Novo Município de Sant'Anna do Bambuhy (L.P.n. 2785 de 22-09-1881)
- 3- **São Roque** - Transferido do Município de Piumhy para o Novo Município de Sant'Anna do Bambuhy (L.P.n. 2785 de 22-09-1881)
- 4- **Medeiros** - Distrito criado no Município de Bambuí em 1938 **Medeiros** (L.E.n. 148 de 17-12-1938) => **Município** em 1962 **Medeiros** (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
- 5- **TapiraÍ** - Distrito criado no Município de Bambuí em 1948 **TapiraÍ** (L.E.n. 336 de 27-12-1948) => **Município** em 1953 **TapiraÍ** (L.E.n. 1039 de 12-12-1953)

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes/*

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bambu/historico>

2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/medeiros/historico>

3 – Lei n. 2785, de 22 de setembro de 1881

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 65 - JUIZ DE FORA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de JUIZ DE FORA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial											
Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1777 (+/-)	Juiz de Fora	MG	Povoação de Santo Antônio de Juiz de Fora - Santo Antônio do Paraibuna - Paraibuna - Juiz de Fora		1850 (31/05) (L.P.n. 472 de 31-05-1850) Santo Antônio do Paraibuna	1850 (31/05) (L.P.n. 472 de 31-05-1850) Santo Antônio do Paraibuna	1850 (31/05) (L.P.n. 472 de 31-05-1850) Santo Antônio do Paraibuna	Barbacena	-	-	1862 (04/10) (L.P.n. 1149 de 04-10-1862)
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – **Juiz de Fora** – Povoação de **Santo Antônio de Juiz de Fora** – Distrito criado no Município de Barbacena em 1850 já elevado a **Vila** pela mesma Lei com a denominação **Santo Antônio do Paraibuna**

- (L.P.n. 472 de 31-05-1850) – Passou a chamar-se Paraibuna (L.P.n. 759 de 02-05-1856) - Passou a chamar-se Juiz de Fora (L.P.n. 1262 de 19-12-1865). ☉ Juiz de Fora
- 2- São José do Rio Preto – Distrito criado no Município de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) em 1850 (L.P.n. 472 de 31-05-1850) – Passou a chamar-se Torreão (L.E.nº 843 de 07-09-1923) - Passou a chamar-se São José das Três Ilhas (L.E.nº 955 de 04-09-1927) – Passou a chamar-se Três Ilhas (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Belmiro Braga (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
 - 3- São Pedro de Alcântara – Povoado de Simão Pereira inicia-se por volta de 1708 - Arraial em 1752 (Alvará de 1752) - Distrito de São Pedro de Alcântara Criado no Município de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) em 1852 (L.P.n. 576 de 05-05-1852) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Matias Barbosa (L.E.nº 843 de 07-09-1923) =>Município em 1962 Simão Pereira (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) ☉ Simão Pr.^a
 - 4- São Francisco de Paula – Povoado de Rocinha da Negra, na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes* - Distrito Criado no Município de Paraibuna (Juiz de Fora) em 1858 São Francisco de Paula (L.P.n. 865 de 14-05-1858) - Passou a chamar-se Torreões (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943) ☉ Rocinha da Negra
 - 5- Sarandi - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1880 (L.P.n. 2627 de 07-01-1880) - Passou a chamar-se Sarandira (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943)
 - 6- Rosário - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1882 (L.P.n. 2921 de 26-09-1882) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Bias Fortes (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) – Passou a chamar-se Augusto Franco (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943) - Transferido do Município de Bias Fortes para o Município de Juiz de Fora (L.E.nº 336 de 27-12-1948) – e Passou a chamar-se Rosário de Minas (L.E.nº 336 de 27-12-1948)
 - 7- Vargem Grande – Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1882 Vargem Grande (L.P.n. 2921 de 26-09-1882) - Passou a chamar-se Ibitiguaiá (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943) – Passou a chamar-se Belmiro Braga (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) - =>Município em 1962 Belmiro Braga (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
 - 8- Chácara - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1884 (L.P.n. 3276 de 30-10-1884) - =>Município em 1962 Chácara (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
 - 9- Matias Barbosa – Povoado Mathias Barboza segundo os dados oficiais, iniciado em 1700 com a sesmaria do Português Mathias Barbosa e o Registro de cobrança de impostos da Coroa, confirmado como *Destacamento de Soldados* na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes*/ - Criado o Distrito no Município de Juiz de Fora em 1885 (L.P.n. 3302 de 27-08-1885) - => Município em 1923 Matias Barbosa (L.E.nº 843 de 07-09-1923) ☉ Mathias Barboza
 - 10- Santana do Deserto - Arraial em 1858 Santana do Deserto (Distrito de Paz) (L.P.n. 876 de 04-06-1858) - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1889 (L.P.n. 3720 de 13-08-1889) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Matias Barbosa (L.E.nº 843 de 07-09-1923) - => Município em 1953 Santana do Deserto (L.E.nº 1039 de 12-12-1953)
 - 11- Chapéu D’Uvas – Com oficialização em 1810 (Alvará de 1810) – Passou a chamar-se Paula Lima (D-L.E.n. 442 de 24-03-1891) - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1891 (L.E.n. 2 de 14-09-1891) - Distrito extinto e anexado ao Distrito sede do Município de Juiz de Fora (L.E.n. 6769 de 13-05-1976)
 - 12- Pôrto das Flores - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1890 (D-L.E.n. 64 de 12-05-1890) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Belmiro Braga (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
 - 13- Água Limpa – Povoado São Vicente – Distrito de Água Limpa Criado no Município de Juiz de Fora em 1890 (D-L.E.n. 158 de 31-07-1890) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Município de Rio Novo (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938) - Transferido do Município de Rio Novo para o Município de Juiz de Fora (D-L.E.nº 1058 de 31-12-1943) - Passou a chamar-se Coronel Pacheco (L.E.nº 336 de 27-12-1948) - =>Município em 1962 Coronel Pacheco (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)
 - 14- Benfica - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1911 (L.E.n. 556 de 30-08-1911)
 - 15- Mariano Procópio - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1911 (L.E.n. 556 de 30-08-1911) – Distrito extinto e anexado ao Distrito sede do Município de Juiz de Fora (D-L.E.n. 148 de 17-12-1938)
 - 16- Benfica de Minas - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1962 (L.E.n. 2764 de 30-12-1962) - Distrito extinto e anexado ao Distrito sede do Município de Juiz de Fora (L.E.n. 4935 de 10-09-1968)
- Observações:**
☉ /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mappa da Comarca do Rio das Mortes*/

Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bias-fortes/historico>
 3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/simao-pereira/historico>
 4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matias-barbosa/historico>
 5 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-do-deserto/historico>
 6 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/coronel-pacheco/historico>
 7 – Lei Estadual n. 336 de 27 de dezembro de 1948
 8 – Lei Estadual n. 2764 de 30 de dezembro de 1962

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Linha do Tempo 66 - MATIAS BARBOSA – Minas Gerais – Brasil

Linha do Tempo de MATIAS BARBOSA – Minas Gerais – Brasil – Investigação de Origem Territorial

Data mais antiga	Nome Atual	Estado Atual	1ª Denominação e Outros nomes	Arraial	Distrito	1ª Criação			1ª Extinção		Cidade
						Vila	Município	Desmembrado de	Ano	Anexado a	
1700 (+/-)	Matias Barbosa	MG	Povoado Mathias Barboza - N.S. da Conceição de Matias Barboza - Matias Barboza		1885 (27/08) (L.P.n. 3302 de 27-08-1885) Matias Barboza		1923 (07/09) (L.E.n. 843 de 07-09-1923) Matias Barboza Municípios Oriundos diretamente deste: 1- Simão Pereira 2- Santana do Deserto	Juiz de Fora	-	-	1923 (07/09) (L.E.n. 843 de 07-09-1923) Matias Barboza
						2ª Criação					
						-	-	-			

Histórico de criação e evolução dos distritos do Município:

- 1- Sede – Matias Barboza – Povoado Mathias Barboza, segundo os dados oficiais, iniciado em 1700 com a sesmaria do Português Mathias Barboza e o Registro de cobrança de impostos da Coroa, confirmado como *Destacamento de Soldados* na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/ - Criado o Distrito no Município de Juiz de Fora em 1885 (L.P.n. 3302 de 27-08-1885) => Município em 1923 Matias Barboza (L.E.nº 843 de 07-09-1923)  Mathias Barboza
- 2- São Pedro de Alcântara – Povoado de Simão Pereira inicia-se por volta de 1708 - Arraial em 1752 (Alvará de 1752) - Distrito de São Pedro de Alcântara Criado no Município de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) em 1852 (L.P.n. 576 de 05-05-1852) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Matias Barboza (L.E.nº 843 de 07-09-1923) => Município em 1962 Simão Pereira (L.E.n. 2764 de 30-12-1962)  Simão Pr.ª
- 3- Santana do Deserto – Arraial em 1858 Santana do Deserto (Distrito de Paz) (L.P.n. 876 de 04-06-1858) - Distrito Criado no Município de Juiz de Fora em 1889 (L.P.n. 3720 de 13-08-1889) - Transferido do Município de Juiz de Fora para o Novo Município de Matias Barboza (L.E.nº 843 de 07-09-1923) - => Município em 1953 Santana do Deserto (L.E.nº 1039 de 12-12-1953)

Observações:

 /Confirmado na Cartografia Histórica de Referência em 1777 – *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*/

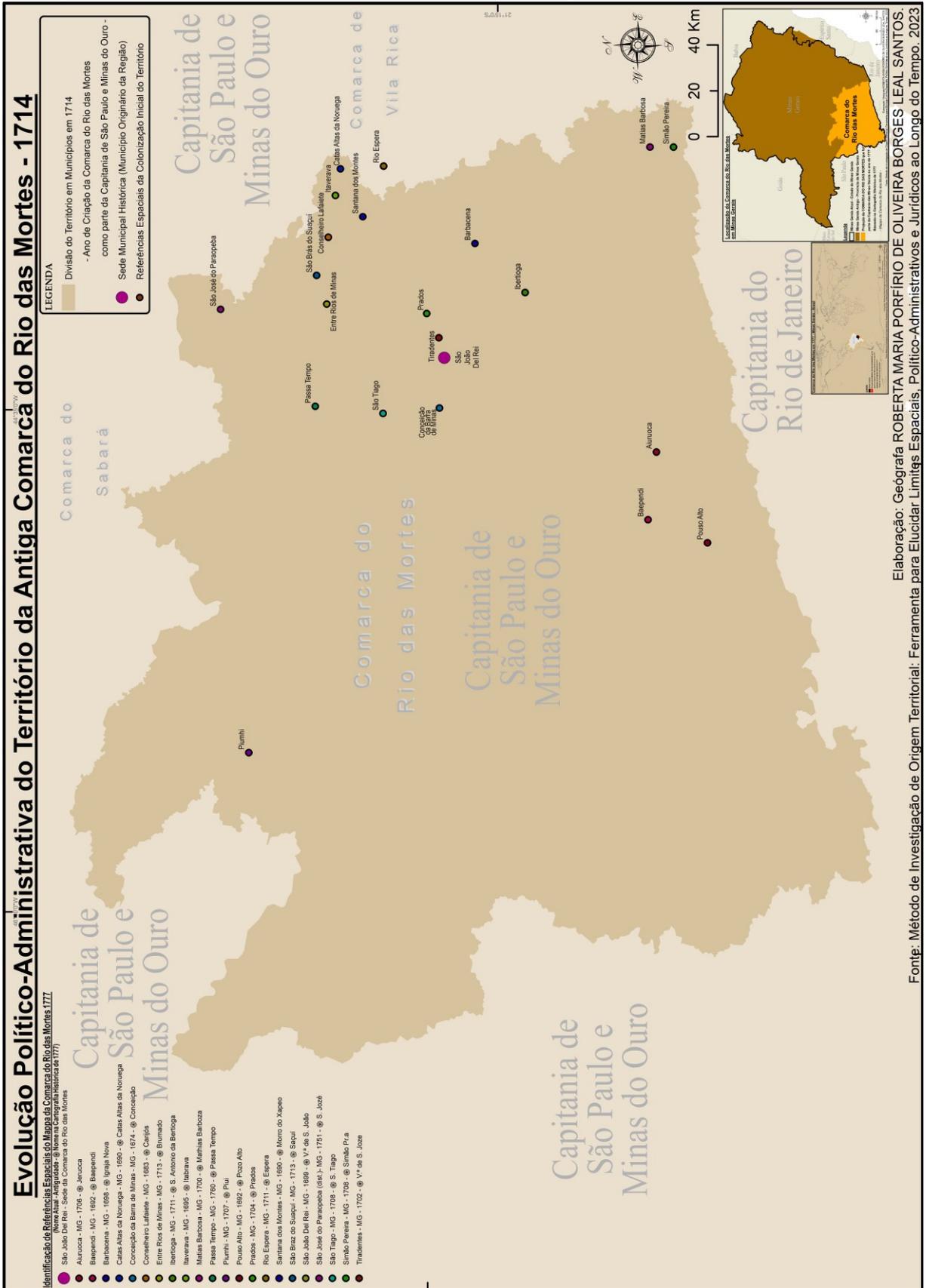
Fonte: 1 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matias-barbosa/historico>
 2 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/historico>
 3 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/simao-pereira/historico>
 4 – <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-do-deserto/historico>

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fontes dos dados na própria Linha do Tempo.

Feita toda a parte de Levantamento, Tratamento e Sistematização das Informações, de posse da Planilha de Origem Territorial, é possível fazer a Projeção Territorial da Comarca do Rio das Mortes.

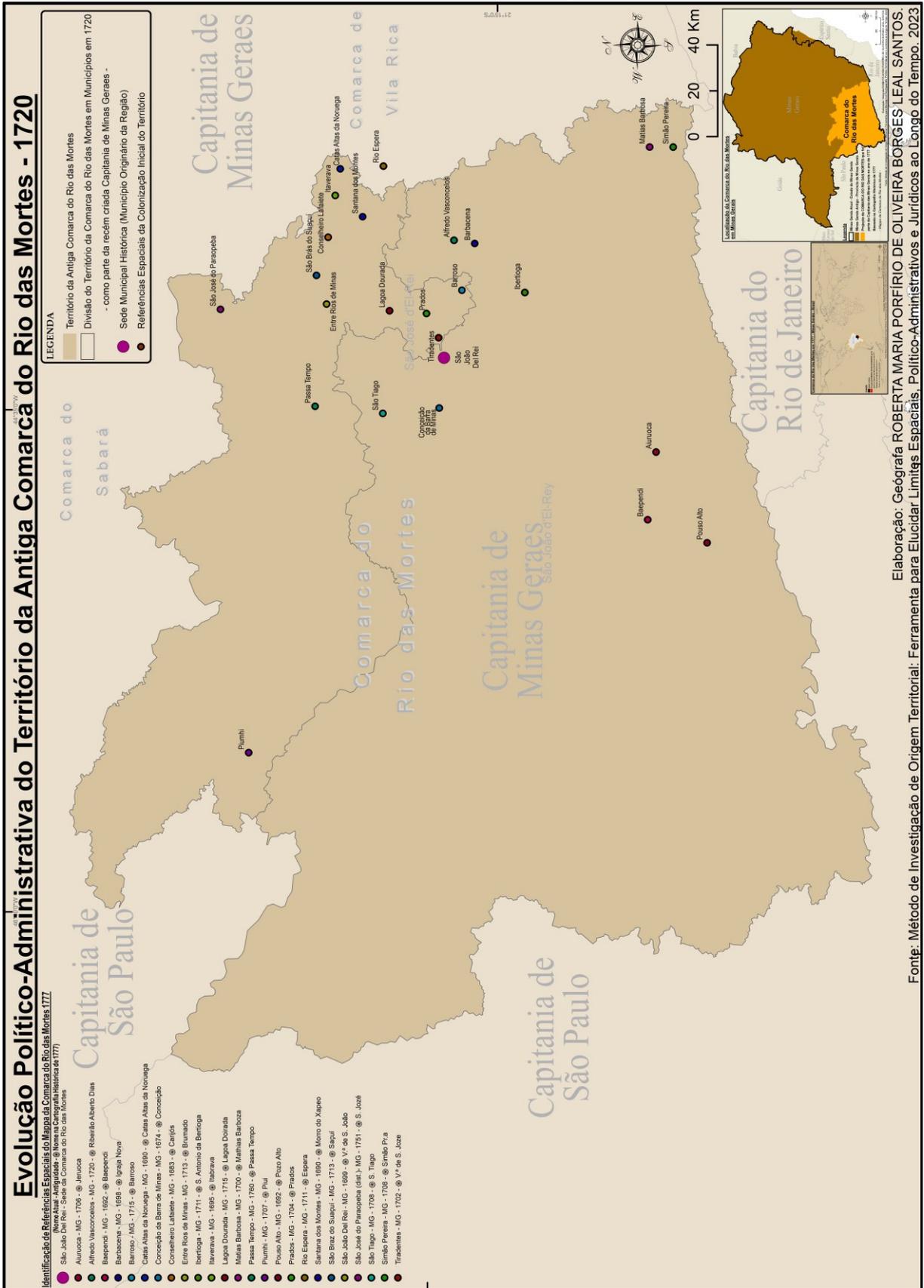
4.4.6 PROJEÇÃO TERRITORIAL E CARTOGRAFIA MULTITEMPORAL

Mapa 91 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1714



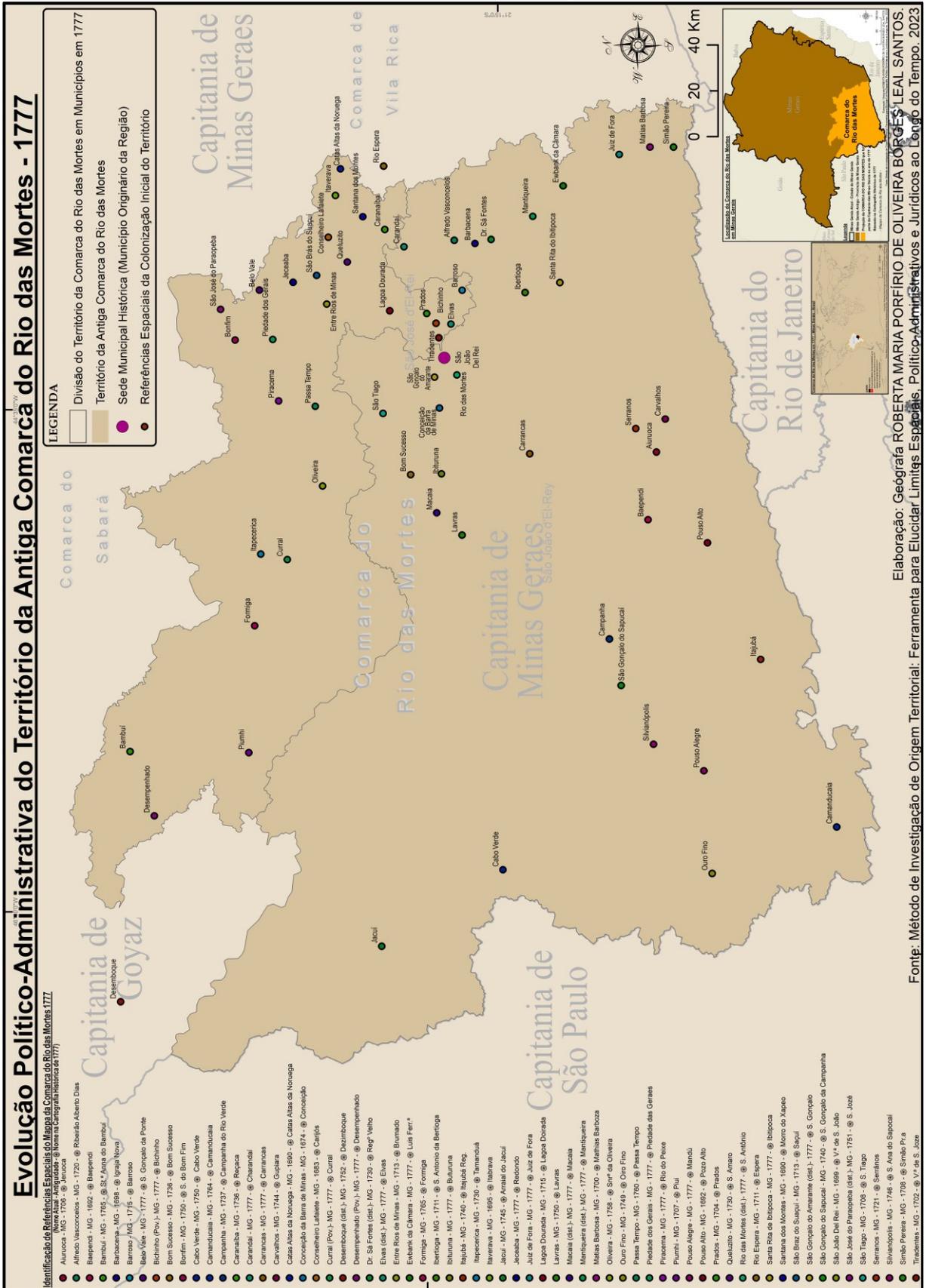
Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS.
 Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. 2023

Mapa 92 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1720



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

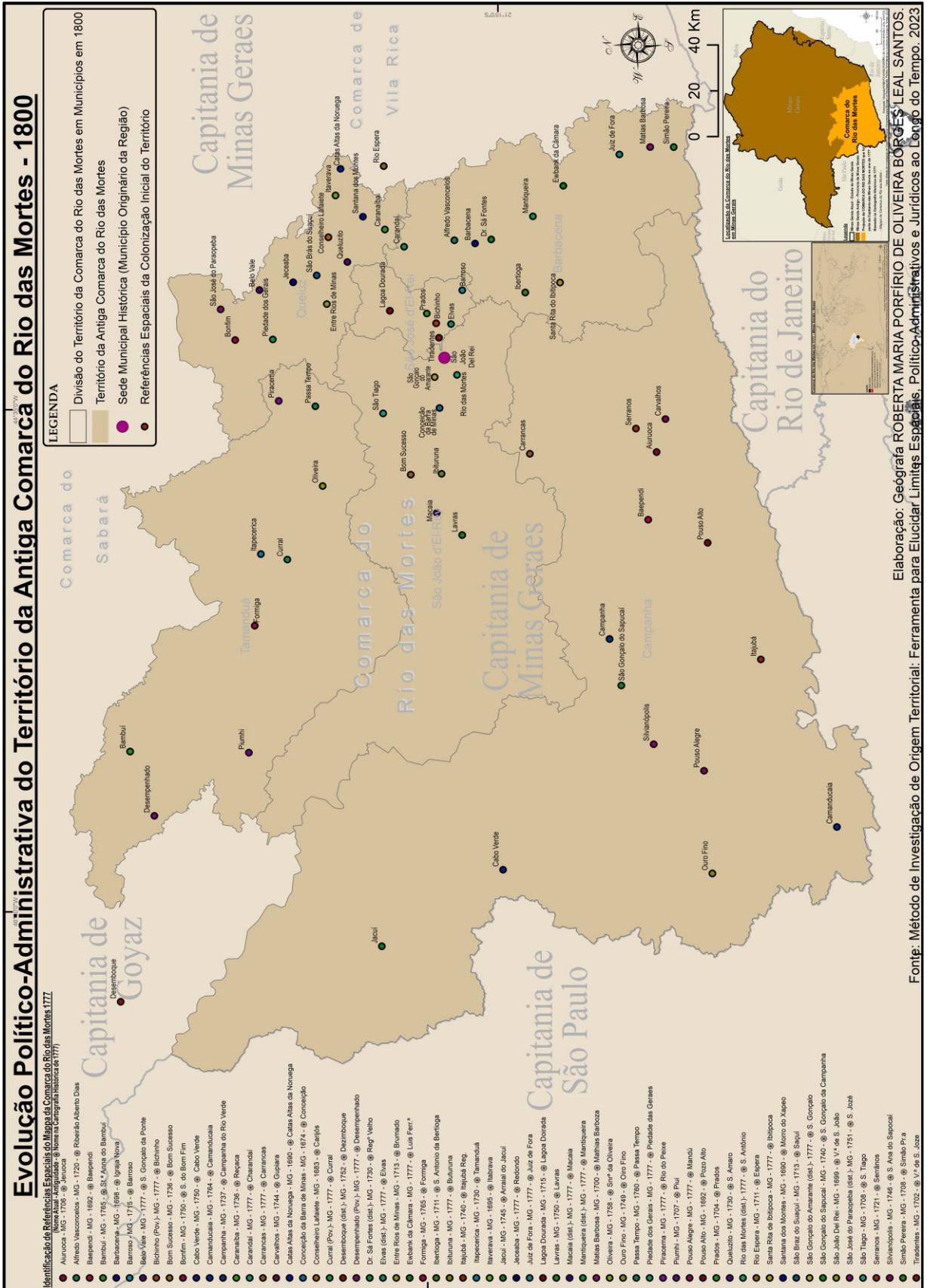
Mapa 93 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1777



Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS.
 Fonte: Método de Investigação de Origem Territorial: Ferramenta para Elucidar Limites Espaciais, Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. 2023

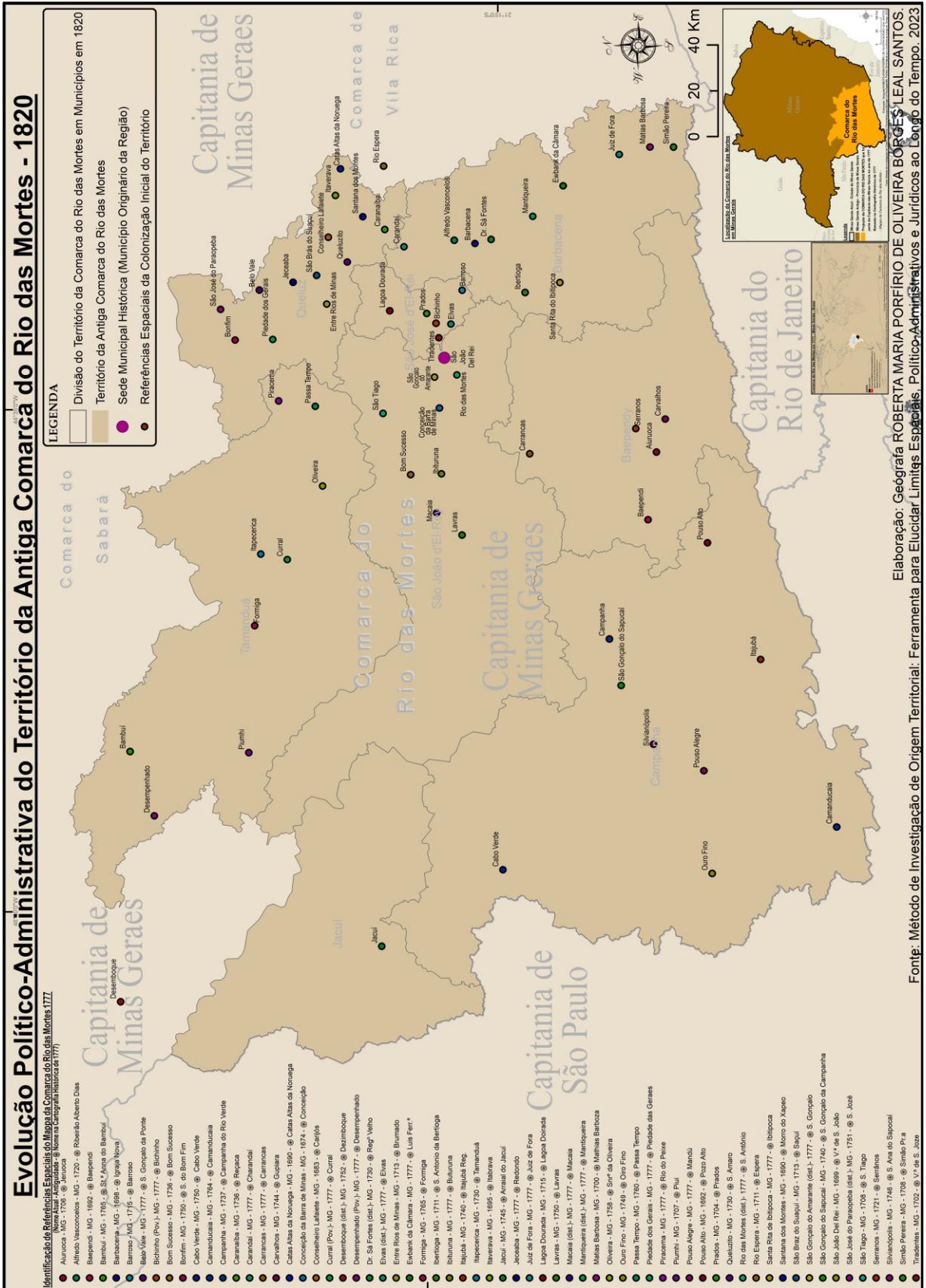
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 94 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1800



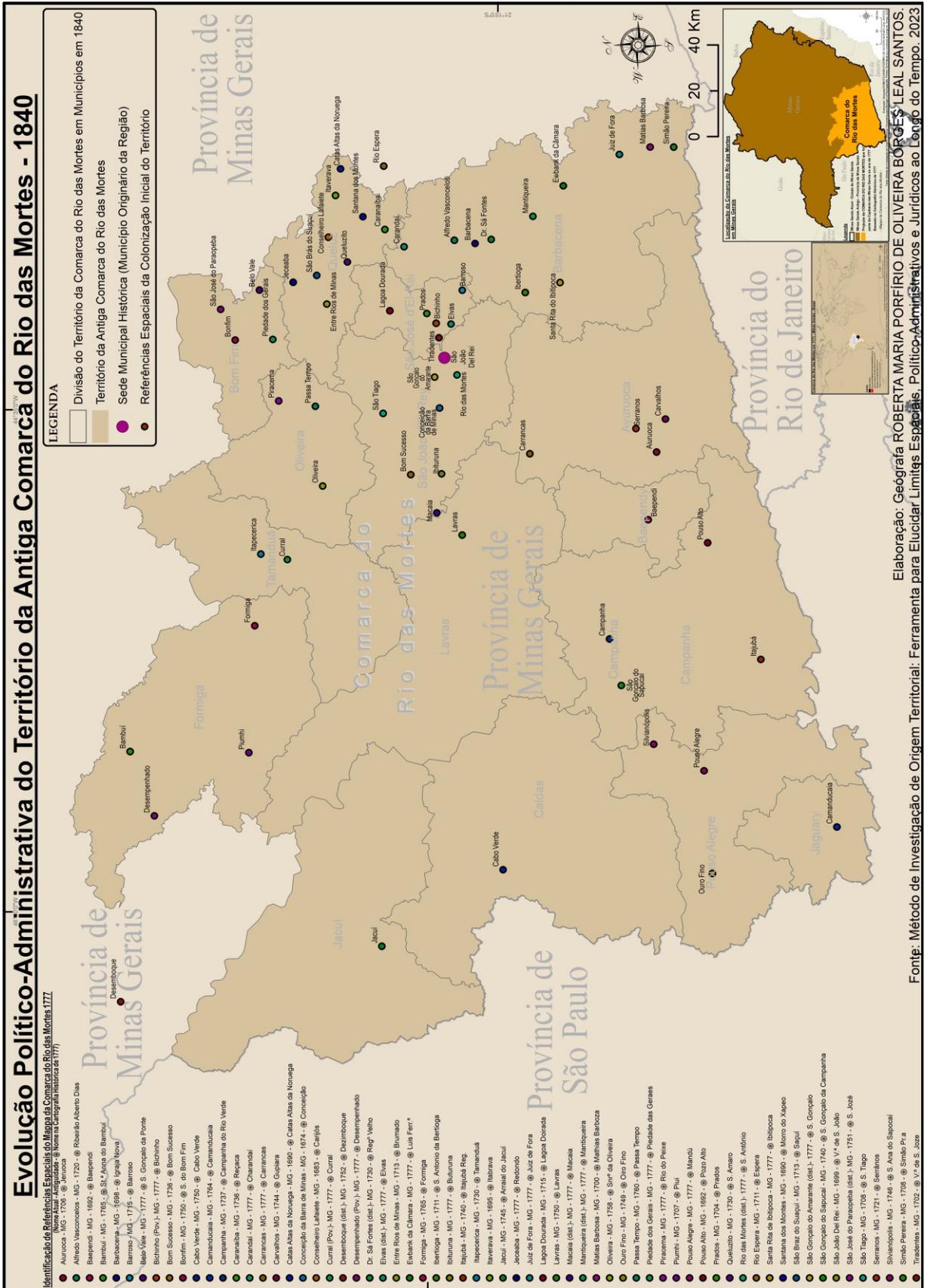
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 95 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1820



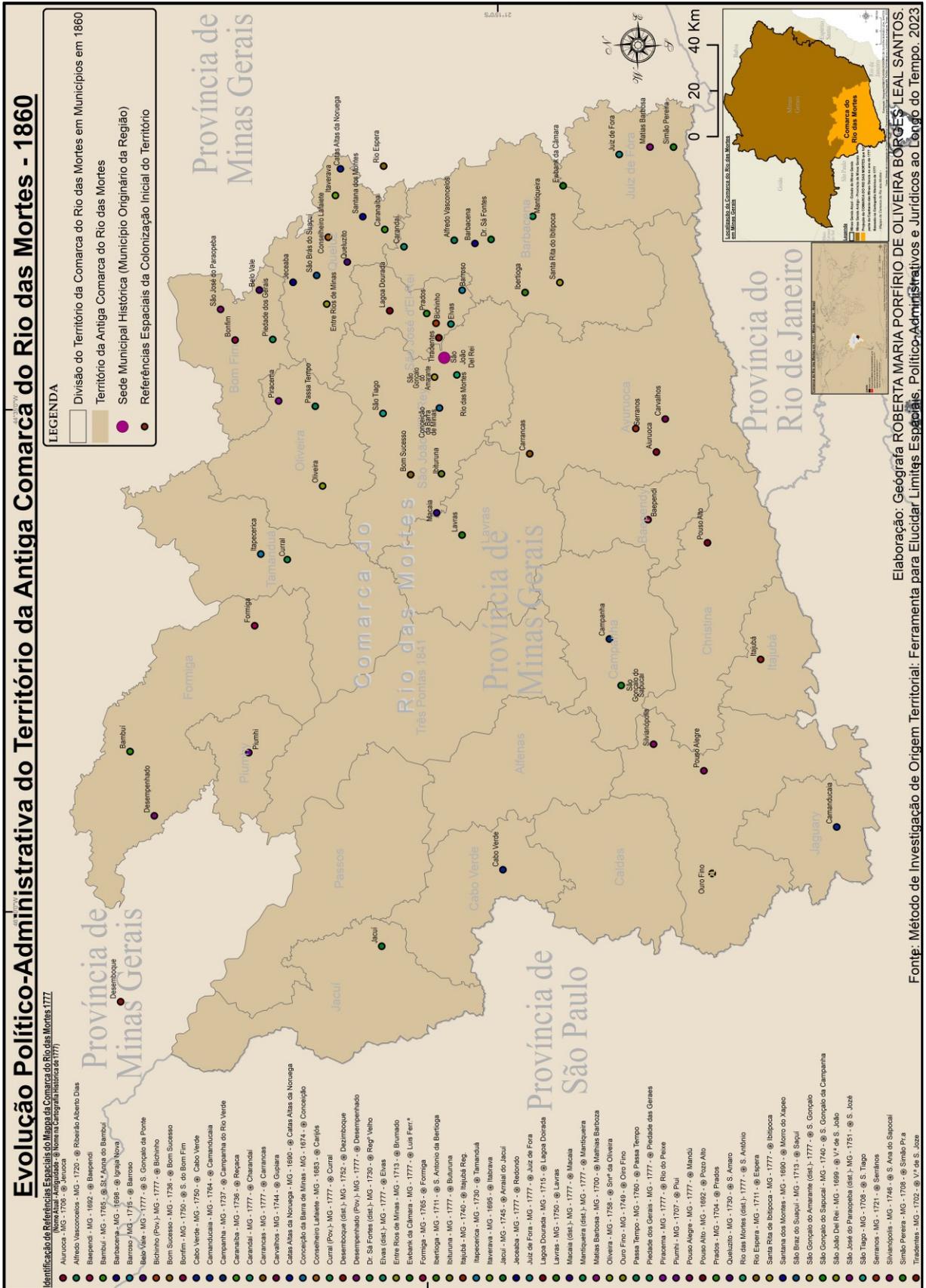
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 96 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1840



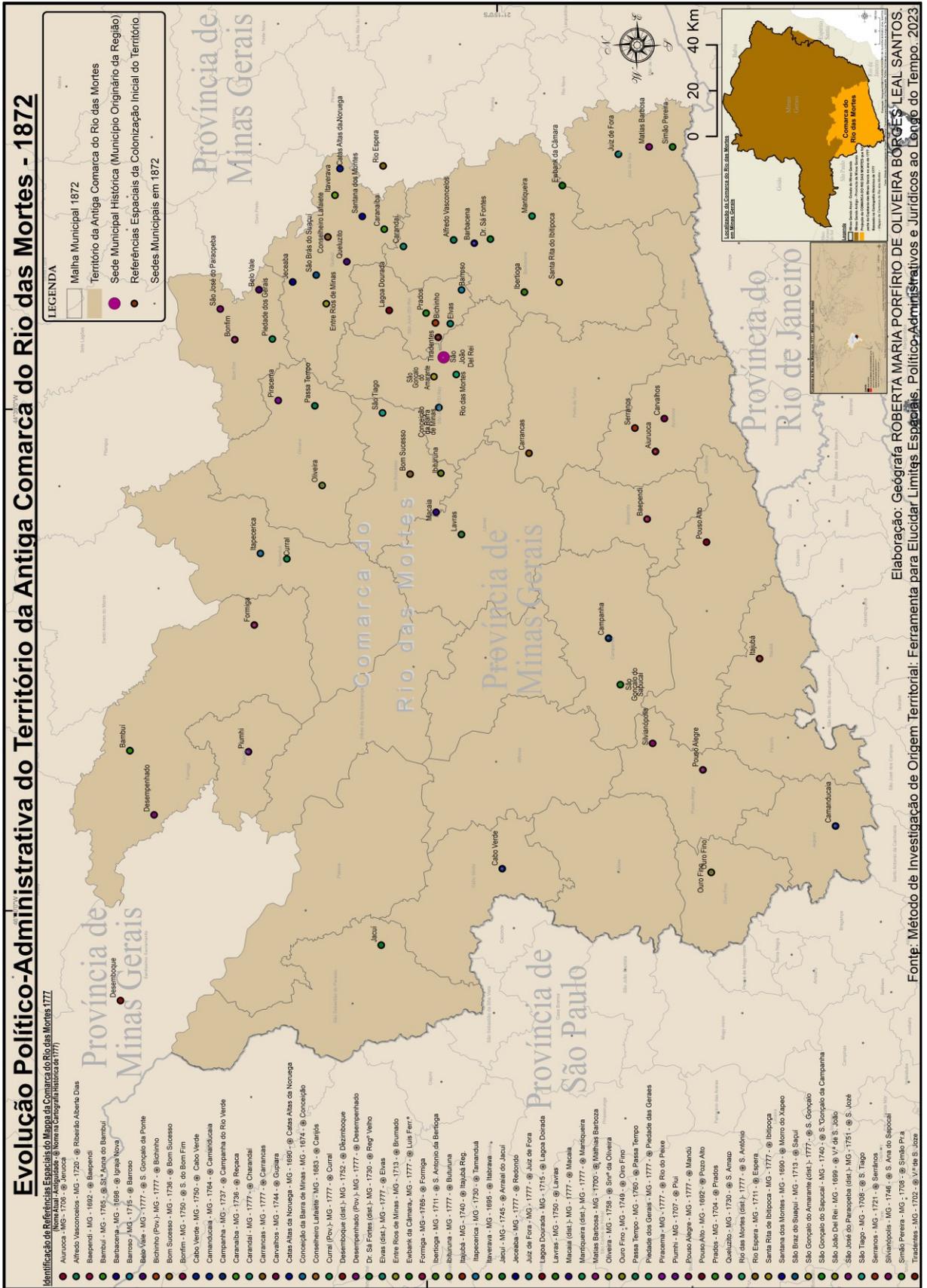
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 97 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1860

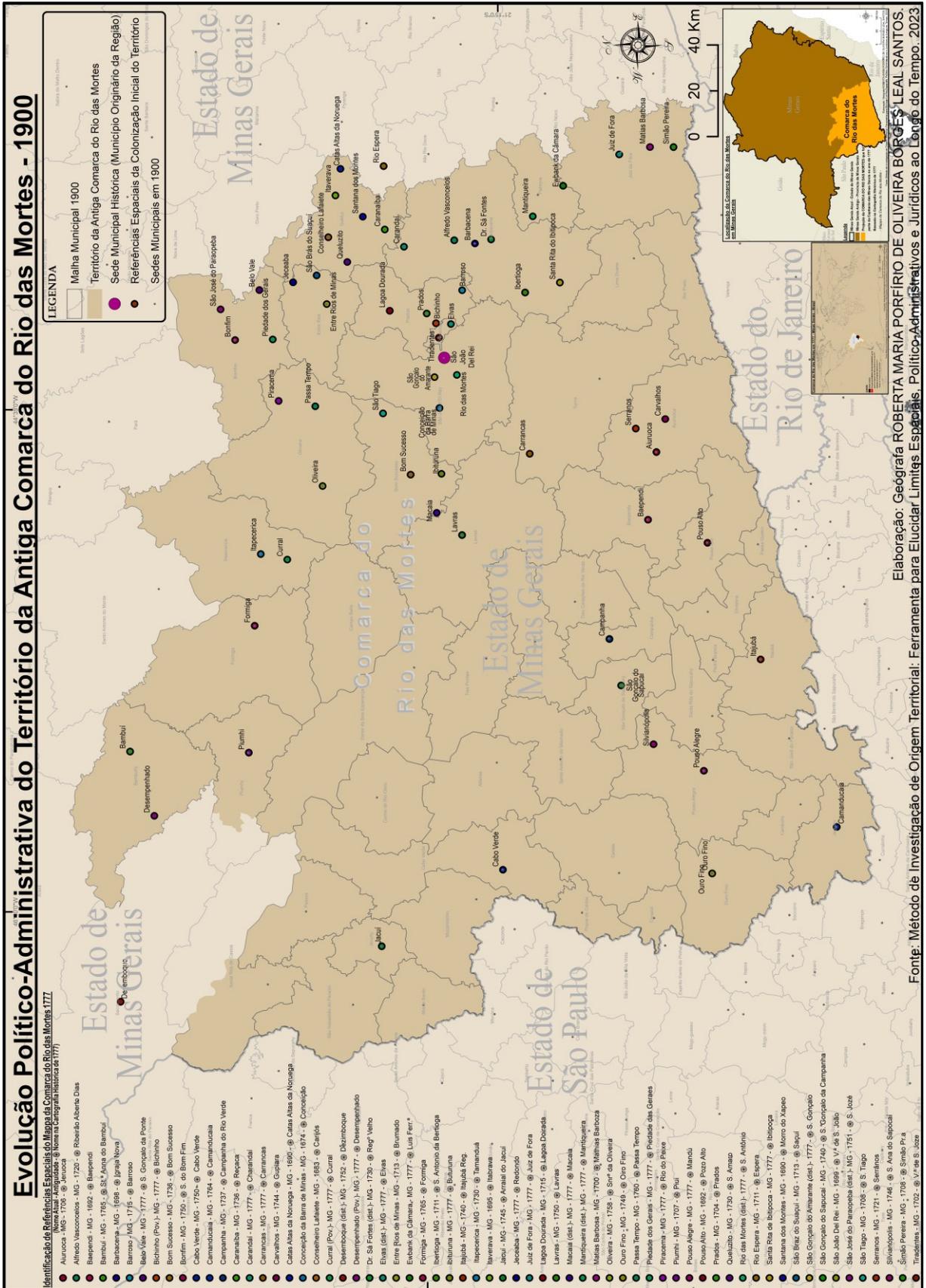


Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos

Mapa 98 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1872

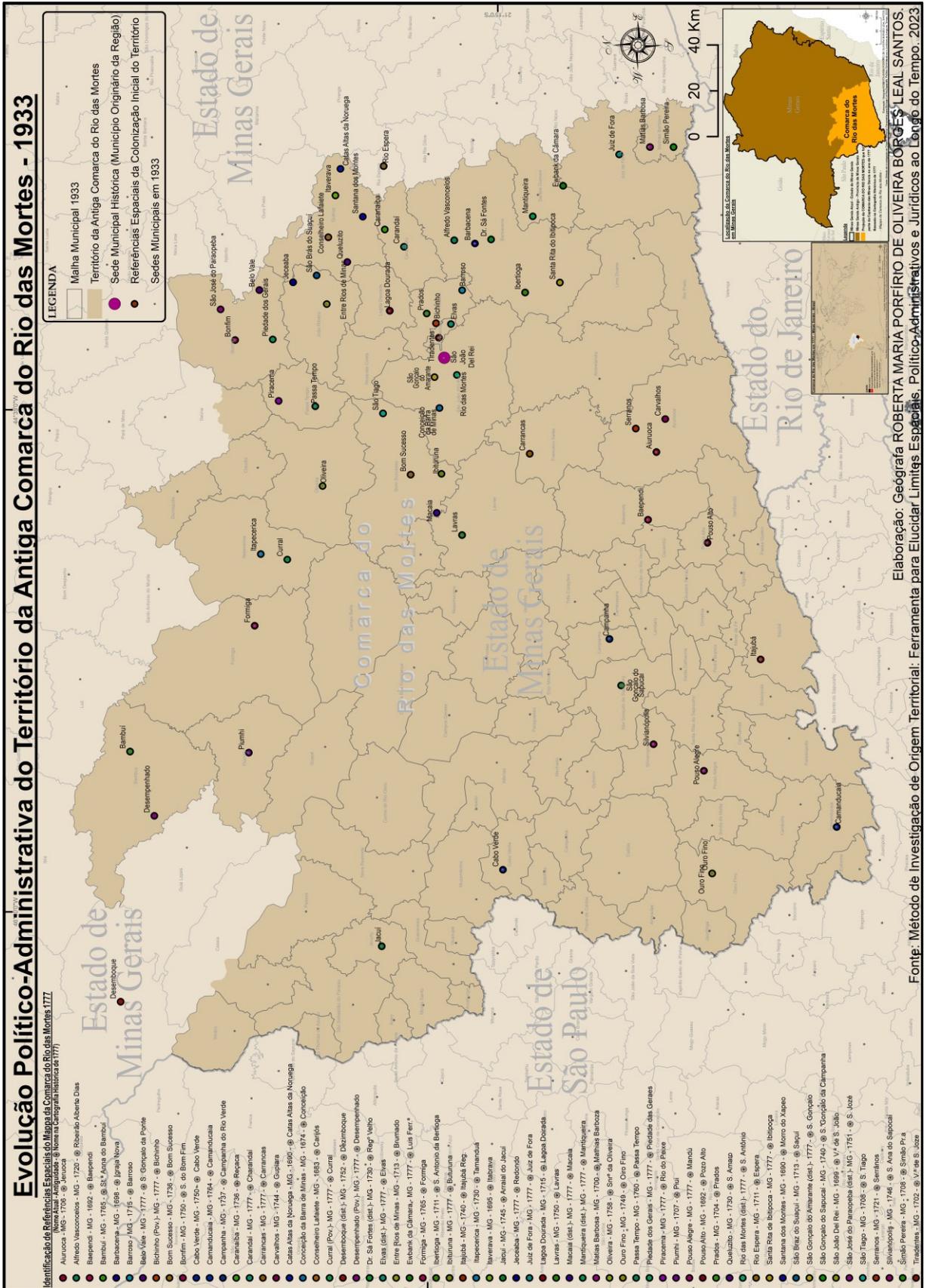


Mapa 99 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1900



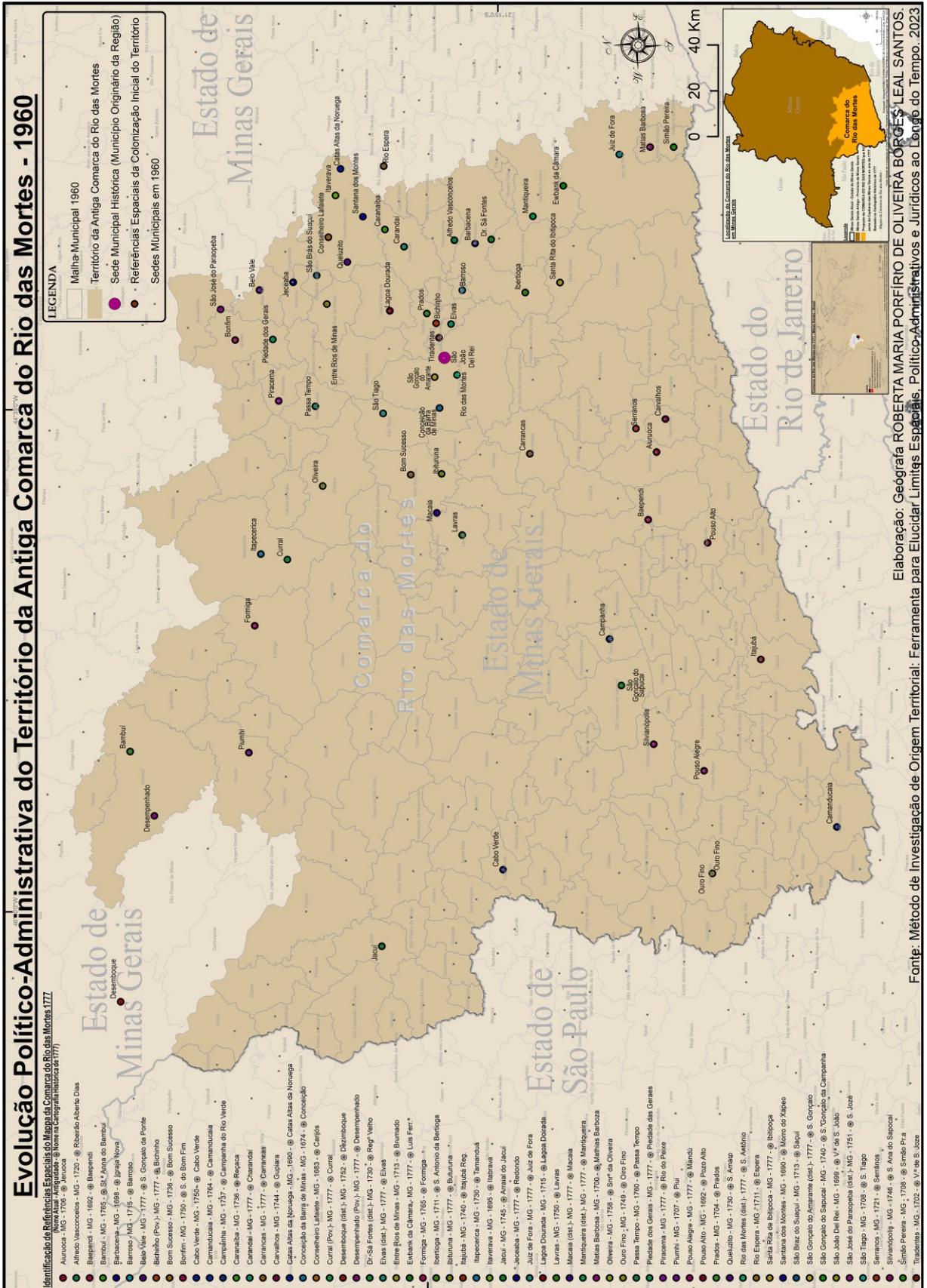
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 100 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1933



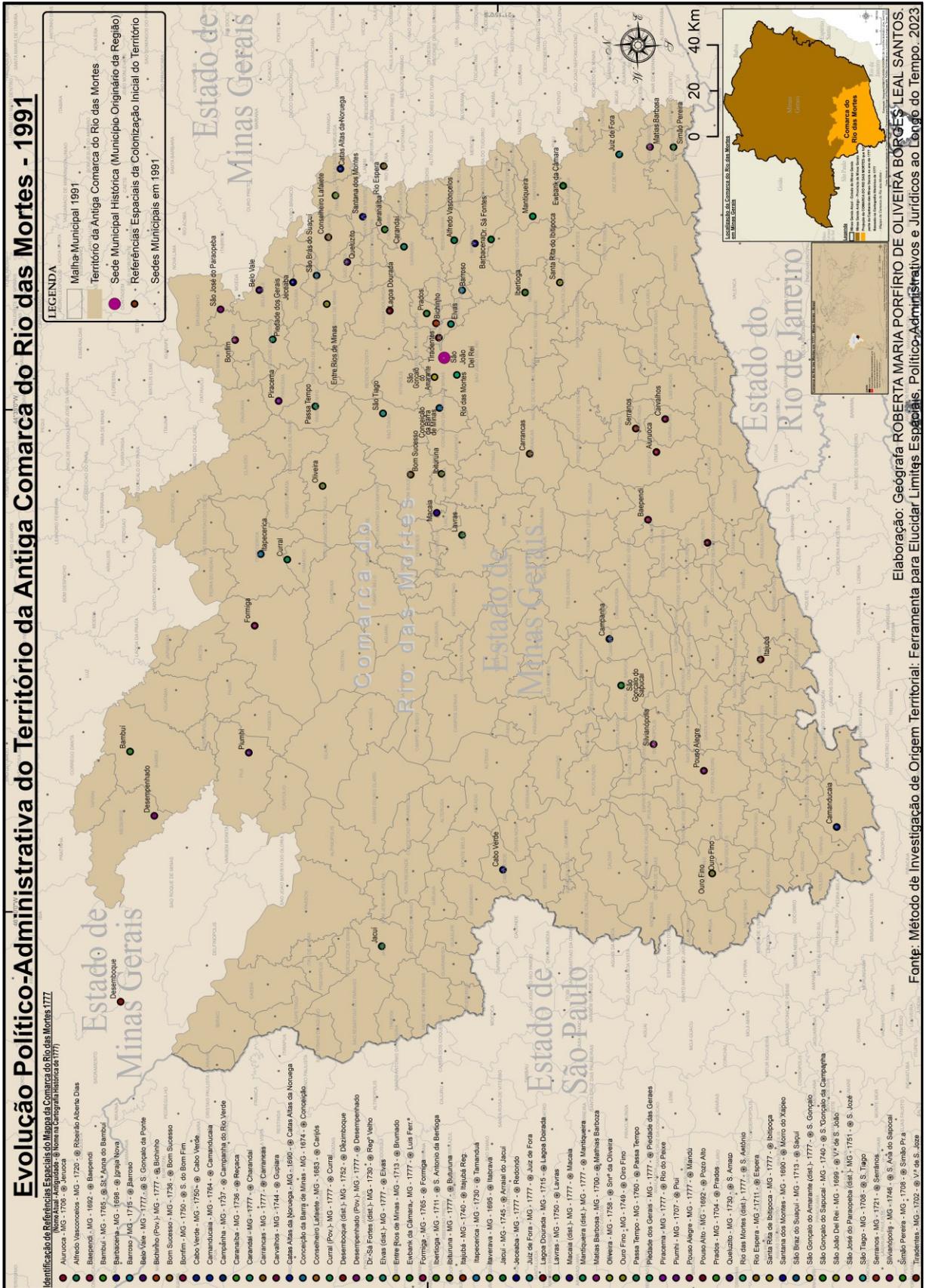
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 101 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1960



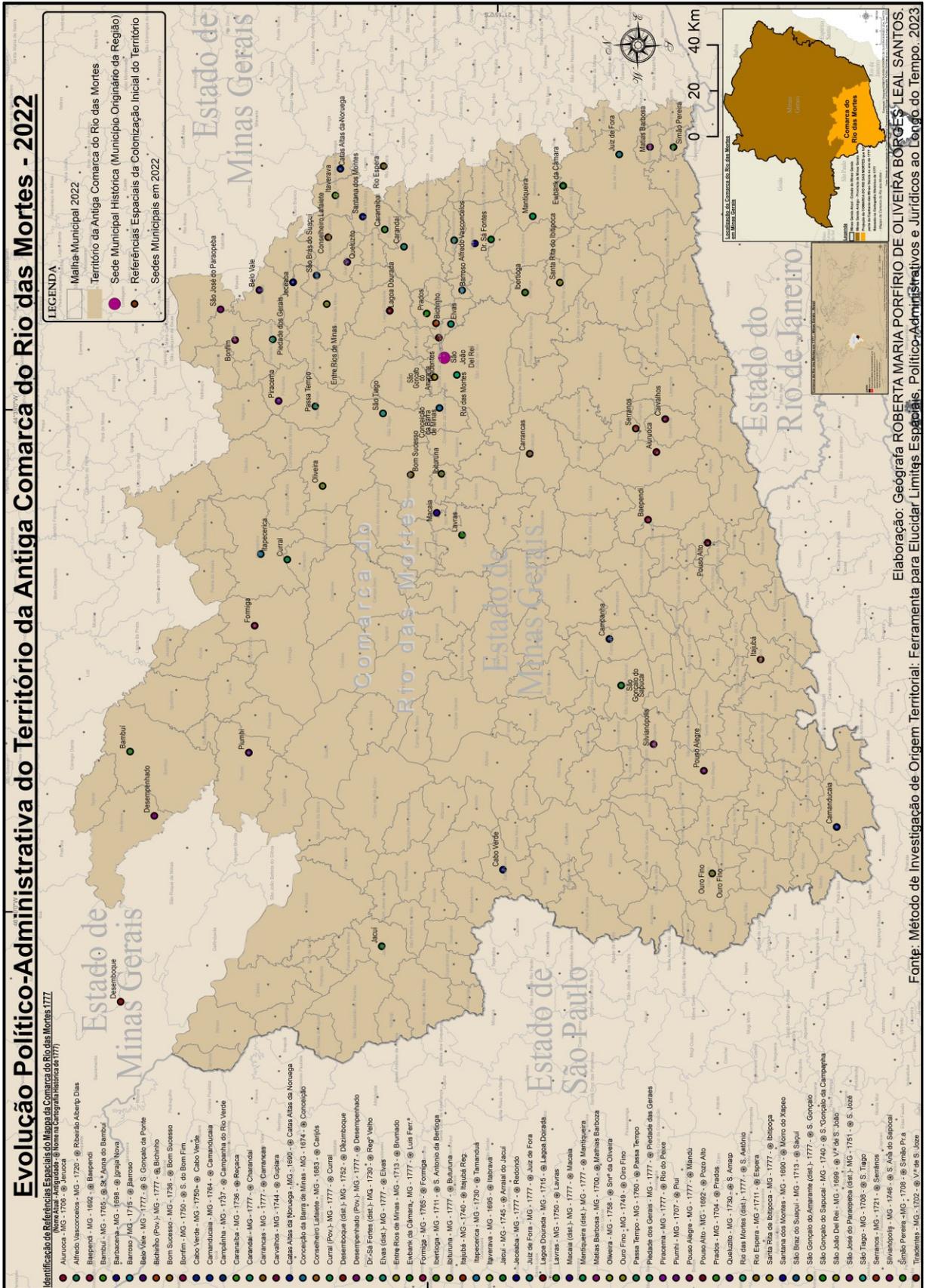
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 102 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes – 1991



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Mapa 103 - Evolução Político-administrativa do Território da Antiga Comarca do Rio das Mortes - 2022



Elaboração: Geógrafa ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS. Político-Administrativos e Jurídicos ao Longo do Tempo. 2023

Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

4.5 ESTUDO DE CASO V – O QUILOMBO DO CAMPO GRANDE: INVESTIGAÇÃO GERAL COMPLEXA DE GRANDE RECORTE ESPACIAL

Esta é uma Investigação de Origem Territorial Geral Complexa, que pode ser feita sobre qualquer Unidade Territorial que envolva mais de 10 municípios ou que o histórico da região seja marcado por muitas mudanças territoriais ou conflitos fundiários ou qualquer outra forma de disputas de poder. Neste caso, a complexidade é inevitável e vultuosa, pois além de ser uma Unidade Territorial um Caráter Histórico – aqui trata-se de uma Unidade Territorial não oficial que existiu no passado e hoje existem as suas evidências, seus remanescentes e sua herança, que se propaga no tempo e no espaço, com delimitações completamente diferentes das que possuía em determinado momento de sua existência pretérita – não temos uma delimitação exata do seu território no passado e é também uma Unidade Territorial intangível pela oficialidade, já que o Sistema de Poder Colonial lhe deu testemunho somente pela guerra travada para a sua supressão e destruição. Assim sendo, neste caso, **são utilizados os dados existentes disponíveis sobre a GUERRA DO QUILOMBO DO CAMPO GRANDE para realizar uma Projeção desta Unidade Territorial no Território Atual.** Portanto, é uma delimitação feita a partir do **Território dos Fatos**, visto que os locais da materialização dos fatos do evento Guerra do Quilombo do Campo Grande, são inegavelmente parte de território do referido Quilombo à época dos fatos. Assim sendo, considerando as características peculiares do objeto, essa Investigação de Origem Territorial, além do necessário nas Investigações Específicas ou Gerais Simples, demanda:

=> Uma Referência da Unidade Territorial Buscada, para orientar a projeção do Limite Territorial da Unidade Territorial escolhida;

=> A Identificação de Núcleos Urbanos representados na Referência Territorial que possam ser relacionados aos Núcleos Urbanos atuais, para a realização da Ancoragem;

=> A Realização de Linhas do Tempo Completas e bem referenciadas de cada Núcleo Urbano Identificado na Referência do Recorte Espacial que seja definido como parte da Ancoragem (quanto maior o Recorte Espacial, maior a quantidade de âncoras para garantir uma Projeção mais próxima da realidade, o que significa proporcionalmente uma maior quantidade de Linhas do Tempo Completas e aumenta a chance de haver necessidade de combinação de várias fontes para obter os dados necessários para a Linha do Tempo) e

=> A Realização da Projeção do Território da Unidade Territorial Investigada.

A partir do atendimento destas demandas é possível seguir com as demais etapas da aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial.

Considerando que o Recorte Territorial do Quilombo do Campo Grande está contido majoritariamente nos Territórios do Antigo Araxá e da Antiga Comarca do Rio das Mortes, estas Unidades Territoriais e as suas respectivas Investigações de Origem Territorial são consideradas para esta Investigação de Origem Territorial, isso significa que **não serão feitas novamente as Linhas do Tempo e Planilhas já realizadas**, pois seria indesejável redundância, uma vez que **a concentração é na Projeção Territorial do Quilombo do Campo Grande, na Guerra do Quilombo do Campo Grande e na Cartografia Multitemporal desta Unidade Territorial Histórica: Quilombo do Campo Grande**.

4.5.1 DEFINIÇÕES

Definições da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial ao Quilombo do Campo Grande:

→ **Objeto de Investigação: Quilombo do Campo Grande (Século XVIII)**

- Unidade Territorial Investigada: **Território do Quilombo do Campo Grande**
- Referência da Unidade Territorial Investigada: **Dados da Guerra do Quilombo do Campo Grande – segundo Martins (2008)**
- Unidade Territorial Atual Base: **Município**
- Recorte Espacial: **Quilombo do Campo Grande – Grande Recorte Espacial – Delimitação a ser projetada**
- Recorte Temporal: **1741 a 2022 => 281 anos**
- Tipo de Investigação de Origem Territorial: **Geral**
- Modalidade de Investigação de Origem Territorial: **Complexa**

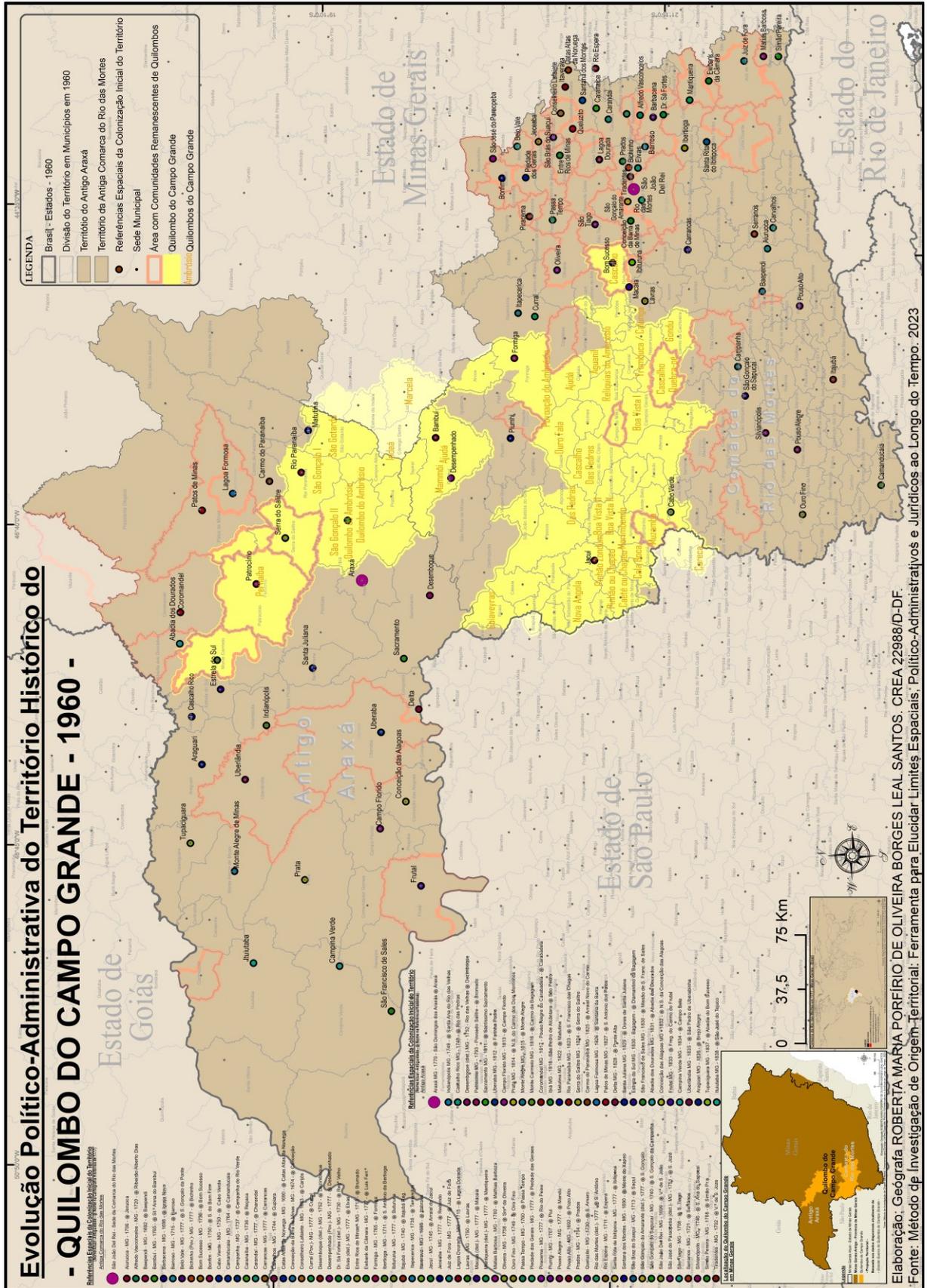
4.5.2 ETAPAS

Etapas da Aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial ao Quilombo do Campo Grande:

- Identificação de Núcleos Urbanos Atuais na Referência da Unidade Territorial. – *Feita nos Estudos de Caso III – Comarca do Rio das Mortes - e IV – Antigo Araxá - e os resultados utilizados neste Estudo de Caso.*
- Ancoragem. *Feita nos Estudos de Caso III – Comarca do Rio das Mortes - e IV – Antigo Araxá - e os resultados utilizados neste Estudo de Caso.*
- Linha do Tempo de Cada Núcleo Urbano Identificado e definido como parte da Ancoragem. *Feita nos Estudos de Caso III – Comarca do Rio das Mortes - e IV – Antigo Araxá - e os resultados utilizados neste Estudo de Caso.*

- Planilha de Investigação e Sistematização dos Dados. *Feita nos Estudos de Caso III – Comarca do Rio das Mortes - e IV – Antigo Araxá - e os resultados utilizados neste Estudo de Caso.*
- Atribuição do Código de Origem Territorial do Município. *Feita nos Estudos de Caso III – Comarca do Rio das Mortes - e IV – Antigo Araxá - e os resultados utilizados neste Estudo de Caso.*
- Projeção do Quilombo do Campo Grande utilizando a delimitação dos municípios atuais nos quais houveram eventos da Guerra do Quilombo do Campo Grande ou possuem lugares que foram conhecidamente Território de Quilombos do Campo Grande.
- Projeção de parte da Expressão Territorial Atual utilizando a delimitação dos municípios atuais que possuem Comunidades Remanescentes de Quilombos.
- Quilombo do Campo Grande + Municípios que possuem Comunidades Remanescentes de Quilombos = Conjunto de Municípios que fazem parte da **Expressão Territorial Atemporal do Quilombo do Campo Grande.**
- **Cartografia Multitemporal**

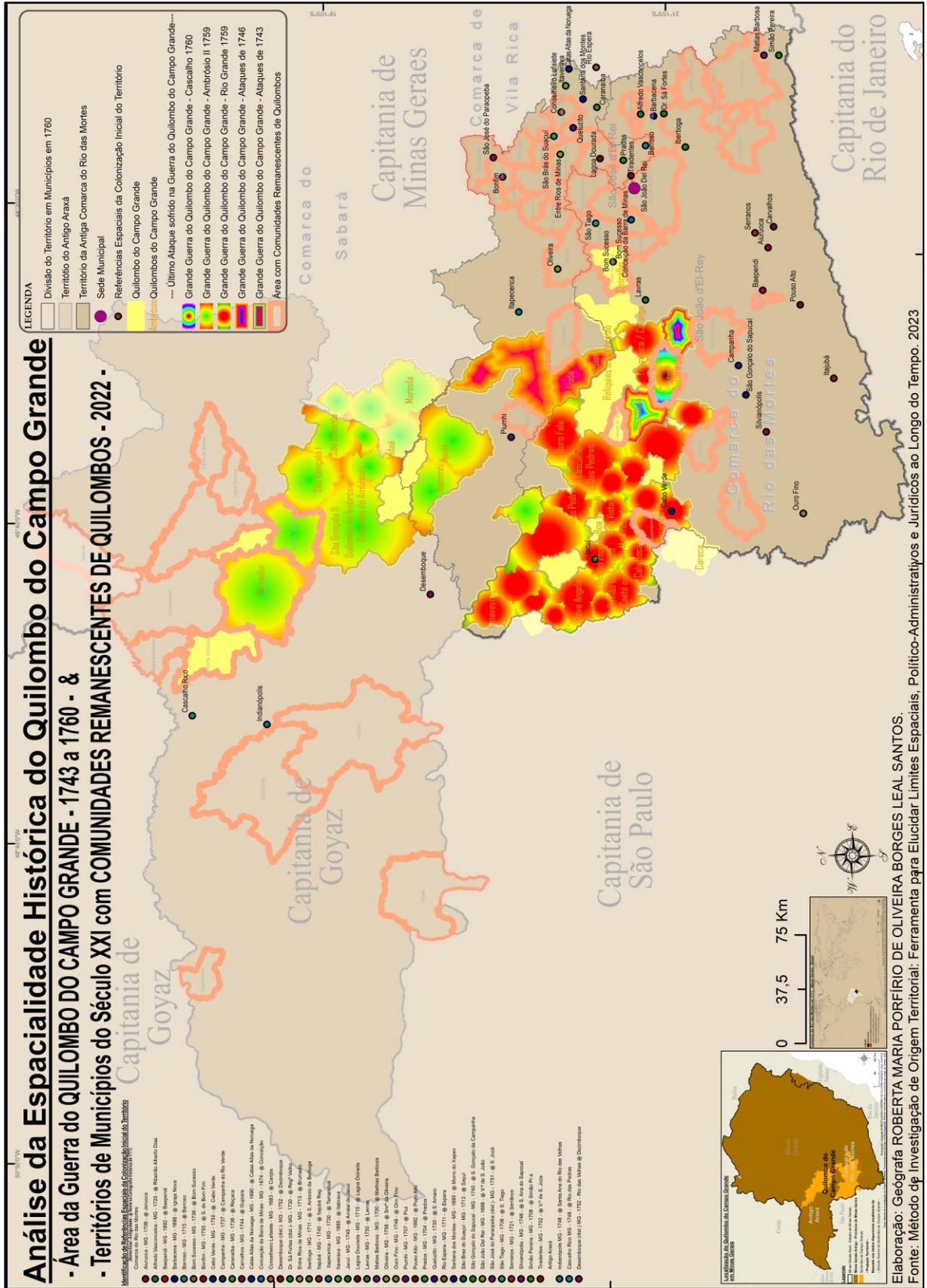
Mapa 115 - Evolução Político-administrativa do Território do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE - 1960



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Mapa 119 - Análise da Espacialidade do QUILOMBO DO CAMPO GRANDE



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

É importante lembrar que a Unidade Territorial do Quilombo do Campo Grande possui interface não só com as Unidades Territoriais dos Municípios atuais; do Antigo Araxá e da Antiga Comarca do Rio das Mortes, mas com todas as demais que a ela se relacionam, como a Unidade Territorial do “Sertão Kayapó” (assim chamado para melhor compreensão por ser a referência nominal na Cartografia Histórica). O Sertão Kayapó está relacionado historicamente e geograficamente com o Quilombo do Campo Grande. O Sertão Kayapó não está contido no Quilombo do Campo Grande, mas se relaciona a ele pela Porção Territorial que ele compartilha com o Antigo Araxá. O Antigo Araxá está em **uma parte** do Sertão Kayapó que, segundo a Cartografia Histórica analisada por Borges (2015), se estende amplamente a Sul e a Oeste para além dos limites do Antigo Araxá.

Mapa 120 - Análise da Cartografia Histórica - Sertão Cayapó - 1828.

TOPONÍMIA do SERTÃO CAYAPÓ NA CARTOGRAFIA Histórica: BRASIL AND PARAGUAY BY SIDNEY HALL. LONDON PUBLISHED. 1828



LEGENDA

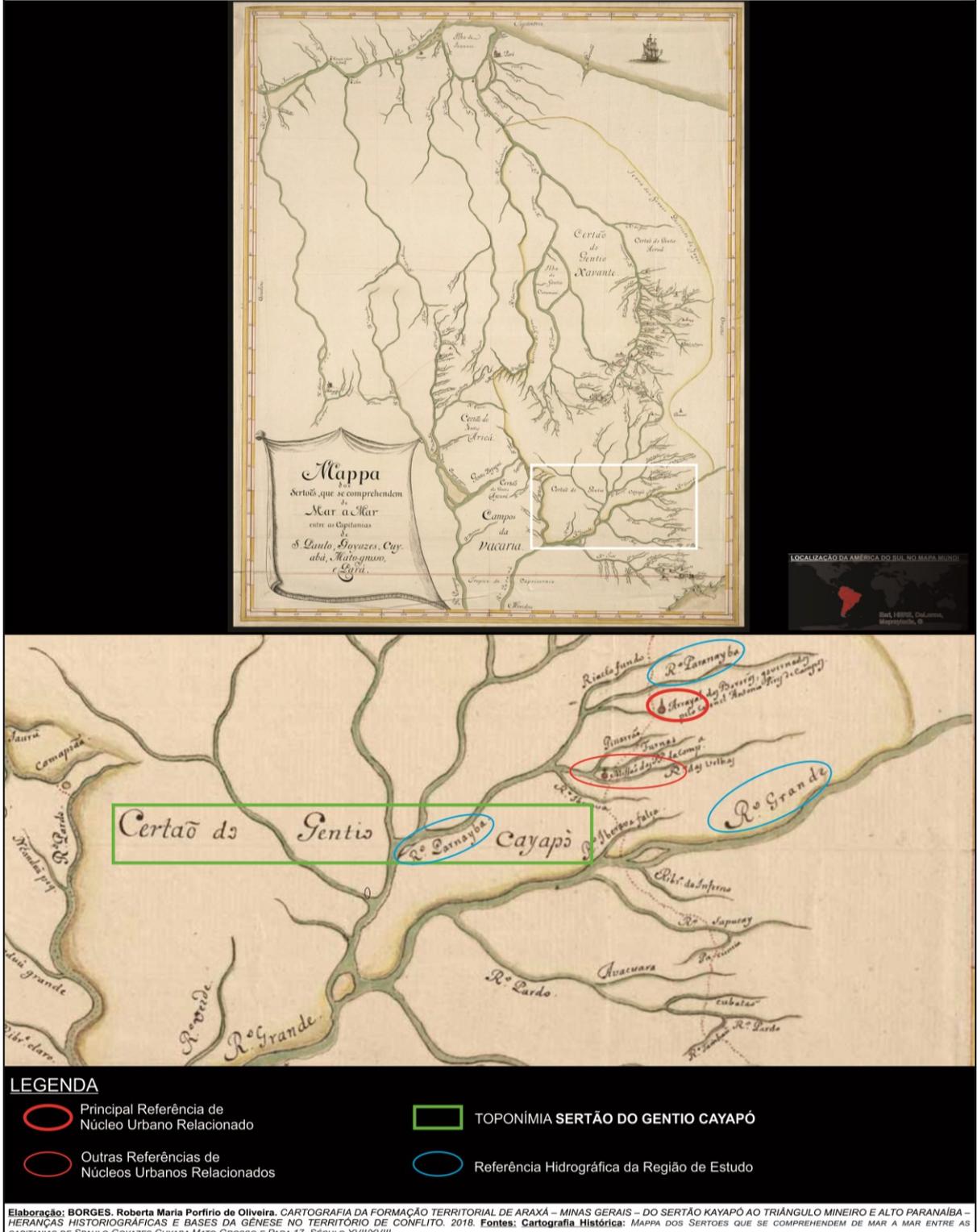
- Principal Referência de Núcleo Urbano Relacionado
- Indicação de Presença / Território Cayapó
- Outras Referências de Núcleos Urbanos Relacionados
- Referência Hidrográfica

Elaboração: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. CARTOGRAFIA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS – DO SERTÃO KAYAPÓ AO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – HERANÇAS HISTORIOGRÁFICAS E BASES DA GÊNESE NO TERRITÓRIO DE CONFLITO. 2018. Fontes: Cartografia Histórica: BRASIL AND PARAGUAY BY SIDNEY HALL. LONDON PUBLISHED. 1828

Fonte: Santos, Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal. 2018.

Mapa 121 - Análise da Cartografia Histórica - Sertão Cayapó I - Século XVII-XVIII

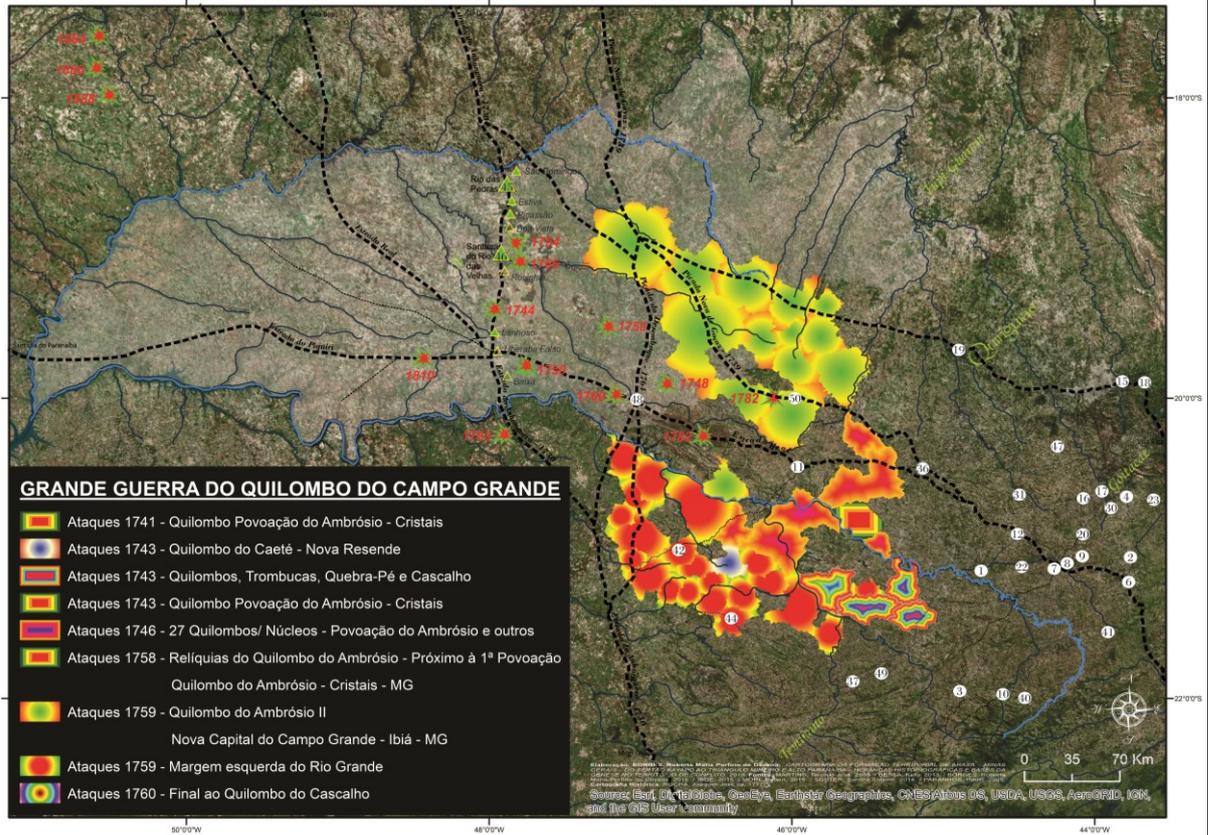
TOPONÍMIA DO SERTÃO CAYAPÓ NA CARTOGRAFIA Histórica: MAPPA DOS SERTOES QUE SE COMPREHENDEM DE MAR A MAR ENTRE AS CAPITANIAS DE SPAULO GOYAZES CUYABA MATO GROSSO E PARA 17. SÉCULO XVII/XVIII.



Fonte: Santos, Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal. 2018.

Mapa 122 - GÊNESE NO TERRITÓRIO DE CONFLITO

GÊNESE NO TERRITÓRIO DE CONFLITO - PRINCIPAIS CONFLITOS E GUERRAS QUE PERMEARAM A REGIÃO DE ARAXÁ ANTES, DURANTE E DEPOIS DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ.



MATRIZ INDÍGENA - CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E PRINCIPAIS CONFLITOS RELACIONADOS

Aldementos Indígenas
São diferentes dos Núcleos de Matriz Indígena, popularmente conhecidos como *Aldedas*, que são núcleos de formação própria e espontânea das Comunidades de Matriz Indígena que praticam livremente suas crenças e sua cultura. Os Aldementos indígenas consistem em núcleos, criados e governados por Bandeirantes atendendo aos interesses colonizadores, para abrigarem Comunidades de Matriz Indígena que atuariam a serviço da colonização. Os Aldementos da Região do Antigo Araxá foram criados e dispostos com a intenção de promover segurança ao longo da Estrada do Anhanguera, que ligava São Paulo às Minas dos Gozayes. No Aldemento de Rio das Pedras, governada pelo Coronel Antonio Pires de Campos, habitava população indígena de Bororós, trazida do Mato Grosso, esta linha função de Guerrear e Combater os Kayapós do Sul, ou seja, Povos de Matriz Indígena utilizados para combater uns aos outros.

Principais Aldementos Indígenas que se consolidaram como Cidades na Região do Antigo Araxá

Sítios Indígenas

GUERRAS DOS KAYAPÓS DO SUL

Guerras de Resistência dos Povos de Matriz Indígena e outros Conflitos dos povos de Matriz Indígena

Projeção de Territórios de NAÇÕES INDÍGENAS segundo a Cartografia Histórica

Povos e Nações Indígenas



PRINCIPAIS NÚCLEOS URBANOS RELACIONADOS - (Primeiro Nome e Data encontrados - Nome e Unidade da Federação Atual)

- 1 Ibituruna 1674 - MG
- 2 Ressaça 1675 - Ressaquinha - MG
- 3 Baependi 1681 - MG
- 4 Carijós 1683 - Queluz - Conselheiro Lafaiete - MG
- 5 Catas Altas da Noruega 1690 - MG
- 6 Igreja Nova 1698 - Barbaçana - MG
- 7 Porto Real 1701 - Arraial do Rio das Mortes - São João Del Rey - MG
- 8 Arraial Velho 1702 - Vila de São José - Tiradentes - MG
- 9 Prados 1704 - MG
- 10 Aiuruoca 1706 - MG
- 11 Piumhi 1707 - Piumhi - MG
- 12 São Tiago 1708 - MG
- 13 Distrito das Minas 1710 - Villa Rica 1711 - Ouro Preto - MG
- 14 Villa de Mariana 1711 - MG
- 15 Villa de Sabará 1711 - MG
- 16 Brumado 1713 - Entre Rios de Minas - MG
- 17 Suaçuí 1713 - São Braz do Suaçuí - MG
- 18 Villa Nova da Rainha 1714 - Caeté - MG
- 19 Villa de Pitingui 1715 - MG
- 20 Lagoa Dourada 1715 - MG
- 21 Cuyabá 1718 - Villa de Cuyabá 1727 - Cuiabá - MT
- 22 Conceição 1725 - Conceição da Barra de Minas - MG
- 23 Itaverava 1726 - MG
- 24 Conceição 1726 - Crisás - GO
- 25 Porto Real 1701 - Santana 1727 - Villa Boa - Goyaz - GO
- 26 Mayaponle 1727 - Pirenópolis - GO
- 27 Anta 1729 - Jeroaquara - GO
- 28 Gorino 1729 - Guaranios - GO
- 29 Jaraguá 1729 - GO
- 30 Santo Amaro 1730 - Queluzito - MG
- 31 Passatempo 1734 - MG
- 32 Arraial de São Luiz 1734 - Natividade - TO
- 33 Arraial de São Felix 1736 - São Felix do Tocantins - TO
- 34 Cavalcante 1736 - GO
- 35 Arrays 1736 - TO
- 36 Tamanduá 1739 - Itaipericara - MG
- 37 São Gonçalo da Campanha 1740 - São Gonçalo do Sapucaí - MG
- 38 Papuá 1741 - Pilar - GO
- 39 Pouso Alegre 1743 - Vila Bela da Santíssima Trindade - MT
- 40 Guapirara 1744 - Carvalhos - MG
- 41 Ibitipoca 1744 - Santa Rita do Ibitipoca - MG
- 42 Arraial do Jacuí 1745 - Jacuí - MG
- 43 Santa Luzia 1746 - Luziânia - GO
- 44 Cabo Verde 1747 - MG
- 45 Rio das Pedras 1748 - Cascalho Rico - MG
- 46 Sant'Ana do Rio das Velhas - Indianópolis - MG
- 47 Senhor do Bonfim 1750 - Bonfim - MG
- 48 Arraial das Abelhas - do Rio das Velhas 1752 - Desemboque - MG
- 49 Campanha do Rio Verde 1756 - Campanha - MG
- 50 Sant'Anna do Bambuí 1756 - Bambuí - MG
- 51 Espera 1765 - Rio Espera - MG
- 52 Brumado 1713 - Entre Rios de Minas - MG
- 53 Suaçuí 1713 - São Braz do Suaçuí - MG

Elaboração: BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. *CARTOGRAFIA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ARAXÁ - MINAS GERAIS - DO SERTÃO KAYAPÓ AO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAJIBA - HERANÇAS HISTORIOGRÁFICAS E BASES DA GÊNESE NO TERRITÓRIO DE CONFLITO*. 2018. Fontes: MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: História de Minas Que se Deve ao Povo*. Edição Ampliada. Contagem, Minas Gerais: Santa Clara, 2008. / BESSA, KELLY. *A gênese do urbano no triângulo mineiro: os núcleos de povoamento e a rede de arraiais do século XIX*. Brazilian Geographical Journal, Geosciences and Humanities research medium, Ituluitaba, v.4, n.2, p.000-026, jul./dez. 2013. / BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. *Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar*. Revista Tempo - Técnica - Território, v.6, n.1 (2015), p.65-96 ISSN: 2177-4366, 2015. / IBGE. *Cidades 2015*. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico>. 2015. / PASSELETTI, Paulo. *Primeiros núcleos populacionais no Sul das Minas Gerais*. *História - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.º 7 (dezembro 2005). / MORI, Robert. *Os Aldementos Indígenas no Caminho dos Gozayes: Guerra e Etnogênese no "Sertão do Gentio Cayapó" (Sertão da Parinha Podre) - Séculos XVII e XIX*. 2015. 210p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Uberlândia. / COSTER, Sandra Schmitt. *Missões Jesuítas como Sistema*. 2014. 240p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. / São Carlos. / *Cartografia Histórica*: ROCHA, Joaquim José da. *Mapa de Comarca do Sabara pertencente a Capitania de Minas Geraes*. Capitania de Minas Geraes. 1777. / ROCHA, Joaquim José da. *Mapa de Comarca do Rio das Mortes pertencente a Capitania de Minas Geraes que mandou descrever o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Capitão General da mesma Capitania, segundo as mais exatas informações*. Anno de 1777.

Fonte: SANTOS, Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal. 2018.

Por limitações de tempo não foi realizado aqui um Estudo de Caso sobre o Sertão Kayapó, mas o Método de Investigação de Origem Territorial pode e deve ser aplicado para o conhecimento da expressão da Unidade Territorial do Sertão Kayapó ao longo do tempo.

Este Estudo é apenas um olhar preliminar e raso da Territorialidade do Campo Grande, sua Territorialidade Quilombola, atacada em detrimento da colonização do território sob o domínio da coroa, e a sua transformação e resistência, sinalizada pela presença das Comunidades Remanescentes de Quilombos nos diversos municípios oriundos das Antigas Unidades Territoriais estudadas (Antigo Araxá e Antiga Comarca do Rio das Mortes) que se sincronizam e diacronizam com a Unidade Territorial do Quilombo do Campo Grande através dos tempos e perspectivas.

É um pequeno passo para ampliar a visão sobre esta parte da história e geografia brasileira: a Guerra do Quilombo do Campo Grande.

“Maior confederação quilombola que já existiu, o Quilombo do Campo Grande, suas diversas unidades ocupadas. Palmares era composto de 9 vilas ou quilombos. O Campo Grande chegou a ser composto de cerca de 27 vilas ou quilombos, abrangendo território também muito maior.”. (Martins, Tarcísio José. 2018)

Mapa 123 – Cartografia Histórica que foi registro oficial da Guerra do Quilombo do Campo Grande



Fonte: Cartografia Histórica Mapa do capitão Antônio Francisco França feito entre 1760 e 1763 – Coleção da Família Almeida Prado – IEB-USP – foto de 1992.T.J. Martins - "Mapa de Todo o Campo Grande, Tanto da Parte da Conquista, que Parte com a Campanha do Rio Verde, e São Paulo, como de Pihui, Cabeceiras do Rio de São Francisco e Goiaes"

Martins explica que o Mapa do capitão Antônio Francisco França feito entre 1760 e 1763 (Coleção da Família Almeida Prado – IEB/USP – foto de 1992/TJMartins), mapa que retratou a Guerra do Quilombo do Campo Grande, “foi legendado com o seu norte invertido”, assim constatou que:

“Constatamos que todos os historiadores que, até então, estudaram e examinaram esse mapa não se aperceberam de que o fizeram com o mapa de cabeça para baixo, visto ter sido legendado com o seu norte invertido(...)”. (Martins, Tarcísio José. 2018)

O mapa mandado fazer por ordem de governadores, no Século XVIII, apresenta essa peculiaridade que levou a diferentes interpretações dele, dificultando a precisão dos lugares, conseqüentemente, colaborando para a incerteza sobre os eventos. O minucioso trabalho de Martins trouxe à luz as referências espaciais dos Ataques aos Quilombos e em um esforço louvável de dialética com os relatos das correspondências oficiais (Carta da Câmara de Tamanduá de 1793) e outros documentos Cartográficos Históricos (o

mapa-roteiro da viagem de Luiz Diogo Lobo da Silva em 1764 e o roteiro da expedição de 1769 de Inácio Correia Pamplona) corrigiu as datas e precisou os lugares, permitindo a realização deste Estudo de Caso para aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial à Unidade Territorial Histórica: Quilombo do Campo Grande.

Os séculos de dificuldades, enganos e imprecisões relacionadas a Guerra do Quilombo do Campo Grande por uma inversão de norte na Cartografia oficial, além da importância da Cartografia para a elucidação dos fatos históricos, nos mostram que: **encobre os fatos por mais tempo um ‘norte invertido’ do que ‘cem anos de sigilo’.**

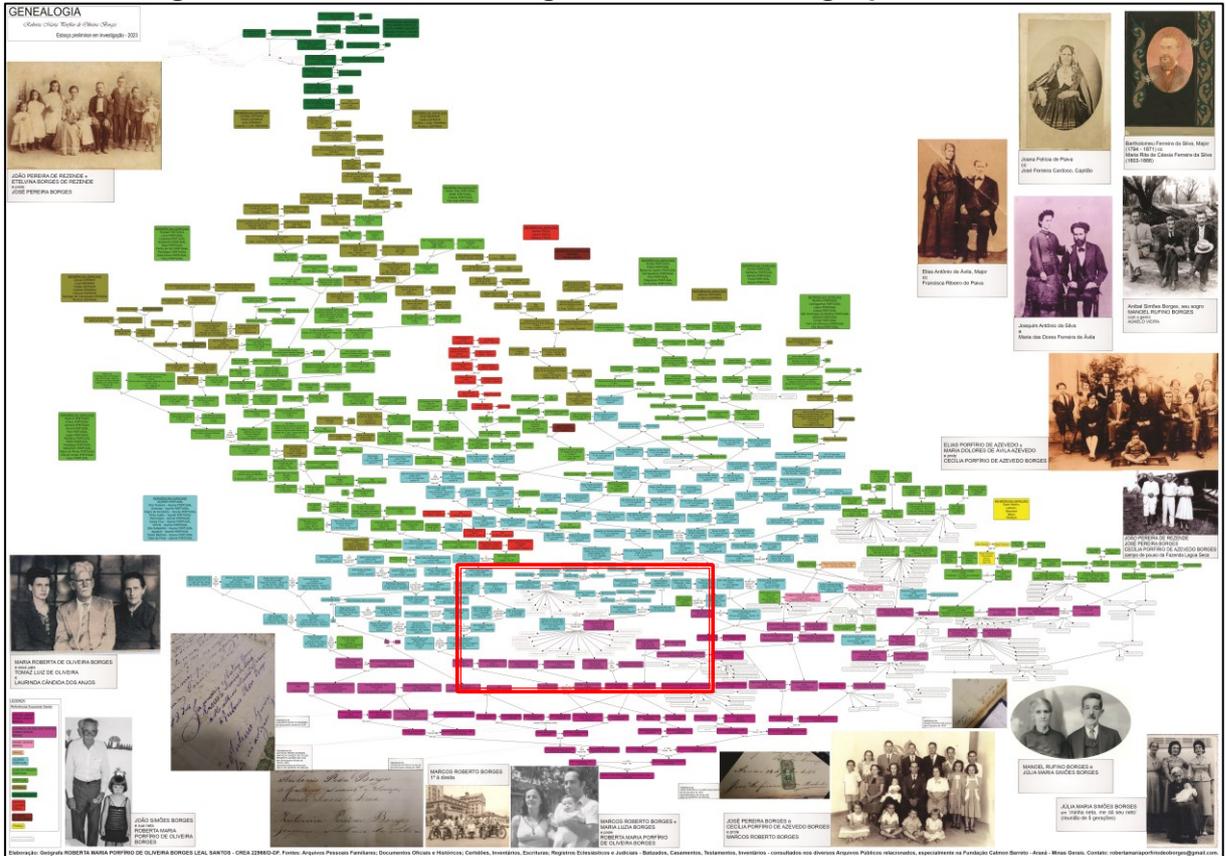
4.6 ESTUDO DE CASO VI – UMA GENEALOGIA NO TERRITÓRIO: UTILIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE ORIGEM TERRITORIAL PARA ELUCIDAR DINÂMICAS ESPACIAIS ESPECÍFICAS

Neste Estudo de Caso as Investigações Territoriais realizadas sobre a Comarca do Rio das Mortes, o Antigo Araxá e o Quilombo do Campo Grande servem de base territorial para a espacialização da localização e deslocamentos de alguns ramos de uma família ao longo do tempo.

Os ramos da Família que serão espacializados estão organizados em uma árvore genealógica extensiva que tem algumas referências espaciais disponíveis e confirmadas por documentos pessoais e Oficiais encontrados nos registros do Arquivo Público de Araxá (Fundação Cultural Calmon Barreto – Araxá – Minas Gerais).

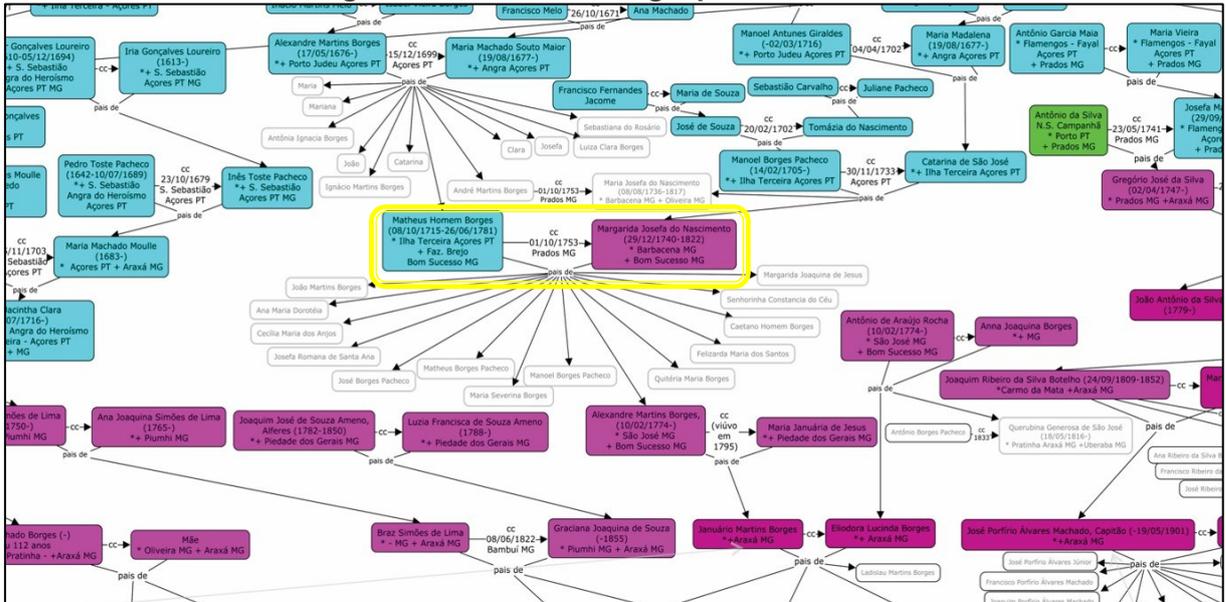
Ramo da Genealogia que será abordado:

Figura 25 - Localização na Genealogia do Ramo da Genealogia que será abordado



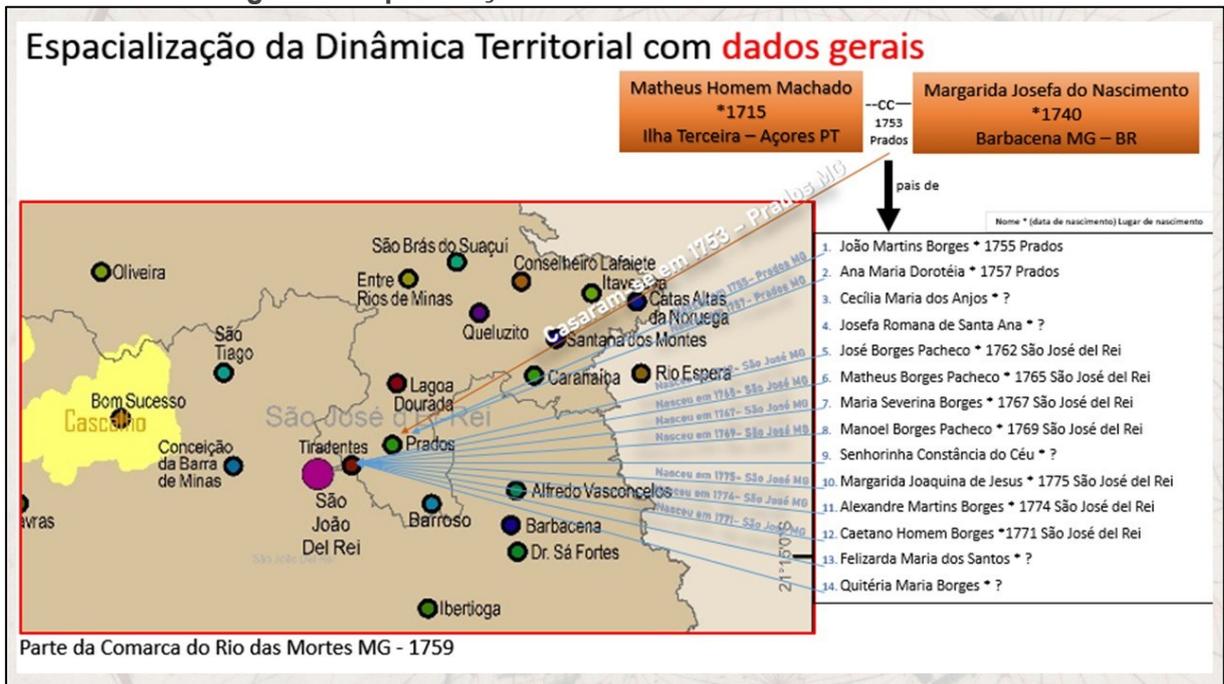
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 26 - Ramo da Genealogia que será abordado



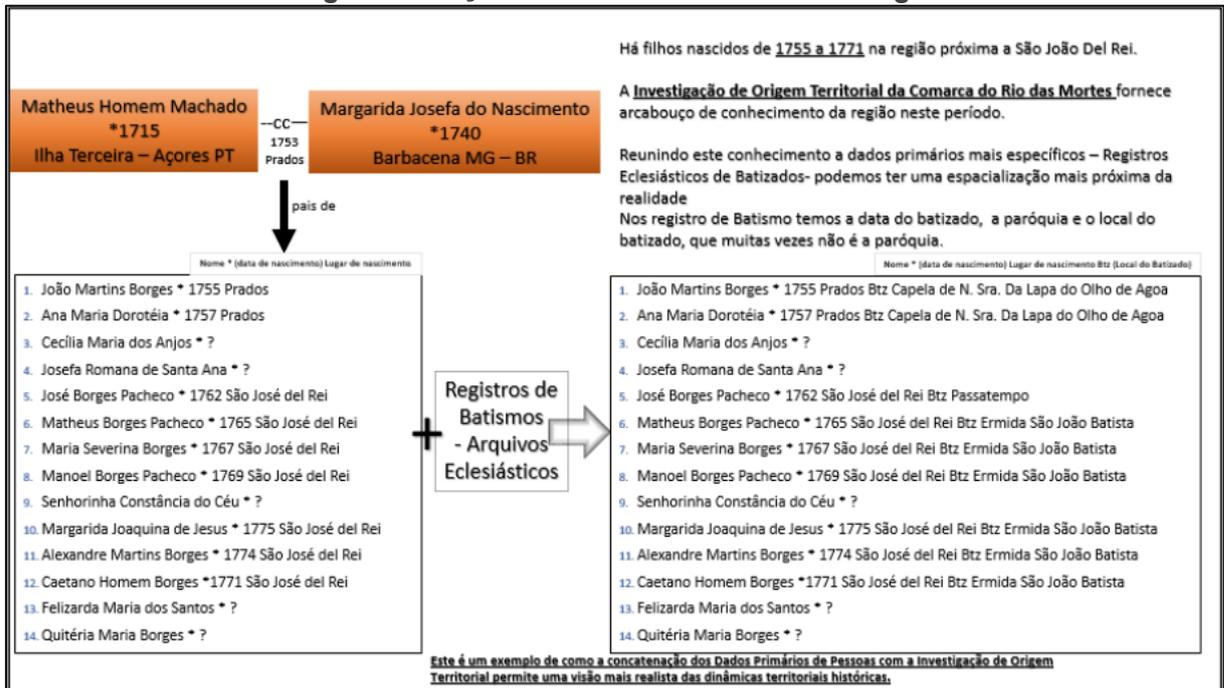
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 27 – Espacialização da Dinâmica Territorial com Dados Gerais



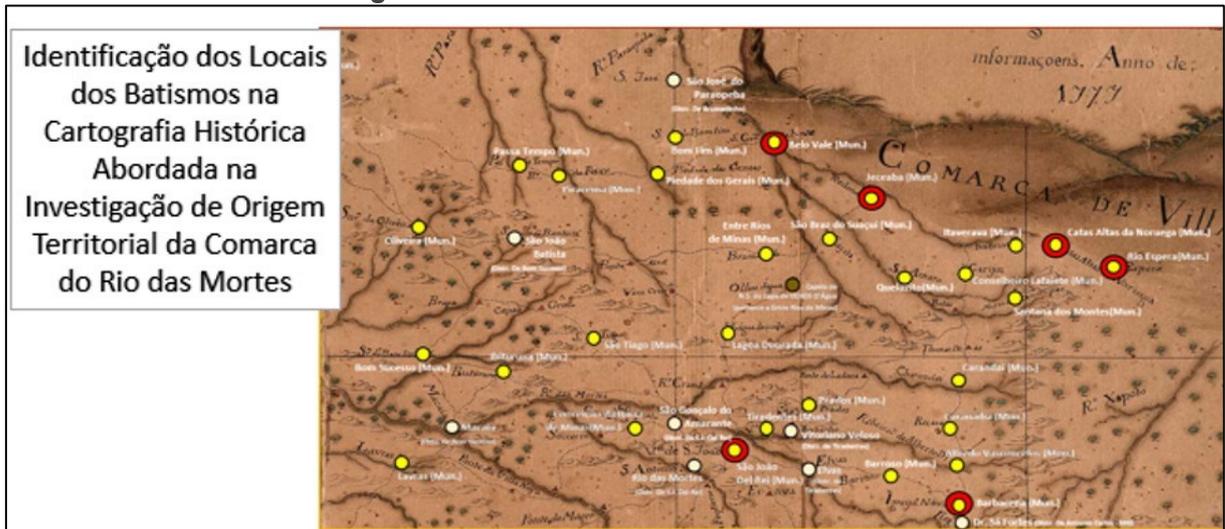
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 28 - Adição de Dados Eclesiásticos à Genealogia



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 29 - Identificação dos Locais dos Batismos na Cartografia Histórica abordada na Investigação de Origem Territorial da Comarca do Rio das Mortes



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Com a utilização da Cartografia Histórica, analisada na Investigação Territorial, em conjunto com dados primários mais específicos – Registros Eclesiásticos de Batizados – do ramo da Genealogia abordado podemos ter uma espacialização mais próxima da realidade.

Ao identificarmos na Cartografia Histórica os Locais (inclusive Capelas) descritos nos Registros Eclesiásticos de Batismos podemos afirmar a localização do Evento no Tempo e no Espaço e a existência do Local na data do Evento.

Este é mais um caso de Sinergia de Dados do Método de Investigação de Origem Territorial: a Cartografia Histórica confirma a existência do Lugar na sua data de realização (1777) e, agora, os Registros Eclesiásticos confirmam a existência do Lugar nas datas dos Batismos. Por exemplo: a Capela de N. S. da Lapa de Olhos D'Água estava confirmada em 1777 pela Cartografia Histórica e agora está confirmada nesta investigação territorial a sua existência pretérita à referida Cartografia, visto que há o Registro Eclesiástico do Batizado no Lugar em 1753 de um membro da Genealogia abordada, uma pessoa real.

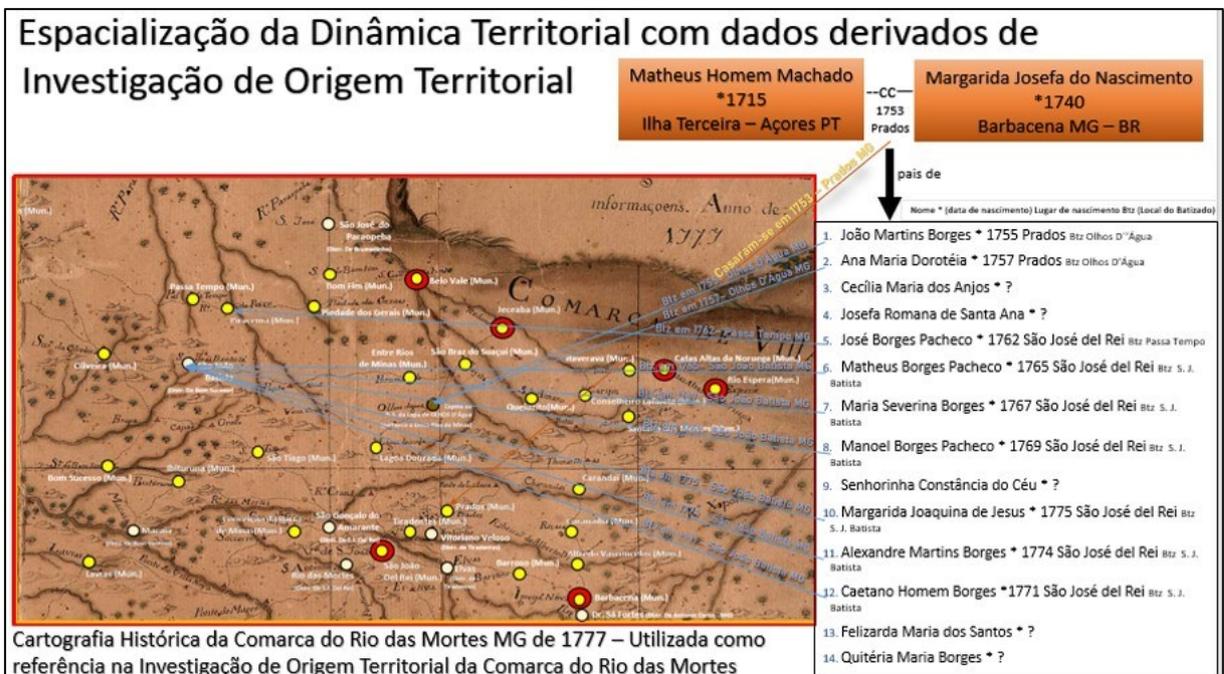
A diferença da espacialização das Dinâmicas Territoriais é considerável como é possível visualizar a seguir:

Figura 30 - Espacialização da Dinâmica Territorial com Dados Gerais



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 31 - Espacialização da Dinâmica Territorial com dados derivados de Investigação de Origem Territorial



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Ou seja, com dados gerais a espacialização traria os nascimentos concentrados em João José (Tiradentes) e em Prados. Com o acréscimo de dados específicos e a Investigação de Origem Territorial, que aferiu a

evolução territorial, verificamos que a referência a São José é a referência do município à época, visto que os batizados ocorreram em Olhos D'Água, Passa Tempo e, majoritariamente, São João Batista, todas são localidades do Interior do Município de São José, na época, como ficou elucidado na Investigação de Origem Territorial da Comarca do Rio das Mortes. Hoje, cada localidade destas pertence a um município diferente. É importante destacar que a utilização da Cartografia Histórica na Investigação Territorial da Comarca do Rio das Mortes agregou informações suficientes para a identificação de Localidades que, atualmente não são sedes de Municípios, como São João Batista, hoje distrito de Bom Sucesso, mas especialmente para a identificação de Olhos D'Água, que hoje não é nem distrito, nem aglomerado rural isolado, mas uma Capela Rural de Entre Rios. Dentre tantas capelas mineiras antigas isoladas que a história deixou na região, os dados da Genealogia combinados aos dados específicos demandaram especificamente a Capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'Água, cuja importância pretérita foi elucidada pela Investigação de Origem Territorial que aferiu tal dado ao concatenar os dados oficiais sistematizados nas Linhas do Tempo à Cartografia Histórica.

Algumas possibilidades de Investigação Territorial e Especialização com utilização da Genealogia abordada:

Figura 32 - Contexto Territorial e Histórico - 1759

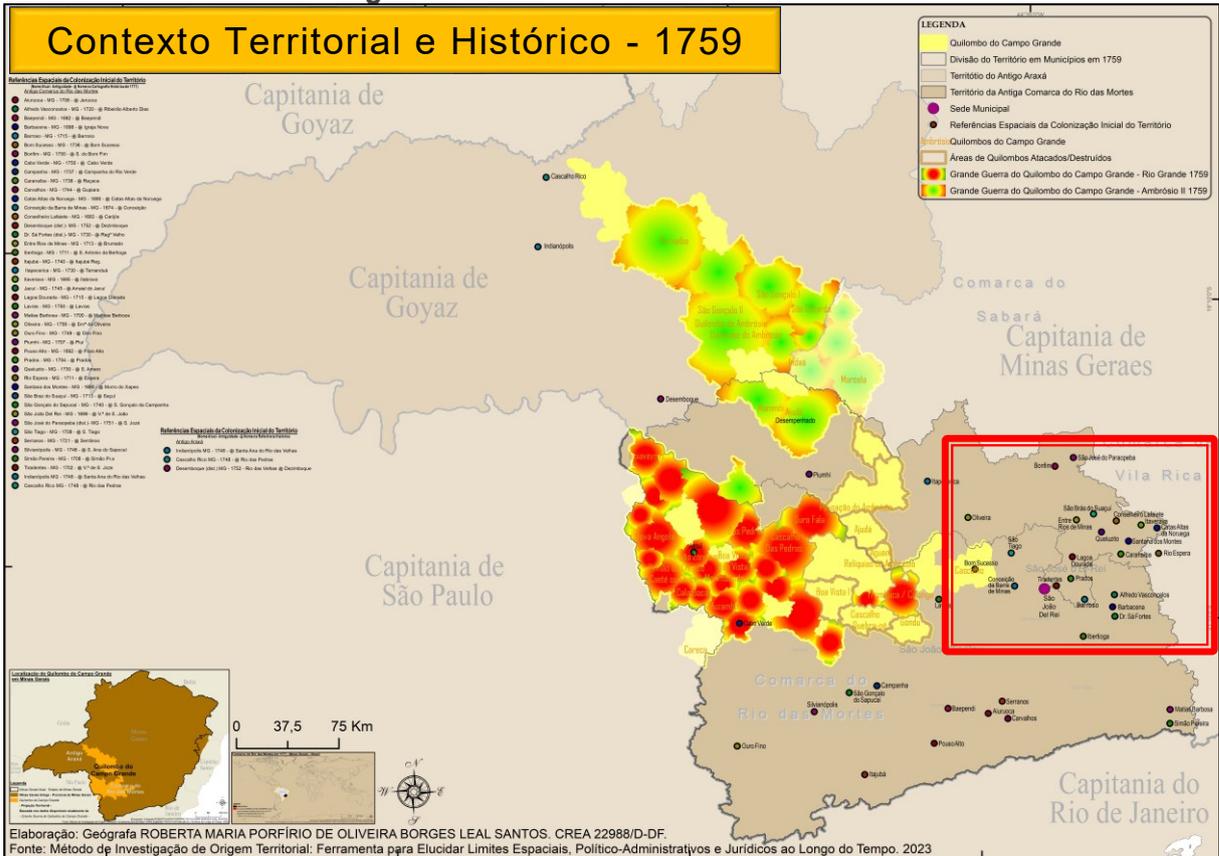
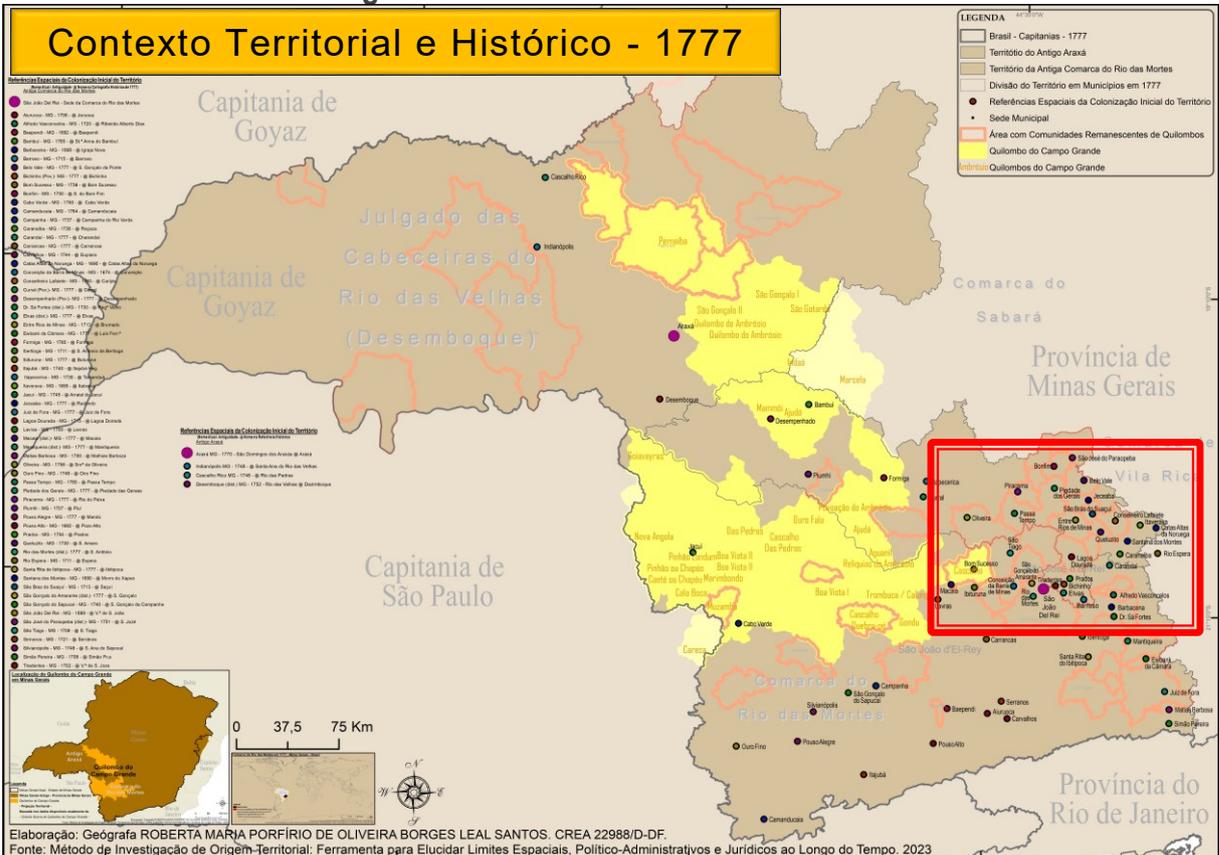


Figura 33 - Contexto Territorial e Histórico - 1777



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Figura 34 - Contexto Territorial e Histórico - 1835

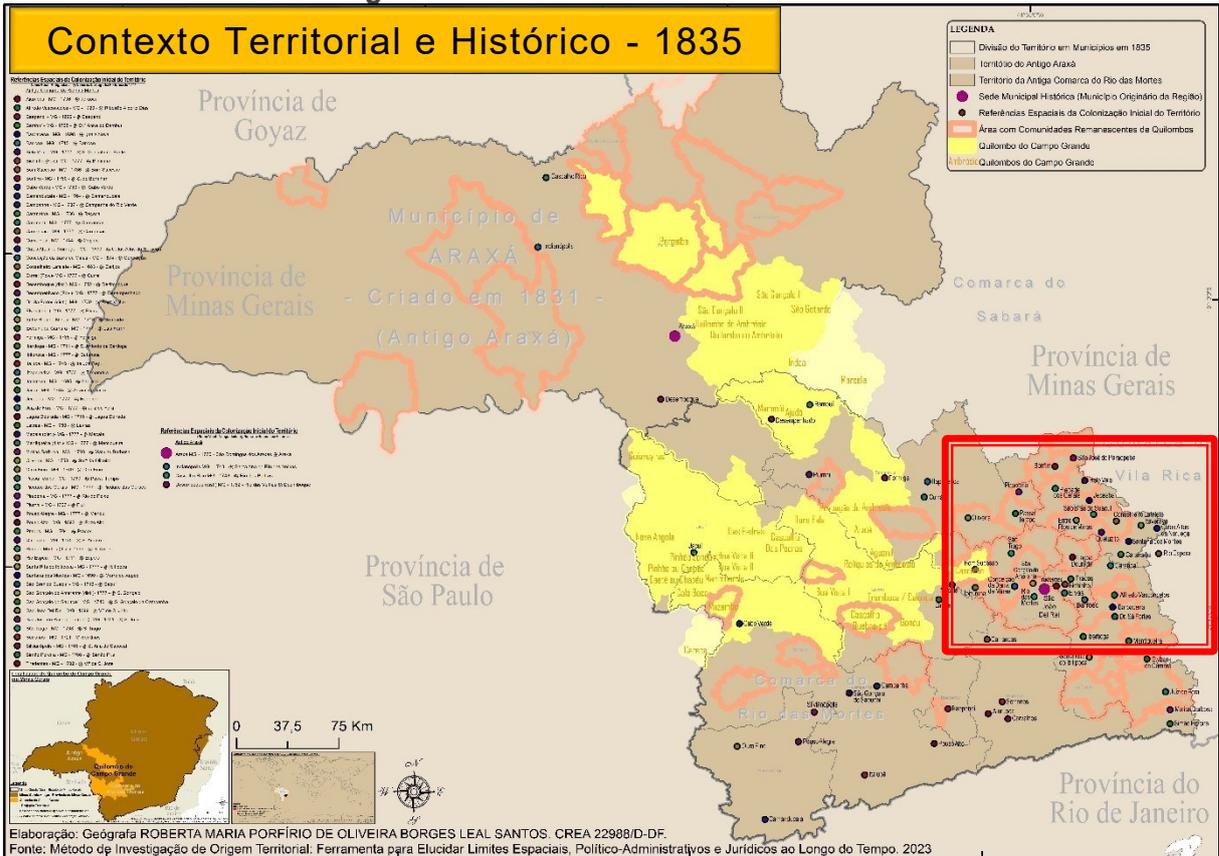
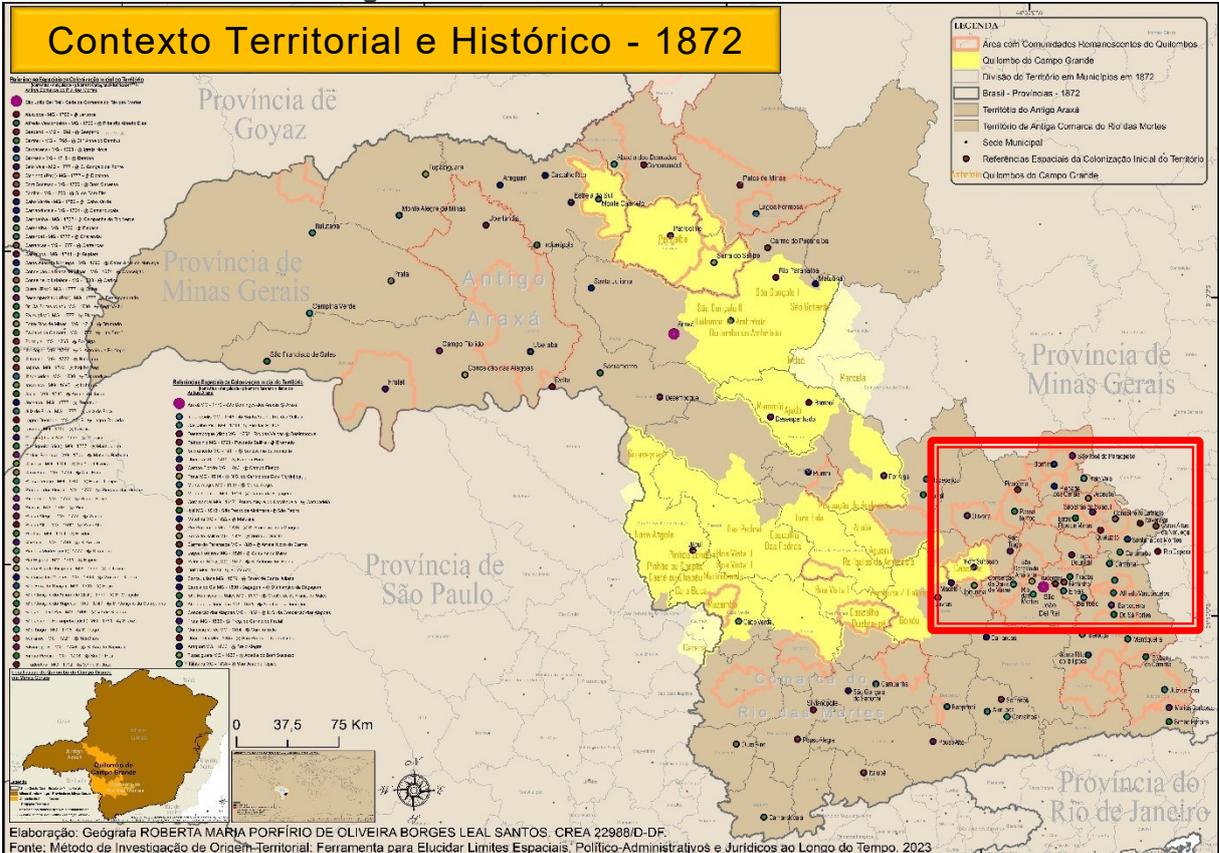


Figura 35 - Contexto Territorial e Histórico - 1872



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Figura 36 - Contexto Territorial e Histórico - 1900

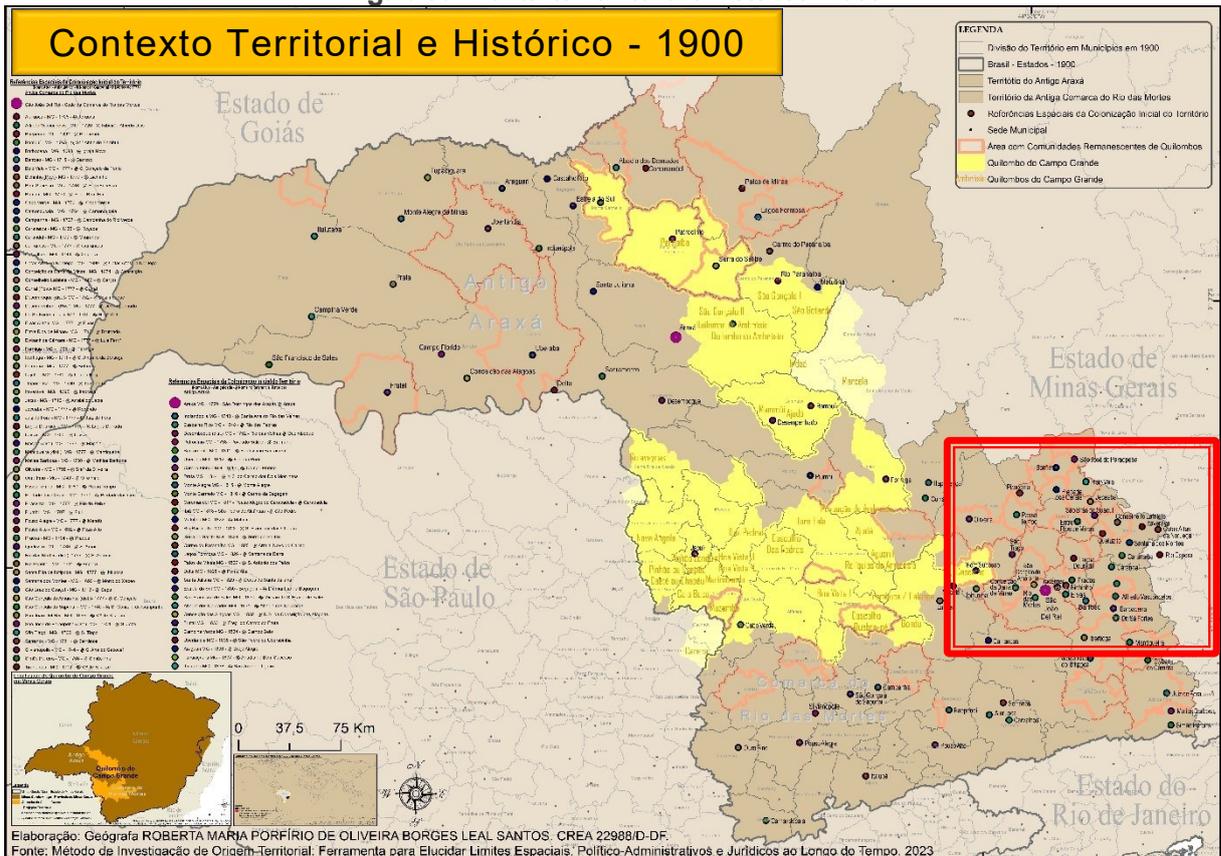
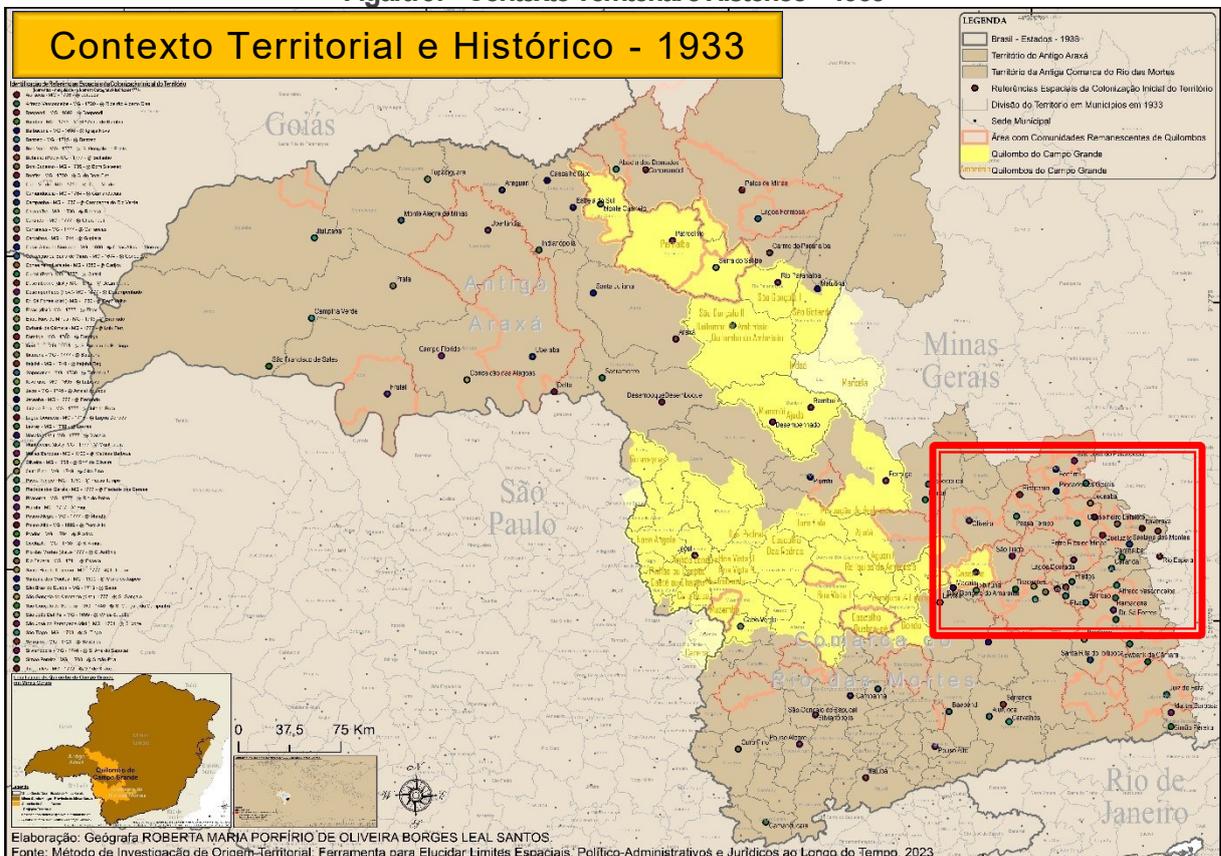


Figura 37 - Contexto Territorial e Histórico - 1933



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Figura 38 - Contexto Territorial e Histórico - 1960

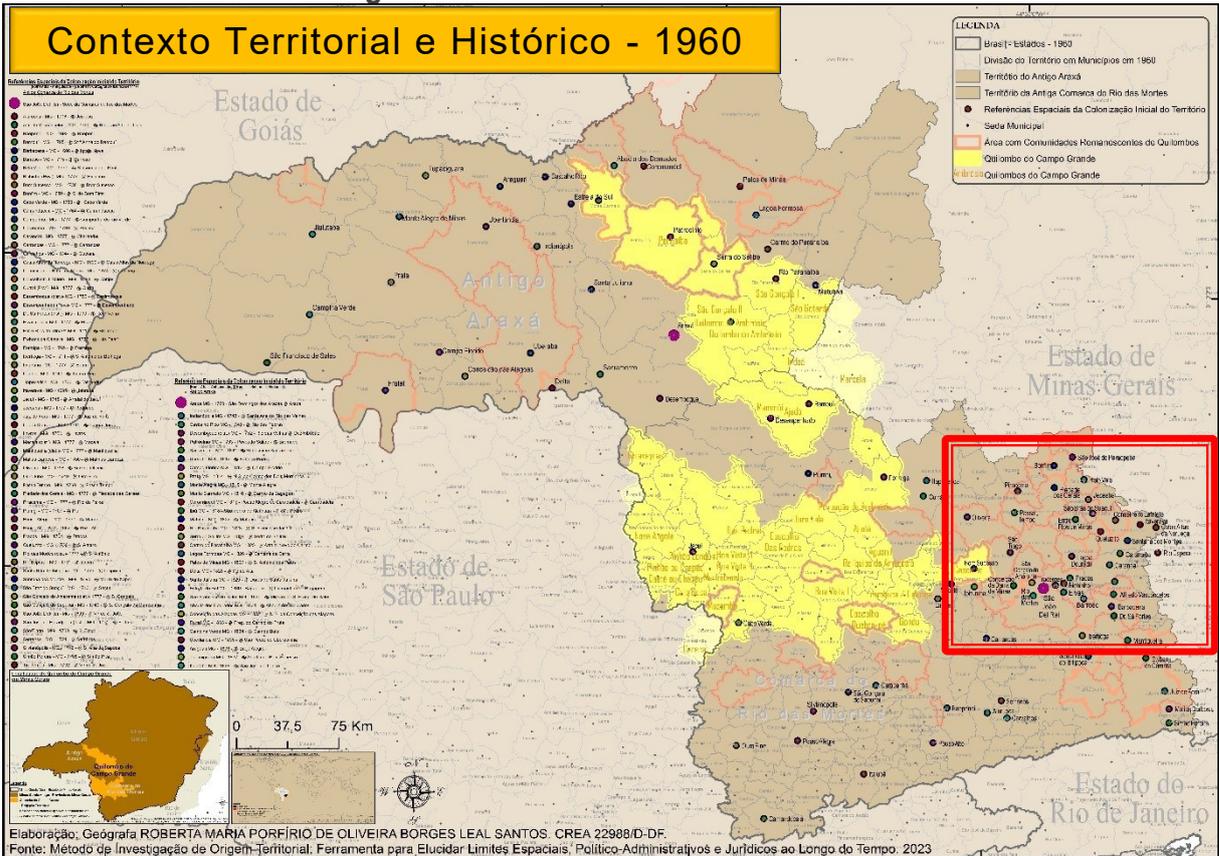
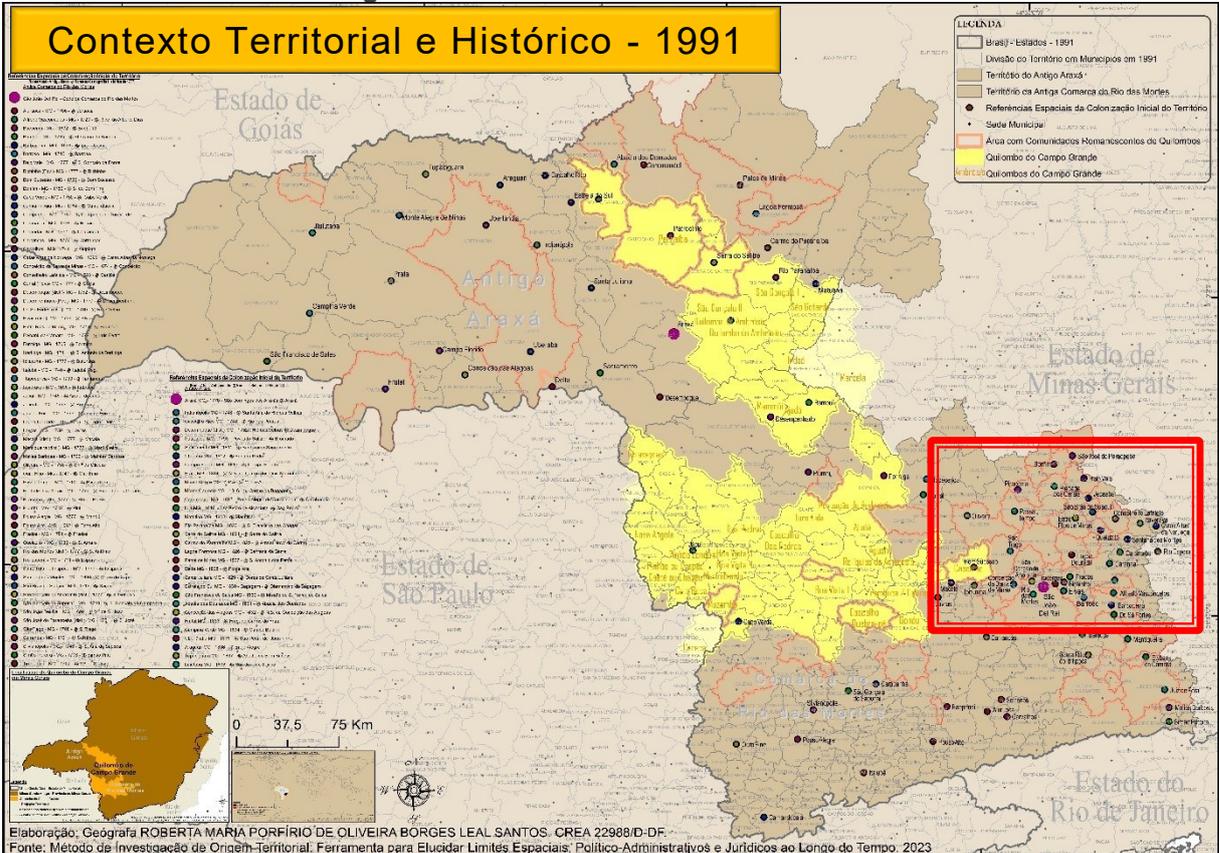


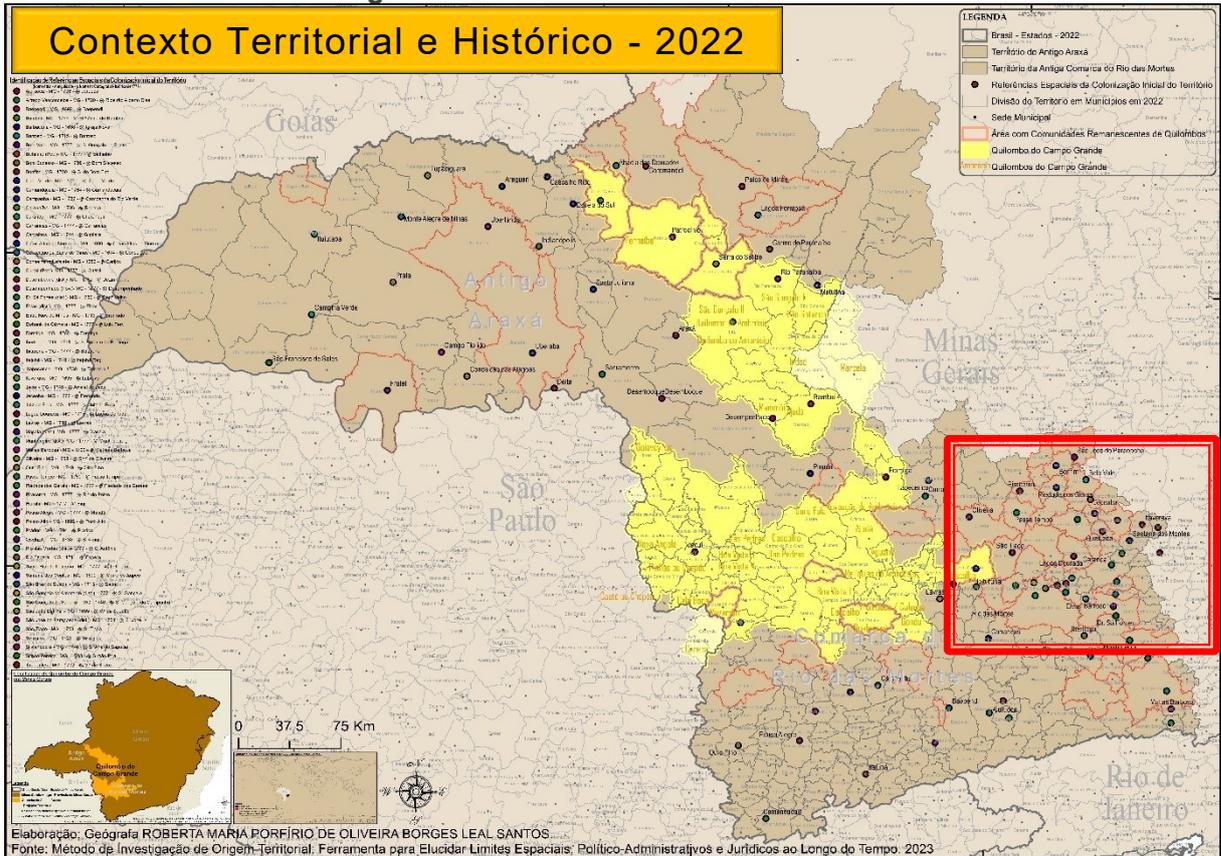
Figura 39 - Contexto Territorial e Histórico - 1991



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

ROBERTA MARIA PORFÍRIO DE OLIVEIRA BORGES LEAL SANTOS

Figura 40 - Contexto Territorial e Histórico - 2022



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 41 – Ramo da Genealogia que é Objeto de Estudo de Ribeiro (2015)

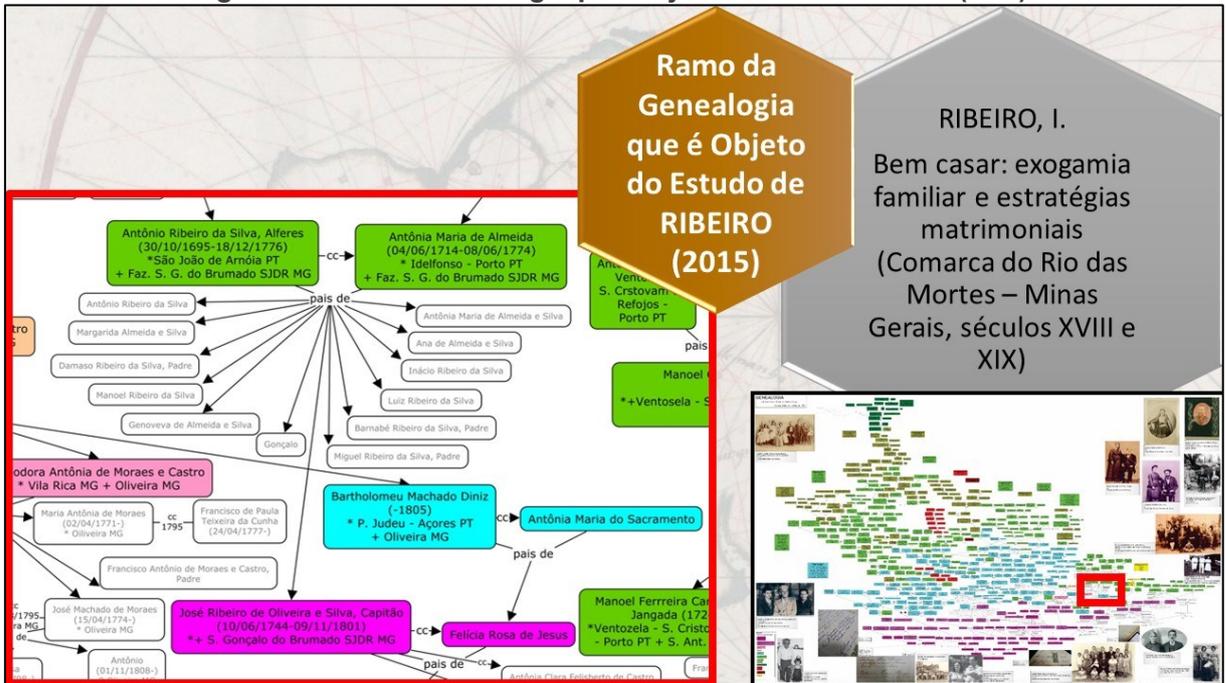
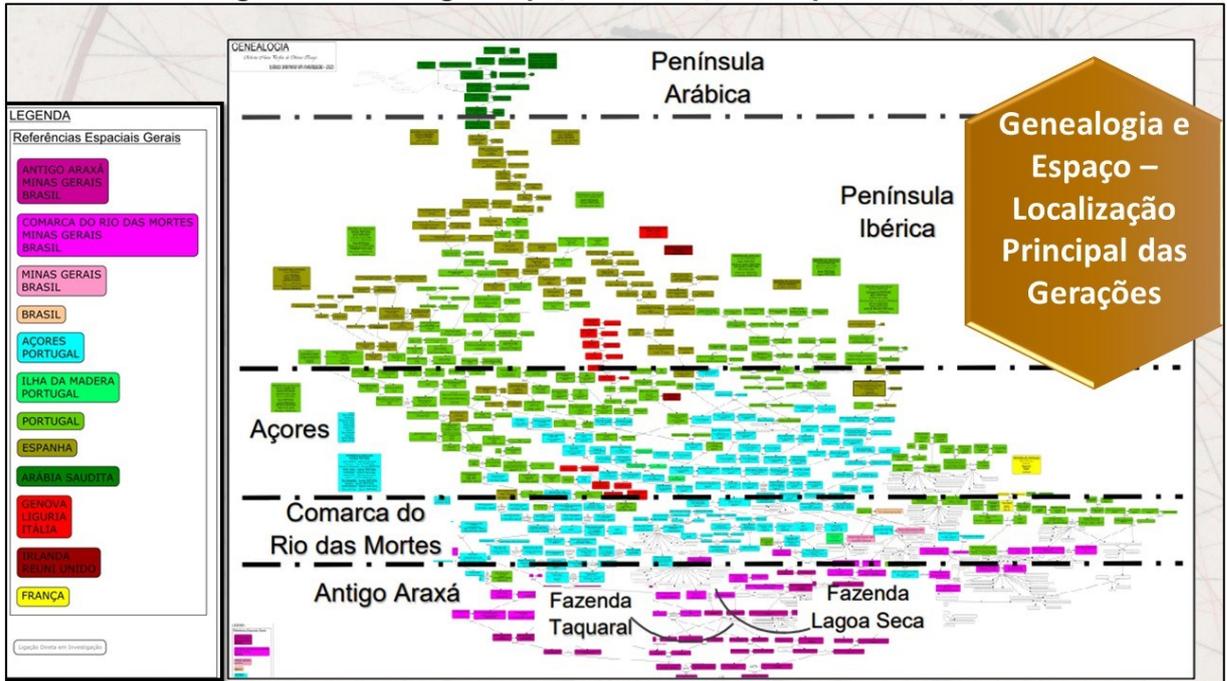
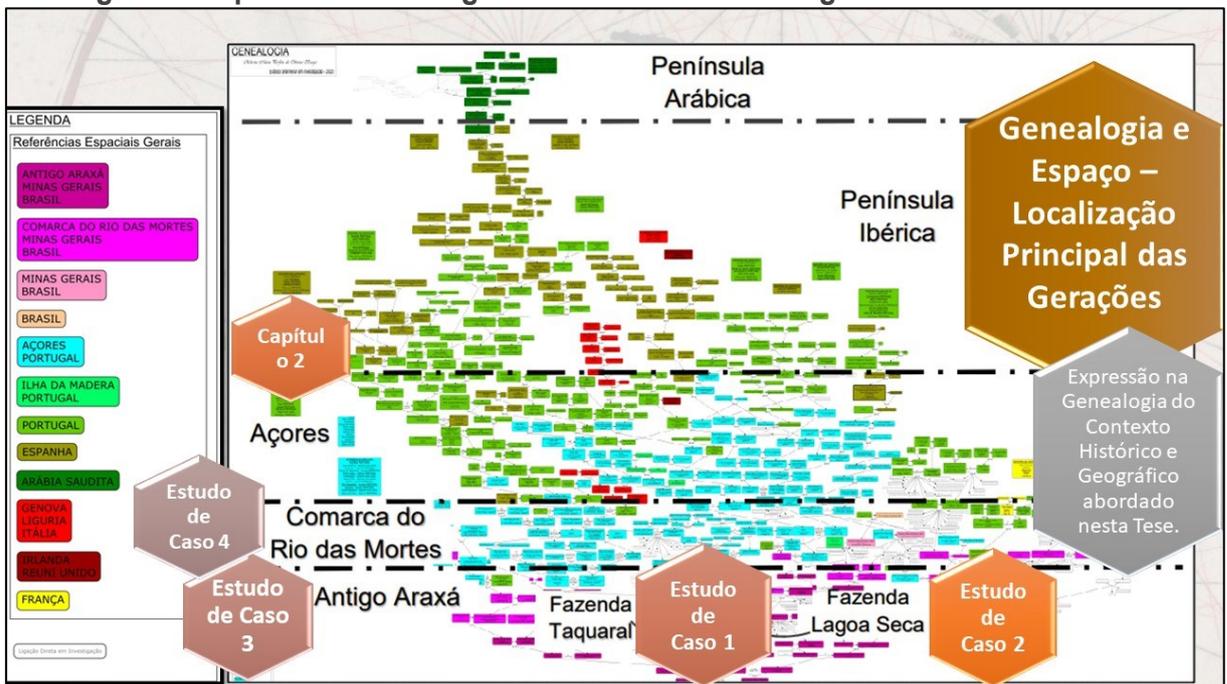


Figura 42 – Genealogia e Espaço – Localização Principal das Gerações



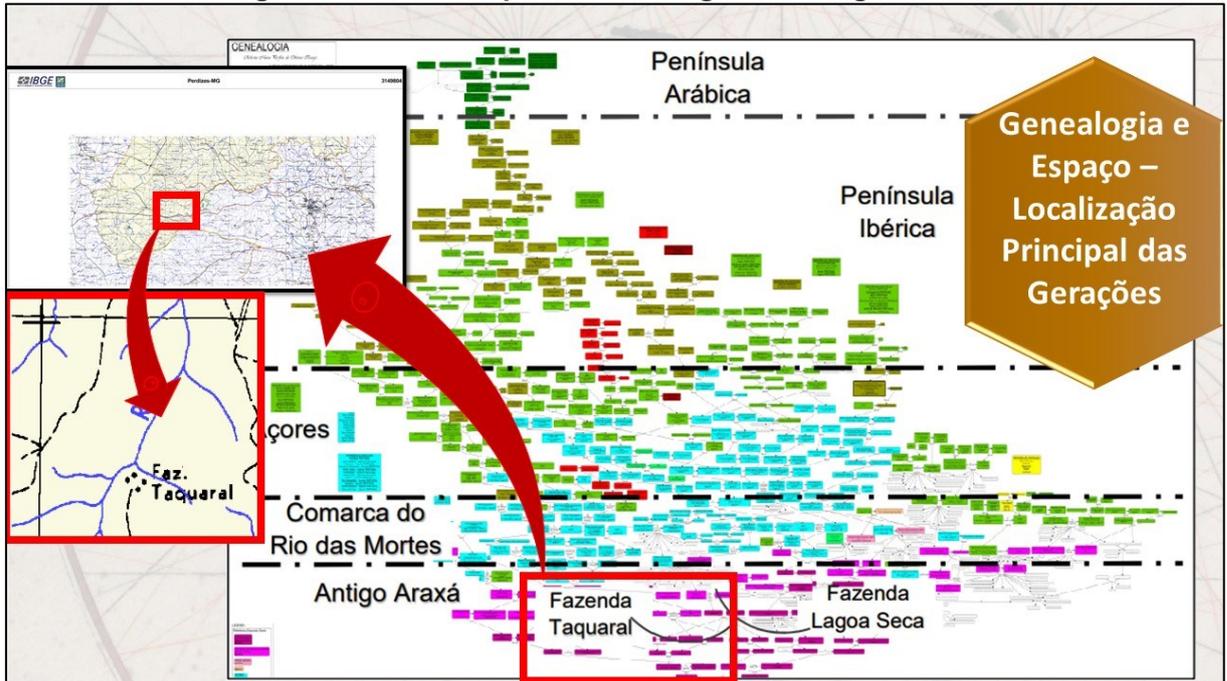
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 43 – Expressão na Genealogia do Contexto Histórico e Geográfico abordado nessa Tese



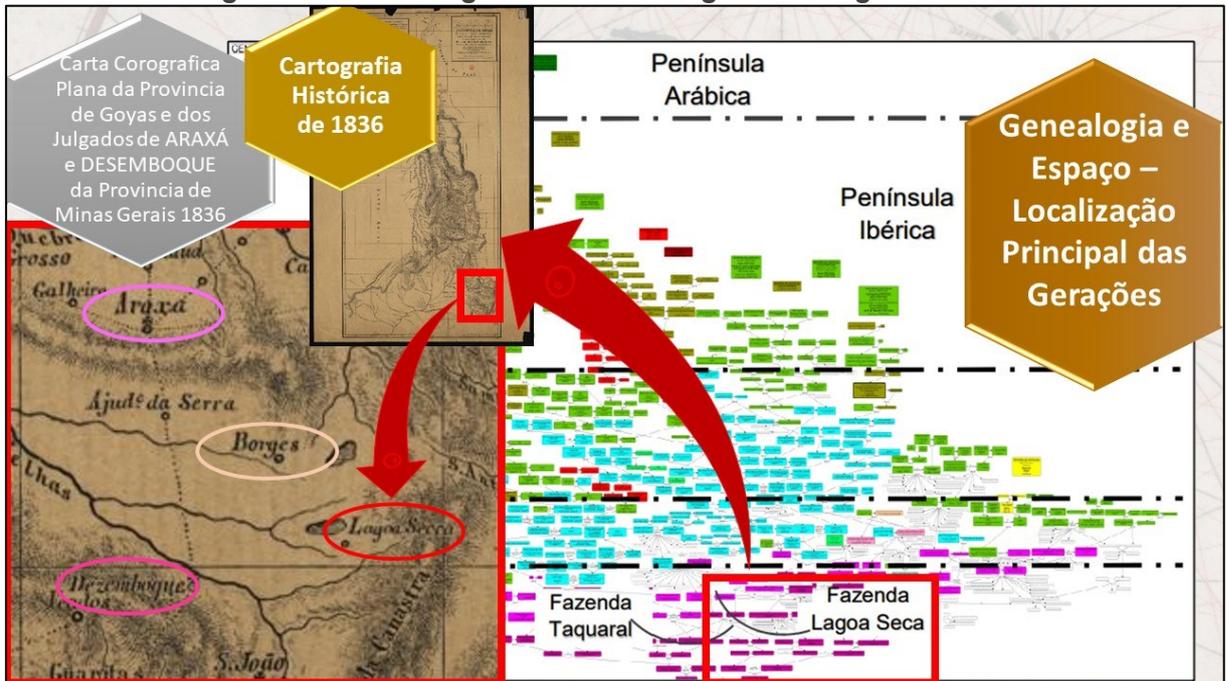
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 44 – Fazenda Taquaral na Genealogia e na Cartografia Oficial



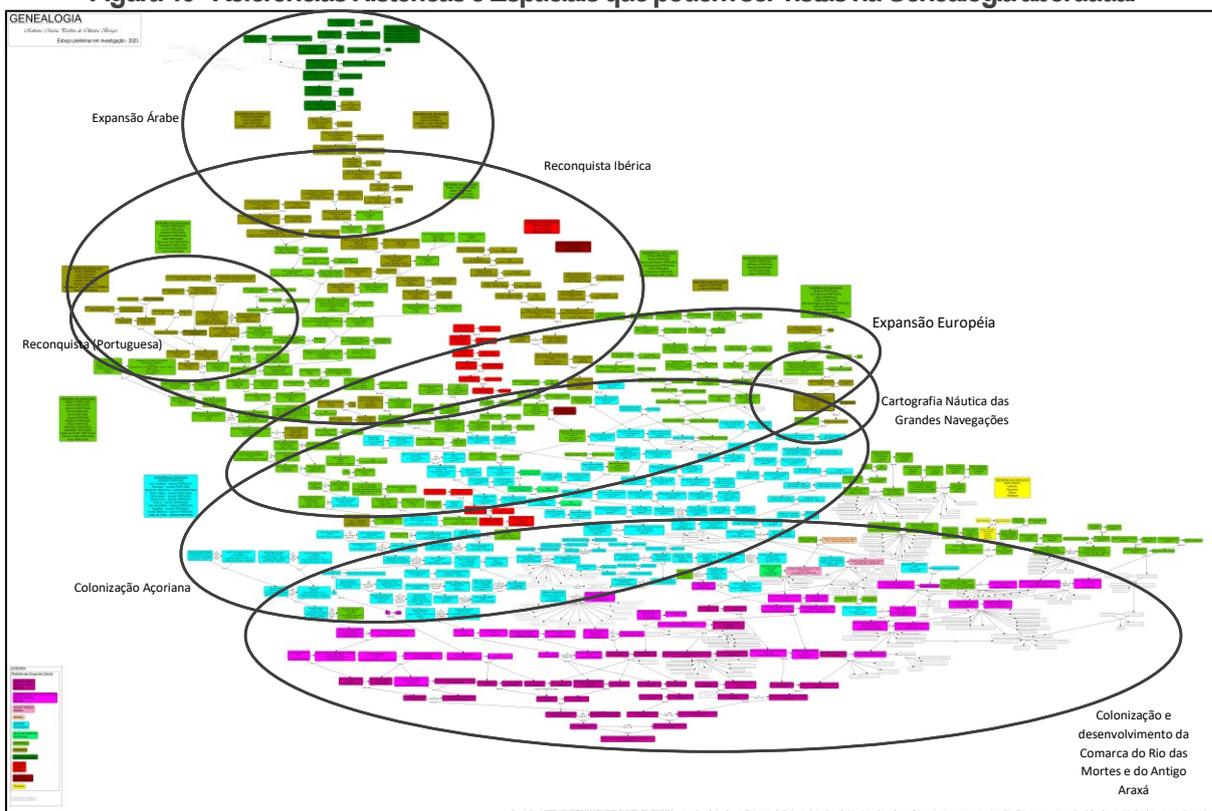
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 45 – Fazenda Lagoa Seca na Genealogia e na Cartografia Histórica



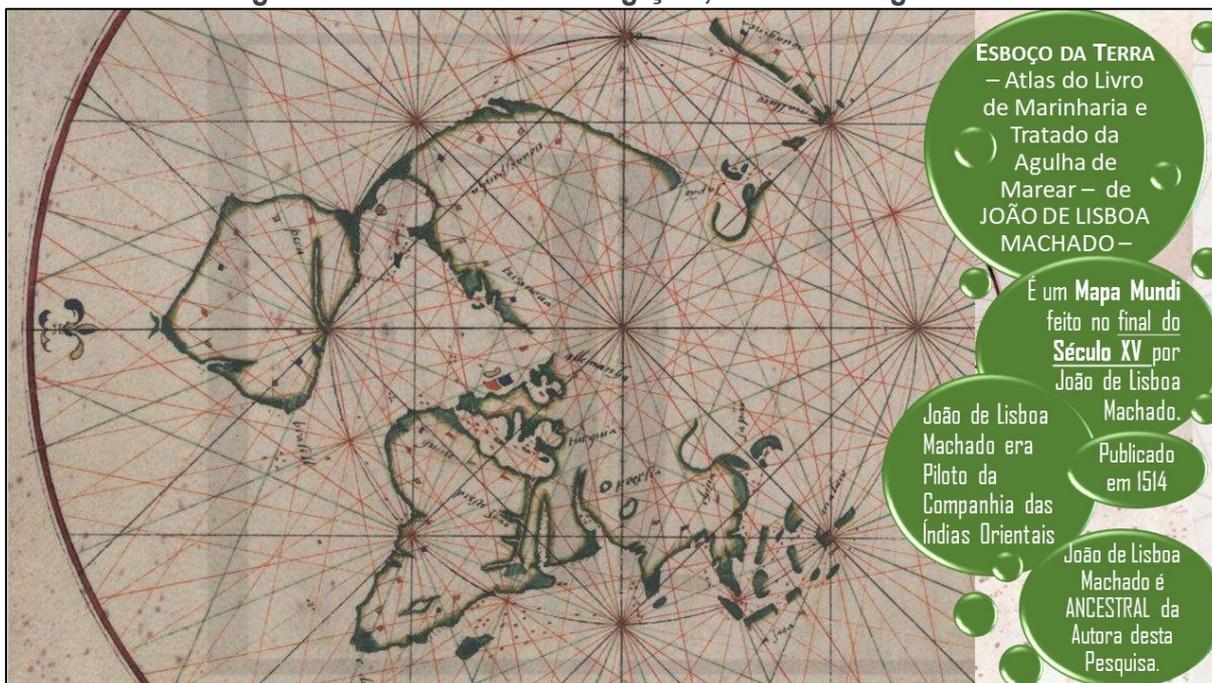
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 46 - Referências Históricas e Espaciais que podem ser vistas na Genealogia abordada.



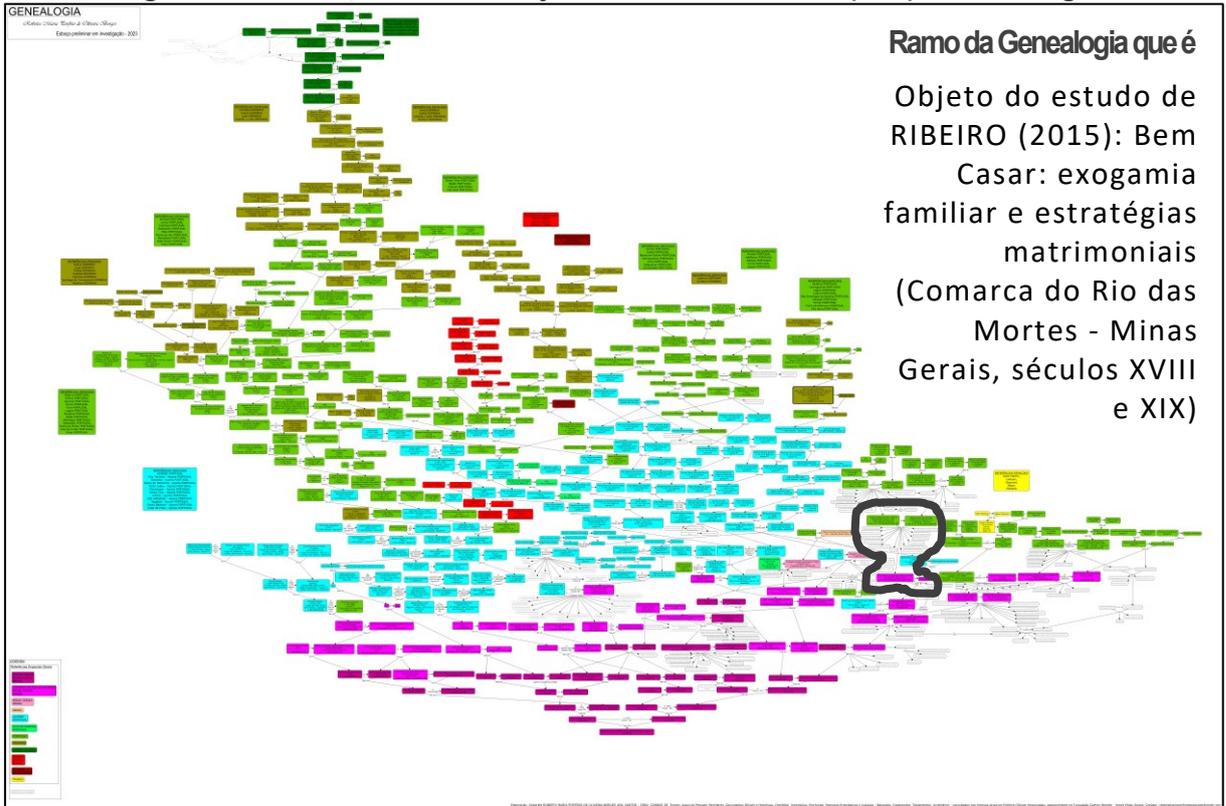
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 47 – Cartografia Histórica de Autoria de Ancestral pertencente à Genealogia, no ramo da época da Cartografia Náutica das Grandes Navegações, assinalado na figura anterior



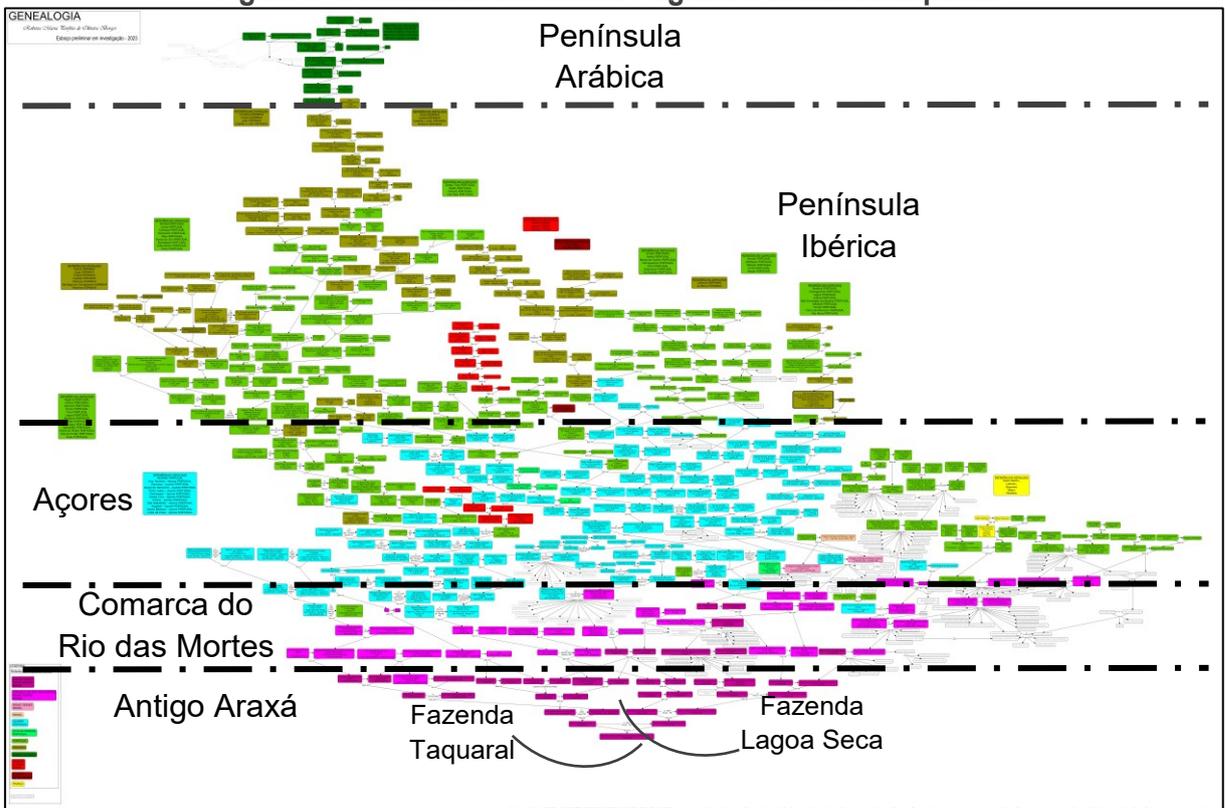
Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos. Fonte: Machado, João de Lisboa. Esboço da Terra. Atlas do Livro de Marinharia e Tratado da Agulha de Marear, 1514.

Figura 48 - Identificação da Família objeto de estudo de RIBEIRO (2015), na Genealogia.



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Figura 49 - Predominância Territorial e algumas Referências Espaciais



Fonte: Elaboração Geógrafa Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges Leal Santos.

Várias Unidades Territoriais aqui abordadas demandam e merecem um grande debate e uma cuidadosa concatenação de evidências históricas e geográficas que podem e devem ir muito além das vislumbradas nos bancos de dados e na Cartografia produzida na Investigação de Origem Territorial.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Mapa 124 – Araxá, Lagoa Seca e Borges na Cartografia Histórica



Fonte: Carta Corografica Plana da Provincia de Goyas e dos Julgados de ARAXÁ e DESEMBOQUE da Provincia de Minas Gerais 1836

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÃO SOBRE O MÉTODO E SUA EFICÁCIA

O Método fornece Base Territorial Multitemporal baseada em Dados Oficiais. Esta Base Territorial Multitemporal permite, ao longo do tempo, por exemplo:

- Identificação de Território de Incidência de Legislação;
- Identificação de Responsabilidade de Cadastro e de Registro;
- Identificação de Competência de Registro de Propriedades Rurais e Urbanas;
- Identificação de Competências de Gestão de Realização de Obras;
- Identificação de Responsabilidade de Execução de Redes de Estradas, Energia Elétrica e demais infraestruturas;
- Identificação de Competência Administrativa, Jurídica e Eclesiástica;

Tais identificações são úteis, por exemplo, para:

- Sincronização de informações de diversos temas de interesse;
- Proporcionar Referência de atuação administrativa do território no decorrer dos processos históricos;
- Proporcionar referência histórica e cronológica-espacial da Competência da Guarda de Documentos;
- Proporcionar Referência Territorial para análise espacial da sociedade na Dinâmica Territorial;
- Viabilizar o Rastreamento de Documentos Importantes para investigações de diversos temas;
- Proporcionar Referência Territorial para colaborar em questões de propriedade em geral.

Produtos facilitados após a utilização do Método:

- Cartas Multitemporais;
- Cartas Seriadas ou

- Enredos Cartográficos

O Método de Investigação da Origem Territorial do Município possui as seguintes características:

- É um método assertivo;
- Dinâmico, com uma aplicação que perpassa diferentes regimes de governo e de administração;
- Flexível frente as adaptações necessárias a cada objeto e período investigado;
- Abarca momentos de crise e ruptura, com a ancoragem e concatenação urbano-rural e visualização do território com dialética entre o todo e suas partes;
- Aceita desafios ao permitir investigações de todos os tipos de território e períodos de tempo;
- Pode ser utilizado na extensão territorial e profundidade necessária ou possível para cada investigação;
- Aceita riscos de investigações mais profundas e alternativas frente a diferentes fontes de dados e informações;
- É adaptável a qualquer realidade de investigação;
- É disponível e acessível em larga escala, basta seguir os passos com os materiais disponíveis, pode-se utilizar apenas lápis ou caneta e papel para a investigação e obtenção de conclusões importantes;

Tais características estão fortemente ligadas à:

- Utilização da Unidade Territorial, que é definida de acordo com cada período do objeto investigado;

- A ancoragem, que permite verificar os pontos fixos perante as delimitações territoriais flutuantes;

RECOMENDAÇÕES

Para a aplicação do Método de Investigação de Origem Territorial em outros países, basta realizar as devidas adaptações. Para tal, é desejável que a base metodológica, teórica e conceitual, seja adaptada à contextualização histórica e espacial da nação (ou nações) a ter o território investigado, com um panorama geral da estrutura territorial no decorrer do tempo histórico de interesse, que pode contemplar a posse de mais de um estado ou país no mesmo território. Basta fazer a correspondência das Unidades Territoriais a serem utilizadas, de acordo com a forma administrativa de cada Período Histórico do lugar ou do recorte espacial investigado. Para as nações, comunidades ou recortes territoriais cujo território no decorrer do tempo esteve administrado por diferentes estados de forma síncrona ou assíncrona, deve-se fazer as devidas correspondências de Unidades Territoriais, as que mais compatíveis forem para a investigação, podendo ser adotadas Unidades Territoriais administrativas, judiciais, eclesiásticas ou qualquer outra que possibilite o levantamento de dados. Devem ser utilizadas as fontes de dados existentes em cada país correspondente ao território e período investigado, sendo importante a opção por fontes oficiais de dados em investigações que forem embasar litígios judiciais.

O mesmo Método de Investigação de Origem Territorial pode ser aplicado para os Imóveis Rurais, especialmente os Históricos, utilizando os dados cartoriais de cada Matrícula de Imóvel Limitante para identificar a Origem Comum de Imóveis Rurais e os Memoriais de Escritura para fazer a reconstituição das glebas dos Imóveis Rurais ao longo do tempo até o ponto de elucidação desejado. Com a Sistematização e Codificação do Método de Investigação da Origem Territorial, é possível fazer a investigação completa do Imóvel Rural, fazendo as necessárias combinações de fontes que

possibilitem a completa Elucidação do Histórico do Imóvel até a Sesmaria Originária ou outra forma possível de Origem de Propriedade.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Luís de. **Contribuição das Navegações do sec. XVI para o conhecimento do magnetismo terrestre** - Estudos de História da Ciência Náutica. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos de Cartografia Antiga. p.247-267, 1994
- AMORIM, Fernando. **Portugal e as repúblicas mercantis do Renascimento. OBSERVARE – Janus 1999-2000 – Dinâmicas e tendências das relações externas.** Universidade Autónoma de Lisboa, 2000. ISBN: 972-8179-30-8
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil - Primeira Configuração Espacial.** 2ª. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Relatório de Campo no Quilombo do Campo Grande / Ambrósio MG.** Tempo - Técnica - Território 1, p.36, 2010.
- ARENZ, Karl Heinz. **Além das Doutrinas e Rotinas: Índios e Missionários nos Aldeamentos Jesuíticos da Amazônia Portuguesa (Séculos XVII e XVIII) NI.** Revista História e Cultura, Franca-SP, v.3, n.2, p.63-88, 2014. ISSN: 2238-6270.
- BARBO, Lenora de Castro. **Goiás nos Mapas: Representações do Territórios em Disputa.** In: 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 3, Belo Horizonte, 2016. Belo Horizonte MG: CRCH/UFMG, p. 96-106, 2016.
- BARRANCO, J. Francisco. **Republicas marítimas. Los principales enclaves de Italia.** Clío: Revista de história n 197, p.28-35, 2018. ISSN 1579-3532.
- BENTO, Cláudio Moreira, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. **Brasil Lutas Internas 1500/1916.** Resende/Barra Mansa: FAHIMTB/IHTRGS, 2016. ISBN: 978-85-60811-26-7.
- BESSA, Kelly. **A gênese do urbano no triângulo mineiro: os núcleos de povoamento e a rede de arraiais do século XIX.** Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v.4, n.2, p.509-528, jul./dez. 2013.
- BLAEU, Joan. *Nova et accurata Brasiliae totius tabula.* Amsterdam, Holanda, 1689. Por Biblioteca Nacional do Brasil, 1689.
- BORGES, Roberta Maria Porfírio de Oliveira. **Cartografia e Território de Araxá - MG: Passado e Presente. Uma Leitura e Representação Preliminar.** Revista Tempo - Técnica - Território, v. 6, n.1, p.65-96, 2015. ISSN: 2177-4366
- BRASIL, Biblioteca Nacional do. Biblioteca Virtual da **Cartografia Histórica do Século XVI ao XVIII:** <http://consorcio.bn.br/cartografia/apresentacao.html>. Acesso em: 20 de março de 2015.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Arquivo Histórico**. Disponível em: <http://arquivohistorico.camara.leg.br>. Acesso em: 20 de março de 2015.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Povos indígenas do Brasil**. Programas Institucionais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais>. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de junho de 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja Iluminismo e escolas mineiras coloniais**. Nacional. São Paulo, 1968

CARRATO, José Ferreira. **Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial**. Compilação: Acervo Cartográfico do Arquivo Público Mineiro - APM. s.d.

CEZARIO, Leandro Fazollo. **A estrutura jurídica no Brasil colonial. Criação, ordenação e implementação**. Revista Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, jan. 2010.

CINTRA, Jorge Pimentel. **Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias**. Anais do Museu Paulista. N. Sér. v. 21, n.2, p. 11- 45. Jul.-dez. 2013.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. **Historiografia e História da Historiografia: alguns apontamentos**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios, 2015.

DIALÉTICO. **Brasil Colônia: Estrutura Político-Administrativa**. História Geral & do Brasil. 2015. www.dialetico.com.br. Acesso em: 2015.

ELLIS, Myriam. **As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil**. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I: A Época Colonial. V. 1. Do descobrimento à expansão territorial, por Sérgio Buarque de HOLANDA, 300-324. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ESPANÑA, Gobierno de. **Portal de Archivos Españoles**. Ministério de Cultura e Deporte. <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/121026>. 2023

FERREIRA, João Carlos Vicente. **História de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Vila Bela da Santíssima Trindade. Portal Mato Grosso. Disponível em: <http://portalmatogrosso.com.br>, 2017.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Os indígenas e os impactos da colonização europeia. As invasões europeias nas Américas, desde o século 16, foram nefastas – os europeus acreditavam que todo o continente lhes pertencia**. Diversidades - Rádio USP, Jornal da USP. São Paulo, 2016.

FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **Evolução histórica da estrutura judiciária brasileira**. Revista Jurídica Virtual. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. vol.1, n. 5, setembro 1999.

FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **O Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Revista Jurídica Virtual da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, v. 1, n. 3, julho 1999.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. 27. São Paulo: Nacional, 1998.

GASPAR, Joaquim Alves. **A Matemática da Navegação e da Cartografia no Tempo das Descobertas**. Instituto Superior Técnico de Lisboa. Matemática do Planeta Terra, p.29-58, 2013

HACK, Rafael Fernando. **História e Historiografia**. 2011. <http://pedrodaveiga.blogspot.com.br/2011/03/historia-e-historiografia.html>. Acesso em: 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Cidades**. 2015: <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico>. 2015. Acesso em: 2015-2023.

ITAPECERICA, Prefeitura Municipal de. **História de Itapecerica MG**. Disponível em: <http://www.itapecerica.mg.gov.br/conteúdo/história>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

LAEMMERT, Almanak. **Anuario Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1917**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Oficinas Typograficas do Almanak Laemmert, 1917.

LISBOA, João de. **Livro de marinharia. Tratado da agulha de marear de João de Lisboa. Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos à navegação, copiado e coordenado por Jacinto Ignacio de Brito Rebello**. Lisboa: Imprensa de Libâneo da Silva, 1903 (241f.) – Consultado no Arquivo Nacional Torre do Tombo - Portugal.

MACHADO, João de Lisboa. **Esboço da Terra**. Atlas do Livro de Marinharia e Tratado da Agulha de Marear. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Lisboa, 1514. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162625>

MARTINS, A. de Assis, e J. Marques de OLIVEIRA, **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1865**. Ouro Preto, Minas Geraes: Typographia do Minas Geraes, 1864.

MARTINS, Antônio de Assis, ed. **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas-Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande: História de Minas Que se Devolve ao Povo**. Edição Ampliada. Contagem, Minas Gerais: Santa Clara, 2008.

MARTINS, Tarcísio José. MGQUILOMBO. **Mapa da Confederação Quilombola do Campo Grande**. Fonte: <https://www.mgquilombo.com.br/mapa-da-confederacao-quilombola-do-campo-grande/> Acesso em: ago. 2018

MATTOS, Odilon Nogueira de. **A guerra dos Emboabas**. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I: A Época Colonial. V. 1. Do descobrimento à expansão territorial, por Sérgio Buarque de HOLANDA, 300-324. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes. Goyaz, 1826/1836**. 1836.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. GEOGRAFARES, nº 2, p.105-113, jun., 2001.

MORI, Robert. **Os Aldeamentos Indígenas no Caminho dos Goiaes: Guerra e Etnogênese no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII e XIX**. 2015. 219p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MORI, Robert. **Uma questão de terras: Índios e Geralistas no Sertão da Farinha Podre – Séculos XVIII e XIX**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 1, 2017.

MOURA, Antônio de Paiva. **Campo das Vertentes: sua origem e sua característica**. As Minas Gerais: asminasgerais.com.br. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

NEPOMUCENO, Luís André. **A nova cosmografia da expansão portuguesa: o Esmeraldo de Situ Orbis (1508) de Duarte Pacheco Pereira**. rev. hist., São Paulo, n.180, a02720, 2021, <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168135> 2021. p. 17

PARANHOS, Paulo. **Primeiros núcleos populacionais no Sul das Minas Gerais**. Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 7, dez., 2005.

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. Transcrição para eBook 2008 www.ebooksbrasil.org: Digitalização da 2ª edição em papel. Biblioteca do Espírito Moderno – Série 3.^a – História e Bibliografia. Cia Editora Nacional – 1944

PORTUGAL, Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de Goiás Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Lisboa, s.d.

RAMOS, Alcida Rita. **O Paraíso ameaçado: Sabedoria Yanomami versus insensatez predatória**. Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, núm. 7, julio-diciembre, 2008, pp. 101-117, Universidad de Los Andes. Bogotá, Colombia 2008.

RIBEIRO, Isaac Casemiro. **Bem Casar: exogamia familiar e estratégias matrimoniais (Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)**. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7, n. 1 (jan./abr. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015. ISSN: 1984-6150 - www.fafich.ufmg.br/temporalidades. Acesso em: 15 setembro de 2023.

RIO PARANAÍBA, Prefeitura de. **História: Nossa Cidade**. Disponível em: <http://www.rioparanaiba.mg.gov.br/historia.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

ROCHA, Joaquim José da. **Mappa da Comarca do Rio das Mortes pertencente a Capitania de Minas Geraes que mandou descrever o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Capitam General da mesma Capitania, segundo as mais exactas informaçoens. Anno de 1777**. Capitania de Minas Geraes. 1777.

ROCHA, Joaquim José da. **Mappa da Comarca do Sabara pertencente a Capitania de Minas Geraes**. Capitania de Minas Geraes. 1777.

ROSA, Ernesto. **Sertão da Farinha Podre**. Araxá, Minas Gerais: Erosan, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. ISBN 85-271-0068-1. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo. Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas**. In GERNER, Julio (Ed). O Preconceito. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 1999.

SANTOS, Milton. **Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa**. RA'E GA, Curitiba: Editora UFPR, n. 9, p. 125-134, 2005.

SANTOS, Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges. **Cartografia da Formação Territorial de Araxá – Minas Gerais – do Sertão Kayapó ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Heranças Historiográficas e Bases da Gênese no Território de Conflito**, 145 p., 297 mm, UnB-GEA, Dissertação, Gestão Ambiental e Territorial, 2018.

SÃO PAULO, Archivo do Estado de. **Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Diversos**. Vol. IV. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896.

SILVA, Paula Junqueira da, e Maria Geralda de ALMEIDA. **TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIDADE: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do Cerrado**

mineiro. V CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES. Pilar - Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil: UFOP, 2001.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Missões Jesuíticas como Sistema**. 2014. 248p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo - São Carlos.

SOUZA, Bruno Augusto de, Ednahn Veríssimo Andrade da SILVA, e Fernando Silveira LEÃO. **Região, Regionalismo e Regionalidade: o Movimento**. GeoAtos - Revista Geografia em Atos, nº 13 (Departamento de Geografia da FCT/UNESP) 1, p.107-117, 2013.

USP, Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (LECH)/. **Cartografia Histórica**. 02 de 04 de 2015. www.mapashistoricos.usp.br.

WDL, World Digital Library. **World Digital Library**. 12 de 05 de 2015. <http://www.wdl.org/pt/>

Oxford Languages: Dimensão

ANEXOS

LISTA DE MUNICÍPIOS, DISTRITOS, POVOADOS E LOCALIDADES ABORDADOS OU MENCIONADOS

Abadia dos Dourados – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Abaeté – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Alfenas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Alfredo Vasconcelos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Água Comprida – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Aiuruoca – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Alfredo Vasconcelos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Andrelândia – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Antônio Carlos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Aracitaba – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Araguari – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Araporã – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Arapuá – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Araxá – MG – Tópico 4.1 – Tópico 4.2 – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Baependi – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Bambuí – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Barbacena – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Barroso – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Belmiro Braga – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Belo Vale – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Bias Fortes – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Bichinho (*Povoado Rural de Tiradentes*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de Referência.

Biquinhas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Bom Sucesso – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Bonfim – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Brumadinho – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Cabo Verde – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do

seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Cachoeira Dourada – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Caldas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Camacho – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Camanducaia – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Campanha – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Campina Verde – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Campo Belo – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Campo Florido – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Campos Altos – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Canápolis – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Capela Nossa Senhora da Lapa de Olhos D'água (pertence a Entre Rios)
– MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Capela Nova – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Capela N. S. da Lapa de Olhos D'água (*Capela em Entre Rios*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência como “Olhos d'água”.

Capinópolis – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Caranaíba – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Carandaí – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Carmo da Mata – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Carmo do Paranaíba – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Carneirinho – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Carrancas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Carvalhos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Casa Grande – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Cascalho Rico – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Catas Altas da Noruega – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Cedro do Abaeté – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Centralina – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Chácara – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Cláudio – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Comendador Gomes – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Conceição da Barra de Minas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados

desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Conceição das Alagoas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Congonhas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Conquista – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Conselheiro Lafaiete – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Coromandel – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Coronel Pacheco – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Cristiano Ottoni – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Cristina – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Crucilândia – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos

Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Cruzeiro da Fortaleza – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Curral (*Povoado rural de Camacho*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência.

Delta – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Desemboque (*Distrito de Sacramento*) – MG – Tópico 4.2 – Tópico 4.3 – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência.

Desempenhado (*Povoado Rural de Medeiros*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência.

Desterro de Entre Rios – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Desterro do Melo – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Dores de Boa Esperança – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Dores de Campos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Douradoquara – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Dr. Sá Fortes (*Distrito de Antônio Carlos*) – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência como “Reg^o Velho”.

Elvas (*Distrito de Tiradentes*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência.

Entre Rios de Minas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Estrela do Sul – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Ewbank da Câmara – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Formiga – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Fronteira – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Frutal – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Grupiara – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Guimarania – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Gurinhata – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Ibertioga – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Ibiá – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Ibituruna – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Indianópolis – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Ipiaçu – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Iraí de Minas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Itajubá – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Itapagipe – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Itapecerica – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Itaverava – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Ituiutaba – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Iturama – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Jacuí – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Jeceaba – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Juiz de Fora – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Lagamar – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Lagoa Dourada – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Lagoa Formosa – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Lagoa Grande – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Lavras – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Lima Duarte – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Limeira do Oeste – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Macaia (*Distrito de Bom Sucesso*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência.

Mantiqueira (*Distrito de Santos Dumont*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência.

Matias Barbosa – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Matutina – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Medeiros – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Moeda – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Monte Alegre de Minas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Monte Carmelo – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Morada Nova de Minas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Muzanbinho – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com

Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Nazareno – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Nova Ponte – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Olímpio de Noronha – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Oliveira – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Oliveira Fortes – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Ouro Fino – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Paineiras – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Paiva – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Paraíso – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Passa Quatro – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Passa Tempo – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Passos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Patos de Minas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Patrocínio – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Pedrinópolis – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Perdizes – MG – Tópico 4.1 – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Piedade dos Gerais – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Piracema – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Pirajuba – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Piumhi – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do

seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Planura – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Pouso Alegre – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Pouso Alto – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Prados – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Prata – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Pratinha – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Presidente Olegário – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Queluzito – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Ressaquinha – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos

Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Rio das Mortes (*Distrito de São João Del Rei*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência como “S. Antônio”.

Rio Manso – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Rio Paranaíba – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Rio Preto – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Ritópolis – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Romaria – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Sacramento – MG – Tópico 4.1 – Tópico 4.2 – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Santa Cruz de Minas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Santa Juliana – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Santa Rita de Ibitipoca – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de

Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Santa Rosa da Serra – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Santa Vitória – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Santana do Deserto – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Santana dos Montes – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Santo Antônio do Amparo – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Santos Dumont – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

São Brás do Suaçuí – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

São Francisco de Paula – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

São Francisco de Sales – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

São Gonçalo do Abaeté – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

São Gonçalo do Amarante (*Distrito de São João Del Rei*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência como “S. Gonçalo”.

São Gonçalo do Sapucaí – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

São Gotardo – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

São João Del Rei – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

São José do Paraopeba (*Distrito de Brumadinho*) – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; Cartografia Histórica de referência como “S. José”.

São Sebastião do Paraíso – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

São Tiago – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Senhora dos Remédios – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Serra do Salitre – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Serranos – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Silvianópolis – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Simão Pereira – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Tapira – MG – Tópico 4.2 – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Tapiraí – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Tiradentes – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Ancoragem; Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial; **Linha do Tempo** do Núcleo Urbano e evolução administrativa do seu território com Núcleos Urbanos Relacionados desde a mais antiga data encontrada (ver Lista de Linhas do Tempo, logo após o Sumário)

Tiros – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Três Pontas – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Tugúrio – MG – Tópico 4.4: Comarca do Rio das Mortes: Planilha de Evolução Administrativa; Planilha de Origem Territorial

Tupaciguara – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Uberaba – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Uberlândia – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

União de Minas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Varião de Minas – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

Veríssimo – MG – Tópico 4.3: Antigo Araxá

LISTA DE ANCESTRAIS PRESENTES NA GENEALOGIA (EM CONSTRUÇÃO) REFERENCIADA NO ESTUDO DE CASO VI

Maria Luzia Borges (1941-atual) - * Araxá MG Brasil – Filha de João Simões Borges e Maria Roberta de Oliveira Borges (Maria de Oliveira Borges) – Mãe de Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges

João Simões Borges - * Araxá MG Brasil + Brasília DF Brasil – Filho de Manoel Rufino Borges e Julia Maria Simões Borges – Pai de Maria Luzia Borges (1941-atual)

Manoel Rufino Borges - *+ Araxá MG Brasil – Filho de Rufino Pedro Borges e Anna Jacintha Borges – Pai de João Simões Borges

Julia Maria Simões Borges - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Ernesto Simões de Souza (1843-26/04/1923) e Anna Januária Borges – Mãe de João Simões Borges

Ernesto Simões de Souza (1843-26/04/1923) - Filho de Braz Simões de Lima e Graciana Joaquina de Souza (-1855) – Pai de Julia Maria Simões Borges

Braz Simões de Lima - * MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Braz Simões de Lima (1750-) e Ana Joaquina Simões de Lima (1765-) – Pai de Matheus Simões de Lima – Pai de Ernesto Simões de Souza (1843-26/04/1923)

Braz Simões de Lima (1750-) - *+ Piumhi MG Brasil – Filho de Manoel Lopes Lima (28/04/1708-) e Josefa Jacintha Clara (28/07/1716-) – Pai de Braz Simões de Lima

Manoel Lopes Lima (28/04/1708-) - * Agualva, Vitória, Terceira, Açores, Portugal + MG Brasil – Filho de Manuel Fernandes Lima (1668-15/01/1757) e Maria Simões Fernandes Lima (1684-01/01/1741) – Pai de Braz Simões de Lima (1750-)

Manuel Fernandes Lima (1668-15/01/1757) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Diogo Lopes Lima (1640-08/10/1687) e Beatriz Álvares Lopes Lima (1650-04/07/1704) – Pai de Manoel Lopes Lima (28/04/1708-)

Diogo Lopes Lima (1640-08/10/1687) - *+ Agualva, Terceira, Açores, Portugal/ – Pai de Manuel Fernandes Lima (1668-15/01/1757)

Beatriz Álvares Lopes Lima (1650-04/07/1704) - *+ Agualva, Terceira, Açores, Portugal/ – Mãe de Manuel Fernandes Lima (1668-15/01/1757)

Maria Simões Fernandes Lima (1684-01/01/1741) - *+ Agualva, Terceira, Açores, Portugal/ – Mãe de Manoel Lopes Lima (28/04/1708-)

Josefa Jacintha Clara (28/07/1716-) - * Santa Bárbara, Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, Portugal + MG Brasil – Filha de Francisco Machado Moulle e Maria Machado Moulle (1683-) – Mãe de Braz Simões de Lima (1750-)

Francisco Machado Moulle - *+ Santa Bárbara, Açores, Portugal – Filho de Manuel Gonçalves Moulle e Catarina Gonçalves Moulle Machado Toledo (1638-) – Pai de Josefa Jacintha Clara (28/07/1716-)

Manuel Gonçalves Moulle - *+ Açores, Portugal/ – Pai de Francisco Machado Moulle

Catarina Gonçalves Moulle Machado Toledo (1638-) - *+ Açores, Portugal – Filha de Sebastião Vieira de Toledo (1607-14/06/1662) e Catarina Vieira de Toledo Gonçalves (1610-07/02/1661) – Mãe de Francisco Machado Moulle

Sebastião Vieira de Toledo (1607-14/06/1662) - *+ Açores, Portugal – Filho de Bartolomeu Gonçalves (31/08/1561-26/01/1625) e Maria Gonçalves (1564-) – Pai de Catarina Gonçalves Moulle Machado Toledo (1638-)

Bartolomeu Gonçalves (31/08/1561-26/01/1625) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de João Martins de Borba (1535-) e Bárbara Martins de Borba (1535-) – Pai de Sebastião Vieira de Toledo (1607-14/06/1662)

João Martins de Borba (1535-) - *+ Terceira, Açores, Portugal/ – Pai de Bartolomeu Gonçalves (31/08/1561-26/01/1625)

Bárbara Martins de Borba (1535-) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filha de Bartholomeu Gonçalves (1503-) e Isabel Simões Gonçalves (1502-1602) – Mãe de Bartolomeu Gonçalves (31/08/1561-26/01/1625)

Bartholomeu Gonçalves (1503-) - *+ Terceira, Açores, Portugal/ – Pai de Bárbara Martins de Borba (1535-)

Isabel Simões Gonçalves (1502-1602) - *+ Terceira, Açores, Portugal/ – Mãe de Bárbara Martins de Borba (1535-)

Maria Gonçalves (1564-) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filha de Manuel Toledo Machado (1531-12/02/1584) e Isabel Toledo Machado (-12/02/1584) – Mãe de Sebastião Vieira de Toledo (1607-14/06/1662)

Manuel Toledo Machado (1531-12/02/1584) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Manuel Pires Leite e Maria Toledo Machado Gonçalves Leite (-12/02/1584) – Pai de Maria Gonçalves (1564-)

Manuel Pires Leite - *+ Portugal/ - Pai de Manuel Toledo Machado (1531-12/02/1584)

Maria Toledo Machado Gonçalves Leite (-12/02/1584) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filha de Pedro Fernandes de Toledo (1490-) e Marquesa Gonçalves Machado (1485-1540) – Mãe de Manuel Toledo Machado (1531-12/02/1584)

Pedro Fernandes de Toledo (1490-) - * Toledo, Castilla, Espanha + Angra de Heroísmo, Terceira, Açores, Portugal/ – Pai de Maria Toledo Machado Gonçalves Leite (-12/02/1584)

Marquesa Gonçalves Machado (1485-1540) - *+ Aveiro, Portugal – Filha de Gonçalo Anes da Fonseca “O Ribeira Seca” (05/01/1440-) e Mércia Anes da Fonseca (Andrade Machado) (1437-1515) – Mãe de Maria Toledo Machado Gonçalves Leite (-12/02/1584)

Gonçalo Anes da Fonseca “O Ribeira Seca” (05/01/1440-) - * Lagos, Faro, Portugal/ – Pai de Marquesa Gonçalves Machado (1485-1540)

Mércia Anes da Fonseca (Andrade Machado) (1437-1515) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filha de Luiz Machado (1425-) e Leonor Machado (Freire de Andrade) (1430-) – Mãe de Marquesa Gonçalves Machado (1485-1540)

Luiz Machado (1425-) - *+ Braga, Portugal/ – Pai de Mércia Anes da Fonseca (Andrade Machado) (1437-1515)

Leonor Machado (Freire de Andrade) (1430-) - *+ Braga, Portugal – Filha de João Freire de Andrade (1385-1421) e Catarina de Souza (1385-1460) – Mãe de Mércia Anes da Fonseca (Andrade Machado) (1437-1515)

João Freire de Andrade (1385-1421) - *+ Évora, Portugal – Filho de Gomes Freire de Andrade “Primeiro Senhor de Bobadela” (1355-) e Leonor Freire de Andrade (Pereira) (1358-) – Pai de Leonor Machado (Freire de Andrade) (1430-)

Gomes Freire de Andrade “Primeiro Senhor de Bobadela” (1355-) - *+ Azurara, Vila do Conde, Porto, Portugal/ – Pai de João Freire de Andrade (1385-1421)

Leonor Freire de Andrade (Pereira) (1358-) - *+ Portugal/ – Mãe de João Freire de Andrade (1385-1421)

Catarina de Souza (1385-1460) - *+ Mortágua, Portugal – Filha de Martim affonso de Souza, o da Batalha Real (1341-1405) e Maria Briteiros Gonçalves de Souza (-1400) – Mãe de Leonor Machado (Freire de Andrade) (1430-)

Martim affonso de Souza, o da Batalha Real (1341-1405) - *+ Mortágua, Viseu, Portugal – Filho de Vasco Martins de Souza Chichorro Portugal, O 1º Senhor de Mortágua (1320-24/01/1387) e Inês de Souza Chichorro (Dias Manuel) (1328-1366) – Pai de Catarina de Souza (1385-1460)

Vasco Martins de Souza Chichorro Portugal, O 1º Senhor de Mortágua (1320-24/01/1387) - *+ Coimbra, Portugal – Filho de Martim Affonso de Souza Chichorro, 3º Senhor de Santo Estevão (1280-) e Aldonça Souza Chichorro, Abadessa de Arouca (Anes de Briteiros) (1280-1366) – Pai de Martim affonso de Souza, o da Batalha Real (1341-1405)

Martim Affonso de Souza Chichorro, 3º Senhor de Santo Estevão (1280-) - *+ Portugal – Filho de Martim affonso Chichorro, Governador de Chaves (1250-1313) e Inês Affonso Chichorro (Lourenço de Valadares) (1250-) – Pai de Vasco Martins de Souza Chichorro Portugal, O 1º Senhor de Mortágua (1320-24/01/1387)

Martim affonso Chichorro, Governador de Chaves (1250-1313) - *+ Portugal – Filho de Affonso III, “o Restaurador de Portugal”, Rey de Portugal e Algarve, 3º Senhor de Santo Estevão (05/05/1210-18/04/1279) e Madragana Mor Affonso de Portugal, (Mourana Bem Aloandro), Mourana, Filha do último Governador militar de Faro, Algarve (1230-1275) – Pai de Martim Affonso de Souza Chichorro, 3º Senhor de Santo Estevão (1280-)

Affonso III, “o Restaurador de Portugal”, Rey de Portugal e Algarve, 3º Senhor de Santo Estevão (05/05/1210-18/04/1279) - * Coimbra, Portugal + Lisboa, Portugal/ – Pai de Martim affonso Chichorro, Governador de Chaves (1250-1313)

Madragana Mor Affonso de Portugal, (Mourana Bem Aloandro), Mourana, Filha do último Governador militar de Faro, Algarve (1230-1275) * Faro, Algarve, Portugal + Coimbra, Portugal/ – Mãe de Martim affonso Chichorro, Governador de Chaves (1250-1313)

Inês Affonso Chichorro (Lourenço de Valadares) (1250-) - *+ Portugal – Filha de Lourenço Soares de Valadares, Senhor de tangil e Valadares (1230-1298) e Maria Soares de Valadares (Mendes de Sousa) (1230-) – Mãe de Martim Affonso de Souza Chichorro, 3º Senhor de Santo Estevão (1280-)

Lourenço Soares de Valadares, Senhor de tangil e Valadares (1230-1298) - *+ Portugal/ – Pai de Inês Affonso Chichorro (Lourenço de Valadares) (1250-)

Maria Soares de Valadares (Mendes de Sousa) (1230-) - *+ Portugal – Filha de Mem Garcia de Sousa (1200-1275) e Teresa Garcia de Sousa (Anes de Lima) (1200-1275) – Mãe de Inês Affonso Chichorro (Lourenço de Valadares) (1250-)

Mem Garcia de Sousa (1200-1275) - *+ Portugal – Filho de Garcia Mendes de Souza (1160-1239) e Elvira Mendes de Souza (Gonçalves Toronho) (1130-16/12/1245) – Pai de Maria Soares de Valadares (Mendes de Sousa) (1230-)

Garcia Mendes de Souza (1160-1239) - *+ Espanha – Filho de Mendo de Sousa e María de Sousa (Rodrigues Veloso) – Pai de Mem Garcia de Sousa (1200-1275)

Mendo de Sousa - *+ Castilla, Espanha – Filho de Paio Gonçalo Mendes de Sousa, Senhor da Casa Sousa e Urraca Mendes de Sousa (Sanches de Celanova) – Pai de Garcia Mendes de Souza (1160-1239)

Paio Gonçalo Mendes de Sousa, Senhor da Casa Sousa - *+ Castilla, Espanha/ – Pai de Mendo de Sousa

Urraca Mendes de Sousa (Sanches de Celanova) - *+ Castilla, Espanha/ – Mãe de Mendo de Sousa

María de Sousa (Rodrigues Veloso) - *+ Castilla, Espanha – Filha de Rodrigo Pérez Belloso e Ambey Pérez Belloso – Mãe de Garcia Mendes de Souza (1160-1239)

Rodrigo Pérez Belloso - *+ Castilla, Espanha/ – Pai de María de Sousa (Rodrigues Veloso)

Ambey Pérez Belloso - *+ Castilla, Espanha/ – Mãe de María de Sousa (Rodrigues Veloso)

Elvira Mendes de Souza (Gonçalves Toronho) (1130-16/12/1245) - *+ Espanha – Filha de Gonçalo Pais de Toronho e Examea Pais de Toronho, Ximena Paes – Mãe de Mem Garcia de Sousa (1200-1275)

Gonçalo Pais de Toronho - *+ Espanha – Filho de Paio Curbo, Ricohombre e María Curbo – Pai de Elvira Mendes de Souza (Gonçalves Toronho) (1130-16/12/1245)

Paio Curbo, Ricohombre - *+ Espanha/ – Pai de Gonçalo Pais de Toronho

María Curbo - *+ Espanha/ – Mãe de Gonçalo Pais de Toronho

Examea Pais de Toronho, Ximena Paes - *+ Espanha – Filha de Payo Suárez de Amaya (1110-1163) e Chamoá Soares Gomes Núñez de Gúsmán y Pombeiro Maldonado y Pérez – Mãe de Elvira Mendes de Souza (Gonçalves Toronho) (1130-16/12/1245)

Payo Suárez de Amaya (1110-1163) - *+ Espanha/ – Pai de Examea Pais de Toronho, Ximena Paes

Chamoá Soares Gomes Núñez de Gúsmán y Pombeiro Maldonado y Pérez - *+ Espanha/ – Mãe de Examea Pais de Toronho, Ximena Paes

Teresa Garcia de Sousa (Anes de Lima) (1200-1275) - *+ Portugal – Filha de João Fernandes de Lima, o Bom (1170-1245) e Maria Fernandes de Lima (Pais Ribeira),

Senhora de Villa del Conde (1170-1258) – Mãe de Maria Soares de Valadares (Mendes de Sousa) (1230-)

João Fernandes de Lima, o Bom (1170-1245) - *+ Saavedra, Lugo, Galicia, Espanha – Filho de D. Fernando Aires de Lima, Senhor de Batessela (1130-1204) e Dna. Teresa Aires de Lima (Bermudes de Trava) (1137-) – Pai de Teresa Garcia de Sousa (Anes de Lima) (1200-1275)

D. Fernando Aires de Lima, Senhor de Batessela (1130-1204) - * Lugo, Galicia, Espanha + Santiago de Compostela, Espanha, Sepultado na Catedral de Santiago de Compostela – Filho de D. Arias Pérez de Saavedra Suárez Deza de Lima (1105-1145) e Dna. Teresa Pérez de Saavedra Suárez Deza (Fernández de Castro Álvares Minaya) – Pai de João Fernandes de Lima, o Bom (1170-1245)

D. Arias Pérez de Saavedra Suárez Deza de Lima (1105-1145) - *+ Cáceres, Espanha/ - Pai de D. Fernando Aires de Lima, Senhor de Batessela (1130-1204)

Dna. Teresa Pérez de Saavedra Suárez Deza (Fernández de Castro Álvares Minaya) - *+ Espanha/ – Mãe de D. Fernando Aires de Lima, Senhor de Batessela (1130-1204)

Dna. Teresa Aires de Lima (Bermudes de Trava) (1137-) - *+ Tratamares, Espanha/ – Mãe de João Fernandes de Lima, o Bom (1170-1245)

Maria Fernandes de Lima (Pais Ribeira), Senhora de Villa del Conde (1170-1258) - *+ Portugal – Filha de Paio Moniz de Ribeira e Urraca Moniz de Ribeira (Nunes de Bragança) – Mãe de Teresa Garcia de Sousa (Anes de Lima) (1200-1275)

Paio Moniz de Ribeira - *+ Portugal – Filho de Monio Osorez de Cabrera, Conde de Cabrera e Maria Osorez de Cabrera – Pai de Maria Fernandes de Lima (Pais Ribeira), Senhora de Villa del Conde (1170-1258)

Monio Osorez de Cabrera, Conde de Cabrera - *+ Portugal/ – Pai de Paio Moniz de Ribeira

Maria Osorez de Cabrera - *+ Portugal/ – Mãe de Paio Moniz de Ribeira

Urraca Moniz de Ribeira (Nunes de Bragança) - *+ Portugal – Filha de Nuno Pires de Bragança e Elvira Pires de Bragança – Mãe de Maria Fernandes de Lima (Pais Ribeira), Senhora de Villa del Conde (1170-1258)

Nuno Pires de Bragança - *+ Portugal/ – Pai de Urraca Moniz de Ribeira (Nunes de Bragança)

Elvira Pires de Bragança - *+ Portugal/ – Mãe de Urraca Moniz de Ribeira (Nunes de Bragança)

Aldonça Souza Chichorro, Abadessa de Arouca (Anes de Briteiros) (1280-1366) - *+ Marialva, Mêda, Guarda, Portugal – Filha de João Rodrigues de Briteiros (1244-) e Guiomar Rodrigues de Briteiros (Gil de Soverosa) (1240-) – Mãe de Vasco Martins de Souza Chichorro Portugal, O 1º Senhor de Mortágua (1320-24/01/1387)

João Rodrigues de Briteiros (1244-) - *+ Portugal – Filho de Rui Gomes de Briteiros, Ricohombre (1190-1249) e Elvira Gomes de Briteiros (Anes de Maia) (1210-1265) – Pai de Aldonça Souza Chichorro, Abadessa de Arouca (Anes de Briteiros) (1280-1366)

Rui Gomes de Briteiros, Ricohombre (1190-1249) - *+ Portugal – Filho de Gorno Mendes de Briteiros (1160-) e Urraca Mendes de Briteiros (Gomes da Silva) – Pai de João Rodrigues de Briteiros (1244-)

Gorno Mendes de Briteiros (1160-) - *+ Portugal – Filho de Mem Pais de Longos (1098-) e Marinha Longos (Gomes Guedeão) – Pai de Rui Gomes de Briteiros, Ricohombre (1190-1249)

Mem Pais de Longos (1098-) - *+ Portugal – Filho de Pedro de Longos (1072-) e Senhora Longos (Pires de Longos) – Pai de Gorno Mendes de Briteiros (1160-)

Pedro de Longos (1072-) - *+ Portugal – Pai de Mem Pais de Longos (1098-)

Marinha Longos (Gomes Guedeão) - * Chaves, Vila Real, Portugal + Braga, Portugal – Filha de Gome Mendes Guedes, Conde de Gomez Mendez Guedeão e Mor Gomes – Mãe de Gorno Mendes de Briteiros (1160-)

Gome Mendes Guedes, Conde de Gomez Mendez Guedeão - *+ Chaves, Vila Real, Portugal – Filho de Mem Guedaz Guedeão (1049-1103) e Sancha Guedaz Guedeão (Mendes Calvo) (1045-) – Pai de Marinha Longos (Gomes Guedeão)

Mem Guedaz Guedeão (1049-1103) -) - * Chaves, Vila Real, Portugal + Riba Douro, Porto, Portugal – Filho de Gueda Mendes Guedeão, o Velho – Pai de Gome Mendes Guedes, Conde de Gomez Mendez Guedeão

Gueda Mendes Guedeão, o Velho (1010-1041) - *+ Chaves, Vila Real, Portugal – Filho de D. Gueda Mendo Gomes e Ibañez, Moçárabe (980-1085) e Eufrásia Gomes Ibañez de Toledo (980-) – Pai de Mem Guedaz Guedeão (1049-1103) -)

D. Gueda Mendo Gomes e Ibañez, Moçárabe (980-1085) - * Toledo, Castilla, Espanha + Vila Real, Portugal – Sepultado em Toledo, Castilla, Espanha – Filho de Príncipe Mozárabe Gomes Hunneric del Toledo (Gomes Humerico de Toledo), Moçárabe (925-1015) e Dña Maria Gomes de Toledo (952-1042) – Pai de Gueda Mendes Guedeão, o Velho (1010-1041)

Príncipe Mozárabe Gomes Hunneric del Toledo (Gomes Humerico de Toledo), Moçárabe (925-1015) - *+ Toledo, Castilla, Espanha – Filho de Príncipe Mozárabe Esteban del Toledo, Príncipe de Los Visigodos (925-991) e Luzia Maçarabes de Toledo (924-) – Pai de D. Gueda Mendo Gomes e Ibañez, Moçárabe (980-1085)

Príncipe Mozárabe Esteban del Toledo, Príncipe de Los Visigodos (925-991) - *+ Toledo, Castilla, Espanha/ – Pai de Príncipe Mozárabe Gomes Hunneric del Toledo (Gomes Humerico de Toledo), Moçárabe (925-1015)

Luzia Maçarabes de Toledo (924-) - *+ Toledo, Castilla, Espanha/ – Mãe de Príncipe Mozárabe Gomes Hunneric del Toledo (Gomes Humerico de Toledo), Moçárabe (925-1015)

Dña Maria Gomes de Toledo (952-1042) - *+ Toledo, Castilla, Espanha/ – Mãe de D. Gueda Mendo Gomes e Ibañez, Moçárabe (980-1085)

Eufrásia Gomes Ibañez de Toledo (980-) - *+ Toledo, Castilla, Espanha/ – Mãe de Gueda Mendes Guedeão, o Velho (1010-1041)

Sancha Guedaz Guedeão (Mendes Calvo) (1045-) - *+ Riba Douro, Porto, Portugal – Filha de Mendo Moniz de Riba Douro (1011-) – Mãe de Gome Mendes Guedes, Conde de Gomez Mendez Guedeão

Mendo Moniz de Riba Douro (1011-) - *+ Riba Douro, Porto, Portugal – Pai de – Sancha Guedaz Guedeão (Mendes Calvo) (1045-)

Mor Gomes - *+ Portugal/ – Mãe de Marinha Longos (Gomes Guedeão)

Urraca Mendes de Briteiros (Gomes da Silva) - * Santarém, Portugal + Ponte de Sor, Portalegre, Portugal – Filha de Gomez Paez de Silva, Senhor de Santa Olaia, Alcaide-Mor de Santa Eulália, Castelo (1130-1170) e Urraca Paez de Silva (Nunes) (1132-1203) – Mãe de Rui Gomes de Briteiros, Ricohombre (1190-1249)

Gomez Paez de Silva, Senhor de Santa Olaia, Alcaide-Mor de Santa Eulália, Castelo (1130-1170) - *+ Portalegre, Portugal – Filho de D. Payo Gutierrez de Silva, Senhor da Casa de Sylva Guterrez Pelaio III (1070-1120) e D. Sancha Gutierrez de Silva (Annes de Mentor) (1080-1177) – Pai de Urraca Mendes de Briteiros (Gomes da Silva)

D. Payo Gutierrez de Silva, Senhor da Casa de Sylva Guterrez Pelaio III (1070-1120) - *+ Nelas, Viseu, Portugal – Filho de D. Gutierre Alderete de Silva Pelaez, Senhor de Alderete e Torre da Silva, Senhor del Paramo Asturias, Senhor del Yusany de Susan (1040-) e D. Gutierrez de Silva – Pai de Gomez Paez de Silva, Senhor de Santa Olaia, Alcaide-Mor de Santa Eulália, Castelo (1130-1170)

D. Gutierre Alderete de Silva Pelaez, Senhor de Alderete e Torre da Silva, Senhor del Paramo Asturias, Senhor del Yusany de Susan (1040-) - *+ Portalegre, Portugal – Filho de D. Pelayo Gutierrez de Silva, Governador de Álava (1012-) e Dna. Ausenda Gutierrez de Silva (Uzenda Trastamires) (Ermiges) (1015-) – Pai de D. Payo Gutierrez de Silva, Senhor da Casa de Sylva Guterrez Pelaio III (1070-1120)

D. Pelayo Gutierrez de Silva, Governador de Álava (1012-) - *+ Espanha – Filho de D. Gutierre Pelaez de Silva, I Governador de Álava (985-) e Dna. Gutierrez de Silva – Pai de D. Gutierre Alderete de Silva Pelaez, Senhor de Alderete e Torre da Silva, Senhor del Paramo Asturias, Senhor del Yusany de Susan (1040-)

D. Gutierre Pelaez de Silva, I Governador de Álava (985-) - *+ Espanha/ – Pai de D. Pelayo Gutierrez de Silva, Governador de Álava (1012-)

Dna. Gutierrez de Silva - *+ Espanha/ – Mãe de D. Pelayo Gutierrez de Silva, Governador de Álava (1012-)

Dna. Ausenda Gutierrez de Silva (Uzenda Trastamires) (Ermiges) (1015-) - *+ Portugal – Filha de Trastamiro Alboazar da Maia, Senhor de Távora (981-1038) e Vilvide Alboazar da Maia (Trutesendes) (-1040) – Mãe de D. Gutierre Alderete de Silva Pelaez, Senhor de Alderete e Torre da Silva, Senhor del Paramo Asturias, Senhor del Yusany de Susan (1040-)

Trastamiro Alboazar da Maia, Senhor de Távora (981-1038) - * León, Castilla y León, Espanha + São Pedro de Avioso, porto, Portugal – Filho de Ermigio Lovesendes Abu Nazar de León, 1º Senhor da Maia (966-1000) e Unisco Lovesendes Abdu Nazar de León (Godinhes) (960-1050) – Pai de Dna. Ausenda Gutierrez de Silva (Uzenda Trastamires) (Ermiges) (1015-)

Ermigio Lovesendes Abu Nazar de León, 1º Senhor da Maia (966-1000) - * León, Castilla y León, Espanha + Maia, Porto, Portugal – Filho de Abu Nazar de Amaya (946-978) e Unisco de Amaya (Codínez) (949-) – Pai de Trastamiro Alboazar da Maia, Senhor de Távora (981-1038)

Abu Nazar de Amaya (946-978) - *+ Portugal – Filho de Lovesendo Ramírez de Amaya, 1º Senhor da Maia (916-) e Zara Bint Ramírez de Amaya (de Córdoba) (928-) – Pai de Ermigio Lovesendes Abu Nazar de León, 1º Senhor da Maia (966-1000)

Lovesendo Ramírez de Amaya, 1º Senhor da Maia (916-) - *+ León, Castilla y León, Espanha – Filho de Rey Ramiro II de León, “el Grande” Rey de León e Astúrias (898-01/01/951) e Reina Adosinda de León, Reina de León (Gutierrez) (899-941) – Pai de Abu Nazar de Amaya (946-978)

Rey Ramiro II de León, “el Grande” Rey de León e Astúrias (898-01/01/951) - *+ León, Castilla y León, Espanha/ – Pai de Lovesendo Ramírez de Amaya, 1º Senhor da Maia (916-)

Reina Adosinda de León, Reina de León (Gutierrez) (899-941) - *+ León, León, Espanha/ – Mãe de Lovesendo Ramírez de Amaya, 1º Senhor da Maia (916-)

Zara Bint Ramírez de Amaya (de Córdoba) (928-) – *+ Portugal – Filha de Zahabon Ibn Zayd (908-) – Mãe de Abu Nazar de Amaya (946-978)

Zahabon Ibn Zayd (908-) - *+ León, Castilla y León, Espanha – Filho de Zaid Ibn ‘Abd Allâh (888-) e Zara bint ‘Abd Allah – Pai de Zara Bint Ramírez de Amaya (de Córdoba) (928-)

Zaid Ibn ‘Abd Allâh (888-) - *+ Córdoba, Espanha – Filho de Abd Allah Ibn Muhammed, 7º Emir de Córdoba de 888 a 912 (844-912) e Xariq Ibn Muhammed (863-) – Pai de Zahabon Ibn Zayd (908-)

Abd Allah Ibn Muhammed, 7º Emir de Córdoba de 888 a 912 (844-912) - *+ Córdoba, Espanha – Filho de Muhammed, I Califa de Córdoba (823-886) e Ashar – Pai de Zaid Ibn ‘Abd Allâh (888-)

Muhammed, I Califa de Córdoba (823-886) - *+ Córdoba, Espanha – Filho de Abd al-Rahman II al-Mutawassit, 4º Emir de Córdoba em al-Andalus de 822 a 852 (792-852) e Nahtiz Al-Shifa de Córdoba – Pai de Abd Allah Ibn Muhammed, 7º Emir de Córdoba de 888 a 912 (844-912)

Abd al-Rahman II al-Mutawassit, 4º Emir de Córdoba em al-Andalus de 822 a 852 (792-852) - *+ Córdoba, Espanha – Filho de Al-Hakam I al-Rabdi de Córdoba, Emir de Córdoba (771-822) e Halawa (Adjab) de Córdoba – Pai de Muhammed, I Califa de Córdoba (823-886)

Al-Hakam I al-Rabdi de Córdoba, Emir de Córdoba (771-822) - *+ Córdoba, Espanha – Filho de Hisahm I (Hishem I), el Apreciado de Córdoba, Emir de Córdoba (757-796) e Zokhrouf – Pai de Abd al-Rahman II al-Mutawassit, 4º Emir de Córdoba em al-Andalus de 822 a 852 (792-852)

Hisahm I (Hishem I), el Apreciado de Córdoba, Emir de Córdoba (757-796) - *+ Córdoba, Espanha – Filho de Emir Abd al-Rahman I al Dajil, 1º Emir de Córdoba de 756-788 (734-788) e Halul, Serfadita Espanhola (-790) – Pai de Al-Hakam I al-Rabdi de Córdoba, Emir de Córdoba (771-822)

Emir Abd al-Rahman I al Dajil, 1º Emir de Córdoba de 756-788 (734-788) - * Damasco, Califado Omíada, Síria + Córdoba, Espanha – Filho de Mu'awlya Ibn Hisham, Príncipe e General Árabe (-737) e Raha, Berbere Nafza (716-) – Pai de Hisahm I (Hishem I), el Apreciado de Córdoba, Emir de Córdoba (757-796)

Mu'awlya Ibn Hisham, Príncipe e General Árabe (-737) - * Palmira, Califado Omíada Síria + Damasco, Califado Omíada, Síria – Filho de Califa Hisham Ibn Abd al-Malik, 10º Califa Olíada de 724 a 743 (700-743) e Umm Hakim Bint Yahya – Pai de Emir Abd al-Rahman I al Dajil, 1º Emir de Córdoba de 756-788 (734-788)

Califa Hisham Ibn Abd al-Malik, 10º Califa Olíada de 724 a 743 (700-743) - *+ Damasco, Califado Omíada, Síria – Filho de Califa Abd-al-Malik I Ibn Marwan, 5º Califa Omíada de 685 a 705 (645-705) e A'isha Bint Hisham Ibn Isma'il al Makhzumiyya – Pai de Mu'awlya Ibn Hisham, Príncipe e General Árabe (-737)

Califa Abd-al-Malik I Ibn Marwan, 5º Califa Omíada de 685 a 705 (645-705) - * Medina, Arábia Saudita + Damasco, Califado Omíada, Síria – Filho de Califa Marwan I Ibn al-Hákam, 4º Califa Omíada (620-685) e A'isha (623-) – Pai de Califa Hisham Ibn Abd al-Malik, 10º Califa Olíada de 724 a 743 (700-743)

Califa Marwan I Ibn al-Hákam, 4º Califa Omíada (620-685) - *+ Arábia Saudita – Filho de Al-Hakam Ibn Abi al-As (600-655/56) e Amina Bint Alqama Inb Safwan al-Kinanlyya – Pai de Califa Abd-al-Malik I Ibn Marwan, 5º Califa Omíada de 685 a 705 (645-705)

A'isha (623-) - *+ Arábia Saudita – Filha de Omán Bem Affan Omeya (605-656) – Mãe de Califa Abd-al-Malik I Ibn Marwan, 5º Califa Omíada de 685 a 705 (645-705)

Omán Bem Affan Omeya (605-656) - *+ Medina, Arábia Saudita/ – Pai de A'isha (623-)

A'isha Bint Hisham Ibn Isma'il al Makhzumiyya - *+ Medina, Arábia Saudita – Filha de Hisham Ibn Isma'il al Makhzumlyya, Governador de Medina – Mãe de Califa Hisham Ibn Abd al-Malik, 10º Califa Olfada de 724 a 743 (700-743)

Hisham Ibn Isma'il al Makhzumlyya, Governador de Medina - *+ Medina, Arábia Saudita/ – Pai de A'isha Bint Hisham Ibn Isma'il al Makhzumiyya

Umm Hakim Bint Yahya - * Califado Omíada, Síria + Damasco, Califado Omíada, Síria – Filha de Yahia Ibn al-Hakam e Zaynab Bint Abd al-Rahman – Mãe de Mu'awlya Ibn Hisham, Príncipe e General Árabe (-737)

Yahia Ibn al-Hakam - *+ Arábia Saudita – Filho de Al-Hakam Ibn Abi al-As (600-655/56) e Amina Bint Alqama Inb Safwan al-Kinanlyya – Pai de Umm Hakim Bint Yahya

Al-Hakam Ibn Abi al-As (600-655/56) - *+ Meca, Arábia Saudita/ – Pai de Yahia Ibn al-Hakam – Pai de Califa Marwan I Ibn al-Hákam, 4º Califa Omíada (620-685)

Amina Bint Alqama Inb Safwan al-Kinanlyya - *+ Meca, Arábia Saudita/ – Mãe de Yahia Ibn al-Hakam – Mãe de Califa Marwan I Ibn al-Hákam, 4º Califa Omíada (620-685)

Zaynab Bint Abd al-Rahman - *+ Arábia Saudita/ – Mãe de Umm Hakim Bint Yahya

Raha, Berbere Nafza (716-) – *+ Nafza/ – Mãe de Emir Abd al-Rahman I al Dajil, 1º Emir de Córdoba de 756-788 (734-788)

Halul, Serfadita Espanhola (-790) - *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Hisahm I (Hishem I), el Apreciado de Córdoba, Emir de Córdoba (757-796)

Zokhrouf - *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Al-Hakam I al-Rabdi de Córdoba, Emir de Córdoba (771-822)

Halawa (Adjab) de Córdoba - *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Abd al-Rahman II al-Mutawassit, 4º Emir de Córdoba em al-Andalus de 822 a 852 (792-852)

Nahtiz Al-Shifa de Córdoba - *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Muhammed, I Califa de Córdoba (823-886)

Ashar - *+ *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Abd Allah Ibn Muhammed, 7º Emir de Córdoba de 888 a 912 (844-912)

Xariq Ibn Muhammed (863-) - *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Zaid Ibn 'Abd Allâh (888-)

Zara bint 'Abd Allah - *+ Córdoba, Espanha/ – Mãe de Zahabon Ibn Zayd (908-)

Unisco de Amaya (Codínez) (949-) - *+ Portugal/ – Mãe de Ermigio Lovesendes Abu Nazar de León, 1º Senhor da Maia (966-1000)

Unisco Lovesendes Abdu Nazar de León (Godinhos) (960-1050) - *+ Espanha/ – Mãe de Trastamiro Alboazar da Maia, Senhor de Távora (981-1038)

Vilvide Alboazar da Maia (Trutesendes) (-1040) - *+ Santo Tirso, Porto, Portugal – Filha de Dom Trutesendo Galindes de Baião, Senhor de Baião (980-1040) e Dna. Anímia Galindes de Baião (979-) – Mãe de Dna. Ausenda Gutierrez de Silva (Uzenda Trastamires) (Ermiges) (1015-)

Dom Trutesendo Galindes de Baião, Senhor de Baião (980-1040) - *+ Baião, Porto, Portugal/ – Pai de Vilvide Alboazar da Maia (Trutesendes) (-1040)

Dna. Anímia Galindes de Baião (979-) - *+ Baião, Porto, Portugal/ – Mãe de Vilvide Alboazar da Maia (Trutesendes) (-1040)

Dna. Gutierrez de Silva - *+ Portugal/ – Mãe de D. Payo Gutierrez de Silva, Senhor da Casa de Sylva Guterrez Pelaio III (1070-1120)

Dna. Sancha Gutierrez de Silva (Annes de Mentor) (1080-1177) - *+ Viseu, Portugal – Filha de D. Juan Ramirez de Montor, Senhor de Montor (1050-) e Sancha Ramirez de Montor (Gomes) (1054-) – Mãe de Gomez Paez de Silva, Senhor de Santa Olaia, Alcaide-Mor de Santa Eulália, Castelo (1130-1170)

D. Juan Ramirez de Montor, Senhor de Montor (1050-) - *+ Portugal – Filho de D. Ramiro Frade de Montor, Senhor de Montor (1027-) e Dna. De Montor (Frade) (1030-) – Pai de D. Sancha Gutierrez de Silva (Annes de Mentor) (1080-1177)

D. Ramiro Frade de Montor, Senhor de Montor (1027-) - *+ Montor, Espanha – Filho de D. Frade Valdrique de Montor, Senhor de Montor (1000-) e Dna. Valdrique de Montor (Valdrique) (1006-) – Pai de D. Juan Ramirez de Montor, Senhor de Montor (1050-)

D. Frade Valdrique de Montor, Senhor de Montor (1000-) - *+ Montor, Espanha/ – Pai de D. Ramiro Frade de Montor, Senhor de Montor (1027-)

Dna. Valdrique de Montor (Valdrique) (1006-) - *+ Montor, Espanha/ – Mãe de D. Ramiro Frade de Montor, Senhor de Montor (1027-)

Dna. De Montor (Frade) (1030-) - *+ Montor, Espanha/ – Mãe de D. Juan Ramirez de Montor, Senhor de Montor (1050-)

Sancha Ramirez de Montor (Gomes) (1054-) - *+ Portugal/ – Mãe de D. Sancha Gutierrez de Silva (Annes de Mentor) (1080-1177)

Urraca Paez de Silva (Nunes) (1132-1203) - * Portugal + Ponte de Sor, Portalegre, Portugal – Filha de Nuno Soarez Velho, Senhor do Mosteiro da Várzea e Mór Pires Perna – Mãe de Urraca Mendes de Briteiros (Gomes da Silva)

Nuno Soarez Velho, Senhor do Mosteiro da Várzea - *+ Portalegre, Portugal/ – Pai de Urraca Paez de Silva (Nunes) (1132-1203)

Mór Pires Perna - *+ Portalegre, Portugal/ – Mãe de Urraca Paez de Silva (Nunes) (1132-1203)

Elvira Gomes de Briteiros (Anes de Maia) (1210-1265) - *+ Portugal/ – Mãe de João Rodrigues de Briteiros (1244-)

Guiomar Rodrigues de Briteiros (Gil de Soverosa) (1240-) - *+ Portugal – Filha de Gil Vasques Saboroza e Aldoça Anes de Maia (1215-1295) – Mãe de Aldonça Souza Chichorro, Abadessa de Arouca (Anes de Briteiros) (1280-1366)

Gil Vasques Saboroza - *+ Portugal/ – Pai de Guiomar Rodrigues de Briteiros (Gil de Soverosa) (1240-)

Aldoça Anes de Maia (1215-1295) - *+ Portugal – Filha de João Martins de Maia, o Abana e Theresa Martins de Maia (Pires de Bragança Osores) – Mãe de Guiomar Rodrigues de Briteiros (Gil de Soverosa) (1240-)

João Martins de Maia, o Abana - *+ Portugal/ – Pai de Aldoça Anes de Maia (1215-1295)

Theresa Martins de Maia (Pires de Bragança Osores) - *+ Portugal/ – Mãe de Aldoça Anes de Maia (1215-1295)

Inês de Souza Chichorro (Dias Manuel) (1328-1366) - * Toledo, Castilla, Espanha + Coimbra, Portugal/ – Mãe de Martim affonso de Souza, o da Batalha Real (1341-1405)

Maria Briteiros Gonçalves de Souza (-1400) - *+ Ponte de Sor, Portalegre, Portugal/ – Mãe de Catarina de Souza (1385-1460)

Isabel Toledo Machado (-12/02/1584) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filha de Sebastião Vieira (1526-06/01/1583) e Joana Jácome Vieira (1525-) – Mãe de Maria Gonçalves (1564-)

Sebastião Vieira (1526-06/01/1583) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de João Dias Vieira, o Velho, Juiz Ordinário de Angra do Heroísmo (1479-) e Catarina Martins Carneiro Dias Vieira (1510-) – Pai de Isabel Toledo Machado (-12/02/1584)

João Dias Vieira, o Velho, Juiz Ordinário de Angra do Heroísmo (1479-) - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Diogo Álvares Vieira (1430-1497) e Beatriz Annes camacho Álvares Vieira (1440-) – Pai de Sebastião Vieira (1526-06/01/1583)

Diogo Álvares Vieira (1430-1497) - * Algarve, Portugal + Terceira, Açores, Portugal – Filho de Dr. Álvaro Pires Vieira (1390-17/10/1480) e Inês Afonso Taveira Pires Vieira (1400-) – Pai e João Dias Vieira, o Velho, Juiz Ordinário de Angra do Heroísmo (1479-)

Dr. Álvaro Pires Vieira (1390-17/10/1480) - * Algarve, Portugal + Faleceu na Batalha Alfarrobeira em defesa do Infante D. Pedro – Filho de Condessa de Balteiro (1340-) – Pai de Diogo Álvares Vieira (1430-1497)

Condessa de Balteiro (1340-) - *+ Portugal – Filha de Vasco Pires Vieira, Fidalgo (1275-) – Mãe de Dr. Álvaro Pires Vieira (1390-17/10/1480)

Vasco Pires Vieira, Fidalgo (1275-) - *+ Vieira do Minho, Minho, Portugal – Filho de Pedro Rodrigues Vieira (1220-) – Pai de Condessa de Balteiro (1340-)

Pedro Rodrigues Vieira (1220-) - *+ Vieira do Minho, Portugal – Filho de Rui Vieira, Fidalgo muito honrado no tempo dos Reis D. Afonso II e D. Sancho II, Senhor da Quinta da Vila Seca na Freguesia de S. João, Comarca de Vieira (1190-1248) – Pai de Vasco Pires Vieira, Fidalgo (1275-)

Rui Vieira, Fidalgo muito honrado no tempo dos Reis D. Afonso II e D. Sancho II, Senhor da Quinta da Vila Seca na Freguesia de S. João, Comarca de Vieira (1190-1248) - *+ Vieira do Minho, Portugal/ – Pai de Pedro Rodrigues Vieira (1220-)

Inês Afonso Taveira Pires Vieira (1400-) - *+ Portugal/ – Mãe de Diogo Álvares Vieira (1430-1497)

Beatriz Annes camacho Álvares Vieira (1440-) - *+ Portugal/ – Mãe de João Dias Vieira, o Velho, Juiz Ordinário de Angra do Heroísmo (1479-)

Catarina Martins Carneiro Dias Vieira (1510-) - *+ Lagoa, Algarve, Portugal – Filha de João Gonçalves (1460-1535) e Maria Luís (1490-) – Mãe de Sebastião Vieira (1526-06/01/1583)

João Gonçalves (1460-1535) - *+ Portugal/ – Pai de Catarina Martins Carneiro Dias Vieira (1510-)

Maria Luís (1490-) - *+ Açores, Portugal/ – Mãe de Catarina Martins Carneiro Dias Vieira (1510-)

Joana Jácome Vieira (1525-) - * Lagoa, Faro, Portugal + Terceira, Açores, Portugal – Filha de Pedro Jácome “Genovês” (1480-19/11/1554) e Branca Gonçalves Jácome “A Genovesa” (1480-) – Mãe de Isabel Toledo Machado (-12/02/1584)

Pedro Jácome “Genovês” (1480-19/11/1554) - *+ Genova, Liguria, Itália – Filho de Francesco Jácomo (1460-) – Pai de Joana Jácome Vieira (1525-)

Francesco Jácomo (1460-) - *+ Genova, Liguria, Itália – Filho de Domenico Scotto – Pai de Pedro Jácome “Genovês” (1480-19/11/1554)

Domenico Scotto - *+ Genova, Liguria, Itália – Pai de Francesco Jácomo (1460-)

Branca Gonçalves Jácome “A Genovesa” (1480-) - *+ Genova, Liguria, Itália/ – Mãe de Joana Jácome Vieira (1525-)

Catarina Vieira de Toledo Gonçalves (1610-07/02/1661) - *+ Terceira, Açores, Portugal/ – Mãe de Catarina Gonçalves Moulle Machado Toledo (1638-)

Maria Machado Moulle (1683-) - * Açores, Portugal + Araxá MG Brasil – Filha de Pedro Toste Pacheco (1642-10/07/1689) e Inês Toste Pacheco – Mãe de Josefa Jacintha Clara (28/07/1716-)

Pedro Toste Pacheco (1642-10/07/1689) - *+ São Sebastião, Angra do Heroísmo, Açores, Portugal/ – Pai de Maria Machado Moulle (1683-)

Inês Toste Pacheco - *+ São Sebastião, Açores, Portugal – Filha de Gaspar Gonçalves Loureiro (1610-05/12/1694) e Iria Gonçalves Loureiro (1613-) – Mãe de Maria Machado Moulle (1683-)

Gaspar Gonçalves Loureiro (1610-05/12/1694) - *+ São Sebastião, Angra do Heroísmo, Açores, Portugal/ – Pai de Inês Toste Pacheco

Iria Gonçalves Loureiro (1613-) - *+ São Sebastião, Açores, Portugal/ – Mãe de Inês Toste Pacheco

Ana Joaquina Simões de Lima (1765-) - *+ Piumhi MG Brasil/ – Mãe de Braz Simões de Lima

Graciana Joaquina de Souza (-1855) - * Piumhi MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filha de Joaquim José de Souza Ameno, Alferes (1782-1850) e Luzia Francisca de Souza Ameno (1788-) – Mãe de Matheus Simões de Lima – Mãe de Ernesto Simões de Souza (1843-26/04/1923)

Joaquim José de Souza Ameno, Alferes (1782-1850) - *+ Piedade dos Gerais MG Brasil/ – Pai de Graciana Joaquina de Souza (-1855)

Luzia Francisca de Souza Ameno (1788-) - *+ Piedade dos Gerais MG Brasil/ – Mãe de Graciana Joaquina de Souza (-1855)

Anna Januária Borges - *+ Araxá MG Brasil - Filha de Januário Martins Borges e Eliodora Lucinda Borges – Mãe de Julia Maria Simões Borges

Januário Martins Borges - * Piedade dos Gerais MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Alexandre Martins Borges (10/02/1774-) e Maria Januária de Jesus – Pai de Ritta Januária Borges – Pai de Anna Januária Borges – Pai de Maria Januária Borges – (Pai de Ladislau Martins Borges)

Eliodora Lucinda Borges - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Antônio de Araújo Rocha (10/02/1774-) e Anna Joaquina Borges – Mãe de Ritta Januária Borges – Mãe de Anna Januária Borges – Mãe de Maria Januária Borges – (Mãe de Ladislau Martins Borges)

Maria Roberta de Oliveira Borges (Maria de Oliveira Borges) - * Sacramento MG Brasil + Brasília DF Brasil – Filha de Thomaz Luiz de Oliveira e Laurinda Cândida dos Anjos (1866-) – Mãe de Maria Luzia Borges (1941-actual)

Thomaz Luiz de Oliveira - *+ Sacramento MG Brasil – Filho de Francisco Luiz de Oliveira (-1892) e Izabel Maria de Almeida (-12/11/1899) – Pai de Maria Roberta de Oliveira Borges (Maria de Oliveira Borges)

Francisco Luiz de Oliveira (-1892) - *+ Sacramento MG Brasil – Filho de Luiz Manoel de Oliveira (1803-) e Thereza Manoel de Oliveira (Maria de Jesus) (1802-24/04/1845) – Pai de Thomaz Luiz de Oliveira

Luiz Manoel de Oliveira (1803-) - * MG Brasil + Sacramento MG Brasil/ – Pai de Francisco Luiz de Oliveira (-1892)

Thereza Manoel de Oliveira (Maria de Jesus) (1802-24/04/1845) - * São Francisco de Paula MG Brasil + Sacramento MG Brasil – Filha de Antônio Gonçalves Borges (1770-02/1832) e Maria José Gonçalves Borges (do Espírito Santo) (1770-1831) – Mãe de Francisco Luiz de Oliveira (-1892)

Antônio Gonçalves Borges (1770-02/1832) - * São Francisco de Paula MG Brasil + Sacramento MG Brasil – Filho de Clemente Borges (1728-1792) e Rosa Clara de Jesus (1745-1805) – Pai de Thereza Manoel de Oliveira (Maria de Jesus) (1802-24/04/1845)

Clemente Borges (1728-1792) - * Cabo da Praia, Vitória, Terceira, Açores, Portugal + Sacramento MG Brasil – Filho de Manuel Borges (1690-05/09/1742) e Joana Borges (Batista) (29/06/1694-20/07/1770) – Pai de Antônio Gonçalves Borges (1770-02/1832)

Manuel Borges (1690-05/09/1742) - *+ Cabo da Praia, Vitória, Terceira, Açores, Portugal – Filho de Matias de Andrade Borges (28/02/1656-01/10/1715) e Barbara de Andrade Borges (dos Anjos) (1651-10/02/1719) – Pai de Clemente Borges (1728-1792)

Matias de Andrade Borges (28/02/1656-01/10/1715) - *+ Cabo da Praia, Vitória, Terceira, Açores, Portugal/ – Pai de Manuel Borges (1690-05/09/1742)

Barbara de Andrade Borges (dos Anjos) (1651-10/02/1719) - * Angra do Heroísmo, Açores, Portugal + Vitória, Terceira, Açores, Portugal/ – Mãe de Manuel Borges (1690-05/09/1742)

Joana Borges (Batista) (29/06/1694-20/07/1770) - * Angra do Heroísmo, Açores, Portugal + Vitória, Terceira, Açores, Portugal – Filha de Gaspar Neto de Freitas (1650-26/12/1696) e Francisca Neto de Freitas (Teixeira) (1670-24/01/1727) – Mãe de Clemente Borges (1728-1792)

Gaspar Neto de Freitas (1650-26/12/1696) - * Angra do Heroísmo, Açores, Portugal + Cabo da Praia, Vitória, Terceira, Açores, Portugal/ – Pai de Joana Borges (Batista) (29/06/1694-20/07/1770)

Francisca Neto de Freitas (Teixeira) (1670-24/01/1727) - * Angra do Heroísmo, Açores, Portugal + Vitória, Terceira, Açores, Portugal/ – Mãe de Joana Borges (Batista) (29/06/1694-20/07/1770)

Rosa Clara de Jesus (1745-1805) - * Lisboa, Portugal + São Bento de Tamanduá (Itapeçerica) MG Brasil/ – Mãe de Antônio Gonçalves Borges (1770-02/1832)

Maria José Gonçalves Borges (do Espírito Santo) (1770-1831) - * São José (Tiradentes) MG Brasil + Sacramento MG Brasil/ – Mãe de Thereza Manoel de Oliveira (Maria de Jesus) (1802-24/04/1845)

Izabel Maria de Almeida (-12/11/1899) - *+ Sacramento MG Brasil – Filha de Domingos Affonso da Silva (1792-1856) e Francisca Affonso da Silva (Dias dos Reis) (1796-16/12/1842) – Mãe de Thomaz Luiz de Oliveira

Domingos Affonso da Silva (1792-1856) - *MG Brasil + Fazenda das Gameleiras, Sacramento MG Brasil/ – Pai de Domingos Affonso da Silva Junior (06/12/1816-1856) – Pai de Izabel Maria de Almeida (-12/11/1899)

Francisca Affonso da Silva (Dias dos Reis) (1796-16/12/1842) - * MG Brasil + Sacramento MG Brasil/ – Mãe de Domingos Affonso da Silva Junior (06/12/1816-1856) – Mãe de Izabel Maria de Almeida (-12/11/1899)

Laurinda Cândida dos Anjos (1866-) - *+ Sacramento MG Brasil – Filha de Domingos Affonso da Silva Junior (06/12/1816-1856) e Rita Maria Affonso da Silva Junior (de Jesus) – Mãe de Maria Roberta de Oliveira Borges (Maria de Oliveira Borges)

Domingos Affonso da Silva Junior (06/12/1816-1856) - * Formiga MG Brasil + Sacramento MG Brasil – Filho de Domingos Affonso da Silva (1792-1856) e Francisca Affonso da Silva (Dias dos Reis) (1796-16/12/1842) – Pai de Laurinda Cândida dos Anjos (1866-)

Domingos Affonso da Silva (1792-1856) - *MG Brasil + Fazenda das Gameleiras, Sacramento MG Brasil/ – Pai de Domingos Affonso da Silva Junior (06/12/1816-1856) – Pai de Izabel Maria de Almeida (-12/11/1899)

Francisca Affonso da Silva (Dias dos Reis) (1796-16/12/1842) - * MG Brasil + Sacramento MG Brasil/ – Mãe de Domingos Affonso da Silva Junior (06/12/1816-1856) – Mãe de Izabel Maria de Almeida (-12/11/1899)

Rita Maria Affonso da Silva Junior (de Jesus) - *+ Sacramento MG Brasil/ – Mãe de Laurinda Cândida dos Anjos (1866-)

Marcos Roberto Borges (1938-2010) - *+ Araxá MG Brasil – Filho de José Pereira Borges (1990-1986) e Cecília Porfírio de Azevedo Borges (-1986) – Pai de Roberta Maria Porfírio de Oliveira Borges

José Pereira Borges (1990-1986) - *+ Araxá MG Brasil – Filho de João Pereira de Rezende e Etelvina Borges de Rezende (Etelvina Simões Borges)

João Pereira de Rezende - *+ Araxá MG Brasil – Pai de José Pereira Borges (1990-1986)

Etelvina Borges de Rezende (Etelvina Simões Borges), Satevi - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Matheus Simões de Lima e Ritta Januária Borges – Mãe de José Pereira Borges (1990-1986)

Matheus Simões de Lima - *+ Araxá MG Brasil – Filho de Braz Simões de Lima e Graciana Joaquina de Souza (-1855) – Pai de Etelvina Borges de Rezende (Etelvina Simões Borges), Satevi

Braz Simões de Lima - * MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Braz Simões de Lima (1750-) e Ana Joaquina Simões de Lima (1765-) – Pai de Matheus Simões de Lima – Pai de Ernesto Simões de Souza (1843-26/04/1923)

Graciana Joaquina de Souza (-1855) - * Piumhi MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filha de Joaquim José de Souza Ameno, Alferes (1782-1850) e Luzia Francisca de Souza Ameno (1788-) – Mãe de Matheus Simões de Lima – Mãe de Ernesto Simões de Souza (1843-26/04/1923)

Ritta Januária Borges - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Januário Martins Borges e Eliodora Lucinda Borges – Mãe de Etelvina Borges de Rezende (Etelvina Simões Borges), Satevi

Januário Martins Borges - * Piedade dos Gerais MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Alexandre Martins Borges (10/02/1774-) e Maria Januária de Jesus – Pai de Ritta Januária Borges – Pai de Anna Januária Borges – Pai de Maria Januária Borges – (Pai de Ladislau Martins Borges)

Alexandre Martins Borges (10/02/1774-) - * São José (Tiradentes) MG Brasil + Bom Sucesso MG Brasil – Filho de Matheus Homem Borges (08/10/1715-26/06/1781) e Margarida Josefa do Nascimento (29/12/1740-1822) – Pai de Januário Martins Borges

Matheus Homem Borges (08/10/1715-26/06/1781) - * Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal + Fazenda Brejo em Bom Sucesso MG Brasil – Filho de Alexandre Martins Borges (17/05/1676-) e Maria Machado Souto Maior (19/08/1677-) – Pai de Alexandre Martins Borges (10/02/1774-)

Alexandre Martins Borges (17/05/1676-) - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal – Filho de Inácio Martins Melo e Isabel Vieira Borges – Pai de Matheus Homem Borges (08/10/1715-26/06/1781)

Inácio Martins Melo - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal/ – Pai de Alexandre Martins Borges (17/05/1676-)

Isabel Vieira Borges - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal/ – Mãe de Alexandre Martins Borges (17/05/1676-)

Maria Machado Souto Maior (19/08/1677-) - *+ Angra, Açores, Portugal – Filha de Francisco Melo e Ana Machado – Mãe de Matheus Homem Borges (08/10/1715-26/06/1781)

Francisco Melo - *+ Angra, Açores, Portugal – Filho de João de Fontes Velho e Catarina Velha de Melo – Pai de Maria Machado Souto Maior (19/08/1677-)

João de Fontes Velho - *+ Angra, Açores, Portugal/ – Pai de Francisco Melo

Catarina Velha de Melo - *+ Angra, Açores, Portugal/ – Mãe de Francisco Melo

Ana Machado - *+ Angra, Açores, Portugal – Filha de Melchior Machado Fernandes e Isabel de Souto Cardoso – Mãe de Maria Machado Souto Maior (19/08/1677-)

Melchior Machado Fernandes - *+ Angra, Açores, Portugal/ – Pai de Ana Machado

Isabel de Souto Cardoso - *+ Angra, Açores, Portugal/ – Mãe de Ana Machado

Margarida Josefa do Nascimento (29/12/1740-1822) - * Barbacena MG Brasil + Bom Sucesso MG Brasil – Filha de Manoel Borges Pacheco (14/02/1705-) e Catarina de São José – Mãe de Alexandre Martins Borges (10/02/1774-)

Manoel Borges Pacheco (14/02/1705-) - * Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal + Comarca do Rio das Mortes MG Brasil – Filho de José de Souza e Tomázia do Nascimento – Pai de Margarida Josefa do Nascimento (29/12/1740-1822)

José de Souza - *+ Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Francisco Fernandes Jacome e Maria de Souza – Pai de Manoel Borges Pacheco (14/02/1705-)

Francisco Fernandes Jacome - *+ Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de José de Souza casado com Tomázia do Nascimento

Maria de Souza - *+ Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de José de Souza casado com Tomázia do Nascimento

Tomázia do Nascimento - *+ Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Sebastião Carvalho e Juliane Pacheco – Mãe de Manoel Borges Pacheco (14/02/1705-)

Sebastião Carvalho - *+ Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Tomázia do Nascimento

Juliane Pacheco - *+ Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Tomázia do Nascimento

Catarina de São José - * Ilha Terceira, Graciosa, Açores, Portugal + Comarca do Rio das Mortes MG Brasil – Filha de Manoel Antunes Giraldes (-02/03/1716) e Maria Madalena (19/08/1677-) – Mãe de Margarida Josefa do Nascimento (29/12/1740-1822)

Manoel Antunes Giraldes (-02/03/1716) - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal – Pai de Catarina de São José

Maria Madalena (19/08/1677-) - *+ Angra, Açores, Portugal – Filha de Domingos Gonçalves e Maria da Luz – Mãe de Catarina de São José

Domingos Gonçalves - *+ Angra, Açores, Portugal/ – Pai de Maria Madalena (19/08/1677-)

Maria da Luz - *+ Angra, Açores, Portugal/ – Mãe de Maria Madalena (19/08/1677-)

Maria Januária de Jesus - *+ Piedade dos Gerais MG Brasil/ – Mãe de Januário Martins Borges

Eliodora Lucinda Borges - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Antônio de Araújo Rocha (10/02/1774-) e Anna Joaquina Borges – Mãe de Ritta Januária Borges – Mãe de Anna Januária Borges – Mãe de Maria Januária Borges – (Mãe de Ladislau Martins Borges)

Antônio de Araújo Rocha (10/02/1774-) - * São José (Tiradentes) MG Brasil + Bom Sucesso MG Brasil/ – Pai de Eliodora Lucinda Borges – (Pai de Querubina Generosa de São José (18/05/1816-))

Anna Joaquina Borges - *+ MG Brasil/ – Mãe de Eliodora Lucinda Borges – (Mãe de Querubina Generosa de São José (18/05/1816-))

Cecília Porfírio de Azevedo Borges (-1986) - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Elias Porfírio de Azevedo (1881-) e Maria Dolores de Ávila Porfírio de Azevedo

Elias Porfírio de Azevedo (1881-) - *+ Araxá MG Brasil – Filho de Elias Pereira de Ávila e Anna Porfírio da Rocha e Silva, Sianinha – Pai de Cecília Porfírio de Azevedo Borges (-1986)

Elias Pereira de Ávila - *+ Araxá MG Brasil/ – Pai de Elias Porfírio de Azevedo (1881-)

Anna Porfírio da Rocha e Silva, Sianinha - *+ Araxá MG Brasil – Filha de José Porfírio Álvares Machado, Capitão (-19/05/1901) e Francisca Porfírio da Rocha e Silva (-1894) – Mãe de Elias Porfírio de Azevedo (1881-)

José Porfírio Álvares Machado, Capitão (-19/05/1901) - *+ Araxá MG Brasil – Filho de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (24/09/1809-1852) e Maria Porfírio Álvares Machado, Dn Maricota – Pai de Anna Porfírio da Rocha e Silva, Sianinha

Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (24/09/1809-1852) - * Carmo da Mata MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de José da Silva Botelho, Capitão (1775-) e Theodora Jacintha de Moraes e Castro (05/1791-30/06/1831) – Pai de José Porfírio Álvares Machado, Capitão (-19/05/1901)

José da Silva Botelho, Capitão (1775-) - * Oliveira MG Brasil + Carmo da Mata MG Brasil – Filho de Gregório José da Silva (02/04/1747-) e Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-) – Pai de Theodora Jacintha de Castro (1820-) – Pai de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (24/09/1809-1852)

Theodora Jacintha de Moraes e Castro (05/1791-30/06/1831) - * Oliveira MG Brasil + Carmo da Mata MG Brasil – Filha de Joaquim Ribeiro de Moraes e Castro (-1797) e Ana Jacinta de Moraes (1772-01/06/1791) – Mãe de Theodora Jacintha de Castro (1820-) – Mãe de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (24/09/1809-1852)

Maria Porfírio Álvares Machado, Dn Maricota) - *+ Araxá MG Brasil/ – Mãe de José Porfírio Álvares Machado, Capitão (-19/05/1901)

Francisca Porfírio da Rocha e Silva (-1894) - *+ Araxá MG Brasil/ – Mãe de Anna Porfírio da Rocha e Silva, Sianinha

Maria Dolores de Ávila Porfírio de Azevedo - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Joaquim Antônio da Silva e Maria das Dores Ferreira de Ávila (1851-) – Mãe de Cecília Porfírio de Azevedo Borges (-1986)

Joaquim Antônio da Silva - *+ Araxá MG Brasil – Filho de Antônio José da Silva Botelho Sobrinho (1811-1869) e Theodora Jacintha de Castro (1820-) – Pai de Maria Dolores de Ávila Porfírio de Azevedo

Antônio José da Silva Botelho Sobrinho (1811-1869) - * Oliveira MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de João Antônio da Silva (1779-) e Violante Afonso da Silva – Pai de Joaquim Antônio da Silva

João Antônio da Silva (1779-) - *+ Araxá MG Brasil – Filho de Gregório José da Silva (02/04/1747-) e Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-) – Pai de Antônio José da Silva Botelho Sobrinho (1811-1869)

Gregório José da Silva (02/04/1747-) - * Prados MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Antônio da Silva N. S. Campanhã e Josefa Maria Maia (29/09/1726-) – Pai de José da Silva Botelho, Capitão (1775-) – Pai de João Antônio da Silva (1779-)

Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-) - * Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal + Araxá MG Brasil – Filha de João Lobão Botelho, Capitão (1684-) e Francisca Rosa de Bettencourt (24/09/1720) – Mãe de João Antônio da Silva (1779-)

Violante Afonso da Silva - *+ Araxá MG Brasil/ – Mãe de Antônio José da Silva Botelho Sobrinho (1811-1869)

Theodora Jacintha de Castro (1820-) - * Carmo da Mata MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filha de José da Silva Botelho, Capitão (1775-) e Theodora Jacintha de Moraes e Castro (05/1791-30/06/1831) – Mãe de Joaquim Antônio da Silva

José da Silva Botelho, Capitão (1775-) - * Oliveira MG Brasil + Carmo da Mata MG Brasil – Filho de Gregório José da Silva (02/04/1747-) e Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-) – Pai de Theodora Jacintha de Castro (1820-) – Pai de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (24/09/1809-1852)

Gregório José da Silva (02/04/1747-) - * Prados MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Antônio da Silva N. S. Campanhã e Josefa Maria Maia (29/09/1726-) – Pai de José da Silva Botelho, Capitão (1775-) – Pai de João Antônio da Silva (1779-)

Antônio da Silva N. S. Campanhã - * Porto, Portugal + Prados MG Brasil/ – Pai de Gregório José da Silva (02/04/1747-)

Josefa Maria Maia (29/09/1726-) - * Flamengos, Fayal, Açores, Portugal – Filha de Antônio Garcia Maia e Maria Vieira – Mãe de Gregório José da Silva (02/04/1747-)

Antônio Garcia Maia - * Flamengos, Fayal, Açores, Portugal/ - Pai de Josefa Maria Maia (29/09/1726-)

Maria Vieira - * Flamengos, Fayal, Açores, Portugal/ - Mãe de Josefa Maria Maia (29/09/1726-)

Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-) - * Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal + Araxá MG Brasil – Filha de João Lobão Botelho, Capitão (1684-) e Francisca Rosa de Bettencourt (24/09/1720) – Mãe de José da Silva Botelho, Capitão (1775-) – Mãe de João Antônio da Silva (1779-)

João Lobão Botelho, Capitão (1684-) - * Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Manuel de Mendonça Pereira, Fidalgo, Carta de Barão 1673 (1640-28/08/1705) e Maria das Neves Gil da Silveira Barcamente (1665-11/02/1736) – Pai de Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-)

Manuel de Mendonça Pereira, Fidalgo, Carta de Barão 1673 (1640-28/08/1705) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de João Lobão Botelho e Catarina de Mendonça – Pai de João Lobão Botelho, Capitão (1684-)

João Lobão Botelho - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Francisco Lobão Botelho (1588-) e Maria Gonçalves de Souza – Pai de Manuel de Mendonça Pereira, Fidalgo, Carta de Barão 1673 (1640-28/08/1705)

Francisco Lobão Botelho (1588-) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Brás Fernandes Lobão Botelho (1560-1625) e Águeda Vaz – Pai de João Lobão Botelho

Brás Fernandes Lobão Botelho (1560-1625) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Brás Fernandes Lobão Botelho (1530-1615) e Maria Gonçalves Sodrê (1535-) – Pai de Francisco Lobão Botelho (1588-)

Brás Fernandes Lobão Botelho (1530-1615) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Brás Fernandes Lobão Botelho (1560-1625)

Maria Gonçalves Sodrê (1535-) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Brás Gomes (1505-1588) e Catarina Gonçalves Sodrê (1510-1585) – Mãe de Brás Fernandes Lobão Botelho (1560-1625)

Brás Gomes (1505-1588) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Maria Gonçalves Sodrê (1535-)

Catarina Gonçalves Sodrê (1510-1585) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Maria Gonçalves Sodrê (1535-)

Águeda Vaz - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Francisco Lobão Botelho (1588-)

Maria Gonçalves de Souza - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Francisco Gonçalves e Maria Gonçalves – Mãe de João Lobão Botelho

Francisco Gonçalves - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Maria Gonçalves de Souza

Maria Gonçalves - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Maria Gonçalves de Souza

Catarina de Mendonça - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Simão Furtado de Mendonça, o Velho e Senhora Mendonça – Mãe de Manuel de Mendonça Pareira, Fidalgo, Carta de Barão 1673 (1640-28/08/1705)

Simão Furtado de Mendonça, o Velho - * Ilha da Madeira, Portugal – Filho de Fernão Furtado D’Ornellas – Pai de Catarina de Mendonça

Fernão Furtado D’Ornellas - *+ Ilha da Madeira, Portugal – Filho de André Furtado de Mendonça, o Velho e Senhoreza d’Ornellas – Pai de Simão Furtado de Mendonça, o Velho

André Furtado de Mendonça, o Velho - + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Fernão Furtado de Mendonça (-1510) e Giomar de Freitas – Pai de Fernão Furtado D’Ornellas

Fernão Furtado de Mendonça (-1510) - *+ Portugal – Filho de Afonso Furtado de Mendonça (-1475) e Isabel Osório (1367-1411) – Pai de André Furtado de Mendonça, o Velho

Afonso Furtado de Mendonça (-1475) - *+ Portugal – Filho de Afonso Furtado, Capitão (1350-) e Maria de Mendonça (1391-1469) – Pai de Fernão Furtado de Mendonça (-1510)

Afonso Furtado, Capitão (1350-) - * Espanha/ – Pai de Afonso Furtado de Mendonça (-1475)

Maria de Mendonça (1391-1469) - *+ Galiza, Espanha – Filha de Diego Hurtado de Mendoza, Almirante – Mãe de Afonso Furtado de Mendonça (-1475)

Diego Hurtado de Mendoza, Almirante - *+ Espanha/ – Pai de Maria de Mendonça (1391-1469)

Isabel Osório (1367-1411) - *+ Portugal – Lopo Dias de Sousa, Senhor de Mafra e Ericeira (-09/02/1435) e Leonor Gonçalves Ribeiro – Mãe de Fernão Furtado de Mendonça (-1510)

Lopo Dias de Sousa, Senhor de Mafra Ericeira (-09/02/1435) - * Coimbra, Portugal + Pombal, Leiria, Portugal – Filho de Álvaro Dias de Sousa, Senhor de Mafra e

Ericeira (-1365) e Maria Teles de Menezes Mafra e Ericeira (-11/1379) – Pai de Isabel Osório (1367-1411)

Álvaro Dias de Sousa, Senhor de Mafra e Ericeira (-1365) - * Santarém, Portugal + Espanha/ – Pai de Lopo Dias de Sousa, Senhor de Mafra Ericeira (-09/02/1435)

Maria Teles de Menezes Mafra e Ericeira (-11/1379) - *+ Coimbra, Portugal – Filha de Martim Afonso Telo de Menezes, Ricohombre de Portugal (-27/01/1356) e Aldosa Anes de Vasconcelos (-11/1370) – Mãe de Lopo Dias de Sousa, Senhor de Mafra Ericeira (-09/02/1435)

Martim Afonso Telo de Menezes, Ricohombre de Portugal (-27/01/1356) - * Portugal + Toro, Zamora, Castilla y León, Espanha/ – Pai de Maria Teles de Menezes Mafra e Ericeira (-11/1379)

Aldosa Anes de Vasconcelos (-11/1370) - *Santarém, Portugal + Coimbra, Portugal/ – Mãe de Maria Teles de Menezes Mafra e Ericeira (-11/1379)

Leonor Gonçalves Ribeiro - *+ Portugal/ – Mãe de Isabel Osório (1367-1411)

Giomar de Freitas - *+ Portugal – Filha de Pedro Gonçalves Basto (1460-1527) e Isabel de Freitas Peixoto (Gonçalves de Basto) (1464-) – Mãe de André Furtado de Mendonça, o Velho

Pedro Gonçalves Basto (1460-1527) - *+ Guimarães, Portugal/ – Pai de Giomar de Freitas

Isabel de Freitas Peixoto (Gonçalves de Basto) (1464-) - *+ Guimarães, Portugal – Filha de João de Freitas Peixoto (1445-1527) e Branca Gil Ribeiro – Mãe de Giomar de Freitas

Senhoreza d’Ornellas - *+ Ilha da Madeira, Portugal/ – Mãe de Fernão Furtado D’Ornellas

Senhora Mendonça - * Ilha da Madeira, Portugal/ – Mãe de Catarina de Mendonça

Maria das Neves Gil da Silveira Barcamente (1665-11/02/1736) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Sebastião de Miranda Bèttencourt e Maria Ataíde – Mãe de João Lobão Botelho, Capitão (1684-)

Sebastião de Miranda Bèttencourt - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Maria das Neves Gil da Silveira Barcamente (1665-11/02/1736)

Maria Ataíde - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Sebastião Viegas de Ataíde, Juiz e Maria Álvares da Cunha Lobão – Mãe de Maria das Neves Gil da Silveira Barcamente (1665-11/02/1736)

Sebastião Viegas de Ataíde, Juiz - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Diogo Viegas de Ataíde e Maria de Sousa Braga – Pai de Maria Ataíde

Diogo Viegas de Ataíde - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Galaz Viegas de Ataíde e Ana Espínola da Veiga – Pai de Sebastião Viegas de Ataíde, Juiz

Maria de Sousa Braga - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Martim de Sousa e Mércia de Braga – Mãe de Sebastião Viegas de Ataíde, Juiz

Maria Álvares da Cunha Lobão - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Sebastião Lobão e Inês Gonçalves de Ávilla – Mãe de Maria Ataíde

Sebastião Lobão - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Maria Álvares da Cunha Lobão

Inês Gonçalves de Ávilla - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Maria Álvares da Cunha Lobão

Francisca Rosa de Bettencourt (24/09/1720) - * Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal + MG Brasil – Filha de Manuel Machado Ribeiro (1687-) e Tereza de Jesus Bettencourt – Mãe de Thereza Thomázia de Jesus (14/01/1750-)

Manuel Machado Ribeiro (1687-) - * Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal + SC Brasil – Filho de João Batista Espínola e Maria da Conceição de Melo (Espínola) – Pai de Francisca Rosa de Bettencourt

João Batista Espínola - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de João Bèttencourt Espínola e Bárbara Batista de Bèttencourt – Pai de Manuel Machado Ribeiro (1687-)

João Bèttencourt Espínola - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de João Bèttencourt de Ávilla e Beatriz Viegas de Ataíde – Pai de João Batista Espínola

João Bèttencourt de Ávilla - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Gaspar Velho de Azevedo, capitão-Mor, o segundo deste nome, e Águeda Bèttencourt e Ávila – Pai de João Bèttencourt Espínola

Gaspar Velho de Azevedo, capitão-Mor, o segundo deste nome - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Matheus Velho de Azevedo, 2º Capitão-Mor da Praia e Catarina Gonçalves André – Pai de João Bèttencourt de Ávilla – Pai de Gaspar Velho de Bèttencourt

Matheus Velho de Azevedo, 2º Capitão-Mor da Praia - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Gaspar Velho de Azevedo, o primeiro e Joana Fernandes – Pai de Gaspar Velho de Azevedo, capitão-Mor, o segundo deste nome

Gaspar Velho de Azevedo, o primeiro - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de João Fernandes Rebello e Guiomar Martins Azevedo – Pai de Matheus Velho de Azevedo, 2º Capitão-Mor da Praia

João Fernandes Rebello - *+ Lisboa, Portugal – Filho de Pedro Vaz de Castelo Branco – Pai de Gaspar Velho de Azevedo, o primeiro

Pedro Vaz de Castelo Branco - *+ Lisboa, Portugal/ – Pai de João Fernandes Rebello

Guiomar Martins Azevedo - *+ Lisboa, Portugal/ – Mãe de Gaspar Velho de Azevedo, o primeiro

Joana Fernandes - * Irlanda, Reino Unido + Lisboa, Portugal/ – Mãe de Matheus Velho de Azevedo, 2º Capitão-Mor da Praia

Catarina Gonçalves André - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de André Gonçalves Neto, Capitão-Mor da Praia e Maria Fogaça – Mãe de Gaspar Velho de Azevedo, capitão-Mor, o segundo deste nome

André Gonçalves Neto, Capitão-Mor da Praia - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Catarina Gonçalves André – Pai de Manuel Sousa Neto

Maria Fogaça - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Catarina Gonçalves André – Mãe de Manuel Sousa Neto

Águeda Bèttencourt e Ávila – Mãe de João Bèttencourt de Ávilla - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de João Vaz D'Ávila Bèttencourt e Catarina Correia Pianço – Mãe de Gaspar Velho de Bèttencourt

João Vaz D'Ávila Bèttencourt - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de João Vaz Nogueira e Filipa Gonçalves de Ávila – Pai de Águeda Bèttencourt e Ávila

João Vaz Nogueira - * Figueró dos Vinhos, Portugal + Açores, Portugal/ – Pai de João Vaz D'Ávila Bèttencourt

Filipa Gonçalves de Ávila - *+ Vitória, Terceira, Açores, Portugal – Filha de Antão Gonsalvez de Avilla (1440-) e Ignez Gonçalves de Antona – Mãe de João Vaz D'Ávila Bèttencourt

Antão Gonsalvez de Avilla (1440-) - * S. B. Pinares, Castilla, Espanha + Vitória, Terceira, Açores, Portugal – Filho de Juan Sanches de Avilla Bèttencourt, Señor de San Bartolomé de Pinares (-1482) e Maria Vaz de Padilla – Pai de Filipa Gonçalves de Ávila

Juan Sanches de Avilla Bèttencourt, Señor de San Bartolomé de Pinares (-1482) - *+ S. B. Pinares, Castilla, Espanha – Filho de Jorge de Bèttencourt e Elvira Gonsalvez de Ávilla – Pai de Antão Gonsalvez de Avilla (1440-)

Jorge de Bèttencourt - *+ Segovia, Castilha, Espanha/ – Pai de Juan Sanches de Avilla Bèttencourt, Señor de San Bartolomé de Pinares (-1482)

Elvira Gonsalvez de Ávilla - * Ávilla, Castilla, Espanha + Segovia, Castilla, Espanha – Filha de Esteban Dominguez de Ávilla, Señor de las Navas y II de Villafranca e

Jimena Blazquez de Ávilla, Señora de San Bartolomé de Pinares – Mãe de Juan Sanches de Avilla Bèttencourt, Señor de San Bartolomé de Pinares (-1482)

Esteban Dominguez de Ávilla, Señor de las Navas y II de Villafranca - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha – Filho de Gonzalo Gonzáles de Ávilla – Pai de Elvira Gonsalvez de Ávilla

Gonzalo Gonzáles de Ávilla - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha – Filho de Esteban Péres de Ávilla – Pai de Esteban Dominguez de Ávilla, Señor de las Navas y II de Villafranca

Esteban Péres de Ávilla - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha – Filho de Esteban Domingo, Alcaide de Ávilla e Maria Garcia – Pai de Gonzalo Gonzáles de Ávilla

Esteban Domingo, Alcaide de Ávilla - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha – Filho de Joanes Esteban – Pai de Esteban Péres de Ávilla

Joanes Esteban - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha – Filho de Ivanez Esteban de Villafranca – Pai de Esteban Domingo, Alcaide de Ávilla

Ivanez Esteban de Villafranca - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha/ – Pai de Joanes Esteban

Maria Garcia - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha/ – Mãe de Esteban Péres de Ávilla

Jimena Blazquez de Ávilla, Señora de San Bartolomé de Pinares - *+ Ávilla, Castilla, Espanha – Filha de Frenán Blázquez Dávilla, Señor de Navamorcuende (-1327) e Lumbre García – Mãe de Elvira Gonsalvez de Ávilla

Frenán Blázquez Dávilla, Señor de Navamorcuende (-1327) - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha – Filho de Blasco Gimeno Dávilla, Señor de Navamorcuende y II Señor de Cardiel e María Blázquez – Pai de Jimena Blazquez de Ávilla, Señora de San Bartolomé de Pinares

Blasco Gimeno Dávilla, Señor de Navamorcuende y II Señor de Cardiel - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha/ – Pai de Frenán Blázquez Dávilla, Señor de Navamorcuende (-1327)

María Blázquez - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha/ – Mãe de Frenán Blázquez Dávilla, Señor de Navamorcuende (-1327)

Lumbre García - *+ Ávilla, Castilla y León, Espanha/ – Mãe de Jimena Blazquez de Ávilla, Señora de San Bartolomé de Pinares

Maria Vaz de Padilla - *+ Ávilla, Castilla, Espanha/ – Mãe de Antão Gonsalvez de Avilla (1440-)

Ignez Gonçalves de Antona - *+ Vitória, Terceira, Açores, Portugal – Filha de Affonso Gonçalves de Antona Baldaya e Antonia Gonçalves – Mãe de Filipa Gonçalves de Ávila

Catarina Correia Pianço Ávilla - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Águeda Bèttencourt e Ávila

Beatriz Viegas de Ataíde - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Diogo Viegas de Ataíde e Maria de Souza Braga – Mãe de João Bèttencourt Espínola

Diogo Viegas de Ataíde - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Galaz Viegas de Ataíde e Ana Espínola da Veiga - Pai de Beatriz Viegas de Ataíde – Pai de Sebastião Viegas de Ataíde, Juiz

Galaz Viegas de Ataíde - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Pedro Viegas de Ataíde, Fidalgo, Carta de Brasão de 1542 e Leonor Gil da Silveira – Pai de Diogo Viegas de Ataíde

Pedro Viegas de Ataíde, Fidalgo, Carta de Brasão de 1542 - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Reri Viegas de Ataíde – Pai de Galaz Viegas de Ataíde

Reri Viegas de Ataíde - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Pedro Viegas de Ataíde, Fidalgo, Carta de Brasão de 1542

Leonor Gil da Silveira - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Gil Rodrigues da Silveira – Mãe de Galaz Viegas de Ataíde

Gil Rodrigues da Silveira - * Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Leonor Gil da Silveira

Ana Espínola da Veiga - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Pedro Espínola Dória e Catarina da Veiga – Mãe de Diogo Viegas de Ataíde

Pedro Espínola Dória - *+ Portugal – Filho de Antonio Espínola Doria e Maria de Porta – Pai de Ana Espínola da Veiga

Antonio Espínola Doria - *+ Portugal – Filho de Leão Espínola e Madona Pereta Espínola – Pai de Pedro Espínola Dória

Leão Espínola - *+ Portugal – Filho de Giorgio Spinola e Marta Dória – Pai de Antonio Espínola Doria

Giorgio Spinola - *+ Genoa, Ligúria, Itália – Filho de Eliano Spinola e Argenta Lomellini – Pai de Leão Espínola

Eliano Spinola - *+ Genoa, Ligúria, Itália – Filho de Carozio Spinola (-1405) e Theodora Espínola – Pai de Giorgio Spinola

Carozio Spinola (-1405) - *+ Genoa, Liguria, Itália – Filho de Lucchesio Spinola (-1385) e Agnese Spinola – Pai de Eliano Spinola

Lucchesio Spinola (-1385) - *+ Genoa, Liguria, Italia – Filho de Gherardo Spinola, Signore di Dertonne (1280-) e Pietra di Marini – Pai de Carozio Spinola (-1405)

Gherardo Spinola, Signore di Dertonne (1280-) - *+ Genoa, Liguria, Itália – Filho de Odoardo Spinola (-1310) e Ca Spinola – Pai de Lucchesio Spinola (-1385)

Odoardo Spinola (-1310) - *+ Genoa, Liguria, Itália/ – Pai de Gherardo Spinola, Signore di Dertonne (1280-)

Ca Spinola - *+ Genoa, Liguria, Itália/ – Mãe de Gherardo Spinola, Signore di Dertonne (1280-)

Pietra di Marini - *+ Genoa, Liguria, Itália/ – Mãe de Lucchesio Spinola (-1385)

Agnese Spinola - *+ Genoa, Liguria, Italia/ – Mãe de Carozio Spinola (-1405)

Theodora Spínola - *+ Genoa, Liguria, Italia/ – Mãe de Eliano Spinola

Argenta Lomellini - *+ Itália/ – Mãe de Giorgio Spinola

Marta Dória - *+ Itália/ – Mãe de Leão Espínola

Madona Pereta Spínola - *+ Portugal/ - Mãe de Antonio Espínola Doria

Maria de Porta - *+ Portugal/ - Mãe de Pedro Espínola Dória

Catarina da Veiga - *+ Portugal/ – Mãe de Ana Espínola da Veiga

Maria de Souza Braga - *Lisboa, Portugal + Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Martim de Sousa e Mércia de Braga – Mãe de Beatriz Viegas de Ataíde – Mãe de Sebastião Viegas de Ataíde, Juiz

Martim de Sousa - *+ Portugal/ - Pai de Maria de Souza Braga

Mércia de Braga - *+ Portugal/ - Mãe de Maria de Souza Braga

Bárbara Batista de Bèttencourt - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Gaspar Velho de Bèttencourt e Ana Picanço – Mãe de João Batista Espínola

Gaspar Velho de Bèttencourt - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Gaspar Velho de Azevedo, capitão-Mor, o segundo deste nome, e Águeda Bèttencourt e Ávila – Pai de Bárbara Batista de Bèttencourt

Ana Picanço - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Mãe de Bárbara Batista de Bèttencourt

Maria da Conceição de Melo (Espínola) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Pedro Machado de Sousa e Ana de Melo Gusmão (-03/07/1714) – Mãe de Manuel Machado Ribeiro (1687-)

Pedro Machado de Sousa - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Manuel Pedro Machado Ribeiro e Maria Espínola da Veiga de Mendonça – Pai de Maria da Conceição de Melo (Espínola)

Manuel Pedro Machado Ribeiro - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal - Filho de Pedro machado Ribeiro e Filipa de Sousa - Pai de Pedro Machado de Sousa

Pedro Machado Ribeiro -*+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Francisco Machado Ribeiro e Maria de Freitas Peixoto – Pai de Manuel Pedro Machado Ribeiro

Francisco Machado Ribeiro – *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ – Pai de Pedro Machado Ribeiro

Maria de Freitas Peixoto – *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Pedro Gonçalves Basto (1460-) e Isabel de Freitas Peixoto (Gonçalves de Basto) (1464-) – Mãe de Pedro Machado Ribeiro

Pedro Gonçalves Basto (1460-) – *+ Guimarães, Portugal/ – Pai de Maria de Freitas Peixoto – Pai de Guiomar de Freitas

Isabel de Freitas Peixoto (Gonçalves de Basto) (1464-) – *+ Guimarães, Portugal – Filha de João de Freitas Peixoto (1445-1527) e Branca Gil Ribeiro – Mãe de Maria de Freitas Peixoto – Mãe de Guiomar de Freitas

João de Freitas Peixoto (1445-1527) - *+ Guimarães, Portugal – Pai de Isabel de Freitas Peixoto (Gonçalves de Basto) (1464-)

Branca Gil Ribeiro - * Portugal + Felgueiras, Portugal – Filha de Tristão Ribeiro e Branca Álvares Formoso (Catarina Formoso) – Mãe de Isabel de Freitas Peixoto (Gonçalves de Basto) (1464-)

Tristão Ribeiro - * Portugal + Felgueiras, Portugal Filho de Gonçalo Ribeiro e Senhora Ribeiro de Felgueiras – Pai de Branca Gil Ribeiro

Gonçalo Ribeiro - *+ Borba de Godim, Portugal/ - Pai de Tristão Ribeiro

Branca Álvares Formoso (Catarina Formoso) - * Portugal + Felgueiras, Portugal/ - Mãe de Branca Gil Ribeiro

Filipa de Sousa – *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Manuel de Sousa Neto e Catarina Gonçalves de Antona – Mãe de Manuel Pedro Machado Ribeiro

Manuel de Sousa Neto – *+ Açores, Portugal – Filho de André Gonçalves Neto, Capitão-Mor da Praia e Maria Fogaça – Pai de Filipa de Sousa

André Gonçalves Neto, Capitão-Mor da Praia – *+ Açores, Portugal/ – Pai de Manuel de Sousa Neto – Pai de Catarina Gonçalves Sodrê

Maria Fogaça – *+ Açores, Portugal/ - Mãe de Manuel de Sousa Neto – Mãe de Catarina Gonçalves Sodré

Catarina Gonçalves de Antona - * Portugal – Filha de Jorge Gomes Barreiros e Apolônia Gonçalves de Antona – Mãe de Filipa de Sousa

Jorge Gomes Barreiros - *+ Portugal – Pai de Catarina Gonçalves de Antona/

Apolônia Gonçalves de Antona – Filha de Pedro Gonçalves Valadão e Catarina Gomes Freire – *+ Portugal – Mãe de Catarina Gonçalves de Antona

Pedro Gonçalves Valadão – Filho de Pedro Gonçalves de Antona e Maria Rodrigues Valadão – *+ Portugal – Pai de Apolônia Gonçalves de Antona

Pedro Gonçalves de Antona – *+ Portugal – Filho de João Gonçalves Picado e Antonia Gonçalves de Antona – Pai de Pedro Gonçalves Valadão

João Gonçalves Picado – *+ Portugal/ - Pai de Pedro Gonçalves de Antona

Antonia Gonçalves de Antona – Filha de Affonso Gonçalves de Antona Baldaya (-1481) e Antonia Gonçalves – *+ Portugal – Mãe de Pedro Gonçalves de Antona

Affonso Gonçalves de Antona Baldaya (-1481) – * Portugal + Vitória, Açores, Portugal – Filho de Luiz Fernandez Baldaya e Sra. Baldaya – Pai de Antonia Gonçalves de Antona – Pai de Ignez Gonçalves de Antona

Luiz Fernandez Baldaya - *+ Almeida, Porto, Portugal/ – Pai de Affonso Gonçalves de Antona Baldaya

Antonia Gonçalves – *+ Portugal/ – Mãe de Antonia Gonçalves de Antona – Mãe de Ignez Gonçalves de Antona

Maria Rodrigues Valadão – *+ Portugal/ – Mãe de Pedro Gonçalves Valadão

Catarina Gomes Freire - *+ Portugal/ - Mãe de Apolônia Gonçalves de Antona

Maria Espínola da Veiga de Mendonça - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ - Mãe de Pedro Machado de Sousa

Ana de Melo Gusmão (-03/07/1714) - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Antônio da Ponte Sodré e Beatriz de Melo e Gusmão – Mãe de Maria da Conceição de Melo (Espínola)

Antônio da Ponte Sodré - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filho de Antônio da Silva Sodré e Ana Gonçalves Cardoso – Pai de Ana de Melo Gusmão (-03/07/1714)

Antônio da Silva Sodré - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Pai de Antônio da Ponte Sodré/

Ana Gonçalves Cardoso - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Mãe de Antônio da Ponte Sodré/

Beatriz de Melo e Gusmão - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Filha de Antônio Pereira de Melo e Maria de Teive de Gusmão - Mãe de Ana de Melo Gusmão (-03/07/1714)

Antônio Pereira de Melo - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Pai de Beatriz de Melo e Gusmão/

Maria de Teive de Gusmão - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal – Mãe de Beatriz de Melo e Gusmão/

Tereza de Jesus Bettencourt - * Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal + SC Brasil – Filha de Manuel de Melo e Maria Bèttencourt – Mãe de Francisca Rosa de Bettencourt

Manuel de Melo - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ - Pai de Tereza de Jesus Bettencourt/

Maria Bèttencourt - *+ Santa Cruz de Graciosa, Açores, Portugal/ - Mãe de Tereza de Jesus Bettencourt/

Theodora Jacintha de Moraes e Castro (05/1791-30/06/1831) - * Oliveira MG Brasil + Carmo da Mata MG Brasil – Filha de Joaquim Ribeiro de Moraes e Castro (-1797) e Ana Jacinta de Moraes (1772-01/06/1791) – Mãe de Theodora Jacintha de Castro (1820-) – Mãe de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (24/09/1809-1852)

Joaquim Ribeiro de Moraes e Castro (-1797) - *Congonhas do Campo MG Brasil + RJ Brasil – Filho de André Ribeiro da Silva (1707-1774) e Arcângela Antônia de Moraes e Castro (-22/04/1781) – Pai de Theodora Jacintha de Moraes e Castro (05/1791-30/06/1831)

André Ribeiro da Silva (1707-1774) - * Funchal, Ilha da Madeira, Portugal + Oliveira MG Brasil/ - Pai de Joaquim Ribeiro de Moraes e Castro (-1797)

Arcângela Antônia de Moraes e Castro (-22/04/1781) - * Vila Rica MG Brasil + Oliveira MG Brasil - Filha de Antônio Gonçalves e Catarina de Sena de Moraes e Castro – Mãe de Joaquim Ribeiro de Moraes e Castro (-1797)

Antônio Gonçalves - * Lamego, Portugal + MG Brasil/

Catarina de Sena de Moraes e Castro - * RJ Brasil + Vila Rica MG Brasil/

Ana Jacinta de Moraes (1772-01/06/1791) - *+ Oliveira MG Brasil – Filha de Antônio Machado Borges (22/06/1702-03/03/1786) e Theodora Antônia de Moraes e Castro – Mãe de Theodora Jacintha de Moraes e Castro (05/1791-30/06/1831)

Antônio Machado Borges (22/06/1702-03/03/1786) – Porto Judeu, Açores, Portugal + Oliveira MG Brasil – Filho de Antônio Machado Neto (1665-) e Maria Borges Machado (Maria Clara de Jesus)

Theodora Antônia de Moraes e Castro - * Vila Rica MG Brasil + Oliveira MG Brasil
– Filha de Antônio Gonçalves e Catarina de Sena de Moraes e Castro

Antônio Gonçalves - * Lamego, Portugal + MG Brasil/

Catarina de Sena de Moraes e Castro - * RJ Brasil + Vila Rica MG Brasil/

Maria das Dores Ferreira de Ávila (1851-) - *+ Araxá MG Brasil – Filha de Elias Antônio de Ávila, Major e Francisca Ribeiro de Paiva (1819-) – Mãe de Maria Dolores de Ávila Porfírio de Azevedo

Elias Antônio de Ávila, Major - *+ Araxá MG Brasil/ - Pai de Maria das Dores Ferreira de Ávila (1851-)

Francisca Ribeiro de Paiva (1819-) - * Santo Antônio do Amparo MG Braasil + Araxá MG Brasil – Filha de Bartholomeu Ferreira da Silva, Major (14/12/1800-1871) e Maria Rita de Cássia Ferreira da Silva (1803-1866) – Mãe de Maria das Dores Ferreira de Ávila (1851-)

Bartholomeu Ferreira da Silva, Major (14/12/1800-1871) - * Oliveira MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filho de Pedro Luís Ferreira da Silva, Alferes (1769-) e Felizarda Rosa da Silva (02/01/1779-) – Pai de Francisca Ribeiro de Paiva (1819-)

Pedro Luís Ferreira da Silva, Alferes (1769-) - * Ilha Terceira, Açores, Portugal + Oliveira MG Brasil – Filho de Francisco Machado Luiz e Antônia Maria

Francisco Machado Luiz - *+ Portugal/

Antônia Maria – *+ Portugal/

Felizarda Rosa da Silva (02/01/1779-) - * São José (Tiradentes) MG Brasil + Oliveira MG Brasil – Filha de José Ribeiro de Oliveira e Silva, Capitão (10/06/1744-09/11/1801) e Felícia Rosa de Jesus

José Ribeiro de Oliveira e Silva, Capitão (10/06/1744-09/11/1801) - *+ São Gonçalo do Brumado, São João Del Rei MG Brasil – Filho de Antônio Ribeiro da Silva, Alferes (30/10/1695-18/12/1776) e Antônia Maria de Almeida (04/06/1714-08/06/1774)

Antônio Ribeiro da Silva, Alferes (30/10/1695-18/12/1776) - * São João de Arnóia, Portugal + Fazenda em São Gonçalo do Brumado, São João Del Rei MG Brasil – Filho de Francisco Ribeiro de Segoa (-10/11/1702) e Jeronima Matheus (ou Mathias)

Francisco Ribeiro de Segoa (-10/11/1702) - *+ Segoa, Arnóia, Portugal – Filho de Domingos Gonçalves e Joana Domingues

Domingos Gonçalves - *+ Arnóia, Portugal/

Joana Domingues - *+ Arnóia, Portugal/

Jeronima Matheus (ou Mathias) - *+ Segoa, Arnóia, Portugal – Filha de Gonçalo Domingues (-02/09/1674) e Catarina Matheus

Gonçalo Domingues (-02/09/1674) - *+ Casal Diogo, São João Batista, Arnóia, Portugal/

Catarina Matheus - *+ Casal Diogo, São João Batista, Arnóia, Portugal/

Antônia Maria de Almeida (04/06/1714-08/06/1774) - * Idelfonso, Porto, Portugal + Fazenda em São Gonçalo do Brumado, São João Del Rei MG Brasil – Filha de Jacinto Fernandes de Oliveira (15/02/1682-23/12/1737) e Anna Cunha (02/01/1684-)

Jacinto Fernandes de Oliveira (15/02/1682-23/12/1737) - * Idelfonso, Porto, Portugal + Sua Fazenda de Plantio e Produção na Comarca do Rio das Mortes MG Brasil – Filho de Antônio Fernandes e Isabel de Oliveira

Antônio Fernandes - *+ Rua Nova, S. Idelfonso, Porto, Portugal/

Isabel de Oliveira - *+ Rua Nova, S. Idelfonso, Porto, Portugal/

Anna Cunha (02/01/1684-) - *+ Idelfonso, Porto, Portugal – Filha de Manoel da Silva e Maria de Almeйда

Manoel da Silva - *+ Rua das Ladrás, S. Idelfonso, Porto, Portugal/

Maria de Almeйда - *+ Rua das Missas, S. Idelfonso, Porto, Portugal/

Felícia Rosa de Jesus – Filha de Bartholomeu Machado Diniz (-1805) e Antônia Maria do Sacramento

Bartholomeu Machado Diniz (-1805) - * Porto Judeu, Açores, Portugal + Oliveira MG Brasil – Filho de Antônio Machado Neto, Alferes (1665-) e Maria Borges Machado (Maria Clara de Jesus)

Antônio Machado Neto, Alferes (1665-) - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal – Filho de Bartholomeu Machado Neto e Maria Luiza Ferreira

Bartholomeu Machado Neto - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal – Filho de Antônio Machado Neto e Margarida Alves

Antônio Machado Neto - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Pedro Machado Neto e Margarida Alves Ramires

Pedro Machado Neto - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Manuel Machado Neto e Inês Pires

Manuel Machado Neto - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Manuel Machado Ribeira Seca, de Alcinha Ribeira-Seca e Isabel Azevedo Neto – Ancestral de 3

Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Manuel Machado Ribeira /Seca, de Alcinha Ribeira-Seca - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Gaspar Gonçalves Machado Ribeira Seca e Clara Gil Fagundes – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Gaspar Gonçalves Machado Ribeira Seca - *+ Terceira, Açores, Portugal – Filho de Gonçalo Anes da Fonseca (1475-) e Mércia Andrade Machado – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Gonçalo Anes da Fonseca (1475-) *+ Lagos do Faro, Portugal

Mércia Andrade Machado * Labeyra, Espanha – Filha de João de Lisboa Machado (1470-1525) e Maria de Castro – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

João de Lisboa Machado, Autor do Livro de Marinharia, com Atlas e o Tratado da Agulha de Marear, 1514, Piloto de Carreira da Índia de 1470 a 1525 - * Labeyra, Espanha + em Viagem da Armada – Filho de Pedro Machado Carregueiro (1427-) e Branca Coelho (1445-) – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Pedro Machado Carregueiro (1427-) – Espanha – Filho de João Esteves de Villanova Carregueiro (1397-) e Leonor Álvares Machado – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

João Esteves de Villanova Carregueiro (1397-), Senhor do Morgado de Carregueiro e Capela de São Diniz de Benfica, Alferes-Mor do Rei D. João I de Portugal - * Vila Nova, Portugal + Santa Maria de Belém, Portugal – Filho de Vasco Afonso Carregueiro – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Vasco Afonso Carregueiro, Senhor da Torre de Moncorvo e do Morgado dos Carregueiros - *+ São Domingos de Benfica, Portugal – Filho de Afonso Anes Carregueiro – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Afonso Anes Carregueiro, Senhor do Morgado de Carregueiros - * Labeyra, Espanha – Ancestral de 3 Tetravós da Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado; Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Leonor Álvares Machado – Portugal – Filha de Álvaro Gonçalves Machado

Álvaro Gonçalves Machado – Portugal/

Branca Coelho (1445-) – Espanha/

Maria de Castro - * Espanha/

Clara Gil Fagundes - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Isabel Azevedo Neto - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Inês Pires - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Margarida Alves Ramires - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Margarida Alves - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Maria Luiza Ferreira - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal/

Maria Borges Machado (Maria Clara de Jesus) - *+ Porto Judeu, Açores, Portugal
– Filha de Simão Vieira Machado e Bárbara Toste – Ancestral de 3 Tetravós da
Autora (Joaquim Ribeiro da Silva Botelho pai de José Porfírio Álvares Machado;
Theodora Jacintha de Castro; Francisca Ribeiro de Paiva)

Simão Vieira Machado - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Bárbara Toste - *+ Terceira, Açores, Portugal/

Antônia Maria do Sacramento – Açores, Portugal/

Maria Rita de Cássia Ferreira da Silva (1803-1866) - * Santo Antônio do Amparo
MG Brasil + Araxá MG Brasil – Filha de José Ferreira Cardoso, Capitão Zé Ferreira
(179-1864) e Joana Felícia Ferreira de Paiva – Mãe de Francisca Ribeiro de Paiva
(1819-)

José Ferreira Cardoso, Capitão Zé Ferreira (179-1864) - *+ Santo Antônio do
Amparo MG Brasil – Filho de Manoel Ferreira Carneiro, Capitão (Jangada) (1724-
1808) e Felícia Cardoso de Andrade (-1795) – Pai de Maria Rita de Cássia Ferreira
da Silva (1803-1866)

Manoel Ferreira Carneiro, Capitão (Jangada) (1724-1808) - * Ventozela. São
Cristovam de Refojos. Poto Portugal + Santo Antônio do Amparo MG Brasil – Filho
de Manoel Carneiro, Capitão (1698-) e Rosa Francisca (1699-) – Pai de José
Ferreira Cardoso, Capitão Zé Ferreira (179-1864)

Manoel Carneiro, Capitão (1698-) - *+ Ventozela. São Cristovam de Refojos. Poto
Portugal – Filho de Antônio Ferreira e Maria Carneiro – Pai de Manoel Ferreira
Carneiro, Capitão (Jangada) (1724-1808)

Antônio Ferreira - *+ Ventozela. São Cristovam de Refojos. Porto Portugal/ - Pai de Manoel Carneiro, Capitão (1698-)

Maria Carneiro - *+ Ventozela. São Cristovam de Refojos. Porto Portugal/ - Mãe de Manoel Carneiro, Capitão (1698-)

Rosa Francisca (1699-) - * Monte Córdoba. Porto Portugal – Filha de Diogo Francisco e Benta Francisca – Mãe de Manoel Ferreira Carneiro, Capitão (Jangada) (1724-1808)

Diogo Francisco - * Saint Martin, Ledeuix, Bayonne, Béarn, França – Filho de João Francisco e Maria Francisca – Pai de Rosa Francisca (1699-)

João Francisco - * Saint Martin, Ledeuix, Bayonne, Béarn, França/ - Pai de Diogo Francisco

Maria Francisca - * Saint Martin, Ledeuix, Bayonne, Béarn, França/ - Mãe de Diogo Francisco

Benta Francisca – Aldeia dos Pereiras, Monte Córdoba, Porto, Portugal – Filha de Pedro João e Catarina Francisca – Mãe de Rosa Francisca (1699-)

Pedro João - *+ Porto, Portugal/ – Pai de Benta Francisca

Catarina Francisca - *+ Porto, Portugal/ – Mãe de Benta Francisca

Feliciano Cardoso de Andrade (-1795) - + São João Del Rei – Mãe de José Ferreira Cardoso, Capitão Zé Ferreira (179-1864)

Joana Felícia Ferreira de Paiva – Filha de Antônio Ribeiro de Paiva e Silva, Capitão Mor (09/03/1739-) e Anna Antônia de Bretas Brito (-15/10/1799) – Mãe de Maria Rita de Cássia Ferreira da Silva (1803-1866)

Antônio Ribeiro de Paiva e Silva, Capitão Mor (09/03/1739-) - *+ Pilar. São João Del Rei. MG Brasil – Filho de Domingos de Paiva (15/09/1698-22/09/1783) e Thomásia Maria da Silva (11/10/1720-19/09/1799) – Pai de Joana Felícia Ferreira de Paiva

Domingos de Paiva (15/09/1698-22/09/1783) - * Braga Portugal + São João Del Rei MG Brasil – Filho de Antônio Fernandes e Magdalena de Paiva – Pai de Antônio Ribeiro de Paiva e Silva, Capitão Mor (09/03/1739-)

Antônio Fernandes - *+ Bostelo Braga Portugal/ - Pai de Domingos de Paiva (15/09/1698-22/09/1783)

Magdalena de Paiva - *+ Bostelo Braga Portugal/ - Mãe de Domingos de Paiva (15/09/1698-22/09/1783)

Thomásia Maria da Silva (11/10/1720-19/09/1799) - * Mont Sion Setúbal Lisboa Portugal + São João Del Rei MG Brasil – Filha de Paulo da Silva Fonseca e Antônia Caetana – Mãe de Antônio Ribeiro de Paiva e Silva, Capitão Mor (09/03/1739-)

Paulo da Silva Fonseca - *+ Lisboa Portugal/ - Pai de Thomásia Maria da Silva (11/10/1720-19/09/1799)

Antônia Caetana - *+ Lisboa Portugal – Filha de João Delgado e Josefa da Silva – Mãe de Thomásia Maria da Silva (11/10/1720-19/09/1799)

João Delgado - *+ Lisboa Portugal/ - Pai de Antônia Caetana

Josefa da Silva - *+ Lisboa Portugal/ - Mãe de Antônia Caetana

Anna Antônia de Bretas Brito (-15/10/1799) - + Carrancas MG Brasil – Filha de Antônio de Britto Peixoto e Maria de Moraes Ribeiro – Mãe de Joana Felícia Ferreira de Paiva

Antônio de Britto Peixoto - *+ Braga Portugal – Filho de Ignácio de Andrade Peixoto e Elena de Britto – Pai de Anna Antônia de Bretas Brito (-15/10/1799)

Ignácio de Andrade Peixoto - *+ Braga Portugal/ - Pai de Antônio de Britto Peixoto

Elena de Britto - *+ Braga Portugal/ - Mãe de Antônio de Britto Peixoto

Maria de Moraes Ribeiro - *+ Braga Portugal – Filha de André do Valle Ribeiro e Thereza de Moraes – Mãe de Anna Antônia de Bretas Brito (-15/10/1799)

André do Valle Ribeiro - *+ Braga Portugal/ - Pai de Maria de Moraes Ribeiro

Thereza de Moraes - *+ Braga Portugal/ - Mãe de Maria de Moraes Ribeiro